

HISTÓRIA DO
PENSAMENTO
ARQUEOLÓGICO

BRUCE G. TRIGGER



Bruce G. Trigger

**HISTÓRIA DO
PENSAMENTO
ARQUEOLÓGICO**

Tradução: Ordep Trindade Serra
2ª Edição



ODYSSEUS
2004

Para Barbara

SUMÁRIO

Prefácio à edição brasileira

Prefácio do autor

1. A importância da história da arqueologia

Contribuições para a história da arqueologia

O ambiente da arqueologia

Interpretação arqueológica

Desafios

2. Arqueologia Clássica e Antiquarianismo

O Mundo Antigo

O paradigma medieval da história

Desenvolvimento da arqueologia histórica

Antiquarismo no norte da Europa

Identificação de instrumentos de pedra

O paradigma da Ilustração

Antiquarianismo científico

Antiquarismo e o romantismo

O Novo Mundo

Impasses do antiquarianismo

3. Os inícios da arqueologia científica

Datação relativa

O desenvolvimento e expansão

da arqueologia escandinava

A antigüidade da humanidade

Arqueologia paleolítica

Reações anti-evolução

Arqueologia na América do Norte

Conclusão

4. A síntese imperial Ascensão do racismo

A síntese de Lubbock

Arqueologia colonial na América

Arqueologia racista na África

Arqueologia na Nova Zelândia

Pré-história australiana

5. Arqueologia histórico-cultural

Difusionismo

A síntese monteliana da pré-história europeia

O conceito de cultura

Kossinna e o enfoque histórico-cultural

Childe e A Aurora da Civilização Europeia

Arqueologia nacional

Arqueologia histórico-cultural na América do Norte

Desenvolvimentos técnicos

Conclusões

6. Arqueologia soviética

A arqueologia na Rússia czarista

Arqueologia nos tempos da Nova Política Económica

O nascimento da arqueologia soviética

Consolidação

Desenvolvimentos recentes

Conclusões

7. Funcionalismo na arqueologia ocidental

O desenvolvimento da antropologia social

Funcionalismo ambiental

Enfoques económicos Childe e a arqueologia soviética

Childe como arqueólogo marxista

Grahame Clark

Início do funcionalismo nos Estados Unidos

O enfoque conjuntivo

Arqueologia ecológica e arqueologia dos assentamentos

Conclusões

8. Neo-evolucionismo e Nova Arqueologia

Neo-evolucionismo

A Nova Arqueologia

Teoria de sistemas

Anti-historicismo

Arqueologia cataclísmica

Conclusões

9. A explicação da diversidade

Contato entre sociedades

Neo-historicismo

Idealismo e neomarxismo

Arqueologia contextual

A Arqueologia como tal

Conclusões

10. A arqueologia e contexto social

As metas da arqueologia
Arqueologia: história e ciência
Críticas relativistas
Coleta de dados e generalizações empíricas
Diálogo interno
Limites da inferência comportamental
As realizações da arqueologia
Diálogo externo
Perspectivas Futuras
11. Ensaio bibliográfico
Arqueologia Clássica e o Antiquarismo
Os inícios da Arqueologia Científica
A Síntese Imperial
Arqueologia histórico-cultural
Arqueologia Soviética
Funcionalismo na Arqueologia Ocidental
Neo-evolucionismo e nova Arqueologia
A explicação da diversidade
A Arqueologia em seu Contexto Social

Prefácio à edição brasileira

Haiganuch Sarian

Museu de Arqueologia e Etnologia

Universidade de São Paulo

Publicado em 1989 e várias vezes reimpresso, este livro de Bruce G. Trigger não é apenas uma recensão crítica da história da Arqueologia como uma disciplina. Mais do que isso, o autor oferece uma contribuição significativa sobre a natureza da Arqueologia, acrescentando sua própria opinião em relação a outros eminentes

pensadores. No seu próprio dizer, "este livro examina as relações entre a Arqueologia e seu meio social em uma perspectiva histórica".

Esta tradução nos chega em boa hora: não são poucos os leitores que se interessam pela Arqueologia, porém buscando mais os resultados obtidos por uma longa tradição de pesquisas de campo do que o entendimento profundo e acertado do "pensamento arqueológico", suas teorias e métodos, seu nível de reflexão, seu discurso próprio e diferenciador. Este livro de Trigger vem, pois, preencher uma lacuna em nosso meio, atendendo tanto a interessados em geral quanto a estudantes e pesquisadores dessa área. Trata-se, sem dúvida, de um filão promissor a ser seguido e explorado no mercado editorial brasileiro.

Bruce G. Trigger (1937-) é professor de Arqueologia na McGill University, Canadá. Notabilizou-se com inúmeros artigos publicados em diferentes países e sobretudo com os livros *Time and Traditions: Essays in Archaeological Interpretation* (Edinburgh, 1978) e *Gordon Childe: Revolutions in Archaeology* (London, 1980). A sua História do pensamento arqueológico é uma obra de plena maturidade. Os dez capítulos de que se compõe apresentam-se cronologicamente, enfocando as maiores correntes teóricas e seu meio social e ressaltando que as abordagens interpretativas nas quais está interessado tendem a se sobrepor e interagir umas com as outras no espaço e no tempo. Desde a relevância da história da Arqueologia (cap. 1) até as sínteses da história do pensamento arqueológico no século XX (caps. 2 a 5), Trigger revela a natureza dessa disciplina como um produto social.

Assim é que discorre sobre a Arqueologia Clássica e o Antiquarianismo, desde suas origens na Antigüidade até o Romantismo do final do século XVIII (cap. 2); o início da Arqueologia científica no século XIX (cap. 3) com a introdução da cronologia relativa e o estudo do desenvolvimento cultural a partir das perspectivas humanísticas (Escandinávia) e das ciências naturais (Inglaterra, França). Sob o título "A síntese imperial" (cap. 4), discute a raiz de um pensamento racista imperial baseado numa abordagem unilinear evolutiva que colocou os brancos acima dos povos de cor, opiniões estas que acompanharam o expansionismo

européu por todo o século XIX. Para completar esta série de capítulos históricos, examina no cap. 5 o desenvolvimento da Arqueologia histórico-cultural no início do século XX, surgindo de conceitos europeus de etnicidade e nacionalismo e a propagação antropológica do conceito de cultura.

Seguem quatro capítulos explorando as tendências do pensamento arqueológico no decorrer do séc. XX, como o relato sobre a Arqueologia na União Soviética e a força de sua teoria marxista, sendo os soviéticos os pioneiros na década de 1930 a desenvolver a arqueologia dos assentamentos e a explicação social de dados arqueológicos (cap. 6). Passando pelo "Funcionalismo na Arqueologia ocidental" (cap. 7) e seu grande impacto na área a partir da Segunda Guerra Mundial, e pelo "Neo-evolucionismo e Nova Arqueologia" com seu anti-historicismo (cap. 8), completa com "A explicação da diversidade" (cap. 9) caracterizada pela expansão de várias correntes de pensamento na década de 1970 e seguintes e a reabilitação da História nas tendências neo-historicistas.

Finalmente, é no capítulo conclusivo "A Arqueologia e seu contexto social" (cap. 10) que se revela mais profundamente o "pensamento arqueológico" de Trigger, acreditando como Childe (*Archaeology and Anthropology*, 1946; *Archaeology as social science*, 1967) que a Arqueologia pode contribuir para uma "ciência do progresso" mais objetiva. Enquanto conclui que fatores subjetivos influenciam a interpretação arqueológica em todos os seus níveis, ele também assinala que o registro arqueológico constrange e limita o que é possível acreditar sobre o passado. "Os achados da Arqueologia", diz Trigger, "ainda que subjetivamente interpretados, modificaram a percepção que a humanidade tem de sua história, de sua relação com a natureza, e de sua própria natureza, e o fizeram de maneira irreversível - a menos que se abandone de todo o método científico". E completa seu pensamento: "O fato de que a Arqueologia pode gerar um número cada vez maior de idéias sobre o que aconteceu no passado sugere que ela pode construir uma base cada vez mais eficaz para a compreensão da mudança social".

Um livro tão denso, tão profundamente fundamentado em vasta erudição, só poderia ser obra de Bruce G. Trigger, cujo perfil científico como grande conhecedor da história da Arqueologia se revela não só nos vários capítulos do livro como também no "Ensaio bibliográfico" e nas "Referências bibliográficas" que encerram o volume.

Prefácio do autor

Este livro é o resultado combinado de aprendizagem através da leitura, experiência arqueológica e tradição oral. Construiu-se a partir do curso de História da Teoria Arqueológica, que leciono anualmente desde 1975. Desde que comecei a ministrar o curso, eu tencionava escrever um livro sobre o assunto. Meus primeiros esforços nesse sentido resultaram nos ensaios originais publicados em *Times and Tradition* (Trigger, 1978a) e *Gordon Childe: Revolutions in Archaeology* (Trigger, 1980a). Embora eu continuasse a escrever estudos sobre vários aspectos da história da arqueologia, duas outras tentativas de começar este livro deram em nada, por várias razões. Uma delas foi minha percepção de que o tempo não era propício. Já na primavera de 1986, fiz uma terceira tentativa e descobri que o livro estava a "escrever-se a si mesmo". Acredito que esta mudança deveu-se a minha satisfação crescente com os avanços contemporâneos na interpretação arqueológica. Muitos arqueólogos (não apenas no Ocidente, mas também na União Soviética aparentemente) têm mostrado preocupação com o que vêem como a fragmentação teórica da disciplina. Quanto a mim, ao contrário, acredito que o desenvolvimento contemporâneo ajuda os arqueólogos a transcender os limites de enfoques sectários muito estreitos, o que resulta em interpretações mais holísticas e frutíferas dos dados arqueológicos. Há também um realismo crescente na constatação das limitações dos dados arqueológicos, ao mesmo tempo em que se verifica maior flexibilidade na busca de superá-las. Esses avanços decorrem de façanhas arqueológicas tanto do passado como do presente. E, portanto,

tempo oportuno para uma revisão do pensamento arqueológico em uma perspectiva histórica.

Cabe aqui uma breve declaração de minha posição teórica. Sempre considerei o enfoque materialista mais apto a produzir uma compreensão do comportamento humano do que qualquer outra abordagem. Aplicado com inteligência, não diminui, de modo algum, a apreciação das características que tornam única a mente humana, e facilita a inserção da teoria social em uma compreensão biológica mais ampla das origens e do comportamento humano. Contudo, nunca achei que o determinismo ecológico, a teoria neo-evolucionista ou o materialismo cultural fornecessem explicações satisfatórias para todo o espectro de variações que podem ser encontradas na conduta humana, ou para as muitas complexidades presentes em seqüências concretas de mudança cultural. Em toda a minha carreira, tentei conciliar um enfoque materialista com o empenho de levar em conta a diversidade histórica que caracteriza o registro arqueológico. Isso nutriu meu apreço cada vez maior pelo materialismo histórico, para o qual fui inicialmente atraído por obra de meus esforços para entender o passado, e não por conta de convicções políticas dogmáticas. Em particular, sempre achei o marxismo de Gordon Childe, de orientação histórica e contextual, infinitamente preferível às formas mais deterministas do marxismo evolucionista, ou ao namoro com o idealismo característico do neomarxismo.

Embora esse livro tenha sido escrito como uma unidade, eu extraí muito do que aqui se encontra de meus escritos prévios. O esboço do estudo de história da arqueologia que se acha no ensaio bibliográfico do primeiro capítulo apoia-se fortemente em Trigger, 1985a. Muitas das idéias de que me vali para estruturar os capítulos 4 e 5 haviam sido desenvolvidas em Trigger, 1978a e 1984a, ao passo que as seções que tratam de Childe nos capítulos 5 e 7 baseiam-se em Trigger, 1980a, e mais particularmente em Trigger, 1984b e 1986c. O capítulo 6 baseia-se parcialmente em Trigger, 1984c, embora os pontos de vista que exprimo a respeito da arqueologia soviética naquele escrito tenham sido

consideravelmente modificados. Algumas das referências citadas no capítulo 6 foram assinaladas por Rose Marie Bernard em sua tese de mestrado "Arqueologias marxistas: uma história de seu desenvolvimento na União Soviética, na Europa e nas Américas" (1985), apresentada na Universidade McGill. Sou grato também a Peter Timmins por suas ponderações relativas ao esboço da seção do capítulo 9 que trata de processos de formação de sítios. No tocante a informações factuais e apoio bibliográfico, agradeço a Chen Chun, Margareth Deith, Brian Fagan, Norman Hammond, Fumiko Ikawa-Smith, June Kelley, Philip Kohl, Isabel McBryde, Mary Mason, Valerie Pinsky, Neil Silberman, Robert Vogel, Alexander von Gernet, Michael Woloch e Alison Wylie, assim como a muitos outros colegas de todo o mundo que me mandaram cópias de seus escritos.

A história da arqueologia não é assunto novo. Portanto, quem quer que escreva um estudo geral a esse respeito ergue-se sobre os ombros de seus predecessores. Por essa razão, sempre que me pareceu adequado fazê-lo, citei fontes secundárias de autoridades reconhecidas, em vez de anexar uma bibliografia extensa e gigantesca com referências a fontes primárias cada vez mais remotas e inencontráveis na maioria das bibliotecas. Sempre que possível, entretanto, consulte as fontes primárias, e onde encontrei discrepâncias abandonei as fontes secundárias defectivas, ou chamei a atenção sobre suas deficiências. As obras antigas reeditadas (e traduzidas para o inglês) são sempre citadas segundo a reedição, com a data da primeira edição entre colchetes.

A pesquisa necessária para a elaboração deste livro foi possível, em grande medida, graças a uma licença sabática concedida pela Universidade MacGill e uma bolsa concedida pelo Canada Council, em 1983. A todos os alunos, tanto de graduação como de pós-graduação, que fizeram comigo o curso "História da teoria arqueológica", quero agradecer por suas muitas contribuições para o desenvolvimento das idéias expostas neste livro. Agradeço também a minhas irmãs, Isabel e Rosalyn, por sua ajuda na verbalização das idéias e por estimular-me à

busca da máxima clareza de expressão. Por fim, dedico esse livro a minha esposa, Barbara.

Capítulo 1

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA

Embora haja uma indústria acadêmica principal... dizendo aos cientistas sociais... como eles podem tornar-se verdadeiros cientistas, há uma outra, de produção igualmente vigorosa, supostamente a confirmar que o estudo dos homens e da sociedade não pode ser científico.

Ernest Gellner, *Relativism and the Social Science* (1985), p. 120

A partir da década de 1950, a arqueologia, sobretudo na América do Norte, passou da ortodoxia histórico-cultural (em que parecia comprazer-se) a inovações teóricas ambiciosas. A última delas, ao invés de inaugurar um novo consenso, levou a crescentes divergências no tocante aos objetivos da disciplina e ao modo como esses objetivos podem ser alcançados (Dunnell, 1983: 535). Em número cada vez maior, muitos arqueólogos, na esteira de historiadores e sociólogos, abandonaram a certeza positivista e passaram a ter dúvidas acerca da objetividade de sua pesquisa. Advertem esses arqueólogos que fatores sociais determinam não apenas as questões que eles colocam, mas também as respostas que julgam convincentes. Versões extremas desta concepção negam que os arqueólogos possam apresentar interpretações de seus dados que não sejam um mero reflexo de valores transitórios das sociedades nas quais vivem. No entanto, se é verdade que a arqueologia não pode produzir algum tipo de entendimento cumulativo e um comentário do passado independente, ao menos em parte, de contextos históricos específicos, então que justificativas científicas (e não apenas políticas, psicológicas ou estéticas) podem ser dadas para se fazer pesquisa arqueológica?

Esse livro examina as relações entre a arqueologia e seu meio social em uma perspectiva histórica. Um tal enfoque possibilita uma visão

comparativa a partir da qual problemas relativos a subjetividade, objetividade e acumulação gradual de conhecimento podem ser apreciados. Nos últimos anos, um número cada vez maior de arqueólogos passou a concordar com o filósofo e arqueólogo R. G. Collingwood (1939: 32) quanto a que "nenhum problema histórico deve ser estudado sem que se estude ... a história do pensamento histórico a seu respeito" (Dunnell, 1984: 490). Pesquisas históricas acerca da interpretação arqueológica se multiplicaram e foram adotadas metodologias mais sofisticadas (Trigger, 1985a). A este enfoque, porém, não lhe faltam críticos. Michael Schiffer (1976:193) declarou que os cursos de pós-graduação devem deixar de ser "histórias do pensamento" e, em vez disso, devem expor, de forma articulada, teorias contemporâneas. Sua colocação encarna o ponto de vista segundo o qual a verdade, ou falsidade, de formulações teóricas independe de influências sociais e, portanto, da história, podendo ser determinada pela aplicação científica de procedimentos válidos de avaliação a conjuntos de dados adequadamente reunidos. Levado ao extremo, este ponto de vista implica que a história e a filosofia da arqueologia estão inteiramente desconectadas uma da outra. Ironicamente, a análise histórica oferece um posto de observação privilegiado a partir do qual os méritos respectivos dessas duas posições contrastantes podem ser apreciados.

Os próximos capítulos passarão em revista as principais idéias que influenciaram a interpretação dos dados arqueológicos, principalmente nos últimos duzentos anos. Examinarei cuidadosamente alguns dos fatores sociais que ajudaram a delinear as idéias que estruturam esta obra, e o impacto recíproco das interpretações arqueológicas sobre outras disciplinas e sobre a sociedade. Para fazê-lo, é necessário comparar os modos como o pensamento arqueológico se desenvolveu em várias partes do mundo. É impossível, em um único volume, examinar todas as teorias, ou todas as tradições arqueológicas regionais. Mas espero que a concentração em um número limitado de desenvolvimentos significativos torne possível descobrir alguma coisa a

respeito dos principais fatores responsáveis por conformar a interpretação arqueológica. Seguindo os passos de L. R. Binford, será feita aqui uma distinção entre diálogo interno - o diálogo através do qual os arqueólogos têm procurado desenvolver métodos para fazer inferências sobre o comportamento humano a partir de dados arqueológicos - e diálogo externo - aquele do qual eles se valem nessas descobertas a fim de tratar de questões genéricas relativas ao comportamento humano e à história. Embora eu não afirme que esses dois níveis de discurso sejam claramente separáveis, o diálogo interno envolve os interesses que distinguem a arqueologia como uma disciplina particular, ao passo que o diálogo externo representa a contribuição da arqueologia às ciências sociais. Mas esta é uma distinção que apenas recentemente se tornou clara para a maioria dos arqueólogos.

A reação do público aos achados da arqueologia é um indicativo da necessidade de enquadrar sua história em um amplo contexto social. A imagem popular da arqueologia é a de uma disciplina esotérica que não tem qualquer relevância no tocante às necessidades e interesses do presente. Ernest Hooton (1938:218) assim descreveu, certa vez, o modo como os arqueólogos são vistos: "*playboys* senis da ciência, de pés fincados em monturos de antiqualha". No entanto, ao longo de cerca de duzentos anos, o interesse amplamente difundido pelas vastas implicações de descobertas arqueológicas contradiz esta imagem. Ninguém poderia negar o fascínio romântico suscitado por achados arqueológicos espetaculares como os de Austen Layard em Nínive, ou os de Heinrich Schliemann em Tróia, no século XIX, e pelas descobertas mais recentes do túmulo de Tutancâmon, do Palácio de Minos, do exército de estátuas de cerâmica em tamanho natural do imperador chinês Qin Xihuangdi e de fósseis homínidas de muitos milhões de anos, na África oriental. Todavia, isto não explica o profundo interesse do público por controvérsias travadas em torno da interpretação de muitos achados arqueológicos rotineiros, a atenção que numerosos movimentos políticos, sociais e religiosos têm prestado à

pesquisa arqueológica, e os esforços de diversos regimes totalitários no sentido de controlar a interpretação de testemunhos arqueológicos. Durante a segunda metade do século XIX, ambas as partes envolvidas na discussão acerca da origem do homem buscaram apoio na arqueologia para decidir qual relato era mais fidedigno: se a teoria evolucionista ou o livro do Gênesis. E ainda há pouco, na década de 1970, um arqueólogo contratado pelo governo verificou que sua posição se tornara insustentável quando se recusou a pôr em dúvida a evidência de que ruínas líticas da África Central correspondiam a edificações de ancestrais dos povos bantos modernos.

Minha adoção de uma perspectiva histórica não significa que eu reivindique uma posição privilegiada para semelhante enfoque no que diz respeito à objetividade. Interpretações históricas são notoriamente subjetivas, a tal ponto que muitos historiadores chegaram a considerá-las meras expressões de opiniões pessoais. Também é um fato reconhecido que, por causa da abundância de testemunhos históricos, pode-se reunir dados para comprovar quase tudo. Pode haver alguma verdade no argumento de William MacNeill (1986:104) segundo o qual, se é que a interpretação histórica vem a ser uma forma de fabricação de mitos, dá-se, em todo o caso, que os mitos ajudam a orientar a ação coletiva e são um substituto humano para o instinto. Sendo assim, segue-se que eles estão sujeitos à operação do fator social equivalente à seleção natural e podem, portanto, com o transcurso de longos períodos de tempo, tornar-se mais próximos da realidade. Esta é, porém, uma base de apoio frágil para nossas esperanças de objetividade nas interpretações históricas.

Não afirmo que o estudo histórico aqui apresentado seja mais objetivo do que as interpretações de testemunhos arqueológicos ou etnológicos que ele examina. Tal como muitos outros estudiosos da arqueologia, admito, porém, que a abordagem histórica prove um ângulo especialmente favorável a partir do qual podem ser examinadas as relações cambiantes entre a interpretação arqueológica e o meio socio-cultural. A perspectiva temporal oferece ao estudo das ligações entre a

arqueologia e a sociedade uma base diferente dos enfoques filosófico e sociológico. Em particular, permite ao pesquisador identificar fatores subjetivos através da observação de como, e sob quais circunstâncias, as interpretações de registros arqueológicos têm variado. Embora isso não elimine o viés do observador, nem a possibilidade de que tais enviesamentos influenciem a interpretação de dados arqueológicos, quase com certeza se pode dizer que assim aumentam as chances de alcançar percepções mais ricas do que aconteceu no passado.

Contribuições para a História da Arqueologia

A necessidade de estudos mais sistemáticos sobre a história da interpretação arqueológica é indicada por sérias divergências acerca da natureza e do significado dessa história. A maior controvérsia centra-se na avaliação do papel desempenhado pela explicação no estudo de dados arqueológicos nos últimos dois séculos. J. R. Willey e J. A. Sabloff organizaram sua obra *A History of American Archaeology* [Uma história da arqueologia americana] com base na discriminação de quatro períodos sucessivos: fase especulativa, fase classificatória-descritiva, fase classificatória-histórica e fase explicativa, esta última com início em 1960. No entanto, como nos recordou o historiador britânico E. H. Carr (1967: 3-35), a simples caracterização dos dados como relevantes ou irrelevantes, que ocorre nos estudos históricos mais descritivos, já implica a existência de algum tipo de quadro teórico. Além do mais, contestando a tese de que existe uma linguagem observacional neutra, é possível argumentar que nem mesmo o mais simples fato pode ser estabelecido independentemente de um contexto teórico (Willey, 1982:42). No passado, os quadros teóricos não eram, em sua maioria, explícita ou mesmo conscientemente formulados pelos arqueólogos. Hoje, em especial no contexto da arqueologia americana, muitas proposições teóricas são sistematicamente elaboradas. No entanto, seria enganoso conferir o *status* de teoria tão somente às formulações auto-conscientes das últimas décadas. De resto, um exame mais detido da

história da interpretação arqueológica sugere que as teorias anteriores nem sempre foram tão implícitas e desconexas como em geral se acredita.

Outros autores aceitam que os arqueólogos empregaram teorias no passado, mas sustentam que até recentemente não se verificava, nesse processo, consistência suficiente para que tais teorias viessem a constituir o que Thomas Kuhn chamou de paradigma de pesquisa. Kuhn (1970:10) chamou de paradigma um cânon consensual de prática científica, incluindo leis, teorias, aplicações e instrumentos, capaz de prover um modelo para uma "tradição particular coerente de pesquisa científica". Uma tal tradição é sustentada pela "comunidade científica" e propagada em periódicos e livros controlados por essa comunidade. D. L. Clarke (1968: xiii) descreveu a arqueologia como "uma disciplina empírica indisciplinada" e sugeriu que sua concepção teórica, pelo menos até tempos muito recentes, pode ser considerada como se estivesse em um estado pré-paradigmático. Até a década de 1960, a arqueologia permaneceu "um feixe desconexo de suhteorias não compatibilizadas" que não fora estruturado em um sistema global. Clarke também postulou que apenas abordagens reconhecidas internacionalmente podem qualificar-se como paradigmas (*ibidem*, 153-5). Porém, estudos detalhados de fases anteriores do desenvolvimento da arqueologia vêm revelando formulações muito mais abrangentes e dotadas de consistência interna do que se acreditava até agora ter havido. Isso é especialmente verdadeiro no caso de estudos que respeitam a integridade do passado e julgam a obra nos termos das idéias vigentes no período em que ela apareceu, em vez de fazê-lo com base em padrões modernos (Meltzer, 1983; Grayson, 1983 e 1986).

Alguns arqueólogos combinam a tese de Kuhn a respeito das revoluções científicas com uma visão evolutiva do desenvolvimento de sua disciplina. Sustentam eles que as fases sucessivas da concepção da teoria arqueológica mostram consistência interna suficiente para que sejam categorizadas como paradigmas, e para que a substituição de um paradigma por outro seja considerada uma revolução científica (Sterud,

1973). De acordo com este ponto de vista, sucessivos inovadores, como Christian Thomsen, Oscar Montelius, Gordon Childe e R. Lewis Binford, identificaram anomalias consideráveis em interpretações convencionais de dados arqueológicos e moldaram novos paradigmas que modificaram significativamente a direção da pesquisa arqueológica. Esses paradigmas não somente alteraram o significado outrora atribuído aos dados arqueológicos, como também determinaram que tipos de problemas podiam, ou não, ser considerados importantes.

Contudo, os arqueólogos não estão de acordo no que toca à seqüência efetiva dos paradigmas que supostamente caracterizaram o desenvolvimento da arqueologia (Schwartz, 1967; ensaios em Fitting, 1973). Ao menos em parte, isso pode ser um reflexo da falta de clareza da concepção de paradigma de Kuhn (Meltzer, 1979). Alguns críticos entenderam que uma disciplina pode ser caracterizada, de modo simultâneo, por uma série de tipos funcionalmente distintos de paradigmas, que podem interligar-se apenas frouxamente e alterar-se em proporções diversas, de modo a produzir um padrão genérico de mudança antes gradual que abrupto. Margaret Masterman (1970) distinguiu três tipos principais de paradigmas: metafísico, relacionado com a visão de mundo de um determinado grupo de cientistas; sociológico, definitivo do que vem a ser consensual; e construtivo, que supre os instrumentos e métodos para a solução de problemas. Nenhum desses três tipos constitui por si só "o" paradigma de uma época. Kuhn também foi acusado de ignorar a importância da competição e da mobilidade entre "escolas" rivais enquanto fatores de mudança no seio de uma disciplina (Barnes, 1974:95). É possível ainda que, por conta da complexidade do assunto que têm por objeto, as ciências sociais tenham mais escolas e mais paradigmas rivais que as ciências da natureza, e talvez por causa disso seus paradigmas individuais tendam a coexistir e substituir um ao outro de forma relativamente lenta (Binford e Sabloff, 1982).

Outro ponto de vista, mais afinado com essas críticas e com a tese de Toulmin (1970) segundo a qual as ciências não experimentam

revoluções, e sim mudanças graduais, ou progressões, afirma que a história da arqueologia compreendeu um crescimento cumulativo de conhecimentos a respeito do passado transcorrido desde os tempos primitivos até o presente (Casson, 1939; Heizer, 1962a; Willey e Sabloff, 1974; Meltzer, 1979). Sustenta-se que, embora as várias fases desse desenvolvimento possam ser delineadas de modo arbitrário, a arqueologia muda de forma gradual, sem rupturas radicais ou transformações bruscas (Daniel, 1975: 374-6). Alguns arqueólogos vêem o desenvolvimento da disciplina seguir um curso único, linear e inexorável. Vê-se a base de dados em expansão contínua, e novas interpretações são consideradas como a elaboração gradual, o refinamento e a modificação de um corpo teórico subsistente. Entretanto, esta abordagem não leva em conta o freqüente fracasso dos arqueólogos em desenvolver suas idéias de forma sistemática. Por exemplo, embora naturalistas do século XIX — eruditos com interesses arqueológicos, como Japetus Streenstrup (Morlot, 1851) e William Buckland (Dawkins, 1984:281-4) - já realizassem experimentos com o objetivo de determinar de que modo resíduos faunísticos vieram a introduzir-se em determinados sítios, esse tipo de pesquisa só se tornou rotineira na arqueologia depois de 1970 (Binford, 1977e 1981).

Um terceiro ponto de vista trata o desenvolvimento da teoria arqueológica como um processo não-linear, e freqüentemente não-previsível. As mudanças seriam causadas mais por novas idéias, formuladas em outras ciências sociais, a respeito do comportamento humano que por novos dados arqueológicos, e poderiam refletir valores sociais de popularidade variável. Por este motivo, a interpretação arqueológica não evolui de modo linear, com uma construção cada vez mais abrangente e satisfatória dos dados; em vez disso, as mudanças do modo de entender o comportamento humano podem alterar radicalmente interpretações arqueológicas, tornando informações que antes se afiguravam relevantes em informações de pouco interesse relativo (Pigott, 1950, 1968 e 1976; Daniel, 1950; Hunter, 1975). Esse ponto de vista está de acordo com a observação de Kuhn (1970:130) de

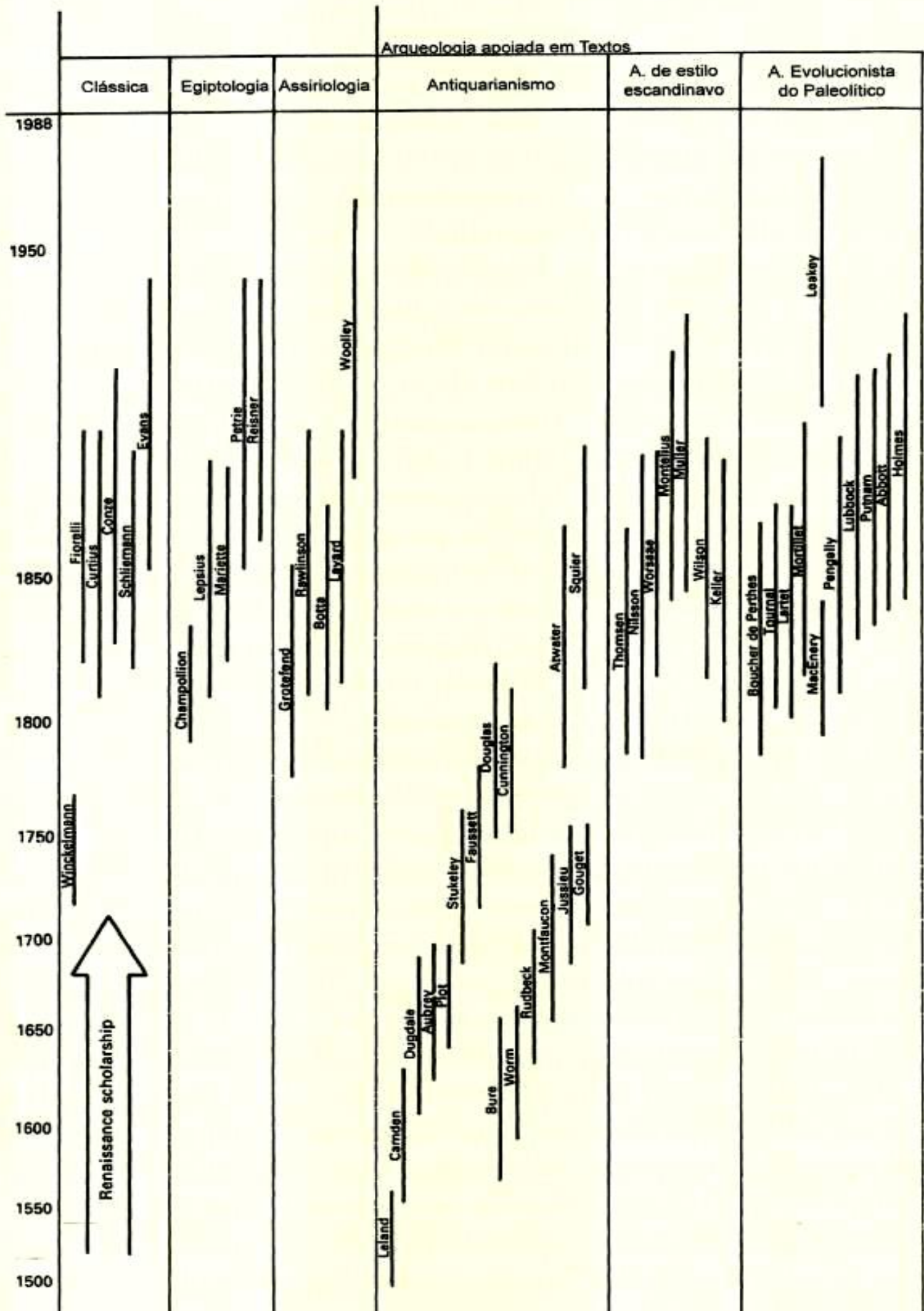
que paradigmas, ao sofrer modificações, não apenas selecionam novos assuntos, como também desviam a atenção de problemas que outrora teriam sido considerados dignos de abordagem. Tal modo de ver, diferentemente dos evolucionismos, não tem como certo que a maioria das mudanças de orientação teórica resulta em avanço da pesquisa arqueológica.

Alguns arqueólogos duvidam de que interesses e conceitos da disciplina mudem significativamente de um período para outro. Bryony Orme (1973: 490) sustenta que as interpretações arqueológicas oferecidas no passado eram mais parecidas com as atuais do que geralmente se imagina e que as preocupações arqueológicas pouco mudaram. No caso de algumas idéias que comumente são consideradas modernas, é possível demonstrar uma notável antigüidade. Os arqueólogos afirmaram que densidades populacionais crescentes conduzem à adoção de formas mais laboriosas de produção de alimentos muito antes de terem redescoberto esta tese na obra de Ester Boserup (Smith & Young, 1972). Já em 1673, o estadista britânico William Temple havia renunciado esta teoria quando observou que altas densidades populacionais forçam as pessoas a trabalhar arduamente (Slotkin, 1965:10-11). Em 1863, o arqueólogo sueco Sven Nilsson (1868: lxii) argumentou que o crescimento da população acarretara a passagem do pastoreio para a agricultura na Escandinávia pré-histórica. O conceito também se achava implícito na "teoria do oásis" a respeito da origem da produção de alimentos, tal como ela foi exposta por Rafael Pumpelly (1908: 65-6) e adotada por Harold Peake e H. J. Fleure (1927), e depois por Gordon Childe (1928). Eles propuseram a tese de que a seca posterior à última glaciação, no Oriente Próximo, compeliu as populações a concentrar-se em torno das fontes de água remanescentes, onde tiveram de inovar a fim de alimentar grupos com maior densidade populacional. Contudo, embora se verifique a persistência e a recorrência de idéias na história da arqueologia, isto não significa que não há nada de novo na interpretação dos dados arqueológicos. Essas teses podem ser apreciadas tomando como base os diferentes quadros

conceituais que elas integraram em cada período. É deles que as idéias em questão tiram seu significado para a disciplina, e à medida que eles se alteram, os significados também mudam. Dar demasiada importância a certas idéias, sem prestar atenção ao seu cambiante contexto, levaria os arqueólogos a subestimar o acervo de mudanças significativas que tem caracterizado o desenvolvimento da interpretação arqueológica.

Muitos arqueólogos já observaram que uma das principais características da interpretação arqueológica é sua diversidade regional. Tanto David Clarke (1979: 28, 84) como Leo Klejn (1977) trataram a história da arqueologia como uma história de escolas regionais. Clarke afirmou que só recentemente a arqueologia deixou de ser uma série de tradições divergentes, cada qual com seu próprio corpo teórico valorizado de modo particular e sua forma preferida de descrição, interpretação e explicação (Daniel, 1981b; Evans *et al.*, 1981: 11-70; Trigger & Glover, 1981-2). O que ainda não foi suficientemente estudado é a natureza das divergências que as separam. Até que ponto elas representam diferenças irreconciliáveis de compreensão do comportamento humano, incidindo sobre a natureza das questões apresentadas, ou até que ponto se trata das mesmas idéias básicas, abordadas com terminologias diferentes? Por certo, as diferenças culturais são importantes. Porém, a um exame mais detido, vê-se que a maioria das interpretações produzidas por arqueólogos atuantes no contexto de diferentes tradições nacionais podem ser adscritas a um número limitado de orientações gerais. Em outro estudo, identifiquei três tipos de orientações: colonialista, nacionalista e imperialista (ou globalizante). Essas orientações têm-se reproduzido na arqueologia de países geograficamente distantes uns dos outros; sucede também que a arqueologia de uma determinada nação mude de um para outro tipo, conforme as circunstâncias políticas. Tais abordagens da interpretação arqueológica serão examinadas em detalhe em capítulos posteriores.

1. Movimentos importantes na arqueologia e principais autores a eles associados.



A. Histórico-Cultural	A. Funcional	A. Processual	A. Pós-Processual
<p>Kossinna _____</p> <p>Childe (1) _____</p> <p>Wheeler _____</p> <p>Hawkes _____</p> <p>Piggott _____</p> <p>E. Thompson _____</p> <p>Kidder _____</p> <p>Nelson _____</p> <p>J. A. Ford _____</p> <p>Strong _____</p> <p>U. J. _____</p> <p>Griffin _____</p> <p>Bordes _____</p> <p>Crawford _____</p> <p>Fox _____</p> <p>Childe (2) _____</p> <p>Ravdonikas _____</p> <p>Tallgren _____</p> <p>Clark _____</p> <p>Higgs _____</p> <p>W. Taylor _____</p> <p>Braidwood _____</p> <p>Willey _____</p> <p>MacNeish _____</p> <p>Caldwell _____</p> <p>R. M. Adams _____</p>	<p>Bimford _____</p> <p>Clarke _____</p> <p>Flannery _____</p> <p>Schiffer _____</p> <p>Renfrew _____</p> <p>Dunnell _____</p> <p>Sanders _____</p> <p>Watson _____</p> <p>Isaac _____</p>	<p>Hodder _____</p> <p>Leong _____</p> <p>Leroi-Gourhan _____</p>	

Com poucas exceções dignas de nota (Bernal, 1980; Chakrabarti, 1982), o estudo de tradições arqueológicas regionais não tem levado em conta, porém, o vasto intercâmbio intelectual que caracterizou o desenvolvimento da arqueologia em todas as partes do mundo, durante os séculos XIX e XX. Uma dramática ilustração deste fato é o estudo dos concheiros. Relatos de estudos pioneiros de sábios dinamarqueses, que começaram sua obra na década de 1840, estimularam um vasto número de pesquisas sobre concheiros ao longo da costa atlântica e da costa do Pacífico na América do Norte, na última metade do século XIX (Trigger, 1986 a). Quando, depois de ter analisado material proveniente de concheiros encontrados ao longo da costa do Maine para o arqueólogo Jeífries Wyman, da Universidade do Maine, o zoólogo americano Edward Morse foi lecionar no Japão, descobriu e escavou um vasto depósito de conchas do mesolítico em Omori, nas cercanias de Tóquio. Alguns de seus alunos de zoologia escavaram por conta própria um outro concheiro, pouco antes de arqueólogos japoneses formados na Europa estabelecerem o estudo da cultura mesolítica Jomon em bases profissionais (Ikawa-Smith, 1982). Os estudos escandinavos também estimularam as primeiras pesquisas sobre sambaquis no Brasil (Ihering, 1895) e sobre concheiros no sudoeste da Ásia (Earl, 1863). Mesmo as tradições arqueológicas ideologicamente opostas da Europa ocidental e da União Soviética influenciaram-se mutuamente de modo significativo, a despeito de décadas em que o contato científico de qualquer espécie entre elas era muito difícil, e mesmo perigoso. Por todas essas razões, parece insensato superestimar a independência ou a singularidade teórica de arqueologias regionais.

Deu-se menos atenção ao impacto que a especialização interna no seio da arqueologia teve sobre a forma como os dados arqueológicos são interpretados (Rouse, 1972: 1-25). No entanto, diferentes orientações nesse plano podem ser responsáveis por não menos diferenças que as devidas às arqueologias regionais. A arqueologia clássica, a egiptologia e a assiriologia empenharam-se fortemente no estudo da epigrafia e da história da arte em um enquadramento histórico (Bietak, 1979). A

arqueologia medieval desenvolveu-se como um estudo de vestígios materiais que complementam a pesquisa baseada em registros escritos (M. Thompson, 1967; D. M. Wilson, 1976; Barley, 1977). A arqueologia paleolítica desenvolveu-se paralelamente à geologia histórica e à paleontologia, e manteve estreitos vínculos com estas disciplinas, ao passo que o estudo dos períodos pré-históricos recentes combina, com freqüência, os achados arqueológicos com dados de diversas outras fontes, incluindo-se aí lingüística, folclore, antropologia física e etnologia comparada (D. McCall, 1964; Trigger, 1968a, Jennings, 1979). Embora esses muitos tipos de arqueologia tenham-se desenvolvido em considerável isolamento intelectual recíproco, ao longo de extensos períodos, e tenham-se tornado ainda mais estranhos uns aos outros por efeito da balcanização de seus jargões, os laços históricos, a interação esporádica e os interesses metodológicos comuns foram suficientes para que todos esses ramos da arqueologia viessem a compartilhar numerosos conceitos interpretativos.

Numa tentativa de evitar pelo menos alguns dos problemas assinalados acima, o presente estudo não abordará correntes de interpretação arqueológica de acordo com uma perspectiva cronológica, geográfica, histórica ou sub-disciplinar específica (Schuyler, 1971). Em vez disso, examinará um certo número de linhas de interpretação, mais ou menos na ordem cronológica de sua aparição. Essas correntes interpretativas com freqüência vieram a sobrepor-se e interagir, tanto no plano temporal como no geográfico, e a obra de vários arqueólogos reflete o impacto de muitas delas, quer alternando-as, em diferentes etapas de suas carreiras, quer fazendo-as entrar, de forma simultânea, em algum tipo de combinação. Este enfoque permite a um estudo histórico levar em conta os estilos cambiantes de interpretação arqueológica que não podem ser colocados em nichos cronológicos ou geográficos claramente delimitados, mas refletem ondas de inovação que têm transformado a arqueologia.

O Ambiente da Arqueologia

Ninguém pode negar que a pesquisa arqueológica é influenciada por diversos tipos de fatores. Na atualidade, o mais controverso deles vem a ser o contexto social em que os arqueólogos vivem e trabalham. Muito poucos arqueólogos, inclusive entre os que defendem uma visão positivista da pesquisa científica, negariam que as questões por eles elaboradas são, pelo menos em alguma medida, influenciadas por seu meio. Mas os positivistas afirmam que, desde que dados adequados estejam disponíveis e sejam analisados com o emprego de métodos científicos apropriados, a validade das conclusões resultantes independe dos preconceitos ou crenças do pesquisador. Já outros arqueólogos acreditam que, porquanto os achados de suas disciplinas são, consciente ou inconscientemente, vistos como tendo implicações quer para o presente, quer para a natureza humana em geral, as condições sociais variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas que os arqueólogos se dispõem a considerar aceitáveis.

David Clarke (1979:8) tinha em mente os fatores externos quando descreveu a arqueologia como um sistema adaptativo "relacionado internamente com seu conteúdo variável e externamente com o espírito dos tempos". Em outra passagem, ele escreveu: "Expostos à vida em geral, a processos educacionais e a sistemas de crença contemporâneos em transformação, adquirimos uma filosofia geral e uma filosofia arqueológica em particular - um sistema em parte consciente e em parte subconsciente de crenças, conceitos, valores e princípios, tanto reais como metafísicos" (*ibidem*: 25). Ainda antes, Colingwood (1939: 114) já observara que todo problema arqueológico "em última instância decorre da 'vida real' ...estudamos história a fim de ver com mais clareza a situação em que somos chamados a agir".

Nos últimos anos, a arqueologia foi fortemente influenciada pelos ataques que os relativistas lançaram contra o conceito de ciência como um empreendimento racional e objetivo. Esses ataques têm sua raiz no antipositivismo da paramarxista Escola de Frankfurt, representada, nos

últimos anos, pelos escritos de Jürgen Habermas (1971) e Herbert Marcuse (1964). Esses estudiosos enfatizam que as condições sociais influenciam tanto a eleição dos dados julgados relevantes, como a maneira pela qual são interpretados (Kolakowsky, 1978c: 341-95). Seus pontos de vista foram consideravelmente reforçados pela concepção paradigmática de Kuhn, pelos argumentos do sociólogo Barry Barnes (1974, 1977) - para quem o conhecimento científico não é de uma espécie diferente das outras formas de crença cultural - e pelas proclamações anarquistas do filósofo da ciência americano Paul Feyerabend (1975), segundo o qual, como não há critérios objetivos para a avaliação de teorias, a ciência não pode ser acorrentada a regras rígidas, e se tem de confiar em preferências pessoais e gostos estéticos ao apreciar o valor relativo de teorias rivais. Nos últimos tempos, idéias como essa atraíram um número considerável de seguidores entre os autodenominados arqueólogos críticos, especialmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Enquanto alguns ponderam que, com o passar do tempo, na longa duração, o incremento da consciência dos vieses sociais acabará por produzir maior objetividade (Leone, 1982), outros argumentam que mesmo dados arqueológicos básicos são construções mentais, portanto não independentes do meio social onde são utilizados (Gallay, 1986: 55-61). As formulações mais extremadas ignoram a ponderação de Habermas e Barnes de que "o conhecimento surge de nossos encontros com a realidade e está continuamente sujeito a correção pela retroalimentação oriunda desses encontros" (Barnes, 1977:10). Em vez disso, concluem que as interpretações arqueológicas são inteiramente determinadas pelo contexto social e não por alguma evidência objetiva. Assim, afirmações a respeito do passado não podem ter sua validade aferida por qualquer critério que não o da coerência intrínseca de um estudo particular, "que só pode ser criticado em termos das relações conceituais internas, não em termos de padrões impostos de fora para dentro, ou de critérios para a 'mensuração' ou 'determinação' de sua verdade ou falsidade" (Miller & Tilley, 1984:151). Um amplo espectro de alternativas separa os arqueólogos

hiperpositivistas, confiantes de que apenas a qualidade dos dados arqueológicos e das técnicas analíticas determinam o valor das interpretações arqueológicas, e os hiperrelativistas, inclinados a não atribuir nenhum papel aos dados arqueológicos, em vez disso explicando as interpretações arqueológicas tão somente em termos de lealdades culturais e sociais do pesquisador.

Conquanto sejam muito diversas as influências que as sociedades exercem sobre as interpretações arqueológicas, o desenvolvimento da arqueologia tem correspondência temporal com a ascensão ao poder das classes médias na sociedade ocidental. Embora muitos dos primeiros patronos da arqueologia pertencessem à aristocracia (desde Ciriaco de' Pizzicolti, no século XV), os arqueólogos têm sido, predominantemente, membros da classe média: funcionários públicos, clérigos, comerciantes, fazendeiros e, com o crescimento da profissionalização, professores universitários. Além disso, a maior parte do público que se interessa por achados arqueológicos se encontra nas classes médias educadas, incluindo, por vezes, líderes políticos. Todos os ramos da pesquisa científica que se desenvolveram a partir do século XVII fizeram-no sob a égide da classe média. No entanto, a arqueologia e a história são disciplinas de pronta inteligibilidade, e suas descobertas têm implicações importantes no que concerne à natureza humana e à razão pela qual as sociedades modernas vieram a ser como são (Levine, 1986). Sua clara relevância no tocante a questões políticas, econômicas e sociais contemporâneas tornam as relações entre arqueologia e sociedade especialmente complexas e significativas. Parece razoável, pois, examinar a arqueologia como uma expressão da ideologia da classe média e tentar descobrir até que ponto as mudanças nas interpretações arqueológicas refletem variações na sorte desse grupo.

Isso não equivale dizer que as classes médias são um fenômeno unitário. Cumpre distinguir a burguesia do *ancien régime* — composta, em grande medida, de clérigos, profissionais e administradores a serviço da realeza - da burguesia empresarial protagonista da revolução industrial (Darnton, 1984:113). O interesse e o grau de desenvolvimento das

classes médias também têm variado muito de um país para outro, e até dentro do mesmo país elas costumam dividir-se em vários estratos, em cada um dos quais encontram-se indivíduos com opções radicais ou conservadoras. E também evidente que a arqueologia nunca esteve associada a toda a classe média, mas apenas a uma parte dela, em que predominam os profissionais inclinados a interessar-se pela prática erudita (Kristiansen, 1981; Levine, 1986).

Relações entre interesses e idéias são contextualmente mediadas por um vasto número de fatores. Portanto, os arqueólogos não podem esperar que se estabeleçam relações unívocas entre determinadas interpretações arqueológicas e interesses particulares de classe. Em vez disso, devem analisar as idéias que influenciam interpretações arqueológicas como instrumentos com os quais grupos sociais buscam alcançar seus objetivos em determinadas situações. Entre esses objetivos constam os seguintes: reforçar a auto-confiança do grupo, fazendo com que seu sucesso apareça como natural, predestinado e inevitável; inspirar, ou justificar, ação coletiva; mascarar de altruísmo interesses coletivos (Barnes, 1974: 16); prover a determinados grupos, ou à sociedade como um todo, credenciais míticas (MacNeill, 1986). Sem com isso contestar a relevância de traços psicológicos individuais e tradições culturais, a relação entre a arqueologia e a classe média constitui um foco importante para o exame das relações entre a arqueologia e a sociedade. A maioria dos arqueólogos profissionais acredita que a disciplina é influenciada por um grande número de fatores, tanto internos quanto externos. Com exceção apenas dos relativistas mais radicais, todos concordam que um desses fatores é a base de dados arqueológica. Os dados arqueológicos vêm sendo acumulados de maneira contínua durante muitos séculos, e o surgimento de novos dados é normalmente percebido como um teste para interpretações anteriores. Mas os tipos de dados coletados e de métodos utilizados sofrem a influência da percepção de cada arqueólogo do que é relevante, o que, por sua vez, reflete seus pressupostos teóricos. Isso cria uma relação de reciprocidade entre coleta e interpretação de dados, de modo a deixar

tanto uma como outra abertas a influências sociais. Além disso, os dados recolhidos no passado com frequência não são suficientes nem apropriados para a solução de problemas considerados importantes em uma época posterior. Isso não acontece simplesmente porque os arqueólogos ainda não estavam familiarizados com técnicas que se tornaram decisivas depois, e assim deixaram de preservar carvão para a datação por radiocarbono, ou amostras de solo para análise de fitólitos (embora essas lacunas de documentação se revelem limitadoras em extremo). Com frequência, novas perspectivas inauguram novas linhas de investigação. Por exemplo, o interesse de Grahame Clark (1954) pela economia do período mesolítico levou-o a propor questões que simplesmente não podiam ser respondidas com o uso dos dados coletados quando o principal interesse nos estudos do mesolítico eram tipológicos (Clark, 1932). De modo similar, o desenvolvimento do interesse pela arqueologia dos assentamentos revolucionou as pesquisas arqueológicas de sítios (Willey, 1953) e fortaleceu o empenho em registrar e analisar as distribuições intra-sítios de vestígios e artefatos (Milon *et al.*, 1973). Portanto, embora os dados arqueológicos estejam sendo constantemente coletados, os resultados não são necessariamente cumulativos, como muitos arqueólogos acreditam. Na verdade, os arqueólogos parecem trabalhar mais com as conclusões de seus predecessores do que com as evidências nas quais essas conclusões se basearam.

O que os arqueólogos podem estudar também é influenciado pelos recursos disponíveis para a pesquisa, pelos contextos institucionais em que ela transcorre e pelos tipos de investigação que sociedades ou governos estão dispostos a deixar que eles empreendam. A fim de obter financiamento, os arqueólogos devem agradar seus patrocinadores, sejam eles mecenas (Hinsley, 1985), colegas, políticos responsáveis pela alocação de fundos públicos ou a sociedade em geral. Pode também haver restrições sociais quanto à escavação de certos tipos de sítios, a exemplo de cemitérios ou locais sagrados (Rosen, 1980). Assim, embaraços consideráveis podem ser criados tanto para as pesquisas que

os arqueólogos fazem quanto para o modo como eles interpretam os seus achados.

Até o século XX, poucos arqueólogos tinham formação em sua disciplina. Em vez disso, eles traziam para a arqueologia habilidades e pontos de vista variados, adquiridos em muitos campos e ocupações diferentes. Todos passavam por estudos em que a ênfase eram temas clássicos e bíblicos. Princípios básicos derivados de um amplo interesse pela numismática desempenharam um importante papel no desenvolvimento de esquemas de tipologia e seriação, fruto das obras de Christian Thomsen, John Evans e outros arqueólogos pioneiros (McKay, 1976). No século XIX, um número cada vez maior de pessoas que vieram a dedicar-se ao estudo da arqueologia tinham sido formadas em ciências físicas e biológicas. Mesmo hoje, afirma-se que diferenças significativas podem ser observadas nas obras de arqueólogos profissionais, dependendo de sua formação ter sido em ciências humanas ou ciências naturais (Chapman, 1979: 121). Mais recentemente, um grande número de arqueólogos especializados em pré-história se têm formado uns em departamentos de antropologia, outros em departamentos de história, dependendo das preferências locais. É também significativo o papel desempenhado por mestres bem-sucedidos, ou por arqueólogos carismáticos, na conformação da prática da arqueologia, tanto no âmbito nacional quanto em escala internacional. Arqueólogos mais jovens podem empenhar-se em abrir novas trilhas e tornar-se pioneiros em técnicas inovadoras, a fim de firmar sua reputação. Esse fenômeno é especialmente comum em períodos de rápido crescimento, com ampliação de oportunidades de emprego.

A interpretação arqueológica também foi influenciada por progressos nas ciências físicas e biológicas. Até as últimas décadas (quando a pesquisa realizada em regime de colaboração, envolvendo arqueólogos e cientistas naturais, tornou-se rotineira), o fluxo da informação entre as disciplinas, com raras exceções, era unidirecional, com os arqueólogos no papel de receptores. Conseqüentemente, a pesquisa em ciências

naturais só de maneira fortuita correspondia às necessidades dos arqueólogos, embora de tempos em tempos aí fossem feitas descobertas de fundamental importância para a arqueologia. O desenvolvimento do método de radiocarbono e de técnicas geocronométricas de datação, depois da Segunda Guerra Mundial, munuiu os arqueólogos, pela primeira vez, de uma cronologia universalmente aplicável e capaz de facultar a determinação tanto da duração quanto da ordem relativa das manifestações arqueológicas. A análise do pólen propiciou novas e valiosas constatações de mudanças climáticas e ambientais na pré-história, e a análise de traços de elementos acrescentou uma dimensão importante ao estudo da circulação pré-histórica de certas mercadorias. De um modo geral, em todo o mundo, inovações derivadas das ciências físicas e biológicas foram incorporadas à pesquisa arqueológica com rapidez e pouca resistência. O principal obstáculo à sua difusão é a falta de fundos e de pessoal qualificado nos países menores e mais pobres, um fator que provavelmente cria mais disparidades que qualquer outro entre a arqueologia dos países ricos e a dos países pobres. Ainda hoje, quando cada vez mais pesquisas físicas e biológicas são realizadas especificamente para solucionar problemas arqueológicos, as descobertas neste campo continuam a ser dos acontecimentos mais difíceis de prever dentre os que influenciam a interpretação arqueológica.

A proliferação de formas eletrônicas de tratamento de dados revolucionou a análise arqueológica tanto quanto a datação por radiocarbono. Hoje é possível, de forma rotineira, estabelecer correlações entre grandes quantidades de dados, num montante que, no passado, apenas arqueólogos excepcionais, como W. M. Petrie, poderiam tentar analisar (Kendall, 1969, 1971). A computação permite aos arqueólogos usar os abundantes dados a seu dispor em busca de uma padronização mais detalhada dos testemunhos arqueológicos e permite-lhes testar hipóteses mais complexas (Hodson *et al*, 1971; Doran & Hodson, 1975; Hodder, 1978; Orton, 1980; Sabloff, 1981). Progressos matemáticos estimularam novas orientações teóricas. A teoria geral dos

sistemas (Flannery, 1968; Steiger, 1971; Laszlo, 1972a; Berlinski, 1976) e a teoria das catástrofes (Thom, 1975; Renfrew, 1978; Renfrew & Cook, 1979; Saunders, 1980) constituem procedimentos matemáticos empregados no estudo da mudança, ainda que em sua aplicação aos problemas arqueológicos seus aspectos estritamente matemáticos tenham sido menos enfatizados que os conceitos subjacentes.

A interpretação de dados arqueológicos também tem sido afetada de modo significativo pelas variáveis teorias do comportamento humano defendidas pelas ciências sociais. De um modo especial, influenciaram-na conceitos derivados da etnologia e da história, disciplinas com as quais a arqueologia tem mantido os vínculos mais estreitos. Conceitos teóricos oriundos da geografia, da sociologia, da economia e da ciência política também têm influenciado a arqueologia, quer diretamente, quer através da antropologia e da história. Porém, na medida em que todas essas disciplinas foram conformadas pelos mesmos movimentos sociais que influenciaram a arqueologia, com freqüência torna-se difícil distinguir as influências das ciências sociais incidentes sobre a arqueologia das que lhe advêm da sociedade como um todo.

A interpretação dos dados arqueológicos é também consideravelmente influenciada por crenças arraigadas a respeito do que se aprendeu a partir do registro arqueológico. Dá-se, com freqüência, que interpretações antigas são acomodadas de forma acrítica a novas e variáveis concepções teóricas gerais, ao invés de ser examinadas com cuidado e devidamente avaliadas; isso ocorre mesmo quando as interpretações ultrapassadas foram formuladas de acordo com uma concepção geral já rejeitada. Por exemplo, quando R. S. MacNeish (1952) recorreu à seriação cerâmica para demonstrar que o desenvolvimento local explicava a origem de culturas iroquesas setentrionais do leste da América melhor do que a migração, continuou a aceitar que migrações de pequena escala eram responsáveis pelas origens de uns poucos grupos específicos. MacNeish e outros arqueólogos esqueceram que essas micromigrações não tinham sido postuladas com base em evidência arqueológica sadia, mas faziam parte

de uma teoria sobre movimentos migratórios de maior escala, coisa que o próprio MacNeish havia contestado. Assim, concepções específicas sobre o passado podem persistir e influenciar a interpretação arqueológica muito depois que o arrazoado conducente a sua formulação já foi desacreditado e abandonado (Trigger, 1978b).

Interpretação Arqueológica

A arqueologia é uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. Porém, ao contrário dos etnólogos, dos geógrafos, dos sociólogos, dos cientistas políticos e dos economistas, os arqueólogos não podem observar o comportamento da população que eles estudam; ao contrário dos historiadores, também não têm, na maioria dos casos, acesso direto ao pensamento dessa gente registrado em textos escritos. A arqueologia infere comportamento humano, e também idéias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material. Os arqueólogos também têm de recorrer a princípios uniformitaristas para que possam valer-se do entendimento de processos biológicos e geológicos contemporâneos na inferência de como tais processos ajudaram a configurar o registro arqueológico. No entanto, eles estão longe de chegar a um acordo a respeito de como esses saberes podem ser legítima e compreensivamente aplicados aos seus dados a fim de tornar inteligível o comportamento humano passado (Binford, 1976a, 1981; Gibbon, 1984; Gallay, 1986).

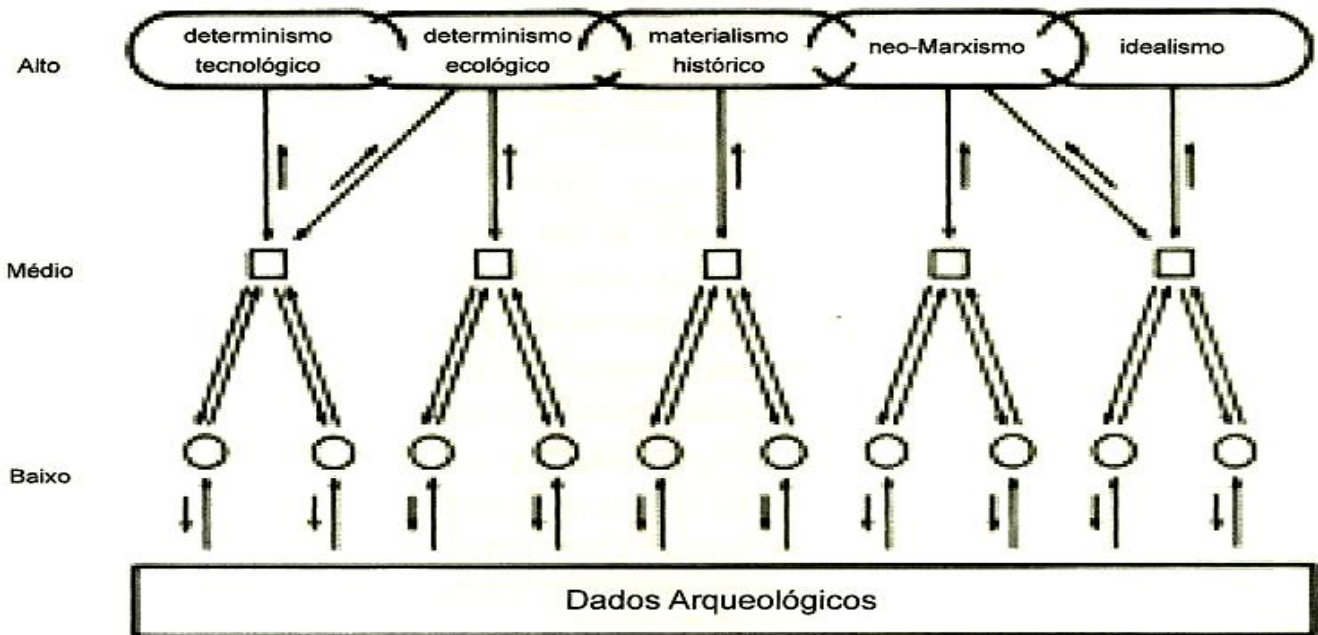
Os arqueólogos começaram a seguir o exemplo dos filósofos da ciência (Nagel, 1961), assim como o de outras ciências sociais, no classificar suas teorias e generalizações em termos de nível baixo, médio e alto

(Klejn, 1977; Raab & Goodyear, 1984). Esse esquema possibilita uma compreensão mais sistemática da natureza da teoria arqueológica e dos processos de raciocínio que caracterizam a disciplina.

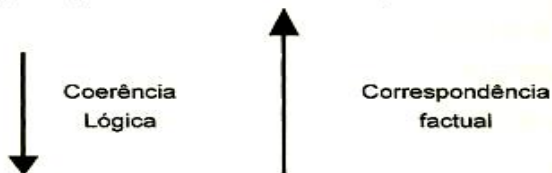
As teorias de nível baixo têm sido descritas como pesquisas empíricas com generalizações (Klejn, 1977:2). Parecem equivar às leis experimentais de Ernest Nagel (1961:70-105), por ele exemplificadas com a seguinte proposição: todas as baleias fêmeas amamentam seus filhotes. Essas generalizações normalmente se baseiam em regularidades que são repetidamente observadas e, entretanto, podem ser refutadas pela observação de casos contrários. A grande maioria das generalizações em que as interpretações arqueológicas se baseiam são desse tipo, empíricas. Abrangem a maior parte das classificações tipológicas de artefatos a identificação de culturas arqueológicas específicas, a demonstração (com recurso a estratificação, seriação ou datação por radiocarbono) de que uma manifestação arqueológica é anterior, ou posterior, a uma outra e a observação de que, em uma determinada cultura, todos os humanos são enterrados em uma certa posição e acompanhados por certos artefatos. Essas generalizações baseiam-se na observação de que atributos específicos, ou artefatos típicos, ocorrem repetidamente em uma associação particular recíproca, em relação a uma dada localidade geográfica, ou datando de um certo período. As dimensões a que se reportam tais generalizações são as clássicas de espaço, tempo e forma (Spaulding, 1960; Gardin, 1980: 62-97). Arqueólogos também podem presumir que determinados tipos de pontas de projéteis serviram a funções específicas e que cada tipo de cultura arqueológica estava associada a um povo específico. Essas inferências, que se referem a comportamentos humanos, diferem substancialmente de generalizações baseadas em observações empíricas de correlações entre duas ou mais categorias de dados arqueológicos concretos. Muitas vezes, os pressupostos comportamentais se mostram incorretos, não comprovados ou equívocos. Por conta da natureza dos dados arqueológicos, generalizações de pequeno alcance nunca concernem ao comportamento humano. Do ponto de vista desse

comportamento, constituem regularidades a ser explicadas, e não explicações efetivas.

Níveis de Teoria



(o comprimento da seta indica a importância relativa da relação)



2. Correlações entre níveis de generalização.

As teorias de nível médio são definidas como generalizações que tentam dar conta de regularidades ocorrentes, em múltiplas instâncias, entre duas ou mais séries de variáveis (Raab & Goodyear, 1984). As generalizações da ciência social devem ter validade transcultural e também fazer alguma referência ao comportamento humano. Além disso, devem ser suficientemente específicas, de modo que possam ser testadas quando submetidas a diferentes conjuntos de dados. Um exemplo de generalização antropológica de médio alcance é a proposição de Ester Boserup (1965) de que, em economias agrícolas, a pressão demográfica conduz a situações que requerem mais trabalho para cada porção de alimento produzida, com vistas à obtenção de mais alimento em cada

trecho de terra cultivável. Essa teoria poderia ser arqueologicamente verificável se os arqueólogos pudessem estabelecer medidas confiáveis de mudança demográfica absoluta e relativa, de intensidade de trabalho exigível e de produtividade em regimes agrícolas específicos, além de uma cronologia suficientemente precisa para especificar a relação temporal entre oscilações demográficas e produção de alimentos. Para fazê-lo, seria preciso elaborar o que Lewis Binford (1981) chama de teoria de médio alcance: a que tenta usar dados etnográficos para estabelecer relações válidas entre fenômenos passíveis de observação arqueológica e comportamento humano arqueologicamente inobservável. Embora teorias "de nível médio" e "teorias de médio alcance" não se equivalham, na medida que teorias de nível médio podem referir-se exclusivamente ao comportamento humano, ao passo que teorias de médio alcance devem reportar-se tanto ao comportamento humano quanto a traços arqueologicamente observáveis, em conjunto as teorias de médio alcance de Binford podem ser consideradas de nível médio. Teorias de médio alcance têm importância vital para o teste de todas as teorias de nível médio que se relacionam com dados arqueológicos.

Teorias de alto nível, ou teorias gerais, que Marvin Harris (1979: 26-7) chama de "estratégias de pesquisa" e David Clarke (1979: 25-30) rotulou de "modelos de controle" são definidas como regras abstratas que explicam as relações entre proposições teóricas e vêm a ser relevantes para a explicação de importantes categorias de fenômenos. O evolucionismo de Darwin e, mais recentemente, a teoria sintética da evolução biológica (que combina princípios darwinianos com genética) são exemplos de teorias gerais nas ciências biológicas. No domínio das humanidades, teorias gerais referem-se exclusivamente ao comportamento humano; neste nível, portanto, não há formulações teóricas que pertençam especificamente à arqueologia, e sim às ciências sociais em geral. Tampouco existem teorias gerais que tenham sido universalmente aceitas por cientistas sociais, como a teoria sintética da evolução o foi pelos biólogos. Exemplos de teorias de alto nível que

atualmente influenciam a pesquisa arqueológica são o marxismo (materialismo histórico), o materialismo cultural e a ecologia cultural. Todas são abordagens materialistas, portanto têm pontos em comum, em vários graus. Embora enfoques idealistas, como os presentes na antropologia boasiana do século XIX, sejam menos elegantemente articulados do que suas contrapartes materialistas, ainda assim inspiram muitas obras realizadas nas ciências sociais (Coe, 1981; Conrad, 1984). Como esses sistemas teóricos procuram inter-relacionar conceitos antes de dar conta de observações específicas, não podem ser diretamente confirmados nem invalidados (Harris 1979:76). Quanto a isso, assemelham-se a dogmas religiosos ou credos. No entanto, sua credibilidade pode ser influenciada pelo repetido sucesso ou fracasso das teorias de nível médio que deles dependem logicamente.

O teste indireto, porém, não é coisa simples. Ainda que muitas teorias de médio alcance sejam relevantes por sua capacidade de distinguir entre formas de explanação materialista e não-materialista, os cientistas sociais mostram grande ingenuidade ao descartar resultados que não estão de acordo com seus pressupostos, tratando-os como exceções, e até mesmo reinterpretando-os como confirmações inesperadas daquilo em que acreditam. Dada a complexidade do comportamento humano, há espaço suficiente para a ginástica intelectual. Chega a ser mais difícil para os arqueólogos distinguir entre as três posturas materialistas relacionadas acima. Por conta da natureza indireta dos testes, a ascensão e queda na popularidade de certas generalizações de nível alto parecem ser influenciadas mais por processos sociais do que pelo exame científico de teorias de nível médio. Entre 1850 e 1945, deu-se grande ênfase a explicações biológicas, e mais especificamente raciais, para as variações do comportamento humano. Demonstrações científicas de que explicações desse tipo não se sustentavam em instâncias específicas não tiveram força para abalar a crença, amplamente difundida entre os estudiosos, na validade genérica de uma concepção racista. No entanto, as teorias racistas foram quase totalmente abandonadas como explicação científica do comportamento humano após a derrota militar da

Alemanha nazista em 1945 e a subsequente revelação plena de suas atrocidades de inspiração racista.

Em termos ideais, seria possível estabelecer uma relação lógica e coerente entre os níveis alto, médio e baixo de teoria e uma correspondência entre, de um lado, generalizações de nível médio e baixo, e, de outro, dados observáveis. Nos últimos anos, arqueólogos americanos discutiram apaixonadamente se uma teoria de nível médio pode ser derivada dedutivamente, como uma série coerente de conceitos interrelacionados, oriundos de teorias de nível alto, ou se tem de ser construída por indução, a partir de dados e de generalizações de nível baixo. Aqueles que apoiam a linha dedutiva argumentam que explicações do comportamento humano, ao contrário de generalizações sobre o mesmo, só podem basear-se em leis de cobertura postas como hipóteses e testadas em confronto com séries independentes de dados (Watson *et al.*, 1981; Binford, 1972: 111). Os partidários dessa abordagem procuram estabelecer conexões lógicas explícitas entre teorias de nível alto e teorias de nível médio. Mas geralmente subestimam a natureza frágil, complexa e intratável das relações entre esses dois níveis. Por outro lado, os hiperindutivistas tendem a ver a teoria geral como o objetivo último, que só pode ser estabelecido depois de considerado um enorme *corpus* de generalizações confiáveis nos níveis baixo e médio (M. Salmon, 1982: 33-4; Gibbon, 1984: 35-70; Gallay, 1986: 117-24). No entanto, uma vez que numerosos postulados implícitos a respeito da natureza do comportamento humano influenciam o que se acredita ser uma explicação válida de dados arqueológicos, conceitos de nível alto só podem ser ignorados com o risco de que outros, implícitos, inconscientemente distorçam a interpretação arqueológica. A maior parte dos processos de construção teórica que logram êxito na ciência envolvem uma combinação de ambos os enfoques. Numa primeira instância, as explicações podem ser formuladas quer indutiva, quer dedutivamente. No entanto, não importa como elas sejam formuladas, seu *status* de teoria científica depende de sua coerência interna (com seus próprios elementos) e

externa (com outras formas aceitas de explicação do comportamento humano); por outro lado, depende ainda da sua capacidade de estabelecer uma correspondência satisfatória não só entre tais elementos, como com quaisquer generalizações empíricas correlatas — e ainda com um *corpus* adequadamente erigido de evidência factual (Lowther, 1962).

Os arqueólogos também estão em desacordo quanto à natureza formal das generalizações que buscam realizar. Na moderna arqueologia americana, tal como geralmente acontece na tradição positivista, acredita-se que todas as leis devem ser de natureza universal. Isso significa que elas produzem afirmações acerca de relações entre variáveis, que são aceitas como válidas independentemente da época, da região do mundo ou das culturas específicas em estudo. Essas generalizações variam em escala: vão desde grandes postulações a respeito do processo histórico até regularidades que concernem a aspectos, até certo ponto, triviais do comportamento humano (M. Salmon, 1982: 8-30). Um exemplo é a economia formalista, a qual sustenta que as regras empregadas para explicar o comportamento econômico das sociedades ocidentais explicam o comportamento de todos os seres humanos. Semelhante abordagem trata de variações significativas do comportamento humano em diferentes sociedades, considerando-as como novas combinações e permutações em uma série fixa de variáveis que interagem (Burling, 1962; Cancian, 1966; Cook, 1966). Generalizações universais são freqüentemente interpretadas como reflexo de uma natureza humana invariante.

Outros arqueólogos sustentam que as leis gerais desse tipo, concernentes à natureza humana, são relativamente poucas. Um número bem maior de generalizações aplica-se apenas a sociedades que compartilhem o mesmo modo de produção, ou modos de produção muito próximos. Esta posição é similar, em sua orientação geral, à dos economistas substantivistas. Contrastando com o modo de ver dos formalistas, os substantivistas sustentam que as regras, e também as formas de comportamento econômico, são basicamente alteradas pelo

processo evolutivo (Polanyi, 1944; Polanyi *et al*, 1957; Dalton, 1961). O enfoque substantivista supõe, portanto, que novas propriedades podem emergir, e de fato emergem, em função de mudanças socioculturais; supõe também que a natureza humana pode ser transformada em consequência disso (Childe, 1947a). A distinção entre generalizações universais e outras de alcance mais restrito pode não ser tão global e absoluta como seus propugnadores pretendem. Algumas das que se aplicam apenas a tipos específicos de sociedades podem ser transpostas em termos de generalizações universais, enquanto generalizações universais podem ser reformuladas, geralmente com detalhamento maior, de modo a aplicar-se especificamente a uma determinada classe da sociedade. No entanto, aqueles que enfatizam a importância das generalizações restritas argumentam que, se não todas, pelo menos a maioria delas não podem ser transformadas em generalizações universais sem uma severa perda de conteúdo e significado (Trigger, 1982a).

O terceiro tipo de generalização tem pertinência específica, relativa a uma cultura ou a um grupo singular de culturas historicamente relacionadas. Um exemplo seria a definição dos cânones que regeram a arte do antigo Egito ou a arte grega clássica (Childe, 1974a: 43-9; Montané, 1980: 130-6). Esse tipo de generalização é potencialmente muito importante, na medida em que corresponde à maior parte da padronização cultural. Não se encontrou, porém, modo convincente de ir além da especulação na interpretação do significado de semelhante padronização no registro arqueológico em situações em que não se dispõe de documentação histórica ou etnográfica complementar. Onde estas faltam, as regularidades permanecem como generalizações empíricas.

Desafios

Uma questão final consiste em saber se um estudo histórico tem como avaliar o progresso na interpretação de dados arqueológicos. Estarão

acontecendo grandes avanços em direção a uma compreensão mais abrangente e objetiva dos achados arqueológicos, como muitos arqueólogos presumem? Ou seria a interpretação desses dados, em grande medida, uma questão de modismos, e as realizações de uma etapa posterior não se tornariam necessariamente mais amplas e objetivas que as de uma fase anterior? Examinando os padrões sucessivos que influenciaram a interpretação de dados arqueológicos, tentarei determinar até que ponto a interpretação da história e do comportamento humano foi irresistivelmente modificada a partir da atividade arqueológica. É possível, porém, que as influências sociais responsáveis por moldar uma tradição científica no passado se desnudem mais facilmente depois de mudadas as condições sociais, ao passo que as influências contemporâneas são muito mais difíceis de se reconhecer. Isso faz com que as interpretações atuais de dados arqueológicos geralmente pareçam mais objetivas que as do passado. Portanto, observações históricas por si só não distinguem necessariamente progresso objetivo de fantasias as mais variadas culturalmente compartilhadas. Para operar essa distinção, a investigação histórica tem de empenhar-se em descobrir até que ponto a irreversibilidade foi assegurada, não só pela força lógica da interpretação arqueológica, como também por sua contínua correspondência factual com uma base de dados crescente. Se isso puder ser feito, podemos ter esperança de apurar alguma coisa a respeito da objetividade, ou subjetividade, das interpretações arqueológicas; de ver até que ponto a arqueologia pode ser mais do que o passado revivido no presente (no sentido em que Colingwood definiu este processo); de avaliar o grau em que qualquer tipo de conhecimento se faz comunicável de uma época para outra - ou de uma cultura para outra - e, por fim, de estimar em que medida uma compreensão da história da arqueologia pode influenciar a interpretação arqueológica.

Para fazer justiça a esses tópicos, evitarei escrever uma história da interpretação arqueológica indevidamente calcada no presente e tentarei compreender a história intelectual de cada uma das principais

correntes em seu contexto social. A fim de cingir este livro a limites razoáveis, porém, vou referir-me mais às obras que contribuíram para o desenvolvimento da interpretação arqueológica no longo prazo do que a estudos malsucedidos e repetitivos, ou a muitas publicações que só primaram por aumentar nosso conhecimento factual de vestígios do passado. No exame que Chippindale (1983) fez da história da interpretação de Stonehenge, ele mostrou que obras desta última classe constituem a maior parte do acervo da bibliografia arqueológica.

Capítulo 2

Arqueologia Clássica e Anti-Quarianismo

Conhecer o passado é uma façanha tão assombrosa quanto conhecer as estrelas.

George Kubler, *The Shape of Time* (1962) p. 19.

Algumas formas recentes de tratar a história da arqueologia sugerem que o interesse atual pela explicação é uma conquista moderna (Willey & Sabloff, 1980: 9-10). Alega-se que antes de 1960 não havia um corpo teórico estabelecido. Em vez disso, cada pesquisador tinha liberdade para erigir a disciplina sobre suas próprias idéias. No entanto, dá-se que convicções de caráter geral, potencialmente testáveis com emprego de dados arqueológicos, relativas às origens humanas e ao desenvolvimento da sociedade, de muito antecederem uma disciplina da arqueologia reconhecível como tal. Conceitos dessa ordem vieram a constituir, implícita ou explicitamente, as mais antigas teorias de nível alto capazes de dar direção e sentido à coleta e ao estudo de dados arqueológicos. Nem a arqueologia nem, tampouco, qualquer outra disciplina científica passou jamais por um estágio em que a coleta de dados fosse feita simplesmente por se fazer, na esperança de que, no futuro, se conheceria o bastante para propor questões sérias. Desde que os dados arqueológicos se tornaram um objeto de estudo sério, os

pesquisadores os examinam na esperança de lançar luz sobre importantes problemas filosóficos, históricos e científicos.

O Mundo Antigo

Todos os grupos humanos parecem ter alguma curiosidade quanto a seu passado. Porém, em grande parte da história humana, esse interesse teve de satisfazer-se com mitos e lendas a respeito da criação do mundo e da humanidade, e com tradições que compõem a crônica de grupos étnicos. Entre os povos tribais, esses relatos freqüentemente referem-se a um reino sobrenatural contínuo e servem de guia mítico para as relações sociais e políticas do presente, como no caso do conceito dos aborígenes australianos de um tempo dos sonhos (Isaacs, 1980). Em outros casos, as tradições orais preservam relatos precisos de atividades humanas ao longo de muitas gerações (Vansinna, 1985).

Uma outra concepção desenvolveu-se nas civilizações arcaicas em que registros escritos possibilitaram um enquadramento cronológico, e a informação sobre o que aconteceu no passado tornou-se independente da memória humana. Mesmo assim, a mera compilação de anais não originou a escrita de histórias detalhadas do passado, nem narrativas de eventos contemporâneos, antes de 500 a.C., quer no Mediterrâneo, quer na China (Van Seters, 1986; Redford, 1986). Além do mais, o desenvolvimento da história como gênero literário não assegurou o crescimento paralelo de um interesse disciplinado pelas relíquias de tempos anteriores.

Artefatos oriundos de um passado desconhecido foram coletados por algumas sociedades tribais. Pontas de projéteis, cachimbos de pedra e ferramentas nativas de cobre, feitas milhares de anos antes, são encontradas em sítios iroqueses dos séculos XV e XVI, no leste da América do Norte. Esses objetos podem ter sido descobertos no curso de atividades cotidianas e guardados pelos iroqueses (Tuck, 1971: 134) assim como "pedras de raio" (machados líticos) e "dardos de elfo" (pontas líticas de projéteis) eram coletados por camponeses europeus na

Idade Média (machados de pedra europeus eram também vendidos a ourives, que os empregavam para brunir [Heizer, 1962a: 63]). Embora não tenhamos nenhum registro primário de como os iroqueses interpretavam esses achados, devem tê-los tratado como fetiches, como se sabe que faziam com vários tipos de pedras, as quais eles acreditavam pertencer a espíritos que as teriam perdido nos bosques (Thwaites, 1896-1901, 33: 211). Em muitas culturas acredita-se que artefatos semelhantes têm origem sobrenatural, e não humana, e lhes são atribuídas virtudes mágicas, que podem ter sido a razão principal para sua coleta.

Resíduos do passado também eram usados em cerimônias religiosas nas civilizações primitivas. No século XVI, com intervalos regulares, os astecas perfaziam rituais nas ruínas de Teotihuacan, uma cidade que fora habitada no primeiro milênio d.C. e onde se acreditava que os deuses haviam restabelecido a ordem cósmica, no começo do mais recente ciclo da existência (Heyden, 1981). Eles incluíam estatuetas olmecas e bens valiosos vindos de diversas partes de seu império nos depósitos rituais periodicamente queimados nos muros do Grande Templo, em Tenochtitlan (Matos, 1984). No entanto, identificar essas atividades como arqueologia, mesmo que seja "arqueologia indígena", seria diluir o significado da palavra além de seus limites de utilidade.

Em estágios posteriores das civilizações antigas, artefatos podiam ser valorizados como relíquias de determinados governantes, ou de períodos de grandeza nacional, e ainda como fontes de informação sobre o passado. No Egito, um arcaísmo consciente já era ostentado na construção de tumbas régias no começo da 19ª dinastia (1786-1791 a.C.) (Edwards, 1985:210-17). Na XVIII dinastia, (1305-1552 a.C.), escribas deixaram grafitos para registrar sua visita a monumentos antigos abandonados, e encontrou-se uma paleta pré-dinástica fragmentária com a inscrição do nome da rainha Tiye (1367-1405 a.C.). Na XIX dinastia (1186-1305 a.C.), Khaemwese, um dos filhos de Ramsés II, cuja fama de sábio e mago perduraria até a época greco-romana, estudou cuidadosamente os cultos associados a monumentos antigos nas

cercanias da capital Mênfis, como base para a restauração dessas observâncias (Kitchen, 1982: 103-9), e, no período saíta (664-525 a.C.), o conhecimento da técnica de baixo-relevo do Antigo Império era detalhado o bastante para propiciar a tentativa de um renascimento estilístico (W. Smith, 1958: 246-52). Uma coleção de artefatos babilônicos antigos, inscrições inclusive, reunida por Bel-Shati-Nannar, uma das filhas do rei Nabonide, no século VI a.C., foi descrita como o primeiro museu de antigüidades conhecido (Wooley, 1950: 152-4). Esse interesse crescente pelos remanescentes físicos do passado fazia parte de uma profunda preocupação com os primeiros tempos, principalmente entre as classes letradas. Tais interesses tinham um forte componente religioso. Acreditava-se que deuses, ou uma série de heróis culturais, haviam fundado a civilização em uma forma já perfeita no começo dos tempos. As gerações humanas subseqüentes teriam fracassado em conservar essa forma ideal. Portanto, os monumentos, assim como os registros escritos do passado, constituíam vínculos tangíveis com eras mais próximas do tempo da criação e, portanto, eram os meios através dos quais se poderia chegar mais perto do protótipo sagrado da civilização. Por conta de sua proximidade com o drama cósmico da criação, imaginava-se também que esses artefatos eram dotados de poderes sobrenaturais incomuns.

Nas civilizações clássicas da Grécia e de Roma, a produção de histórias narrativas reais baseadas em registros escritos, assim como o interesse por práticas religiosas, costumes locais e instituições civis, apenas esporadicamente se faziam acompanhar por um interesse pelos vestígios físicos do passado. O historiador grego Tucídides observou que alguns túmulos escavados em Delos, quando a ilha foi purificada, no século V a.C., pertenciam a cários, porquanto continham armas e armaduras que se pareciam com as dos cários de seu tempo. Na opinião de Tucídides, isso confirmava a tradição segundo a qual os cários haviam outrora habitado a ilha (Casson, 1939:71). Na sua *Descrição da Grécia*, escrita no século II d.C., o médico Pausânias descreveu sistematicamente edifícios públicos, obras de arte, ritos e costumes de diferentes regiões

do país, e também tradições históricas associadas a essas coisas. No entanto, embora Pausânias tenha descrito brevemente as célebres ruínas da Idade do Bronze de Tirinto e Micenas, para ele, e para outros escritores clássicos de roteiros de viagem, edifícios em ruínas "mal mereciam ser mencionados" (Levi, 1970: 1-3). Os gregos e romanos preservaram valiosas relíquias do passado como oferendas votivas em seus templos e túmulos, por vezes abertos para a retirada de relíquias dos "heróis". Com o propósito de confirmar os testemunhos literários segundo os quais guerreiros da idade homérica haviam usado armas de bronze, Pausânias observou que a lâmina da suposta lança de Aquiles, guardada no templo de Atenas, em Fasélis, era feita de bronze (Levi, 1979: 2:17). Mas referências históricas como essas são notáveis por sua raridade. Bronzes antigos e vasos de cerâmica que eram acidentalmente desenterrados ou pilhados por mercadores eram vendidos por alto preço a ricos colecionadores de arte (Wace, 1949). Contudo, os eruditos não se esforçavam de modo sistemático por recuperar esses artefatos, que tampouco constituíam - malgrado as alegações em contrário de especialistas no mundo clássico (Weiss, 1969:2) - um foco de estudo especial. Não havia absolutamente nenhuma consciência de que os vestígios materiais do passado poderiam ser usados para a verificação das inúmeras especulações filosóficas conflitantes, características da civilização clássica, a respeito das origens e das linhas gerais da história humana.

Si-ma Quien, o primeiro grande historiador chinês, que escreveu no século II a.C., visitou antigas ruínas e examinou relíquias do passado, além de pesquisar textos, quando compilava material para o *Shi Ji*, sua influente crônica da história da China antiga. O estudo sistemático do passado foi valorizado pelos eruditos confucianos como um guia de comportamento moral e - graças à sua ênfase em um legado comum que remontava, pelo menos, até a dinastia Xia (2205-1766 a.C.) -, desempenhou um importante papel na unificação da vida cultural e política chinesa (Wang, 1985). No entanto, por quase um milênio, os historiadores chineses continuaram a basear seus estudos em registros

escritos, ao passo que vasos de bronze, esculturas em jade e outras obras de arte antigas eram colecionadas como curiosidades ou heranças de família, tal como acontecia nas civilizações clássicas do Mediterrâneo. Embora uns poucos eruditos do mundo antigo ocasionalmente usassem artefatos para complementar o que podia ser descoberto a respeito do passado a partir de registros escritos, o fato é que eles não desenvolveram técnicas específicas para o resgate ou o estudo desses artefatos e falharam completamente no que tange ao estabelecimento da tradição dessa pesquisa. Não é possível dizer que existiu algo semelhante a uma disciplina arqueológica em qualquer dessas civilizações. Embora os filósofos substituíssem crenças religiosas por várias explicações estáticas, cíclicas ou mesmo evolucionárias para a origem dos seres humanos e das civilizações, as explicações eram puramente especulativas.

O Paradigma Medieval de História

Na Europa medieval, túmulos e monumentos megalíticos eram objetos de interesse local e sacerdotes ocasionalmente registravam contos populares a seu respeito. Poucos desses monumentos escaparam da pilhagem, fosse ela feita por nobres senhores, fosse realizada por camponeses que julgavam haver tesouros encerrados neles (Klindt-Jensen, 1975:9). Edifícios antigos eram também saqueados, na demanda por material de construção, relíquias de santos e tesouros (Kendric, 1950; Sklenáo, 1983: 16-18). O único conhecimento certo do passado que se acreditava existir cingia-se ao registrado na Bíblia, às histórias remanescentes da Grécia e de Roma e aos registros históricos envolvendo tradições que remontavam à Idade das Trevas. Com esta base desenvolveu-se uma visão cristã do passado, a qual, de certo modo, continuou a influenciar a interpretação de dados arqueológicos até os dias de hoje. Essa visão cristã do passado pode ser sumarizada em seis proposições:

Ces sont as pères d'iceux
 et ce d'entant de ce traictier
 ieu ont enpointe & bñ l'ote
 & bñ petri dit & bñ crole
 ne par force a la menom
 e puerent fait vendre un toum



Virthez vons dit avestm en due
 A par force ne sepe plus
 e veire engine & demou
 ont de vouta de corpi aller
 me alant auidit et festuoc
 n'ouu p'ardat le leue vint
 un l'ode de fist q'elam
 e saq sil fut ouy vint
 mit ad les Spectul r'apelez

1. Acreditava-se que o mundo tinha origem recente e sobrenatural, e não duraria mais que uns poucos milhares de anos (mais que isso era considerado improvável). Autoridades rabínicas calcularam que o mundo teria sido criado cerca de 3700 a.C.; o papa Clemente VIII datava a criação de 5199 a.C.; em pleno século VII, o arcebispo James Usher situou a criação em 4004 a.C. (Harris, 1968: 86). Essas datas, que eram calculadas a partir de genealogias bíblicas, coincidiam em atribuir ao mundo uns poucos milhares de anos. Acreditava-se que o mundo atual acabaria com o retorno de Cristo. Embora o tempo preciso deste evento fosse desconhecido, geralmente se acreditava que a terra se achava em seus últimos dias (Slotkin, 1965:36-7).

2. O mundo físico achava-se em avançado estado de degeneração e a maioria das mudanças naturais representavam a decadência da criação divina original. Como a terra estava destinada a resistir por apenas uns poucos milhares de anos, a divina providência pouca necessidade tinha de compensar sangrias resultantes de processos naturais e da exploração humana de seus recursos. A maior longevidade humana nas priscas eras, atestada na documentação bíblica, constituía uma confirmação da crença de que os seres humanos, e também o ambiente, vinham-se deteriorando física e intelectualmente desde a criação. A decadência e o empobrecimento do mundo natural também dava testemunho à humanidade da transitoriedade de todas as coisas materiais (Slotkin, 1965: 37; Toulmin & Goodfield, 1966: 75-6).

3. A humanidade foi criada por Deus no Jardim do Éden, localizado no Oriente Próximo, e espalhou-se pelas outras regiões do mundo, o que aconteceu, primeiramente, logo após a expulsão dos ancestrais humanos do Jardim do Éden e, de novo, depois do dilúvio de Noé. A segunda dispersão foi incrementada pela diferenciação das línguas, imposta à humanidade como um castigo divino por sua presunção manifesta na edificação da torre de Babel. O centro da história humana permaneceu por muito tempo no Oriente Próximo, onde a Bíblia fizera a crônica do

desenvolvimento do judaísmo, e de onde o cristianismo fora levado à Europa. Os eruditos procuravam ligar a Europa do Norte e a Europa Ocidental à história registrada do Oriente Próximo e do mundo clássico através da construção de genealogias fantasiosas que identificavam personagens bíblicos, ou indivíduos conhecidos por outros relatos históricos, como fundadores das nações européias ou como antigos reis desta parte do mundo (Kendrick, 1950:3). Essas suposições, freqüentemente baseadas em etimologias populares, faziam os godos descenderem de Gog, um dos netos de Noé (Klindt-Jensen, 1975-10), e Brutus, um príncipe troiano, tornar-se o primeiro rei da Britânia, depois de haver derrotado uma raça de gigantes que a habitava antes. Divindades pagas foram, muitas vezes, interpretadas como mortais deificados que podiam se identificar com figuras bíblicas menores ou com seus descendentes (Kendrick, 1950:82). Linhas de continuidade com o Oriente Próximo eram sistematicamente buscadas, a exemplo da alegação (primeiro feita pelos monges de Glastonbury, no ano de 1184 d.C.) de que José de Arimatéia levara para a Britânia o Santo Graal no ano de 63 d.C. (Kendrick, 1950:15).

4. Acreditava-se que os padrões humanos de conduta tendiam naturalmente a degenerar. A Bíblia afirmava que Adão e seus descendentes tinham sido agricultores e pastores e que a siderurgia fora praticada no Oriente Próximo apenas umas poucas gerações depois. Os primeiros humanos participaram da revelação direta de Deus a Adão. O conhecimento de Deus e de sua vontade foi posteriormente mantido e aperfeiçoado através de sucessivas revelações divinas, feitas aos patriarcas e profetas hebreus, e depois, junto com as contidas no Novo Testamento, tornadas propriedade da Igreja Cristã, que, por isso, era responsável pela elevação dos padrões de conduta humana. Por outro lado, grupos que se tinham deslocado para longe do Oriente Próximo e deixado de ter sua fé renovada pela revelação divina ou pelo ensinamento de Cristo tendiam a degenerar, caindo no politeísmo, na idolatria e na imoralidade. A teoria da degeneração também era usada

para explicar as tecnologias primitivas de caçadores-coletores e de agricultores tribais quando essas sociedades eram encontradas pelos europeus. Aplicado aos domínios da tecnologia e da cultura material, o conceito de degeneração competia com a tese alternativa, proposta por historiadores romanos como Cornélio Tácito, de que a prosperidade material encorajava a depravação moral. Os eruditos medievais interessavam-se mais por explicar o progresso e a decadência no plano moral e espiritual que no campo tecnológico.

5. A história do mundo era interpretada como uma sucessão de eventos extraordinários. A cristandade estimulava uma visão histórica dos assuntos humanos, no sentido de que a história mundial era vista como uma série de acontecimentos com significado cósmico. Esses eventos eram interpretados como resultado de intervenções pré-determinadas de Deus, de que a última encerraria a luta entre o bem e o mal. Não havia, pois, uma noção de mudança ou de progresso inerente à história humana, nem era possível conceber que os seres humanos, sem ajuda de Deus, fossem capazes de qualquer realização historicamente significativa (Kendrick, 1950: 3; Toulmin & Goodfield, 1966: 56). Nos intervalos entre as intervenções de Deus, os negócios humanos continuavam estáticos ou submetidos a um regime cíclico.

6. Por fim, os eruditos medievais estavam ainda menos conscientes que os antigos gregos e os romanos das mudanças históricas na cultura material. Uns poucos papas e imperadores, como Carlos Magno e Frederico Barbarroxa, colecionavam gemas e moedas antigas, repunham em uso elementos da arquitetura antiga e imitavam a escultura romana (Weiss, 1969:3-15). Em geral, porém, não havia um reconhecimento explícito de que nos tempos clássicos e bíblicos os seres humanos usavam roupas e viviam em casas significativamente diferentes das medievais. Quando eram descobertas estátuas de divindades pagãs, com freqüência elas eram destruídas ou mutiladas como coisas ligadas ao culto do diabo, ou como figuras indecentes (Sklená©, 1983: 15). Quase

por toda a parte, os tempos bíblicos eram vistos como idênticos cultural, social e intelectualmente aos da Europa medieval.

Durante a Idade Média, o interesse por vestígios materiais do passado foram ainda mais restritos que na época clássica; limitava-se, em grande medida, à coleta e preservação de relíquias sagradas. Isso não propiciava o desenvolvimento de um estudo sistemático dos vestígios materiais do passado. Ainda assim, a noção de passado que então prevalecia veio a constituir a base conceitual sobre a qual a arqueologia havia de desenvolver-se, na Europa, com a mudança das condições sociais.

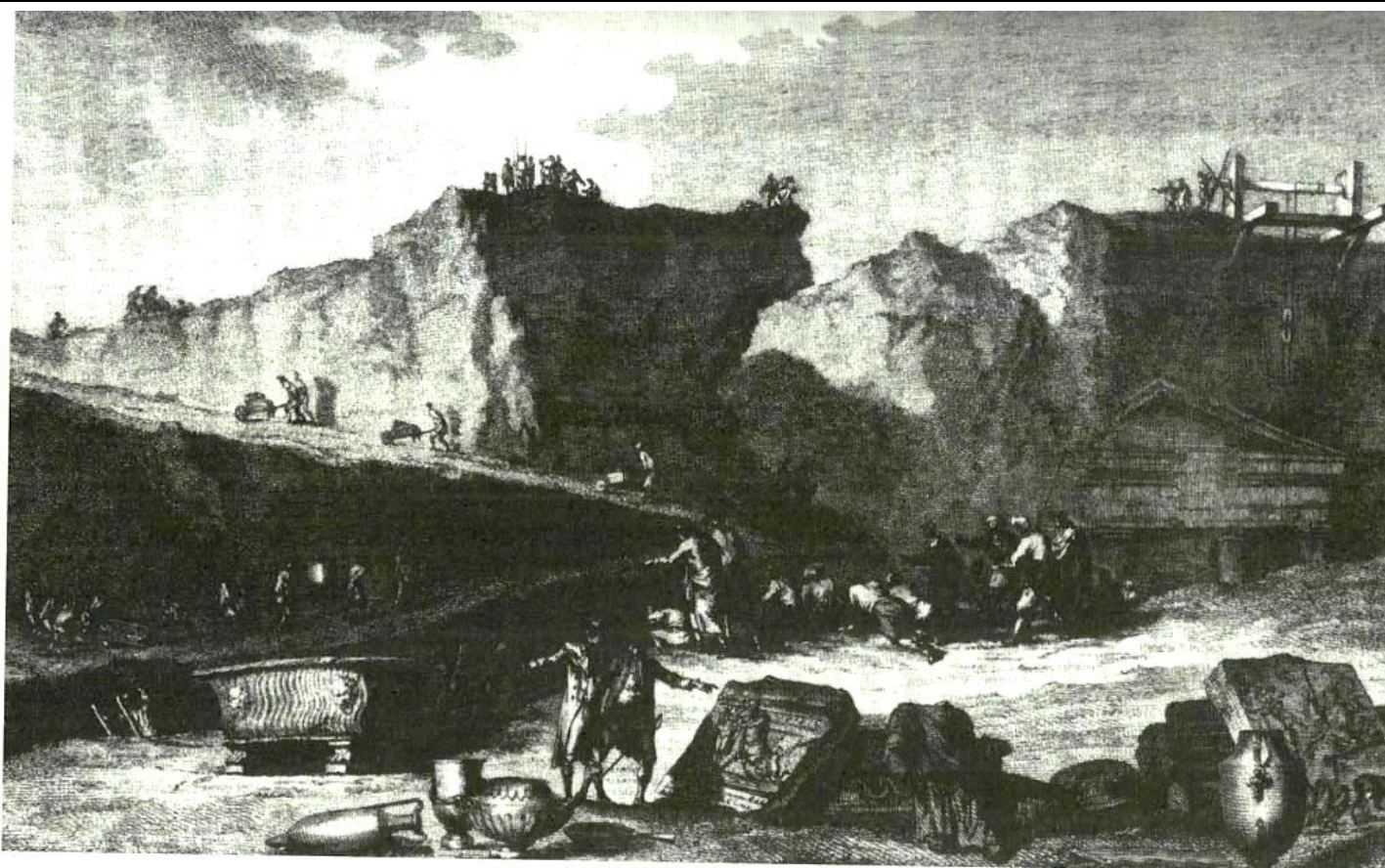
Desenvolvimento da Arqueologia Histórica

Por volta do século XIV d.C., as mudanças econômicas e sociais aceleradas que marcaram o fim do feudalismo no norte da Itália levaram os eruditos a tentar justificar inovações políticas demonstrando que tinham precedentes nos tempos antigos. Os intelectuais da Renascença voltaram-se para a literatura remanescente da era clássica com o intuito de prover de um passado glorioso as emergentes cidades-estados italianas e justificar a crescente secularização da cultura (Slotkin, 1965: X). Suas teses geralmente refletiam os interesses da nobreza ascendente e da burguesia de cujo patrocínio dependiam. Embora o uso de precedentes históricos para justificar inovações tivesse raízes no pensamento medieval, a expansão da pesquisa voltada para a busca de tais precedentes pouco a pouco levou à constatação de que a vida social e cultural contemporânea não se assemelhava à da antigüidade clássica. Como resultado da familiaridade cada vez maior com textos históricos e literários da antigüidade greco-romana que haviam permanecido desconhecidos, ou não haviam sido estudados na Europa desde a queda do império romano, os eruditos constataram a separação e a diferença entre o passado e o presente, e perceberam que cada período tinha de ser entendido em seus próprios termos, não podendo o passado ser julgado pelos padrões do presente (Rowe, 1965).

As façanhas culturais da Grécia e da Roma antigas foram interpretadas como prova de uma degeneração cultural que acontecia desde então, o que, por outro lado, reforçou a tradicional visão cristã da história humana. O objetivo dos eruditos da Renascença era entender e emular, o mais que pudessem, as gloriosas realizações da Antigüidade. A princípio, pouca confiança se tinha em que os humanos, no seu presente estado de degeneração, pudessem, em algum momento, ultrapassar a excelência das obras dos antigos. Apenas no tocante à sua religião, baseada na revelação divina, a idade moderna podia ser vista como inequivocamente superior à antiga.

A apreciação da antigüidade clássica não ficou restrita à literatura, expandindo-se rapidamente de modo a incorporar os domínios da arte e da arquitetura, objeto de particular interesse da nobreza italiana e dos mercadores ricos, que rivalizavam como patronos das artes. O estilo gótico foi rejeitado e envidaram-se esforços no sentido de emular a arte e a arquitetura da Roma antiga. Esta evolução pouco a pouco tornou claro que não apenas a palavra escrita, mas também os objetos materiais sobreviventes do passado, podiam constituir importantes fontes de informação sobre a civilização clássica.

Ambas as linhas de interesse se acham expressas na obra de Ciríaco de Ancona (Ciriaco de Pizzicolti, 1391-1452 d.C.), merecedor, por suas pesquisas, do título de primeiro arqueólogo. Era ele um mercador italiano que, por 25 anos, fez longas viagens pela Grécia e pelo Mediterrâneo oriental, muitas vezes com o objetivo específico de coletar dados a respeito de monumentos antigos. No curso de suas viagens, ele copiou centenas de inscrições, fez desenhos de monumentos e colecionou livros, moedas e obras de arte. Mas seu principal interesse eram as inscrições públicas. Embora seus seis volumes de comentários sobre inscrições tenham sido destruídos pelo fogo em 1514, algumas de suas obras sobrevivem (Casson, 1939: 93-9; "Weiss, 1969: 137-42).



4. Escavação em Herculano, 1782 (Saint-Non, J.C. *Voyage pittoresque et description du royaume de Naples et de Sicile*, Paris 1781-6).

No final do século XV, papas como Paulo II e Alexandre VI, cardeais e outros membros da nobreza italiana puseram-se a coletar e exibir obras de arte antigas. Passaram, também, a patrocinar buscas sistemáticas com o objetivo de recuperar objetos (Taylor, 1948: 9-10). Ainda em 1462, o papa Pio II promulgou uma lei com o propósito de preservar edifícios antigos nos estados papais, e em 1471 Sixto IV proibiu a exportação de blocos de pedra e estátuas de seus domínios (Weiss, 1969:99-100). Por muito tempo não foram feitas escavações, no sentido moderno do termo, mas apenas um simples cavar em busca de objetos de valor estético e comercial.

As escavações iniciadas nos sítios romanos bem preservados de Herculano e Pompéia, na primeira metade do século XVIII, foram caças a tesouros desse gênero, mas gradualmente firmou-se o desejo de resgatar estátuas e outras obras de arte, acompanhando o interesse pela arquitetura romana doméstica. Entretanto, havia pouca preocupação com o contexto em que as descobertas eram feitas. Os donos das terras

sob as quais Pompéia estava sepultada negociaram com empresários a cessão do direito de escavação, cobrando arrendamento por jarda cúbica (Lepman, 1968).

O interesse pela antigüidade clássica espalhou-se pouco a pouco pelo restante da Europa. Com o passar do tempo, os membros da nobreza tornaram-se ávidos colecionadores de arte grega e romana, que seus agentes adquiriam na região do Mediterrâneo. No começo do século XVII, Carlos I, duque de Buckingham, e o conde de Arundel tornaram-se amistosos rivais na importação de obras para a Inglaterra. Em 1734, um grupo de nobres ingleses que haviam viajado pela Itália formou a Sociedade dos Diletantes, em Londres, com o propósito de estimular o gosto pela arte clássica. Por oitenta anos, a sociedade patrocinou pesquisas arqueológicas na região do mar Egeu (Casson, 1939: 202-5). Inscrições clássicas, obras de arte e monumentos encontrados na Inglaterra, na França, no oeste da Alemanha e em outras terras que tinham integrado o império romano começaram a ser sistematicamente estudadas por antiquários locais como William Camden (1551-1623), na Inglaterra, ainda no século XVI. Mas o grande valor monetário atribuído a obras de arte de alta qualidade tendia a restringir a pesquisa desses materiais e da arqueologia clássica do Mediterrâneo à nobreza ou aos eruditos que contavam com o patrocínio de nobres (Casson, 1939: 141).

A consolidação da história da arte como um ramo independente dos estudos clássicos foi obra do estudioso alemão Johann Winckelmann (1717-68). Sua *Geschichte der Kunst des Altertums* [História da arte antiga] (1764) - juntamente com outros escritos seus - proporcionou a primeira periodização dos estilos escultóricos gregos e romanos, bem como descrições meticulosas de obras destacadas e discussões acerca de fatores que influenciaram a evolução da arte clássica, tais como o clima, as condições sociais e a habilidade artesanal. Winckelmann também tentou definir os padrões ideais e, a seu ver, eternamente válidos, da beleza artística. Sua obra apontou o caminho a ser seguido pelos estudos clássicos subseqüentes, que até os tempos modernos continuaram a

basear-se na pesquisa de documentos escritos e de obras de arte. Os registros escritos eram vistos como fontes do indispensável relato da história e do curso do pensamento na Grécia e na Roma antigas. Embora dependente dos documentos escritos no tocante ao suprimento dos dados cronológicos e contextuais necessários ao estudo das mudanças de estilo artístico, a história da arte estendeu o estudo do passado à esfera da cultura material, que não podia ser sistematicamente pesquisada apenas com o recurso a fontes literárias. Mesmo sem constituir uma disciplina independente, a história da arte, enquanto um ramo especial dos estudos clássicos, fez mais do que apenas ilustrar o que já era conhecido através dos registros escritos.

Os estudos clássicos forneceram o modelo para o desenvolvimento da egiptologia e da assiriologia. No final do século XVIII, quase nada se conhecia das antigas civilizações do Egito e do Oriente Próximo, a não ser o que fora registrado na Bíblia, e pelos antigos gregos e romanos. Os manuscritos daquelas civilizações não podiam ser lidos; seus textos e obras de arte não eram estudados e, em grande medida, permaneciam enterrados. A pesquisa sistemática do Egito antigo teve início com as observações feitas pelos eruditos franceses que acompanharam a invasão do Egito por Napoleão Bonaparte, em 1798-9, e produziram a *Description de l'Egypte* [Descrição do Egito], obra em vários volumes, iniciada em 1809. Outro resultado dessa campanha militar foi a descoberta acidental da pedra da Roseta, inscrição bilíngüe que teve papel fundamental na decifração de escritos egípcios antigos por Jean-François Champollion (1790-1832), coisa que começou a produzir resultados substanciais por volta de 1822. Egiptólogos como Champollion e Karl Lepsius (1810- 84) visitaram o Egito, fazendo o registro de templos e túmulos e das inscrições monumentais associadas a essas edificações. Com recurso a tais inscrições, foi possível traçar uma cronologia e um esboço da história do Egito, viabilizando assim o estudo do desenvolvimento da arte e da arquitetura egípcias. Ao mesmo tempo, aventureiros, entre os quais o ator circense e homem forte Giovanni Belzoni, de um lado, e, de outro, os agentes do cônsul geral

francês, Bernardino Drovetti, engalfinhavam-se em uma feroz competição com o propósito de adquirir as mais avantajadas coleções de obras de arte egípcias, a fim de exibi-las publicamente na França e na Grã-Bretanha (Fagan, 1975). A pilhagem de tumbas e templos só cessou depois que o egiptólogo francês Auguste Mariette (1821-81), que fora indicado curador dos monumentos egípcios em 1858, tomou medidas para paralisar todas as obras não autorizadas. Mesmo suas próprias escavações tinham como propósito obter material para uma exposição nacional, sem que houvesse nenhuma preocupação em registrar as circunstâncias em que as peças tinham sido encontradas.

Embora relatos sobre inscrições cuneiformes chegassem à Europa já em 1602, a primeira tentativa bem sucedida de decifrá-las foi feita por Georg Grotefend (1775-1853) em 1802. Foi somente em 1849 que Henry Rawlinson (1810-95) conseguiu publicar um estudo completo da antiga versão persa do longo texto trilingüe que o rei aquemênida Dario I (cujo reinado estendeu-se de 522 a 486 a.C.) fizera inscrever em uma penha em Bitisun, no Irã. Por volta de 1857, Rawlinson e outros estudiosos decifraram a versão do texto que fora composto na antiga língua babilônica, facultando assim um meio de desvendar a história da Babilônia e da Assíria antigas. Escavações esporádicas em busca de tesouros no Iraque abriram caminho para as descobertas de Paul-Emile Botta, em 1840, nas ruínas de Nínive e Korsabad, e de Austen Layard (1817-94) em Nimrud e Kuyunjik. Essas escavações de ricos palácios neo-assírios deram a conhecer grandes quantidades de esculturas antigas e textos. O interesse suscitado pelos textos foi grande porque alguns deles apresentavam paralelos com antigas histórias da Bíblia. Conseqüentemente, como no caso do Egito, estabeleceu-se um quadro cronológico para a civilização mesopotâmica, que permitiu aos eruditos estudar mudanças de estilos artísticos e da arquitetura monumental desde os primeiros estágios da aparição da escrita.

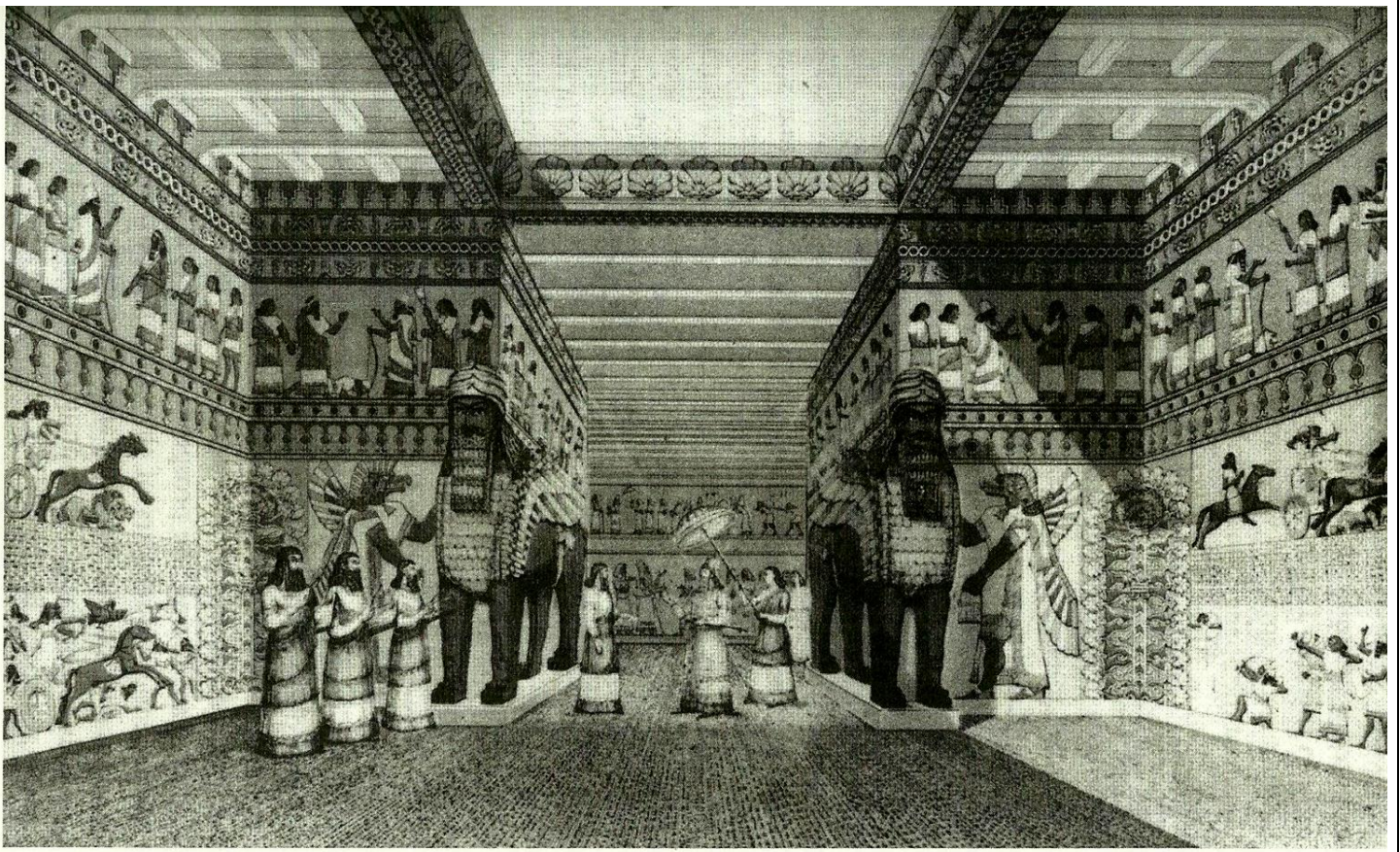
O desenvolvimento da egiptologia e da assiriologia no curso do século XIX acrescentou três mil anos de história a duas regiões do mundo de particular interesse em termos de estudos bíblicos, regiões sobre as

quais, todavia, outrora não se dispunha de documentação direta. Essas duas disciplinas se constituíram tomando por modelo os estudos clássicos. Fundavam-se em registros escritos para suprir cronologia, dados históricos, informação sobre as crenças e valores do passado, mas também se interessavam pelo desenvolvimento da arte e da arquitetura monumental que a arqueologia revelara. Tanto a egiptologia como a assiriologia dependiam da arqueologia ainda mais profundamente que os estudos clássicos, uma vez que a grande maioria dos textos estudados por assiriólogos e egiptólogos tinham de ser encontrados em escavações. Em vista disso, muito embora a pesquisa da história da arte continuasse dependente de registros escritos para o ordenamento cronológico de seus dados, a extensão deste método a períodos mais recuados tornou um número cada vez maior de arqueólogos conscientes de quanto os objetos resgatados arqueologicamente são fundamentais como fonte de informação a respeito das realizações humanas. Nesta medida, o desenvolvimento da arqueologia clássica, que começou na Renascença, mostrou o caminho para um estudo mais puramente arqueológico de tempos pré-históricos. Todavia, arqueólogos clássicos como D. G. Hogarth (1899: vi) continuaram a considerar a arqueologia pré-histórica muito inferior ao estudo arqueológico de períodos que podem ser iluminados por textos escritos.

Na China, como já observamos, a historiografia emergiu como um gênero literário significativo com a obra de Si-ma Quien, no início da dinastia Han. Durante a dinastia Song (960-1279 d.C.), a exumação de vasos de bronze da dinastia Shang, em consequência de um desvio do curso do Rio Amarelo, avivou o interesse pela antigüidade. Esses vasos formaram o núcleo de uma coleção imperial de antigüidades ainda preservada em Beijing (Elisseef, 1986: 37-9). Os eruditos Song começaram a publicar descrições detalhadas e estudos de objetos de jade e bronze, em especial dos que portavam inscrições. A mais antiga obra deste tipo que sobreviveu, *Kaogutu*, de autoria de Lu Dalin, descreve com palavras e desenho linear 210 artefatos de bronze e treze de jade datados das dinastias Shang e Han, conservados na coleção imperial e

em 30 coleções particulares. As inscrições encontradas nesses objetos são fontes de informação para a epigrafia antiga e para a história. Os artefatos foram minuciosamente divididos em categorias, em um esforço por obter informações sobre formas antigas de rituais e outros aspectos da cultura que não eram supridas pelos textos antigos. Inscrições, motivos decorativos e a forma geral dos objetos também foram usados como critérios para datá-los e confirmar sua autenticidade. Com o tempo, os eruditos tornaram-se capazes de datar tais itens com emprego apenas desses critérios. Embora o antiquarianismo tradicional tenha sofrido um declínio severo depois da dinastia Song, estudos sistemáticos reviveram no final da dinastia Qing (1644-1911 d.C.) e são considerados a base da arqueologia nativa na China moderna. Até a década de 1920, porém, os estudiosos chineses não se esforçavam por recolher dados através de escavações e o antiquarianismo tornou-se um ramo da historiografia tradicional, não se tornando uma disciplina propriamente dita, como aconteceu no Ocidente com os estudos clássicos, a egiptologia e a assiriologia.

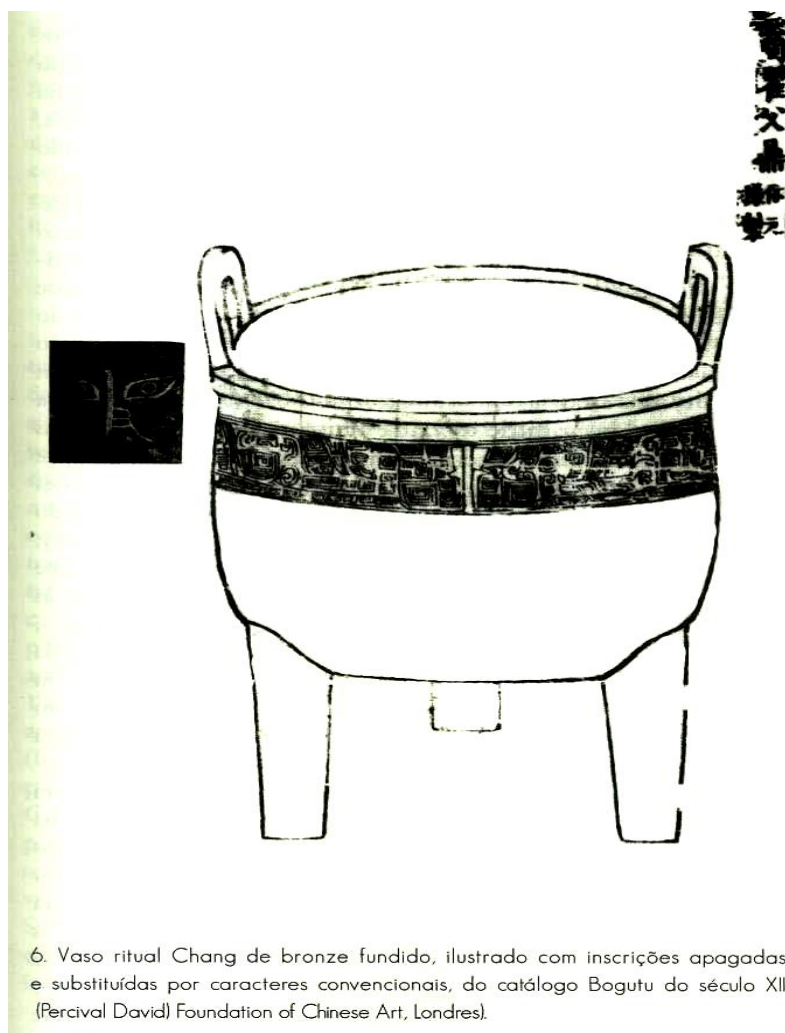
No Japão, durante o próspero período Tokugawa (1603-1868 d.C.), nobres eruditos das classes dos samurais (guerreiros) e dos mercadores colecionavam e descreviam artefatos antigos e faziam o registro de túmulos e de outros monumentos, apresentando-os como dados pertinentes à história local e nacional. No final do período Tokugawa, os eruditos empenhavam-se em levantamentos cuidadosos de sítios e de artefatos, indo até áreas distantes dos centros urbanos cultivados onde tais estudos haviam começado (Ikawa-Smith, 1982). Michael Hoffman (1974) sugeriu que essas atividades repercutiam influências européias, mas disso não há nenhuma certeza. É possível que no Japão, tal como na China e na Itália, um interesse por vestígios materiais do passado tenha-se desenvolvido como uma extensão do estudo histórico para além dos textos escritos.



5. Reconstrução de Layard de um palácio assírio - extraído de *Monuments of Nineveh*, 1853.

Já na Índia não houve um antiquarianismo sistemático antes do período colonial. Malgrado suas impressionantes realizações intelectuais em outros campos, a civilização indiana não nutriu forte tradição de estudos historiográficos (Chakrabarti, 1982), talvez porque a religião hindu direcionasse mais para a cosmologia (Pande, 1985) os esforços de compreensão do sentido da vida e dos eventos históricos. O antiquarianismo também não se desenvolveu no Oriente Próximo, onde os povos islâmicos viviam em meio a impressionantes monumentos da antigüidade. Contudo, naquela região havia um grande interesse pela história e já haviam sido feitos vários esforços no sentido de explicá-la em termos naturalísticos, especialmente por Abu Zayde Abd ar-Rahman ibn Khaldun (1332-1406 d.C.); esses ensaios são considerados pelos historiadores modernos mais avançados do que qualquer outra pesquisa em qualquer outra parte do mundo (Masry, 1981). O não-desenvolvimento de um antiquarianismo no mundo árabe talvez possa ser atribuído tanto a sua rejeição às civilizações pagãs e às obras pré-

islâmicas - tidas como fruto de uma idade da ignorância -, quanto à tendência em ver como cíclicas muitas características da história islâmica, e ainda a um desdém religioso por obras de arte que envolvem a reprodução de formas humanas. A Índia e o mundo árabe ilustram tipos de fatores muito particulares que devem ser levados em conta na explicação das origens da arqueologia em culturas específicas.



De qualquer modo, os paralelos entre Europa, China e Japão sugerem que, onde tradições de historiografia se acham bem estabelecidas, há boas chances de os estudos de textos escritos virem a ser suplementados por pesquisas sistemáticas de paleografia e de história da arte. O maior e mais sistemático desenvolvimento desses estudos na Europa, embora aí eles tenham começado mais tarde que na China, pode, pelo menos em parte, ser atribuído à importância que o pensamento medieval deu aos esquemas da história humana como base para a compreensão da

condição humana. A redescoberta da Antigüidade clássica foi vista como fonte de informação sobre o passado glorioso da Itália, que recebera pouca atenção nos relatos bíblicos tradicionais, ao passo que o estudo do Egito e da Mesopotâmia, no século XIX, foi, em grande medida, motivado pelo desejo de se saber mais a respeito de civilizações que tiveram presença destacada no Velho Testamento da Bíblia. Uma percepção da descontinuidade e da diversidade das origens da civilização europeia estimulou a pesquisa, que se fundava cada vez mais na arqueologia como fonte de documentos e de artefatos. Esta situação, que contrasta com a maior continuidade das histórias da China e do Japão, pode ter ajudado a estimular o desenvolvimento da arqueologia como uma fonte valiosa de informação a respeito das civilizações letradas da Antigüidade.

Antiquarianismo no Norte da Europa

Mas o que significou o desenvolvimento da arqueologia apoiada em textos para a maior parte da Europa central e setentrional, onde os documentos escritos geralmente não antecedem o período romano e, em alguns casos, só começaram a aparecer por volta do ano 1000 d.C.? Enquanto se acreditava que o mundo tinha sido criado em 4000 a.C., e que a Bíblia encerrava uma crônica fidedigna de eventos transcorridos no Oriente Próximo e válidos para o conjunto da história humana, relativamente pouca coisa parecia existir além do horizonte dos testemunhos escritos e das tradições folclóricas. Na Idade Média, cronistas, que eram, na maioria, sacerdotes, construíram uma imagem bem colorida do passado remoto de cada um dos povos da Europa. Esses relatos baseavam-se em lendas e em pura invenção, tanto quanto em documentos. Num ambiente de ensino acrítico, mesmo os documentos eram, com freqüência, forjados (Sklenáo, 1983: 14). Eruditos ingleses orgulhosamente proclamavam que Artur e, antes dele, o rei Brutus, tinham conquistado a maior parte do mundo (Kendrick, 1950:36-7). Muitas vezes, as crônicas eram escritas com o único propósito de apoiar,

ou contestar, determinados governantes. Por exemplo, Geoffrey de Monmouth, que escreveu no século XII, deu mais destaque ao passado britânico da Inglaterra do que ao legado anglo-saxão, para agradar seus senhores normandos (*ibidem*, p. 4). Monumentos pré-históricos às vezes eram mencionados nessas crônicas. Geoffrey de Monmouth relacionou Stonehenge com a saga arturiana, ao passo que na Alemanha os túmulos e sepulcros megalíticos eram, com freqüência, atribuídos aos hunos que invadiram a Europa no século V d.C. (Sklenáo, 1983: 16).

Os surtos de patriotismo na Europa do Norte, que levaram à Reforma, estimularam um interesse novo e mais secular pela história desses países, coisa que já era perceptível por volta do século XVI. Esse patriotismo foi especialmente forte nas classes médias urbanas, cuja crescente prosperidade, baseada quer no serviço ao trono, quer na perícia profissional, estava ligada ao declínio do feudalismo e ao desenvolvimento dos estados nacionais. Na Inglaterra, a dinastia Tudor foi glorificada através da renovação dos estudos históricos sobre a saga arturiana, que atribuíram à família Tudor origens britânicas, contrapostas às estritamente inglesas. Houve também um acentuado aumento no interesse pela história da Inglaterra antes da conquista normanda, dedicando-se os eruditos a vasculhar documentos antigos com o objetivo de provar que o protestantismo, longe de constituir pura e simplesmente uma inovação religiosa, restaurava elementos da verdadeira cristandade que haviam sido eliminados ou distorcidos pelo catolicismo romano (Kendrick, 1950: 115).

No entanto, T. D. Kendrick (1950) interpretou o incremento da pesquisa historiográfica na Inglaterra do século XVI como um lento triunfo da Renascença sobre o pensamento medieval. Historiadores como Polidoro Virgílio rejeitaram o enfoque acrítico dos cronistas medievais e procuraram basear suas obras em fontes documentais fidedignas. Isso implicava negar historicidade a muitas lendas nacionais que não suportariam uma comparação meticulosa com registros históricos de outros países (*ibidem*, p. 38).

Na Inglaterra, já no final do século XV, John Rous (1411-91) e William of Worcester (1415-82) tinham consciência de que, em termos materiais, o passado havia sido diferente do seu tempo. William trabalhava em uma descrição do reino britânico que envolvia medir e descrever os edifícios antigos (Kendrick, 1950: 18-33). Este interesse pelos vestígios materiais do passado foi fortalecido pela destruição de monastérios no reinado de Henrique VI. O desmantelamento desses marcos familiares e a dispersão de suas bibliotecas incitou os eruditos a registrar o que estava sendo destruído, tal como faziam com os monumentos do passado remoto. Desse modo, o estudo de remanescentes físicos começou a complementar o de testemunhos escritos e tradições orais, dando origem a uma nova tradição de antiquários, distinta da erudição puramente histórica. Esses antiquários, que tinham um alto padrão de vida, embora não fossem ricos, eram oriundos da classe média composta de profissionais e de funcionários administrativos, que se expandia e prosperava sob o reino mais centralizado dos Tudor (Casson, 1939: 143). Para esses patriotas ingleses, as antigüidades locais eram um substituto aceitável das antigüidades gregas e romanas. Eles visitavam monumentos que datavam dos períodos medieval, romano e pré-histórico, e incluíam suas descrições em topografias e histórias de distritos. Registravam também as lendas e tradições relativas a esses sítios. Além disso, alguns antiquários faziam coleções de curiosidades locais (e exóticas). John Twine, que morreu em 1581, colecionou moedas romano-britânicas, cerâmica e vidraria, além de estudar fortalezas e megalitos (Kendrick, 1950: 105). Uma coleção de curiosidades mais variada e extensa, porém menos arqueológica, feita pelo jardineiro real John Tradescant, haveria de tornar-se o núcleo do Ashmolean Museum, fundado em Oxford em 1675. Até então, coleções de antigüidades se compunham de relíquias eclesiásticas ou de parafernália de famílias nobres.

A princípio, não se fazia distinção clara entre as curiosidades naturais e as de origem humana. Tanto acadêmicos quanto o povo iletrado

acreditavam que machados líticos eram pedras de raio (uma idéia endossada pelo naturalista romano Plínio [Slotkin, 1965: X]) e que pontas líticas de projéteis eram dardos de elfos. Na Polônia e na Europa central, acreditava-se que vasos cerâmicos brotavam espontaneamente da terra (Abramowicz, 1981; Sklenáo, 1983: 16). Em um mundo em que não se tinha consciência da evolução biológica, não era por si só evidente que um machado de pedra era de feitura humana e um fóssil amonóide era uma formação natural. Muitas dessas curiosidades eram encontradas acidentalmente por lavradores e trabalhadores manuais e não havia ainda a tradição de escavar em busca de vestígios pré-históricos.

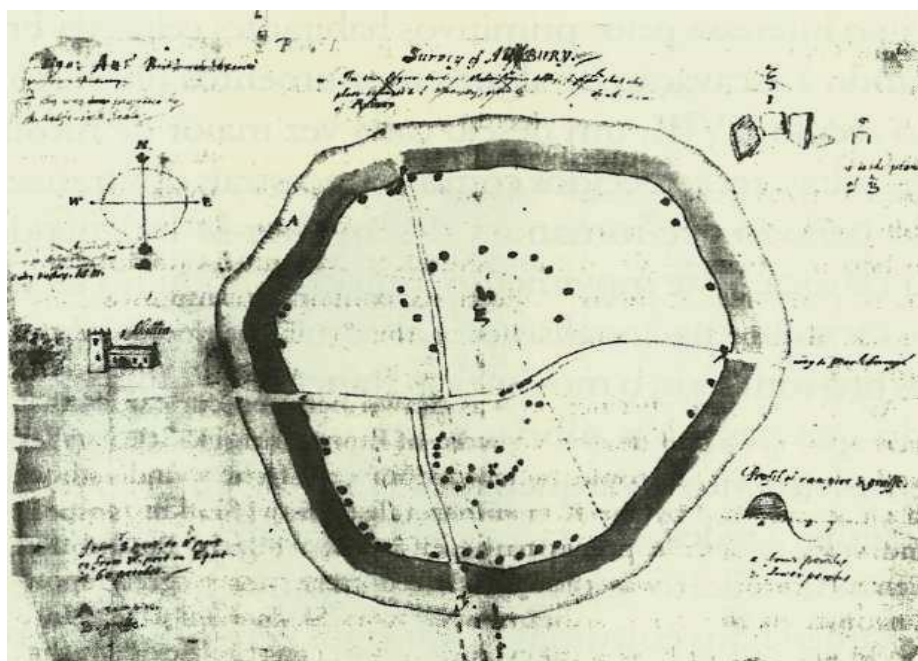
John Leland (1503-52) foi nomeado antiquário real em 1533. Desempenhou importante papel no resgate de livros depois da dispersão das bibliotecas monásticas. Leland também percorreu a Inglaterra e o País de Gales registrando a toponímia e as genealogias, assim como os objetos de interesse para antiquários, inclusive remanescentes visíveis de sítios pré-históricos.

Embora ele tivesse apenas uma vaga consciência das principais mudanças arquitetônicas nos tempos medievais, sua maior inovação foi seu empenho em viajar para ver as coisas, em vez de simplesmente ler a respeito delas (Kendrick, 1950: 45-64). William Camden, autor do primeiro levantamento topográfico geral da Inglaterra, concentrou-se principalmente em ruínas medievais e romanas. Seu *Britannia*, publicado pela primeira vez em 1586, teria muitas edições póstumas. Camden foi também membro fundador, em 1572, da Sociedade dos Antiquários, uma associação londrina para a preservação e o estudo das antigüidades nacionais. Esta sociedade foi proscrita por Jaime I em 1604, presumivelmente porque o monarca, escocês de nascimento, receava que ela incentivasse o nacionalismo inglês e, portanto, a oposição a seu governo (Taylor, 1948: 10; Joan Evans, 1956: 14). John Aubrey (1626-97), o mais famoso dos antiquários ingleses do século XVII, trabalhou principalmente em Wiltshire. Elaborou descrições de Stonehenge e Avebury, defendendo a tese de que esses grandes

monumentos pré-históricos eram provavelmente templos druídicos (Hunter, 1975). As pesquisas desses pioneiros antiquários foram continuadas por uma série de historiadores e topógrafos, a maioria dos quais trabalhava em escala regional. Eles fizeram poucas escavações de forma deliberada, e não tinham noção de cronologia além da que era conhecida a partir de documentos escritos. Tal como os arqueólogos clássicos, procuraram explicar os monumentos antigos associando-os com povos mencionados em relatos históricos. Isso quer dizer que o que hoje reconhecemos como despojos pré-históricos era geralmente atribuído, de modo bastante arbitrário, quer aos bretões, que os romanos haviam encontrado em sua primeira invasão à Inglaterra, quer aos saxões e dinamarqueses, que haviam invadido a Britânia antes da queda do império romano.

A pesquisa antiquária sistemática desenvolveu-se na Escandinávia um pouco mais tarde do que na Inglaterra, por conta da rivalidade política e militar que se seguiu à separação da Suécia e da Dinamarca, em 1523. Os historiadores renascentistas de lá viram-se, muitas vezes, tão fascinados por sua própria herança nacional quanto os da Inglaterra com a deles. Foram incentivados pelos reis Cristiano IV da Dinamarca (que reinou de 1588 a 1648) e Gustavo Adolfo II da Suécia (que reinou de 1611 a 1632) a extrair de testemunhos históricos e do folclore uma imagem de grandeza primigênea e valor eminente, lisonjeira para suas respectivas nações. Este interesse estendeu-se rapidamente aos monumentos antigos. O patrocínio real possibilitou aos principais antiquários fazer o registro dos monumentos de maneira meticulosa e sistemática. Johan Bure (1568-1652), um funcionário público sueco, e Ole Worm (1588-1654), um médico dinamarquês, documentaram um grande número de lápides rúnicas. As inscrições encontradas nessas lápides, que datavam da Idade do Ferro, permitiram uma abordagem arqueológica clássica dos tempos pré-históricos tardios e do início da época histórica. Esses antiquários também coletaram informações a respeito de tumbas megalíticas mais antigas e de inscrições rupestres. Bure e Worm aprenderam um com o outro, a despeito das tensas

relações políticas entre seus países e de seu próprio empenho na promoção de sentimentos patrióticos (Klindt-Jensen, 1975: 14-21). Alguns de seus estudos foram realizados com o emprego de questionários distribuídos por toda a nação. Foram também fundados museus em que eram reunidos objetos de fabricação humana e curiosidades naturais. Na Dinamarca, um dos primeiros foi o museu particular de Worm, que se tornou a base da Kunstkammer, ou Coleção Real, aberta ao público na década de 1680.



7. Plano de Avebury segundo Aubrey, extraído de seu *Monumento Britannica*, editado por volta de 1765 (Bodleian MS Top. Gen. C. 24, f.39v-40).

Na Suécia, em 1666, foi fundado um Colégio de Antiquários, em Upsala, com o propósito de fazer pesquisas, e editaram-se leis nacionais para preservar monumentos antigos. As leis exigiam a transferência de achados valiosos para o rei, em troca de recompensas. Olof Rudbeck (1630-1702) abriu trincheiras e desenhou perfis de túmulos *vikings* na Velha Upsala, estabelecendo a datação relativa dos sepultamentos nos jazigos individuais. Rudbeck também acreditava que a espessura dos blocos de terra acumulados sobre um túmulo podia assinalar, para o último século, quanto tempo decorrera desde que aí se fizera um

sepultamento (Klindt-Jensen, 1975: 29-31). Infelizmente, a pesquisa antiquária tendeu a debilitar-se na Suécia e na Dinamarca quando a economia e as ambições políticas desses dois estados declinaram, por volta do final do século XVII.

Interesse similar, embora menos intenso, por vestígios materiais do passado, desenvolveu-se na Europa central e na Europa Ocidental. Na França medieval, tanto ruínas romanas como pré-históricas eram atribuídas a heróis como Carlos Magno e Rolando e a santos locais. Com a Renascença, as antigüidades romanas foram logo identificadas com o que realmente eram, e tanto Francisco I (que reinou de 1515 a 1547) como Henrique IV (que reinou de 1589 a 1610) reuniram grandes coleções de estátuas clássicas de mármore e de bronze, locais e importadas. Muitos estudos acadêmicos se concentraram nas inscrições romanas, ao passo que, por longo período, as antigüidades pré-romanas foram pouco valorizadas. Somente no século XVIII surgiu o interesse pelos primitivos habitantes celtas da França e por sua origem, levando à escavação de alguns monumentos pré-históricos. Na última parte do século XVIII, um desejo cada vez maior de mostrar os avanços culturais dos celtas, reconhecidos como os ancestrais dos franceses, estimulou o estudo do período pré-romano a desenvolver-se independentemente da arqueologia clássica. Este movimento, que continuou no século XIX, estava ligado a um crescente nacionalismo. Tal como os primeiros estudos ingleses dos vestígios pré-romanos, o movimento francês estimulou mais a especulação fantasiosa do que pesquisas sóbrias e, em última análise, pouco contribuiu para o desenvolvimento da arqueologia (Laming-Emperaire, 1964).

Na Alemanha, a redescoberta, em 1451, da obra *Germania*, do historiador romano Cornélio Tácito (cerca de 56-120 d.C.), obra que contém uma descrição detalhada dos costumes dos antigos germanos, induziu os eruditos a usar as fontes clássicas e não as lendas medievais no estudo da sua história primitiva. Esta nova tendência lançou as bases para o empreendimento do primeiro estudo histórico da antiga Germânia, o *Germaniae Antiquae*, de Philip Klüver, publicado em 1616

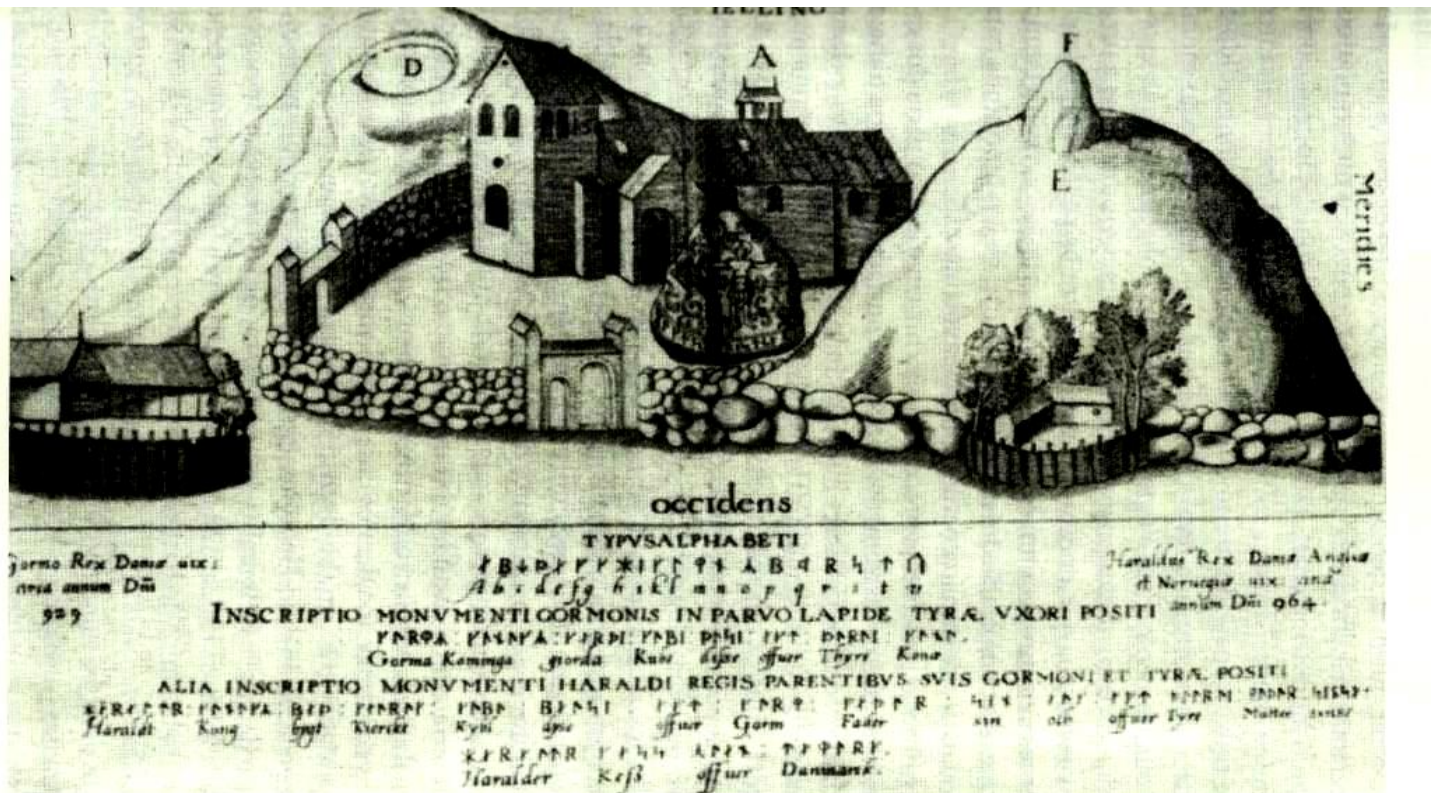
(Sklenáo, 1983:24-5). Como acontecera em outras regiões, a pesquisa de Klüver levou a um crescente interesse pelos vestígios materiais do passado. A escavação de antas em Marzhana, na Saxônia, em 1587, foi uma das primeiras na Europa que procurou, em vez de encontrar tesouros, ou enriquecer uma coleção, responder a uma questão específica, a saber, se os vasos achados nessa estrutura eram manufaturados ou naturalmente formados (*ibidem*, 38). Esforços foram feitos também para classificar megálitos e vasos funerários de acordo com a forma e o uso (*ibidem*, 33).

Desenvolvimento análogo ocorreu na Hungria e nos países eslavos. Políticos, clérigos e acadêmicos incorporaram descobertas arqueológicas às suas coleções de curiosidades. Em algumas das coleções principescas, descobertas locais eram exibidas ao lado de estátuas e vasos pintados importados da Itália e da Grécia. Foram feitas algumas escavações para recuperar artefatos e, ocasionalmente, foram promulgadas leis para proteger antigüidades e garantir a realização de novas descobertas para a coleção nacional (Sklená©, 1983: 32-3).

Identificação de Instrumentos de Pedra

Os séculos XVI e XVII representaram o início de um empreendimento de exploração e colonização levado a cabo em todo o mundo pela Europa ocidental. Os navegantes começaram a deparar-se com um grande número de caçadores-coletores e agricultores tribais nas Américas, na África e no Pacífico. Descrições desses povos e de seus costumes circularam na Europa e coleções de seus instrumentos e vestes foram levadas para lá como curiosidades. A princípio, a descoberta de grupos que não conheciam a metalurgia, e cujas culturas incorporavam muitas práticas contrárias à doutrina cristã, parecia confirmar a concepção tradicional vigente na Idade Média, a saber, a noção de que os grupos errantes que se tinham apartado muito do Oriente Próximo, e assim perdido o contato com a contínua revelação de Deus, tinham degenerado moral e tecnologicamente. Pouco a pouco, porém, o

conhecimento que se tomou da existência desses povos e de seus instrumentos deu lugar a uma outra concepção, que traçava um paralelo entre os povos "primitivos" modernos e os europeus pré-históricos. No entanto, levou muito tempo para que esta comparação fosse aceita por todos e mais tempo ainda para que todas as suas implicações fossem desenvolvidas.



8. Gravuras nas rochas em tumuli e runas em Jelling, Dinamarca, 1591 (desenhos feitos por encomenda de Henrik Ratzau e publicados em 1591).

O primeiro passo nesse processo foi a constatação, por parte dos estudiosos, de que os instrumentos líticos encontrados na Europa tinham sido manufaturados por seres humanos; não tinham, portanto, origem sobrenatural. Até o século XVII, cristais, fósseis animais, instrumentos de pedra e outros objetos líticos de conformações distintas eram todos classificados como fósseis. Em 1669, Nicolau Steno (1638-86) comparou fósseis e conchas de moluscos modernos e concluiu que tinham mais semelhança entre si que com cristais inorgânicos. Inferiu daí que conchas fósseis eram vestígios de animais outroraviventes. Analogias etnográficas desempenharam um papel similar no que tange ao estabelecimento da origem humana de instrumentos de pedra

(Grayson, 1983:5). A possibilidade de que, em tempos passados, povos da Europa desconhecêssem o uso de ferramentas metálicas fora implicitamente aventada, já no início do século XVI, por Pietro Martire d'Anghiera, quando ele comparou os nativos das índias Ocidentais com as tradições clássicas relativas a uma antiga Idade do Ouro (Hodgen, 1964: 371).

O geólogo italiano Georgius Agrícola (1490-1555) deu a público a opinião de que instrumentos de pedra eram, provavelmente, de origem humana (Heizer, 1962a: 62); Michel Mercati (1541-93), superintendente do jardim botânico do Vaticano e médico do papa Clemente VII, em sua obra *Metallottheca*, de 1717, sugeriu que, antes do uso do ferro, instrumentos de pedra tinham sido "retirados com fortes golpes das mais rígidas pederneiras para serem usados na loucura da guerra" (Heizer, 1962a:65). Ele citou passagens bíblicas e clássicas que confirmavam o uso de instrumentos de pedra; estava também familiarizado com espécimes etnográficos do Novo Mundo que tinham sido enviados ao Vaticano como presentes. Ulisse Aldrovandi (1522-1605), em seu *Museum Metallicum*, publicado em 1648, também afirmou que instrumentos de pedra eram fabricações humanas. Em 1655, o francês Isaac de la Peyrère, um dos primeiros escritores a contestar o relato bíblico da criação do homem, associou as pedras de raio com a raça dos "pré-adamitas", que ele supunha que houvesse existido antes da criação do primeiro hebreu, descrita no livro do Gênesis.

Na Grã-Bretanha, o conhecimento cada vez maior a respeito dos povos nativos do Novo Mundo resultou em uma convicção crescente de que os instrumentos de pedra eram feitos por seres humanos. Em 1656, o antiquário William Dugdale (1605-86) atribuiu esses instrumentos aos antigos bretões, afirmando que eles os tinham usado antes de aprender a trabalhar o cobre, o bronze ou o ferro. Robert Plot (1640-96), genro de Dugdale e curador do Museu Ashmolean, era da mesma opinião e, em 1686, escreveu que a maioria dos antigos bretões usava instrumentos de pedra, em vez de metálicos. Plot afirmava também ser

possível descobrir como os instrumentos líticos pré-históricos eram encabados, comparando-os com os dos índios norte-americanos que se podiam ver com seus suportes de madeira. Em 1699, seu assistente, Edwar Lhwyd, comparou as flechas- de-elfo e as pontas de flechas dos índios da Nova Inglaterra feitas com lascas de sílex. Idéias semelhantes tinha o antiquário escocês Sir Robert Sibbald, já em 1648. Por volta de 1766, o bispo Charles Lyttelton especulava que instrumentos de pedra deveriam ter sido feitos antes que os de metal estivessem disponíveis e, portanto, deveriam ser datados de uma época anterior à conquista romana (Slotkin, 1965:223). Uma década mais tarde, o escritor Samuel Johnson ([1775] 1970: 56) comparou pontas de flechas líticas britânicas com instrumentos feitos por habitantes modernos das ilhas do Pacífico e concluiu que as primeiras tinham sido manufaturadas por uma nação que não conhecia o uso do ferro. Por volta do século XVIII, essas observações tinham fortalecido a convicção, crescente no Reino Unido, de que antigüidades podiam ser uma fonte de informação sobre o passado, além de curiosidades dignas de registro em topografias de distritos.

Na França, em 1719, Dom Bernard de Montfaucon (1655-1741), que 24 anos antes publicara um relato sobre a escavação de uma tumba megalítica contendo machados de pedra polida, atribuiu tais tumbas a uma nação que desconhecia o uso do ferro. As conclusões de Dom Bernard foram influenciadas pelo conhecimento que ele tinha da pesquisa arqueológica empreendida na Inglaterra e na Escandinávia (Laming-Emperaire, 1964: 94). Cinco anos depois, o mestre francês Antoine de Jussieu (1686-1758) fez comparações detalhadas entre instrumentos de pedra europeus e instrumentos de pedra trazidos da Nova França e do Caribe. Jussieu afirmou que "as populações da França, da Alemanha e de outros países setentrionais que, exceto pela descoberta do ferro, deviam, outrora, assemelhar-se muito aos selvagens hodiernos, por certo — antes de estar afeitos ao uso do ferro - não careciam menos do que estes selvagens de cortar lenha, extrair cortiça, esgalhar árvores, matar animais selvagens, prover alimento para si

mesmos através da caça e defender-se de seus inimigos" ([1723] Heizer, 1962a: 69). Em 1738, Kilian Stobaeus, professor de história natural na Universidade de Lund, argumentou que instrumentos de sílex precederam os de metal na Escandinávia e comparou-os com espécimes etnográficos da Louisiana — uma opinião a que fez eco, em 1763, o erudito dinamarquês Erik Pontoppidan (Klindt-Jensen, 1975: 35-9). Por outro lado, em 1655, Ole Worm, notável antiquário, continuava a achar possível que machados de pedra polida fossem de origem celeste, e não instrumentos de metal fossilizados, ou artefatos de pedra, mesmo tendo em sua coleção exemplares etnográficos de instrumentos líticos oriundos do Novo Mundo. Em todo o caso, por volta do século XVII, tanto a fabricação humana dos instrumentos de pedra quanto sua considerável antigüidade na Europa haviam sido amplamente aceitas. Ainda assim, a convicção crescente de que instrumentos de pedra com toda a probabilidade haviam sido usados antes que os de metal, na Europa e alhures, não significou a adoção de uma perspectiva evolucionista (cf. Rodden, 1981: 63), uma vez que instrumentos líticos podiam ser vistos em uso no mundo contemporâneo paralelamente aos de metal. Observando que, de acordo com a Bíblia, a metalurgia fora praticada desde tempos remotos, Mercati ponderou que, por certo, esta arte teria sido perdida pelas nações que migraram para regiões onde o ferro não era encontrável ([1717] Heizer 1962a:66). Teses degeneracionistas desse tipo eram amplamente difundidas. Outros antiquários sustentaram que instrumentos líticos haviam sido usados ao mesmo tempo que os de metal por comunidades ou nações muito pobres para possuir metais. Por volta de 1857, ainda se contrapunha à teoria de que os instrumentos líticos antecederam os metálicos o argumento de que os de pedra podiam ser imitações de instrumentos originais de metal (O'Laverty, 1857; 'Trevelyan', 1857). Sem controle cronológico apropriado, e na falta de dados arqueológicos de muitas regiões do mundo, ainda era possível acreditar que a metalurgia e o seu desconhecimento tivessem existido lado a lado ao longo da maior parte da história humana. Até o século XIX, não havia evidência factual capaz

de tornar a teoria evolucionista da história humana mais plausível que a degeneracionista. As fortes sanções religiosas associadas à posição degeneracionista contribuíram para que muitos arqueólogos hesitassem em contestá-las.

O Paradigma da Ilustração

O desenvolvimento de uma visão evolucionista do passado foi menos influenciado pelo crescente corpo de conhecimentos arqueológicos do que pela gradual mudança de mentalidade iniciada no século XVII, no noroeste da Europa, região que emergia rapidamente como o centro econômico da nova economia mundial (Wallerstein, 1974; Delâge, 1985). O novo modo de ver baseava-se em uma confiança cada vez maior na capacidade de aperfeiçoamento e de desenvolvimento econômico e cultural dos seres humanos. No início do século XVII, o filósofo e estadista inglês Francis Bacon protestou contra a idéia de que a cultura da antigüidade clássica era superior à dos modernos. Tese similar ganhou repercussão na França, na querela entre os antigos e os modernos, pelos fins do século XVII. Os "modernos" argumentavam que os talentos humanos não estavam declinando e, portanto, os europeus contemporâneos podiam ter esperança de produzir obras que iguallassem, ou superassem, as dos antigos gregos e romanos (Laming-Emperaire, 1964: 64-6). Enquanto Raleigh e muitos outros escritores elizabetanos continuavam a acreditar, à maneira medieval, que o mundo avançava celeremente rumo a seu fim, pela segunda metade do século XVII muitos europeus ocidentais mostravam-se confiantes no futuro (Toulmin & Goodfield 1966:108-10). Entre as razões para esse otimismo cada vez maior estavam as revoluções científicas dos séculos XVI e XVII (sobretudo as apresentadas nas obras de Galileu e Newton), a aplicação das descobertas científicas ao avanço da tecnologia e a valorização generalizada das criações literárias dos escritores ingleses no reino de Elizabeth I, e dos franceses sob Luís XIV. Especialmente na classe média, os avanços fomentaram uma crescente fé no progresso e a

convicção de que os seres humanos são, em grande medida, responsáveis por seu destino. Esses fatos também levaram os europeus ocidentais a considerar o modo de vida de povos tecnologicamente menos avançados (que eles haviam encontrado em várias regiões do mundo) como sobrevivências da condição humana primordial, e não produtos da degeneração humana.

Nem a descoberta renascentista de que o passado fora diferente do presente nem a constatação do desenvolvimento tecnológico ocorrido na Europa ocidental levaram diretamente à conclusão de que o progresso era um tema geral da história humana. No século XVII, períodos históricos sucessivos eram considerados como uma série de variações caleidoscópicas sobre temas inerentes a uma natureza humana fixa, e não uma seqüência evolutiva digna de estudo por si mesma (Toulmin & Goodfield, 1996: 113:14). O filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1774) via a história como tendo ciclos característicos, e sustentava que todas as sociedades humanas percorrem estágios similares de desenvolvimento e decadência que refletem intervenções uniformes da providência. Prudentemente, contudo, ele enfatizou que esta visão da história humana governada por leis estritas não se aplicava aos hebreus, cujo progresso era guiado pela divindade. Embora Vico não fosse evolucionista, suas idéias ajudaram a fortalecer a convicção de que a história pode ser compreendida em termos de regularidades análogas às postuladas nas ciências naturais (*ibidem*, 125-9).

Uma visão evolutiva da história humana ampla o suficiente para contrapor-se à perspectiva medieval, não apenas em pontos específicos mas em sua inteireza, foi formulada pela filosofia da Ilustração, no século XVIII. O movimento começou na França, onde esteve associado a filósofos proeminentes como Montesquieu, Turgot, Voltaire e Condorcet, mas também floresceu na Escócia, com os chamados pensadores "primitivistas", entre os quais John Locke, William Robertson, John Millar, Adam Ferguson e o excêntrico James Burnett, que, como Lord Monboddo, ganhou notoriedade com sua tese de que

humanos e orangotangos pertencem a uma mesma espécie (Bryson, 1945; Schneider, 1967).

Os filósofos da Ilustração combinavam um entendimento naturalístico dos processos sociais com uma crença firme no progresso, de modo a produzir um conjunto de conceitos que pretendiam explicar a mudança social. Criaram também uma metodologia que acreditavam capacitá-los a estudar o curso geral do desenvolvimento humano desde os tempos mais remotos. Na Inglaterra e na Holanda, onde o poder político já estava nas mãos da classe média mercantil, a atividade intelectual orientava-se no sentido de avaliar o significado econômico e político desta mudança.

A contínua debilitação da classe média francesa em face da autocracia Bourbon parece ter estimulado os intelectuais franceses a empenhar-se em especulações mais amplas sobre a natureza do progresso. O grande impacto dessas idéias sobre os eruditos de Edimburgo refletia não apenas os vínculos culturais entre a França e a Escócia, mas também o poder e a prosperidade subitamente adquiridos pela classe média escocesa após a união com a Inglaterra, em 1707. A seguir, alinham-se as principais teses da Ilustração que se tornaram, para a classe média europeia, a base popular de um pensamento evolucionista:

1. Unidade psíquica. Acredita-se que todos os grupos humanos possuem essencialmente o mesmo tipo e o mesmo nível de inteligência, compartilhando das mesmas emoções, embora indivíduos no interior desses grupos possam diferir quanto a uma ou outra dessas características. Em vista disso, não há barreira biológica que defina até que ponto qualquer raça ou nacionalidade pode beneficiar-se de conhecimento novo, ou contribuir para seu avanço. Todos os grupos humanos são igualmente perfectíveis. Na forma mais etnocêntrica, isto configurou a crença de que todos os seres humanos vêm a ser capazes de beneficiar-se da civilização europeia. Mas isso não implicava necessariamente que a civilização europeia seria sempre a única a desfrutar de uma tecnologia avançada. Diferenças culturais eram

geralmente atribuídas a influências climáticas ou a outros fatores ambientais, ou ainda descartadas como acidentes históricos (Slotkin, 1965:423).

2. Progresso cultural como característica dominante da história humana. Acreditava-se que a mudança ocorre de forma contínua, e não episódica, podendo ser atribuída a causas naturais, ao invés de sobrenaturais. Julgava-se que a principal motivação para o progresso vem a ser o desejo dos humanos de melhorar sua condição, principalmente pela conquista de maior controle sobre a natureza (Slotkin, 1965:441). Muitos filósofos da Ilustração consideravam o progresso inevitável, ou mesmo uma lei da natureza, enquanto outros viam nele algo em que se pode ter esperança (*ibidem*, 357-91; Harris, 1968:37-9).

3. O progresso caracteriza não apenas o desenvolvimento tecnológico, mas todos os aspectos da vida humana, incluindo organização social, política, moralidade e crenças religiosas. Mudanças em todas essas esferas do comportamento humano eram consideradas ocorrências concomitantes a seguir, de modo geral, uma única linha de desenvolvimento. Em função de terem modos de pensar semelhantes, seres humanos em um mesmo estágio de desenvolvimento tenderiam a industrializar soluções análogas para seus problemas e, portanto, seus regimes de vida evoluiriam ao longo de linhas paralelas (Slotkin, 1965:445). A mudança cultural era freqüentemente concebida como uma sucessão universal de estágios. Julgava-se que os europeus tinham passado por todos esses estágios, ao passo que as sociedades mais primitivas haviam passado apenas pelos primeiros.

4. O progresso aperfeiçoa a natureza humana não transformando-a, mas eliminando progressivamente a ignorância, a paixão e a superstição (Toulmin & Goodfield, 1966:115-23). A nova visão evolucionista da mudança cultural não contestava nem a noção cristã tradicional nem,

tampouco, a noção cartesiana de uma natureza humana fixa e imutável. Porém, a natureza humana tal como passou a ser concebida deixou para trás a preocupação medieval com o pecado e com a dependência dos indivíduos da graça divina como o único meio de alcançar a salvação.

5. O progresso resulta do exercício do pensamento racional voltado para a melhoria da condição humana. Deste modo, os seres humanos gradualmente adquiriram maior capacidade de controlar o ambiente, o que, por sua vez, gerou a riqueza e o lazer necessários para viabilizar a criação de sociedades mais complexas e o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e objetiva da humanidade e do universo. Desde muito, o exercício da razão era considerado a característica crucial a distinguir os humanos dos animais. A maioria dos filósofos da Ilustração também conceberam o progresso cultural teleologicamente, como se ele fosse a realização, pela humanidade, dos planos de uma divindade benevolente. A fé em que leis benevolentes orientavam o desenvolvimento humano havia de sobreviver à crença em Deus entre os estudiosos das sociedades humanas.

O filósofo escocês Dugald Stewart aplicou o rótulo de história "teórica" ou "conjectural" à metodologia que os filósofos da Ilustração desenvolveram com o intuito de delinear o desenvolvimento das instituições humanas (Slotkin, 1965-460). Isso implicava o estudo comparativo de povos contemporâneos, cujas culturas se acreditava estar em níveis diferentes de complexidade, e arranjá-las de modo a compor uma seqüência lógica, geralmente unilinear, passando do simples ao complexo. Esses estudos, em grande medida, baseavam-se em dados etnográficos derivados de relatos feitos por exploradores e missionários que atuavam em diferentes regiões do mundo. Apesar de pequenas divergências - por exemplo, saber se surgiram primeiro as economias agrícolas ou as pastoris -, acreditava-se que essas seqüências podiam ser consideradas históricas e usadas para examinar todos os tipos de instituições sociais. Nos escritos do historiador William

Robertson, e de outros também, as seqüências aparentemente similares de culturas do hemisfério oriental e das Américas eram interpretadas como uma confirmação da validade universal do princípio da unidade psíquica e da convicção de que os seres humanos no mesmo estágio de desenvolvimento reagiriam da mesma maneira aos mesmos problemas (Harris, 1968: 34-5).

Em geral, reconhece-se que a perspectiva evolucionista cultural que explica a história humana foi amplamente aceita bem antes da publicação de *On the Origin of the Species* [A origem das espécies] de Darwin. Glyn Daniel (1971: 41) tem dúvidas quanto à importância da filosofia da Ilustração para a arqueologia, porquanto os eruditos da Ilustração, com poucas exceções (ver a respeito Harris, 1968: 34), ignoraram os dados arqueológicos em seus escritos. Que eles assim procedessem nada tem de surpreendente, já que, sem meios hábeis para a datação de materiais pré-históricos, a arqueologia pouco poderia contribuir para suas discussões a respeito da evolução cultural. Isto não significa, porém, que os escritos da Ilustração não influenciaram o pensamento dos antiquários. Pelo contrário, sua defesa da concepção evolucionista do desenvolvimento humano desde as origens primitivas fortaleceu uma compreensão mais holística dos tempos pré-históricos.

Em particular, a Ilustração estimulou um interesse renovado por concepções materialistas e evolucionistas do desenvolvimento cultural que haviam sido expostas pelo filósofo epicurista romano Tito Lucrécio Caro (98-55 a.C.) em seu poema *De rerum natura* [Sobre a natureza das coisas]. Ele afirmava que os implementos primitivos tinham sido mãos, unhas e dentes, assim como pedras e pedaços de pau. Só mais tarde vieram a ser feitos instrumentos de bronze e, depois, de ferro. Embora este seu esquema se apoiasse em vários textos clássicos onde se fazia referência a uma era em que os artefatos e armas de bronze ainda não tinham dado lugar às de ferro, em grande medida fundava-se em especulações evolucionistas a postular que o mundo, e todas as espécies viventes, tinham-se originado de partículas eternas e irreduzíveis de matéria chamadas átomos, combinados de formas cada vez mais

complexas. Nem Lucrécio, nem qualquer outro erudito romano, buscou provar sua teoria, e ela permaneceu como um entre muitos esquemas especulativos conhecidos pelos romanos. Uma concepção popular alternativa postulava a degeneração moral da humanidade através das sucessivas Idades do Ouro, da Prata, do Bronze e do Ferro.

Logo no início do século XVIII, os eruditos franceses estavam familiarizados tanto com as idéias de Lucrécio quanto com as evidências crescentes de que instrumentos de pedra haviam sido usados em toda a Europa. Também estavam familiarizados com os textos clássicos e bíblicos que sugeriam que os instrumentos de bronze tinham sido usados antes dos de ferro. Em 1734, Nicolas Mahudel leu uma comunicação na Académie des Inscriptions de Paris em que citava Mercati e propunha a tese de três idades sucessivas, a da Pedra, a do bronze e a do Ferro, como um esquema plausível do desenvolvimento humano. Bernard de Montfaucon e muitos outros estudiosos iriam reiterá-lo ao longo de todo o século XVIII. Em 1718, Antoine-Yves Goguet (1716-58) defendeu a teoria das três idades em um livro que, três anos mais tarde, foi traduzido para o inglês com o título de *The Origins of Arts, Latus and Sciences, and their Progress among the Most Ancient Nations* [As origens das artes, leis e ciências e seu progresso entre as nações mais antigas]. Goguet acreditava que os modernos "selvagens nos mostram um retrato impressionante da ignorância do mundo antigo e das práticas dos tempos primitivos" ([1761] Heizer, 1962a: 14). No entanto, para conciliar esta visão evolucionista com a noção bíblica de que a arte do ferro tinha sido inventada antes do dilúvio, ele, tal como Mercati e outros evolucionistas contemporâneos, proclamou que tal processo tinha sido reinventado depois que "a terrível calamidade privara a maior parte da humanidade tanto desta quanto de outras artes". Glyn Daniel (1976: 40) com razão advertiu que não se deve exagerar a influência que a teoria das três idades teria exercido sobre o pensamento dos antiquários no século XVIII. No entanto, à medida em que o interesse pela problemática do progresso cultural se generalizava, a teoria das três idades alcançava maior

prestígio popular. Na Dinamarca, a idéia foi exposta pelo historiador P. F. Suhm na sua *História da Noruega, da Dinamarca e de Holstein* (1776) e pelo antiquário Skuli Thorlacius (1802), assim como por L. S. Vedel Simonsen, em seu manual de história da Dinamarca, publicado em 1813. No entanto, embora encontrasse um número cada vez maior de defensores, a teoria das três idades continuava tão especulativa e sem comprovação quanto nos tempos de Lucrécio. Comparativamente, a idéia de que, em algum momento do passado remoto, alguns europeus tinham feito uso de instrumentos de pedra foi mais amplamente aceita.

Antiquarianismo Científico

O estudo das antigüidades pré-históricas foi também influenciado pelo desenvolvimento geral da metodologia científica, que, por sua vez, estava intimamente relacionado com a crescente capacidade dos europeus de manipular tecnologicamente seu ambiente. O filósofo René Descartes (1596-1650), como parte de seus esforços no sentido de dar conta de todos os fenômenos naturais com um único sistema de princípios mecânicos, propôs a tese de que as leis que regem a natureza são universais e eternas. Deus foi considerado como um ser à parte do universo, que ele criara como uma máquina capaz de funcionar sem ulterior intervenção (Toulmin & Goodfield, 1966: 80-4). As idéias de Descartes, junto com a ênfase que Francis Bacon dera à metodologia indutiva e à exclusão de casos negativos, produziram um novo espírito de perquirição científica, que se refletiu na importância dada pela Royal Society of London, fundada por Carlos II em 1660, à observação, classificação e experimentação. Os membros da Royal Society rejeitaram a autoridade que os estudiosos medievais consignaram às obras eruditas da antigüidade como fontes últimas do conhecimento científico e dedicaram-se a estudar as coisas em si mesmas, não mais o que havia sido escrito a respeito delas. Porém, até mesmo alguns desses pesquisadores ficavam satisfeitos quando achavam que as descobertas mais recentes haviam sido antecipadas nos grandes textos científicos da

antigüidade. Antiquários eram eleitos membros da Royal Society; seu trabalho era incentivado e suas obras eram publicadas pela sociedade, exceto quando Isaac Newton foi seu presidente, entre 1703 e 1727. Embora Isaac Newton fosse um grande físico, seus interesses no campo da história humana eram inteiramente místicos e medievais.

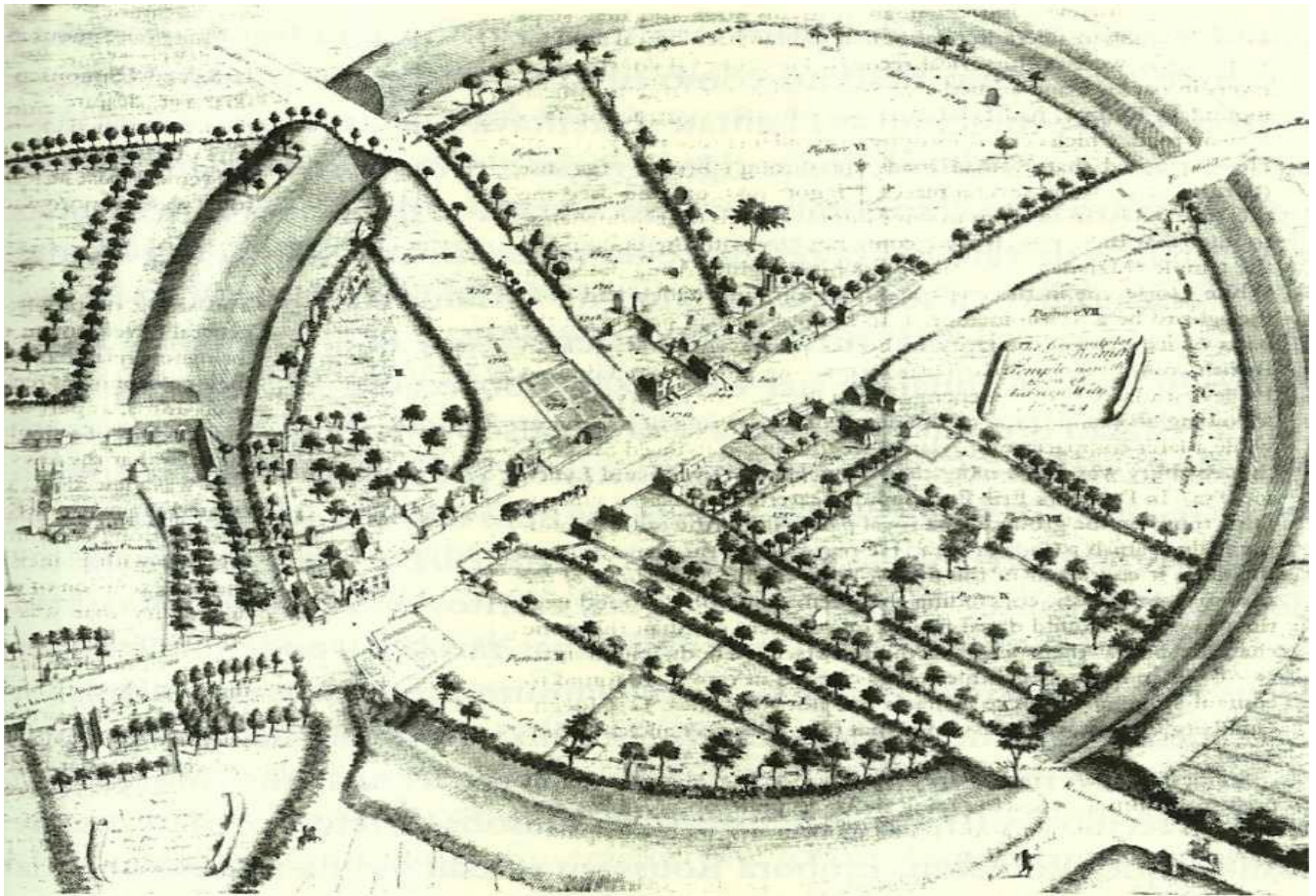
Membros da Royal Society faziam descrições precisas e pormenorizadas de achados arqueológicos. Identificavam ossos de animais em sítios arqueológicos e procuravam determinar como instrumentos tinham sido feitos e usados. Tentavam, também, descobrir como grandes rochas haviam sido transportadas e como monumentos tinham sido construídos nos tempos antigos. Exemplificam o tipo de pesquisa que a Royal Society incentivava as primeiras obras de William Stukeley (1687-1756). Como Camden, antes dele (Daniel, 1967: 37), Stukeley constatou que marcas geométricas em campos de lavoura observadas pelos lavradores em diversas partes da Inglaterra (as quais eles interpretavam como um fenômeno sobrenatural) asinalavam, delineando-as, as fundações enterradas de estruturas desaparecidas (Piggott, 1985: 52). Ele reuniu em grupos tipologicamente definidos monumentos de forma similar, tais como aterros ou diferentes tipos de montículos funerários, com a esperança de interpretá-los à luz da escassa evidência histórica então disponível. Stuart Piggott (1985: 67) observou que Stukeley foi o primeiro dos antiquários britânicos a reconhecer a possibilidade de uma longa ocupação pré-romana, durante a qual diferentes tipos de monumentos pré-históricos teriam sido construídos em épocas distintas, e também o primeiro a perceber que povos diversos poderiam ter ocupado sucessivamente o sul da Inglaterra. Mesmo isso, porém, já fora sugerido pelo registro feito por Júlio César da invasão belga ao sudoeste da Inglaterra, pouco antes da conquista romana. Ao mesmo tempo, Stukeley e outros antiquários deram os primeiros passos no sentido de estimar datas relativas para os achados arqueológicos sobre os quais não havia testemunhos históricos. Ele observou camadas construtivas nos montículos funerários e afirmou que Silbury Hill, o maior montículo artificial da Europa, tinha sido

edificado antes da construção de uma estrada romana, que se infletiu numa curva abrupta para evitá-lo (Daniel, 1967: 122-3). Observou também que estradas romanas cortaram, em vários lugares, montículos discóides (antas "druídicas") da Idade do bronze (Piggott, 1985: 67) e valeu-se da presença de lascas de pedra-lipes em alguns montículos funerários, nas cercanias de Stonehenge, para inferir que esses sepultamentos foram contemporâneos à construção do templo (Marsden, 1974: 5).

Em 1784, sua filha Anna datou do período pré-romano o cavalo branco talhado no calcário em Uffington (que se julgara ser um memorial saxônico), baseando-se na similaridade com os cavalos retratados em moedas romanas (Piggott, 1985:142). Em 1720, o astrônomo Edmund Halley calculou que Stonehenge teria de 2.000 a 3.000 anos, considerando a profundidade do desgaste de suas rochas em função de agentes atmosféricos; uma comparação posterior do mesmo tipo de desgaste relativo convenceu Stukeley de que o sítio de Avebury era muito mais antigo que o de Stonehenge (Lynch & Lynch, 1968: 52). Em 1744, na Dinamarca, Erik Pontoppidan escavou cuidadosamente uma tumba megalítica no terreno de um palácio real no noroeste de Sjælland, a principal ilha dinamarquesa. Fez, posteriormente, uma comunicação sobre a estrutura e os achados que ela continha no primeiro volume das Atas da Sociedade Real Dinamarquesa, chegando à conclusão de que despojos funerários cremados encontrados no topo do montículo datavam de uma era mais recente do que a câmara de pedra abaixo deles, e do que o próprio montículo (Klindt-Jensen, 1975: 35-6). Quando se descobriu que três tumbas megalíticas abertas em 1776 continham artefatos de pedra e de bronze, mas não de ferro, O. Hoegh-Guldberg, o responsável pela escavação, deu como certo que elas eram muito antigas (*ibidem*, 42-3).

Estudos como esses ajudaram a fazer progredir a pesquisa dos tempos pré-históricos, estimulando observações e descrições mais precisas de antigos artefatos e monumentos, assim como uma reflexão mais disciplinada a seu respeito, além de tentativas de se datar alguns deles,

quer em termos relativos, quer de calendário. Embora essas pesquisas fossem muito fragmentadas e os seus resultados, muito desconexos, para constituir uma disciplina da arqueologia pré-histórica, ajudaram a lançar as bases para o seu posterior desenvolvimento. Advertindo tendências análogas nas pesquisas antiquárias do século XVIII na Europa continental, Karel Sklenář (1983: 59) observou que "o próprio fato de que os arqueólogos, na Europa central, preferiam a descrição analítica dos fatos à elaboração de um quadro sintético do passado" mostra como foi pequena a contribuição do novo enfoque científico para o avanço do conhecimento da pré-história.



9. Vista de Avebury segundo Stukeley, publicado em *Abury*, 1/213.

Esta afirmativa não se aplica à Inglaterra e à Escandinávia, onde os antiquários fizeram progressos substanciais na conceituação dos problemas relativos ao estudo dos tempos pré-históricos e ensaiaram alguns passos no sentido de resolvê-los.

Antiquarianismo e Romantismo

A influência crescente do evolucionismo cultural no século XVIII gerou uma reação conservadora que, nessa época, chegou a ter maior influência na pesquisa antiquária que o evolucionismo. Em 1724, o missionário jesuíta francês Joseph-François Lafitau (1685-1740), que trabalhara com os índios do Canadá, publicou *Moeurs des sauvages américains comparées aux mœurs des premiers temps* [Costumes dos selvagens americanos comparados aos costumes dos primeiros tempos]. Embora freqüentemente seu livro tenha sido descrito como uma contribuição pioneira para a antropologia evolucionista, Lafitau sustentava que as religiões e os costumes dos ameríndios e dos antigos gregos e romanos se assemelhavam porque, tanto num caso como no outro, tratava-se de versões corrompidas e distorcidas da verdadeira religião e da verdadeira moralidade reveladas por Deus a Adão e a seus descendentes no Oriente Próximo. Tais idéias, que faziam reviver a doutrina da degeneração, eram similares às de Stukeley, que, no final de sua vida, estava obcecado pela convicção de que a religião dos antigos druidas era uma sobrevivência relativamente pura do monoteísmo primordial e, portanto, proximamente aparentada ao cristianismo. Stukeley associou todos os mais importantes monumentos pré-históricos britânicos aos druidas, e com base nesta premissa fez deles extravagantes interpretações. Seus escritos eram dirigidos contra os deístas; estes acreditavam que as pessoas razoáveis podem apreender Deus sem a ajuda da revelação - opinião muito próxima às da Ilustração. O pensamento de Stukeley refletia também uma tendência cada vez mais voltada para o romantismo. Este movimento intelectual, que começou no final do século XVIII, foi antecipado pela filosofia de retorno à natureza de Jean-Jacques Rousseau. Embora Rousseau acreditasse na importância da razão, deu destaque à emoção e à sensibilidade como aspectos importantes do comportamento humano. Também enfatizou a bondade inerente dos seres humanos e relacionou a avidez e a inveja à artificialidade e às influências corruptoras da

civilização. Na Alemanha e na Inglaterra, o romantismo floresceu, em parte, como uma reação ao domínio cultural francês e às restrições artísticas do neoclassicismo. Em sua exaltação de emoções fortes, o romantismo associou a preocupação com o horror e o mal ao deleite com a beleza natural. Indivíduos com inclinações românticas desenvolveram um grande interesse por ruínas de abadias, túmulos e outros símbolos da morte e da decadência, inclusive esqueletos humanos com o esgar de "um riso fantasmagórico" (Marsden, 1974: 18). Eles também tomaram as sociedades "primitivas", ou "naturais", preservadas em seus monumentos e em suas tradições populares, especialmente as do período medieval, como inspiração ideal para as artes plásticas e a literatura (K. Clark, 1962: 66). Deste modo, o romantismo veio ligar-se intimamente ao nacionalismo. O movimento tinha grande apelo para os membros mais conservadores das classes médias, que identificavam o neoclassicismo com os valores da aristocracia e viam no racionalismo um equivalente ao ateísmo e ao radicalismo político. De um modo muito significativo, a Sociedade dos Antiquários de Londres, fundada em 1711, com alvará concedido em 1751, estava muito mais interessada na Inglaterra medieval do que na Britânia romana ou pré-histórica (Piggott, 1985: 43-4). O movimento romântico ganhou força nos círculos conservadores nos anos que se seguiram à Revolução Francesa, quando a Ilustração era acusada de incentivar as liberdades populares e o republicanismo. Na restauração conservadora subsequente à derrota de Napoleão Bonaparte, foi feito um esforço coordenado no sentido de eliminar as idéias da Ilustração na Europa central e ocidental.

O final do século XVIII é considerado um período de declínio intelectual nos estudos históricos e de antiquários na Grã-Bretanha (Piggott, 1985: 108, 115-17, 154-5). Mas o romantismo parece ter sido eficaz no sentido de estimular a ênfase crescente na escavação, e especialmente na escavação de tumbas, o que contribuiu para o avanço do antiquarianismo na última parte do século XVIII. Entre 1757 e 1773, o reverendo Bryan Fausset (1720-76) escavou mais de 750 montículos

funerários anglo-saxões no sudeste da Inglaterra. James Douglas (1753-1819), em seu *Nenia Britannica, or Sepulchral History of Great Britain* [Nênia Britânica, ou história dos sepulcros da Grã-Bretanha], que foi publicado, por partes, entre 1786 e 1793, com base em compilação extensiva de informações obtidas em escavações de montículos funerários por toda a Grã-Bretanha, admitiu que túmulos contendo apenas artefatos de pedra eram mais antigos que os que também continham artefatos metálicos (Lynch & Lynch, 1968: 48). Um dos melhores trabalhos feitos durante esse período deve-se a William Cunnington (1754-1810) e seu rico patrocinador, Sir Richard Colt Hoare. Eles pesquisaram uma vasta área em Wiltshire, localizaram sítios de antigas aldeias e fortificações e escavaram 379 montículos funerários. Registraram suas observações meticulosamente, dividiram os montículos funerários em cinco tipos e empregaram estratigrafia para fazer a distinção entre enterramentos primários e secundários. Valeram-se de moedas para datar historicamente alguns montículos funerários e, tal como Douglas, julgaram possível que enterramentos contendo apenas artefatos de pedra fossem anteriores aos enterramentos pré-históricos acompanhados de artefatos metálicos. Porém, a despeito desses progressos, feitos na base da tentativa e erro, eles foram incapazes de demonstrar a "quais dos sucessivos habitantes" da Grã-Bretanha as diferentes classes de monumentos deviam ser atribuídos, ou mesmo se eles eram obra de mais de um povo. Além disso, Cunnington não encontrou regularidades suficientes nos tipos de objetos depositados em túmulos em correlação com classes específicas de montículos funerários, de modo a comprovar a hipótese do antiquário Thomas Leman de que armas de pedra, bronze e ferro podiam ser usadas para distinguir três eras sucessivas (Chippindale, 1983: 123). Assim, nas palavras de Glyn Daniel (1950: 31), eles "fracassaram na busca de um meio de romper a ilusória contemporaneidade dos despojos pré-romanos". Sempre havia antiquários prontos a sustentar que sepulcros contendo apenas instrumentos líticos não eram necessariamente mais antigos do que os

outros, mas simplesmente pertenciam a tribos mais rudes ou a grupos sociais mais pobres. Ainda não havia contestação satisfatória a esta alegação.

O Novo Mundo

As primeiras indagações históricas que os europeus fizeram sobre os nativos da América do Norte e da América do Sul diziam respeito a quem eram eles e de onde tinham vindo. Entre os séculos XVI e XVIII, os eruditos especularam que os índios podiam ser descendentes dos iberos, dos cartagineses, dos israelitas, dos cananeus e dos tártaros. Escritores ainda mais imaginosos sustentaram que eles teriam vindo da Adântida, o continente submerso. A maioria dessas especulações refletia as pretensões ou os vieses dos diferentes grupos de colonos. Alguns dos primeiros colonizadores espanhóis negaram que os índios tivessem alma, o que significava que eles não eram seres humanos. Queriam ter liberdade para explorá-los como faziam com animais. A Coroa espanhola, porém, queria o reconhecimento pela Igreja de que os índios tinham alma, pois isso permitiria ao governo espanhol reivindicar o direito de governá-los e dobrar a independência dos colonos. Quando a Igreja Católica Romana proclamou que os nativos eram seres humanos, isso significou também exigir dos cristãos o reconhecimento de que essa gente descendia de Adão e Eva e, portanto, como os outros povos, tinha-se originado no Oriente Próximo (Hanke, 1959).

Alguns líderes da colônia da baía de Massachussets, no século XVII, gostavam de imaginar que seus colonos constituíam um Novo Israel e que os índios eram cananeus cujas poses Deus estava a entregar em suas mãos, assim como dera a Palestina aos antigos hebreus. Isso era interpretado como uma outorga aos puritanos do direito de tomar as terras dos índios e escravizá-los. Por volta de 1783, o reitor da Universidade de Yale difundia a idéia de que os índios da Nova Inglaterra descendiam literalmente de cananeus que haviam fugido da

Palestina no tempo da invasão de Josué, registrada na Bíblia (Haven, 1856:27-8).

Com o tempo, porém, ganhou crescente apoio a teoria, exposta pela primeira vez em 1589 pelo padre jesuíta José de Acosta, em sua *História natural y moral de las Índias* [História natural e moral das índias], de que os indígenas tinham cruzado o estreito de Bering como caçadores errantes oriundos da Sibéria (Pagden, 1982:193-7). Embora Acosta acreditasse que os indígenas tinham perdido todo o conhecimento da vida sedentária no curso de suas migrações, proto-evolucionistas posteriores viram na América a demonstração de como tinha sido a infância de toda a humanidade. No final do século XVI, chegou-se a sugerir que, em tempos antigos, os primeiros habitantes da Grã-Bretanha tinham sido tão primitivos quanto os modernos índios da Virgínia (Kendrick, 1950: 123). Por outro lado, os degeneracionistas viam as culturas nativas como remanescentes corrompidos do modo de vida patriarcal, oriundo da revelação divina, descrito no livro do Gênesis, e também viam no meio indígena evidências de ensinamentos, apenas em parte recordados, de antigos missionários cristãos. No século XVII, a inferioridade tecnológica e a suposta degeneração das culturas nativas da América, comparadas com as da Europa, eram interpretadas em termos teológicos como manifestações de um divino desagrado (Vaughan, 1982). Durante o século seguinte, alguns dos principais eruditos europeus propuseram a tese, de teor mais naturalístico, de que o clima do Novo Mundo era inferior ao da Europa e da Ásia e que isto explicava a inferioridade das culturas indígenas, bem como a das plantas e dos animais da América (Haven 1856: 94).

No México e no Peru, durante os séculos XVI e XVII, monumentos arqueológicos eram freqüentemente apagados ou destruídos, numa tentativa de eliminar a memória que os índios preservavam de seu passado pré-cristão (Bernal, 1980:37-9). Um esforço especial foi feito para destruir os símbolos da soberania asteca e de sua identidade nacional. Somente um pequeno número de viajantes europeus chegou a

discutir os grandes monumentos pré-hispânicos do México e do Peru antes do século XIX.

Antes do final do século XVIII, quase não havia notícia de vestígios pré-históricos na América do Norte, afora eventuais referências a incisões em rochedos e desenhos rupestres que geralmente eram considerados obra dos povos nativos modernos. Poucas coleções de artefatos exumados foram reunidas na América do Norte e poucas vezes se tentou fazer aí uma escavação. Entre as exceções, acha-se a esplêndida coleção de instrumentos de pedra polida do período arcaico tardio encontrados nas cercanias de Trois Rivières, no Québec, em 1700, até hoje preservados em um convento (Ribes, 1966). Igualmente excepcionais foram a escavação, meticulosamente descrita, empreendida por Thomas Jefferson em um montículo funerário indígena na Virgínia, em 1784 (Heizer, 1959: 218-21), e a suposta escavação de outro montículo funerário no Kansas, uma década antes (Blakeslee, 1987). Ao longo de todo esse período, um persistente etnocentrismo fez com que os europeus duvidassem de que se podia aprender alguma coisa interessante com a história de povos por eles vistos como selvagens, bons apenas para serem varridos do mapa ou, em raros casos, assimilados pelo progresso da civilização europeia. Em função da escassez de dados arqueológicos, a maioria das discussões a respeito da história dos nativos baseava-se em tradições orais (freqüentemente deturpadas no processo de transmissão e não entendidas em seu contexto cultural), etnologia comparada e semelhanças físicas. Uma exceção notável deveu-se ao naturalista e explorador William Bartram, que, em 1789, valeu-se de estruturas cerimoniais contemporâneas típicas dos índios da tribo Creek, do sudeste dos Estados Unidos, para interpretar sítios com montículos pré-históricos encontrados naquela região. Ian Brown (s.d.) assinalou que este é um dos mais antigos exemplos conhecidos do emprego de um enfoque histórico direto para interpretar vestígios arqueológicos na América do Norte.

Os Impasses do Antiquarianismo

Na América do Norte, não menos que na Europa, os antiquários interessados no que hoje se reconhece como vestígios pré-históricos recorriam a registros escritos e a tradições orais a fim de estabelecer o contexto histórico de seus achados, tal como faziam os arqueólogos clássicos. No caso dos vestígios pré-históricos, porém, não havia registros escritos que lhes correspondessem. Em seu livro acerca das antigüidades da ilha de Anglesey, publicado em 1723, o reverendo Henry Rowland anotou que "nestes inextricáveis recessos de antigüidade, temos de tomar emprestado outras luzes para guiar-nos, ou nos contentarmos com nenhuma" (Daniel, 1967: 43); e prosseguiu declarando que "analogias de antigos nomes e palavras, coerência racional, constatação de coisas congruentes, puras inferências naturais e deduções nelas fundadas, tais são as melhores autoridades em quem podemos confiar no concernente a este assunto, enquanto relações e registros mais fidedignos permanecerem de todo silenciosos no que toca a esta matéria". De um modo geral, a explicação de um monumento consistia na tentativa de identificar que povo ou indivíduo mencionado em textos antigos o tinha construído, e com que propósito. Este gênero de abordagem fez Camden especular se Silbury Hill tinha sido erigido pelos saxões ou pelos romanos, se havia servido para homenagear soldados mortos numa batalha ou se servia de posto de vigia demarcando uma fronteira. Ainda que Stukeley tenha demonstrado, com o uso da estratigrafia, que o montículo era mais antigo que a estrada romana próxima, sua conclusão de que se tratava da tumba do rei britânico Chyndonax, o fundador de Avebury, não passou de um arroubo de fantasia (Joan Evans, 1956: 121). Stonehenge foi atribuído ora aos dinamarqueses, ora aos saxões, ora aos romanos, e ainda aos antigos bretões, genericamente, ou aos druidas, em particular.

Por conta de sua dependência com relação aos registros escritos, durante os séculos XVIII e XIX, os antiquários, em geral, perderam a esperança de vir a saber, algum dia, coisa de monta sobre períodos

anteriores à existência desses registros. Em 1742, Richard Wise comentava: "onde a história se cala e os monumentos não falam por si mesmos, não se pode esperar uma demonstração; o máximo que se pode alcançar é a conjectura apoiada pela probabilidade" (Lynch & Lynch, 1968: 57). Colt Hoare concluía: "temos comprovação da alta antigüidade dos nossos túmulos de Wiltshire, mas nenhuma que se sustente em bases sólidas no tocante às tribos a que pertenceram". Mais tarde, no seu *Tour in Ireland* [Viagem pela Irlanda], ele acrescentou: "Do mesmo modo, as histórias desses templos estupendos de Avebury e Stonehenge... deverão permanecer envoltas em obscuridade e esquecimento" (Daniel, 1963a: 35-6). Em 1802, o arqueólogo dinamarquês Nyerup manifestou o mesmo desespero: "tudo quanto chegou até nós do paganismo está envolto em brumas espessas; pertence a uma extensão de tempo que não podemos calcular. Sabemos que é mais antigo do que o cristianismo, mas se o antecede coisa de um par de anos, ou de um par de séculos, ou mesmo de mais de um milênio, só podemos conjecturar" (*ibidem*, 36). O ensaísta e lexicógrafo Samuel Johnson, que tinha pouca paciência com antiquários, condenou o futuro de sua pesquisa de modo ainda mais cortante: "Tudo o que realmente se sabe do antigo estado da Britânia se encerra numas poucas páginas. Não podemos saber mais do que os escritores antigos nos disseram" (*ibidem*, 35). Mesmo J. Dobrovsky, "o pai da pré-história tcheca", que em 1786 asseverava serem os achados arqueológicos "documentos falantes" capazes de iluminar por si mesmos períodos até então desconhecidos da história nacional (Sklenáo, 1983: 52), não teve muito êxito em assinalar como isso seria feito.

Os antiquários continuaram acreditando que o mundo tinha sido criado em 4000 a.C. Julgavam também haver registros escritos confiáveis que remontavam até o tempo da criação, no tocante à região mais crucial para a história humana. Se a humanidade se espalhara pelo restante do mundo a partir do Próximo Oriente, era verossímil que na maioria das regiões houvesse transcorrido apenas um breve período entre a primeira ocupação humana e a aurora da história. Os antiquários

estavam incertos no que toca a saber se o curso geral da história humana fora progressivo, degenerativo ou marcado por mudanças cíclicas.

Contudo, a situação não era de tanta estagnação como se tem falado. Entre os séculos XV e XVI, os antiquários da Europa tinham aprendido a descrever e classificar monumentos e artefatos, a escavar e registrar achados, a usar vários métodos de datação, inclusive a estratigrafia, e a calcular a idade de alguns achados. Alguns antiquários tinham concluído, com base em evidência arqueológica, que houve, provavelmente, uma época na qual apenas instrumentos de pedra foram usados na Europa, antes do uso do metal, e que o emprego do bronze deve ter precedido o do ferro. Esses desenvolvimentos representaram um genuíno progresso e levaram o estudo de vestígios pré-históricos além do-que fora alcançado na China, no Japão e em outras partes do mundo, antes da influência ocidental. O mais sério obstáculo para o estabelecimento de uma cronologia relativa dos tempos pré-históricos e, portanto, para a aquisição de um conhecimento sistemático a respeito dos primeiros desenvolvimentos humanos, era o pressuposto de que artefatos e monumentos apenas ilustravam as realizações historicamente registradas do passado. Baseava-se isto na convicção, compartilhada com os arqueólogos clássicos, de que o conhecimento histórico só pode ser adquirido a partir de registros escritos e de tradições orais confiáveis, e de que, à falta deles, não pode existir um conhecimento bem articulado dos tempos primitivos. A criação da arqueologia pré-histórica exigia que os antiquários encontrassem meios de libertar-se deste pressuposto limitador.

Capítulo 3

Os Inícios da Arqueologia Científica

Em um período não muito longo, o estudo das antigüidades passou, no juízo popular, do desprezo a uma relativa honorabilidade.

E. OLDFIELD, Introductory Address,
Archeological Journal (1852), p. 1.

A constituição de um estudo autônomo e sistemático da pré-história, distinto do antiquarianismo dos primeiros tempos, envolveu dois movimentos distintos que começaram, respectivamente, no início e em meados do século XIX. O primeiro deles originou-se na Escandinávia e baseou-se na invenção de novas técnicas para a datação de achados arqueológicos, o que tornou possível o estudo completo de períodos mais recentes da pré-história. Marcou o início da arqueologia pré-histórica, que logo se tornou capaz de assumir seu posto ao lado da arqueologia clássica como um componente significativo do estudo do desenvolvimento humano. A segunda onda, que começou na França e na Inglaterra, foi pioneira no estudo do paleolítico e acrescentou uma enorme, até então inimaginada, profundidade temporal à história humana. A arqueologia paleolítica ocupou-se de questões relativas à origem humana que se tinham tornado de interesse crucial para toda a comunidade científica e para o grande público, em função dos debates entre os evolucionistas e os criacionistas que se seguiram à publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859.

Datação Relativa

A criação de uma cronologia controlada que não se apoiava em registros escritos foi obra do erudito dinamarquês Christian Jürgensen Thomsen (1788-1865). A principal motivação da obra de Thomsen, como a de muitos outros antiquários, foi o patriotismo. A pesquisa antiquária do século XVIII e os conceitos evolucionistas da Ilustração foram condições indispensáveis para seu sucesso. Mas essas realizações teriam sido de pouca valia se Thomsen não tivesse desenvolvido uma nova e poderosa técnica para datar achados arqueológicos sem recorrer a registros escritos. Infelizmente, como Thomsen pouco escreveu, a

importância do que ele realizou tem sido subestimada por historiadores e detratores. É necessário, portanto, esclarecer o que ele realizou.

Thomsen nasceu em Copenhague em 1788, filho de um rico comerciante. Na juventude, estudou em Paris. Depois de retornar a sua terra, incumbiu-se de organizar uma coleção local de moedas romanas e escandinavas. Coletar moedas tornara-se, no século XVIII, um *hobby* comum entre cavalheiros (McKay, 1976). A partir das inscrições e datas das moedas, era possível ordená-las em séries de acordo com a região e o reino em que tinham sido cunhadas. Frequentemente era também possível, apenas com o emprego de critérios estilísticos, situar em tais séries moedas em que as datas e inscrições eram ilegíveis. Trabalhar com numismática provavelmente despertou em Thomsen a consciência das mudanças estilísticas e de seu valor para a datação relativa de artefatos.

O começo do século XIX foi um período de crescente nacionalismo na Dinamarca, grandemente fortalecido quando os britânicos, que combatiam Napoleão e seus relutantes aliados continentais, destruíram a maior parte da esquadra dinamarquesa no porto de Copenhague, em 1801, e voltaram a bombardear a cidade em 1807. Worsaae mais tarde asseverou que essas calamidades incentivaram os dinamarqueses a estudar seu passado glorioso como uma fonte de consolo e de encorajamento para enfrentar o futuro. Mas também observou que a Revolução Francesa, que estimulou o respeito pelos direitos políticos de uma faixa mais ampla da população, despertou na Dinamarca um novo interesse popular pelo passado, oposto ao interesse dinástico (Daniel, 1950: 52). Muitos europeus de classe média, que careciam de direitos políticos, viram na revolução e, depois, em Napoleão, uma esperança de melhoria econômica e política, ao passo que aqueles que desfrutavam de uma parcela de poder político viam aí uma ameaça a seus interesses.

Na época, a Dinamarca era menos evoluída política e economicamente que a Europa ocidental. Por isso, os ideais da Revolução Francesa tinham forte apelo para muitos dinamarqueses de classe média, também receptivos aos ensinamentos da Ilustração, que, na visão popular,

estavam intimamente associados à revolução (Hampson, 1982: 251-83). A Dinamarca tinha uma forte tradição de antiquarianismo, embora, nas últimas décadas, ele não houvesse florescido tanto quanto na Inglaterra. A maioria dos antiquários ingleses se compunha de conservadores que rejeitavam os ideais da Ilustração e buscavam refúgio no nacionalismo romântico. Os arqueólogos dinamarqueses sentiam-se inspirados a estudar o passado por razões de nacionalismo; mas no seu caso, por contraste, os interesses nacionalistas não excluía o enfoque evolucionista. Para eles, história e evolução eram conceitos complementares, e não antitéticos.

Em 1806, Rasmus Nyerup, bibliotecário da Universidade de Copenhague, publicou um livro em que protestava contra a destruição descontrolada de monumentos antigos e advogava a fundação de um Museu Nacional de Antigüidades segundo o modelo do Museu dos Monumentos francês, instituído em Paris depois da Revolução. Em 1807, foi criada uma Comissão Real Dinamarquesa para a Coleção e Preservação de Antigüidades, tendo Nyerup como secretário. A comissão logo começou a reunir um acervo de antigüidades de toda a Dinamarca, formando uma coleção que se tornou uma das maiores e mais representativas da Europa. Em 1816, a comissão convidou Thomsen para fazer o catálogo da coleção e prepará-la para exibição. As principais qualificações de Thomsen para assumir o cargo, que não era remunerado, eram seu conhecimento de numismática e sua independência financeira. Até o fim de sua vida, Thomsen dividiria seu tempo entre os negócios de família e a pesquisa arqueológica.

O principal problema que Thomsen enfrentou dizia respeito à forma mais eficiente de expor a coleção. Desde logo, ele decidiu dividi-la cronologicamente, subdividindo o período pré-histórico, ou pagão, em idades sucessivas - da pedra, do bronze e do ferro. Cabe presumir que ele conhecia o esquema das três idades de Lucrécio através da obra de Vedei Simon, senão a partir dos escritos de antiquários franceses como Montfaucon e Mahudel. Ele parece ter tido conhecimento, também, de evidência arqueológica indicativa de uma era na qual foram usados

instrumentos de pedra, mas não metálicos, bem como de textos clássicos e bíblicos nos quais se sugere que o bronze fora usado antes do ferro. A noção de três idades sucessivas — da pedra, do bronze, e do ferro — não foi, como às vezes se pretende, mera especulação, mas antes uma hipótese para cuja formulação já se dispunha de alguma evidência.

Na tentativa de dispor o material pré-histórico da coleção em correspondência com três períodos sucessivos, Thomsen enfrentou uma tarefa desalentadora. Artefatos de bronze e de pedra continuaram a ser feitos na Idade do Ferro, assim como instrumentos líticos foram usados na Idade do Bronze. O desafio, portanto, era distinguir instrumentos de bronze feitos durante a Idade do Ferro dos fabricados durante a Idade do Bronze, e estabelecer diferença entre os instrumentos de pedra que tinham sido feitos durante todos esses períodos. Havia também o problema de situar nessa periodização objetos feitos de ouro, de prata, de vidro e de outros materiais. Artefatos isolados não eram de valia no tocante a dar início a essa tarefa. Na coleção havia, porém, grupos de artefatos que haviam sido encontrados no mesmo sepultamento, estrutura de armazenagem ou outro contexto, e que se podia presumir, com segurança, terem sido enterrados ao mesmo tempo. Thomsen denominou-os "achados fechados" e acreditou que, comparando cuidadosamente os vários itens de cada descoberta, seria possível determinar os tipos de artefatos característicos de diferentes períodos (Gräslund, 1974: 97-118, 1981).

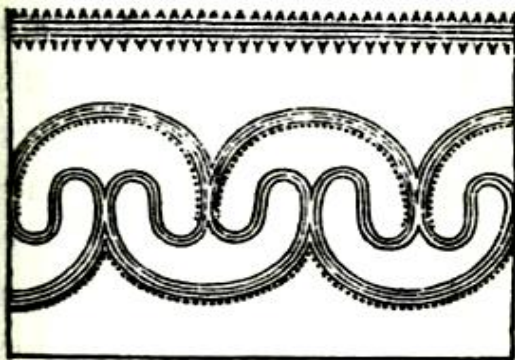
Thomsen separou e classificou os artefatos em várias categorias de uso, como facas, enxós, panelas, alfinetes, colares. Em seguida, refinou cada categoria distinguindo os artefatos de acordo com o material de que eram feitos e segundo as respectivas formas. Uma vez definidos os tipos, ele começou a examinar achados fechados com o propósito de determinar quais tipos eram encontrados juntos e quais não eram. Examinou também as decorações dos artefatos e descobriu que elas variavam sistematicamente de um achado fechado para outro. Com base na forma e na decoração, Thomsen conseguiu distinguir artefatos de

bronze feitos na Idade do Bronze de outros da mesma natureza feitos na Idade do Ferro, demonstrando que grandes facas de pedra e pontas de lanças de sílex, que tinham formas similares a outras de bronze, haviam sido feitas na Idade do Bronze. Por vezes, ele conseguiu agrupar em seqüência artefatos isolados baseando-se nas similaridades estilísticas. Deste modo, elaborou um esboço de seqüência cronológica para o conjunto da pré-história dinamarquesa.

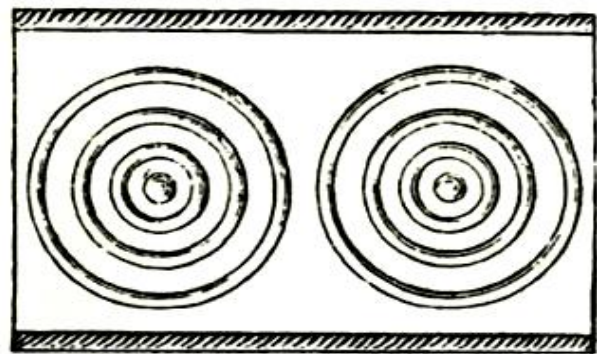
Thomsen não parou por aí; empenhou-se, também, em examinar o contexto em que se dera o registro dos artefatos ao serem achados. Ao cabo, esse procedimento manifestou uma seqüência evolutiva de cinco estágios. O primeiro veio a ser a fase remota da Idade da Pedra, em que apenas instrumentos líticos eram usados; seguiu-se-lhe uma fase mais recente da Idade da Pedra, descrita como um período em que o metal começou a ser usado. Nesse tempo, os mortos eram enterrados — não cremados — em tumbas megalíticas, acompanhados por potes cerâmicos simples com decoração incisa. Já em plena Idade do Bronze, as armas e os instrumentos cortantes eram feitos de cobre ou de bronze, os mortos eram cremados ou enterrados em urnas no interior de pequenos túmulos e os artefatos eram decorados com padrões circulares. Na Idade do Ferro, instrumentos e armas eram feitos de ferro temperado, enquanto o bronze continuava a ser empregado em ornamentos e artigos de luxo. A Idade do Ferro foi dividida em duas fases, a mais antiga caracterizada por desenhos em forma de serpente curvilínea e a tardia por dragões e outros animais fantásticos. Essas últimas formas de decoração continuaram a ser usadas no período histórico. ([1837] Heizer, 1962a: 21-6).

No passado, uns poucos arqueólogos haviam tentado subdividir os materiais pré-históricos em vários segmentos temporais. Possivelmente o mais elaborado desses esforços foi a classificação feita por Pierre Legrand d'Aussy (1737-1800) de práticas de sepultamento, distribuídas em seis períodos, desde os tempos primitivos até a Idade Média (Laming-Emperaire, 1964: 100-1).

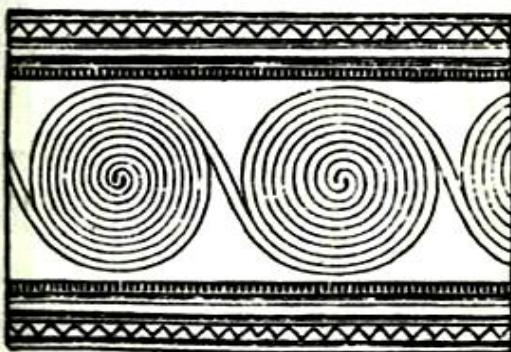
Bølgezirater:



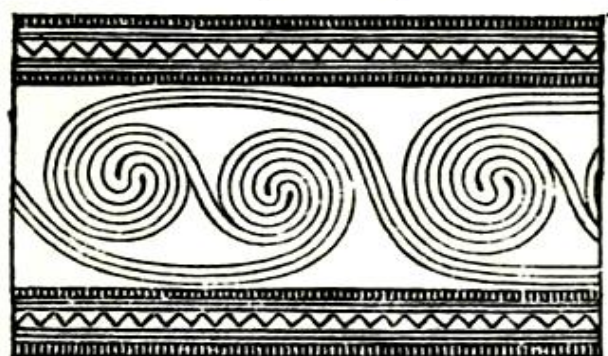
Ringzirater:



Spiralzirater:



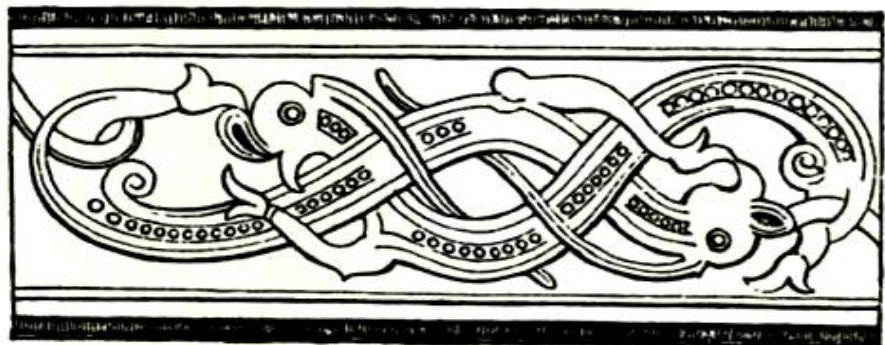
Dobbeltspiralzirater:



Slangezirater:



Dragezirater:



10. Seqüência de estilos de ornamentação, do *Guidebook* de Thomsen (mais antigas primeiro). C. J. Thomsen, *Ledetraat til Nordisk Oldkyndighed*, Copenhagen, 1836).

Esses esquemas eram, em grande medida, intuitivos, e não lograram convencer muita gente. Thomsen saiu do impasse elaborando uma forma de seriação simples mas efetiva, que provia evidências científicas para estabelecer a validade histórica de sua série cronológica. Para que

seu esquema funcionasse, não bastava que uma só classe de dados formasse uma seqüência. Era necessário que todas as características de artefatos isolados e dos encontrados juntos em achados fechados fossem dispostos em uma seqüência onde material, estilo, decoração e contexto de descoberta formassem um padrão coerente de variação. Divergências em qualquer aspecto do padrão (como, por exemplo, a descoberta de instrumentos de ferro decorados com padrões circulares típicos da Idade do Bronze) teriam provocado o desmonte de todo o esquema. O pressuposto de Thomsen de que essa seqüência evoluíra da pedra ao ferro, e não ao contrário, foi confirmado pelas continuidades decorativas entre a fase tardia da sua Idade do Ferro e o período histórico arcaico. Embora alguns antiquários zombassem de Thomsen por ele não acrescentar idades do vidro, da madeira e do ouro a sua seqüência, e outros tentassem adscrever seus objetos de pedra, bronze e ferro a diferentes economias que existiram paralelamente umas às outras, essas críticas não atingiram o alvo; falharam por desconhecer que as fases de Thomsen não eram o resultado de um arranjo mecânico de artefatos, antes se baseavam em análises confluentes de estilo, decoração e contexto, que se reforçavam umas às outras e produziam uma cronologia rudimentar, mas efetiva.

O Museu das Antigüidades Nórdicas de Thomsen, com a coleção ordenada de acordo com o novo sistema, foi aberto ao público em 1819, mas o primeiro relato escrito de sua pesquisa apareceu somente em 1836, no *Ledetraad til Nordisk Oldkyndighed* [Guia da Antigüidade Escandinava], que teve uma tradução para o alemão no ano seguinte, mas só foi traduzido para o inglês em 1848. Ao menos em parte, o interesse suscitado pela obra de Thomsen consistiu no fato de que ela fornecia uma confirmação independente à visão evolucionista do desenvolvimento humano, a qual se popularizou lentamente, sobretudo na Inglaterra, à medida em que arrefecia o medo da Revolução Francesa. É certo que nem Thomsen nem seus sucessores consideravam as três idades como uma seqüência evolutiva na Escandinávia. Em vez disso, eles sustentavam que o conhecimento da metalurgia do bronze e

do ferro foi levado para essa região por sucessivas ondas de imigrantes oriundos do sul, ou como resultado "do intercâmbio com outras nações" (Daniel, 1967: 103).



11. Thomsen guiando visitantes no Museu de Antigüidades Setentrionais.

No entanto, eles supunham que em alguma parte da Europa, ou do Oriente Próximo, ocorreu um desenvolvimento evolutivo. A arqueologia do século XIX não via migração e difusão como conceitos opostos a evolução, mas como fatores que ajudaram a promover a mudança evolutiva (Harris, 1968: 174).

O Desenvolvimento e Expansão da Arqueologia Escandinava

Mesmo nas suas primeiras obras, Thomson não estava interessado apenas em artefatos e em seu desenvolvimento, mas também nos contextos em que eles tinham sido encontrados e no que eles poderiam revelar sobre mudanças em costumes de sepultamento e outros aspectos da vida pré-histórica. Este avanço teve um forte apoio na obra de Sven Nilsson (1787- 1883), que estudou com o eminente paleontólogo francês Georges Cuvier e, durante muitos anos, foi professor de zoologia na Universidade de Lund. Nilsson acreditava firmemente na evolução cultural, mas, ao contrário de Thomsen, estava mais interessado no desenvolvimento de economias de subsistência do que na tecnologia. Como alguns filósofos do século XVIII, ele acreditava que o crescimento populacional tinha sido o principal fator entre os que compeliram os caçadores-coletores escandinavos a tornar-se primeiro pastores, depois agricultores. Sua mais importante contribuição ao estudo da pré-história foi o esforço no sentido de determinar os usos de artefatos de pedra e de osso por meio de comparações detalhadas com espécimes de todo o mundo. Muitos artefatos escandinavos tinham sido parte de instrumentos complexos já deteriorados; inferir os tipos de implementos que esses artefatos haviam integrado freqüentemente era muito difícil. Defensor da evolução unilinear, Nilsson acreditava que espécimes etnográficos da América do Norte, do Ártico e das ilhas do Pacífico poderiam iluminar as culturas escandinavas no mesmo estágio de desenvolvimento. Ele também defendia a tese de que paralelos etnográficos poderiam ser verificados através do estudo de padrões de desgaste em artefatos pré-históricos, o que auxiliaria na determinação de seu real emprego (Nilsson, 1868:4). Assim, ele buscava inferir padrões pré-históricos de caça e pesca diretamente de dados arqueológicos. Seu estudo mais importante a respeito da Idade da Pedra foi publicado, em 4 volumes, entre 1836 e 1843, o qual foi traduzido para o inglês em 1866 com o título de *The Primitive Inhabitants of Scandinavia* [Os primitivos habitantes da Escandinávia].

Uma contribuição ainda mais influente para o desenvolvimento da arqueologia escandinava foi dada por Jens J. A. Worsaae (1821-85). Ele se tornou o primeiro arqueólogo profissional especializado em pré-história e foi o primeiro a ser treinado na disciplina, ainda que informalmente, trabalhando como voluntário junto a Thomsen. Em 1847, Worsaae foi designado inspetor da Dinamarca para a Conservação de Monumentos Antiquários e, em 1855, tornou-se o primeiro professor de arqueologia da Universidade de Copenhague.



12. Worsaae entrando em um grande túmulo em Jelling; ele explica o procedimento ao rei Frederico VII da Dinamarca (desenho de J. Korncrup, 1861).

Diferentemente de Thomsen, que permaneceu um pesquisador de museu, Worsaae tornou-se um prolífico pesquisador empenhado no trabalho de campo. Suas escavações encontraram mais achados fechados e ajudaram a confirmar a cronologia de Thomsen. Feitas com métodos estratigráficos, elas propiciaram uma demonstração mais concreta das mudanças culturais ao longo do tempo que a seriação. Uma significativa evidência estratigráfica, que comprovou a teoria das três idades, fora dada pelas escavações empreendidas pelo biólogo Japetus Steenstrup em turfeiras da Dinamarca, com o objetivo de detectar mudanças ocorridas no padrão da flora e da fauna desde fim da última glaciação. Muitos artefatos foram encontrados no curso dessas escavações. Elas mostraram

que as primeiras florestas de pinheiros correspondiam à ocupação verificada na Idade da Pedra, ao passo que a Idade do Bronze foi, *grosso modo*, coeva do período seguinte, de florestas de carvalho, e a Idade do Ferro foi contemporânea de florestas de faias. As descobertas de Steenstrup tiveram confirmação quando arqueólogos tentaram relacionar seus próprios achados com as mudanças ambientais (Morlot, 1861: 309-10).

Worsaae foi um escritor prolífico. Em seu primeiro livro, *Danmarks Oldtid* [Antigüidades primitivas da Dinamarca], publicado em 1843 (e traduzido para o inglês em 1849), ele valeu-se dos achados de Thomsen como base para sua pré-história da Dinamarca. Em 1846-7, com o apoio financeiro do rei Cristiano VIII, ele visitou a Bretanha e a Irlanda, com o objetivo principal de estudar os vestígios *vikings*. As observações que fez dos achados pré-históricos nesses países convenceram-no de que o esquema das três idades de Thomsen era aplicável a grande parte da Europa, se não à Europa toda.

Worsaae também desempenhou um papel importante no desenvolvimento da pesquisa interdisciplinar relacionada com a arqueologia. Em 1837, em Sjaelland, concheiros de ostras e amêijoas contendo numerosos artefatos pré-históricos foram assinalados a pequena distância da linha da costa, rumo ao interior. Em vista de um desejo de aprender mais sobre mudanças geológicas, a Real Academia de Ciências Dinamarquesa criou, em 1848, uma comissão encarregada de estudar os concheiros. A frente da comissão estavam Worsaae, o biólogo Steenstrup e J. S. Forchhammer, o pai da geologia dinamarquesa. No início de 1845, os pesquisadores publicaram seis volumes de relatórios e estudos a respeito desses "montes de lixo de cozinha". A pesquisa interdisciplinar mostrou que os concheiros eram de origem humana e definiu-lhes o padrão de acumulação. Os pesquisadores também determinaram que, quando tais concheiros foram formados, o cenário paleo-ambiental se compunha de florestas de abetos e pinheiros, com uma pequena quantidade de carvalhos; demonstraram ainda que os únicos animais possivelmente domesticados naquela época

eram cães e que esses concheiros haviam sido ocupados durante o outono, o inverno e a primavera, jamais no verão. A distribuição de fornos e artefatos em seu interior também foi estudada, com o propósito de descobrir mais sobre as atividades humanas em semelhantes sítios. Experimentos, que envolveram dar ossos a cães, foram realizados a fim de explicar a preponderância numérica da parte média de ossos longos de aves sobre outras partes de seu esqueleto (Morlot, 1861: 300-1). O único ponto em que Worsaae e Steenstrup discordaram dizia respeito à datação dos concheiros. Steenstrup sustentava que eles eram neolíticos e, portanto, contemporâneos das tumbas megalíticas; mas como não continham terra nem apetrechos de pedra polida, Worsaae, corretamente, acreditou que eles eram anteriores (Klindt-Jensen, 1975: 71-3).

A arqueologia que estava a desenvolver-se na Dinamarca serviu de modelo para trabalhos em outras regiões. Contatos com Worsaae inspiraram o antiquário escocês Daniel Wilson (1816-92) a valer-se do esquema das três idades para reorganizar a grande coleção de artefatos pertencente à Sociedade dos Antiquários da Escócia, sediada em Edimburgo. O trabalho serviu de base para o livro *The Archaeology and Pre-historic Annals of Scotland* [Anais de arqueologia e pré-história da Escócia], publicado em 1851. Nessa primeira síntese científica da pré-história escrita em língua inglesa, Wilson consignou dados arqueológicos à era da pedra (primitiva), à era do bronze (arcaica), à era do ferro e à era cristã. O estudo não foi, porém, uma imitação servil da obra escandinava. Wilson demonstrou que, conquanto a Escócia e a Escandinávia houvessem passado pelos mesmos estágios de desenvolvimento nos tempos pré-históricos, os artefatos escoceses diferiam estilisticamente de suas contrapartes escandinavas, em especial na Idade do Ferro. Nessa obra, Wilson cunhou o termo pré-história, que ele definiu como o estudo da história de uma região antes da primeira aparição de registros escritos sobre ela. Sublinhou que a compreensão do passado derivável tão-somente dos artefatos era muito diferente da compreensão que se obtém a partir dos registros escritos.

Contudo, ele tinha esperança de que, no devido tempo, os arqueólogos se tornariam capazes de descobrir alguma coisa a respeito da vida social e das crenças religiosas dos tempos pré-históricos. Em sua pronta adesão à perspectiva evolucionista, Wilson mostrou-se um legítimo produto da Ilustração escocesa. Entre os antiquários ingleses havia muito maior resistência ao enfoque escandinavo (Daniel 1963a: 58-9); o apelo de Wilson no sentido de que as coleções do Museu Britânico fossem reorganizadas de acordo com o novo sistema por muito tempo encontrou ouvidos moucos. Infelizmente para a arqueologia britânica, Wilson, embora honrado com um doutorado pela Universidade de St. Andrews, não conseguiu um emprego razoável na Escócia. Em 1855, ele foi ensinar inglês no University College, em Toronto, no Canadá.

A arqueologia escandinava também serviu de modelo para uma importante pesquisa na Suíça. Lá, por causa da seca do inverno de 1848, o nível dos lagos desceu de modo sem precedentes, revelando os remanescentes de antigos assentamentos preservados em ambientes inundados. O primeiro desses sítios, um povoamento da Idade do Bronze, em Obermeilen, foi estudado no verão seguinte por Ferdinand Keller (1800-81), professor de inglês e presidente da Sociedade Antiquária de Zurique. Seu relatório inicial levou à identificação de muitas centenas de sítios similares, inclusive a aldeia neolítica em Robenhausen que foi escavada por Jakob Messikommer num trabalho iniciado em 1858 (Bibby, 1956: 201-19). As chamadas "moradas lacustres" foram interpretadas, com base nas descrições do viajante C. Dumont d'Urville de aldeias semelhantes na Nova Guiné, como casas erguidas sobre palafitas plantadas no fundo do lago (Gallay, 1986: 167). Hoje acredita-se que elas foram construídas no que havia sido um terreno pantanoso próximo às bordas de lagos.

Essas escavações revelaram vestígios de pilhas de madeira e plataformas de casas, instrumentos de pedra e de osso ainda com seus cabos de madeira, esteiras, cestaria e um grande sortimento de víveres. Aldeias datadas tanto do neolítico como da Idade do Bronze deram aos arqueólogos suíços a oportunidade de estudar as mudanças do

ambiente, as economias e o modo de vida dos seus habitantes. Os achados suíços não apenas revelaram vários tipos de artefatos perecíveis, que não eram normalmente encontrados na Escandinávia e na Escócia, como permitiram que reconstruções de instrumentos de pedra e de osso feitas por Nilsson e outros tivessem comprovação. A Suíça já era um grande centro turístico, e a continuidade do estudo desses remanescentes pré-históricos constituiu um novo foco de interesse, desempenhando papel fundamental ao convencer os europeus ocidentais da realidade da evolução cultural e também do fato de que o passado podia ser estudado com o uso exclusivo de evidências arqueológicas (Morlot, 1861: 321-36).

Assim, a arqueologia pré-histórica se desenvolveu como uma disciplina bem definida na Escandinávia, na Escócia e na Suíça antes de 1859. A base dessa nova disciplina era a sua capacidade de construir cronologias relativas dos dados arqueológicos a partir do emprego da seriação e da estratigrafia. Thomsen foi pioneiro na aplicação da seriação a uma vasta e representativa coleção museológica, e Worsaae empregou a estratigrafia para confirmar-lhe os achados. Pela primeira vez, tornaram-se disponíveis cronologias em que todos os dados arqueológicos podiam ser encaixados. Isso demonstrou que artefatos de contextos arqueológicos razoavelmente bem documentados podiam ser usados como base para a compreensão da história humana.

Por muito tempo, o desenvolvimento da arqueologia pré-histórica foi atribuído à influência da geologia e da biologia. Partiu-se do pressuposto de que as cronologias dos tempos geológicos derivadas estratigraficamente por paleontólogos e geólogos serviram de modelo para o desenvolvimento das estratigrafias arqueológicas da pré-história. Contudo, na obra pioneira de Thomsen, vemos uma cronologia serial da pré-história humana inspirada por teorias socioevolucionistas da Ilustração, combinadas com dados coletados por antiquários que o precederam e com um conhecimento implícito da mudança estilística, provavelmente derivado do estudo da numismática. A arqueologia pré-histórica não teve origem em um empréstimo de esquemas de datação

tomados de outras disciplinas. Ao contrário, ela teve início com o desenvolvimento de uma nova técnica de datação relativa, própria para o material arqueológico.

O tipo de história produzido pela arqueologia escandinava fazia sentido apenas a partir da perspectiva evolucionista cultural oriunda da Ilustração. Tradicionalmente, a história se ocupava dos ditos e feitos de indivíduos famosos. Mesmo a arqueologia clássica e a egiptologia, na medida em que se interessavam mais pela cultura material do que pela epigrafia, lidavam com obras de arte relacionadas à história registrada. Mas Worsaae assinalou que, em muitos casos, os arqueólogos especializados na pré-história sequer podiam determinar quais povos haviam produzido os apetrechos por eles estudados. Pela primeira vez, passou-se, então, a dispor de cronologias relativas em que todos os dados arqueológicos podiam ser encaixados. Worsaae e Wilson protestaram contra a idéia de que os povos mais antigos passíveis de ser mencionados seriam os habitantes originários da Europa (Daniel, 1950: 50). Uma cronologia que trazia uma confirmação independente para a evolução da sociedade europeia desde o início da Idade da Pedra só despertava interesse de quem já estava predisposto a aceitar a evolução cultural como um tópico digno de consideração. A base desse interesse fora dada pelas idéias da Ilustração a respeito da natureza humana.

No início do século XIX, e a despeito de períodos de recessão econômica, como o que durou de 1826 até 1847 (Wolf, 1982:291), muitos membros da classe média em expansão, cada vez mais empreendedora, consideravam-se a vanguarda de um desenvolvimento que estava a criar novas e melhores condições de vida para todos. Considerando o progresso intelectual e moral concomitante ao desenvolvimento tecnológico, este último como uma característica fundamental da história humana, as teorias da Ilustração atestavam, aos olhos das classes médias da Europa ocidental, o sentido cósmico e, portanto, o caráter inevitável do sucesso reservado a seu papel na história: pintavam as suas ambições pessoais e de classe como equivalentes à promoção do bem geral da sociedade. O progresso

tecnológico era também atribuído à iniciativa dos seres humanos que usavam sua capacidade intelectual inata para controlar melhor a natureza. Era uma visão otimista de mundo, que convinha à classe média na aurora de uma era que veria a expansão crescente de seu poder e de sua prosperidade por toda a Europa ocidental. Oferecendo, assim, o que parecia ser a confirmação material da realidade do progresso ao longo da história humana, a arqueologia de estilo escandinavo tinha grande apelo para os beneficiários da revolução industrial. Embora a arqueologia dinamarquesa continuasse a ser fortemente nacionalista e a desfrutar do patrocínio de gerações sucessivas da família real, os seus ativos renovadores e, cada vez mais, sua audiência, constituía-se de membros de uma classe média comercial em expansão (Kristiansen, 1981), para a qual nacionalismo e evolucionismo eram conceitos atraentes. Por contraste, no ambiente politicamente reacionário da Alemanha pós-napoleônica, os arqueólogos, embora inspirados pelo nacionalismo, tendiam a rejeitar o enfoque escandinavo, em parte por que seu evolucionismo era intimamente associado à filosofia da Ilustração (Böhner, 1981; Sklenář, 1983: 87-91).

A arqueologia escandinava e seus seguidores não se limitaram a demonstrar a realidade da evolução cultural. Também procuraram compreender as tecnologias e as economias de subsistência de povos pré-históricos e os ambientes em que eles viveram, assim como tentaram vislumbrar alguma coisa de sua vida social e de suas crenças religiosas. O objetivo era conhecer, tanto quanto a evidência arqueológica permitisse, não apenas os padrões de vida de um determinado período, mas também como esses padrões tinham-se desenvolvido e mudado ao longo do tempo. A fim de entender o significado comportamental dos achados arqueológicos, eles estavam prontos a fazer comparações sistemáticas de dados arqueológicos e etnográficos, a realizar experimentos que visavam, através de réplicas, descobrir o modo como os artefatos tinham sido manufaturados e usados, e ainda a fazer experiências para explicar, por exemplo, o

padrão de atritos em ossos encontrados em sítios arqueológicos. Também aprenderam a colaborar com geólogos e biólogos para reconstruir paleoambientes e determinar as dietas alimentares pré-históricas.

O que os arqueólogos desse período não fizeram foi contestar a cronologia bíblica tradicional que atribuía ao conjunto da história humana um total de seis mil anos. Para Thomsen, Worsaae e outros, alguns milhares de anos eram suficientes ao enquadramento do passado que vinha sendo revelado pelos registros arqueológicos. Worsaae datou a primeira chegada de seres humanos à Dinamarca de 600 a.C. e situou o início da Idade do Bronze entre 1400 e 1000 a.C. Por uma irônica coincidência, a Escandinávia, a Escócia e a Suíça tinham sido recobertas por geleiras durante a glaciação de Würm e até hoje apresentaram poucos sinais de habitação humana antes do holoceno. Por isso a cronologia absoluta imaginada por escandinavos, escoceses e suecos para seus achados não difere de modo significativo da realidade tal como hoje a entendemos.

A Antigüidade da Humanidade

A arqueologia pré-histórica de que os escandinavos foram pioneiros influenciou a arqueologia praticada em alguns dos menores países da Europa ocidental e do Norte, mas foi completamente ignorada pelos antiquários da França e da Inglaterra, que, muito embora tivessem no seu meio alguns indivíduos aptos a traduzir para suas línguas os escritos de Thomsen e Worsaae, não estavam dispostos a seguir o exemplo de colegas de países periféricos como a Dinamarca. Sua atitude conservadora fez com que o estudo científico da pré-história não começasse, nesses países, antes da década de 1850, e que se desenvolvesse, em grande medida, independentemente da arqueologia de estilo escandinavo. Diferentemente do que ocorreu na Escandinávia, na França e na Inglaterra a arqueologia científica interessou-se mais pelo período paleolítico, na busca de apurar a antigüidade da

humanidade. A presença, na França e no sul da Inglaterra, de cavernas e depósitos glaciais com traços de atividade humana remontando ao paleolítico inferior, deu aos arqueólogos desses países uma oportunidade de estudar fases antigas da existência humana, as quais não se verificavam na Escandinávia, na Escócia e na Suíça.

O desenvolvimento de uma arqueologia do paleolítico dependia do surgimento de uma perspectiva evolucionista na geologia e também de algum conhecimento de paleontologia. O progresso nesses campos era necessário para que o estudo científico da origem humana substituísse a crença nos relatos bíblicos. Embora as principais investidas arqueológicas a lograr êxito no estudo da antigüidade da humanidade tenham precedido de pouco a primeira afirmação significativa do evolucionismo darwinista, a arqueologia do paleolítico viu-se logo envolvida nas controvérsias que cercavam a obra de Darwin e foi fortemente influenciada pelos conceitos derivados da evolução biológica.

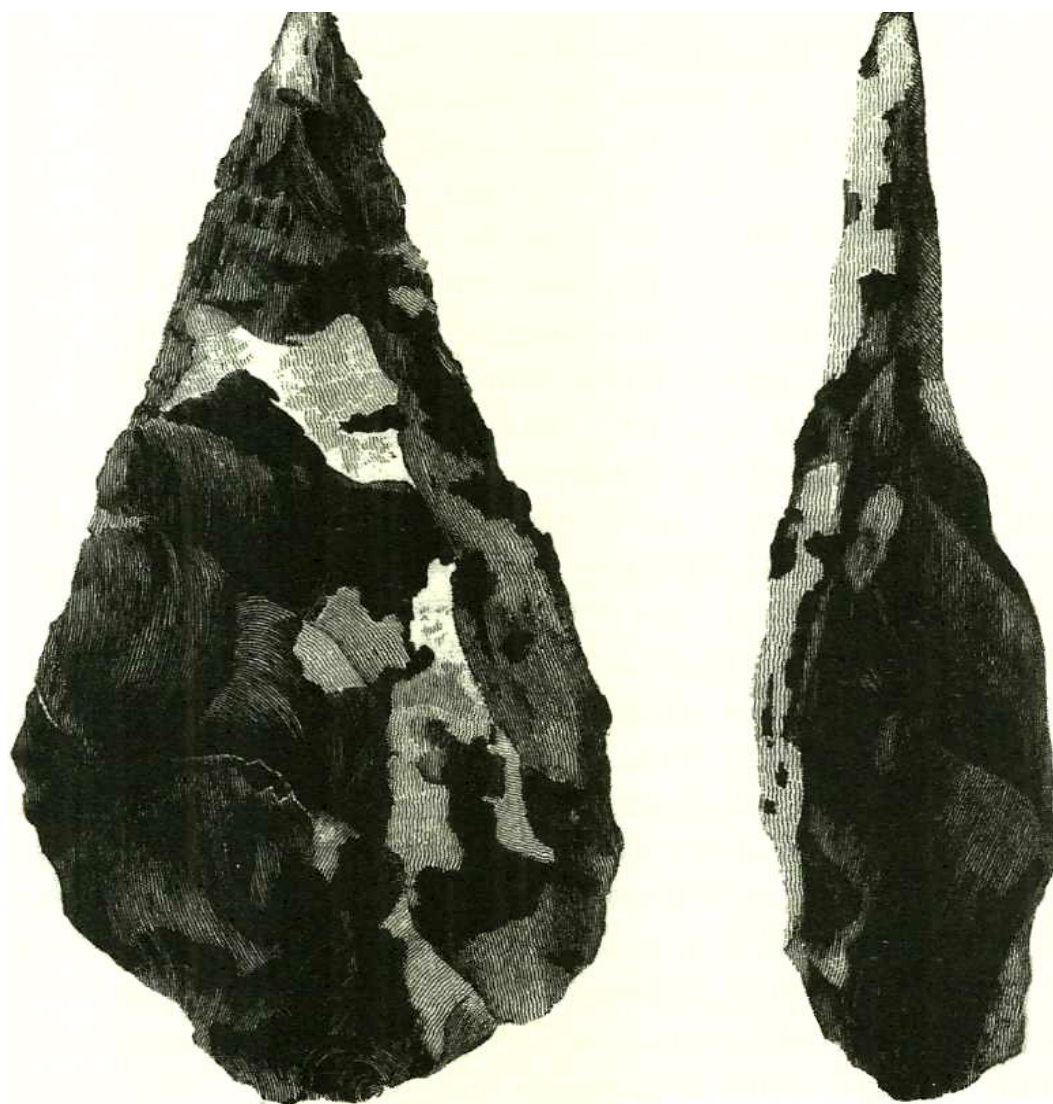
Quando um machado de pedra lascada foi encontrado sob uma rua londrina, no final do século XVII, perto de um esqueleto do que seria, provavelmente, um mamute, o antiquário John Bagford interpretou o achado como sendo um elefante de guerra, trazido para a Britânia pelo imperador romano Cláudio, em 43 d.C., e morto por um antigo bretão armado com uma lança de ponta de pedra (Grayson, 1983: 7-8). Esta interpretação firmava-se claramente numa tradição de arqueologia apoiada em textos. Em 1797, por outro lado, John Frere descreveu uma coleção de machados acheulenses que tinham sido encontrados junto a ossos de animais desconhecidos, a uma profundidade de 4 metros, no leste da Inglaterra. Frere ponderou que os estratos superiores, os quais supostamente incluíam uma penetração marinha e a formação de quase um metro de terra vegetal, só podiam ter sido formados ao longo de um vasto período, e concluiu que "a situação em que essas armas foram encontradas pode tentar-nos a fazê-las remontar a um período efetivamente muito remoto; mais além, até, do mundo atual" ([1800] Heizer, 1962a: 71). Ele queria, com isso, dizer que elas provavelmente

tinham mais de seis mil anos. A Sociedade dos Antiquários considerou esse escrito digno de publicação, mas em seu tempo ele não suscitou discussões. Embora o clima intelectual fosse pouco propício à atribuição de uma grande antigüidade à humanidade, Donald Grayson (1983: 58) assinalou que o fracasso de Frere em identificar tanto os ossos de animais como as conchas, em sua estratigrafia, não impôs a concordância com suas teses.

No século XVIII, cientistas como George Buffon começaram a propor origens naturais para o mundo e a especular que ele poderia ter muitos milhares, ou mesmo milhões de anos, o que sugeria a necessidade de uma interpretação simbólica, e não literal, dos sete dias da criação do relato bíblico. O geólogo francês George Cuvier (1769-1832), que fundou a paleontologia como uma disciplina científica, usou seu conhecimento de anatomia comparada para reconstruir esqueletos completos de fósseis quadrúpedes até então desconhecidos. Deste modo, ele foi capaz de reunir evidências de que numerosas espécies de animais haviam sido extintas. Ele também observou que estratos geológicos mais antigos continham restos animais crescentemente distintos dos da época moderna. Como ele pressupunha o decurso de um espaço de tempo relativamente curto desde a criação até os dias atuais, concluiu que uma série de catástrofes naturais tinham destruído espécies animais inteiras e dado ao planeta sua moderna configuração geológica. Enquanto Cuvier acreditava que as áreas devastadas tinham sido repovoadas por migrações de animais oriundos de áreas poupadas, outros geólogos, como William Buckland (1784-1856), um sacerdote anglicano e professor de mineralogia da Universidade de Oxford, considerou ter havido muitas catástrofes universais, reponsáveis pela eliminação da maioria das espécies. Isso tornava necessário que Deus criasse novas espécies para substituí-las. A complexidade crescente da vida animal e vegetal observada nos estratos geológicos sucessivos não foi vista, portanto, como uma seqüência de desenvolvimentos, mas como uma série de criações, cada vez mais complexas. Buckland

concebeu a evolução como tendo ocorrido antes na mente de Deus que no mundo natural.

Na primeira metade do século XIX, naturalistas e antiquários encontraram restos humanos e instrumentos de pedra junto a ossos de animais extintos em depósitos estratificados, em sítios de caverna, em muitas partes da Europa ocidental. Os trabalhos mais importantes neste sentido foram os de Paul Tournal (1805-72), perto de Narbonne, e de Jules de Christol, a nordeste de Montpellier, ambos na França; os de Philippe-Charles Schmerling (1791-1836), nas cercanias de Liège, na Bélgica; e os do reverendo John MacEnery (1796-1841), na caverna de Kent, Inglaterra. Todos eles acreditaram que seus achados eram provas da contemporaneidade de seres humanos e de espécies animais extintas.



13. Machado acheulense descoberto por Frere em Hoxne, publicada em *Archaeologia*, 1800.

No entanto, suas técnicas de escavação não eram suficientemente avançadas para excluir a hipótese de que o material humano era intrusivo em depósitos mais antigos. Os achados de MacEnery estavam vedados sob uma camada rígida de calcário que deve ter levado um longo tempo para se formar. Buckland afirmou que os antigos bretões tinham aberto fornos no calcário e que seus instrumentos de pedra tinham achado caminho através desses buracos, indo alojar-se em depósitos muito mais antigos de fósseis animais. Embora MacEnery rejeitasse essa suposição, concordou que os ossos humanos, embora antigos, não precisavam ser contemporâneos dos animais extintos. Alegou-se que em outros lugares os depósitos continham misturas de ossos animais e artefatos de diferentes períodos que haviam desaguado nas cavernas e se tinham misturado em tempos bem recentes (Grayson, 1983: 107). Ficou claro que cavernas não eram propícias a conclusões. Seus depósitos eram notoriamente difíceis de datar, e era difícil excluir logicamente a possibilidade de que resíduos humanos se houvessem misturado, em tempos recentes, com ossos de animais extintos, por efeito de atividade humana ou geológica.

Um problema muito debatido era saber se os vestígios de seres humanos poderiam ser encontrados em associação com animais extintos. Ossos de mamutes e rinocerontes peludos eram encontrados com frequência em depósitos glaciais, em toda a França e no sul da Inglaterra. No início do século XIX, geralmente se acreditava que eles resultaram do dilúvio de Noé, a última grande catástrofe a convulsionar a face da terra. Como a Bíblia registrava a existência de seres humanos antes dessa época, parecia possível que resíduos humanos fossem encontrados em depósitos diluvianos. Mas fundamentalistas cristãos acreditavam estar implícito na Bíblia que, graças à intervenção divina, todas as espécies animais haviam sobrevivido ao dilúvio, logo a presença de espécies extintas nesses níveis indicava que eles eram anteriores à criação da humanidade, e não simplesmente à última inundação. Mesmo os paleontólogos inclinados a interpretar a Bíblia menos literalmente acreditavam que um Deus benévolo tinha feito a Terra chegar ao

presente estado antes de criar a espécie humana. Por volta de 1830, era geralmente aceito que o diluvião não tinha sido depositado todo ao mesmo tempo. Acreditava-se também que o material em causa era mais antigo que o dilúvio e, portanto, não poderia conter resíduos humanos (Grayson, 1983: 69).

Os problemas intelectuais desse período acham-se claramente exemplificados na obra de Jacques Boucher de Crèvecœur de Perthes (1788- 1868), diretor da alfândega de Abbeville, no vale do Somme, noroeste da França. Na década de 1830, Casimir Picard, um médico local, relatou descobertas de instrumentos de pedra e de chifre de veado na região. Pouco depois, durante as escavações de um canal e de uma estrada de ferro, ele encontrou machados junto a ossos de mamutes e rinocerontes extintos, profundamente enterrados nos depósitos de cascalho do leito do rio anteriores às formações de turfa locais.

As observações estratigráficas de Boucher de Perthes convenceram-no de que os instrumentos de pedra e os animais extintos eram da mesma época. Como catastrofista, porém, ele decidiu que esses instrumentos haviam pertencido à raça humana antediluviana, completamente aniquilada por uma inundação "anterior ao dilúvio". Depois de um longo período, Deus criou uma nova raça humana: Adão e Eva e seus descendentes (Grayson, 1983:126-30). Não é de surpreender que, quando essas fantásticas idéias foram publicadas no primeiro volume de seu *Antiquités celtiques et antédiluviennes* [Antigüidades celtas e antediluvianas], em 1847, tanto os eruditos ingleses como os franceses as tenham desconsiderado. Porém, mesmo depois de suas observações de campo terem sido repetidas pelo médico Marcel-Jérôme Rigollot (1786-1854), em St. Auchel e em um outro sítio nas cercanias de Amiens, 40 quilômetros a montante de Abbeville, e ainda depois de confirmado por geólogos (entre os quais Edmont Hébert, da Sorbonne) que os depósitos estudados eram "de era diluviana", muitos geólogos e antiquários continuaram a sustentar que os artefatos poderiam ser intrusivos. Grayson (1983: 207) concluiu que a rejeição das evidências corretamente assinaladas por Rigollot "baseava-se na pura crença de

que uma coisa dessas não podia ser" e também, por outro lado, na condição marginal de Rigollot com relação à elite científica de seu tempo.

A solução das controvérsias a respeito da antigüidade da humanidade exigia uma melhor compreensão do registro geológico. Em 1785, o naturalista de Edimburgo James Hutton (1726-97) propôs uma concepção uniformitarista da história geológica, na qual a lenta erosão das rochas e do solo era contrabalançada pela elevação de outras superfícies terrestres. Ele acreditava que todas as camadas geológicas poderiam ser explicadas em termos de forças ainda hoje atuantes, operando através de períodos de tempo muito longos. No ano seguinte, William Smith (1769-1839), na Inglaterra, e George Cuvier e Alexandre Brongniart, na França, reconheceram que estratos de diferentes eras possuíam, cada qual, seu próprio aglomerado característico de fósseis orgânicos e concluíram que os aglomerados podiam ser usados para identificar formações coevas em vastas áreas. Smith aceitou o princípio do depósito ordenado de formações rochosas ao longo de vastos períodos de tempo, mas Cuvier não.

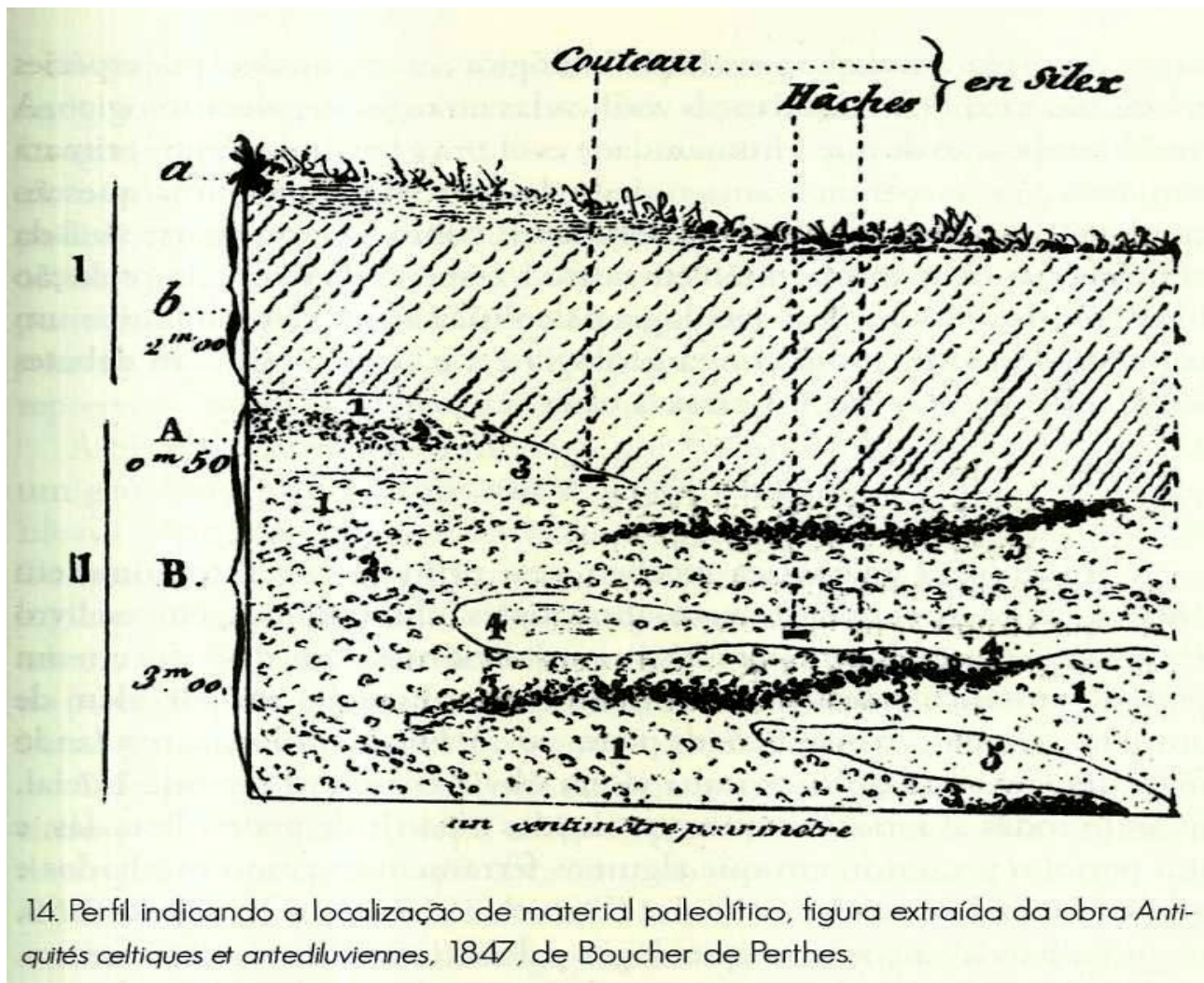
Entre 1830 e 1833, o geólogo inglês Charles Lyell (1797-1875) publicou *Principles of Geology* [Princípios de geologia], reunindo uma quantidade extraordinária de dados (muitos dos quais obtidos a partir de observações feitas nos arredores do monte Etna, na Sicília) que vieram a comprovar o princípio do uniformitarismo, segundo o qual mudanças geológicas ocorridas no passado resultaram dos mesmos agentes geológicos, operantes através de longos períodos, e aproximadamente na mesma proporção em que operam na atualidade. O livro de Lyell logo conquistou apoio para o princípio do uniformitarismo na geologia. Contrário ao catastrofismo, este princípio fazia do passado um período extenso e geologicamente ininterrupto no qual outros eventos poderiam ter acontecido. Oferecia-se assim aos pesquisadores um cenário apropriado para que considerassem a possibilidade da evolução biológica - uma tese que Lyell rejeitava, embora Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) já a houvesse defendido.

A nova forma de ver a história geológica também pôs a questão da antigüidade da espécie humana como uma pergunta que requeria resposta empírica. A recepção favorável da geologia de Lyell refletia a crescente abertura dos cientistas britânicos, e do público em geral, às idéias evolucionistas. Em meados do século XIX, a Grã-Bretanha tornara-se a "oficina do mundo" e o progresso industrial fortalecera grandemente o poder político e a autoconfiança da classe média, que passou a ver-se como uma força dominante na história do mundo. Esta nova atitude refletiu-se nos escritos de Herbert Spencer (1820-1903), que, na década de 1850, tornou-se o campeão de um evolucionismo geral aplicado a problemas científicos e filosóficos. Ele afirmava que o desenvolvimento do sistema solar, da vida animal e vegetal - e também da sociedade humana - deu-se com a passagem de uma homogeneidade simples e uniforme a entidades cada vez mais complexas e diferenciadas. Identificando o individualismo e a livre iniciativa como as forças que impulsionaram a evolução cultural, Spencer libertou esta idéia de suas associações revolucionárias e ajudou a torná-la a ideologia de uma parcela significativa da classe média britânica, cuja fé no progresso já tinha sido expressa na Grande Exposição, realizada em Londres, em 1851 (Harris, 1968: 108-41). Com isso, ele conquistou a simpatia da classe média (com exceção apenas de seus membros religiosos, mais conservadores) para argumentos favoráveis à evolução biológica e à tese da antigüidade da espécie humana.

Em 1858, William Pengeley (1812-94) realizou escavações na caverna de Brixham, nas proximidades de Torquay, no sudoeste da Inglaterra. Tratava-se de um sítio recém-descoberto, o qual acreditava-se que encerrava ossos fossilizados. O trabalho foi patrocinado pela Sociedade Geológica de Londres e cuidadosamente supervisionado por uma comissão de cientistas de prestígio, entre eles Charles Lyell. No curso da escavação, instrumentos líticos e fósseis de ossadas animais foram encontrados sob uma camada inteiriça de depósitos estalagmíticos, de 7,5 cm de espessura, o que sugeria considerável antigüidade (Gruber, 1965). Como resultado do crescente interesse pela antigüidade da

humanidade, na primavera e no verão de 1859, o geólogo John Prestwich e o arqueólogo John Evans, e, depois deles, uma série de outros cientistas britânicos, inclusive Charles Lyell, foram visitar os sítios no vale de Somme. Todos esses cientistas estavam convencidos da validade dos achados que Boucher de Perthes e Rigollot haviam feito, e Prestwich logo reconheceu que os estratos nos quais os achados foram encontrados deveriam ter sido depositados bem antes de 4000 a.C. Em seus relatórios dirigidos a eminentes sociedades científicas britânicas - inclusive a Associação Britânica para o Progresso da Ciência e a Sociedade Geológica de Londres - esses sábios concordaram que havia, então, sólida evidência de que seres humanos coexistiram com mamíferos extintos em um tempo muito distante do presente (Chorley *et al.*, 1964: 447-9; Grayson, 1983: 179-90). A nova concepção da antigüidade dos seres humanos ganhou aprovação oficial na obra de Lyell intitulada *The Geological Evidences of the Antiquity of Man* [As evidências geológicas da antigüidade do homem], de 1863.

A origem das espécies de Charles Darwin foi publicada em novembro de 1859. O livro, um resumo de quase 30 anos de pesquisas inspiradas pela geologia uniformitarista, fez pela biologia evolucionista o que o *Principles of Geology* [Princípios de geologia] de Lyell tinha feito pela geologia. O conceito darwinista de seleção natural foi aceito por muitos cientistas, e por grande parte do público em geral, como a chave de um mecanismo capaz de tornar crível que a evolução biológica era responsável por espécies modernas e explicava mudanças verificadas no registro paleontológico. A óbvia implicação de que a humanidade evoluíra a partir de algum primata simiesco não só tornou a antigüidade da espécie humana uma questão candente, a ser estudada de forma empírica, como tornou-a parte vital da controvérsia mais ampla então em curso a respeito da teoria da evolução biológica de Darwin. A arqueologia paleolítica assim veio a adquirir um papel de destaque, junto com a geologia e a paleontologia, em debates sobre uma questão que interessava cada vez mais ao público.



Arqueologia Paleolítica

A arqueologia paleolítica recebeu pela primeira vez este nome em 1865, quando o banqueiro e naturalista inglês John Lubbock, em seu livro *Pre-historic Times* [Tempos pré-históricos] dividiu a Idade da Pedra em um período anterior, paleolítico ou arqueolítico (da pedra antiga), além de outro mais recente, o neolítico (da pedra nova). Ele estava apenas rotulando formalmente uma distinção que já era óbvia entre um período inicial, quando todas as ferramentas eram obtidas a partir de pedras lascadas, e um período posterior, em que algumas ferramentas, como machados e goivas, eram desbastadas e polidas (Daniel, 1950: 85). Depois de 1860, os principais avanços na arqueologia paleolítica ocorreram na França, onde o leito de rios do norte e os abrigos rochosos do sul produziam mais testemunhos do que os disponíveis na Inglaterra. Os principais objetivos dessas pesquisas eram determinar por quanto

tempo os seres humanos teriam habitado a área e se tendências evolutivas podiam ser detectadas no paleolítico. A teoria evolucionista preconizava que os humanos tornaram-se mais complexos morfológica e culturalmente com o passar do tempo. A primeira meta dos arqueólogos do paleolítico era, portanto, dispor os sítios em ordem cronológica.

O principal pesquisador do paleolítico remoto era Edouard Lartet (1801-71), um magistrado que passara a estudar paleontologia e que, em 1860, reconheceu publicamente a importância das descobertas de Boucher de Perthes. Em 1863, Lartet começou a explorar sítios de cavernas em Dordogne com o apoio do banqueiro inglês Heniy Christy. O pesquisador logo constatou que o paleolítico não constituía uma fase única de desenvolvimento humano, mas uma série de fases que podiam ser distinguidas de acordo com os artefatos e com os animais pré-históricos a eles associados. Lartet optou por uma classificação baseada em critérios paleontológicos e distinguiu quatro idades, ou períodos, a saber (do mais recente ao mais antigo): (1) *auroque*, ou *bisão*; (2) *rena*, de que eram típicos os sítios na Laugerie Basse e em La Madeleine; (3) *mamute* e *rinoceronte peludo*; (4) *urso das cavernas*. No entanto, ele reconheceu que os dois últimos períodos não podiam ser temporalmente distintos. O sítio de Le Moustier foi designado como típico do novo período do *urso das cavernas* e do *mamute*. Aos três períodos de Lartet, Félix Garrigou acrescentou um mais antigo, do *hipopótamo*, quando os seres humanos habitavam sítios abertos, período não representado nas cavernas da França meridional (Daniel 1950: 99-103).

A obra de Lartet foi continuada por Gabriel de Mortillet (1821-98), um geólogo e paleontólogo que se voltou para o estudo da arqueologia. Ele foi curador assistente do Museu de Antigüidades Nacionais de Saint-Germain-en-Laye por 17 anos, antes de tornar-se professor de antropologia pré-histórica na Escola de Antropologia de Paris, em 1876. Embora admirasse a obra de Lartet, acreditava ele que uma subdivisão arqueológica do paleolítico deveria basear-se em critérios culturais, e

não paleontológicos. Neste ponto, preferiu seguir o exemplo de Lubbock e Worsaae.

A despeito disso, seu enfoque da arqueologia foi grandemente influenciado por seu conhecimento de geologia e paleontologia. Ele procurou distinguir os períodos especificando um número limitado de tipos de artefatos característicos de cada um. Esses artefatos diagnósticos vinham a ser o equivalente dos fósseis-guia que os geólogos e paleontólogos utilizavam para identificar os estratos que pertenciam a cada época geológica. Mortillet também seguiu a prática geológica ao nomear cada uma de suas subdivisões do paleolítico com base em um tipo de sítio que fora usado para defini-la. Como os paleontólogos, ele se apoiava na estratigrafia para estabelecer a seqüência cronológica. No século XIX, ao pesquisar-se o paleolítico, a seriação desempenhava apenas um papel secundário no estabelecimento de cronologias. Sem dúvida, isso ocorria por conta da dificuldade em reconhecer seqüências estilísticas e tecnológicas em instrumentos de pedra paleolíticos, mas também porque os tópicos em discussão eram tão controvertidos que apenas a evidência estratigráfica mais clara obtinha suficiente consenso para propor seqüências temporais conclusivas. A confiança na estratigrafia também refletia o treinamento de Lartet e Mortillet como cientistas naturais.

A *era do hipopótamo* de Lartet tornou-se a *época chelense*, denominada a partir de um sítio nas cercanias de Paris, e a maior parte da *era do mamute* e do *urso das cavernas* (também designação de Lartet) tornou-se o *musteriense*; todavia, Mortillet consignou achados feitos em Aurignac, situados por Lartet na dita *era do urso das cavernas* e do *mamute*, a uma *época aurignacense*, que assim distinguiu. A *era da rena* foi dividida em uma *época solutrense*, mais antiga, e uma *época magdalenense*, posterior. Mortillet estava incerto quanto à datação do *aurignacense*. Mais tarde, ele o situou depois do *solutrense* e, por fim, retirou-o de sua classificação, em 1872. Acrescentou ainda uma *época robenhausiense* para representar o período neolítico e, em estudos posteriores, como o seu *Formation de la nation française* [Formação da

nação francesa] (1897), acrescentou ainda mais épocas para incorporar as Idades do Bronze e do Ferro a seu sistema (Childe 1956a: 27).

Mortillet também criou uma *époque thenaisienne* e, mais tarde, uma *époque puycorsiense* para cobrir achados pré-chelenses. Entre 1863 e 1940, os arqueólogos descobriram eólitos, ou supostos artefatos de manufatura muito rude, em depósitos do início do pleistoceno, e ainda anteriores, do plioceno e do mioceno, na França, na Inglaterra, em Portugal e na Bélgica. A teoria evolucionista pressupunha que os instrumentos mais primitivos deveriam ser tão rudimentares a ponto de não ser possível distingui-los de rochas lascadas; portanto, quando não havia ossos humanos e outras provas convincentes de presença humana nos sítios, os achados eram contestados. No final da década de 1870, Mortillet e outros defensores do *status* de artefatos para os eólitos começaram a desenvolver uma série de critérios que pudessem ser usados para distinguir o trabalho intencional na pedra do lascamento natural. Contestações desses critérios alternavam-se com esforços no sentido de elaborar testes novos e mais convincentes. Foram feitos estudos comparativos com eólitos e rochas de centenas de milhões de anos e também trabalhos experimentais, incluindo a análise de S. H. Warren (1905) de estrias em pedra lascada causadas por pressão mecânica, o estudo de Marcelin Boule (1905) de pedras retiradas de um misturador de cimento e a análise quantitativa de S. Barnes (1939) de ângulos de bordas produzidos por mão humana e por processos naturais. No curso desses estudos, muito se aprendeu a respeito do trabalho em pedra e muitos sítios foram desqualificados como comprovação da antigüidade humana (Grayson, 1986). Quer por influência direta quer por coincidência, esta pesquisa deu prosseguimento às tradições de experimentação arqueológica estabelecidas pelos pesquisadores escandinavos na década de 1840.

O treinamento de Mortillet nas ciências naturais não se refletiu apenas em seu procedimento classificatório. Ele e a maioria dos outros arqueólogos especializados no paleolítico tinham um interesse básico em determinar a antigüidade dos humanos.

TEMPS		AGES	PÉRIODES	ÉPOQUES	
Quaternaires actuels,	Historiques.	du Fer.	Mérovingienne.	Wabeniennne. (<i>Waben, Pas-de-Calais.</i>)	
			Romaine.	Champdolienne. (<i>Champdolent, Seine-et-Oise.</i>)	
				Lugdunienne. (<i>Lyon, Rhône.</i>)	
				Beuvraysienne. (<i>Mont-Beuvray, Nièvre.</i>)	
				Marnienne. (<i>Département de la Marne.</i>)	
	Protohistoriques.	du Bronze.	Galatienne.	Hallstattienne. (<i>Hallstatt, haute Autriche.</i>)	
				Larnaudienne. (<i>Larnaud, Jura.</i>)	
			Tsiganienne.	Morgienne. (<i>Morges, canton de Vaud, Suisse.</i>)	
				Robenhausienne. (<i>Robenhausen, Zurich.</i>)	
				Néolithique.	Campignyenne. (<i>Campigny, Seine-Inférieure.</i>)
Quaternaires anciens.	Préhistoriques.	de la Pierre.		Tardenoisienne (<i>Fère-en-Tardenois, Aisne.</i>)	
				Tourassienne. (<i>La Tourasse, Haute-Garonne.</i>) Ancien Hiatus.	
				Magdalénienne. (<i>La Madeleine, Dordogne.</i>)	
				Solutréenne. (<i>Solutré, Saône-et-Loire.</i>)	
				Moustérienne. (<i>Le Moustier, Dordogne.</i>)	
				Acheuléenne. (<i>Saint-Acheul, Somme.</i>)	
				Chelléenne. (<i>Chelles, Seine-et-Marne.</i>)	
				Puycournienne. (<i>Puy-Courny, Cantal.</i>)	
				Éolithique.	Thenaysienne. (<i>Thenay, Loir-et-Cher.</i>)
			Tertiaires.		

Em sua perspectiva evolucionista, isso implicava buscar evidências da presença humana recuando tanto quanto possível no registro arqueológico e demonstrar que as culturas mais antigas eram mais primitivas que as posteriores. A seqüência que Lartet e Mortillet estabeleceram estratigráfica e paleontologicamente logrou este resultado de um modo admirável. Comparando os estágios iniciais do paleolítico com os mais recentes, havia evidências, nestes, de uma maior variedade de instrumentos de pedra, de mais etapas e maior precisão em sua elaboração, além de um número crescente de instrumentos feitos de ossos. Isso demonstrava que o progresso tecnológico documentado por Thomsen e Worsaae da Idade da pedra para a Idade do ferro também podia ser verificado no período paleolítico.

Embora discutissem o que comeriam as populações paleolíticas em diferentes estágios e travassem debates a propósito de saber se um certo tipo de trabalho artístico podia, ou não, indicar que cavalos haviam sido domesticados na *época magdalénense* (Bahn, 1978), os arqueólogos do paleolítico estavam muito menos interessados em saber como as pessoas viveram nos tempos pré-históricos do que os arqueólogos escandinavos. Neste ponto, o modo de pensar dos arqueólogos do paleolítico era semelhante ao dos paleontólogos, que, nessa época, estavam mais interessados em demonstrar seqüências evolutivas do que em estudar relações ecológicas no interior de formações rochosas de determinados períodos. As principais unidades da escavação arqueológica eram os estratos, ainda que, não raro, estes fossem registrados de maneira surpreendentemente rudimentar. Com freqüência, os sítios eram escavados quase sem supervisão; muitas vezes, decorria que a estratigrafia cultural detalhada e as características intrínsecas dos principais níveis ficavam sem registro. Particularmente nos abrigos rochosos em que pavimentos foram preservados, isso resultou em severa perda de informação a respeito de como lá se vivera. Os artefatos guardados para estudo nos museus eram, com freqüência, apenas aqueles aos quais se atribuía valor diagnóstico para apurar a idade e as

afinidades culturais dos sítios. Restos e artefatos considerados sem valor diagnóstico eram frequentemente descartados. Não havia uma percepção cultural dos artefatos como recurso de datação e testemunho de progresso, de modo bem distinto do enfoque escandinavo dos dados arqueológicos. Mesmo Boyd Dawkins, que criticou Mortillet por sua preocupação com o desenvolvimento evolutivo e sua incapacidade em admitir que algumas diferenças entre conjuntos paleolíticos podiam refletir variação tribal ou étnica, assim como acesso diferenciado a diversos tipos de rochas, não produziu nenhuma análise alternativa satisfatória (Daniel, 1950: 108-9).

Mortillet, como os geólogos e paleontólogos de meados do século XIX, foi arrebatado pelo entusiasmo evolucionista que caracterizou a pesquisa científica de seu tempo. Ele considerou sua seqüência paleolítica como uma ponte entre a evidência arqueológica e paleontológica da evolução biológica anterior ao pleistoceno e a documentação já estabelecida do progresso cultural na Europa em tempos pós-paleolíticos. Como observou Glynn Daniel (1950: 244), uma das idéias-chave da arqueologia evolucionista era a de que o desenvolvimento cultural da humanidade podia ser representado numa única seqüência e ser lido no perfil de uma caverna, tal como a seqüência geológica pode ser lida em rochas estratificadas.

Mortillet também foi influenciado por um forte interesse etnológico pela evolução cultural durante a segunda metade do século XIX. Em 1851, o etnólogo alemão Adolf Bastian (1826-1905) deu início a uma série de viagens pelo mundo com o propósito de formar uma coleção para o Museu Real de Etnologia de Berlim. Impressionado com as similaridades culturais que ele encontrava em regiões separadas por vastas extensões, ele deu ênfase à doutrina da Ilustração da unidade psíquica, argumentando que, como resultado de "idéias elementares" (*Elementargedanke*) universalmente compartilhadas, povos no mesmo nível de desenvolvimento, confrontados com problemas similares, dentro dos limites impostos pelo meio ambiente, desenvolviam soluções idênticas para os problemas.

Depois de 1860, houve uma grande retomada da história teórica, à medida em que a etnologia buscou, comparando sociedades contemporâneas que se supunha estarem em diferentes níveis de desenvolvimento, delinear os estágios através dos quais as sociedades européias tinham evoluído nos tempos pré-históricos. Essas pesquisas compreendiam desde estudos de tópicos específicos - como a teoria de Johann Bachofen (1861) de que todas as sociedades tinham evoluído a partir de origens matrilineares, e os argumentos de John MacLennan (1865) de que as mais antigas sociedades humanas tinham sido poliândricas - até esquemas gerais de desenvolvimento da selvageria até à civilização, como os concebidos por E. B. Tylor (1865) e Lewis H. Morgan (1877). Diferentemente das "histórias teóricas" do século XVIII, essas formulações etnológicas eram apresentadas como teorias científicas, se não como especulações filosóficas. Muito embora refletissem a voga generalizada dos estudos evolucionistas em meados do século XIX e, em geral, colocassem questões que os dados arqueológicos estavam mal equipados para responder, essas obras, em grande medida, baseavam sua autoconfiança na crescente evidência arqueológica de que progressos tecnológicos constituíram uma característica importante da história humana. Reciprocamente, tais formulações etnográficas estimulavam os arqueólogos a interpretar seus dados com uma perspectiva unilinear.

Em seu guia para os mostruários arqueológicos da Exposição de Paris de 1867, Mortillet declarou terem os estudos arqueológicos revelado que o progresso humano era uma lei da natureza e que todos os grupos humanos passaram por estágios de desenvolvimento semelhantes. Afirmou, também, a grande antigüidade da humanidade (Daniel, 1967:144). Os dois primeiros conceitos tinham raízes na filosofia da Ilustração, e o terceiro tinha sido reconhecido como um resultado de pesquisa desenvolvida antes da publicação de *A origem das espécies*. Porém, embora a arqueologia paleolítica tenha alegado a origem evolucionista da humanidade, as duas primeiras leis de Mortillet estavam longe de ter sido comprovadas. Não havia ainda trabalhos

suficientes realizados fora da Europa que tornassem possível determinar se os grupos humanos tinham ou não passado (se é que de algum modo eles se desenvolveram) pela mesma seqüência paleolítica. Embora alguns estudiosos estivessem prontos a aceitar a invenção múltipla de artefatos simples, como lanças ou recipientes de cabaça, eles suspeitavam que artefatos mais complexos, como bumerangues, ou arcos e flechas, possivelmente teriam uma origem comum (Huxley, [1865] 1896:213). Do mesmo modo, aplicações muito rígidas de noções a respeito do que constituía progresso levaram muitos arqueólogos — embora não Mortillet (Daniel, 1950: 131) - a rejeitar a autenticidade de pinturas rupestres a pretexto de que seriam muito avançadas para ter sido feitas em um estágio primitivo do desenvolvimento humano. Esse ponto de vista só foi superado quando novas esculturas em osso e novas pinturas rupestres foram descobertas em contextos que claramente datavam essas artes do paleolítico superior (*ibidem*, 131-2). Uma vez comprovada, porém, a arte européia das cavernas foi amplamente interpretada em termos do totemismo associado aos aborígenes australianos (Reinach, 1903; Ucko & Rosenfeld, 1967: 123-8).

A arqueologia paleolítica foi cientificamente importante e suscitou um grande interesse público, porque revelou a antigüidade da humanidade, até então inesperada e demonstrou a evolução gradual da civilização européia a partir de começos primitivos. Também estabeleceu novos padrões para a análise estratigráfica em arqueologia. A arqueologia paleolítica gozou de grande prestígio por causa de seus vínculos estreitos com a geologia e a paleontologia, ciências que se achavam na vanguarda da criação de uma nova visão da história do mundo. As três disciplinas eram valorizadas porque eram capazes de demonstrar a realidade do progresso em tempos pré-históricos. A arqueologia do paleolítico também foi respeitada porque floresceu na França e na Inglaterra, que, à época, eram centros de desenvolvimento econômico, político e cultural. Por causa de seu prestígio, ela foi capaz de criar um modelo para o estudo da pré-história pós-paleolítica na Europa ocidental. Porém, sua percepção dos artefatos como o principal recurso

de datação e testemunho da evolução cultural era muito estreita em comparação com a arqueologia pré-histórica escandinava, que se preocupava em estudar a evolução cultural, mas também buscava descobrir o máximo possível a respeito dos seres humanos que viveram em ambientes pré-históricos. A cooperação interdisciplinar dos arqueólogos escandinavos com geólogos e biólogos na sua busca de realizar esses objetivos contrasta com a subordinação indiscriminada dos arqueólogos do paleolítico a métodos de pesquisa das ciências naturais, freqüentemente utilizados de forma inadequada. Isso fez com que a arqueologia pré-histórica desenvolvida na França e na Inglaterra, em comparação com a arqueologia escandinava, estreitasse seus campos de interesse, à medida em que se acentuava sua profundidade temporal.

Reações Anti-evolução

Os que se opunham às explicações evolucionistas das origens e à contestação dos relatos bíblicos da história humana reagiram de diferentes modos. Durante a década de 1860, os criacionistas que aceitavam interpretações contemporâneas de registros arqueológicos ainda podiam imaginar que os seres humanos tinham sido criados muito antes do que a princípio se pensara, e podiam ainda esperar que os primeiros esqueletos de homínídeos se parecessem mais com seres humanos modernos do que com as "formas pitecóides" preditas pelos darwinianos (Grayson, 1986: 211). Mas nem todos aceitavam a interpretação evolucionista dos achados arqueológicos. Ainda em 1832, Richard Whately, arcebispo de Dublin, deu vida nova à doutrina do degeneracionismo. Afirmava ele não haver comprovação alguma de que bárbaros, sem ajuda externa, houvessem chegado a desenvolver uma forma de vida menos selvagem. Como consequência, outrora a humanidade deveria ter existido em um estado "bem superior" ao dos selvagens modernos — um ponto de vista que ele achava estar de acordo com o livro do Gênesis (Grayson 1983: 217-20). Na década de 1860, esta concepção tornou-se cada vez mais popular entre os

conservadores, embora nem todos os degeneracionistas negassem a grande antigüidade da humanidade ou atribuíssem as primeiras realizações culturais à revelação divina. Um dos mais eminentes degeneracionistas era o geólogo canadense e arqueólogo amador John William Dawson, reitor da Universidade MacGill, de Montreal, de 1855 a 1893. Dawson aceitava a ligação entre restos humanos e mamíferos extintos, mas argumentava que ela confirmava o caráter recente dos cascalhos pleistocênicos em que esses despojos foram encontrados. Numa viagem à Europa, em 1865, ele examinou os depósitos geológicos no vale do Somme e falou que seu mentor, Charles Lyell, teria "acolhido com muito boa vontade" sua opinião de que não havia prova suficiente "da excessiva antigüidade então atribuída por alguns autores [a essas formações]" (Dawson, 1901: 145). Dawson alegava ainda que os testemunhos etnográficos da América do Norte tinham mostrado que povos usuários dos implementos de pedra de melhor confecção empregavam também os mais rústicos, e argumentava que a seqüência de desenvolvimento encontrada na Europa podia representar idiosincrasias locais ou o ajuntamento ocasional de grupos vizinhos e contemporâneos portadores de culturas diferentes. Daí ele concluía não haver comprovação de que culturas em diferentes níveis de complexidade nunca coexistiram ao longo da história humana (Dawson, 1888:166-7; 214; Trigger, 1966). Embora, em retrospecto, ele possa ser visto como defensor de uma causa perdida, para seus adversário do século XIX era mais fácil ignorar-lhe as objeções do que refutá-las. Não havia seqüências pré-históricas suficientes fora da Europa para que fosse possível definir a evolução como uma tendência geral da história humana.

Ainda mais ligações havia entre os arqueólogos do Oriente Próximo e os que buscavam comprovar a verdade bíblica. O interesse pela arqueologia da Mesopotâmia ressurgiu em 1870, depois que George Smith publicou o texto de uma tabuleta de argila encontrada em Nínive, que continha um relato babilônio do dilúvio. O jornal britânico Dayly Telegraph ofereceu mil libras esterlinas para enviar uma

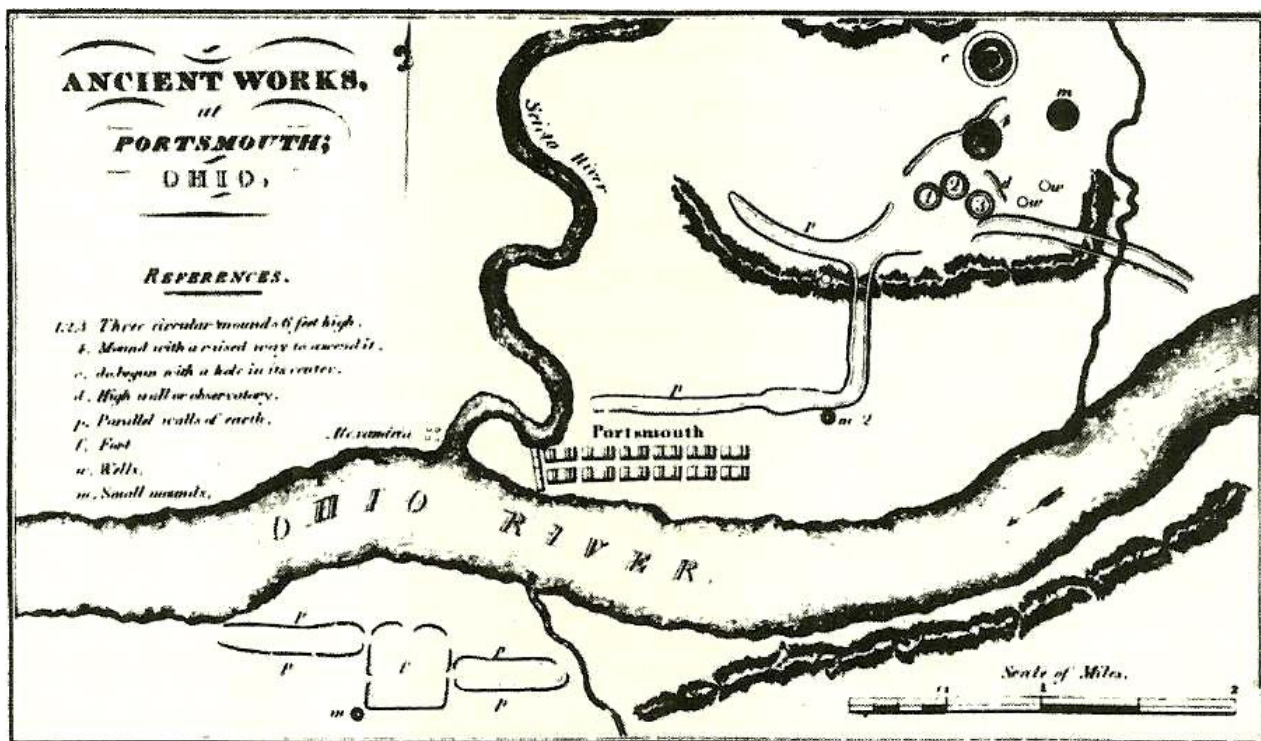
expedição ao Iraque em busca das partes que faltavam na tabuleta, partes essas que foram efetivamente encontradas (Daniel, 1950: 132-3). Muitos dos primeiros trabalhos da Egypt Exploration Society [Sociedade para a Exploração do Egito] voltavam-se para sítios no delta do Nilo, tais como Tell-el Mushkuta, associados a relatos bíblicos. Em 1896, W. M. F. Petrie identificou rapidamente o nome étnico *I. si. ri. ar?*, que aparecia em uma estela recém-descoberta do faraó Merneptah (que reinou entre 1236 e 1223 a.C.), como a primeira menção a Israel em textos egípcios (Drower, 1985: 221). Por volta de 1929, Leonard Wooley suscitou grande interesse ao afirmar que os espessos depósitos de lodo encontrados em suas escavações de níveis pré-históricos em Ur comprovavam uma grande inundação na Mesopotâmia, que teria dado origem ao relato bíblico do dilúvio (Wooley, 1950: 20-3). Enquanto o Egito e a Mesopotâmia produziam descobertas arqueológicas espetaculares, que por si só provocavam grande interesse público, as descobertas relacionadas com a Bíblia, que pareciam confirmar os relatos das escrituras, garantiam um vasto apoio à pesquisa arqueológica realizada nesses países, assim como na Palestina. Na luta entre os defensores da religião revelada e os propugnadores do evolucionismo, em finais do século XIX e nos começos do século XX, havia arqueólogos de ambos os lados (Casson 1939:207-8).

Arqueologia na América do Norte

Enquanto na América Latina visitantes europeus - e, em escala limitada, eruditos locais - estudavam facetas isoladas da pré-história (Bernal, 1980: 35-102), os Estados Unidos foram o único país fora da Europa a desenvolver uma tradição de pesquisa arqueológica indígena antes do século XIX. Na altura em que a frente de ocupação europeia fazia pressão para expandir-se rumo ao oeste, os mitos raciais tinham, em geral, eclipsado os mitos religiosos no papel de justificar a guerra contra os índios e a violação de seus direitos reconhecidos em tratados. A tese de que os índios eram brutos, belicosos por natureza e biologicamente

incapazes de um desenvolvimento natural significativo achava-se amplamente difundida. Apesar das provas conclusivas em contrário, eles eram também considerados incapazes de adaptar-se ao estilo de vida europeu e, portanto, estariam condenados à extinção à medida em que a civilização se expandisse rumo ao oeste (Vaughan, 1982). Muitos americanos brancos viam nessas circunstâncias uma manifestação da providência divina. Isso prova que as novas explicações biológicas da suposta inferioridade nativa não excluía as alegações religiosas.

Quando os europeus começaram a estabelecer-se a oeste dos montes Apalaches, descobriram montículos e aterros ao longo da bacia do Ohio e do Mississipi. Hoje sabe-se que eles foram construídos pelas culturas Adena e Hopewell, que se concentraram no vale do Ohio entre 800 a.C. e 500 d.C., e pela cultura mississipiana, que se espalhou pelo sudeste dos Estados Unidos entre 500 e 1500 d.C. Esses aterros, que freqüentemente encerravam elaborados artefatos feitos de cerâmica, conchas, mica e cobre nativo, desmentiam a convicção de que as culturas nativas norte-americanas eram invariavelmente primitivas. Tornaram-se logo foco das mais variadas especulações. Alguns americanos, como o naturalista William Bartram, o reverendo James Madison e, principalmente, James McCulloch, concluíram que se tratava de construções dos índios; mas o viajante Benjamin Barton atribuiu-os aos dinamarqueses, que teriam vindo a ser os toltecas do México. Já o governador de Ohio, De Witt Clinton, os dizia obra de vikings e Amos Stoddard os identificou como de origem galesa. O sagaz etnólogo Albert Gallatin relacionou-os com o México, embora não soubesse dizer se os mexicanos haviam-se deslocado para o norte, ou se, ao contrário, foram os construtores desses montículos que se deslocaram para o sul (Silverberg, 1968; Willey & Sabloff, 1980: 19-25; Blakeslee, 1987).



16. Plano de aterros pré-históricos em Portsmouth, Ohio, extraído do texto de Atwater "Description of the antiquities discovered in the State of Ohio" (*Transactions of the American Antiquarian Society*, 1820).

Os norte-americanos desejavam com ardor que seu continente tivesse sua própria história para rivalizar com a dos europeus e, assim, esses achados os excitaram, tal como, na década de 1840, havia de excitá-los a descoberta de John L. Stephen de cidades maias perdidas nas selvas da América Central. Porém, com exceção daqueles que os consideravam uma confirmação da teoria da degeneração (Bieder, 1986: 33-4), nem o público em geral nem a maioria dos eruditos se dispunha a atribuir os achados do vale do Ohio e do Mississippi aos ancestrais dos índios norte-americanos. Atribuíram-nos a uma raça de construtores de montículos que se supunha eliminados ou expulsos da América do Norte por hordas de índios selvagens. Assim, as várias teorias sobre os construtores de montículos ofereciam uma crônica da pré-história norte-americana; no entanto, atribuindo as maiores realizações desse passado a povos não-índigenas da América do Norte, já desaparecidos, elas continuavam a enfatizar a natureza estática (e, portanto, potencialmente incivilizável) dos índios.



17. Grave Creek Mound, no oeste da Virgínia; figura extraída da obra de Squier & Davies: *Ancient Monuments of the Mississippi Valley*, 1848.

O registro arqueológico era interpretado como mais uma comprovação da ameaça que constituíam os índios, assim denunciados como destruidores, quando lhes era dada a oportunidade, da civilização. Deste modo, as vítimas eram apresentadas como monstros sanguinários e os brancos americanos achavam novas justificativas para fazer guerra aos índios e tomar-lhes suas terras. Livros que defendiam a teoria de que os construtores de montículos eram uma raça perdida de gente civilizada, como o *American Antiquities and Discoveries in the West* [Antigüidades americanas e descobertas no Oeste], de Josiah Priest, logo se tornaram *best-sellers*. O fascínio por essa teoria era tão grande que, mesmo tendo fracassado em demonstrar quaisquer diferenças significativas entre os crânios de construtores de montículos e os de índios mortos recentemente, o médico e anatomista Samuel Morton (1799-1851), com base exclusivamente na cultura, dividiu a raça americana em toltecas e famílias bárbaras (Silverberg, 1968).

Mais positiva foi a descoberta de montículos e aterros a oeste dos Apalaches, fato que, pela primeira vez, criou um interesse difuso pela descrição de monumentos pré-históricos e pela coleta de artefatos neles encontrados. Entre 1780 e 1860, nas regiões central e oriental dos Estados Unidos, a arqueologia atravessou uma fase antiquária que recapitulava o seu desenvolvimento na Inglaterra e na Escandinávia entre 1500 e 1800. No final do século XVIII, oficiais do exército acampados no vale do Ohio traçaram plantas dos aterros e o reverendo Manasseh Cutler contou o número de anéis das árvores que tinham crescido no topo dos aterros de Marietta quando estes foram derrubados para a construção da cidade. Em 1813, H. H. Brackenridge fez a distinção entre os montículos funerários e os destinados ao culto e sugeriu, corretamente, que os funerários eram os mais antigos (Willey & Sabloff, 1980: 23). As pesquisas e sua publicação tornaram-se cada vez mais sistemáticas. A American Philosophical Society [Sociedade Filosófica Americana] empenhou-se ativamente no debate sobre os construtores de montículos. Em 1799, seu presidente, Thomas Jefferson, formalizando um de seus numerosos projetos, distribuiu uma circular em que solicitava informações sobre fortificações pré-históricas, túmulos e artefatos indígenas. Em 1812, o editor Isaiah Thomas fundou a American Antiquarian Society [Sociedade Americana de Antiquários], que passou a concentrar o difuso, mas crescente, interesse por questões arqueológicas. O primeiro volume das Atas da Sociedade, publicado em 1820, continha o estudo "Description of the antiquities discovered in the State of Ohio and other western states" ["Descrição das antigüidades descobertas no estado de Ohio e em outros estados do oeste"], de Caleb Atwater. Esse estudo preservou valiosas plantas e descrições de aterros, muitos dos quais viriam a ser posteriormente destruídos. Atwater dividia os remanescentes em três classes: europeu moderno, indígena moderno e construtores de montículos. Com escassos testemunhos, ele especulou que os últimos tinham sido construídos por hindus, que vieram da Ásia para a América do Norte e depois se foram para o sul, rumo ao México.

Outra grande contribuição para a arqueologia norte-americana foi o *Ancient Monuments of the Mississippi Valley* [Monumentos antigos do vale do Mississippi] (1848), obra de Ephraim G. Squier (1821-88) e Edwin H. Davis (1811-88). Squier, editor de jornal, e Davis, médico, viviam em Ohio. Eles examinaram cuidadosamente um grande número de montículos e aterros, escavaram alguns e coligiram achados de outros pesquisadores. Reuniram um vasto acervo de dados sobre aterros pré-históricos (muitos dos quais foram depois destruídos) encontrados no leste dos Estados Unidos. Embora fossem firmes defensores da teoria dos construtores de montículos, seu trabalho era de teor basicamente descritivo. Sua classificação, baseada em critérios formais, distinguia entre os montículos com efígie, do vale do Mississippi, os recintos simétricos de Ohio e os montículos truncados do sul. A análise geralmente limitava-se a propor algumas questões sobre os possíveis usos dessas estruturas.

O teor geral do volume foi definido por Joseph Henry, um físico renomado e primeiro-secretário da Smithsonian Institution, fundada em 1846. O livro foi a primeira publicação da Smithsonian e deu início a uma série intitulada *Contributions to Knowledge* (Contribuições para o conhecimento). Henry estava determinado a purgar a arqueologia norte-americana das tendências especulativas e a estimular a pesquisa científica de tradição indutiva baconiana. Ele fez questão de suprimir todas as especulações de Squier e Davis sobre os construtores de montículos, de modo que sua "contribuição positiva para o acréscimo do conhecimento humano assumisse pleno relevo" (Washburn, 1967: 153; Tax, 1975; Willey & Sabloff, 1980: 36). Henry também encarregou Samuel Haven, bibliotecário da Sociedade Americana de Antiquários, de preparar uma resenha histórica da *Archaeology of the United States* [Arqueologia dos Estados Unidos], publicada em 1856. Nela, numerosas especulações sobre a pré-história do país foram examinadas com rigor, à luz da informação disponível, e se provaram insustentáveis. A teoria dos construtores de montículos era um dos principais objetos dos ataques de Haven. A fim de estimular a profissionalização da arqueologia, Henry

também publicou relatos sobre os avanços da arqueologia europeia no Annual Report of the Smithsonian Institution [Relatório Anual da Smithsonian Institution], com ampla distribuição na América do Norte. Desses relatos, o que teve mais sucesso foi o "General Views on Archaeology" ["Observações gerais sobre arqueologia"], tradução de um texto publicado originalmente em francês pelo geólogo suíço e arqueólogo amador Adolph Morlot (1861). Morlot fez um cuidadoso resumo dos progressos recentes da arqueologia europeia, especialmente na Dinamarca e na Suíça. Em particular, seu relato da escavação de "monturos de cozinha" estimulou a escavação de concheiros ao longo da costa leste da América do Norte, desde a Nova Escócia até a Flórida, a partir do início da década de 1860 (Trigger, 1986a). Embora a convicção de Henry de que a coleta de dados deveria preceder a teorização não tivesse sido capaz de diminuir sensivelmente as interpretações fantasiosas predominantes entre os arqueólogos amadores, e em meio ao público em geral, o encorajamento oficial que ele deu à arqueologia, e seu empenho em promover a pesquisa sistemática, ajudaram a preparar os arqueólogos para uma época de maior profissionalismo, época essa que iria alvorecer depois de 1860.

Conclusão

Na Europa, a arqueologia pré-histórica desenvolveu-se no começo e em meados do século XIX fundamentalmente como um estudo evolucionista da história humana. Ela não apenas revelou que as tecnologias industriais mais complexas tinham-se desenvolvido a partir do início da Idade da Pedra, mas também que a própria Idade da Pedra dava testemunho do aperfeiçoamento gradual da capacidade humana de controlar o meio ambiente. A arqueologia pré-histórica originou-se de dois movimentos complementares. O primeiro, que começou na Dinamarca, em 1816, estudou principalmente o desenvolvimento cultural no neolítico, na Idade do Bronze e na Idade da Pedra; e o segundo, que começou 50 anos depois, na Inglaterra e na França,

desenvolveu-se em torno do estudo do paleolítico. Embora a arqueologia paleolítica não se tenha desenvolvido de modo totalmente independente da arqueologia praticada na Escandinávia, as duas tinham objetivos e métodos distintos. A arqueologia paleolítica tendia a tomar por modelo as ciências naturais, ao passo que a arqueologia escandinava estava mais interessada em descobrir, a partir dos dados arqueológicos, como determinados povos viveram no passado. Os escandinavos também foram pioneiros no uso da seriação como uma forma de cronologia apropriada para ordenar depósitos de origem cultural.

Ambos os ramos da arqueologia pré-histórica são produtos da Ilustração. Tinham muito a ver com a convicção de que a evolução da cultura material assinala também o aperfeiçoamento social e moral. Uma parte considerável da classe média, cujo poder econômico e político vinha aumentando em consequência da revolução industrial, apreciou ver-se a si mesma como uma onda de progresso inerente à natureza humana, e talvez à própria constituição do universo. Os norte-americanos brancos sentiam-se felizes por compartilhar desse otimismo, mas não se sentiam dispostos a estendê-lo aos nativos cujas terras estavam tomando. Para eles, os povos nativos constituíam uma exceção: em consequência de desajustes biológicos, eram incapazes de participar do progresso que o destino fizera uma prerrogativa dos europeus. Longe de serem discordantes, esses pontos de vista logo se combinaram em uma poderosa síntese internacional.

Capítulo 4

A Síntese Imperial

Poucos de nós podem tomar ciência dessas notícias a respeito dos hábitos e da condição física dos primitivos habitantes da ilha [Britânia], informações proporcionadas pelos remanescentes de suas rústicas moradas e de seus rústicos implementos enfim descobertos, sem um sentimento de gratidão por ter-nos a sorte misericordiosamente lançado

em tempos de conhecimento apurado, civilização avançada e hábitos mais refinados.

Conde de Devon, "Discurso de Abertura" no Congresso de Exeter, 1873.
Archaeological Journal, 30 (1873), 206.

Um compromisso comum com o enfoque evolucionista promoveu um alinhamento muito próximo entre a arqueologia pré-histórica e a etnologia, tanto na Europa ocidental como nos Estados Unidos, nas décadas de 1860 e 1870. Na Europa, a base desse alinhamento foi a crença numa evolução cultural unilinear, crença esta suscitada pelos filósofos da Ilustração. Era consenso que dispendo as culturas modernas em uma série, da mais simples à mais complexa, os estágios através dos quais as culturas mais avançadas tinham-se desenvolvido nos tempos pré-históricos ficavam evidentes. Glyn Daniel (1950: 185-6) afirmou que a pobreza do registro arqueológico compelia os arqueólogos a valer-se de conclusões de antropólogos físicos, lingüistas e etnólogos em suas tentativas de reconstrução do passado. Parece, entretanto, que os arqueólogos franceses e britânicos não se empenharam muito na tentativa de elucidar o passado com emprego de dados arqueológicos porque, em consequência de sua adesão ao evolucionismo unilinear, eles acreditavam que a etnologia revelava quase tudo que eles queriam saber sobre os tempos pré-históricos. Dessa crítica deve-se isentar os arqueólogos escandinavos e, em especial, Nilsson, que usava paralelos etnográficos para inferir formas específicas de comportamento (como o emprego de determinados tipos de artefato), nunca para interpretar culturas inteiras.

Nos Estados Unidos, onde se supunha que, nos tempos pré-históricos, dera-se uma evolução cultural relativamente pequena, a arqueologia, a etnologia, a antropologia física e a lingüística começaram, na década de 1840, a ser vistas como diferentes ramos da antropologia, considerada como o estudo dos povos nativos. A principal meta da antropologia americana foi romanticamente definida pelo etnólogo Henry

Schoolcraft como sendo preservar, para as gerações futuras, algumas reminiscências de uma raça agonizante (Hinsley, 1981:20).

Um dos maiores problemas com que o evolucionismo cultural se deparou desde o começo foi explicar porque algumas sociedades se desenvolveram mais rapidamente, ao passo que outras aparentemente permaneceram estáticas por milhares de anos. No século XVIII, essas disparidades eram comumente atribuídas a fatores ambientais. Porém, explicações ambientais com freqüência estavam longe de ser convincentes. Um interesse cada vez maior pela evolução cultural não podia deixar de chamar a atenção para essa deficiência.

Ascensão do Racismo

Ao mesmo tempo em que, na Europa e na América do Norte, a relação entre a arqueologia pré-histórica e etnologia se fazia cada vez mais íntima, algumas das principais idéias da Ilustração, que serviam de base para esta ligação, sofriam modificações significativas ou eram abandonadas. Em particular, o século XIX testemunhou o lento declínio, na Europa ocidental, da crença na unidade psíquica. As conquistas napoleônicas estimularam uma reação nacionalista, encorajada pelos regimes conservadores cujo poder fora restaurado na França, na Alemanha e na Itália, depois da derrota de Napoleão. O racionalismo da Ilustração deu lugar ao novo conservadorismo que favorecia a idealização romântica de diferenças étnicas e culturais. Isso estimulava intelectuais a ver supostas características nacionais como se elas estivessem enraizadas em disparidades biológicas dos grupos humanos. Em lugar da crença do século XVIII na similaridade emocional e intelectual de diferentes grupos étnicos e na atuação, relativamente rápida, das influências ambientais como causa principal de diferenças físicas e comportamentais (Grayson, 1983: 142-9), alguns eruditos começaram a considerar essas diferenças enraizadas em fatores biológicos impermeáveis à mudança. Essas idéias encontraram expressão nos escritos de Joseph-Arthur, conde de Gobineau (1816-82),

especialmente no quarto volume de obra *Essai sur l'inegalité des races humaines* [Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas] (1853-5). Membro de uma família aristocrática e monarquista, Gobineau acreditava que o destino das civilizações estava determinado por sua composição racial, e quanto mais "diluído" fosse o caráter racial de uma civilização bem sucedida, mais provável era que ela mergulhasse na estagnação e na corrupção. Em particular, ele proclamava que as sociedades européias só floresceriam enquanto os europeus evitassem a "miscigenação" com castas não-européias. Os ensinamentos de Gobineau influenciariam os racistas europeus, de Richard Wagner a Adolph Hitler, e na América do Norte foram popularizados por obras como *The Passing of the Great Race* [O declínio da grande raça], de Madison Grant. Isso deu-se pouco antes de novelistas e eruditos passarem a invocar supostos fatores raciais, em vez de ambientais, para explicar variações no grau de evolução de diferentes grupos no curso da história humana.

Algumas dessas teorias tinha a ver com a doutrina do poligenismo, cuja origem se pode remontar ao século XII (Slotkin, 1965-5-6), mas que foi proposta pela primeira vez como um tópico capital pelo bibliotecário calvinista francês Isaac de la Peyrère (1594-1676), em 1655. Ele asseverou que o Adão bíblico fora o ancestral apenas dos judeus, ao passo que os ancestrais dos demais grupos humanos foram criados separadamente, e em época anterior. Embora autoridades eclesiásticas tivessem compelido La Peyrère a retratar-se, suas idéias continuaram a ser discutidas. Em 1774, Edward Long (1734-1813) proclamou que europeus, asiáticos, americanos, negros africanos e hotentotes constituíam uma seqüência gradativa de espécies, cada qual mais primitiva que a anterior.

Samuel Morton sugeriu, em seu *Crania Americana* (1839), que os índios americanos constituíam um tipo homogêneo que a providência divina adaptara, desde o início, para a vida no Novo Mundo. Em seu *Crania Aegyptiaca*, publicado cinco anos depois, ele sustentava que as caveiras dos egípcios, e as pinturas encontradas em seus monumentos,

mostravam que os tipos humanos não tinham mudado, nessa parte do mundo, ao longo de 4.500 anos - recuando quase tanto quanto a criação da terra registrada na Bíblia. Embora Morton, a princípio, acreditasse que Deus havia diferenciado as raças depois de ter criado a humanidade como um todo, em 1849 ele passou a defender o poligenismo divino, uma posição endossada pelo influente naturalista suíço-americano Louis Agassiz (1807-73) e popularizada pelo médico do Alabama Josiah C. Nott (1804-73), bem como pelo egiptólogo amador George R. Gliddon (1809-57), em seu livro *Types of Mankind* [Tipos de humanos] (1854). No entanto, o poligenismo continuava a ser uma moda científica repudiada por devotos cristãos que se sentiam ofendidos por sua rejeição da autoridade bíblica. Apesar de suas alegadas provas de que os negros eram inferiores aos brancos, as idéias de Nott e Gliddon não eram populares no sudeste escravista dos Estados Unidos porque seus ataques à autoridade bíblica ofendiam as sensibilidades religiosas conservadoras da região (Stanton, 1960:161-73). Mesmo o eminente monogenista britânico James Cowles Pritchard (1786-1848), para quem os seres humanos tinham-se diferenciado em consequência de um contínuo processo de auto-domesticação, sustentava que quanto mais civilizados se tornavam, mais os povos se assemelhavam aos europeus. Conseqüentemente, os grupos mais primitivos tinham peles negras, ao passo que os mais civilizados tornavam-se progressivamente mais claros (Pritchard, 1813: 174-242).

A crença na desigualdade das raças ganhou credibilidade científica em consequência do evolucionismo darwinista. No desejo de tornar mais aceitáveis as origens evolucionistas da espécie humana, Darwin e muitos de seus defensores argumentaram que as sociedades humanas variavam em seu *status* evolutivo biológico desde grupos altamente evoluídos a outros que pouco se diferenciavam dos grandes símios mais evoluídos. Darwin acreditava que os povos menos civilizados eram também intelectual e emocionalmente menos desenvolvidos que os europeus; daí sua suposição de que o desenvolvimento biológico correspondia à escala convencional da evolução cultural. Em 1863,

Thomas Huxley notou as similaridades entre dois crânios de Neanderthal e as de aborígenes australianos modernos, e asseverou que eles também eram culturalmente semelhantes (Huxley, [1863] 1896). Julgava-se que as sociedades culturalmente avançadas eram aquelas em que a seleção natural tinha produzido indivíduos dotados de inteligência superior e de maior autocontrole. Alfred Wallace (1823-1913), o co-descobridor da seleção natural, vivera, como naturalista, longos períodos entre grupos tribais na América do Sul e no sudeste da Ásia. Baseando-se em seu conhecimento desses grupos, ele negou que esses povos diferissem significativamente dos europeus em inteligência ou em outras aptidões e sustentou que as capacidades mentais superiores da humanidade não podiam ter sido produzidas pela seleção natural. Darwin deplorou essas observações e considerou-as como falhas que afetavam a base de apoio da teoria de ambos (Eiseley, 1958). Aos que estavam dispostos a acreditar nisso, a concepção de seleção natural de Darwin oferecia uma explicação muito mais convincente que a teoria do poligenismo de como as desigualdades biológicas entre os grupos humanos se desenvolveram. O darwinismo também reforçou uma visão evolucionista da evolução cultural, sugerindo ser esta uma extensão da evolução biológica e deixando implícito que as duas são inseparáveis. Embora Darwin se opusesse veementemente aos maus tratos e à exploração infligidos aos povos não-ocidentais, sua teoria da evolução humana conferiu uma respeitabilidade científica sem precedentes às interpretações raciais do comportamento humano. Essas interpretações constituíram a contraparte biológica do nacionalismo romântico na contestação, e finalmente na superação, da crença na unidade psíquica.



18. John Lubbock (Lord Avebury) (1834-1931) (Radio Times Hulton Pictures Library).

A Síntese de Lubbock

Uma visão darwinista da natureza humana foi incorporada à arqueologia pré-histórica pelo versátil John Lubbock (1834-1913), no livro *Pre-historic Times, as Illustrated by Ancient Remains, and the Manners and Customs of Modern Savages* [Os tempos pré-históricos, tal como são ilustrados pelos vestígios antigos e os usos e costumes dos selvagens contemporâneos]. Entre 1865 e 1913, este livro teve sete edições, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, e por muito tempo serviu como manual de arqueologia. Seu segundo livro, *The Origin of Civilization and the Primitive Condition of Man* [A origem da civilização e a condição primitiva do homem] também teve muitas edições. Este último livro expunha as idéias de Lubbock de forma mais extremada e com menos ênfase em dados arqueológicos. Lubbock cresceu perto de Darwin, cuja casa era próxima à fazenda da família de Lubbock, no Kent. Com a idade de 22 anos, Lubbock tornou-se sócio do banco do pai e, mais tarde, como membro do parlamento, assegurou a aprovação do Bank Holidays Act (1871), e de uma norma destinada a garantir a proteção de monumentos antigos (1822). Suas pesquisas de naturalista valeram-lhe a reputação de autoridade eminente em

questões de comportamento animal. Foi na qualidade de um dos primeiros defensores da teoria darwiniana da evolução que ele começou a estudar arqueologia pré-histórica.

A primeira vista, *Os tempos pré-históricos* (título consagrado nas últimas edições) parece ser uma curiosa coleção de elementos desconexos. A primeira seção, que compreende mais da metade do livro, comporta uma série de capítulos que tratam, com uma vaga ordem cronológica, de vários tópicos arqueológicos: o uso do bronze nos tempos antigos, a Idade do Bronze, o emprego da pedra, os megálitos e túmulos, as habitações lacustres, os montículos formados por monturos de cozinha, a arqueologia norte-americana, os mamíferos do quaternário, o "homem primitivo", os depósitos do pleistoceno e a antigüidade dos seres humanos. Lubbock então sustentava que assim como os elefantes modernos proporcionam informação sobre os extintos mamutes, as sociedades primitivas contemporâneas iluminam o comportamento dos seres humanos pré-históricos. Segue-se a isso uma série de apontamentos esquemáticos a respeito de sociedades tribais modernas: hotentotes, vedas, ilhéus andamaneses, aborígenes australianos, tasmanianos, fijianos, maoris, taitianos, tongas, esquimós, índios norte-americanos, índios paraguaios, patagônios e fueguinos. A ordenação dos capítulos é claramente geográfica, não-evolutiva, e não se faz aí qualquer tentativa de indicar quais grupos modernos oferecem evidências sobre estágios específicos de desenvolvimento pré-histórico. Entre os poucos paralelos específicos que ele sugeriu, consta a velha tese escandinava de que os instrumentos de pedra esquimós eram muito semelhantes aos do paleolítico superior europeu. Lubbock também traçou um paralelo entre os fueguinos e a gente anônima que erigiu os montículos de cozinha dinamarqueses, embora observasse que esta gente superava os fueguinos, pois fabricava cerâmica rudimentar.

Lubbock acreditava profundamente na evolução cultural unilinear. O paralelo por ele traçado entre as analogias paleontológicas e as que se fazem entre povos "primitivos" contemporâneos e povos pré-históricos, mais do que uma inovação metodológica parece constituir uma

tentativa de enfatizar a respeitabilidade científica das comparações culturais. No entanto, ele assinalou que não havia comprovação clara de que a humanidade inventara determinados tipos de instrumentos em uma seqüência específica, fosse ela qual fosse. Fatores ambientais produziram variações de "natureza" e também de "grau" entre grupos humanos. Nenhum desses seus argumentos que faziam restrições ao emprego do enfoque unilinear era novo.

A novidade era a insistência darwiniana em que, por obra da seleção natural, os grupos humanos se diferenciaram uns dos outros não apenas culturalmente, mas também no que toca às aptidões biológicas para fazer uso da cultura. Lubbock acreditava que os povos tecnologicamente menos avançados eram não apenas cultural mas também emocional e intelectualmente mais primitivos que os civilizados. Afirmava ainda que, em conseqüência de efeitos diferenciadores da seleção natural entre os europeus, os indivíduos inclinados ao crime e os membros das classes baixas eram biologicamente inferiores aos membros bem sucedidos das classes média e alta. Assim, uma única explicação dava conta da desigualdade social nas sociedades do Ocidente e da suposta superioridade das sociedades européias sobre os outros grupos humanos.

Como outros evolucionistas, Lubbock deblaterou fortemente contra a idéia de que a degeneração cultural teve um papel significativo na história humana. Ele pintou de modo consistente o degeneracionismo como uma doutrina antiquada e desacreditada. Contrapôs-se também aos seguidores românticos de Jean-Jacques Rousseau, empenhados em questionar a idéia de que o desenvolvimento da civilização levou a um aumento da felicidade humana. A fim de reforçar a perspectiva evolucionista, Lubbock desviou-se do seu roteiro inicial para descrever os povos primitivos como inevitavelmente reduzidos em número, infelizes e depravados. Descreveu os povos tribais contemporâneos como incapazes de controlar a natureza e com o intelecto similar ao de crianças. Alegou que suas línguas careciam de palavras abstratas e que eles eram incapazes de compreender conceitos abstratos. Disse-os

também escravos de suas paixões, incapazes de controlar a raiva ou de seguir qualquer plano de ação por mais do que um breve período. Sustentou que eles tinham mais deficiências morais do que geralmente se acreditava e deu-se ao trabalho de registrar como certos grupos, de modo regular, maltratavam crianças, assassinavam parentes idosos, comiam carne humana e praticavam sacrifícios humanos. A fim de demonstrar a carência de valores vitorianos, mesmo dos mais rudimentares, em tais grupos, enfatizou também sua sujeira. Argumentou que o desenvolvimento cultural resultou em aumento da população; deixados a si mesmos, os povos primitivos, por suposto, permaneciam estáticos, ou declinavam em número. O desenvolvimento cultural foi também responsável pela expansão da consciência humana, levando a uma prosperidade material crescente e ao progresso espiritual. Para Lubbock, a evolução cultural estava fadada a continuar indefinidamente em um futuro marcado por um aperfeiçoamento tecnológico e moral cada vez maior, e por crescente conforto e felicidade humanos. *Os tempos pré-históricos* terminam com uma entusiástica expressão deste credo evolucionista:

Ainda em nosso tempo, nos é lícito ter esperança de ver algum aperfeiçoamento; mas a mente não-egoísta encontrará maior gratificação na crença de que, independentemente do que nos for dado alcançar, nossos descendentes compreenderão muitas coisas que nos são ocultas, apreciarão melhor o belo mundo em que vivemos, evitarão muitos sofrimentos a que estamos sujeitos, desfrutarão muitas bênçãos de que ainda não somos dignos e escaparão de muitas das tentações que hoje deploramos, mas a que não podemos, de todo, resistir. (Lubbock, 1869: 591).

O crescimento da economia capitalista mundial, juntamente com a operação da seleção natural sobre os seres humanos, não havia dúvida de que conduzia ao paraíso terrestre. Ao oferecer comprovação de que esse progresso era a continuação do que vinha ocorrendo regularmente, e de modo cada vez mais rápido, ao longo da história humana, a arqueologia pré-histórica ganhou a confiança da classe média britânica

e fortaleceu-lhe o orgulho pelo papel de destaque que ela estava a desempenhar neste processo.

Porém, nem todos os grupos humanos podiam partilhar dessa felicidade. Os mais primitivos estavam fadados a desaparecer em consequência da expansão da civilização, pois educação alguma poderia compensar os milhares de anos em que a seleção natural falhara em adaptá-los biologicamente a um modo de vida mais complexo e ordenado. Sua substituição por povos mais evoluídos tampouco poderia ser seriamente lamentada, pois era o resultado do aperfeiçoamento geral da raça humana. Assim, aplicando princípios darwinistas, Lubbock chegou à mesma conclusão sobre as diferenças biológicas intransponíveis entre os europeus e os povos nativos de outras regiões a que historiadores e antropólogos norte-americanos tinham chegado no final do século XVIII e começo do século XIX. Suas idéias sobre os povos nativos justificavam a colonização britânica e a imposição a tais povos do controle político e econômico colonial, a pretexto de que assim se promovia o progresso geral da espécie humana. Lubbock também absolveu os colonizadores britânicos e norte-americanos de grande parcela da responsabilidade moral pelo rápido declínio dos povos nativos da América do Norte, da Austrália e do Pacífico. Esses povos estavam desaparecendo não por causa do que os colonizadores lhes faziam, mas por que, durante milhares de anos, a seleção natural não os tinha equipado para sobreviver à expansão da civilização. A imposição de papéis inferiores aos grupos nativos era tratada como consequência das limitadas capacidades naturais desses grupos, e não como decisão política. Quer tratando das classes trabalhadoras da Grã-Bretanha, quer dos povos nativos no exterior, o darwinismo social transferiu a desigualdade humana do domínio político para o natural, explicando-a como consequência de diferenças biológicas que só poderiam ser alteradas muito lentamente, se é que poderiam.

Essa concepção marcou um rompimento decisivo com os ideais da Ilustração. A burguesia da França do século XVIII, que aspirava à ascensão, tinha expressado sua esperança no futuro acreditando em um

progresso do qual todos os seres humanos poderiam participar. Por contraste, a classe média que dominou a Inglaterra em meados do século XIX estava cada vez mais preocupada em defender seus ganhos, e o fazia definindo limites naturais para aqueles que poderiam razoavelmente esperar compartilhá-los. A partir de 1860, o evolucionismo de Darwin desincumbiu-se dessa função de modo admirável. Através da versão de Lubbock da evolução cultural, a pré-história foi ligada à doutrina da preeminência européia.

Embora a síntese de Lubbock fosse claramente um produto da Inglaterra vitoriana, nada havia de estritamente chauvinista nela. Alegações de superioridade eram formuladas com base no contraste entre a civilização européia e os povos tecnologicamente menos desenvolvidos. Buscava-se, com essa argumentação, explicar o sistema mundial em expansão, que era dominado pela Europa ocidental. A hegemonia política e econômica da Inglaterra, comparada com a de qualquer outra nação, era tão grande que não carecia de defesa. Argumentando em termos de civilização européia, Lubbock dava como certa a liderança de seu próprio país. Por isso sua obra teve apelo muito além da Grã-Bretanha e influenciou a interpretação dos dados arqueológicos em muitas partes do mundo.

Arqueologia Colonial na América

Os escritos de Lubbock desempenharam um importante papel no reforço e na estruturação da arqueologia evolucionista norte-americana no final do século XIX, ainda que alguns eminentes arqueólogos norte-americanos não aceitassem de boa vontade a relevância do darwinismo para a compreensão dos assuntos humanos (Meltzer, 1983:13). Arqueólogos euro-americanos não tinham dificuldade em aplicar a perspectiva evolucionista a sua própria sociedade. Os conceitos de razão e progresso da Ilustração tinham desempenhado um papel importante na revolução americana, e a expansão econômica e territorial dos Estados Unidos ao longo do século XIX confirmava a crença de que o

progresso é inerente à condição humana. Em obras como *Ancient Society* [A sociedade antiga] (1877), de Lewis Morgan (1838-1908), e *The Origins of Invention* [As origens da invenção] (1895), de Otis Mason (1838-1908), os arqueólogos traçaram o desenvolvimento da cultura segundo uma perspectiva que colocava a sociedade euro-americana na vanguarda do progresso humano. Lubbock municiou os norte-americanos com uma explicação darwiniana para a inferioridade biológica por eles atribuída aos índios americanos desde o século XVIII. Muitos acharam sua explicação mais persuasiva que qualquer outra, sem dúvida por causa do grande prestígio que eminentes biólogos e o público em geral conferiam à obra de Darwin. O número cada vez menor de povos indígenas e sua pequena capacidade de resistir à expansão norte-americana também confirmavam a convicção, cada vez mais forte, de que os índios estavam fadados à extinção, coisa que estava de acordo com as idéias de Lubbock. Em consequência, muitos arqueólogos norte-americanos continuaram a enfatizar a natureza imutável do registro arqueológico e fizeram ardorosas tentativas de atribuir as mudanças a outros processos, que não modificações ocorridas no seio das culturas nativas.

A arqueologia do México, da América Central e do Peru contestava essa idéia. Alguns autores, inclusive aqueles que identificavam os povos nativos do México como os construtores de montículos, consideravam-nos racialmente superiores aos índios dos Estados Unidos. A descoberta de J. L. Stephen de ruínas de cidades maias no México e na América Central foi recebida como uma prova de que o Novo Mundo tinha desenvolvido suas próprias civilizações, e assim acolhida por estudiosos norte-americanos ansiosos por refutar as teses de que o clima da América do Norte conduzia à degeneração da vida animal e humana, teses essas propostas por naturalistas e historiadores europeus do século XVIII, como George Louis Leclerc, conde de Buífon, Guillaume-Thomas Raynal e William Robertson (Haven, 1956: 94). O célebre *History of the Conquest of México* [História da conquista do México] (1843), de William H. Prescott, e seu livro posterior *History of the*

conquest of Peru [História da conquista do Peru] (1847) retratava os astecas e os incas como povos civilizados, embora sustentasse que, em consequência de suas superstições e de sua agressividade, os astecas destruíram as realizações de seus predecessores mais civilizados. O etnólogo Albert Gallatin (1761-1849) defendeu a noção de evolução cultural da Ilustração e opôs-se fortemente ao poligenismo, mas em 1848 seus argumentos pareciam fora de moda e inconvincentes (Bieder, 1975). Ainda assim, E. G. Squier continuou a defender tanto o evolucionismo unilinear como a unidade psíquica (Bieder, 1986: 104-45). Finalmente, em 1862, Daniel Wilson, que então ensinava no University College, em Toronto, publicou a primeira edição de *Pre-historic Man: Researches into the Origin of Civilization in the Old and in the New World* [O homem pré-histórico: pesquisas sobre a origem da civilização no Velho e no Novo Mundo]. Este livro vinha a ser uma notável síntese de tudo quanto se conhecia sobre antropologia do Novo Mundo. Wilson, como um representante da Ilustração de Edimburgo, continuou, como Gallatin, a resistir às interpretações racistas do comportamento humano. Uma parte significativa do livro se ocupa do impacto que os colonizadores europeus e os escravos africanos estavam exercendo sobre os povos nativos do hemisfério ocidental e os efeitos que o novo ambiente estava tendo sobre eles. Na seção que trata da pré-história, Wilson, embora aceitando o mito dos construtores de montículos, traçou uma seqüência evolutiva que, independentemente de influências externas, tinha produzido no México e no Peru civilizações comparáveis às do antigo Egito e da Mesopotâmia.

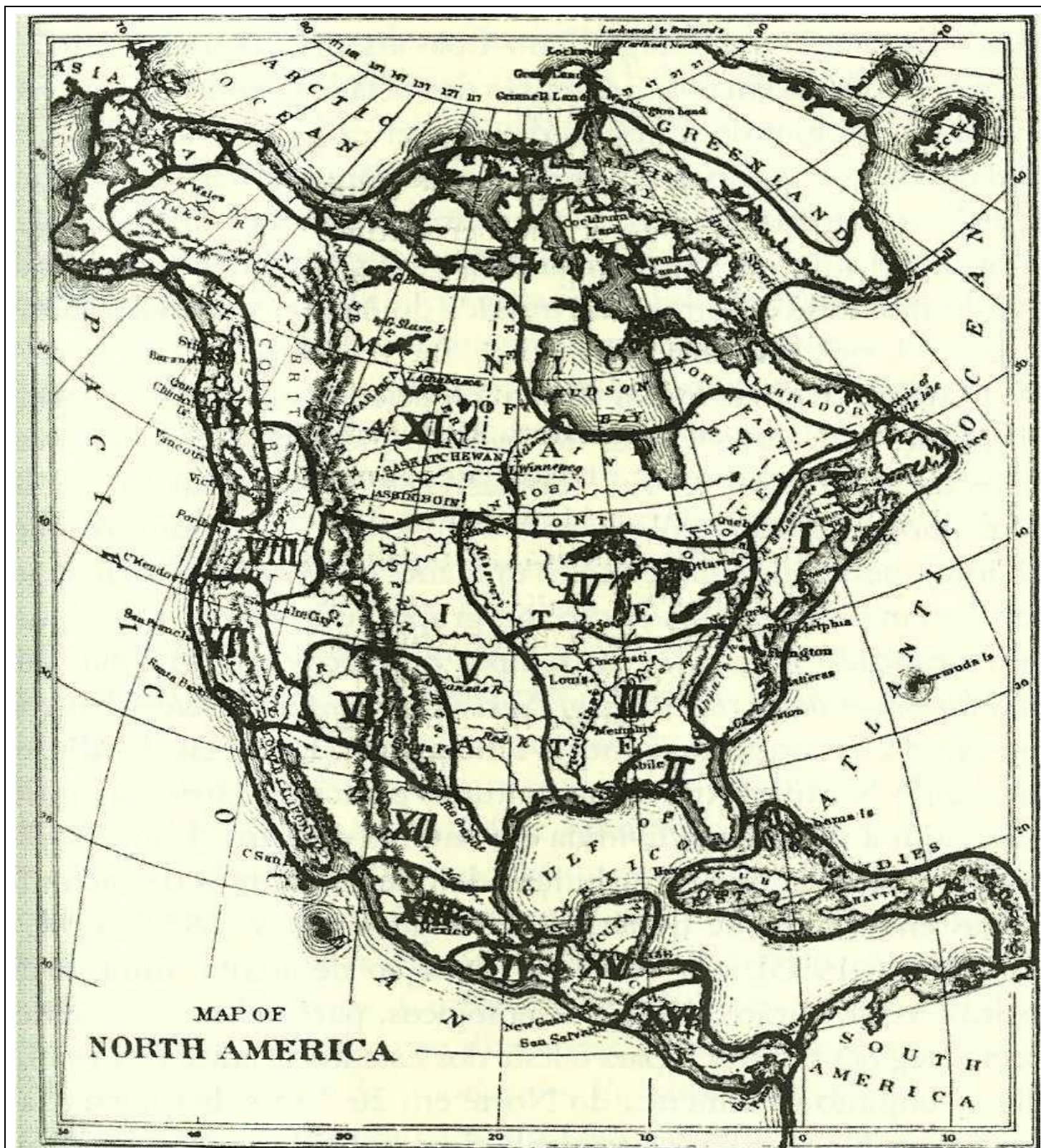
Essas idéias encontraram grande oposição. A guerra entre os Estados Unidos e o México, que terminou em 1848, desencadeou uma avalanche de sentimentos antimexicanos nos Estados Unidos. Era consenso que os mexicanos eram inferiores aos euroamericanos porque os colonizadores espanhóis se miscigenaram com a população nativa (Horsman, 1975). O etnólogo Henry Lewis Morgan, ignorando obstinadamente a evidência arqueológica, sustentou que os espanhóis do século XVI tinham exagerado a sofisticação dos astecas e incas a fim

de glorificar sua própria façanha de conquistá-los. Sustentou que os modos de vida tradicionais desses povos diferiam pouco dos iroqueses do estado de Nova York e afirmou que nenhum grupo nativo do Novo Mundo jamais evoluíra além do nível de uma sociedade tribal (Morgan, 1876). Ele não excluiu completamente a possibilidade de que os nativos americanos tivessem logrado alcançar por si mesmos modos de vida mais complexos, mas acreditava que qualquer progresso cultural dependia de um crescimento do tamanho do cérebro, que só podia ocorrer muito lentamente (Bieder, 1986: 194-246). Por longo tempo, muitos norte-americanos sustentaram essa posição, que pouca coisa admirável encontravam nos povos nativos dos Estados Unidos. Na década de 1860, tinha grande apoio a idéia de que as culturas nativas não só da América do Norte como de todo o Novo Mundo eram intrinsecamente primitivas e não tinham evoluído ao longo dos tempos pré-históricos.

Sugeriu-se que a falta de interesse pela cronologia na arqueologia norte-americana, antes do século XX, era decorrência de um suposto fracasso de todo os grupos nativos em progredir além dos limites da Idade da pedra, da escassez de sítios estratificados e da falta de familiaridade com técnicas apropriadas para deduzir cronologia na ausência de mudanças tecnológicas de maior porte (Willey & Sabloff, 1980: 80-1). Mas esses fatores não explicam o que aconteceu. A baixa frequência de sítios pós-paleolíticos estratificados no norte e no oeste da Europa, no século XIX, não inibiu a construção de cronologias detalhadas nessas regiões, principalmente com o emprego dos princípios de seriação de Thomsen (Childe, 1932: 207). Além do mais, todos os métodos cronológicos empregados na Europa eram conhecidos na América do Norte e tinham sido aplicados com êxito por arqueólogos em situações em que eles buscavam emular a pesquisa européia. Depois de 1860, foram feitos estudos de seriação e análises estratigráficas em concheiros e, com base nas evidências de mudanças de estilos ou de padrões adaptativos na cerâmica, foram construídas cronologias culturais locais. Observações semelhantes foram feitas por Jeffrey Wyman (1875), S. T. Walker

(1883) e Clarence B. Moore (1892) no sudeste dos Estados Unidos, por William Dali (1877), no Alasca, e pelo arqueólogo alemão visitante Max Uhle (1907), na Califórnia. Métodos estratigráficos também foram empregados no estudo de montículos por Squier e Davis, na década de 1840, e por Cyrus Thomas, na década de 1880, assim como por W. H. Holmes e E. W. Putnam em sua pesquisa "paleolítica", na década de 1880 (Meltzer, 1983: 39). A evidência de mudança cultural que esses arqueólogos expuseram foi rejeitada ou descartada como de pouca importância pela maioria dos arqueólogos contemporâneos - às vezes, até pelos que empregavam os mesmos métodos (Thomas, 1898: 29-34). Ao discutir a evidência apresentada por Uhle da "gradual elaboração e refinamento de processos técnicos" no concheiro de Emeryville, na Califórnia, A. L. Kroeber (1909:16) afirmou que as culturas nativas encontradas na região em tempos históricos eram tão primitivas que não poderiam ter acontecido mudanças culturais significativas no passado. É também significativo que nem todos os estudos de concheiros mostrassem desenvolvimento cumulativo nesse período. A pesquisa mais lúcida e produtiva, fosse qual fosse a região onde se efetuava, não era necessariamente a mais recente (Trigger, 1986a).

Com base na convicção de que a mudança tinha sido mínima nos tempos pré-históricos, o estudo sistemático da variação cultural no registro arqueológico orientava-se principalmente para a definição de padrões geográficos, antes que cronológicos. Nisso dava-se um paralelo com a tendência dos etnólogos americanos, no fim do século XIX, para organizar o estudo de similaridades e diferenças culturais em termos de áreas culturais. Em 1887, o etnólogo Franz Boas argumentara que o material etnológico recolhido em toda a extensão dos Estados Unidos, que se estava acumulando nos grandes museus, deveria ser exibido de acordo com as áreas geográficas e as tribos, e não de acordo com hipotéticas seqüências evolutivas ou categorias tipológicas aplicáveis a todo o continente.



19. "Áreas Culturais" da América do Norte definidas com base em critérios arqueológicos de Holmes (*American Anthropologist*, 1914).

Otis Mason publicou, em 1896, seu primeiro trabalho com tratamento etnográfico detalhado das áreas culturais da América do Norte; sua abordagem foi seguida por Clark Wissler (1914).

Os arqueólogos desde muito tinham consciência da variação geográfica na distribuição de certas classes de dados arqueológicos, como diferentes tipos de montículos. Cyrus Thomas (1825-1910), um entomólogo que trabalhou como arqueólogo para o Bureau of American Ethnology, subdividiu esses montículos em oito unidades geográficas que ele sugeriu representarem mais de uma nação, ou grupo de tribos, de que algumas tinham alcançado sobreviver em tempos históricos (1894). Mais tarde, em seu *Introduction to the Study of North American Archeology* [Introdução ao estudo da arqueologia norte-americana] (1898) ele dividiu toda a América do Norte em três zonas culturais principais: ártica, atlântica e pacífica, com a última subdividida em muitos distritos. J. D. McGuire (1842-1916) examinou a distribuição de diferentes tipos de cachimbos indígenas em termos de quinze divisões geográficas (1899), e W. H. Holmes (1846-1933), que recebera educação de artista, usou análises estilísticas, assim como critérios tecnológicos, para definir uma série de diferentes regiões cerâmicas para o leste dos Estados Unidos. Em 1914, ele dividiu o conjunto da América do Norte em 26 "áreas de caracterização cultural" com base em dados arqueológicos, valendo-se de procedimentos semelhantes aos seguidos pelos etnólogos. Em toda essa obra, pouco esforço se fez para atribuir significado cronológico relativo às diferentes unidades, ou identificar mudanças cronológicas em seu interior. Evidências de mudança no registro arqueológico eram interpretadas como resultado do deslocamento de povos e não como alterações no seio de culturas particulares. Por exemplo, a mudança do que hoje se chamaria *cultura arcaica das florestas para cultura intermediária das florestas*, no norte do estado de Nova York, foi atribuída ao deslocamento de uma população inuit, forçado por falantes de algonquino que, por seu turno, teriam sido pressionados a deslocar-se rumo ao norte do vale do Mississipi por povos falantes de língua iroquesa, mas portadores de um outro padrão cultural característico. Este padrão envolvia uma economia baseada em lavouras de subsistência e cerâmica incisa, e acreditava-se ter maior semelhança

com os modos de vida encontrados no sudeste dos Estados Unidos do que com as culturas anteriores encontráveis em seu habitat histórico (Beauchamp, 1900; Parker, 1916, 1920). O etnólogo R. B. Dixon (1913) interpretou a complexidade do registro arqueológico, que a esta altura já era evidente na faixa leste da América do Norte, como um "palimpsesto" resultante de variações populacionais em tempos pré-históricos. Essas variações eram pensadas como movimentos, em grande medida aleatórios, característicos da vida aborígene em um continente vasto e escassamente povoado.

Era também consenso que, onde não houvessem ocorrido mudanças consideráveis na população, os dados etnográficos concernentes a tribos que tinham vivido numa dada região em tempos históricos podiam ser usados, com relativa certeza de continuidade, para explicar os dados arqueológicos pré-históricos. Cyrus Thomas (1898:23) sustentou que, uma vez estabelecidos na América, os povos nativos tendiam a permanecer no mesmo lugar; portanto, o registro arqueológico teria sido produzido, na sua maior parte, pelo mesmo povo que vivia em determinada região em tempos históricos. Ele sugeriu que sempre cabia pressupor tal estabilidade, a menos que houvesse clara evidência do contrário. Arqueólogos como Frank Cushing (1857-1900) e John W. Fewkes (1850-1930), em seus estudos sobre os índios pueblo do sudoeste dos Estados Unidos, preocuparam-se muito em determinar, por meio de cuidadosos paralelos etnográficos, qual a função de diferentes artefatos pré-históricos, e como teriam sido feitos (Cushing, 1886; Fewkes, 1896). Geralmente se pressupunha que não havia diferenças significativas entre a vida dos pueblo pré-históricos e dos modernos. Portanto, os esforços no sentido de conhecer o passado punham em contacto arqueólogos e etnólogos e, freqüentemente, os aproximavam dos povos nativos. Estudos desse tipo constituem exemplos precoces de um enfoque histórico direto na interpretação de dados arqueológicos. Edgar Lee Hewett (1865-1946) foi o único que manifestou reservas significativas quanto à relevância desse método. Para os antropólogos do Departamento de Etnologia (renomeado

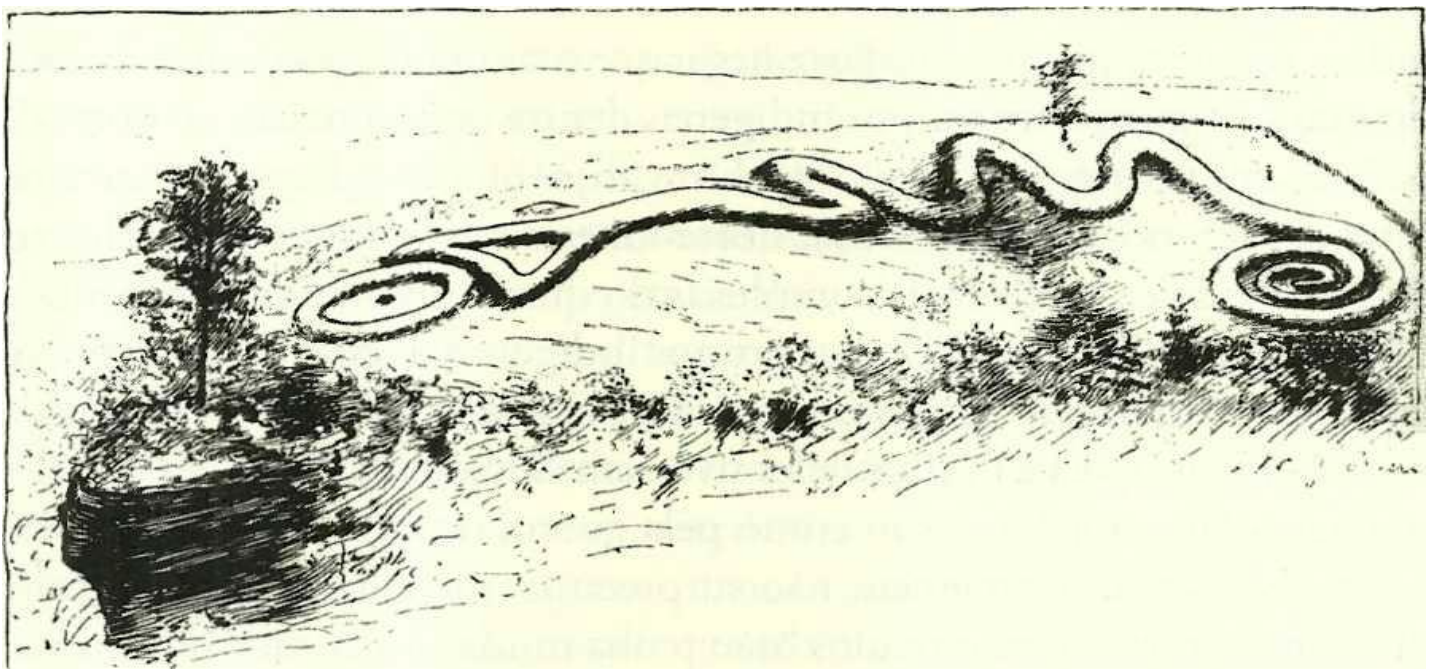
Departamento de Etnologia Americana, em 1894) essa visão "aplainada" da história nativa reunia o estudo da etnologia e o da arqueologia pré-histórica como ramos intimamente ligados à antropologia. Fundado como um braço da Smithsonian Institution em 1879, o departamento cresceu sob a liderança de seu diretor, John Wesley Powell (1834-1902), tornando-se a vanguarda de toda a pesquisa antropológica na América do Norte. Embora originalmente destinado a estudar problemas etnográficos e lingüísticos, a fim de viabilizar uma administração mais eficiente dos assuntos indígenas, o departamento também implantou "as fundações empíricas da arqueologia nos Estados Unidos ... em uma ampla escala geográfica" (Hallowell, 1960-84). Embora o passado "plano" fosse defendido como um meio auto-evidente de compreender os dados arqueológicos, isso dependia do pressuposto de que os tempos pré-históricos não foram qualitativamente distintos do presente etnográfico. Samuel Haven (1864-37) observara que "os utensílios feitos de lascas de sílex da Idade da Pedra se encontram na superfície do solo... Os povos que os fizeram e usaram não desapareceram inteiramente". Contudo, esta recusa em aceitar a mudança cultural subordinava a pesquisa arqueológica à etnológica tanto quanto o evolucionismo unilinear dos arqueólogos europeus, sugerindo que nada se poderia descobrir por via de dados arqueológicos que não se pudesse verificar mais facilmente por meio da pesquisa etnográfica. Embora unificasse a antropologia, a visão "plana" também reforçava estereótipos negativos dos nativos. Como observou Meltzer (1983-40), esse modo de ver era "a consequência previsível da atitude do governo para com a pesquisa arqueológica, fundada em um estereótipo depreciativo subliminar do nativo americano."

A fim de dar cumprimento a seu programa, os antropólogos do Departamento de Etnologia Americana eliminavam os aspectos da pré-história que não podiam ser estudados por meio de uma abordagem histórica direta (Meltzer, 1983). A primeira dessas anomalias foi "a raça perdida dos construtores de montículos". Por causa do grande interesse público, o congresso dos Estados Unidos insistiu em que o

departamento gastasse 5.000 dólares por ano em estudos de montículos. Em 1882, Powell escolheu Cyrus Thomas para conduzir essa pesquisa. Thomas deu início a um extenso programa de vistoria e escavação que o levou a concluir que muitos montículos tinham sido edificadas depois dos primeiros contatos com os europeus, todos construídos por ancestrais dos americanos nativos contemporâneos (Thomas, 1894). Ele também procurou demonstrar que as culturas dos índios que erigiram os montículos não eram, de modo algum, superiores às dos índios que tinham vivido no leste dos Estados Unidos nos séculos XVII e XVIII. Essa refutação do mito dos construtores de montículos envolveu não apenas a rejeição completa de teses exageradas que haviam sido propostas a seu respeito (a exemplo da tese de que eles seriam capazes de produzir ferro) como também a desvalorização de muitas realizações genuínas de vários grupos que tinham erigido tais montículos. Tudo indica que naquele tempo os arqueólogos tinham ou de creditar aos construtores de montículos uma cultura avançada, e negar que eles eram índios, ou aceitá-los como índios e negar que sua cultura fosse mais avançada do que a de quaisquer grupos indígenas dentre os que viviam ao norte do México em tempos históricos. Nenhum arqueólogo se dispunha a aceitar que, em tempos pré-históricos, norte-americanos nativos poderiam ter desenvolvido culturas mais complexas do que as observadas em período histórico, embora a maioria dos grupos indígenas tivesse, então, a população severamente reduzida por causa de surtos epidêmicos de doenças de origem europeia e muitos deles tivessem sido dizimados e desalojados por agressão europeia, assim como pela guerra travada para ocupar suas terras. Nessas circunstâncias, não surpreende que a demolição do mito dos construtores de montículos "não tenha mudado a atitude dominante contrária aos índios americanos" (Willey & Sabloff 1980: 42).

Os arqueólogos do Departamento de Etnologia Americana também adotaram uma atitude cética no tocante a alegações de que existiria na América do Norte evidência de uma antigüidade humana capaz de rivalizar com os assentamentos paleolíticos da Europa. A mais

significativa dessas afirmações baseava-se nas escavações que o médico Charles C. Abott (1843-1919) empreendera em depósitos de cascalho na fazenda herdada de seus antepassados nas cercanias de Trenton, Nova Jersey. Em 1877, ele estava convencido de que nenhum desses achados fora produto dos ancestrais recém-chegados dos nativos americanos, mas sim de grupos que habitaram a região durante o período glacial, os quais, provavelmente, não eram aparentados aos índios americanos. Mais tarde, ele sugeriu que essa raça mais antiga poderia ter sido a dos antepassados dos Inuit (Abott, 1881). Durante algum tempo, sua pesquisa desfrutou de um apoio limitado e do patrocínio de Frederic W. Putnam (1839-1915), ictiólogo de formação, e, desde 1874, curador do Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology [Museu Peabody de Arqueologia e Etnologia Americana] da Universidade de Harvard. Enquanto isso, cientistas de outras partes dos Estados Unidos começaram a encontrar instrumentos "paleolíticos" similares, por vezes em contextos geológicos que sugeriam grande antigüidade. Holmes e Thomas chefiam o ataque a essas teses. Argumentaram que os assim chamados instrumentos paleolíticos eram resíduos de pedreiras que assinalavam os estágios primitivos da manufatura de implementos feitos por índios americanos. Lançaram-se dúvidas, também, sobre os contextos em que esses achados eram feitos. Mais tarde, Ales Hrdlička (1869- 1943), um antropólogo tcheco que fora trazido para o United States National Museum [Museu Nacional dos Estados Unidos] em 1903, estudou todo o material ósseo humano que confirmava a hipótese do "homem dos primórdios" e demonstrou que não havia clara evidência de que qualquer daquelas peças fosse anterior ao período pós-glacial. Embora esses ataques levassem os arqueólogos e geólogos a abandonar a idéia de uma era paleolítica, em sentido restrito, na América do Norte, eles não excluía a possibilidade de que, por muitos milhares de anos, seres humanos tivessem vivido no Novo Mundo.



20. Desenho da Colina da Grande Serpente, de Ohio, extraído de um artigo de divulgação de autoria de Putnan (Century Illustrated Magazine, 1890).

Mostraram, porém, a necessidade de comprovação mais rigorosa. Está claro que, neste caso, cientistas contratados pelo governo federal estavam usando seu poder e prestígio não apenas para assentar a arqueologia em uma "verdadeira base científica", mas também para promover uma visão do passado acorde com suas próprias idéias a respeito de como a arqueologia e a etnologia se articulavam enquanto ramos da antropologia (Meltzer, 1983).

Os arqueólogos estavam prontos a reconhecer que um conjunto limitado de inovações ocorrera em tempos pré-históricos. Warren K. Moorehead (1866-1939) acreditava, inclusive, que algum progresso seria possível, visto que "o cérebro indígena é melhor que o cérebro australiano ou africano" (1910, I:331). Havia, porém, uma tendência a interpretar, onde não houvesse provas em contrário, artefatos de alta qualidade (cachimbos de pedra com efígies talhadas ou instrumentos, quer de metal quer de pedra, ornados com decoração elaborada) como reflexo de influências européias, transmitidas através do modelo dos instrumentos de ferro, ou de inspiração artística. Estava implícito nessas interpretações que as culturas nativas tinham sido mais simples em

épocas pré-históricas do que poderiam sugerir os vestígios arqueológicos do passado, vistos em conjunto.

O período entre 1860 e 1910 testemunhou a profissionalização crescente da arqueologia nos Estados Unidos. Nas cidades mais importantes, os arqueólogos tinham empregos de período integral nos grandes museus, e mais tarde foram criadas nas universidades cadeiras desta disciplina, começando com a nomeação de Putnam para o cargo de professor de arqueologia e etnologia americana em Harvard, em 1887. O primeiro título de doutor em arqueologia nos Estados Unidos foi concedido em Harvard, em 1894 (Hinsley, 1985:72). Os euroamericanos exprimiam a convicção de sua própria superioridade étnica depositando coleções de arqueologia e etnologia nativa em museus de história natural — em vez de colocá-las junto às antigüidades européias e do Oriente Próximo, nos museus de Belas Artes - e ensinando pré-história nos departamentos de antropologia, em vez de fazê-lo nos departamentos de história. Apesar dos protestos de antropólogos como John W. Powell e Lewis H. Morgan de que não se deveria perder as "humildes antigüidades indígenas", era geralmente mais difícil conseguir o apoio de ricos patrocinadores para a pesquisa da pré-história indígena norte-americana do que para coletar antigüidades clássicas na Europa, coisa que se alegava "elevar nossos padrões de civilização e cultura" (Hinsley, 1985: 55). Apesar desses problemas, muitas informações novas foram coligidas, novos padrões de pesquisa foram estabelecidos e os primeiros passos foram dados no sentido de preservar grandes monumentos pré-históricos como a Colina da Grande Serpente, em Ohio, e Casa Grande, no Arizona. A Smithsonian Institution e o Bureau of American Ethnology desempenharam um papel de destaque na valorização da arqueologia. Por vezes, isso implicava em direcionar o prestígio e os recursos da instituição contra os arqueólogos amadores, que se ressentiam amargamente das interferências, em seu trabalho, de cientistas profissionais empregados pelo governo federal (McKusick, 1970). Apesar dos avanços, não houve, porém, mudança na forma de ver o índio que predominava, desde o

final do século XVII, tanto na arqueologia como na sociedade americana em geral. Em vez disso, a crença de que as sociedades indígenas estavam fossilizadas - ou seja, elas eram incapazes de progredir e, portanto, achavam-se fadadas à extinção - foi reforçada por obra de uma racionalização lavrada em termos do evolucionismo darwiniano popularizado por John Lubbock. A representação dos nativos americanos como naturalmente primitivos e estáticos era matéria de consenso, então, não apenas para um vasto número de americanos brancos, de todas as classes sociais, como também para a comunidade científica internacional, cada dia mais receptiva a explicações racistas do comportamento humano. Sem grandes diferenças, a visão tradicional da pré-história americana produzida pelos arqueólogos norte-americanos se ajustava à parte da arqueologia imperialista de Lubbock que correspondia a situações coloniais.

Arqueologia Racista na África

Esses desenvolvimentos da arqueologia americana obscureceram outros que ocorreriam mais tarde em outras colônias. Na África subsaariana, a pesquisa arqueológica era feita por visitantes europeus desde o início do século XVIII. De acordo com Brian Fagan, a mais antiga escavação africana documentada foi feita pelo naturalista sueco Andrew Sparrman, em 1776. Ele fez escavações em um dos numerosos montes de pedra nas proximidades do rio do Grande Peixe, na África meridional. Embora nada tenha descoberto, ele concluiu que aqueles amontoados eram prova irrefutável de que um povo mais numeroso e poderoso vivera na região antes de ser esta "degradada pela presente raça de cafres, hotentotes, bosquímanos e selvagens" (Fagan, 1981:42). A pesquisa arqueológica sistemática só começou na África depois da década de 1890, quando o continente já havia sido dividido entre as várias potências coloniais européias. Tanto os arqueólogos como os colonizadores consideravam as culturas indígenas da África subsaariana como um museu vivo do passado humano. Havia muito mais

diversidade entre essas culturas que entre as norte-americanas, que podiam ser todas formalmente consignadas à Idade da Pedra. Na África, as tecnologias eram baseadas tanto no ferro quanto na pedra, e as sociedades se distribuía, quanto à complexidade, em uma faixa que ia desde tênues bandos de caçadores a grandes reinos. No entanto, era consenso entre a maioria dos europeus que as realizações tecnológicas, culturais e políticas do povo africano eram menos significativas do que pareciam. Defendia-se essa tese atribuindo tais realizações, quando elas eram reconhecidas, a uma difusão cultural a partir do norte. Os exploradores e missionários que primeiro se defrontaram com as numerosas e complexas sociedades da África negra concluíram que a agricultura, a metalurgia e a vida urbana, assim como várias formas de arte, haviam sido introduzidas pelos antigos egípcios, ou por outras civilizações do Mediterrâneo ou do Oriente Próximo (Fagan, 1981: 43; Schrire *et al.*, 1986). Em seu estudo da arqueologia da África meridional, Miles Burkitt (1890-1971), professor de pré-história na Universidade de Cambridge, enxergou influências setentrionais e, por vezes, oriundas especificamente do paleolítico inferior, do musteriense e do paleolítico superior europeu, em conjuntos de instrumentos líticos e na pintura rupestre (1928). Sua visão da região como um *cul-de-sac* era compartilhada, de uma forma menos extremada, por seu discípulo A. J. H. Goodwin (Goodwin & Van Riet Lowe, 1929).

Em 1880, o egiptólogo alemão Karl Lepsius sugeriu que os povos indígenas da África se compunham de duas cepas principais: uma população hamítica, de pele mais clara, ao norte, e uma população negra, ao sul. Um grande número de etnólogos, entre eles Charles Seligman (1930), identificou os hamitas como "a grande força civilizadora" da África negra. Os pesquisadores procuraram dar conta dos aspectos mais avançados da cultura sub-saariana alegando que os pastores hamíticos, mais criativos culturalmente, haviam dominado as populações negras culturalmente inertes da África, impondo-lhes os rudimentos de uma cultura e de uma tecnologia mais avançadas (originárias, em última instância, do Oriente Próximo), até que a

criatividade dos próprios hamitas foi corroída pela "miscigenação". A dicotomia entre "negróides" e "caucasóides" e o correlato descrédito da criatividade africana remanesceram nos estudos pré-históricos e etnológicos até a década de 1960. O papel atribuído aos conquistadores hamíticos pré-históricos tinha uma impressionante semelhança com as missões civilizadoras que os colonizadores europeus vinham atribuindo a si mesmos desde o final do século XIX (MacGaffey 1966).

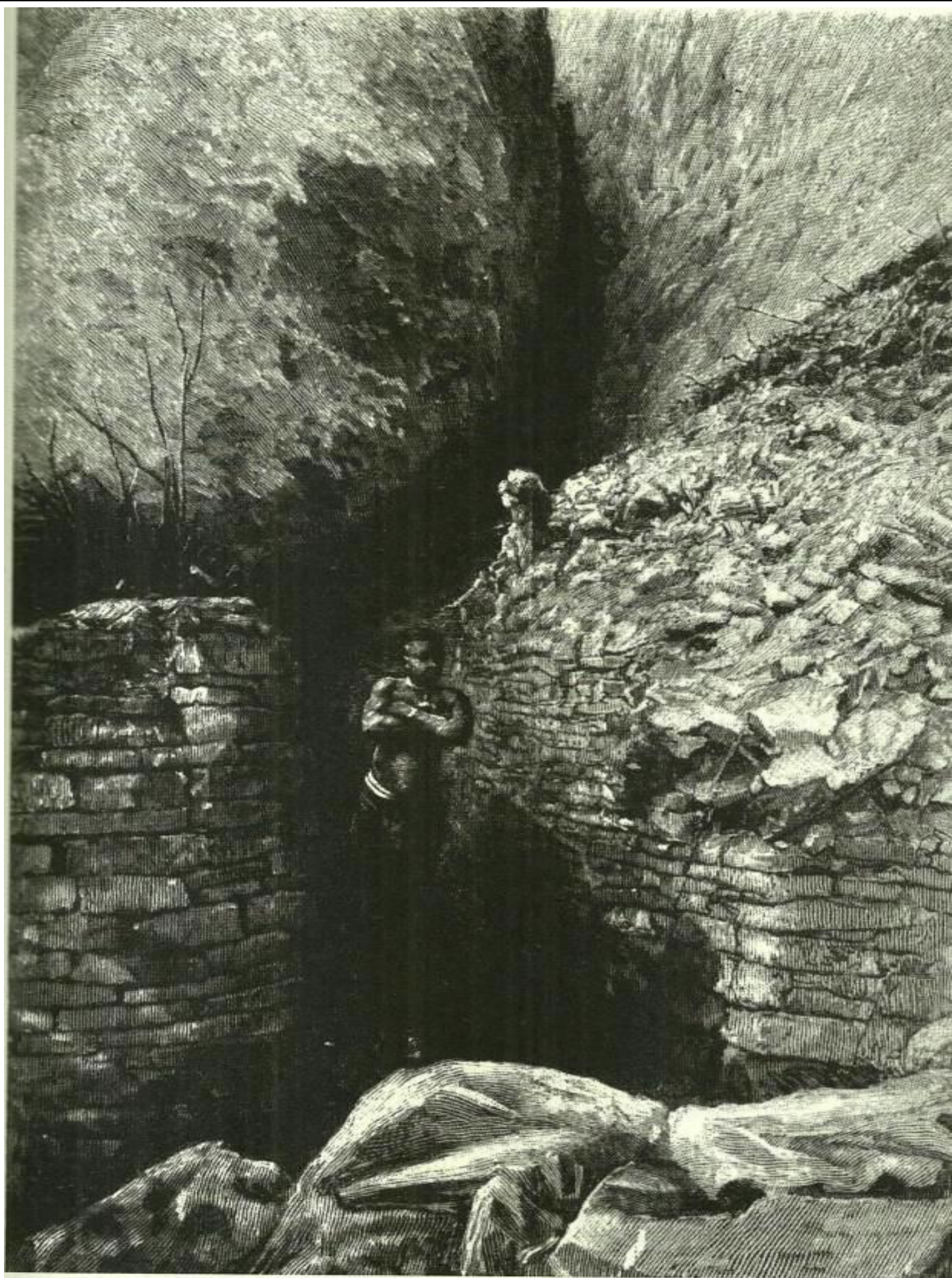
Logo foram feitas descobertas arqueológicas que pareciam demasiado extensas ou sofisticadas para ser obra de povos tão primitivos ou indolentes como se imaginava que fossem os africanos. O exemplo mais espetacular da mentalidade colonialista atuante na arqueologia da África é dado pelas polêmicas em torno de ruínas de pedra encontradas onde hoje é o Zimbábue. Fagan (1981:43-4) observou que essas controvérsias constituem o correspondente africano dos debates sobre os construtores de montículos na América do Norte. Os primeiros pesquisadores europeus desses monumentos os viam como prova de uma colonização branca pré-histórica na África meridional.

No século XVI, colonizadores portugueses de Moçambique documentaram relatos feitos pelos suaíli acerca de cidades de pedra no interior. Esses relatos suscitaram, na Europa, especulações de que essas cidades teriam sido construídas pelo rei Salomão e pela rainha de Sabá, durante suas atividades mineradoras. A identificação dessas construções de pedra do Zimbábue como sendo as terras de Ofir da Bíblia, continuaram a estimular a imaginação dos pesquisadores da geografia africana por várias gerações. No século XIX, elas tinham particular apelo para os africânderes, recentemente estabelecidos no Transvaal, pois sua fé calvinista os induzia a esperar que sua nova pátria tangenciasse os limites de uma região marcada por associações bíblicas. Informações coletadas em Transvaal acerca das ruínas do norte inspiraram a obra de H. M. Walmsley intitulada *The Ruined Cities of Zululand* [As ruínas das cidades de Zululândia], uma novela publicada em 1869. Em 1868, o missionário alemão A. Merensky persuadiu o jovem geólogo alemão Carl Mauch a procurar essas ruínas. Em 1871,

Mauch tornou-se o primeiro europeu conhecido a visitar as ruínas da Grande Zimbábue, que ele concluiu - com base no que lhe dissera Merensky - ser o palácio perdido da rainha de Sabá.

Especulações desse gênero foram ativamente fomentadas por Cecil Rhodes depois que a British South África Company [Companhia Britânica da África meridional] ocupou, em 1890, Mashonaland — e, três anos depois, a vizinha Matabeleland - com o objetivo de explorar as grandes reservas de ouro da região. A Grande Zimbábue tornou-se logo o símbolo da justiça da colonização europeia, pintada como o retorno da raça branca a uma terra que já governara anteriormente. O primeiro estudo sério da Grande Zimbábue foi patrocinado pela Geographical Society [Sociedade Geográfica] e pela Associação Britânica para o Progresso da Ciência. O homem escolhido para essa tarefa foi J. Theodore Bent (1852-97), um explorador do Oriente Próximo com interesses de antiquário. Embora suas escavações revelassem evidências de ocupação bantu de pouco mais que alguns séculos, contendo bens de comércio estrangeiro, ele concluiu, com base em uma seleção de características arquitetônicas e estilísticas feita sem critérios científicos, que as ruínas tinham sido erigidas por uma "raça setentrional" que rumara para o sul da África em tempos bíblicos. Com base em supostas orientações astronômicas, as ruínas de pedra foram datadas de algo entre 1000 e 2000 a.C. (Bent, 1892).

Em 1895, uma companhia chamada Rhodesia Ancient Ruins Limited [Ruínas Antigas da Rodésia Limitada] obteve licença para procurar ouro em todos os sítios arquitetônicos de Matabeleland, com exceção da Grande Zimbábue. Essa operação, que envolvia principalmente a pilhagem de túmulos, foi suspensa em 1901; depois disso, numa tentativa de conferir alguma respeitabilidade ao saque, um dos responsáveis pela prospecção, W. G. Neil, em colaboração com um jornalista local, Richard Hall (1853-1914) escreveu *The Ancient Ruins of Rhodesia* [As ruínas antigas da Rodésia] (Hall & Neal, 1902).



21. "Caminho da Acrópole", extraído de J. T. Bent: *The Ruined Cities of Mashonaland*, 1892

Esse livro apresentou a primeira abordagem panorâmica das ruínas da região, com base na qual a Companhia Britânica da África meridional designou Hall curador da Grande Zimbábue, onde ele tratou de remover depósitos geológicos estratificados com o pretexto de limpar o sítio "da sujeira e decadência da ocupação Kaffir". No segundo livro, ele definiu três estilos arquitetônicos que alegou demonstrarem a progressiva degeneração das bem erigidas muradas do recinto elíptico, e interpretou a Grande Zimbábue como a metrópole perdida de uma colônia fenícia. Nos últimos anos, estudos arquitetônicos cuidadosos revelaram que os muros alinhados e eretos em Zimbábue são mais recentes que os pequenos e ondulados, mas foram seguidos por muros feitos com pedras não alinhadas (Garlake, 1973: 21-3).

A crítica arqueológica da obra de Hall provocou sua demissão em 1904, depois do que a British Association for the Advancement of Science [Associação Britânica para o Progresso da Ciência], com financiamento da Rhodes Trustees, convidou David Randall-MacIver (1873-1945), um arqueólogo profissional que trabalhara com o egiptólogo Petrie, para estudar a Grande Zimbábue e outras ruínas na Rodésia (1906). Um trabalho mais extenso e estratigraficamente sofisticado foi empreendido, com os mesmos patrocínios, pela célebre arqueóloga britânica Gertrude Caton Thompson (1893-1985), em 1929 (Caton Thompson 1931). Os dois arqueólogos demonstraram conclusivamente que essas ruínas eram inteiramente de origem bantu e datavam da era cristã. Embora suas conclusões fossem aceitas pela comunidade arqueológica mundial, não foram bem recebidas pelos colonizadores brancos da Rodésia e da África do Sul, onde arqueólogos amadores mantinham viva a idéia de que as ruínas de Zimbábue eram obra de invasores, mercadores ou artífices de metalurgia vindos de vários lugares, como o Oriente Próximo, a Índia e a Indonésia (Posnansky, 1982:347). Em 1909, Hall, com o apoio de um grupo de prestigiosos e representativos brancos sul-africanos, publicou *Prehistoric Rhodesia* [Rodésia pré-histórica], uma obra volumosa e apaixonada em que tentava refutar os achados de Randall Mac-Iver. Hall afirmava que a

"decadência" dos bantus é "um processo que vem acontecendo há muitos e muitos séculos, e isso é matéria de consenso entre as autoridades no assunto"; atribuiu tal processo a "uma súbita paralisação da inteligência" que "se dá em todos os bantus na puberdade" (p. 13). Assim, como notou Peter Garlake (1973:79), Hall, pela primeira vez, explicitou as teorias racistas implícitas em sua exclusão dos africanos na consideração do passado de Zimbábue. Teses a respeito da origem exótica desses monumentos foram revividas, desde então, por A. J. Bruwer (1965), R. Gayre (1972), Wilfrid Malloys (1985) e Thomas Huffman, em um roteiro oficial da Grande Zimbábue escrito sob o regime de Ian Smith. Aos colonos brancos, que eram menos de dez por cento da população da Rodésia do Sul, essas alegações serviam para depreciar o talento e as realizações passadas dos africanos e justificar a dominação dos europeus no país. Elas tornaram-se sobretudo insistentes depois que os brancos, de modo ilegal, proclamaram a independência da colônia, em 1965. Em 1971, Peter Garlake, inspetor de monumentos desde 1964, demitiu-se em protesto contra uma ordem secreta dada pelo governo Smith, proibindo registrar em qualquer publicação oficial que a Grande Zimbábue tinha sido edificada por negros. A essa altura, o governo estava particularmente preocupado com a possibilidade de que as ruínas se tornassem, para os negros empenhados na luta por um governo de maioria negra, um símbolo de seu legado cultural. Desde a independência de Zimbábue, em 1980, alguns nacionalistas têm proclamado que apenas africanos têm o direito moral e a compreensão necessária para interpretar as antigas ruínas de Zimbábue, e têm sido feitas tentativas de suscitar novas mitologias, nesse caso negro-africanas (Mufuka, 1983; Garlake 1984).

Uma comparação entre os debates em torno dos construtores de montículos na América do Norte, no século XIX, e as discussões travadas a propósito de Zimbábue, iniciadas em 1890, revela semelhanças impressionantes, mas também diferenças significativas. Nos dois casos, arqueólogos amadores e a opinião pública rejeitaram a associação de vestígios arqueológicos com povos indígenas da região,

esforçando-se por desacreditar suas realizações. De um modo similar, as instituições científicas contemporâneas exprimiram reservas quanto às interpretações mais fantasiosas desses monumentos. O importante, porém, é que, depois de 1905, a comunidade arqueológica internacional rejeitou unanimemente as alegações de que Zimbábue não tinha sido construída pelos bantus, ficando a sustentação do mito de Zimbábue por conta dos arqueólogos amadores e do público. Isso indica que embora idênticas pressões sociais visando distorcer o passado se verificassem em ambos os casos, em 1905 os progressos nas técnicas arqueológicas aptas a resolver questões históricas tinham atingido um tal ponto que pressões dessa ordem já não podiam distorcer as interpretações da maioria dos arqueólogos profissionais. O trabalho feito no Zimbábue, a partir da década de 1950, por arqueólogos profissionais, como Keith Robinson, R. Summers e Peter Garlake, foi fundamental para a compreensão da história do Zimbábue no final da Idade do Ferro.

Durante o regime de Ian Smith, apenas um arqueólogo profissional cedeu a pressões para satisfazer exigências políticas de colonos brancos — e o fez (de acordo com declarações posteriores a ele atribuídas) contrariando seu próprio parecer. Outra característica da arqueologia colonial africana foi a grande atenção dada aos estudos do paleolítico. Em 1890, o geólogo J. P. Johson estudou os contextos geológicos de instrumentos paleolíticos no Estado Livre de Orange e no Transvaal. Em 1911, Louis Peringuéy, diretor do Museu Sul-africano da Cidade do Cabo, dividiu a pré-história sul-africana em uma fase paleolítica, caracterizada por implementos feitos com cascalho de rios, e uma fase bosquímana posterior, representada por concheiros e abrigos no interior de grutas (Fagan, 1981: 42-3). Entre 1913 e 1924, restos de fósseis humanos foram descobertos na África do Sul, preenchendo a linha de desenvolvimento humano desde o Homo sapiens do paleolítico superior até o primeiro crânio identificado de australopiteco.

Instrumentos de pedra foram identificados no Quênia em 1893, mas o trabalho sistemático só começou em 1926, quando Louis Leakey (1903-

72), nascido no Quênia, organizou a primeira expedição arqueológica da Universidade de Cambridge na África oriental. Em *The Stone Age Cultures of Kenya Colony* [As culturas da idade da pedra na colônia do Quênia] Leakey delineou o quadro de referência histórico-cultural da África oriental, que continuou a ser usado até a década de 1950. Conjuntos de instrumentos líticos foram, como antes, rotulados com termos empregados nos estudos paleolíticos europeus: chelense, acheulense, musteriense e aurignacense. Leakey descortinou uma sucessão de períodos pluviais e inter-pluviais, que, como em geral se acreditava, corresponderiam aos períodos glaciais e interglaciais na Europa. Com o passar do tempo, descobriu-se que muitos achados não se ajustavam às categorias européias e, no final da década de 1920, foi proposta uma série de designações para conjuntos culturais reconhecidos como especificamente africanos (Goodwin & Yan Riet Lowe, 1929). Os dois sistemas continuaram a ser usados paralelamente até que os termos europeus foram descartados, exceto no tocante à designação de técnicas de produção de instrumentos (Posnansky, 1982: 348).

Entre 1936 e 1962, um grande número de descobertas de australopitecinos foram feitas em Sterkefontein, Kromdraai, Makapansgat e Swart-krans, na África do Sul. Estes achados estimularam um interesse crescente pela primeira fase do registro arqueológico, para além do que até então tinha sido estudado em qualquer parte do mundo. No final da década de 1950, novas cronologias geológicas foram estabelecidas para as épocas do pleistoceno e do plioceno na África, e a datação por potássio-argônio ampliou de supostos 600 mil para 2 milhões de anos o período coberto pela evidência de vestígios culturais; os artefatos paleolíticos encontrados em meio ao cascalho de rios provaram ser de limitado valor interpretativo e o interesse deslocou-se para a escavação de supostos "pisos vivos", que favoreciam a preservação de pólen fóssil e de outros dados paleoambientais. Em 1959, Louis e Mary Leakey, que tinham sido pioneiros no estudo da arqueologia de pisos paleolíticos em

Olorgesaille, na década de 1940, fizeram o primeiro de muitos achados espetaculares de homínidas nos níveis instrumentais primitivos de Oldowan, na garganta de Oldovai (M. Leakey, 1984). Esses achados suscitaram o interesse mundial pela arqueologia do paleolítico inferior. Os financiamentos internacionais para esse tipo de pesquisa aumentaram muito, e grande número de arqueólogos da Europa e da América do Norte começaram a trabalhar na África oriental. Suas descobertas foram vistas como a confirmação da conclusão de Darwin de que a África muito provavelmente fora o berço da humanidade. Embora essas descobertas fossem proclamadas de grande interesse científico, muito do interesse que suscitaram advinha do fato de elas serem vistas como assinalando não só as origens da humanidade em geral, mas, especificamente, as origens dos europeus e euro-americanos. Como já estava claro que os mais antigos segmentos da pré-história européia e euro-americana não seriam encontrados na Europa, viu-se, então, que era possível buscá-los na África.

Por contraste, antes do final da década de 1950, os europeus consideravam as fases mais recentes da pré-história africana um tempo de estagnação cultural. Para os arqueólogos de outras partes do mundo, em comparação com o paleolítico esses períodos eram de pouco interesse, e muitos arqueólogos das colônias tendiam a ocupar-se da arqueologia do paleolítico. Fagan (1981: 49) observou que quase nenhum historiador se interessava pela África pré-européia. Do ponto de vista desses estudiosos, a história da África começava com os primeiros registros da ocupação européia. Isso reforçava a convicção de que lá havia pouca coisa a ser descoberta pelos arqueólogos, no tocante aos últimos milênios. Houve, entretanto, notáveis exceções. Kenneth Murray, um professor de arte que desde muito vinha-se empenhando em preservar tradições indígenas nigerianas e convencer os sábios de que elas eram dignas de estudo, foi nomeado, em 1943, o primeiro diretor do Nigerian Antiquities Service [Instituto Nigeriano de Antigüidades]. Ele persuadiu Bernard Fagg, um arqueólogo formado em Cambridge, a juntar-se a sua equipe e fundou uma série de museus

regionais por toda a colônia. Este trabalho aproximou a arte e a cultura tradicionais do emergente nacionalismo africano. O livro *Primitive Pottery* [Cerâmica primitiva], de John Schofield (1948), apresentou a primeira tipologia de cerâmica da Idade do Ferro de sítios da Rodésia e do Transvaal, mas as principais dúvidas relativas à cronologia desse período não foram dirimidas antes da década de 1950 (Fagan, 1981: 48-9).

Sobretudo depois de 1945, e particularmente nas colônias inglesas e francesas, houve um notável aumento do número de museus, institutos de antigüidades e departamentos universitários dando emprego a arqueólogos. Peritos estrangeiros recém-treinados associavam os últimos avanços técnicos e conceituais da arqueologia européia aos esforços pioneiros de amadores locais (geralmente brancos). A medida em que surgiam perspectivas de independência, algumas colônias manifestavam crescente interesse por saber mais "a respeito dos povos que estavam em vias de assumir o governo da África, de preferência a seus remotos ancestrais da Idade da pedra" (Posnansky, 1982: 349). Havia também uma demanda crescente no sentido de implantar nas escolas africanas o ensino de História da África, e não somente de história européia e colonial, como se fizera no passado. Os arqueólogos começaram a estudar a gênese e o desenvolvimento dos primeiros estados africanos e a pesquisar sítios pré-coloniais recentes como Benin, Gedi e Kilwa. Ao mesmo tempo, historiadores africanos insistiam em que se desse mais atenção à Idade do Ferro. Na década de 1960, eles incentivaram a criação dos primeiros cursos regulares de arqueologia em Uganda e Gana (Posnansky, 1976). A arqueologia da Idade do Ferro aprendeu a valer-se dos conhecimentos históricos e etnográficos. Ao mesmo tempo, os arqueólogos deixaram de atribuir as mudanças verificadas em tempos pré-históricos apenas a estímulos externos e começaram a tentar entender a dinâmica interna das últimas fases do desenvolvimento pré-histórico africano. Essa reorientação foi apoiada pelo rápido acúmulo de evidências de que a África, nos tempos pré-coloniais, desempenhara um importante papel no desenvolvimento da

agricultura e da metalurgia, e de que seus povos criaram numerosas civilizações, sem estímulos externos consideráveis.

A história da arqueologia africana torna evidente que a transformação das condições sociais influenciou a definição dos períodos pré-históricos estudados em diferentes momentos, assim como influenciou as questões propostas e o grau em que fatores internos e externos foram levados em conta para explicar as mudanças. Também fica claro que o incremento do corpo de dados arqueológicos produzidos por um número cada vez maior de arqueólogos profissionais e o emprego de novas técnicas, internacionalmente aceitas, para o estudo do passado restringiram a liberdade dos arqueólogos de prestar apoio a visões da pré-história acordes com ideologias colonialistas. Ao mesmo tempo, mudanças de estilos de interpretação arqueológica nos países europeus, onde foram treinados, na maioria, os arqueólogos que atuavam na África, também influenciaram a interpretação da pré-história africana. Esses estilos não estavam diretamente relacionados com as transformações verificadas no meio colonial. Isso sugere uma relação significativa e complexa entre a arqueologia e o cenário colonial em que ela era praticada na África.

Arqueologia na Nova Zelândia

Na Nova Zelândia, os pequenos e dispersos povoamentos britânicos que começaram a ser implantados na década de 1840, na esteira de empreendimentos pioneiros de missionários e baleeiros, por longo tempo foram incapazes de subjugar os indígenas maori, que, especialmente na Ilha do Norte, eram numerosos e belicosos. O conflito armado entre nativos e colonos durou até 1847 e irrompeu de novo na década de 1860. Embora os maori se achassem enfraquecidos pelas doenças européias, sua contínua resistência valeu-lhes um certo respeito (concedido de má-vontade) por parte dos colonos europeus.

Antes de 1954, não havia nenhum arqueólogo profissional trabalhando na Universidade da Nova Zelândia. Mas, em 1843, colonos europeus tinham encontrado instrumentos líticos associados com os ossos de um

moas gigante e de outras espécies extintas de pássaros. Na década de 1870, Julius von Haast (1822-87), que fora influenciado pelos escritos de Lyell e Lubbock a respeito da antigüidade dos seres humanos na Europa, afirmou que os caçadores de moas tinham sido um povo paleolítico desaparecido, que tirava sua subsistência principalmente de peixes e crustáceos e eram distintos dos maori neolíticos, bem mais recentes. Logo, porém, Haast foi forçado a admitir que os caçadores de moas não eram culturalmente muito diferentes dos maori (1871, 1874).

A partir de então, a pesquisa histórica concentrou-se fundamentalmente na questão da origem dos maori. No curso do século XIX, houve um grande interesse pelos costumes, a mitologia, o folclore e também pela antropologia física relativa a esse povo. Em grande medida, essa pesquisa foi estimulada pelo declínio da população maori e pela rápida mudança cultural, a sugerir que, em breve, muito pouco de sua cultura tradicional estaria disponível para estudo. Entre 1898 e 1915, Percy Smith (1913, 1915) sintetizou vários relatos tribais de migrações maori coletados na década de 1850, com o propósito de compor uma história unificada de seu estabelecimento na Nova Zelândia. Smith concluiu que eles eram polinésios, e sua origem última remontava à Índia. A nova Zelândia teria sido colonizada primeiro pelos maruiwi, um povo melanésio supostamente inferior, que fora conquistado pelos maori. Em 1916, Elsdon Best (1856-1931) identificou os maruiwi com os caçadores de moas da Ilha do Sul. Com base nas tradições orais maori, afirmou-se que algumas tribos tinham alcançado a Nova Zelândia por volta de 950 e 1150 d.C., sendo seguidos, em 1350 d.C., pela Grande Frota, que trouxe os grupos dos quais descendiam a maior parte das tribos maori. De um modo geral, acreditava-se que o padrão básico da cultura maori não tinha mudado desde então (Sorrenson, 1977).

Esse esquema da origem foi amplamente aceito por neozelandeses brancos e nativos, inclusive o antropólogo maori Peter Buck (Te Rangihiroa, 1877-1951). Com base na tradição oral maori, Peter Gathercole (1981:163) chamou a atenção para os paralelos existentes entre a

chegada dos maori e a dos europeus à Nova Zelândia. Na Europa, consolidou-se a idéia de que os maori eram os colonizadores recentes da Nova Zelândia, por eles conquistada de uma população anterior, culturalmente menos desenvolvida. Desse modo, os maori teriam pouco mais direito à sua terra que os europeus. Presumia-se que a etnologia e as tradições orais revelavam tudo que importava conhecer a respeito da pré-história maori.

Na década de 1920, Henry D. Skinner, que estudara antropologia na Universidade de Cambridge, examinou sítios de caçadores de moas na Ilha do Sul. Combinando dados arqueológicos, etnográficos, lingüísticos e de antropologia física com tradições orais, ele buscou provar que os caçadores de moas eram maori e, portanto, originariamente polinésios. Desmascarando o mito mairuwi, ele consolidou o papel dos maori como "o primeiro povo da terra" e pôs a arqueologia na vanguarda de seu movimento de reemancipação (Sutton, 1985). Skinner também foi sensível às variações regionais da cultura maori, que ele interpretou como sendo, em parte, de natureza adaptativa, e sustentou terem ocorrido mudanças na cultura indígena (Sutton, comunicação pessoal). Mas sua obra arqueológica carecia de um tratamento sistemático quer da continuidade quer da mudança cultural, exceto no que toca à consideração do impacto econômico da extinção das moas (Skinner, 1921). Tal como os arqueólogos coloniais faziam por toda a parte, ele continuou a considerar a arqueologia principalmente como um meio de recuperar peças de cultura material que aumentariam e complementaríamos coleções etnológicas, em vez de constituir uma fonte independente de informação histórica. No entanto, Skinner apoiou a expansão da pesquisa arqueológica, inclusive pronunciando-se em favor da designação de David Teovitdale (1932) para o Museu de Otago. Teovitdale tornou-se, assim, o primeiro arqueólogo profissional da Nova Zelândia. Até a década de 1950, a pesquisa arqueológica continuou a concentrar-se no estudo dos caçadores de moas (Duff, 1950), ao passo que períodos posteriores continuavam sem ser estudados (Gathercole, 1981). Embora as tradições orais tivessem

chamado a atenção para eventos históricos, os arqueólogos da Nova Zelândia ainda não se tinham interessado por acompanhar mudanças de estilos de vida e de cultura material de um modo que estimulasse um estudo abrangente de mudanças no registro arqueológico.

Nos últimos anos, a arqueologia da Nova Zelândia tornou-se cada vez mais profissionalizada e redefiniu sua associação tradicional com a etnologia maori, o que desestimulou o estudo da pré-história recente. Muitos trabalhos têm sido realizados ultimamente na Ilha do Norte, que até então havia sido ignorada pelos arqueólogos, embora ela seja o lugar onde viveu a maior parte da população maori e onde ocorreu grande parte do aperfeiçoamento de sua cultura pré-histórica. Esses trabalhos, que têm envolvido, cada vez mais, os próprios maori, não apenas fizeram recuar muitos séculos a data da ocupação original da Nova Zelândia, como também revelaram mudanças dramáticas na sua cultura material e em sua organização econômica e social; e revelaram, também, os efeitos da mudança climática e a considerável diversificação regional acontecida quando os maori adaptaram sua vida à Nova Zelândia. Os caçadores de moas são hoje vistos como um episódio da ocupação polinésia da Ilha do Sul (Davidson, 1979). Há também um interesse crescente pela investigação arqueológica do contato entre a Nova Zelândia e as regiões circunvizinhas do Pacífico (D. G. Sutton, comunicação pessoal). A Nova Zelândia é um exemplo de ocupação colonial em que houve algum respeito pelos habitantes nativos. Contudo, lá também, como por toda a parte, arqueólogos amadores consideraram as culturas nativas estáticas e atribuíram as transformações no registro arqueológico às mudanças étnicas, mais do que ao desenvolvimento interno da própria cultura. De qualquer modo, também é certo que, no século XX, a profissionalização da arqueologia desempenhou um importante papel na rejeição dessas convicções.

Pré-história Australiana

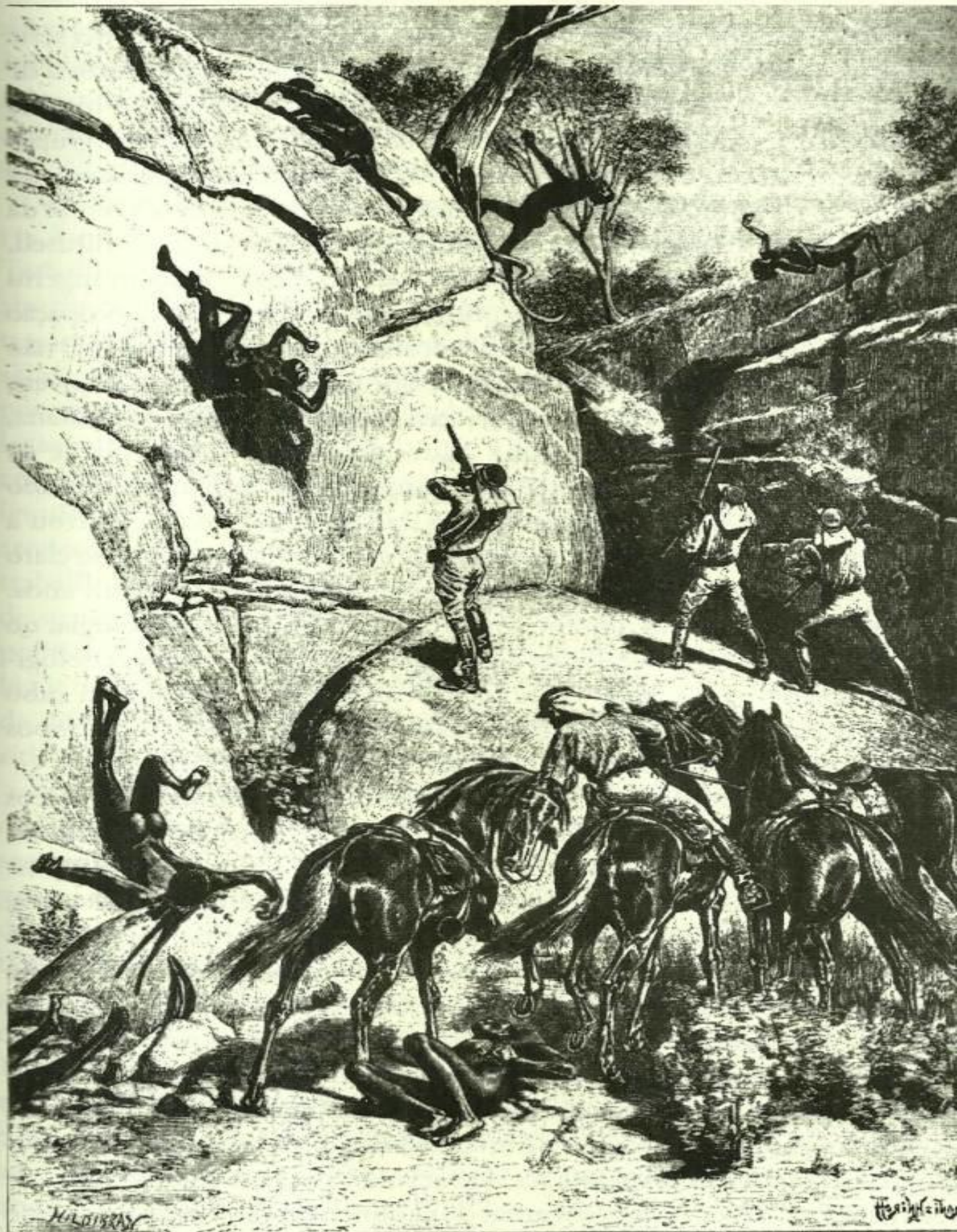
Na Austrália, o estudo dos costumes aborígenes teve início logo com os primeiros exploradores e colonos. Por volta de 1850, a maior parte da Austrália meridional estava ocupada por europeus e os aborígenes haviam sido expulsos de suas terras, ou tinham morrido por doenças, negligência, ou assassinato. Como na América do Norte, o preconceito racial ajudava a atenuar quaisquer sentimentos de culpa que os colonos europeus pudessem nutrir a respeito do modo como tratavam os nativos.

No início da segunda metade do século XIX, etnólogos europeus e americanos incentivaram o estudo dos aborígenes tomados como exemplo "das tribos mais primitivas" conhecidas pela ciência antropológica. Por volta de 1900, importantes estudos, como a obra de Baldwin Spencer e F. J. Gillen intitulada *The Native Tribes of Central Australia* [As tribos nativas da Austrália central] (1899), haviam elevado a etnografia dos aborígenes australianos a um patamar de respeito internacional. Tal como seus mentores ingleses, Spencer descreveu os aborígenes como "uma relíquia da primeira infância da humanidade deixada à margem... em condição inferior de selvageria" (Spencer, 1901:12).

As primeiras pesquisas sobre a pré-história dos aborígenes australianos falhara em resgatar qualquer evidência clara da associação entre seres humanos e animais pré-históricos, como as que foram encontradas na Europa. Tampouco os artefatos descobertos em sítios arqueológicos pareciam diferir de modo significativo daqueles encontrados em uso recente. Por volta de 1910, os naturalistas abandonaram a busca de sinais da presença primitiva de povos nativos na Austrália. A suposição de que eles haviam chegado recentemente e suas culturas não tinham mudado de modo significativo estava de acordo com a convicção dos etnólogos de que essas culturas eram primitivas e essencialmente estáticas. De 1910 a 1950, arqueólogos amadores dedicaram-se à coleta de artefatos, "cheios de certeza de que os aborígenes eram um povo

imutável, com uma tecnologia imutável" (Murray & White, 1981: 256). Alegando oportunismo tecnológico e a falta de interesse por tipos formais de instrumentos na cultura aborígine, Spencer atribuiu as variações na forma e na função de seus artefatos a diferenças na matéria prima, ignorando possibilidades alternativas de mudança no curso do tempo, preferências culturais idiossincráticas e adaptação funcional (Mulvaney, 1961: 63). John Mulvaney (1981: 63-4) observou que esse conceito de "selvagem imutável", que estava de acordo com a depreciação popular da cultura aborígine, inibiu o desenvolvimento da arqueologia pré-histórica na Austrália durante todo esse período. Também é digno de nota que o primeiro departamento de arqueologia criado na Austrália, na Universidade de Sidney, em 1948, a princípio só estudava a arqueologia da Europa e do Oriente Próximo.

A escavação iniciada em 1929, na Austrália Meridional, de uma série estratificada de diferentes tipos de instrumentos sugeriu uma história de ocupação humana mais longa e questionou a imagem de uma pré-história estática. Porém a mudança cultural foi inicialmente atribuída a vários grupos que sucederam uns aos outros, alguns dos quais considerados invasores recentes. Em 1938, Norman Tindale associou essa seqüência à teoria da origem híbrida trirracial dos australianos, de autoria de J. S. Birdsell, americano, pesquisador de antropologia física. Tindale também sugeriu que mudanças ambientais podem ter ocorrido durante o período de ocupação aborígine. O interesse pela mudança cultural e pela variação regional não caracterizou a arqueologia australiana até que um certo número de jovens arqueólogos profissionais começou a estudar a pré-história australiana, logo depois da nomeação de John Mulvaney para a Universidade de Melbourne, em 1953. A maioria desses arqueólogos tinham se formado na Universidade de Cambridge, onde Grahame Clark os incentivou a trabalhar na Austrália. Como resultado de sua pesquisa, tornou-se claro que seres humanos viveram na Austrália há, pelo menos, 40 mil anos.



22. "A polícia nativa dispersando os negros", Western Queensland, 1822
(C. Lumholz: *Among Cannibals*, 1890).

Os arqueólogos documentaram numerosas mudanças na tecnologia, no meio ambiente, nos processos de adaptação e em aspectos não tecnológicos da cultura nativa. Suas cronologias culturais também deram cabo da convicção de que todas as mudanças culturais ocorridas em tempos pré-históricos tinham sido consequência de estímulos externos.

A partir da década de 1970, a interpretação de dados arqueológicos refletia também o interesse crescente, entre os australianos brancos, por uma identidade nacional distinta. Os artistas brancos buscaram inspiração em formas de arte nativa e a arte aborígine é vista como parte do patrimônio nacional australiano, em um grau bem mais elevado do que acontece no caso das artes nativas da América do Norte. No contexto desse nacionalismo ascendente, os arqueólogos australianos já não se contentam em tratar a pré-história de seu país como um espelho do estágio paleolítico do desenvolvimento humano. Em vez disso, eles começaram a enfatizar a singularidade da pré-história australiana, incluindo o considerável grau de interferência que os aborígenes australianos exerceram no manejo e na alteração de aspectos significativos de seu meio ambiente. A imagem atual dos aborígenes pré-históricos como "lavradores de queimada" está bem distante da sua imagem tradicional de caçadores-coletores do paleolítico superior.

É preciso mais tempo para que os arqueólogos australianos considerem a possibilidade de a pré-história de seu país não se reduzir à etnologia do século XIX recuada em 50 mil anos (Murray & White, 1981:258; Mulvaney & White, 1987). Mas hoje já se verifica uma intensa discussão sobre a legitimidade científica de se considerar o conjunto da pré-história australiana como a pré-história dos ancestrais dos aborígenes modernos (cf. White & O'Connell, 1982; Flood, 1983).

Os arqueólogos também foram compelidos a redefinir suas metas em função das crescentes atividades políticas dos aborígenes. O Partido Trabalhista, eleito em 1972, promulgou leis federais conferindo aos aborígenes significativa participação em conselhos deliberativos que tratam de assuntos a eles concernentes, inclusive a proteção de sítios

arqueológicos. Em consequência disso, os arqueólogos começaram, sob pressão crescente, a considerar a relevância de suas pesquisas para a população nativa (Ucko, 1983; McBryde, 1986). A situação tem-se mostrado complexa e vem sofrendo mudanças rápidas. Alguns aborígenes são levados, por suas cosmovisões tradicionais, a considerar toda a atividade arqueológica como inútil ou profanadora; outros reconhecem o valor do trabalho arqueológico para a reivindicação de terras e para a exaltação de sua imagem. O desejo de utilizar os achados arqueológicos para fins políticos por vezes leva os aborígenes a entrar em conflito com arqueólogos brancos que perseguem objetivos "científicos". Problemas culturais de difícil solução incluem saber se arqueólogos podem, ou não, visitar sítios sagrados a que apenas aborígenes do sexo masculino têm acesso.

Entre os acadêmicos australianos brancos há significativas diferenças de opinião no tocante ao grau em que a pré-história australiana deve ser considerada um patrimônio nacional, ou posse exclusiva dos aborígenes. Pelo menos alguns ativistas aborígenes consideram o interesse de australianos brancos em seu patrimônio cultural como mais uma tentativa de apropriar-se do que pertence aos nativos. Eles recordam aos arqueólogos australianos sua cumplicidade de outrora com a depreciação dos aborígenes como um povo primitivo fadado à extinção (Langford, 1983). A solução desses conflitos entre aborígenes e arqueólogos só acontecerá quando as principais reclamações que os aborígenes têm contra a moderna sociedade australiana forem atendidas. Contudo, arqueólogos australianos têm feito grande esforço no sentido de envolver o povo aborígine em seu trabalho. A orientação geral dos modernos arqueólogos australianos rumo a uma visão antes histórica que evolucionista da pré-história, fruto de sua formação britânica, torna a solução desses problemas mais fácil, em certos aspectos, do que para os arqueólogos norte-americanos, de formação antropológica.

O Legado de Lubbock

Nas décadas de 1860 e 1870, os arqueólogos continuaram a acreditar nas origens evolutivas da sociedade europeia. Todavia, nesse período eles estavam inclinados a dar explicações raciais para o fracasso de outras sociedades em evoluir tanto quanto a sua. A explicação darwiniana dessas diferenças raciais, popularizada por Lubbock, reforçou idéias racistas inerentes a situações coloniais, e também as que já tinham influenciado a interpretação de evidências arqueológicas nos Estados Unidos. Onde quer que colonos europeus estivessem empenhados em estabelecer-se em meio a populações nativas, o desenvolvimento da arqueologia tinha muito em comum. Presumia-se que as sociedades nativas eram estáticas e as evidências de mudanças no registro arqueológico, quando notadas, eram atribuídas a migrações, e não ao dinamismo interno. O racismo subjacente a determinadas interpretações era sempre mais implícito que declarado. Fosse como fosse, a arqueologia colonialista servia à depreciação das sociedades nativas que os colonizadores europeus queriam dominar, ou substituir: oferecia aos colonizadores testemunhos de que, em tempos pré-históricos, faltara aos colonizados iniciativa para desenvolver-se por conta própria. Essa arqueologia estava em perfeita consonância com uma etnologia empenhada no registro da condição primitiva das culturas nativas tradicionais e de sua incapacidade de mudar. A idéia de que o primitivismo desses povos justificava o controle de seus territórios pelos europeus era bastante difundida e aceita. Embora tal perspectiva arqueológica não tenha logrado sobreviver à coleta de evidências arqueológicas indicativas de que tinham ocorrido mudanças internas em culturas nativas, ela dificultou e retardou de forma significativa a pesquisa arqueológica da pré-história em países como a Austrália, onde se partiu do pressuposto de que a arqueologia tinha pouco a revelar sobre o passado. De resto, não houve progresso nesse particular enquanto a arqueologia evolucionista não foi substituída, na Europa, por uma visão histórica da pré-história.

Isso ocorreu porque o evolucionismo unilinear - tanto na versão racista de Lubbock quanto na forma anterior, universalista, de que era prócer Mortillet - compartilhava certas fraquezas fundamentais, como a falta de um modelo para a coleta e interpretação de dados arqueológicos. Essas fraquezas se tornaram particularmente notáveis na arqueologia evolucionista desenvolvida na Inglaterra e na França em torno dos estudos do paleolítico. Ao sustentar que as culturas modernas, enfileiradas desde a mais simples à mais complexa, recapitulavam a seqüência através da qual as sociedades européias tinham evoluído, o evolucionismo unilinear negava que houvesse qualquer coisa de novo a ser descoberto a partir do registro arqueológico. O principal valor da arqueologia residia em confirmar que a evolução acontecera de fato, mas em graus variados, portanto em proporções variadas, em diferentes partes do mundo. Lubbock e outros arqueólogos argumentaram que a evidência etnográfica oferecia um meio fácil de obter uma compreensão plena de como os povos tinham vivido em tempos pré-históricos. Na medida em que os dados arqueológicos, na forma de artefatos diagnósticos, podiam revelar o grau de desenvolvimento que uma dada cultura tinha atingido, os dados etnográficos relativos a sociedades contemporâneas no mesmo estágio eram capazes de suprir tudo que se precisava saber a respeito da vida associada à cultura. Estimava-se que apenas os dados arqueológicos mais antigos careciam de evidência etnográfica correspondente. Ainda em 1911, culturas do paleolítico médio e do paleolítico inferior eram equiparadas às culturas dos tasmanianos e dos aborígenes australianos (Sollas, 1911). Essas analogias holísticas provocavam um reviver do antiquarianismo, na medida em que elas faziam a arqueologia recuar a uma situação na qual os artefatos, mais uma vez, apenas ilustravam o passado, em vez de constituir uma base para a compreensão do comportamento humano pré-histórico. No contexto do evolucionismo unilinear, a matriz para a compreensão dos dados arqueológicos não era mais a documentação histórica, como tinha sido antes da obra de Thomsen, ou como continuara sendo nos estudos clássicos, mas a etnografia.

Um outro problema básico era que nenhum dos arqueólogos partidários da evolução unilinear teve sucesso em constituir uma metodologia capaz de implementar comparações holísticas. Nenhum esforço sistemático foi feito no sentido de correlacionar tipos específicos de instrumentos com culturas etnográficas, de modo que esses tipos, por sua vez, pudessem ser usados para viabilizar comparações detalhadas e controladas entre conjuntos etnográficos e arqueológicos. Tentativas de fazê-lo expuseram em detalhes os problemas do evolucionismo unilinear. Os arqueólogos estavam cientes das dificuldades criadas por variações etnográficas e ambientais, mas nunca enfrentaram o problema de um modo sistemático. Assim, as comparações entre conjuntos arqueológicos e culturas etnográficas continuaram a ser impressionistas. O fracasso em tratar desses problemas de forma adequada produziu uma crescente sensação de impasse e de esterilidade na arqueologia evolucionista, depois de estabelecida a seqüência do paleolítico europeu. O problema da arqueologia evolucionista unilinear foi que ela se tornou, por demais, uma parte integrante da antropologia e dependente da etnologia. Muito mais criatividade tinha legado o estilo escandinavo de arqueologia pós-paleolítica, embora este tenha sido temporariamente eclipsado pelas descobertas significativas de fases anteriores do desenvolvimento humano. Embora a arqueologia escandinava se tivesse inspirado em uma perspectiva evolucionista, ela evitou analogias holísticas e valeu-se de paralelos a fim de interpretar facetas particulares do registro arqueológico. Graças a sua constatação cada vez mais clara das deficiências do enfoque evolucionista unilinear, uma nova geração de arqueólogos profissionais veria seu declínio como uma libertação, não como uma perda.

Capítulo 5

Arqueologia histórico-cultural

Falando em termos gerais, a ideologia nacionalista sofre de uma difusa falsa consciência. Seus mitos invertem a realidade: ela ... diz defender uma sociedade tradicional antiga, quando na verdade ajuda a criar uma sociedade de massas anônima.

E. GELLNER, Nations and Nationalism (1983), p. 124.

O verdadeiro patriota acaba sendo por força o antiquário.

O. F. OWEN, Survey Archaeological Collections I (1858), p. 2-3.

No final do século XIX, o evolucionismo cultural sofria contestações na Europa por conta do crescente nacionalismo e do declínio da fé no progresso tecnológico. As duas coisas estavam intimamente ligadas, porquanto o enfraquecimento da adesão ao evolucionismo fazia despontar a etnicidade como o fator mais importante na história humana. Na Europa ocidental, o nacionalismo crescia à medida em que a expansão da industrialização aumentava a competição por mercados e recursos. No final do século, intelectuais desejosos de promover a solidariedade em seus países, em face do conflito social crescente, estimulavam o nacionalismo, culpando estados vizinhos por seus problemas econômicos e sociais.

Na Inglaterra e na França, o nacionalismo exprimia-se com vigor na historiografia, que enfatizava a solidariedade desses grupos nacionais. No entanto, o seu impacto na arqueologia foi bem abafado, em parte pela influência de Lubbock e Mortillet. Entre 1861 e 1865, o imperador francês Napoleão III ordenou que fossem feitas grandes escavações em cidadelas célticas, em Mont Auxois e Mont Réa, na Burgúndia. Esses lugares, que haviam sido sitiados por Júlio César quando ele invadiu a Gália, revelaram a cultura material dos habitantes celtas da França no século I a.C. Estimulando o nacionalismo, Napoleão procurava

aumentar o poder de seu regime (Daniel, 150: 10-11). Por outro lado, na auto-confiante Grã-Bretanha, as fantasias sobre possíveis associações druídicas de sítios neolíticos e da Idade do bronze, que haviam sido a principal expressão de nacionalismo patrocinada pelos antiquários do século XVIII, foram relegadas aos domínios da história popular e do folclore (A. Owen, 1962: 239).

Na Europa central e do norte, a arqueologia esteve associada ao nacionalismo durante todo o século XIX. Em 1871, ela desempenhou um importante papel na unificação da Alemanha, promovendo um senso de identidade étnica, e depois disso continuou a fazê-lo, ajudando a exprimir o orgulho do povo alemão por suas realizações. No século XVIII, o ressurgimento da literatura alemã fora caracterizado por uma revolta contra a herança clássica da Europa ocidental e por uma glorificação do passado antigo e medieval da Alemanha. Ao mesmo tempo, o filósofo Johann Herder definira a história como o relato do desenvolvimento de um povo, exemplificado por sua língua, suas tradições e suas instituições (Hampson, 1982: 241, 248-9). O estudo da pré-história continuou a ser parte da reação dinamarquesa às perdas territoriais para seus vizinhos mais poderosos. Na Europa oriental, a arqueologia, estimulando um senso de identidade étnica entre poloneses, tchecos, húngaros e outros povos que viviam sob domínio austríaco, russo e prussiano, desempenhou um importante papel na destruição desses impérios e na eventual emergência de uma série de estados nacionais.

Durante o século XIX, acervos crescentes de material arqueológico foram recuperados em toda a Europa central, como resultado da construção de estradas, ferrovias, canais e fábricas, da fundação de museus e institutos de pesquisa e da criação de cadeiras de arqueologia nas universidades. A medida em que mais testemunhos eram coletados, a atenção dos arqueólogos deslocou-se dos megálitos, colinas fortificadas e túmulos para o estudo dos artefatos. Seu principal objetivo era determinar, muitas vezes com emprego de critérios fantasiosos, a que grupos étnicos os diversos achados pertenciam, de modo que as

nações emergentes pudessem saber mais sobre o começo de sua história e sobre o modo como viviam seus ancestrais (Sklenáo, 1983: 91). Nas décadas de 1870 e de 1880, a pesquisa arqueológica nessa região era influenciada pela arqueologia evolucionista da França e da Inglaterra, estimulando a classificação rigorosa e a comparação de achados arqueológicos. O desenvolvimento de cronologias locais foi retardado, porém, pela relutância em adotar o sistema escandinavo das três idades, a que se opunha um punhado de eminentes arqueólogos alemães, em grande medida por razões nacionalistas (Böhner, 1981; Sklenáo, 1983: 87-91). Mas o namoro com a antropologia evolucionista teve vida curta e, no final do século XIX, a arqueologia reatou seus laços com o estudo das histórias nacionais. O interesse por problemas étnicos e históricos levou os arqueólogos a prestar atenção crescente à distribuição geográfica de tipos distintos de artefatos e conjuntos de artefatos, no esforço de relacioná-los com grupos históricos. Uma orientação nacionalista encorajou a arqueologia da Europa central a concentrar-se mais no estudo do neolítico e de períodos mais recentes do que nos tempos paleolíticos. Por conta do papel desempenhado pelos arqueólogos na promoção de um sentimento de identidade étnica, os governos imperiais tentaram, por vezes, obliterar ou impedir a pesquisa arqueológica. Por essa mesma razão, ela obteve o apoio de grupos nacionalistas como a classe média tcheca e a aristocracia terratenente da Polônia.

Difusionismo

Na década de 1880, os problemas econômicos e sociais que se avolumavam na Europa ocidental, o berço da antropologia evolucionista, estimularam uma nova ênfase no conservadorismo e na imutabilidade da natureza humana e, portanto, na etnicidade. Os problemas surgidos com a revolução industrial estavam a tornar-se cada vez mais evidentes, em especial na Grã-Bretanha - onde ela tinha avançado mais -, manifestando-se sob a forma de favelas, crises

econômicas e competição estrangeira crescente. Ao mesmo tempo, a supremacia política da classe média estava sendo desafiada pelos primeiros movimentos trabalhistas. Em consequência desses acontecimentos, a nova geração de intelectuais voltou-se contra a idéia de progresso. O industrialismo, que a princípio tinha sido uma fonte de orgulho, passou a ser visto como produtor de caos social e de feiúra (Trevelyan, 1952: 119). Os esforços que eram feitos no sentido de externalizar os conflitos cada vez mais estimularam doutrinas raciais. Afirmou-se que franceses, ingleses e alemães eram biologicamente diferentes uns dos outros e que seu comportamento estava determinado não por fatores políticos e econômicos, mas, essencialmente, por diferenças raciais imutáveis. A unidade nacional foi incentivada com o argumento de que, no interior de cada nação, todos, independentemente de classe social, estavam unidos por uma herança biológica comum, que constituía o mais forte de todos os laços humanos.

A desilusão com o progresso, junto com a convicção de que o comportamento humano estava biologicamente determinado, promovia um ceticismo crescente com relação à criatividade humana. Escritores e estudiosos da sociedade acreditavam que os povos não são intrinsecamente criativos e que a mudança é contrária à natureza humana, potencialmente nociva à população. Argumentava-se que a condição estática é a mais adequada aos seres humanos, naturalmente predispostos a resistir à alteração de seus estilos de vida. Isso levou a um declínio da confiança no desenvolvimento independente, à convicção de que era inverossímil que determinadas invenções acontecessem mais de uma vez na história humana e, conseqüentemente, a um crescente apelo à difusão e à migração para explicar mudanças culturais. Estimulou também um interesse cada vez maior por traços idiossincráticos de determinados grupos étnicos, em vez do interesse por características gerais de sucessivos estágios do desenvolvimento cultural. Se a insegurança da classe média da Europa ocidental tinha levado Lubbock e outros darwinianos a abandonar a doutrina da

unidade psíquica e ver os povos nativos como biologicamente inferiores aos europeus, a insegurança ainda maior da década de 1880 levou os intelectuais a alijar a doutrina do progresso e a julgar os seres humanos muito mais resistentes à mudança do que eles tinham sido considerados desde antes da Ilustração.

O recurso cada vez mais amplo às noções de difusão e migração, assim como ao conceito de culturas como modos de vida pertinentes a grupos étnicos específicos, tornaram-se logo evidentes na obra de etnólogos alemães como Friedrich Ratzel (1844-1901) e Franz Boas (1858-1942). Ratzel, um geógrafo e etnólogo, rejeitou o conceito de unidade psíquica de Bastian. Em obras como a *Anthropogeographie* [Antropogeografia] (1882-91) e *The History of Mankind* [A história da humanidade] (1885-8) ele afirmou que, como o mundo é pequeno, os etnólogos não devem supor que mesmo as mais simples invenções tenham sido feitas mais de uma vez, e muito menos repetidas vezes. Tanto a invenção como a difusão eram descritas como processos caprichosos; era impossível, pois, predizer se um determinado grupo emprestaria (ou não) uma invenção, mesmo que útil, de seus vizinhos. Por isso, ponderava Ratzel, era necessário excluir de todo a possibilidade de difusão quando se tratava de provar que o mesmo tipo de artefato fora inventado mais de uma vez. Ele tentou demonstrar que coisas como zarabatanas, arcos e flechas, onde quer que tenham ocorrido no mundo, podem ter sua origem última comum rastreada no passado. Também tentou provar que, malgrado o seu caráter caprichoso, a difusão criou áreas culturais (blocos de culturas similares) adjacentes umas às outras.

As idéias de Ratzel influenciaram o jovem Boas, que as introduziu na América do Norte. Boas se opunha à doutrina do evolucionismo cultural e sustentava que cada cultura era uma entidade única que tinha de ser entendida em seus próprios termos. Isso envolvia a aceitação de duas doutrinas: o relativismo cultural - que negava a existência de qualquer padrão universal aplicável na comparação do grau de desenvolvimento, ou de valor, de diferentes culturas — e o particularismo histórico, que considerava cada cultura como o produto

de uma seqüência única de desenvolvimento, na qual a difusão (em grande medida fortuita) desempenhava um papel proeminente no desencadeamento da mudança. Boas acreditava que, se o desenvolvimento das culturas encerra regularidades, elas vêm a ser tão complexas que desafiam a compreensão. A única maneira de explicar o passado era determinar os sucessivos episódios idiossincráticos de difusão que modelaram o desenvolvimento de cada cultura (Harris, 1968:250-89). No mesmo período, a escola veneziana de antropologia, fundada pelos padres católicos Fritz Graebner e Wilhelm Schmidt, sustentava que uma série única de culturas se desenvolvera na Ásia central, dando origem a culturas de diversos tipos, que foram levadas para diferentes partes do mundo. A complexa variedade cultural observada em todos os continentes era resultado da combinação de culturas em diferentes estágios de desenvolvimento (*ibidem*, 382-92; Andriolo, 1979).

O difusionismo desbancou o evolucionismo na etnologia inglesa a partir da obra do acadêmico W. H. R. Rivers (1914), de Cambridge. Não sendo capaz de detectar um padrão evolucionista em seu estudo detalhado da distribuição de traços culturais em sociedades da Oceania, ele rejeitou o evolucionismo e adotou o difusionismo (Slobodin, 1978), que foi levado adiante pelo antropólogo britânico Grafton Elliot Smith (1871- 1937). Nascido na Austrália, Smith estudou medicina e interessou-se por mumificação quando ensinava anatomia na Universidade do Cairo, antes de transferir-se para a Universidade de Londres. Notando que o embalsamento era feito de diferentes formas em diversos lugares, Smith decidiu que a técnica tinha sido inventada no Egito, onde alcançara a sua forma mais desenvolvida, e sofreu degeneração ao espalhar-se por outras partes do mundo. Enunciou, então, a teoria de que todo o desenvolvimento cultural da Antigüidade tinha ocorrido no Egito. Antes de 4000 a.C., não havia agricultura, arquitetura, religião ou governo em parte alguma do mundo. Deu-se, então, que a colheita acidental de cevada selvagem e de painço conduziu ao desenvolvimento da agricultura, seguido pela invenção da cerâmica, da arquitetura

monumental e da realeza divina. Smith acreditava que todos esses eventos ocorreram em um único ambiente e julgava improvável que sucedessem em qualquer outro lugar. As inovações egípcias foram levadas a todas as partes do mundo por mercadores egípcios em busca de matéria prima capaz de prolongar a vida humana. Embora essas influências atuassem como um "fermento exótico", estimulando o desenvolvimento da agricultura e da civilização em outras partes do mundo, civilizações como a dos maias declinaram ao perder o contato direto com o Egito (Smith, 1923, 1933).

As idéias hiper-difusionistas de Smith foram elaboradas a partir de dados etnográficos recolhidos por W. J. Perry, que ensinou antropologia cultural na Universidade de Londres. Suas duas obras principais, *The Children of the Sun* [Os filhos do Sol] (1923) e *The Growth of Civilization* [O progresso da civilização] (1924), ainda são uma leitura fascinante, embora seja ilusória a explicação que veiculam seus paralelos de alcance mundial relativos a organização política e a crenças religiosas. Lord Raglan (1939) também defendia o hiper-difusionismo, mas acreditava que a Mesopotâmia, em vez do Egito, tinha sido sua fonte. Esses três homens estavam de acordo quanto aos seguintes pontos: quase todos os seres humanos são naturalmente primitivos e sempre retornarão ao estado de selvageria, se não forem impedidos de fazê-lo pelas classes governantes; selvagens nunca inventam nada; o desenvolvimento da civilização e, por extrapolação, a revolução industrial, eram acidentes que produziram resultados contrários à natureza humana; a religião foi um fator primordial para o desenvolvimento da civilização e sua difusão. Na verdade, ao negar que o progresso fosse natural e que houvesse um plano na história humana, os hiperdifusionistas só estavam levando às últimas conseqüências idéias compartilhadas desde a década de 1880 por um número cada vez maior de antropólogos. Marvin Harris (1968: 174) observou que os difusionistas geralmente eram muito mais dogmáticos ao descartar a possibilidade de que uma mesma invenção tivesse sido feita duas vezes

do que os evolucionistas jamais o foram em contestar a importância da difusão.

Alguns arqueólogos europeus foram influenciados por Elliot Smith a ponto de afirmar que as tumbas megalíticas podiam ser uma forma degenerada de pirâmide, e que esta idéia teria sido levada à Europa ocidental pelos egípcios empenhados na busca de substâncias naturais vivificadoras (Childe, 1939:301-2; 1954:69). Contudo, por volta da década de 1920, o registro arqueológico era tão bem conhecido que o hiperdifusionismo tinha pouco apelo para os arqueólogos como explicação da pré-história do mundo. Quando os arqueólogos pensavam sobre esse problema, reconheciam como estilisticamente distintas as culturas do Velho e do Novo Mundo, e acreditavam que elas se desenvolveram independentemente, desde a caça e coleta à civilização. Mas, entre os difusionistas, cujo círculo começou a formar-se na década de 1880, a capacidade humana de inovar era considerada de tal modo limitada e as descobertas básicas, como a cerâmica e a arte do bronze, eram estimadas tão quixotescas, que se afigurava improvável ter-se repetido a invenção dessas coisas, e portanto se acreditava em sua propagação de uma parte a outra do mundo. As cronologias que eram elaboradas antes da datação por radiocarbono, especialmente em escala intercontinental, não eram suficientemente calibradas para proscreever tais interpretações. Quase toda mudança cultural no registro arqueológico era atribuída à difusão de idéias de um grupo a outro, ou a migrações que levavam à substituição de um povo e sua cultura por outro de cultura distinta. Como acreditavam na capacidade de um grupo aprender com outro, os arqueólogos cujas teses davam destaque à difusão eram, geralmente, mais otimistas quanto à capacidade de mudança das sociedades humanas do que os arqueólogos que atribuíam quase toda mudança à migração. Este último modelo acha-se exemplificado na obra de W. M. F. Petrie, que, ao discutir o desenvolvimento pré-histórico do Egito, explicava todas as mudanças culturais em termos de migração em massa, ou da chegada de grupos menores que provocavam mudanças ao mesclar-se cultural e

biologicamente com a população local. Petrie não via possibilidade de mudança cultural significativa sem mudança biológica concomitante. A transição entre os modos de pensar evolucionista e difusionista foi gradual e as explicações difusionistas muitas vezes compartilhavam traços das evolucionistas. W. J. Sollas, em seu livro *Ancient Hunters and their Modern Representatives* [Caçadores antigos e seus representantes modernos] (1911), escrito com base em uma série de conferências feitas em 1906, parece seguir um modelo evolucionista quando compara as sucessivas etapas do desenvolvimento paleolítico com diferentes grupos modernos de caçadores-coletores. Assim, os musterienses são "representados" pelos tasmanianos, os aurignacenses, em parte, pelos bosquímanos, e os magdalenenses pelos inuit e índios norte-americanos. No entanto, ele afirma que a maioria desses correspondentes modernos são análogos apropriados porque na verdade descendem de grupos paleolíticos que, quando raças mais "inteligentes" surgiram, "foram expulsos para as partes mais remotas da terra", onde permaneceram em um estado estagnado de desenvolvimento (1924: 599). Sob o impacto do difusionismo, analogias holísticas - baseadas no pressuposto de que grupos historicamente não relacionados, mas no mesmo nível de desenvolvimento, são culturalmente similares - foram substituídas pelo pressuposto de que, por serem as culturas essencialmente estáticas, só a comparação das que têm entre si relações históricas torna possível a interpretação de dados arqueológicos (Wylie, 1985a: 66-7).

A Síntese Monteliana da Pré-história Européia

O crescente interesse das ciências sociais por variação cultural e difusão constituiu um cenário que permitiu aos arqueólogos levar em conta as evidências de variação tanto temporal quanto espacial, coisa que estava a tornar-se óbvia à medida em que os dados arqueológicos se acumulavam por toda a Europa. Já em 1851, Daniel Wilson notou diferenças estilísticas fundamentais entre artefatos da Idade do Ferro

encontrados na Escandinávia e na Escócia. No decorrer do século XIX, arqueólogos da Grã-Bretanha, França, Suíça, Alemanha e Europa central rastream a distribuição geográfica de moedas (J. Evans, 1850), megálitos e outros vestígios das Idades da Pedra, do Bronze e do Ferro (Daniel, 1950: 303-5; Sklenáo, 1983: 111-12). À medida em que os achados de La Tène foram mais solidamente identificados com grupos celtas pré-históricos, seu *status* como uma cultura (e não como um estágio de desenvolvimento, ou um período) tornou-se mais claro; o processo foi acelerado em 1870, quando Mortillet interpretou os artefatos de La Tène encontrados no norte da Itália como evidência arqueológica de uma invasão céltica do país, historicamente registrada (Daniel, 1950: 111). Em 1890, Arthur Evans identificou um campo de urnas do período céltico tardio no sudeste da Inglaterra com os antigos belgas, que, segundo relatos romanos, invadiram a Inglaterra no século I a.C. John Abercromby (1902) associou - provavelmente de forma errônea (Harrison, 1980) — a cerâmica das canecas da Idade do Bronze inicial com um hipotético "povo das canecas" que ele supunha ter percorrido, migrando, grande parte da Europa ocidental. Em 1898, o arqueólogo dinamarquês Sophus Miller (1846-1934) afirmou que, embora os sepulcros individuais e os cemitérios megalíticos do neolítico dinamarquês fossem, ao menos em parte, contemporâneos, as armas, a cerâmica e os ornamentos a eles associados eram diferentes e, portanto, deviam representar dois povos distintos (Childe, 1953:9). Em 1909, o período mesolítico na Europa ocidental já havia sido dividido em conjuntos contemporâneos, denominados aziliano e tardenoisiano. Em 1874, Boyd Dawkins (p. 353) já tinha aventado a possibilidade de variações regionais no paleolítico, e em 1916 Henri Obermeier dividiu o paleolítico superior em duas tradições contemporâneas, uma de lascas e outra de núcleos.

Essa ênfase crescente na distribuição geográfica, assim como na cronologia dos achados arqueológicos, conduziu a trabalhos importantes e criativos feitos por arqueólogos mais interessados no neolítico e nas Idades do Bronze e do Ferro, na Europa, do que no

período paleolítico. Sua obra substituiria a preocupação evolucionista da arqueologia pré-histórica da Europa ocidental por uma orientação histórica; mas a mudança transcorreu de forma lenta. A primeira figura proeminente dessa transição foi o arqueólogo sueco Gustav Oscar Montelius (1834-1921). Formado em ciências naturais, cedo ele interessou-se pela arqueologia e, em 1863, começou a trabalhar no Museu Histórico do Estado, em Estocolmo. Montelius compartilhava o interesse de Thomsen e de Worsaae pela elaboração de uma cronologia pré-histórica, a ponto de preocupar-se menos que muitos dos seus contemporâneos escandinavos com a compreensão do cenário ecológico das culturas pré-históricas. Passava parte do ano viajando pela Europa a fim de estudar coleções, tornando-se o primeiro arqueólogo a estudar a pré-história em escala continental. A ampliação do escopo de sua pesquisa foi possível em função do ritmo cada vez mais intenso das atividades arqueológicas em toda a Europa, e também graças ao desenvolvimento de uma rede de ferrovias que facilitou muito as viagens.

O método tipológico que Montelius desenvolveu era um refinamento da abordagem baseada em seriação de Thomsen. Montelius percebeu, por toda a Europa, variações na forma e na decoração de várias classes de artefatos; com base nessa observação, empenhou-se em correlacionar uma série de cronologias regionais. Para tanto, examinou material de achados fechados, como sepultamentos, tesouros e aposentos individuais, com o propósito de determinar quais tipos de artefatos ocorriam juntos e quais não. Depois de comparar 200 a 300 achados desse tipo, sua própria experiência mostrou-lhe que se formariam conjuntos de associações representativos não de vastas unidades de tempo (como seria a Idade do bronze, por exemplo), mas de subdivisões dessas idades, subdivisões estas que ele acreditava terem durado, cada qual, só umas poucas centenas de anos. Montelius criou uma seqüência cronológica ordenando os conjuntos de modo que os elementos semelhantes ficassem próximos uns dos outros. No entanto, para que uma seqüência fosse defensável, materiais, técnicas de manufatura,

forma dos objetos e tipos de decoração tinham de formar uma série com coerência interna, tal como na seriação menos elaborada de Thomsen (Bibby, 1956: 176-81; Klindt-Jensen, 1975: 87-96).



23. Oscar Montelius (1843-1921).

Montelius observou tendências evolutivas no curso de seus períodos. Achas da Idade do Bronze, por exemplo, começaram por ser lisas, depois foram dotadas de flanges para seu reforço; em seguida, foram providas de uma haste cilíndrica e transversal e, finalmente, de um pesado soco para facilitar a montagem. Montelius viu tais seqüências como naturais e lógicas e, a partir daí, traçou paralelos entre a evolução da cultura material e a de organismos biológicos. Porém, como mostrou Gráslund (1974), apesar de sua formação em ciências naturais, o pensamento de Montelius sobre o comportamento humano devia pouco ao darwinismo. Pelo contrário, ele continuou a seguir as tradições da arqueologia escandinava. Tal como antes pensavam os filósofos da Ilustração, Montelius acreditava que a tecnologia se desenvolveu por terem os seres humanos usado sua capacidade de raciocínio para





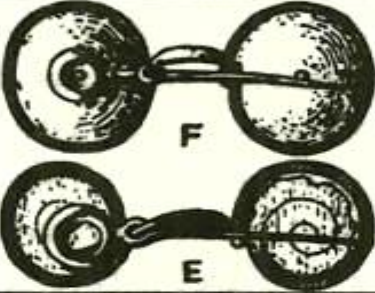



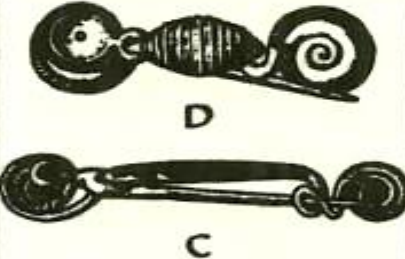



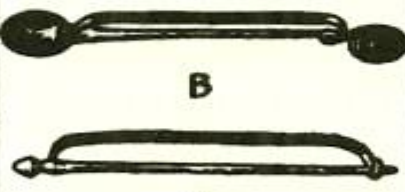





industrializar modos mais eficazes de lidar com a natureza, tornando assim as suas vidas mais fáceis e mais seguras. Suas referências à evolução biológica parecem ter sido concebidas principalmente como analogias destinadas a aumentar o *status* da arqueologia em uma era dominada pelo evolucionismo darwiniano. É importante notar que nem todos os padrões de evolução de Montelius foram unilineares.

Ele demonstrou, por exemplo, que, durante a Idade do bronze, fíbulas (alfinetes), usadas para prender a roupa, foram fabricadas na Itália como uma peça única com fecho recurvo, e na Escandinávia como duas peças com uma articulação (Bibby, 1956: 180-1). Com o passar do tempo, as melhores características de cada um dos tipos se fundiram e formaram uma nova variedade pan-européia. Montelius soube advertir, portanto, a influência de fatores históricos, tanto quanto a dos aspectos lógicos, na evolução da cultura material.

Na década de 1880, Montelius desenvolveu seu método tipológico e subdividiu a Idade do Bronze européia em seis períodos. Na década seguinte, ele subdividiu o neolítico em quatro períodos e a Idade do Ferro em dez. Embora considerasse essa periodização aplicável a toda a Europa, registrou considerável variação regional em cada período e rejeitou a idéia de que todas as partes da Europa teriam alcançado o mesmo estágio de desenvolvimento ao mesmo tempo. Em vez disso, ele procurou usar os artefatos que supunha terem sido objeto de troca entre uma região e outra, ou copiados de áreas mais avançadas, para estabelecer correlações entre os vários períodos, em diferentes partes da Europa. Em função da descoberta de cerâmica grega micênica em sítios egípcios historicamente datados e de bens egípcios na Grécia, foi possível aos arqueólogos datar o período micênico na Grécia do século XV a.C. Contas de faiança encontradas no interior da Europa, que se supunha originárias do Egito, através da civilização micênica, serviram de marco cronológico para o estabelecimento de datações para as culturas da Idade do Bronze. Essa correlação também deu origem à "pequena cronologia" da pré-história européia (Bibby, 1956: 181-2).

Montelius acreditava que sua cronologia cultural da pré-história europeia derivava objetivamente da evidência arqueológica. Hoje não estamos mais tão certos de que pressupostos não hajam desempenhado papel significativo na seleção dos entrelaçamentos aos quais ele recorria para correlacionar as cronologias de diferentes partes da Europa. Montelius julgava ter na sua cronologia indicações de que, nos tempos pré-históricos, o desenvolvimento cultural se dera no Oriente Próximo, e de que ondas de migração e difusão haviam trazido certas criações para a Europa, através dos Bálcãs e da Itália. Isso explicaria porque, nos tempos pré-históricos, o desenvolvimento cultural no sudeste da Europa sempre estivera acima do alcançado no norte e no oeste, e porque a Europa como um todo "por muito tempo nada mais foi que o pálido reflexo da civilização oriental". Montelius tornou-se o mais destacado expoente do difusionismo como explicação para o desenvolvimento cultural europeu, a escola chamada *ex oriente lux* (do oriente [vem] a luz) (Renfrew, 1976a: 36-7).

A interpretação de Montelius (1899, 1903) sobre o desenvolvimento da civilização europeia não apenas requeria uma crença na difusão, como também implicava crer que, durante longos períodos, a inovação tendeu a ocorrer em determinadas áreas e a difundir-se, a partir destas, para a periferia. Uma crença semelhante em centros e periferias culturais teve um papel significativo na antropologia boasiana, juntamente com o pressuposto da correspondência período/área, segundo o qual os traços mais amplamente distribuídos tendiam a ser mais antigos que aqueles difundidos por um território menor. Em geral, amplas áreas naturais (como as grandes planícies ou as florestas boreais da América do Norte) foram encaradas pelos antropólogos norte-americanos como as mais ativas esferas de difusão. Os conceitos de centros culturais e de correspondência período/área foram submetidos à crítica demolidora do antropólogo R. B. Dixon em 1928. Na Europa, contudo, esses pressupostos nunca foram formulados nem criticados com tanta clareza. Muitos arqueólogos apoiaram a interpretação de Montelius sobre a pré-história europeia.

Axes	Swords	Brooches	Belt boxes
 <p>F</p>			 <p>D VI</p>
 <p>E</p>	 <p>D</p>	 <p>F E</p>	 <p>C V</p>
 <p>C D</p>	 <p>C</p>	 <p>D C</p>	 <p>B IV</p>
 <p>C D</p>	 <p>B</p>	 <p>B A</p>	 <p>A III</p>
 <p>B</p>	 <p>A</p>		
 <p>A</p>			 <p>I</p>

24. Artefatos da Idade do bronze dispostos segundo o sistema de Montelius, 1881.

As objeções mais comuns, de resto, não eram contra a idéia de difusão a partir de um centro inovador, e sim contra a tese monteliana de que esse centro estava localizado no Oriente Próximo. Muitos eruditos se manifestaram contrários a tal interpretação, que se opunha à convicção dos europeus de sua própria superioridade criativa e fazia a civilização originar-se fora da Europa. Carl Schuchardt, Adolf Furtwängler e outros arqueólogos alemães sustentavam que a civilização micênica fora obra de invasores "arianos" oriundos do norte; entretantes, a tese de Montelius sofria uma oposição mais generalizada por parte de acadêmicos como Mathäus Much (1907) e do estudioso francês da pré-história Salomon Reinach, que a atacou em seu livro *Le Mirage Oriental* [A miragem oriental] (1893) (Sklenáo, 1983: 145). Porém, demolir o esquema de Montelius exigia descartar ou refutar sua cronologia, que os mais imparciais especialistas em pré-história consideravam baseada em evidência legítima.

No entanto, havia tanto razões científicas quanto não-científicas para o apoio dado a Montelius. Suas idéias difusionistas estavam claramente de acordo com as opiniões conservadoras acerca da criatividade humana correntes no final do século XIX. Rastrear as origens da civilização européia remontando ao Oriente Próximo também agradava a muitos cristãos, uma vez que reafirmava a visão bíblica da história mundial. O difusionismo também estava de acordo com uma interpretação bíblica que remontava ao período medieval, período este em que vigorou a concepção de sucessivos impérios - babilônio, persa, helenístico e romano - vindo, um após o outro, a transferir o centro de poder e a criatividade para o oeste, ou seja, desde o Oriente Próximo até a Europa. Por fim, durante o século XIX, as potências européias, em especial a Inglaterra e a França, interferiam em grau cada vez maior nos assuntos econômicos e políticos do Oriente Próximo (Silberman, 1982). Uma concepção da pré-história que via as nações européias ocidentais, em vez dos povos árabes, como os verdadeiros herdeiros das civilizações do Oriente Próximo ajudava a justificar as intervenções coloniais da Europa naquela região, tal como o folclore justificava a colonização

européia da África. Esta interpretação do desenvolvimento cultural antigo no Oriente Próximo como origem da civilização européia pode ajudar a explicar porque as idéias de Montelius eram mais populares na França e na Inglaterra do que na Alemanha, cujas intervenções no Oriente Próximo só começaram no final do século XIX.

Montelius não subscreveu as interpretações racialistas da história humana. Ao mesmo tempo em que ele se preocupava com os processos de difusão responsáveis pela propagação da civilização na Europa nos tempos pré-históricos, procurou explicitar os processos evolutivos responsáveis pela origem da civilização no Oriente Próximo. Como cidadão de uma nação geograficamente periférica, cuja vida cultural e acadêmica estava sendo transformada, no século XIX, por influência da Alemanha, ele provavelmente via a difusão como um poderoso estímulo para a mudança. Embora ele tenha sido o primeiro grande inovador da arqueologia a ser fortemente influenciado por uma concepção propriamente difusionista da cultura, sua posição no debate a respeito da inventividade humana foi tímida e seu pensamento, em grande medida, continuou evolucionista.

O Conceito de Cultura

No final do século XIX, uma preocupação crescente com a etnicidade estimulou a formação do conceito de cultura arqueológica e a adoção da abordagem histórico-cultural no estudo da pré-história. Na Escandinávia e na Europa central, os arqueólogos começaram a traçar analogias explícitas entre, de um lado, conjuntos reunindo muitos vestígios com características específicas, geograficamente restritos, e, de outro, as culturas etnográficas. Kroeber e Kluckhohn (1952) registraram como, no curso do século XVIII, filósofos franceses e alemães começaram a empregar a palavra francesa "culture", que originalmente se aplicava a empreendimentos agrícolas, para designar o progresso humano e o esclarecimento (o auto-cultivo). Na Alemanha, a palavra passou a designar os costumes de sociedades específicas, sobretudo os

estilos de vida marcados por uniforme coesão e mudança lenta, atribuídos a grupos camponeses e tribais, por oposição à "civilização" dos modernos centros urbanos, cosmopolitas e sujeitos a mudanças rápidas. Depois de 1870, obras sobre *Kulturgeschichte* (História da Cultura) começaram a proliferar, e em 1843 o etnólogo alemão Gustav Klemm (1802-67) publicou dados etnográficos em uma série de livros, a que deu o título de *Allgemeine Cultur-Geschichte der Menschheit* [História cultural geral da humanidade] (1843-52). O etnólogo inglês E. B. Tylor desde 1865 tinha ciência dessa prática de Klemm, mas foi somente no seu livro *Primitive Culture* [Cultura primitiva] (1871) que ele adotou a palavra cultura e conferiu-lhe a clássica definição de "aquele conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (p.1). Partindo dessa concepção holística ou processual de cultura, era fácil dar um passo além, rumo a uma noção distintiva de culturas individuais como modos de vida transmitidos por povos específicos de geração em geração, um conceito popularizado por Ratzel juntamente com o difusionismo. Em seu *Geschichte des Altertums* [História da Antigüidade!], publicado em 1884, o historiador Eduard Meyer (1855-1930) escreveu sobre as culturas egípcia, grega, troiana e micênica (Meinander, 1981: 101). Nas obras de Heinrich Schliemann e outros, os termos egeu, micênico, minóico, heládico e cicládico distinguem civilizações específicas da Idade do Bronze no Mediterrâneo (Daniel, 1950: 243).

A designação de conjuntos de material pré-histórico geográfica e temporalmente circunscritos como culturas ou civilizações, assim como sua identificação como remanescentes de grupos étnicos, parece ter ocorrido independentemente a diversos arqueólogos. No entendimento de Childe (1935b:3), o conceito de cultura arqueológica "impôs-se" a arqueólogos escandinavos, centro-europeus e italianos por força da riqueza de material que suas escavações revelavam no tocante ao neolítico e a períodos posteriores. No entanto, também está claro que isso ocorreu primeiramente na Europa central e adjacências, onde se

verificava um interesse permanente em rastrear identidades étnicas através do registro arqueológico. Já em 1866, o arqueólogo sueco Olof Rygh interpretava a singularidade de pontas de lança e de flechas encontradas no seu país como o produto "de uma cultura e de um povo" particulares da Idade da Pedra, e em 1871 ele registrou a existência de "duas culturas e dois povos da Idade da Pedra" na Noruega (Meinander, 1981:106). Em 1891, A Götze fez referência à cultura da *Bandkeramik* [cerâmica de bandas] e a outras culturas neolíticas; V. V. Hvojko, em 1901, à cultura *Tripolye*; e A. A. Spitsyn, em 1905, à cultura *Fatyanovo*. Em 1908, Raphael Pumpelly, um geólogo norte-americano que se tornara arqueólogo, empenhado, então, em uma escavação no sítio de Anau, na Ásia Central, usou o termo cultura para distinguir níveis sucessivos de ocupação que podiam ser reconhecidos no sítio, explicando que empregava "cultura" como sinônimo de civilização (p. 35). Em alguns casos, é possível rastrear o processo pelo qual culturas específicas foram reconhecidas. Seguindo a seqüência das escavações de um cemitério da Idade do Bronze em Unetice, na Tcheco-Eslováquia, os arqueólogos começaram a identificar achados similares aos de Unetice nas regiões vizinhas, e por fim os ordenaram de modo a constituir uma cultura Unetice. De modo semelhante, o tipo *Burgwall* de cerâmica proto-eslava que o pesquisador alemão da pré-história Rudolf Virchow (1821-1902) definira na Europa central foi, em 1870, ampliado de modo a formar o conceito de cultura *Burgwall* (Sklenáo 1983: 110).

Kossinna e o Enfoque Histórico-cultural

A despeito desses vários precedentes, o conceito de cultura arqueológica não foi definido nem aplicado sistematicamente à interpretação de dados arqueológicos senão em 1911, quando Gustaf Kossinna (1858-1931) publicou *Die Herkunft der Germanen* [A origem dos germanos]. Inspirado por um patriotismo fanático, Kossinna declarou a arqueologia a mais nacional das ciências e os antigos germanos o mais nobre tema de pesquisa. Embora formado em filosofia,

ele se voltou para a arqueologia a fim de descobrir a pátria originária dos falantes de línguas indo-européias e, conseqüentemente, dos alemães. Foi designado professor de arqueologia da Universidade de Berlin e, em 1909, fundou a Sociedade Alemã para a Pré-História, logo renomeada Sociedade para a Pré-História Germânica, a fim de enfatizar seus objetivos nacionalistas. Kossinna condenava seus colegas alemães por se interessarem pela arqueologia clássica e pela egiptologia, o que, para ele, representava falta de patriotismo, senão uma traição à nação alemã (Sklenáo 1983: 148-9). *Die Herkunft der Germanen* foi a primeira exposição sistemática dessa abordagem na arqueologia, configurando uma mistura de importantes inovações teóricas com uma fantasiosa glorificação da pré-história germânica, vista como a pré-história de uma raça senhorial biologicamente pura. A obra de Kossinna ajudou a reforçar o nacionalismo germânico e ganhou o apreço de conservadores como o marechal de campo Paul von Hindenburg e, mais tarde, do Movimento Nacional Socialista. Embora Kossinna tenha morrido em 1931, sua pré-história germânica tornou-se o principal componente do currículo que o governo nazista adotou para o ensino da pré-história nas escolas alemãs (Frick, 1934). Sob o regime nazista, a Sociedade para a Pré-História Germânica recebeu a designação de União Imperial para a Pré-História Germânica, ocasião em que foram criadas diversas novas cadeiras para os seguidores de Kossinna nas universidades alemãs, ao passo que muitos arqueólogos anatematizados pelo governo, por razões políticas ou raciais (ou simplesmente contrários às idéias de Kossinna), eram demitidos e obrigados a deixar a Alemanha (Sklenáo, 1983: 59; Fowler, 1987).

Apesar das ambições imperialistas da Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial, e do desejo dos nazistas de criar uma nova ordem mundial, os arqueólogos alemães apenas produziram uma versão (a mais extremada e estrídula) da arqueologia nacionalista - tendência que, na maioria dos casos, defendia os interesses de grupos étnicos minoritários, ou mais fracos. Esses arqueólogos não conseguiram, como lograra Lubbock, criar uma arqueologia verdadeiramente imperialista, baseada

numa concepção do que acontecera no passado e capaz de servir aos interesses de seu país através da conquista de amplo apoio no exterior. Por conta da orientação política de Kossinna, é necessário um esforço incomum para manter a objetividade e separar suas contribuições positivas dos aspectos perniciosos de sua obra. Cumpre lembrar também que, interpretando a evidência arqueológica de modo a induzir os alemães a considerar o povo eslavo, e todos os outros, como inferiores ao germânico, e justificar as agressões contra eles, Kossinna não procedia de modo diferente dos arqueólogos amadores e semi-profissionais que, na América do Norte, na África e na Austrália, retratavam os nativos como inferiores aos europeus. De diferentes modos em cada região, a arqueologia refletiu atitudes racistas que se tornaram amplamente difundidas na civilização ocidental do século XX. Kossinna propôs que, do paleolítico superior em diante, o registro arqueológico da Europa central podia ser organizado como um mosaico de culturas (*Kulturen ou Kultur-Gruppe*) [culturas ou grupos culturais], cuja localização e conteúdos se alteravam ao longo do tempo. Com base na convicção de que as culturas são inevitavelmente um reflexo da etnicidade, ele afirmava que similaridades e diferenças na cultura material correspondem a similaridades e diferenças de ordem étnica. Assim, províncias culturais claramente definidas sempre correspondiam a grandes grupos étnicos, ou povos, como os germanos, celtas, eslavos, ao passo que culturas individuais correspondiam a tribos, a exemplo de saxões, vândalos, lombardos e burgúndios, falantes de línguas germânicas. Como muitos outros arqueólogos, inclusive Montelius, Kossinna acreditava que continuidade cultural indicava continuidade étnica. Com base nisso, afirmava ainda que, mapeando as distribuições de tipos de artefatos característicos de determinados grupos tribais, seria possível determinar onde eles tinham vivido em diferentes períodos da pré-história - um procedimento que denominou arqueologia dos assentamentos (*Siedlungsarchàologie*). Com isso ele não queria dizer sítios habitados, mas sim a circunscrição de espaços onde grupos étnicos particulares viveram. Julgava ele que, identificando

historicamente grupos tribais conhecidos com culturas arqueológicas particulares em um período histórico arcaico, seria possível rastreá-los, remontando arqueologicamente no tempo. Em algum ponto, já não seria possível distinguir as tribos germânicas — pois elas ainda não se teriam diferenciado umas das outras —, mas os arqueólogos ainda poderiam fazer distinção entre germanos, eslavos, celtas e outros grupos principais de indo-europeus. Para períodos ainda mais remotos, talvez só fosse possível diferenciar indo-europeus de não indo-europeus. Kossina não foi o primeiro arqueólogo a usar sistematicamente o conceito de cultura arqueológica, mas foi o primeiro a aplicar o enfoque histórico direto ao estudo de uma vasta região.

Em todos os seus últimos escritos, Kossinna identificou variações culturais e étnicas com diferenças raciais. Em particular, acatou a opinião generalizada segundo a qual os povos que originalmente falavam línguas indo-européias - considerados, portanto, ancestrais diretos dos alemães - eram membros de um grupo racial nórdico (ou ariano), louro, dolicocefalo; e acolheu do mesmo modo a convicção de que as características raciais vêm a ser um determinante fundamental do comportamento humano. Kossinna também aceitou a distinção de Klemm entre *Kulturvölker*, ou povos culturalmente criativos, e *Naturvölker*, povos culturalmente passivos. Para ele, assim mesmo se distinguiam os indo-europeus (e, acima de todos, os alemães) dos demais povos. Acreditava ele ainda que os indo-europeus podiam ser rastreados até a cultura maglemosiense do mesolítico arcaico, encontrada no norte da Alemanha. Em particular, assinalava como seu ponto de origem as vizinhanças de Schlesvig e Holstein, territórios que a Alemanha recentemente anexara, tomando-os da Dinamarca. Reivindicando a máxima antigüidade para a cronologia cultural da Alemanha, ele procurava demonstrar que essa região tinha sido o centro do desenvolvimento cultural da Europa e do Oriente Próximo. Adagas de sílex do neolítico tardio foram interpretadas como evidência de um nobre apreço germânico pelas armas, e como protótipo das armas de bronze posteriores, e trombetas da Idade do Bronze foram tomadas

como prova da superioridade musical dos alemães na pré-história. Num arroubo de fantasia, Kossinna propôs a tese de que o alfabeto tivera origem não na Fenícia, mas na Idade da Pedra europeia.

Como as culturas mais avançadas eram uma expressão de superioridade biológica, elas só podiam propagar-se de uma região para outra através de migrações, e não por difusão. Imaginava-se que ondas de indo-europeus teriam migrado rumo ao sul e ao leste, conquistando populações nativas e usando-as para erigir civilizações no Oriente Próximo, na Grécia e na Itália. Mas todas essas ondas indo-europeias incidiram em miscigenação com populações locais e, em consequência disso, tiveram debilitadas suas aptidões criativas. Daí porque mesmo os povos falantes de indo-europeu da Grécia e da Itália eventualmente se tornaram incapazes de manter a criatividade cultural. Para Kossinna, uma vez que os alemães ficaram em sua terra de origem, continuaram a ser os mais racialmente puros, logo os mais talentosos e criativos de todos os povos indo-europeus. Só eles seguiram sendo capazes de arcar com a responsabilidade histórica de criar a civilização e impô-la aos povos inferiores. Assim, os alemães eram os primogênitos (*Erstgeborenen*) dos indo-europeus. Kossinna também considerava a arqueologia um meio de estabelecer o direito histórico ao território. Onde quer que artefatos supostamente germânicos fossem encontrados, o lugar era declarado um antigo território alemão, que a Alemanha moderna tinha o direito de manter sob seu domínio ou estava autorizada a reconquistar. É claro que o mesmo argumento não podia ser aplicado aos povos não-germânicos, como os eslavos, que em épocas medievais tinham chegado até onde seria a fronteira entre a Alemanha Ocidental e a Oriental (Klejn, 1974).

Por fim, e mais positivamente, Kossinna enfatizou a necessidade de buscar saber o máximo possível acerca de como grupos humanos, ou pelo menos germânicos, viveram em tempos pré-históricos. Culturas não eram definidas simplesmente como conjuntos de artefatos; os arqueólogos eram instados a tentar determinar modos de vida pré-históricos. Em suas próprias palavras, Kossinna prestava pouca atenção

a testemunhos arqueológicos do tipo casas, costumes funerários, ritos; mas baseava suas interpretações em artefatos de coleções de museus. Suas especulações a respeito da vida germânica pré-histórica com freqüência eram fantasiosas, na tradição de Stukeley e epígonos. No que tange ao escopo, contudo, a concepção holística de culturas arqueológicas individuais de Kossinna tinha mais em comum com a escola escandinava de arqueologia do que com a arqueologia "científica" afeiçoada ao modelo dos estudos do paleolítico protagonizados por franceses e ingleses. A obra de Kossinna, malgrado todo o seu disparate chauvinista e seu teor em grande medida amadorístico, marcou a conclusão do processo de substituição de um enfoque evolucionista da pré-história por uma abordagem histórica. Dispondo os dados arqueológicos, em cada período da pré-história, dentro de um mosaico de culturas arqueológicas, ele procurou não apenas documentar como europeus viveram em diferentes etapas do desenvolvimento pré-histórico, mas também entender como povos particulares, muitos dos quais podiam ser identificados como ancestrais de grupos modernos, viveram no passado e o que lhes sucedera no curso do tempo. Sua abordagem oferecia um meio de lidar com a evidência que se acumulava de variações tanto cronológicas quanto geográficas no registro arqueológico. Devemos reconhecer em Kossinna um inovador cuja obra foi de importância capital para o desenvolvimento da arqueologia.

CHILDE E a Aurora da Civilização Européia

Kossina teve pouca influência direta fora dos países de língua alemã, sem dúvida porque suas interpretações nacionalistas da pré-história eram muito repulsivas para outras nacionalidades. Os britânicos dos tempos eduardianos eram tão orgulhosos quanto os alemães de suas supostas afinidades raciais nórdicas ou arianas. Mas, ao contrário dos alemães, que podiam rastrear seu grupo étnico, recuando aos tempos da pré-história, e identificá-lo como o único ocupante da maior parte de

sua pátria moderna, os britânicos tinham aguda consciência de que a Inglaterra havia sido conquistada e ocupada, sucessivamente, por romanos, saxões, dinamarqueses e normandos. Os arqueólogos britânicos postulavam que invasões semelhantes haviam ocorrido em tempos pré-históricos. Conquanto alguns ingleses alegassem que os povos celtas pré-históricos haviam sido tão-somente seus predecessores, e não seus ancestrais, a maioria dos historiadores sustentava que os elementos biológica e culturalmente mais desejáveis nas sucessivas populações indígenas se tinham combinado com o que de mais avançado havia nos grupos invasores, de modo a formar um povo cujo vigor híbrido, composto de várias levas européias, os tornava os melhores do mundo (Rouse, 1972: 71-2). Essa cadeia histórica de superioridade crescente tinha correspondência com uma hierarquia regional e ética no interior da Grã-Bretanha. Os membros das classes dominantes (a classe alta e a classe média) viam-se como herdeiros espirituais, se não biológicos, dos normandos, ao passo que os ingleses em geral se identificavam com os antigos saxões, e os da orla céltica com os bretões, ainda mais antigos e mais primitivos.

Em função de sua atitude positiva no tocante a influências externas, os arqueólogos britânicos foram receptivos aos argumentos de Montelius de que a Europa pré-histórica devia muito de seu desenvolvimento cultural ao Oriente Próximo. Contudo, eles não consideravam mutuamente exclusivas essas teses e a dos arqueólogos eurocêntricos. Um dos principais temas da obra de John Myres intitulada *The Dawn of History* [A aurora da História] (1911) foi a propagação da civilização a partir do Egito e da Mesopotâmia até a Europa. Outro ponto fundamental era a idéia de que todas as sociedades hierárquicas se desenvolveram quando povos pastoris, politicamente dinâmicos, como os semitas e os indo-europeus, foram forçados pela estiagem a deixar suas terras para conquistar e dominar politicamente sociedades camponesas menos inovadoras. De acordo com Myres, os indo-europeus, que ele acreditava serem nômades oriundos das estepes da Ásia central, eram particularmente inclinados a impor sua língua,

crenças e costumes aos povos conquistados, ao mesmo tempo em que adotavam sua cultura material. O encontro das influências culturais procedentes do Oriente Próximo transmitidas à Europa com as aptidões políticas indo-européias deu origem ao modo de vida europeu típico, singularmente vigoroso. Idéias semelhantes eram defendidas por Arthur Evans (1896), que foi colega de Myres na Universidade de Oxford. Contudo, ao escrever sobre povos em *The Dawn of History*, Myres ainda não fazia referência a culturas arqueológicas. Mais tarde, culturas particulares foram assinaladas por arqueólogos como Myres (1923a), Harold Peake (1922) e Cyril Fox (1923). No livro *Man and his Past* [O homem e seu passado], O. G. S. Crawford (1921: 78-9) discutiu a adequação de métodos geográficos para determinar a origem, a extensão e as fronteiras dessas culturas. Entretanto, nenhum esforço foi feito no sentido de aplicar o conceito de cultura arqueológica de um modo sistemático antes da publicação do livro de Gordon Childe (1893-1957) intitulado *The Dawn of European Civilization* [A aurora da civilização europeia] (1925a). Por meio deste livro, que Glynn Daniel (1950: 247) chamou de "um novo ponto de partida da arqueologia pré-histórica", a noção de cultura arqueológica tornou-se um instrumento de trabalho de todos os arqueólogos europeus.

Filho de um ministro conservador da Igreja da Inglaterra, Childe nasceu em Sidney, na Austrália, em 1893. Estudou letras clássicas na Universidade de Sidney, onde se envolveu com o socialismo. No começo de sua carreira, ele também queria, como Kossinna, localizar o berço dos povos falantes de línguas indo-européias. Foi para a Universidade de Oxford, onde estudou com Myres e Evans. Em 1916, retornou à Austrália, onde se engajou em várias atividades políticas de esquerda, até 1921. Desiludido com a política, retomou o estudo da arqueologia. O amplo domínio que já tinha de línguas europeias e sua aguçada memória visual o habilitaram a visitar museus e escavações por toda a Europa, recolhendo dados. Childe apresentou os resultados dessa pesquisa em dois livros: *The Dawn of European Civilization* [A aurora da civilização europeia], uma síntese da pré-história europeia até o final

da Idade do Bronze, e *The Danube in Prehistory* [O Danúbio na pré-história], um estudo detalhado de uma região até então pouco conhecida. A base teórica de seu enfoque foi delineada no começo deste último livro.

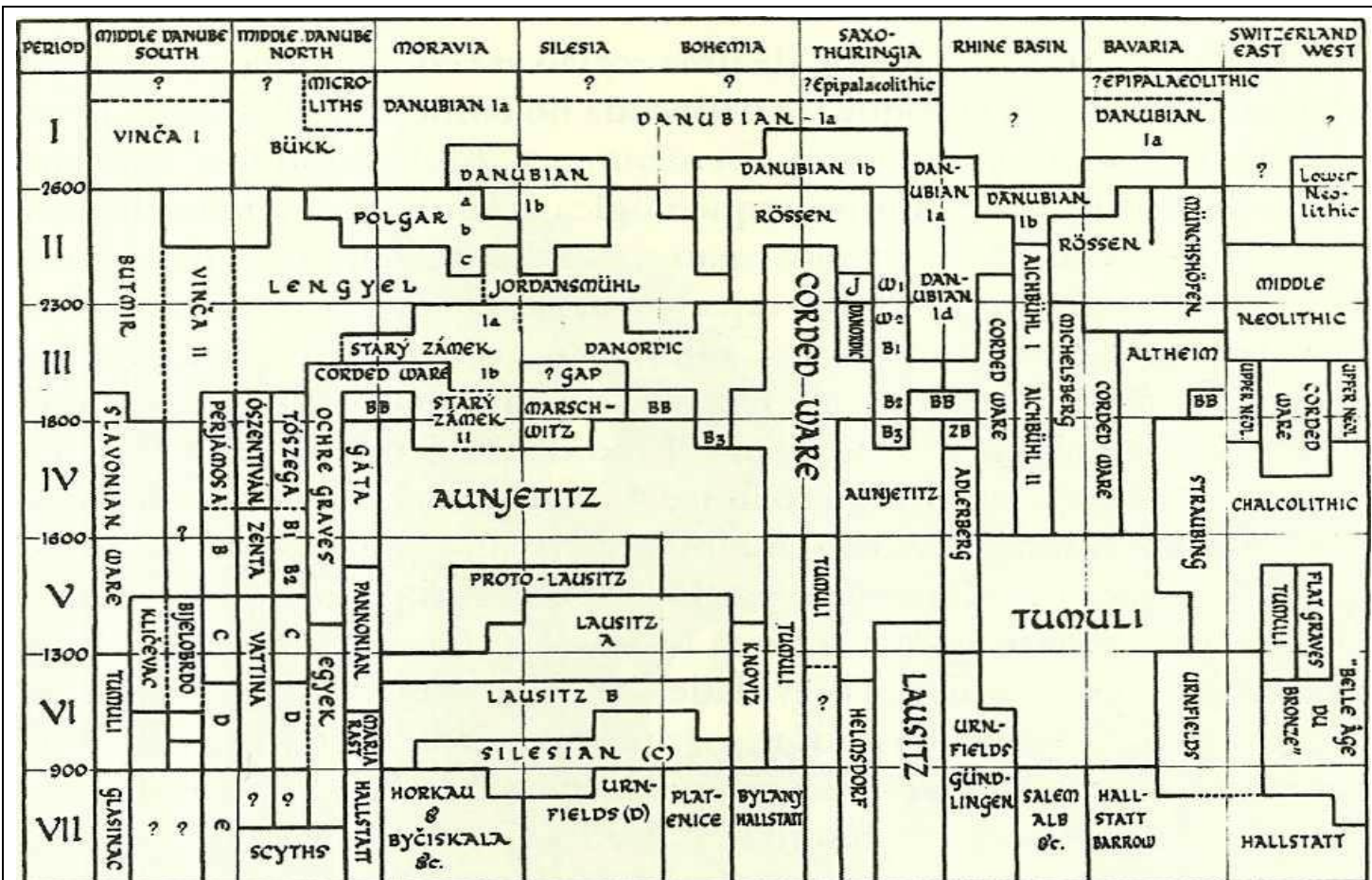


25. Childe com um grupo de trabalhadores em Skara Brae, Orkeney, 1828-30 (Royal Commission on Ancient Monuments, Escócia).

Em *The Dawn of European Civilization*, Childe adotou o conceito básico de Kossinna de cultura arqueológica e também sua identificação dessas culturas com os vestígios materiais remanescentes de povos pré-históricos, mas, por outro lado, rejeitava todas as conotações racistas que Kossina vinculava a essas idéias. Combinou tais conceitos com a cronologia de Montelius e com a convicção de que, nos tempos pré-históricos, os avanços tecnológicos se tinham difundido na Europa a partir do seu lugar de origem, no Oriente Próximo. As interpretações de Childe sobre a pré-história europeia também foram influenciadas por Myres e Evans, na medida em que ele enfatizou a criatividade dos

européus pré-históricos a um grau bem maior do que o fizera Montelius. Childe definiu a cultura arqueológica (com equívoca brevidade, infelizmente) como "certo tipo de vestígios-vasos, apetrechos, adornos, ritos funerários, formas de habitação - que aparecem associados de forma recorrente" (1929: v-vi). Enfatizou que cada cultura deve ser descrita de modo a ver-se individualizada em termos dos artefatos que a constituem, e também sublinhou que culturas não podem ser definidas tão-somente pela subdivisão, em bases espaciais ou temporais, das idades e épocas dos arqueólogos evolucionistas. Em vez disso, os limites geográficos e a duração de cada cultura devem ser estabelecidos empiricamente, e as culturas particulares alinhadas cronologicamente por meio de estratigrafia, seriações e sincronismos. Dessa forma, Childe interpretou a pré-história de toda a Europa como um complexo mosaico de culturas. Em *The Dawn of European Civilization*, uma figura aproximada desse mosaico foi traçada com emprego de mapas e tabelas; em *The Danube in Prehistory* foi publicado um esquema detalhado mostrando a distribuição geográfica e cronológica de todas as culturas arqueológicas conhecidas no vale do Danúbio; e em *Antiquity* [Antigüidade], de 1932, foi apresentado um diagrama desse gênero, feito por Childe e M. C. Burkitt, cobrindo toda a Europa. Esses gráficos foram os protótipos dos que outros arqueólogos usariam para representar cronologias culturais regionais por todo o mundo.

A maioria das culturas de Childe foram definidas com base em um pequeno número de artefatos diagnósticos. Porém, a seleção desses artefatos envolvia uma concepção funcionalista da cultura material. Ele sustentava que o significado histórico de diferentes tipos de artefatos só podia ser verificado considerando-se o papel que desempenharam nas culturas pré-históricas. Childe postulou que a cerâmica de produção doméstica, os adornos e os ritos funerários tendiam a refletir o gosto local e resistiam às mudanças; portanto eram úteis para identificar grupos étnicos específicos.



26. Primeiro gráfico de Childe assinalando as relações entre as culturas arqueológicas da Europa Central; extraído de *The Danube in Pre-History*, 1929.

Por outro lado, ele assinalou que o valor utilitário de ferramentas, armas e muitos outros tipos de tecnologia faziam com que se difundissem rapidamente de um grupo para outro, fosse pela troca ou pela cópia; portanto, esses tipos de instrumentos representavam um meio válido de consignar culturas vizinhas a um mesmo período e estabelecer cronologias culturais, antes da descoberta da datação por radiocarbono (Childe, 1929: vii, 248; cf. Binford, 1983a : 399-400). Concluiu que este procedimento confirmava a imagem, que emergira na obra de Montelius, da difusão da cultura material a progredir em sentido oeste, através da Europa.

Embora artefatos diagnósticos pudessem servir para delimitar uma cultura arqueológica, não eram suficientes para descrevê-la. Para isso, todo artefato era relevante. Interessava a Childe considerar as culturas arqueológicas não como meras coleções de traços, mas também como

meios que possibilitassem a interpretação arqueológica do modo como grupos específicos viveram em tempos pré-históricos. Na primeira edição de *The Dawn of European Civilization*, ele buscou sumarizar o que podia ser deduzido a respeito do modo de vida correspondente a cada uma das principais culturas mencionadas no livro. Nas edições seguintes, ele traçou um panorama de cada cultura de modo mais sistemático, cobrindo - tanto quanto possível - economia, organização social e política, e crenças religiosas (Childe, 1939; 1956a: 129-31). Childe e Kossinna compartilharam o interesse pela forma como os povos viveram no passado. Ao interpretar mudanças culturais, Childe recorria, como fizera Montelius, à migração e à difusão, ambas fatores externos. A continuidade cultural era adscrita à ausência desses fatores. O enfoque de Childe tinha grande semelhança com o da etnologia difusionista em curso na Europa e na América do Norte na década de 1920.

The Dawn of European Civilization forneceu um modelo que seria aplicado ao estudo da arqueologia em toda a Europa, na década de 1950. Apesar das mudanças de focos de interesse, Childe seguiu rigorosamente essa forma de abordagem em suas sínteses regionais posteriores, como *The Prehistory of Scotland* [Pré-história da Escócia] (1939) e *Prehistoric Communities of the British Isles* [Comunidades pré-históricas das Ilhas Britânicas] (1940a). O principal objetivo dos arqueólogos que adotaram essa abordagem já não era interpretar o registro arqueológico como evidência de estágios de desenvolvimento cultural, mas identificar povos pré-históricos, com frequência anônimos, por meio de culturas arqueológicas e reconhecer sua origem, rastrear-lhes os movimentos, verificar sua interação. O período neolítico já não era visto basicamente como um estágio de desenvolvimento, mas como um mosaico de grupos culturais claramente delineados. As questões que se colocavam diziam respeito a variação histórica específica. Havia também um interesse geral por saber como povos específicos viveram em tempos pré-históricos.

Childe tinha plena consciência da revolução que ele provocou na arqueologia. Em 1925, observou com satisfação que constituiu uma autêntica revelação para seus colegas arqueólogos o modo como se tornava aparente a migração de povos pré-históricos anônimos, no registro arqueológico, quando este era estudado como um mosaico de culturas (Childe, 1925b). Assim ele distinguia a nova abordagem histórico-cultural da velha arqueologia evolucionista. Referindo-se antes às escolas britânica e francesa que à escandinava, ele observou também que, no século XIX, os arqueólogos evolucionistas tinham-se tornado mais interessados nos artefatos que em seus fabricantes. Afirmou que, ao construírem seqüências evolutivas, eles haviam tratado os artefatos como fósseis mortos, ao invés de expressões de sociedades vivas (1940a:3). Na opinião de Childe, o progresso científico não deixara aos arqueólogos outra alternativa a não ser a adoção de métodos concretos da história. Ele estava certo ao retratar o desenvolvimento do enfoque histórico na arqueologia como uma progressão lógica e natural, na medida em que, ao contrário da arqueologia evolucionista, a arqueologia histórico-cultural estava apta a estudar, e tentar explicar, tanto a variação geográfica quanto a variação temporal no registro arqueológico. Mas estava errado ao pressupor que seu método de interpretação do registro arqueológico era necessariamente mais objetivo que o da arqueologia evolucionista. O conceito de cultura arqueológica, que ele tomara emprestado de Kossinna, e as idéias difusionistas de Montelius estavam intimamente ligados a interpretações amplamente difundidas do comportamento humano que se desenvolveram em reação ao evolucionismo cultural na Europa ocidental, no início do século XIX. A nova concepção histórico-cultural da pré-história estava tão profundamente arraigada em uma avaliação pessimista da mudança cultural e da criatividade humana quanto a concepção evolucionista estivera arraigada numa visão otimista desses tópicos.

A despeito de seu radicalismo político de esquerda, Childe não escapou inteiramente do racismo que era parte da nova perspectiva. Em *The*

Aryans [Os arianos] (1926), ele afirmou que o êxito dos indo-europeus não se devia ao fato de possuírem uma cultura material ou uma inteligência natural superior à de outros povos, mas ao fato de falarem uma língua superior, beneficiando-se da mentalidade mais competente que ela possibilitava. Afirmou que os gregos e romanos tinham um tipo físico nórdico diluído, mas que ambos aproveitaram o elevado potencial cultural inerente a sua língua. Esta interpretação contrastava com a convicção de Kossinna de que a miscigenação étnica e racial ocorridas nesses países resultara em declínio cultural. Mas, no fim de *The Aryans*, Childe curvou-se aos sentimentos racistas dominantes sugerindo que a "superioridade física" dos povos nórdicos os tornara os portadores iniciais adequados de uma língua superior (Childe, 1926: 211). Nos últimos anos, depois de adotar outras explicações para a variação cultural, ele repudiou essas antigas especulações.

Arqueologia Nacional

O enfoque histórico-cultural, com ênfase na pré-história de povos específicos, serviu de modelo para as arqueologias nacionais, não apenas na Europa, mas em todo o mundo. Em muitos países, continua a ser o enfoque arqueológico predominante. Tal como a história nacionalista, à qual está intimamente ligado, pode ser usado para reforçar o orgulho e o moral de nações ou grupos étnicos. A arqueologia nacional é quase sempre empregada com esse propósito entre povos que se sentem prejudicados, ameaçados ou privados de seus direitos coletivos por nações mais poderosas, ou então em países onde se busca reagir ao risco de divisões internas com apelos à unidade nacional. A arqueologia nacionalista tende a enfatizar o passado mais recente, em vez do período paleolítico, e volta sua atenção para as grandes realizações de antigas civilizações indígenas. Como já havia observado Daniel Wilson (1876:1: 247), dá-se também nesse contexto uma tendência a glorificar o "vigor primitivo" e a criatividade dos supostos antepassados da nação em causa, em vez de acusar-lhe o baixo *status* cultural.

Os problemas políticos e as mudanças revolucionárias que se desencadearam na China no começo do século XIX produziram um renovado interesse pela historiografia, levando ao desenvolvimento de uma atitude mais crítica para com os textos antigos (Wang, 1985: 184-8). O estudo de objetos de arte e da caligrafia eram parte, desde muito consagrada, da historiografia tradicional chinesa. Mas a pesquisa de campo arqueológica desenvolveu-se no contexto do movimento reformista de 4 de maio, que, iniciando-se em 1919, substituiu a tradicional erudição literária pelo conhecimento científico vindo do Ocidente. Encontraram boa acolhida a geologia, a paleontologia e outras ciências capazes de coletar dados empíricos no solo terrestre.

A primeira grande pesquisa arqueológica de campo foi levada a cabo por cientistas ocidentais ligados à Prospeção Geológica da China, fundada em Pequim em 1916. O arqueólogo sueco J. G. Andersson (1934: 163-87) identificou a cultura neolítica Yangshao em 1921 e, em 1926, sob a direção do anatomista canadense Davidson Black (Hood, 1964), teve início um importante trabalho no sítio paleolítico de Zhoukoudian. O primeiro erudito chinês a chefiar a escavação de um sítio arqueológico foi Li Ji (Li Chi) (1896-1979), que fizera doutorado em Harvard em 1923. De 1928 a 1937, na qualidade de primeiro chefe do departamento de arqueologia do Instituto Nacional de Pesquisas Históricas e Filológicas da Academia Sínica, Li Chi fez escavações no importante sítio Shang arcaico de Yinxu, perto de Anyang. As escavações feitas nesse sítio histórico arcaico, que continha muitas inscrições e obras de arte, desempenharam um papel fundamental no treinamento de uma geração de arqueólogos chineses e também tornaram a arqueologia um instrumento de estudo da história da China. Também alentaram o re florescimento do orgulho pelo passado chinês. Essa conversão à história vem a ser ainda mais significativa, considerando-se a formação antropológica de Li Chi.

Pesquisadores estrangeiros, como Andersson, tentaram rastrear as origens da cultura chinesa, ou pelo menos de seus aspectos fundamentais, como a cerâmica pintada neolítica, recuando até o

Oriente Próximo, pressupondo, assim, que a civilização chinesa se teria originado no Ocidente. Arqueólogos chineses procuraram a origem da civilização chinesa na cultura neolítica Longshan, na qual as influências ocidentais pareciam menos evidentes. Mais tarde, afirmaram que Yangshao e Longshan representavam um desenvolvimento contínuo que culminara na civilização Shang (W. Watson, 1981: 65-6). A pesquisa arqueológica foi interrompida pela invasão japonesa em 1937 e, depois da vitória comunista em 1949, muitos arqueólogos, Li Chi inclusive, se refugiaram em Taiwan, levando consigo preciosas coleções. O marxismo começou a influenciar o estudo da China antiga, já na década de 1930, nas pesquisas de Guo Moruo (1892-1978). Escritor e revolucionário, em 1927 ele se viu forçado a exilar-se no Japão, relativamente liberal à época, fugindo dos esquadrões da morte de Chiang Kai-Shek. Nos dez anos em que viveu no Japão, Guo produziu uma série de estudos sobre inscrições antigas e sobre a evolução estilística de artefatos de bronze. Diferentemente de Li Chi e seus companheiros, interessados fundamentalmente em arte, religião e ideologia, Guo enfatizou a produção como a base da sociedade e interpretou as dinastias Shang e Dzhou como exemplos de sociedades escravistas. Mais do que qualquer outro estudioso chinês, Guo procurou inserir seu país em um cenário comparativo na história mundial (Wang, 1985: 188). Depois da revolução comunista, ele se tornou uma figura proeminente na vida cultural chinesa. A partir de 1950, e até sua morte, em 1978, Guo foi presidente da Academia Chinesa de Ciências.

Depois de 1949, a arqueologia se tornou uma atividade controlada pelo Estado. Com exceção do período em que o valor de qualquer estudo do passado era contestado pelos extremistas da revolução cultural, a arqueologia foi apoiada pelo regime como um importante instrumento de educação política, tal como o fora na União Soviética. O apoio dado à arqueologia estava de acordo com a sentença de Mao Tse Tung: "o passado deve servir ao presente". O Departamento Nacional de Relíquias Culturais administra milhares de museus locais e provinciais, quer diretamente, quer através de departamentos de cultura provinciais

e distritais. Vastos acervos de dados arqueológicos foram exumados por toda a China no curso de um desenvolvimento industrial e agrícola sem precedentes, e como achados casuais chegam com rapidez ao conhecimento de arqueólogos profissionais, a informação sobre o passado cresceu com grande rapidez (Chang 1981:168). Nas seções de pesquisa da Academia Chinesa, a arqueologia do paleolítico se faz à parte das pesquisas do neolítico e de períodos históricos: liga-se ao Instituto de Paleoantropologia e Paleontologia dos Vertebrados. Este arranjo deve-se, provavelmente, à ausência de identificação dos períodos arcaicos do desenvolvimento humano com a história especificamente nacional, embora haja um grande orgulho pela antigüidade do registro paleolítico chinês. Em termos práticos, esta divisão reflete a proximidade da relação de trabalho entre arqueólogos, geólogos e paleontólogos.

Observando dogmas marxistas nacionalmente aceitos, o passado chinês é visto como uma seqüência unilinear de estágios: sociedade primitiva, sociedade escravista, sociedade feudal. Esse modelo não é questionado. Até agora, poucas pesquisas arqueológicas se voltaram para o exame das teorias marxistas de evolução social, o que envolveria a pesquisa de sistemas de subsistência, padrões de assentamento, comércio e organização social e política. Isso pode, em parte, refletir a escassez de pessoal treinado, mas também já foi atribuído às imprevisíveis mudanças políticas do governo chinês, que desestimulam a expressão de opiniões sobre tópicos politicamente sensíveis. Em vez disso, os achados arqueológicos são interpretados pragmaticamente a fim de promover uma variedade de objetivos políticos. Dramatizam a crueldade e a opressão que caracterizaram a vida das massas chinesas sob sucessivas dinastias reais em contraste com as benéficas mudanças socioeconômicas que, desde 1949, constituem as metas da política do governo chinês. Os grandes túmulos, templos e outros monumentos do passado são também interpretados como testemunhos da perícia e da energia dos trabalhadores e artesãos que os criaram. Por fim, mas não menos importante, os achados arqueológicos são usados para cultivar o

orgulho e a dignidade nacionais, comprovando as grandes realizações da China ao longo do tempo.

A despeito do verniz marxista, a arqueologia chinesa continuou a manifestar de modo intenso suas características tradicionais. Desempenha um papel fundamental na promoção da unidade nacional, como a historiografia, o fazia antes de 1949. Até recentemente, as interpretações dos registros arqueológicos eram feitas de acordo com as duradouras tradições chinesas que dão destaque à região norte. Acreditava-se que a cultura material e as instituições chinesas se haviam desenvolvido no vale do Huangh-he e daí se teriam propagado gradualmente, rumo ao sul, vindo a constituir a cultura panchinesa da Idade do Ferro. A criatividade cultural das outras regiões da China era, assim, minimizada. No passado, pelo menos um arqueólogo ocidental foi criticado por chamar a atenção para a sofisticação e o caráter independente das culturas "provinciais" do neolítico e da Idade do Bronze na China meridional (W. Watson, 1981: 68-9). Essa concepção chinesa foi vigorosamente rejeitada por arqueólogos vietnamitas, que vêem na cultura Dong-s'on, da Idade do Bronze da Ásia meridional, evidências de "uma base profunda e sólida" de uma tradição cultural distinta, que, em seu próprio país, "recusou-se terminantemente a diluir-se na cultura chinesa, enquanto outras culturas eram subjugadas e aniquiladas" (Van Trong, 1976: 6). Ficou para estudiosos que trabalham fora da China o trabalho de identificar as características culturais distintivas e o desenvolvimento arcaico da China central e meridional (Meacham 1977).

A pesquisa arqueológica de campo ao estilo ocidental foi introduzida no Japão, ainda antes que na China, por cientistas naturais americanos e médicos europeus contratados para ensinar naquele país, especialmente depois da Revolução Meiji, de 1868, quando o novo governo decidiu incorporar os avanços ocidentais na ciência, na tecnologia e na medicina. O mais notável desses visitantes foi o zoólogo norte-americano Edward Morse (1832-1925), que participou de uma pesquisa em um concheiro em Omori, em 1877. Embora nenhum dos discípulos

de Morse tenha-se tornado arqueólogo, ele conseguiu despertar o interesse de alguns deles pela pesquisa arqueológica. Ikawa-Smith (1982: 299) observa que importantes arqueólogos japoneses do final do século XIX e começo do século XX eram formados em geologia, zoologia ou medicina, e que muitos deles estudaram na Europa, ou na América do Norte. A formação desses profissionais era, portanto, semelhante à dos arqueólogos ocidentais do século XIX: autodidatas ou profissionais treinados informalmente.

Embora Morse fosse um evolucionista, os arqueólogos japoneses que o sucederam tinham mais em comum com os arqueólogos europeus da linha histórico-cultural do final do século XIX. A primeira geração de arqueólogos profissionais japoneses foi liderada por Tsuboi Shogoro (1863-1913). Em 1884, ele e muitos outros estudantes de ciências fundaram a Associação de Antropologia de Tóquio; nove anos depois, ele foi nomeado professor de antropologia da Universidade de Tóquio. Tal como era de praxe na Europa continental, Shogoro entendia a antropologia como um ramo da zoologia com interesse em resquícios naturais humanos e considerava a evidência arqueológica uma pista para identificar grupos raciais. Especializou-se no estudo do período mesolítico Jomon e, por volta de 1930, definiu uma cronologia específica para este período.

Em 1895, os historiadores que trabalhavam no Museu Imperial (hoje Museu Nacional de Tóquio) fundaram a Associação de Arqueologia.

Esta tinha ligações mais próximas com o antiquarianismo pré-Meiji que a Associação de Antropologia de Tóquio. Os objetivos da Associação de Arqueologia eram "estudar a arqueologia de nosso país com vistas a lançar luz sobre os costumes, as instituições, a cultura e a tecnologia dos sucessivos períodos de nossa história nacional" (Ikawa-Smith 1982: 301). Esses arqueólogos se concentraram no estudo dos períodos Yayoi tardio e Kofun proto-histórico e dedicaram especial atenção às artes, a exemplo de espelhos de bronze e armas.

Arqueólogos japoneses de todas as escolas continuaram a fazer uma arqueologia de orientação histórico-cultural, o que não os impedia de

interessar-se pela compreensão "do quadro geral de desenvolvimento humano e das regularidades da transformação social" (Ikawa-Smith 1982: 302). Por vezes, pressões políticas impediram o desenvolvimento da arqueologia. Em particular, elas tinham a ver com esforços de promoção da unidade nacional através da ênfase na veneração do imperador como descendente de deuses e chefe, por designação divina, da família nacional japonesa. Normas governamentais baixadas em 1874 e 1880 dificultaram a escavação de grandes montículos funerários, especialmente os identificados como possíveis túmulos da família real. Essas escavações foram feitas na década de 1920, quando a tensão política era menor. Na mesma época, alguns historiadores também publicaram interpretações marxistas da história do Japão, valendo-se de dados arqueológicos. A partir do século XIX, porém, a maioria dos arqueólogos cuidava de não contradizer os relatos oficiais da antiga história do Japão, baseada em Kojiki, em Nihon Shoki e em outras crônicas do século VIII d.C. A cultura arcaica Jomon, datada de 1500 a.C. - anterior, portanto, aos acontecimentos descritos naqueles relatos - foi atribuída aos ainos pelo anatomista Kogenei Yoshikiyo, e ao povo pré-aino por Morse e Tsuboi, mas não foi considerada uma cultura ancestral do povo japonês. Ambas as interpretações justificavam a colonização tardia, ocorrida no século XIX, da ilha de Hokkaido, onde viviam os ainos, apresentando-a como a continuação da expansão histórica do povo japonês rumo ao norte, através do arquipélago nipônico (Fawcett, 1986). Na atmosfera ultranacionalista da década de 1930, tornou-se extremamente perigoso empenhar-se em qualquer pesquisa que, mesmo inadvertidamente, pudesse pôr em dúvida os mitos xintoístas relativos à origem divina da família real. Os que se envolviam nessas atividades corriam o risco de ser demitidos, e até mesmo presos. Em consequência dessas pressões, os antropólogos físicos e lingüistas evitavam discutir etnicidade, e os arqueólogos se concentraram na elaboração de tipologias de artefatos, evitando discussões sobre mudanças culturais que pudessem ter qualquer implicação para a versão oficial da história.

Depois da Segunda Guerra Mundial, as atividades arqueológicas progrediram muito no Japão. Os arqueólogos japoneses se orgulham da excelência técnica de seu trabalho e se esforçam por ampliar sua compreensão da história cultural e da cronologia. A grande maioria dos pesquisadores está interessada no estudo das jazidas arqueológicas do Japão, com uma perspectiva de história nacional. O interesse público pela arqueologia é grande, prospecções e operações de resgate são obrigatórias, e os achados arqueológicos são amplamente exibidos ao público (Tanaka, 1984). A arqueologia possibilitou uma visão do desenvolvimento da nação, do povo e da cultura japonesa, preenchendo um vácuo deixado pela derrota militar na Segunda Guerra Mundial. Para muitos japoneses, os achados arqueológicos possibilitam um contato tangível com o passado e ajudam a reforçar o senso de estabilidade em um período de mudanças socioculturais e de grande incerteza. Em particular, a pesquisa arqueológica e os relatos populares de divulgação da arqueologia são caracterizados por um fascínio pela origem do povo e da cultura japonesa. Há uma tendência crescente para rastrear a origem dos japoneses como um grupo étnico remontando ao período Jomon, ou mesmo ao paleolítico (Fawcett, 1986). A teoria de que a classe dominante japonesa era formada por conquistadores vindos da Ásia continental durante o período Yayoi, muito popular durante a vigência do militarismo japonês, na década de 1940, foi abandonada. Mesmo assim, continua-se seguindo o padrão de retratar a elite governante japonesa como patrocinadora de inovações como a escrita, a burocracia e o budismo, que penetrou no país vindo da Coreia e da China. Esta concepção relaciona classe e história de uma maneira que lembra as interpretações elaboradas por historiadores nacionalistas da Inglaterra no final do século XIX e começo do século XX.

No México, o passado foi objeto de manipulação política mesmo antes da conquista espanhola, em 1519 (Carrasco, 1982). Logo após a conquista, os espanhóis tentaram eliminar, tanto quanto possível, crenças religiosas não-cristãs e impedir a manutenção de lealdades políticas tradicionais, desestimulando o interesse pela história e pela

cultura centro-americana (Diehl 1983: 169). Durante as lutas que precederam a independência mexicana em 1821, os oficiais espanhóis continuaram a desestimular o estudo do período pré-hispânico, mas os crioulos se voltaram para a história como fonte de inspiração e de identidade nacional. No século XIX, os membros conservadores da elite governante consideravam o estudo desse período uma preocupação indigna com o barbarismo, enquanto os liberais o apoiavam como investigação de uma etapa significativa da história nacional (Lorenzo, 1981). A revolução nacional de 1910 logrou êxito, em grande medida, em consequência do apoio armado de camponeses, principalmente índios, que eram a maioria da população. Resultou em mudanças fundamentais na política governamental voltada para os camponeses. As injustiças do período colonial foram reconhecidas e foram feitas promessas de reformas econômicas e sociais de amplo alcance. O governo também se empenhou em integrar os índios à vida nacional e aumentar-lhes a auto-estima, incentivando o estudo do rico legado pré-hispânico do México e fazendo de seus achados uma parte integrante da história mexicana. Desse modo, o governo procurou também afirmar a singularidade cultural do México face ao resto do mundo (Gamio, 1916). Em 1937, foi fundado na Escola Politécnica Nacional um Departamento de Antropologia que tinha entre seus encargos formar arqueólogos. Mais tarde, esse departamento passou a integrar o Instituto Nacional de Antropologia e História, ao qual se concedeu o monopólio absoluto da concessão de licenças para fazer escavações em todo o México.

Embora o instituto e a arqueologia mexicana como um todo sofressem influências de correntes arqueológicas dos Estados Unidos, seguiram com uma orientação fortemente historicista. Os arqueólogos sentem como sua obrigação dar ao México um passado próprio, que promova a integração nacional através da formação de uma perspectiva histórica compartilhável por todos os elementos da população. Isso requer a humanização e popularização da pré-história. Um aspecto importante dessa política foi a criação de grandes museus públicos e a constituição

dos principais sítios arqueológicos em museus ao ar livre, para entretenimento e instrução dos mexicanos e dos visitantes (Lorenzo, 1981; 1984). No interior desse cenário comum, há impressionantes divergências nas interpretações de dados arqueológicos, muitas das quais têm claras conotações políticas. Essas divergências formam um espectro que vai desde vários tipos de marxismo, por um lado, a vários graus de compromisso com o positivismo norte-americano, por outro. Os usos políticos da arqueologia foram acompanhados por uma restrição de subvenções para a pesquisa cientificamente orientada. Em consequência disso, os mais importantes projetos de pesquisa de longo prazo foram realizados por arqueólogos estrangeiros.

A pesquisa arqueológica na Índia teve início em um cenário colonial e por muito tempo manteve-se apartada da erudição indiana tradicional. Os viajantes europeus tomavam nota de monumentos antigos já no século XVI, e o interesse erudito sistemático por tais monumentos remonta a cerca de 1750. Tal interesse também foi estimulado pela constatação de que o sânscrito e as línguas modernas do norte da Índia que descendem do sânscrito são aparentadas às principais línguas da Europa; portanto, estudar a Índia podia ser relevante para a compreensão da antiga cultura indo-européia. Arqueólogos britânicos amadores começaram a examinar com alguma regularidade megálitos, estupas budistas e outros sítios arqueológicos, ao passo que a Prospecção Arqueológica da Índia, fundada em 1861, publicava um imenso acervo de pesquisa, sob a direção de nomes como Alexander Cunningham (1861-5), John Marshall (1902-31), descobridor da civilização do vale do Indo, e Mortimer Wheeler (1944- 8). Wheeler treinou muitos estudantes indianos em métodos modernos e incentivou muitas universidades da Índia a oferecer formação em arqueologia. Embora a Índia deva a introdução da arqueologia em seu país ao governo britânico, Lallanji Gopal (1985-1) observou que "O glorioso legado cultural desenterrado pelos arqueólogos ... suscitou a auto-estima do povo indiano [e] foi um dos principais fatores a contribuir para a renascença indiana, que abriu caminho para a independência".

Chakrabarti (1982: 325) registra que, quando John Marshall começou a escavar, os contornos da história antiga e da antiga cultura indiana já tinham sido reconhecidos e descritos a partir de fontes documentais e de testemunhos da arte. Todavia, a imagem da Índia antiga continuava um tanto obscura. As escavações de Marshall de sítios do período budista no vale do Ganges e no noroeste reavivaram, na consciência dos hindus, esta fase crucial no desenvolvimento da Índia, e assim contribuíram para o crescimento do nacionalismo.

A vinculação de arqueologia e história foi facilitada pelas estreitas semelhanças entre o enfoque histórico-cultural dominante na arqueologia e a historiografia que estava a renascer na Índia. Os historiadores estavam propensos a pensar em termos de diferentes grupos raciais e viam o passado como o transcurso de uma série de migrações de povos que trouxeram inovações para a Índia e acabaram absorvidos pelo modo de vida indiano. Rotulando a civilização do Indo como pré-védica e atribuindo sua destruição aos invasores arianos, os historiadores fizeram a pré-história conformar-se ao padrão estabelecido pela interpretação histórica indiana (Chakrabarti, 1982: 339).

A arqueologia fez progressos significativos na Índia depois da independência, em 1947. A ciência está bem consolidada nas universidades e a cada ano muitas pesquisas são efetuadas (Thapar, 1984). Contudo, embora os arqueólogos hindus se mantenham atualizados quanto às tendências mundiais e sejam mais atraídos pela arqueologia antropológica norte-americana que os pesquisadores chineses ou japoneses (Jacobson, 1979; Paddayya, 1983; Lal, 1984), sua arqueologia continua intimamente ligada ao estudo da história antiga. Muitos arqueólogos hindus contentam-se em colocar rótulos étnicos e lingüísticos em culturas recém-descobertas e em interpretá-las de maneira genérica, descritiva. Resta ver como os arqueólogos hindus, ao se tornarem mais familiarizados com pesquisas de natureza processual, irão ligá-la à ortodoxia de seu quadro de referência histórico.

A arqueologia também foi apresentada ao Oriente Próximo pelos europeus que criaram instituições de pesquisa e ensino em regimes coloniais (se não de direito, de fato). Em particular, eruditos ocidentais sentiram-se atraídos para o Egito, Iraque e Palestina pelos vestígios remanescentes de antigas civilizações que tinham especial interesse para os europeus por serem mencionadas na Bíblia. Por outro lado, as atitudes locais com relação à arqueologia eram prejudicadas por uma visão negativa dos tempos pré-islâmicos, tidos como uma era de ignorância religiosa. No Egito, no contexto do nacionalismo secular que prevaleceu na primeira parte do século XX, a classe média nativa mostrou considerável interesse pela civilização faraônica. Esse interesse exprimiu-se em vigorosos esforços no sentido de garantir que egípcios controlassem o trabalho arqueológico realizado em seu país, com o envolvimento de eruditos egípcios (J. Wilson, 1964: 159-77). O último xá do Irã procurou dar ênfase às glórias pré-islâmicas de seu país e, em particular, tentou identificar seu regime com a antiga monarquia persa. Isso incluiu uma magnífica celebração do 2.500º aniversário dos reis persas nas ruínas de seu palácio, em Persépolis, em 1971. Em face de crescentes dificuldades com estados vizinhos islâmicos e, em alguns casos, também com árabes, o governo do Iraque prestou cada vez maior atenção ao legado babilônico como característica distintiva de seu patrimônio cultural. Por outro lado, o interesse pelos tempos pré-islâmicos declinou rapidamente no Egito após a queda da monarquia e a ascensão ao poder do regime de Gamal Abdul Nasser, que se empenhou em promover um senso de identidade pan-árabe, e não apenas egípcia. De igual modo, no Irã, a queda do xá levou ao poder um governo fortemente islâmico, que desestimulou a identificação com tempos pré-islâmicos, tanto por razões religiosas como por causa das associações simbólicas entre a antiga Pérsia e a última monarquia. Em todo o Oriente Próximo há uma crescente ênfase na arqueologia islâmica, à medida em que a pesquisa passa a ser controlada e desenvolvida por eruditos locais (Masry, 1981).

No moderno Estado de Israel a arqueologia tem um papel bem diferente: confirmar os laços entre uma população recém-chegada e seu passado antigo. Conferindo um teor de realidade concreta às tradições bíblicas, ela exalta a consciência nacional e fortalece as reivindicações de colonos israelitas de direitos sobre as terras que estão ocupando. Em particular, Massada, lugar da última resistência dos zelotes frente aos romanos, em 73 d.C., tornou-se um monumento de grande valor emocional e cerimonial, como símbolo do desejo de sobreviver do novo Estado israelita. Massada foi um dos mais grandiosos projetos arqueológicos empreendidos por arqueólogos israelitas e desfrutou de vasta publicidade.

A forte ênfase bíblica na arqueologia israelita e na ainda mais antiga arqueologia palestina "ajudou a criar uma disciplina individual sensivelmente não afetada por concepções metodológicas externas" (Hanbury-Tenison 1986:108). Na sua maioria, os arqueólogos israelenses são treinados em pesquisa bíblica e histórica e devotam muito tempo ao estudo da história, da filologia e história da arte. A arqueologia paleolítica é bem menos importante e a influência da arqueologia antropológica limita-se, geralmente, ao incentivo ao uso de apoios técnicos na análise de dados. Relativamente pouca atenção é dada à arqueologia dos períodos cristão e islâmico (Bar-Yosef & Mazar, 1982). Embora a maioria dos israelenses veja de modo positivo a pesquisa arqueológica, alguns grupos religiosos ultraconservadores se opõem a ela, alegando que perturba antigos sepultamentos hebreus (Paine, 1983).

A descolonização da África subsaariana acelerou, na arqueologia dessa região, mudanças que começaram na última etapa do período colonial. Posnansky (1982: 355) assinalou que os arqueólogos e historiadores africanos não estão necessariamente interessados nos mesmos problemas que seus colegas estrangeiros. Alguns deles se preocupam mais com a pré-história recente e com problemas de história nacional do que com a arqueologia paleolítica. Entre os tópicos de seu interesse estão a origem de estados específicos, o desenvolvimento do comércio, a

evolução de instituições econômicas e sociais historicamente documentadas, e relações entre grupos étnicos que vivem no interior das fronteiras de Estados africanos modernos (Tardits, 1981; Andah 1985). Há também interesse no estudo e preservação dos principais sítios relacionados com a história pré-colonial africana. A arqueologia é vista como um meio de incrementar a consciência do passado africano e o orgulho por sua grandeza, mas ao mesmo tempo há uma preocupação política com a apresentação dos achados arqueológicos, que tanto podem fortalecer a unidade política como promover sentimentos regionalistas e de auto-identificação local (Nzewunwa, 1984). Embora os arqueólogos africanos, que, com freqüência, ocupam cargos administrativos, acolham bem as pesquisas de colegas estrangeiros com formação antropológica, a antropologia, enquanto disciplina, não é bem vista. Na África, a arqueologia está cada vez mais associada à história, e os estudos etnológicos vêm-se redefinidos como sociologia (Ki-Zerbo, 1981). Em consequência disso, e do crescente envolvimento com o estudo das tradições orais e da lingüística histórica, vê-se hoje a história devidamente equipada para investigar períodos com relação aos quais os testemunhos escritos são escassos, ou inexistem. Assim, a história torna-se africana e não colonial (D. McCall, 1964; Ehret & Posnansky, 1982). Através da sua participação ativa neste processo, a arqueologia africana passou de colonial a nacional.

Na Europa, as relações mais cruas e óbvias entre arqueologia e nacionalismo tenderam a desaparecer depois da Segunda Guerra Mundial, ao tempo em que a cooperação política e econômica crescente e uma melhoria generalizada do padrão de vida conduziam ao declínio do nacionalismo. Nos últimos anos, isso tem provocado um reconhecimento cada vez maior das enormes diferenças entre as culturas européias pré-históricas e as culturas da Europa moderna; mais uma vez, isso estimula os arqueólogos deste continente a valerem-se de estudos etnográficos de culturas não-européias para interpretar seus dados. O resultado tem sido uma reaproximação cada vez maior entre a arqueologia européia ocidental (especialmente a britânica) e a

americana. Porém, a interpretação arqueológica continua a ser influenciada de várias maneiras por questões políticas (Gjessing 1968). Em países como a Grécia, a Polônia e, em menor grau, a Itália, onde o ressentimento de várias injustiças ainda nutre o nacionalismo, a arqueologia continua a ser valorizada como uma crônica de glórias passadas e uma fonte de esperanças para o futuro. Na Escandinávia, uma dedicação à paz e ao bem estar social vê-se acompanhada por uma extravagante fascinação pelo período *viking*, percebido como violento e desregrado, em contraste com o presente. Na década de 1970, entre 20 e 25% das publicações arqueológicas eram devotadas a esses 300 anos (Moberg, 1981: 215). Na Inglaterra, porém, a descoberta de que, durante a idade das trevas, a colônia *viking* em York foi um centro de manufatura e comércio confirmou, para os do norte, que sua região era tão avançada culturalmente quanto o sul da Inglaterra, ao contrário do que dizia a história oficial, que descreve a saxônica Wessex como um posto avançado da civilização a resistir bravamente às incursões dos bárbaros escandinavos que eventualmente se estabeleciam no norte (Graham-Campbell & Kidd, 1980). A revelação, resultante das escavações em Wood Quay, de que, na idade das trevas, Dublin era um grande centro *viking*, embora provoque enorme interesse no público, não está de acordo com a visão nacionalista celtocêntrica da história irlandesa (Sheehy, 1980).

À medida em que declinou o papel da Europa (e em particular o da Grã-Bretanha) como centro do poder mundial, novas concepções da pré-história substituíram as formuladas por Childe na década de 1920. Colin Renfrew (1973a), em particular, desempenhou um papel de destaque ao negar crédito ao modelo difusionista de Montelius-Childe da pré-história europeia, voltando a enfatizar a superioridade tecnológica da Europa nos tempos pré-históricos. Ele usou datas calibradas por radiocarbono para demonstrar que a metalurgia se desenvolveu na Europa independentemente do Oriente Próximo e tão cedo quanto lá, e que as estruturas megalíticas foram erigidas em Malta e na Europa ocidental antes que quaisquer construções monumentais fossem

erguidas no Oriente Próximo. Renfrew vê a pré-história da Europa, em grande medida, do mesmo jeito que a viam, no século XIX, os eurocêntricôs oponentes de Montelius. Embora suas interpretações sejam concebidas em termos de uma perspectiva neo-evolucionista que afirma a criatividade de todos os grupos humanos, Renfrew não oferece nenhuma explicação especial para a precocidade da cultura europeia, que aparentemente é tida como certa.

Houve também o ressurgimento do interesse pelo rico conjunto de círculos e alinhamentos megalíticos da Grã-Bretanha, tidos como evidências de que peritos engenheiros e "sacerdotes astrônomos" lá viveram em tempos pré-históricos. Em consequência da nova "cronologia longa" de Renfrew, a origem do conhecimento científico codificado nesses monumentos passou a ser interpretada como indígena e não mais exótica. Com base nisso, alguns arqueólogos afirmam que a Britânia fora um centro científico desde o período neolítico (Ellegård, 1981; Fowler, 1987). Parece, pois, que o declínio da Grã-Bretanha como uma potência mundial produziu pelo menos uma reação nacionalista mitigada. Acompanhou-a o ressurgir de uma ênfase mais difusa no dinamismo econômico, na igualdade perante a lei e no compartilhamento do poder político, coisas percebidas como características exclusivas da civilização ocidental (Wells 1984; Gosden 1985; Lamberg-Karlovsky 1985b; Willey 1985).

Arqueologia Histórico-cultural na América do Norte

Nos Estados Unidos, um enfoque histórico-cultural foi adotado logo depois de 1910, como resposta a uma crescente familiaridade com o registro arqueológico. A pesquisa continuada revelou mudanças temporais que não podiam ser explicadas pela simples substituição de um grupo populacional por outro. Em consequência dos primeiros achados paleoíndios confirmados, ficou também evidente que o povo nativo já vivia na América do Norte muito antes do que até então os arqueólogos tinham acreditado (Willey & Sabloff, 1980: 121-3). Essas

observações foram interpretadas em um contexto de desenvolvimento geral da antropologia norte-americana. A antropologia boasiana tinha popularizado o conceito de cultura etnográfica como unidade básica de estudo, e a difusão como causa principal da mudança cultural. Além disso, a forma persuasiva como Boas defendia o relativismo e sua forte oposição ao racismo estimularam a percepção de que os índios eram capazes de mudança. No entanto, embora Boas mostrasse certo interesse pela arqueologia, que ativamente incentivou no México (*ibidem*, 84-5), não há comprovação de que ele tenha introduzido o conceito europeu de cultura arqueológica nos Estados Unidos. Ao contrário, o modo como o conceito se desenvolveu na América do Norte, e também o fato de que ele foi empregado neste país antes mesmo de ter tido uma definição formal na Europa, sugerem uma origem independente. Tanto a versão americana quanto a europeia tinham raízes na etnologia de Friedrich Ratzel.

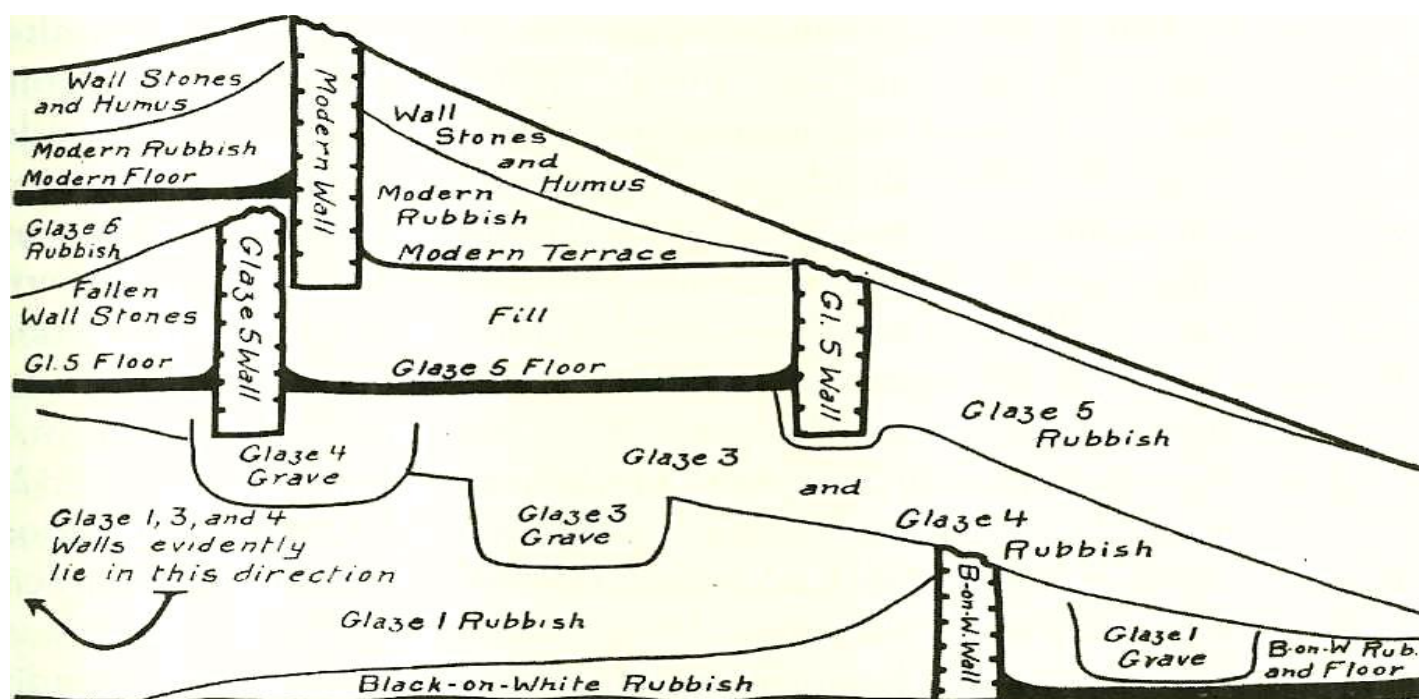
Já assinalamos o fato de que, durante o século XIX, os arqueólogos americanos se tornaram cada vez mais conscientes de manifestações culturais geograficamente circunscritas no registro arqueológico, especialmente na região central dos Estados Unidos, onde o interesse pelos construtores de montículos tinha induzido muita atividade arqueológica. Em 1890, G. P. Thruston definiu uma "raça" pré-histórica de Stone Grave, que ele acreditava ser uma tribo, ou um grupo de tribos aparentadas (pp. 5, 28). O termo cultura foi pela primeira vez aplicado a grupos de sítios contendo conjuntos de artefatos característicos no vale do Ohio. Em 1902, William C. Mills distinguiu as culturas de Fort Ancient e Hopewell. Em 1909, W. K. Moorehead identificou a cultura Glacial Kame e pouco depois H. C. Shetrone (1920) assinalou muitas unidades semelhantes na área. Essas culturas arqueológicas diferiam das europeias, assim como das americanas posteriores, na medida em que continuavam a ser basicamente unidades geográficas. Por exemplo, foi só em 1936 que a cultura Hopewell foi datada com segurança de antes da cultura Fort Ancient.

Em 1913, o etnólogo americano Berthold Laufer (1913: 577) diagnosticou corretamente a mais séria deficiência da arqueologia americana: a falta de controle cronológico. Tratava-se de um problema que os arqueólogos americanos já tinha reconhecido e começavam a remediar. Desde a década de 1860, escavações estratigráficas eram feitas com frequência cada vez maior, mas por longo tempo esta técnica não foi usada regularmente, mesmo sabendo-se que a partir dela era possível extrair importantes conclusões, como no caso da demonstração feita por Richard Wetherhill de que a cultura Basketmaker tinha precedido a cultura Pueblo, mais sedentária, no sudoeste americano (Kidder, 1924: 161). Com base em argumentos tipológicos um tanto especulativos, Adolf Bandelier, na década de 1880, e Edgar Lee Hewett, em 1904, tentaram elaborar um esboço de cronologia dos sítios pré-históricos Pueblo (Schwartz, 1981). Mas trabalhos desse tipo representavam apenas um começo. Willey & Sabloff (1980: 83) afirmam que os arqueólogos americanos só se mostraram fundamentalmente preocupados com a cronologia entre 1914 e 1940.

Em 1913, os arqueólogos começaram a estudar a cronologia cultural do sudoeste de uma forma sistemática. Nels C. Nelson (1875-1964) (1916) e Alfred V. Kidder (1885-1963) realizaram extensas escavações estratigráficas. Nelson tinha assistido e participado de escavações em sítios paleolíticos na França e na Espanha; antes ainda, como estudante, sob a direção de Max Uhle, escavara na Califórnia concheiros estratificados. Kidder fizera um curso de métodos de campo na Universidade de Harvard com o egiptólogo George Reisner (1867-1942), um dos melhores escavadores do início do século XX. Em 1916 e 1917, A. L. Kroeber e Leslie Spier usaram técnicas de seriação para determinar a ordem cronológica de sítios na região Zuni, onde eles haviam coletado cacos de louça na superfície. Spier foi adiante: fez escavações estratigráficas nos sítios Zuni e comparou os resultados das duas técnicas.

Em *An Introduction to the Study of Southwestern Archeology* [Uma introdução ao estudo da arqueologia do Sudoeste], Kidder (1924)

ensaiou a primeira síntese histórico-cultural da arqueologia jamais feita para qualquer parte dos Estados Unidos. Este estudo foi publicado um ano antes de *The Dawn of European Civilization* [A aurora da civilização europeia], de Childe. Discutia o material arqueológico oriundo de nove drenagens de rios, em termos de quatro períodos ou estágios sucessivos de desenvolvimento cultural: Basket Maker, Pós-Basket Maker, Pré-Pueblo e Pueblo. Por vezes, chamou-se cada um desses períodos de culturas, ao passo que as variantes culturais relacionadas com os diferentes leitos drenados foram também designadas como cultura da bacia Chihuahua, cultura Mimbres e cultura Gila Inferior. Embora o termo cultura ainda não tivesse adquirido um significado padrão no Sudoeste, algo como um conceito de cultura estava, assim, a desenvolver-se em consequência de estudos cronológicos empreendidos para aprofundar um conhecimento da variação geográfica.



27. Perfil feito por Kidder em uma estratigrafia de refugos e níveis de construção na ruína de Pecos, Novo México; extraído de *An Introduction to the Study of Southwestern Archaeology*, 1924.

Porém, o que mais provocou o interesse de outros arqueólogos no trabalho de Kidder foi sua cronologia. Na primeira conferência de

Pecos, realizada em 1927, os arqueólogos que estavam trabalhando na área adotaram um esquema classificatório geral constituído de três períodos Basketmaker seguidos de cinco períodos Pueblo. Contudo, H. S. Gladwin queixou-se de que, entre outras deficiências, a classificação de Pecos aplicava-se melhor à área Pueblo setentrional do Sudoeste que às áreas mais meridionais, onde culturas bem diversas foram encontradas. Em um ensaio intitulado "A method for designation of cultures and their variations" [Um método para a designação de culturas e suas variações] (1934), Gladwin e sua esposa Winifred propuseram uma classificação hierárquica de unidades culturais para a região, das quais as mais genéricas eram as três raízes chamadas Basketmaker (depois Anasazi), Hohokam e Caddoan (depois Mogollon). Cada uma dessas três raízes, encontradas nas áreas Norte e Sul e nas montanhas intermediárias do Sudoeste, foi subdividida em troncos, designados pelos nomes das regiões; estes, por sua vez, foram subdivididos em ramos e fases, a que foram dados nomes geográficos mais específicos. Algumas fases podiam suceder-se na mesma localidade. Cada fase foi definida como uma série de sítios com alto grau de similaridade quanto aos tipos de artefato. Embora a hierarquia classificatória de Gladwin se baseasse em graus relativos de similaridade entre traços, seu padrão dendrítico envolvia considerações geográficas e era implicitamente cronológico: as raízes formavam os troncos e os troncos formavam os ramos. Willey & Sabloff, (1980: 105) observaram que o sistema implica que as culturas pré-históricas da região Sudoeste dos Estados Unidos se tornaram crescentemente diferenciadas ao longo do tempo, o que "embora possível, não foi demonstrado de modo algum."

Um esquema parecido, porém mais influente, foi proposto, em 1932, por um grupo de arqueólogos que atuavam no Meio-Oeste dos Estados Unidos sob a liderança de W. C. McKern (1939). O método taxonômico do Meio-Oeste logo foi aplicado no Leste e na região central dos Estados Unidos. Era usado para classificar grandes acervos de material coletado por arqueólogos amadores numa região onde se conheciam

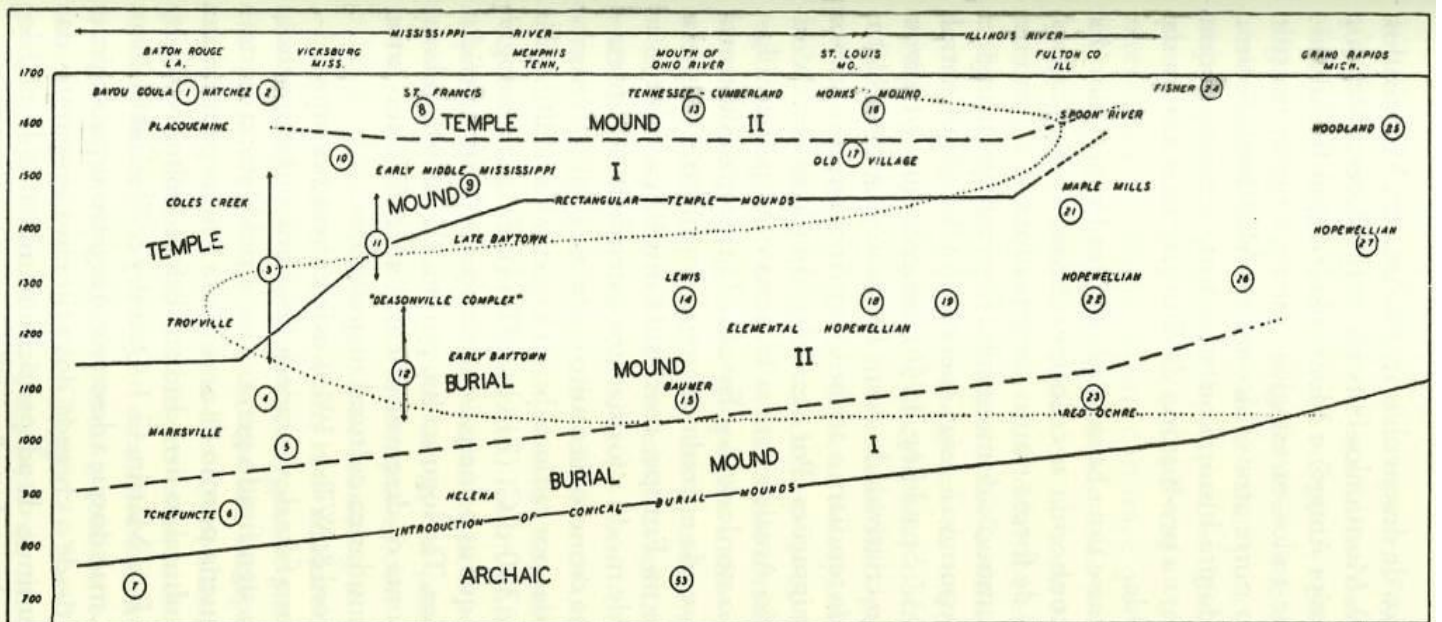
poucos sítios estratificados representativos de ocupações de longa duração. O método taxonômico do Meio-Oeste propunha classificar esses achados com base apenas em critérios formais. No entanto, embora seus autores negassem que o sistema tinha implicações históricas (Rouse, 1953: 64), de um modo geral eles aceitavam o pressuposto de que diferenças culturais em uma única localidade indicavam diferenças temporais, ao passo que culturas similares distribuídas por vastas áreas datavam do mesmo período (Snow, 1980: 11). Conjuntos de artefatos representando um único período de ocupação em um dado sítio eram chamados de componentes; componentes que compartiam uma série quase idêntica de tipos de artefato eram consignados ao mesmo foco; focos com "uma maioria preponderante de traços" eram referidos ao mesmo aspecto; aspectos que compartiam apenas as características mais genéricas reportavam-se à mesma fase; e fases que compartilhavam uns poucos traços extensivos consignavam-se ao mesmo padrão. Os traços usados para definir um padrão eram declarados "um reflexo cultural dos ajustamentos primários de povos ao ambiente, conforme definido pela tradição." Os padrões identificados foram: Woodland, caracterizado por sítios semi-sedentários, cerâmica com marcas de cordão, e pontas de projéteis pedunculadas, ou com reentrâncias laterais; mississipiano, com sítios sedentários, cerâmica incisa, e pequenas pontas triangulares; e arcaico, que carecia de cerâmica, mas continha artefatos de ardósia.

Focos e aspectos eram definidos através da listagem de tipos de artefatos para cada componente e pela verificação de quantos tipos distintos os componentes tinham em comum. Esse procedimento tinha correspondência com a concepção histórica particularista defendida por Boas, concepção segundo a qual as culturas eram vistas não como sistemas integrados, mas como coleções de traços que vinham a combinar-se em consequência de acidentes históricos. Nessas definições não eram incluídas interferências relativas ao comportamento humano, nem se prestava atenção, como Childe fizera, ao significado funcional de diferentes classes de artefatos, ou ao significado ecológico do que

estava sendo encontrado. A comparação quantitativa de diferentes classes de artefatos era negligenciada em favor da simples constatação da presença ou ausência de tipos de artefatos. Variações na frequência de tipos não eram consideradas significativas em termos cronológicos ou funcionais. Tampouco se advertia que artefatos muito variáveis estilisticamente, como a cerâmica, com frequência vinham a ser subdivididos em mais tipos do que os de pedra, ou de osso. Reconhecia-se, porém, que cemitérios e sítios de habitação pertencentes à mesma cultura podiam conter uma seleção diferente de tipos de artefatos. Por conta disso, alguns arqueólogos propunham basear os focos em uma série de sítios representativos de manifestações culturais integrais de um povo, em vez de baseá-los em componentes (McKern, 1939: 310-11). Argumentava-se que essas considerações, assim como a incompletude dos dados arqueológicos, impedia o emprego de percentuais específicos para estabelecer graus de relacionamento entre componentes. Afirmava-se, porém, que a "similaridade quantitativa", medida pelo percentual de tipos de artefatos compartilhados, era válida para determinar o *status* classificatório de manifestações arqueológicas. Tanto o sistema de Gladwin como o método taxonômico do Meio-Oeste evitavam o termo cultura, que McKern (1939:303) acreditava estar sendo usado pelos arqueólogos para designar uma série demasiado ampla de fenômenos. Não obstante, os dois sistemas iniciaram o uso sistemático de unidades culturais para classificar dados arqueológicos nos Estados Unidos, sob a forma das fases de Gladwin e dos focos e aspectos de McKern. Essas unidades eram vistas como o equivalente arqueológico de uma tribo ou grupo de tribos aparentadas. Seus esquemas dendríticos implicavam que as culturas, assim como as espécies biológicas, se diferenciavam ao longo de trajetórias irreversíveis; ignoravam, assim, as convergências acarretadas pela difusão. Em ambos os casos, presumia-se que os traços compartilhados significavam origem, história e etnicidade comuns. Acreditava-se também que os traços mais genericamente partilhados eram mais antigos que os culturalmente específicos, uma falácia que em plena

década de 1930 seria capaz de tornar a garrafa de Coca Cola mais antiga que o machado acheulense. Esse enfoque teve alguns efeitos perversos sobre a interpretação de dados arqueológicos. Por exemplo, no estado de Nova York o padrão Woodland de McKern compreendia culturas pré-históricas que os arqueólogos haviam tradicionalmente associado com falantes de algonquino, ao passo que seu padrão mississipiano compreendia as culturas históricas dos iroqueses, não aparentados àqueles. O pressuposto de que as culturas não podiam passar de um padrão para outro, e muito menos uma língua algonquina podia mudar para iroquesa, retardou em muito a constatação de que as culturas iroquesas históricas tinham-se desenvolvido a partir de antecedentes que remontavam ao médio Woodland (McNeish, 1952). Nesse particular, o método taxonômico do Meio-Oeste, embora propugnasse objetividade classificatória e precisão quantitativa, perpetuava as noções pessimistas a respeito da capacidade dos índios de mudar - o que fora um traço característico da arqueologia norte-americana durante o século XIX.

Na prática, contudo, essa fraqueza foi de curta duração. Fases e focos logo foram dispostos de modo a formar cronologias locais através de estratigrafia e seriação, como vinha sendo feito com as culturas da Europa. Em consequência disso, os níveis mais altos dos esquemas classificatórios americanos foram abandonados e as culturas arqueológicas foram vistas como formadoras de mosaicos nos quais cada unidade tinha seus limites espaciais e temporais empiricamente definidos. Culturas, assim como tipos de artefatos, foram considerados quer como persistindo (possivelmente com lentas modificações) de modo a formar tradições, quer a propagar-se geograficamente de modo a criar horizontes culturais - um dos artifícios utilizados para se alinhar tradições cronologicamente. Esses conceitos foram sistematizados por G. L. Willey e Phillip Phillips em *Method and Theory in American Archeology* [Método e teoria na arqueologia americana] (1958).



28. Quadro cronológico da síntese de Ford & Willey da pré-história do leste da América do Norte (*American Anthropologist*, 1941).

À medida em que foram sendo construídas cronologias culturais, a imagem dendrítica do desenvolvimento cultural tornou-se insustentável e os arqueólogos passaram a atribuir à difusão um papel significativo na promoção de mudança cultural. Porém, a difusão era empregada mecanicamente. A maioria dos arqueólogos dava pouca atenção à compreensão da dinâmica interna da mudança, e tampouco se tentava determinar porque uma dada inovação se difundia, ou deixava de se difundir, de um grupo para outro. Em 1941, James A. Ford e G. R. Willey dispunham de dados coletados suficientes para apresentar uma história cultural do leste da América do Norte em que as culturas conhecidas estavam agrupadas de modo a compor cinco estágios de desenvolvimento: Arcaico, Montículos Funerários I (Floresta Antiga), Montículos Funerários II (Floresta Média), Montículo-Templo I (Mississippi Antigo) e Montículo-Templo II (Mississippi Recente). Acreditava-se que todos os estágios tinham origem no sul, espalhando-se em direção ao norte através do vale do Mississippi. Assim, criou-se uma interpretação da pré-história oriental norte-americana que se assemelhava à proposta para a pré-história da Europa em A aurora da civilização europeia, de Childe.

Embora a difusão implicasse uma capacidade de mudança maior do que até então havia sido reconhecida às culturas nativas, as explicações

difusionistas eram utilizadas de forma muito conservadora. A origem de novas idéias, como cerâmica, construção de montículos funerários, metalurgia e agricultura, quase sempre se reportava à Ásia Oriental ou à América Central (Spinden, 1928; McKern, 1937; Spaulding, 1946), a sugerir que os nativos norte-americanos não tinham criatividade, eram apenas imitadores. Além do mais, os arqueólogos ainda tendiam a atribuir as principais mudanças no registro arqueológico a migrações. Por exemplo, em plena década de 1950, as transições do padrão Arcaico para o Floresta e do padrão Floresta para o mississipiano, no nordeste dos Estados Unidos, ainda eram interpretadas como resultantes da entrada de novas populações naquela região. Tal como acontecera na Europa, teorias da mudança cultural e cronologias interligaram-se de modo a formar um sistema de interpretação fechado. Foi adotada uma cronologia muito curta, na qual as culturas do arcaico recente, hoje datadas por radiocarbono de cerca de 1500 a.C., foram situadas não antes de 300 d.C. (Ritchie, 1944). Essa cronologia breve refletia a convicção de que as principais mudanças tinham ocorrido em consequência de migrações. Tão logo aceita, porém, ela desestimulava os arqueólogos a levar em conta os desenvolvimentos internos como uma explicação alternativa para a mudança cultural naquela área.

Com a notável exceção de Ford & Willey (1941), as interpretações arqueológicas eram caracterizadas por uma falta de vontade de descobrir, ou pelo menos de procurar, um padrão, ou significado geral, para a pré-história norte-americana. Apenas uma pequena porção da ambiciosa síntese produzida durante o período histórico-cultural, o livro *Indians before Columbus* [Os índios antes de Colombo], de P. S. Martin, G. I. Quimby & Donald Collier (1947), dedica-se a interpretar, mais do que a descrever, o registro arqueológico. Os autores concluíram que, desde a chegada dos primeiros imigrantes da Ásia, "houve um processo contínuo de adaptação aos ambientes locais, de especialização e de invenção independente" que "levou ao desenvolvimento de uma série de culturas indígenas regionais" (p. 520). Mas eles acreditavam que ambas as inovações por eles escolhidas como representativas das

tendências básicas de desenvolvimento cultural - cerâmica e agricultura - eram de origem externa. Embora o livro documentasse a mudança como característica básica da pré-história norte-americana, pouco fez para explicá-la. Kidder tornou-se uma rara exceção à perspectiva difusionista ao afirmar, em 1924, que o Sudoeste pré-histórico dos Estados Unidos pouco mais devia ao exterior que o "germe" de sua cultura, e que seu desenvolvimento tinha sido um processo local, e quase de todo independente, mutilado pela "praga devastadora da chegada do homem branco" (1962: 344). Nisso, como em muitas outras coisas, Kidder foi um inovador.

A arqueologia norte-americana não continuou a ser uma vítima passiva do estereótipo de "índios incapazes de mudança", nela dominante no século XIX. Mas, embora nas décadas posteriores a 1914 a mudança cultural e o desenvolvimento tenham sido, pela primeira vez, percebidos como uma característica conspícua do registro arqueológico na América do Norte, o principal produto desse período foi uma série de cronologias regionais. Conquanto as idéias francamente racistas acerca dos povos nativos fossem abandonadas, os estereótipos dos índios norte-americanos formulados antes de 1914 permaneceram, em grande medida, sem contestação. As principais mudanças documentadas no registro arqueológico continuaram a ser atribuídas a migração, e só entre resmungos de má vontade se admitia que a difusão era um indicador de criatividade dos índios norte-americanos. Como se dava menos importância que antes à reconstrução de modos de vida pré-históricos, foram enfraquecidos os laços entre a arqueologia e a etnologia, assim como os laços entre os arqueólogos e os povos nativos. Outros não se formaram, e, em grande medida, a arqueologia norte-americana passou a preocupar-se com tipologias de artefatos e de culturas, e com a elaboração de cronologias culturais.

Os arqueólogos americanos não adotaram simplesmente o enfoque histórico-cultural dos europeus; em grande parte o reinventaram, à medida em que o conhecimento crescente das variações cronológicas no registro arqueológico veio complementar-lhes o reconhecimento

anterior das variações geográficas. O enfoque cronológico-cultural desenvolveu-se diferentemente na Europa, onde a percepção crescente da variação geográfica no registro arqueológico veio complementar a constante preocupação evolucionista com a variação cronológica (Trigger, 1978a: 75-95). Ainda assim — malgrado esse incremento da percepção da mudança na pré-história - a arqueologia americana não logrou superar as concepções sobre os nativos que caracterizaram a fase "colonial" de seu desenvolvimento. A reduzida aceitação de que houve mudanças na pré-história foi basicamente um meio de ajustar convicções encarecidas a novos fatos arqueológicos. A arqueologia americana permaneceu colonial em espírito, ao tempo em que adotava a metodologia histórico-cultural. O preço que os arqueólogos americanos pagaram por seu conservadorismo foi uma crescente desilusão com sua disciplina, reconhecida como carente de interesse teórico ou histórico.

Desenvolvimentos Técnicos

A concepção histórico-cultural resultou em um significativo aperfeiçoamento de métodos arqueológicos. Isso é evidente sobretudo no tocante à seriação, estratigrafia, classificação e aumento da compreensão do modo como se vivia no passado. Uma vez que os arqueólogos se tornaram mais interessados em problemas históricos do que em problemas evolutivos, perceberam o valor de controles cada vez mais rígidos de variação, tanto cronológica como cultural. Mudanças temporais em sítios, por períodos de tempo relativamente pequenos, tornaram-se cruciais para responder a questões históricas, não mais evolutivas. Esta necessidade foi percebida pela primeira vez na arqueologia clássica, que sempre teve uma orientação histórica. Em finais do século XIX, os arqueólogos clássicos começaram a procurar modos de recolher de sítios históricos informações que corroborassem e ampliassem o que era conhecido a partir de registros escritos. Um dos pioneiros deste tipo de análise estratigráfica foi Giuseppe Fiorelli (1823-96), que se incumbiu das escavações em Pompéia, em 1860. Ele

proclamou que o resgate de obras de arte, até então a preocupação dominante no sítio, era coisa secundária ante o imperativo de uma escavação detalhada de todos os tipos de edifícios, do estudo de como eles tinham sido construídos, e do esclarecimento dos propósitos para os quais cada parte deles havia sido usada. Isso exigia em escavações estratigráficas cuidadosas, de modo que os arruinados andares superiores das casas pudessem ser reconstruídos. Fiorelli também recuperou os contornos de despojos orgânicos deteriorados, inclusive corpos humanos, enchendo os buracos que deixaram na lava com gesso líquido. Ele fundou em Pompéia uma escola arqueológica onde os alunos podiam aprender suas técnicas (Daniel, 1950: 65).

A obra de Fiorelli foi levada adiante pelo arqueólogo austríaco Alexander Conze (1831-1914), que fez escavações na ilha de Samotrácia, em 1873, e pelo arqueólogo alemão Ernst Curtius (1814-96), que, dois anos antes, iniciara a escavação de Olímpia. Essas escavações deram início a trinta anos de grandes escavações em sítios clássicos no Mediterrâneo oriental. Ambos os citados arqueólogos se empenhavam em registrar tanto as plantas quanto a estratigrafia das suas escavações nos principais edifícios, fazendo-o de modo suficientemente detalhado para que seus relatórios suprissem, com o registro, o que a escavação viesse a destruir. O relatório sobre a Samotrácia foi o primeiro a conter plantas desenhadas por arquitetos profissionais e documentação fotográfica. Wilhelm Dörpfeld (1853-1940), que escavou em Olímpia, trabalhou para Heinrich Schliemann (1822-90) em Hissarlik, na Turquia, de 1882 a 1890. Schliemann, que iniciara seu trabalho em 1871, tinha sido pioneiro na escavação estratigráfica de sítios de "tell" com muitas camadas, na tentativa de descobrir as ruínas da Tróia homérica. Ele identificou no sítio sete ocupações superpostas. Usando métodos de escavação mais refinados, Dörpfeld identificou nove níveis e revisou a cronologia de Schliemann (Daniel, 1950: 166-9).

Essas novas técnicas de escavação e registro de dados gradualmente se propagaram por todo o Oriente Próximo. W. M. F. Petrie (1853-1942),

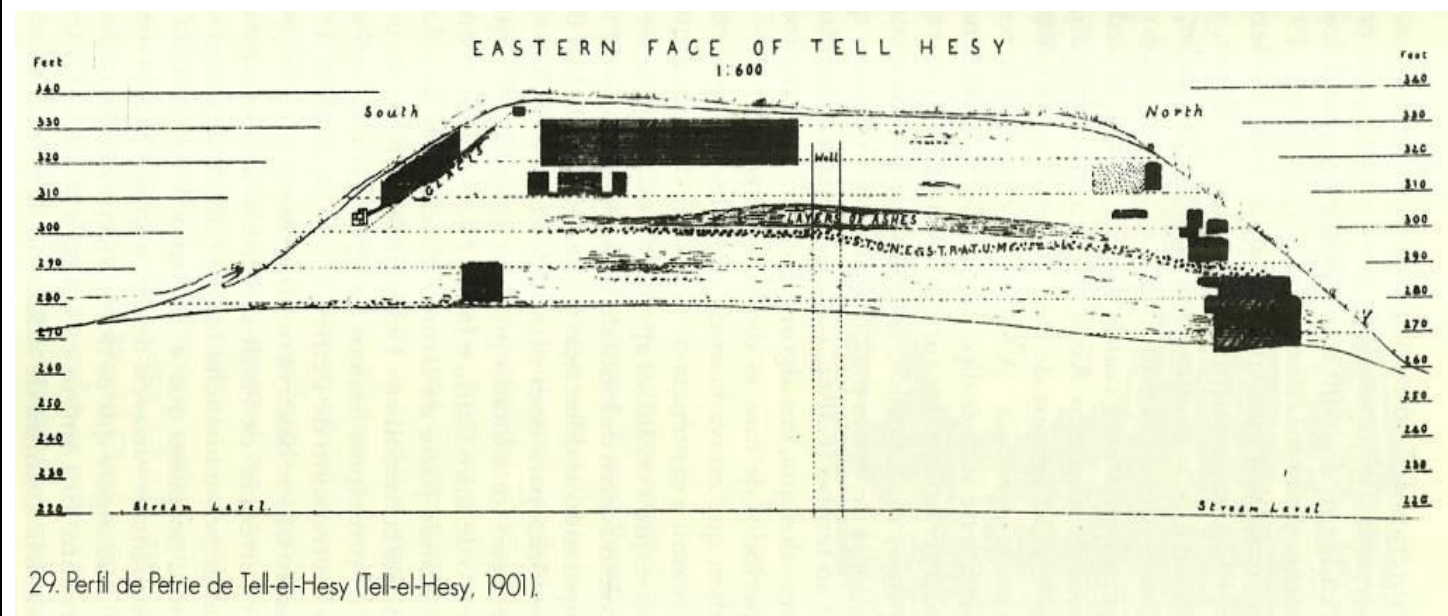
que começou a trabalhar no Egito em 1880, reproduziu as plantas de suas escavações e assinalou os pontos onde os maiores achados eram feitos, mas, de um modo geral, deixou de assinalar as seções estratigráficas. Ele as considerava de importância relativamente menor, uma vez que a maioria dos sítios por ele escavados foram ocupados por períodos relativamente curtos. Registrou os perfis estratigráficos em Tell el-Hesy, um sítio estratificado na Palestina meridional, onde começara a escavar em 1890 (Drower, 1985). George Reisner, que escavou no Egito e no Sudão, iniciando seus trabalhos em 1899, introduziu o registro de seções e o de plantas, levando a arqueologia do Egito a seu padrão moderno (J. Wilson 1964: 145-9).

Embora desde o século XVII monumentos pré-históricos ocasionalmente fossem escavados com considerável atenção aos detalhes (Klindt-Jensen 1975: 30), técnicas de registro detalhadas se desenvolveram mais lentamente nesse campo da arqueologia clássica. Até 1870, em consequência de preocupações evolucionistas, o foco de interesse concentrava-se na reprodução, freqüentemente idealizada, de perfis de escavações, sendo a principal exceção os túmulos ricamente mobiliados, como os encontrados em um antigo cemitério da Idade do Ferro em Halstatt, na Áustria, na década de 1850 (Sklenáo, 1983: 71-2, 77). O general Augustus Lane-Fox Pitt-Rivers (1827-1900) fez mudar esta situação com suas lentas e detalhadas escavações, que tiveram início na década de 1870, em sítios localizados em sua grande fazenda no sul da Inglaterra. Ele havia se interessado pela antropologia já na década de 1850, por causa de um estudo pormenorizado que fizera da história das armas de fogo, com o propósito de aperfeiçoar os rifles usados pelo exército britânico. Ao longo da década de 1860, ele compôs uma ampla coleção etnográfica e escreveu sobre técnicas de guerra primitiva, navegação e princípios de classificação (Pitt-Rivers, 1906). Sua filha casou-se com John Lubbock. Embora ele fosse evolucionista (Pitt-Rivers, 1906), o principal objetivo de Pitt-Rivers era compreender a história de determinados sítios. Ele o fazia abrindo valas em ângulos retos, deixando faixas para documentar a estratigrafia e relacionando

cuidadosamente os achados a seu contexto estratigráfico. Em seus abundantes relatórios de escavação, enfatizava a necessidade de os arqueólogos publicarem um registro completo de seus trabalhos, em vez de tornar público apenas aquilo que os interessa (M. Thompson, 1977). Embora Pitt-Rivers seja freqüentemente tratado como uma figura isolada, sua obra é o testemunho de um aperfeiçoamento generalizado no padrão de registro dos sítios pré-históricos. Os pesquisadores A. H. Bulleid e H. S. Gray (1911, 1917) relataram de forma tão pormenorizada o trabalho por eles empreendido, entre 1892 e 1911, em um estabelecimento do período tardio da Idade do Ferro em Glastonbury, que seus dados relativos a casas e níveis de edificação puderam ser reanalisados na década de 1970 (Clarke, 1972b). Graças ao empenho de Mortimer Wheeler (1890-1976), um dos poucos jovens arqueólogos a sobreviver à Primeira Guerra Mundial, formas modernas de escavação tridimensional e de registro vieram a se tornar padrão corrente no Velho Mundo desde o início da década de 1930 (1954). Wheeler consolidou a primazia da evidência arqueológica e os imperativos de confiabilidade e acessibilidade que lhe devem corresponder (firmou-as primeiramente no espírito dos arqueólogos britânicos e hindus), além de tornar claro que dados ruins podem viciar uma boa teoria. Por volta da década de 1950, técnicas similares passaram a ser rotineiramente aplicadas na América do Norte (Willey & Sabloff, 1980: 123-6).

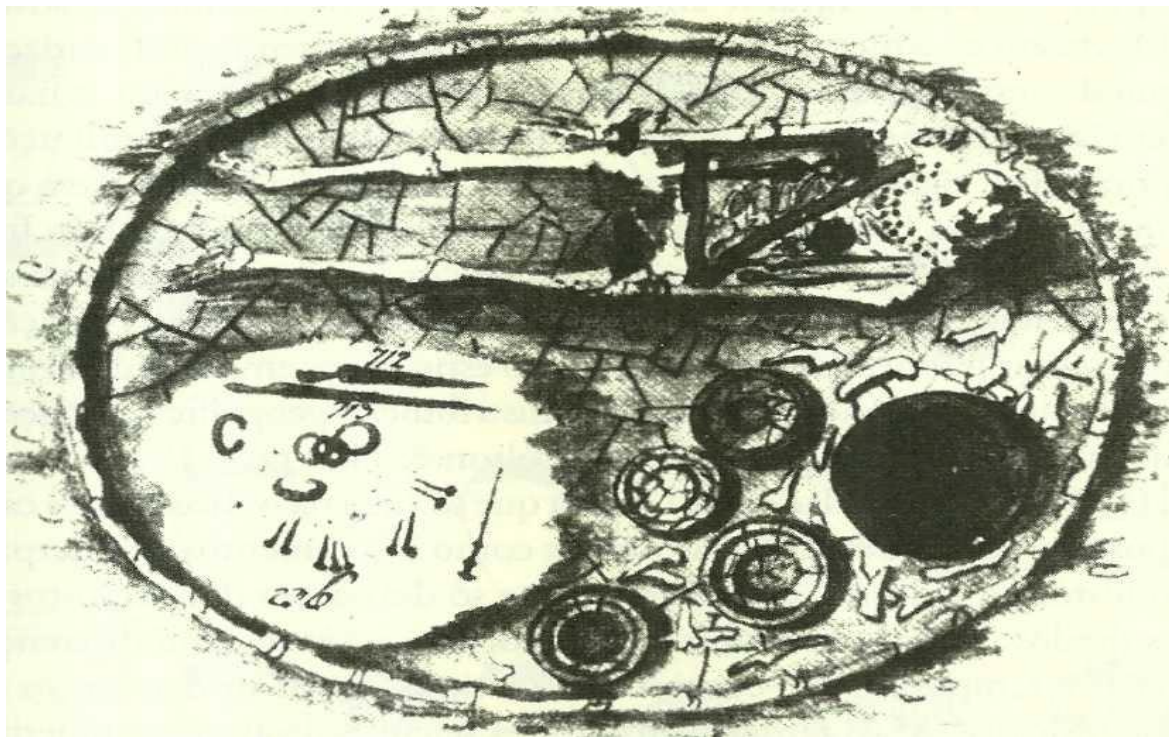
As técnicas de seriação também foram aperfeiçoadas em resposta à crescente afirmação de interesses históricos. Na década de 1880, Petrie, que normalmente datava os sítios egípcios recorrendo às inscrições, escavou uma série de cemitérios no Egito meridional que continham material com o qual ele não estava familiarizado e careciam de inscrições. Posteriormente constatou-se que esses cemitérios datavam do período pré-histórico tardio. Havia considerável variação estilística nos artefatos encontrados em diferentes túmulos, sugerindo que os cemitérios tinham sido usados por longo tempo, mas não havia estratigrafia, nem padrões gerais de expansão que pudessem ser usados para ordenar, sequer grosseiramente, os túmulos em uma seqüência

cronológica. A fim de definir uma cronologia, Petrie (1901) dividiu a cerâmica dos cemitérios de Dióspolis Parva em nove grupos, ou classes principais, e em cerca de 700 tipos. Registrou, então, quais eram os tipos que ocorriam em cada um dos 500 túmulos e tentou seriá-los de modo a produzir uma concentração máxima de cada tipo (Heizer, 1959: 376-83). Essa tarefa formidável, até mesmo para computadores modernos (Kendall, 1969, 1971), foi facilitada por uma inferência de Petrie, que percebeu certas tendências em louças mais expressivas - em particular, ele assinalou a tendência de vasos com alças onduladas a tornar-se menores, ficar cilíndricos, em vez de globulares, e com asas mais toscas, à medida em que se aproximava o período histórico. Assim, ele acabou conseguindo dividir seus 500 túmulos em 50 grupos de dez, ordenados de modo a formar uma série de "marcos seqüenciais".



A seqüência cronológica resultante foi, então, submetida a teste através da comparação com tendências observadas em artefatos não cerâmicos dos túmulos, e através de justaposições verificadas nos túmulos mais tardios, que possibilitavam recortes nos mais antigos. A cronologia de Petrie para o Egito pré-dinástico, que, em termos gerais, resistiu ao tempo (Kaiser, 1957), diferia da seriação de Montelius por definir intervalos que, em alguns casos, eram de menos de uma década, em vez de períodos de muitas centenas de anos.

Em 1916, A. L. Kroeber, que estava fazendo trabalho etnográfico de campo entre os Zuni, constatou a existência de uma série de sítios arqueológicos nas cercanias e notou que a cerâmica apresentava diferenças de um sítio para outro. Kroeber coletou cacos de louça de 18 desses sítios, dividiu-os em três tipos gerais e, comparando as diferenças na freqüência de cada tipo, definiu uma seqüência histórica para esses sítios (Heizer, 1959: 383-93). Esse procedimento de seriação foi adotado por Leo Spier (1917), que o aplicou a um grande número de sítios Zuni, e James Ford (1936) o tomou como base para elaborar grande parte da cronologia cultural do vale do Mississipi, num trabalho que começou em 1936. Embora Kroeber possa ter aprendido com Boas os princípios básicos da tipologia e da seriação, e tomado conhecimento do trabalho de Petrie (Willey & Sabloff, 1980: 94-5), sua técnica de seriação não se baseava nos mesmos princípios que a de Petrie. A "seriação de ocorrência" de Petrie dependia da ocorrência ou não-ocorrência individual de pequenos achados específicos de um grande número de tipos diferentes, ao passo que a "seriação de freqüência" de Kroeber dependia das freqüências variáveis de um número muito menor de tipos (Dunnell, 1970). Isso sugere que os dois procedimentos se desenvolveram independentemente. Em ambos os casos, a seriação foi usada para estabelecer uma seqüência histórica de aldeias ou de túmulos, em vez de uma sucessão de períodos, como os arqueólogos evolucionistas haviam feito desde Thomsen até Montelius. Tanto Petrie como Kroeber escolheram trabalhar com cerâmica porque seus atributos estilísticos oferecem índices de mudança mais perceptíveis do que os instrumentos de pedra e de metal que foram estudados pelos arqueólogos escandinavos.

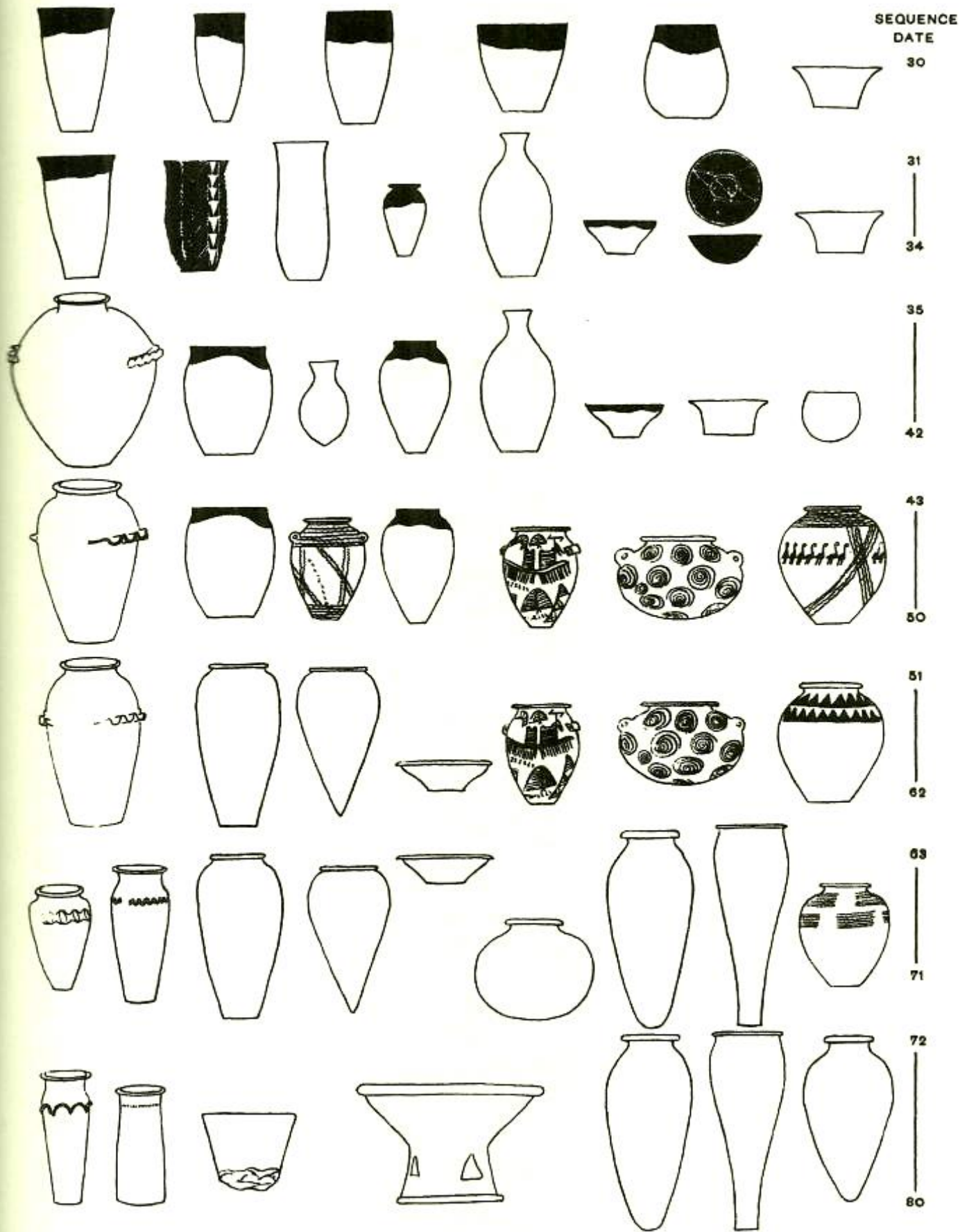


30. Túmulo do cemitério de Hallstatt, Áustria, retratado pelo pintor Isidor Engel em meados do século XIX.

Tanto na Europa como na América do Norte, esse interesse crescente pela definição de culturas e pela elaboração de seriações mais detalhadas resultou em classificações de artefatos mais precisas. Na Europa, essas classificações tendiam a apoiar-se nas elaboradas pelos arqueólogos evolucionistas, geralmente decompondo, se não aperfeiçoando, tipos pré-existentes. Tipos tendiam a ser vistos pragmaticamente como um meio de alcançar objetivos cronológicos, ou de entender a vida pré-histórica. Talvez por essas razões a discussão da natureza e do significado dos tipos permaneceu acanhada na Europa, embora tipologias complexas tenham sido concebidas lá (Bordes, 1953; Childe, 1956a). Quanto a isso, a principal exceção foi a obra de David Clarke, que realizou um tratamento sistemático da tipologia em todos os níveis (1968). Nos Estados Unidos, o significado teórico da classificação de artefatos foi discutido de forma mais pormenorizada durante anos. Embora Winifred e Harry Gladwin (1930) vissem os estilos cerâmicos como indicadores sensíveis de variação temporal e espacial na cultura, ambos acreditavam que, para evitar o subjetivismo, era necessário definir os tipos cerâmicos sem implicações temporais. Em

vista disso, propuseram uma designação binomial em que o primeiro termo indicava uma localidade geográfica (onde o tipo fora encontrado) e o segundo termo indicava a cor, ou o tratamento da superfície do item típico, como em "Tularosa preto no branco". Descrições de tipos eram publicadas em um formato específico, envolvendo nome, forma do vaso, desenho, sítio do tipo, distribuição geográfica, afiliações culturais e faixa cronológica inferida (Colton & Hargrave, 1937). James Ford (1938), por outro lado, sublinhava que só cabe reconhecer tipos caso seja possível comprovar-lhes a utilidade como instrumentos de interpretação histórico-cultural, e sublinhava que só devem ser decompostos se os resultados vierem a manifestar clara correspondência com diferenças espaciais e temporais. Ele considerava os tipos meros instrumentos de análise histórica. Mais tarde, as discussões se concentraram na objetividade dos tipos para aqueles que fizeram e usaram os artefatos, na relação entre tipos e atributos, ou modos, usados para defini-los, e na natureza dos atributos e sua utilidade para a seriação do artefato (Rouse, 1939). Na década de 1950, sustentou-se que os tipos podiam ser percebidos como aglomerados regulares de atributos e que esses tipos "naturais" revelariam mais acerca do comportamento humano e da mudança cultural do que o poderiam fazer as criações arbitrárias de Ford (Spaulding, 1953). Esta longa discussão sobre a classificação de artefatos foi a primeira manifestação substancial do empenho dos arqueólogos norte-americanos em articular e tornar explícita uma base analítica de sua disciplina.

Um interesse cada vez maior por saber como grupos particulares de europeus viveram em tempos pré-históricos — estimulado pelo nacionalismo, mas com raízes na arqueologia escandinava do começo do século XIX — levou os arqueólogos a dar atenção a tipos de dados arqueológicos antes ignorados. Um interesse duradouro por cemitérios foi complementado pelo crescente estudo de ruínas de povoamentos. Isso requeria escavações horizontais de larga escala, não mais escavações verticais estratigráficas, assim como o registro de muitos novos tipos de observações.



31. Cerâmica ilustrativa dos períodos na seqüência pré-dinástica estabelecida por Petrie; extraído de *Diospolis parva*, 1901.

Acredita-se que os primeiros moldes de pilastras foram assinalados por Pitt-Rivers em 1878, tendo-se logo depois reconhecido sua importância para a reconstrução de plantas de estruturas de madeira deterioradas. Na década de 1890, a Comissão Romano-Germânica para as Fronteiras, estudando sítios ao longo da fronteira norte do império romano na Europa central, desenvolveu técnicas de reconhecimento de moldes de pilastras em toda espécie de solo (Childe, 1953: 13). Os arqueólogos também passaram a registrar mais sistematicamente os locais em que os artefatos eram encontrados, de modo que pudessem ser marcados graficamente conforme sua relação com traços como fornos e paredes de casas. Gradualmente, rejeitos líticos e remanescentes da flora e fauna de menor expressão, que até então tinham sido deixados à parte como irrelevantes, passaram a ser preservados e estudados.

Tudo isso estimulou um novo interesse pela precisão dos métodos arqueológicos. O objetivo principal de semelhante pesquisa era reconstituir uma impressão visual da vida no passado. Isso significava determinar que aparência tinham as casas, que tipo de roupas as pessoas vestiam, que utensílios usavam e em que atividades se envolviam. Essas impressões podiam ser reconstruídas em desenhos, ou tridimensionalmente, em museus ao ar livre. Um sítio que não requereu muita reconstrução foi Skara Brae, um povoamento neolítico em Orkneys, escavado por Gordon Childe (1931). Nesse sítio, não apenas as casas, mas também a mobília, a exemplo das camas, era de pedra. Os avanços mais impressionantes nesse tipo de arqueologia de campo ocorreram na Europa entre 1920 e 1940. Casas e seus entornos foram completamente desenterrados e moldes de pilastras, fornos, fossas e a distribuição dos artefatos foram interpretados como manifestações de modos de vida cotidiana (De Laet, 1957: 101-3; Sieveking, 1976: xvi). Na Polônia, um singular fortim de madeira da cultura Urnfield foi escavado em Biskupin, num trabalho iniciado em 1934, e logo se tornou o mais conhecido sítio arqueológico do país (Bibby, 1956: 384-94).

Nos Estados Unidos, a princípio, a concepção histórico-cultural levou os arqueólogos a escavar sítios principalmente a fim de resgatar mostras

de artefatos que pudessem ser usados para elaborar listas de traços distintivos e definir culturas. Presumia-se que qualquer parte do sítio era típica do conjunto e, portanto, as escavações eram freqüentemente dirigidas para montículos onde os artefatos eram mais abundantes e ficava mais barato recuperá-los. Além dos artefatos, os arqueólogos procuravam recuperar dados pertinentes a flora e fauna como indicadores de padrões de subsistência e restos ósseos humanos que pudessem identificar o tipo físico da gente que ocupara os sítios. Durante a depressão econômica da década de 1930, as unidades de resgate do governo federal dos Estados Unidos, trabalhando em parques, museus e universidades, disponibilizaram grandes somas de dinheiro para a pesquisa arqueológica. Em consequência disso, sítios inteiros foram escavados, especialmente em áreas que deveriam ser inundadas para a construção de hidroelétricas (Willey & Sabloff, 1980: 115-127). As escavações horizontais em massa fizeram com que se desse mais atenção aos padrões de assentamento.

Essa convergência de programas de pesquisa não manifesta uma análoga coincidência de atitudes com relação ao passado. Enquanto os europeus sentiam-se emocionalmente envolvidos no que consideravam o estudo de sua própria pré-história, os norte-americanos continuaram a ver o registro arqueológico como o produto de um povo estranho. Contudo, nas duas margens do Atlântico, a concepção histórico-cultural na arqueologia motivou um aperfeiçoamento que, em termos de classificação, cronologia e reconstrução cultural, levou a metodologia a um ponto muito superior ao alcançado pela arqueologia evolucionista. A mudança dos objetivos de "científicos" para "históricos" estimulou o desenvolvimento da metodologia arqueológica.

Conclusões

Um enfoque centrado na definição de culturas arqueológicas e empenhado em dar conta de suas origens em termos de difusão e migração desenvolveu-se quando os europeus ocidentais deixaram de

ver a evolução cultural como um processo natural ou necessariamente desejável. A arqueologia europeia alinou-se com a história, de que muito se aproximou, e foi vista como capaz de brindar percepções do desenvolvimento de povos específicos em tempos pré-históricos. Seus achados tornaram-se, assim, parte da luta pela autodeterminação nacional, pela afirmação e defesa da identidade nacional e pela promoção da unidade nacional, contraposta aos conflitos de classes. É claro que esse tipo de arqueologia teve um amplo apelo, repercutindo em outras partes do mundo. Grupos étnicos e nacionais desejam saber mais sobre sua pré-história, e este conhecimento pode desempenhar um papel significativo no fomento de sua solidariedade e auto-estima, ajudando, também, a promover o desenvolvimento econômico e social. Isso é particularmente importante para povos cujo passado foi negligenciado, ou depreciado, pelo enfoque colonialista outrora dominante na arqueologia e na história. Embora os achados da arqueologia histórico-cultural possam enriquecer-se com técnicas desenvolvidas fora do seu âmbito para a reconstrução de culturas pré-históricas e a explicação da mudança cultural, só uma abordagem que assim focaliza a pré-história de povos específicos pode satisfazer as necessidades de nações na fase pós-colonial. Por esse motivo, a arqueologia histórico-cultural continua a ter atrativos sociais em muitas partes do mundo.

Nos Estados Unidos, o enfoque histórico-cultural desenvolveu-se em resposta a uma crescente percepção da complexidade do registro arqueológico. Nesse caso, entretanto, não havia identificação entre os pesquisadores e os povos que estudavam. Na Europa, os arqueólogos continuaram a orgulhar-se das realizações de seus antepassados. Mas, depois de 1880, verificou-se um declínio da confiança na criatividade humana e recorreu-se muito mais do que antes à difusão e migração para explicar as mudanças no registro arqueológico. Por contraste, nos Estados Unidos, a crescente constatação de mudança pré-histórica inexplicável pela migração fez com que os pesquisadores apelassem cada vez mais para a difusão. Neste caso, o difusionismo representava não

um pessimismo crescente no tocante à criatividade humana, mas uma aceitação limitada e relutante da capacidade de mudar dos nativos norte-americanos.

O paradigma histórico-cultural punha o foco na cultura arqueológica e não nos estágios gerais de desenvolvimento. Tentava assim explicar o registro arqueológico em detalhes mais precisos do que se fizera no passado. Nos contextos nacionalistas em que primeiro esse paradigma se desenvolveu, havia um forte desejo de saber o máximo possível sobre o modo de vida de grupos específicos em diferentes épocas do passado, o que significa que os arqueólogos tentavam reconstruir descrições sincrônicas dessas culturas. Na América do Norte, essa tendência desenvolveu-se mais lentamente em função de um apego a listas de traços culturais "cientificamente objetivas", coisa que refletia a continuidade do estranhamento entre os arqueólogos e a história dos povos por eles estudados. Mas em ambos os casos a mudança nas culturas arqueológicas era rotineiramente atribuída a fatores externos, considerados sob os rótulos genéricos de migração e difusão. Em casos em que a origem interna das inovações se mostrava evidente, ou o processo ficava inexplicado ou era atribuído a características raciais especiais. O maior fracasso dos arqueólogos histórico-culturalistas foi sua recusa, após seu repúdio ao evolucionismo cultural, a estender o interesse pelas mudanças à consideração das propriedades dos sistemas culturais que tornam a inovação possível, ou conduzem à aceitação de inovações vindas de fora. Sem essa compreensão, a difusão estava fadada a permanecer uma não-explicação.

Capítulo 6

A Arqueologia Soviética

*Não foi apenas um novo sistema econômico que nasceu.
Uma nova cultura... uma nova ciência... um novo estilo de vida veio à
luz.*

*N. I. Bukharin, "Teoria e prática segundo o materialismo dialético"
(1931), p. 113.*

Desde que o Partido Comunista chegou ao poder, em 1917, a arqueologia passou a receber dotações financeiras generosas na União Soviética, que veio a possuir a maior rede centralizada de pesquisa arqueológica do mundo. A cada ano, mais de 500 expedições empreendem trabalhos de reconhecimento e escavação, e mais de 5.000 relatórios científicos são publicados. A arqueologia é encarada como um instrumento de promoção cultural e de educação pública. Seus achados são ativamente difundidos em obras de divulgação científica e através de exposições em museus. Parte da tarefa da arqueologia é enriquecer a compreensão das origens e da história dos muitos grupos étnicos que formam a União Soviética. Outra missão sua, ainda mais fundamental, é incentivar uma compreensão materialista da história humana, nos termos da filosofia pela qual se orienta o Partido Comunista. A arqueologia soviética também acrescenta profundidade temporal e verossimilhança ao esquema evolucionista cultural que, embora tomando o cuidado de não negar a criatividade de nenhum grupo humano, enfatiza o significado histórico universal da União Soviética como a primeira associação de estados a originar sociedades socialistas e, assim, alcançar a meta que as outras nações ainda têm de atingir.

A União Soviética foi o primeiro país em que os dados arqueológicos foram interpretados no horizonte do materialismo histórico marxista. Desde 1920, este paradigma tem guiado toda a pesquisa arqueológica lá realizada. A unidade resultante da perspectiva teórica, compartilhada por todas as ciências humanas na União Soviética, deu à arqueologia soviética uma singularidade tornada ainda maior pela barreira lingüística e pelos longos períodos de separação política e ideológica com respeito à Europa ocidental e aos Estados Unidos. A arqueologia soviética não permaneceu estática e tolhida por "dogmas do século XIX", tampouco mudou de rumos pura e simplesmente para atender a variáveis exigências de políticas governamentais, como sustentam

alguns de seus críticos ocidentais (M. Miller, 1956; M. Thompson, 1965). Ao contrário, ela evoluiu, e continua a evoluir, dentro do quadro da filosofia marxista. Na atmosfera intelectual menos autoritária da era pós-stalinista, a arqueologia soviética tornou-se, também, menos monolítica, e caracterizou-se por uma crescente diversidade de abordagens dentro do enquadramento marxista. Além do mais, embora a arqueologia soviética seja desconhecida da maioria dos arqueólogos ocidentais, ela influenciou, direta e indiretamente, a pesquisa arqueológica muito além da esfera de controle político soviético. Por todas essas razões, a arqueologia soviética tem uma importância mundial. Ademais, comparando as semelhanças e diferenças entre a arqueologia desenvolvida na União Soviética e a que se desenvolveu no Ocidente, sob esquemas políticos distintos e segundo orientações conceituais muito diversas, por certo será possível compreender melhor os fatores gerais que influenciam a interpretação arqueológica.

Arqueologia na Rússia Czarista

A arqueologia já era uma disciplina solidamente estabelecida na Rússia czarista. As primeiras manifestações de um interesse substancial por ruínas de tempos pré-históricos voltaram-se para os *kurgans*, ou túmulos, construídos aos milhares, durante um período de 5 mil anos, nas estepes que se estendem desde a Ucrânia oriental até a Sibéria. Ao longo de séculos, se não milênios, esses túmulos foram saqueados por caçadores de tesouros. A medida em que a colonização russa avançava rumo ao leste, para o interior da Sibéria, a pilhagem de *kurgans* naquela região era feita em grande escala, muitas vezes com o consentimento governamental. Por volta da década de 1760, poucos túmulos siberianos não haviam ainda sido saqueados, tornando essas operações de larga escala pouco proveitosas (Miller 1956: 15).

Ainda na década de 1680, o czar Fiódor Alekseievitch ordenou que os ossos de um "gigante" (provavelmente um mamute) encontrado em Kharkov fossem exumados, medidos e descritos (Miller 1956: 12). Em

1718, Pedro, o Grande, promulgou um decreto de alcance mais amplo, determinando que os governadores de distritos e intendentess de cidades recolhessem e mandassem para São Petersburgo (hoje Leningrado) os objetos antigos e raros, tão logo fossem descobertos. Os itens que interessavam ao czar compreendiam espécimes geológicos, paleontológicos e arqueológicos, e seu interesse científico fica evidente na sua determinação de que fossem feitos comunicados sobre as circunstâncias em que os objetos dignos de nota viessem a ser encontrados. Em 1721, o Dr. Messerschmidt foi enviado à Sibéria para fazer coleções de vários tipos, inclusive arqueológicas; cinco anos mais tarde, uma agência do governo encaminhou à Coleção Imperial de Arte mais de 250 objetos de ouro e prata, pesando mais de 33 quilos. Em 1739, Gerhard Müller (Gerard E Miller 1705-83), um professor de alemão ligado à Academia Russa de Ciências, enviado em missão de estudo sobre povos e recursos da Sibéria, supervisionou a escavação de *kurgans* na vizinhança de Krasnoiarsk. Ele resgatou um grande número de armas e ornamentos de bronze, organizando esses achados com vistas a publicação (Black 1986: 71).

Depois que os russos anexaram e começaram a colonizar as estepes ao longo da costa norte do mar Negro, na segunda metade do século XVIII, os interesses arqueológicos do governo e do público em geral se deslocaram para aquela região. Proprietários de terras e camponeses começaram a cavar em *kurgans*, na esperança de encontrar metais preciosos e antigüidades. Em 1763, o governador da região, general Alexei Mel'gunov, escavou o kurgan real cita de Mel'gunovsky, recuperando valiosos achados, hoje no Museu Hermitage. Colônias gregas clássicas ao longo do litoral norte do mar Negro também chamaram a atenção. Algumas das melhores pesquisas arqueológicas realizadas na Rússia no início do século XIX foram feitas por arqueólogos franceses *émigrés* trabalhando na Criméia (Miller, 1956:22; Sklenáo, 1983: 94). O estudo das antigüidades clássicas foi vigorosamente empreendido pela Sociedade Imperial de Odessa de História e Antigüidade, fundada em 1839 (Miller 1956: 27). Em 1826,

havia tantos achados reunidos na cidade de Kerch, na Criméia, que aí um museu arqueológico foi aberto.

Antes de 1850, os aristocratas russos que patrocinavam a pesquisa antiquária estavam muito mais interessados em obras de arte valiosas e exóticas recuperadas em *kurgans* e em cidades gregas do que nos achados mais humildes, relativos à pré-história eslava. Na Rússia, diferentemente do que acontecia na Europa central, os interesses de classe continuaram a prevalecer sobre o senso de identidade étnica. As classes superiores falavam entre si mais em francês e alemão do que em russo. Além do mais, embora os russos, tal como os norte-americanos, estivessem a expandir-se rumo a regiões ocupadas por povos tribais, eles não faziam uso de evidências arqueológicas a fim de elaborar justificativas raciais para seus atos. Como tinham sido conquistados e governados durante séculos pelos mongóis, os russos estavam menos inclinados a desprezar seus vizinhos tecnologicamente mais atrasados que os norte-americanos.

Na segunda metade do século XIX, a Rússia experimentou um rápido desenvolvimento na indústria, nos transportes, no comércio e nas oportunidades de educação. A classe média se expandiu rapidamente, e em meio ao segmento educado da população verificou-se um interesse crescente por ciências naturais, filosofia, história e economia política. Houve uma rápida proliferação de pesquisas e publicações arqueológicas, assim como de museus, associações e congressos de arqueologia. Os arqueólogos desse período eram professores, proprietários de terras, funcionários públicos ou oficiais militares, todos autodidatas na disciplina. Mas a pesquisa que realizavam era comparável à que era feita em outras partes da Europa (Miller 1956: 28). O rápido desenvolvimento da arqueologia na Rússia e o crescente número de achados notáveis levaram o governo a fundar a Comissão Imperial para a Arqueologia, em São Petersburgo. Em 1859, foi atribuída à Comissão autoridade para conceder licenças de escavação em terras públicas e de propriedade do governo, e também, de um modo geral, a responsabilidade pela preservação das jazidas

arqueológicas na Rússia. Em 1851, foi fundada em São Petersburgo a Sociedade Imperial de Arqueologia, e em 1864 o conde Alexei Uvarov organizou a Sociedade Imperial Russa de Arqueologia em Moscou, que ele, e depois sua viúva, dirigiram até 1917. Essas associações publicaram séries importantes, que continuaram até a revolução. Nas décadas de 1870 e 1880, sociedades arqueológicas regionais foram fundadas em Tbilisi, Kazan, Pskov e outras cidades provinciais.

A partir da década de 1870, até o início do século XX, os interesses arqueológicos se diversificaram. *Kurgans* e sítios clássicos continuaram a ser escavados, mas houve um interesse crescente por povoações e cemitérios de todos os períodos da história russa. Os sítios paleolíticos de Kostenki, na Ucrânia, começaram a ser estudados, ao mesmo tempo em que, na Rússia ocidental, eram escavados sítios neolíticos (inclusive da cultura tripolye), bem como sítios da Idade do Bronze e do Ferro. Havia também um considerável interesse pela arqueologia eslava e russa medieval, especialmente entre os membros da Sociedade Imperial de Arqueologia, que para tanto criou uma seção especial. Esse interesse particular refletia o pan-eslavismo, que, no final do século XIX, teve um papel significativo na política externa da Rússia e servia de apoio aos esforços do governo no sentido de expandir a influência russa no leste europeu. Por essa época, a arqueologia era ensinada nas universidades de São Petersburgo e Moscou.

Esse mesmo período testemunhou um aperfeiçoamento considerável, ainda que desigual, da metodologia e da interpretação arqueológica. A caça aos tesouros continuou popular entre os proprietários de terras, que tinham a posse legal de todas as riquezas encontradas em suas fazendas, inclusive achados arqueológicos. Alguns arqueólogos antigos e historiadores da arte conferiram uma aparência de respeitabilidade científica a essa prática, considerando os *kurgans* e os sítios clássicos como os únicos vestígios arqueológicos dignos de estudo; corroborava-o também uma corrente esteticista para a qual apenas as obras de arte mereciam atenção. Essa abordagem esteticista era particularmente

cultivada no Museu Hermitage, em São Petersburgo, onde se formara uma notável coleção de arte pré-histórica e medieval (Miller, 1956: 53). Outros arqueólogos atuantes em Moscou e São Petersburgo foram influenciados pelos avanços recentes da arqueologia pré-histórica no resto da Europa. O mais eminente deles foi Yassili Gorodtsov (1860-1945), oficial reformado da infantaria, que começou a escavar na década de 1890, com apoio financeiro da condessa Uvarova. No começo da década de 1900, ele tornou-se diretor do Museu Histórico de Moscou e um dos fundadores do Instituto Arqueológico de Moscou. Foi também responsável pela formação de um grande número de arqueólogos profissionais. Gorodtsov foi um grande expoente do que depois veio a se chamar escola formalista da arqueologia russa, inspirada nas obras de Oscar Montelius, Joseph Déchelette e outros especialistas em tipologia. Os formalistas estudavam a morfologia dos artefatos e procuravam ordená-los em seqüências cronológicas. Com base em suas escavações ao longo do rio Don, Gorodtsov pôde comprovar a existência da Idade do Bronze na Rússia e dividi-la em períodos. Ele periodizou sistematicamente as antigüidades russas e propôs sua própria terminologia, que todavia não logrou ampla aceitação. Gorodtsov também ressaltou a importância do estudo de povoamentos e cemitérios comuns, além dos *kurgans* (Miller, 1956: 37).

Alexandr Spitsyn (1858-1931), membro da Comissão Arqueológica Imperial, foi um dos fundadores da escola empírica, que sustentava que a tarefa básica dos arqueólogos era elaborar descrições as mais detalhadas e precisas de artefatos, abstendo-se de tirar conclusões históricas ou sociológicas prematuras (Miller, 1956: 32-3). Tal enfoque tinha muito em comum com o de Joseph Henry nos Estados Unidos. O líder definitivo da escola empírica foi Alexander Miller (1875-1935), um discípulo de Mortillet que começara a escavar na Rússia em 1902. Miller aperfeiçoou muito os padrões técnicos de escavação e também os de estudo e preservação dos artefatos. Foi professor de arqueologia da Universidade de São Petersburgo e formou muitos arqueólogos russos. Apesar, porém, dos bons trabalhos realizados, nenhum arqueólogo

russo chegou a ter uma reputação internacional comparável à de Lobachewsky na matemática, de Mendeleiev nas ciências naturais, ou de Pavlov na biologia.

Arqueologia nos Tempos da Nova Política Econômica

Tem-se afirmado que "nenhum governo anterior na história foi tão ostensiva e energicamente favorável à ciência" quanto o regime soviético, que chegou ao poder no outono de 1917 (Graham, 1967: 32-3). Os líderes revolucionários do novo Estado voltaram-se para o conhecimento científico em busca de modernizar a economia russa e eliminar o velho misticismo, visto como um obstáculo ao progresso social e econômico. As ciências sociais, inclusive a arqueologia, desempenhavam um papel fundamental na luta ideológica que se encetava. Um decreto do Conselho dos Comissários do Povo, datado de 18 de abril de 1919 e assinado por V. I. Lenin, recriou a Comissão Arqueológica Imperial de Petrogrado (antiga São Petersburgo), agora como Academia Russa de História da Cultura Material (RAIMK). A organização foi confiada a seu primeiro diretor, Nikolay Marr (1865-1934). Assim como Kossinna, lingüista interessado em arqueologia, Marr rejeitou a idéia, bastante difundida, de que novas línguas evoluem em consequência de um processo gradual de diferenciação fonológica, léxica e gramatical, a partir de formas ancestrais. Em vez disso, ele acreditava que as mudanças lingüísticas ocorrem em resposta às alterações socioeconômicas das sociedades em que os falantes vivem; portanto, as similaridades entre línguas indicam o estágio de evolução que as sociedades alcançaram, e não afinidades históricas. Com base em uma semelhança superficial entre esta teoria e explicações marxistas da mudança sociocultural, os ensinamentos de Marr desfrutaram de prestígio oficial na União Soviética até 1950.

Após a criação da União Soviética, a RAIMK tornou-se a Academia Estatal de História da Cultura Material (GAIMK) e passou a ter jurisdição sobre as instituições e atividades arqueológicas, não apenas na

República Russa, mas em toda a União (Miller, 1956: 47). Desde o começo, a GAIMK foi uma instituição maior e mais poderosa do que fora a Comissão Imperial de Arqueologia (Bulkin *et al.*, 1982: 274). Em 1922, as cadeiras de arqueologia das universidades de Leningrado e Moscou foram transformadas em departamentos. Estudantes talentosos que completaram seus estudos de graduação nesses e em outros departamentos foram admitidos no Instituto de Estudos de Pós-Graduação da GAIMK. Os que mais se destacavam ficavam no Instituto como pesquisadores juniores, e depois seniores. Assim, estabeleceu-se um modelo em que a pesquisa e a graduação em arqueologia estavam separadas, modelo este que ainda persiste na União Soviética (Davis, 1983: 409). Além de permitir que um grande número de arqueólogos se dedique às pesquisas em tempo integral, a estrutura do instituto possibilitou-lhes o acesso a peritos capazes de analisar cientificamente artefatos, resíduos florísticos e faunísticos, dados geológicos e climatológicos relativos a problemas arqueológicos.

Em meados da década de 1920, foi criado em Moscou um centro arqueológico rival, a Seção de Arqueologia da Associação Russa de Institutos de Ciências Sociais (RANION). O instituto era um amálgama de 15 institutos distintos em Moscou e Leningrado empenhados em formar bons pesquisadores e mestres, empregando membros do Partido Comunista e também pessoal selecionado fora deste, mas que atuava sob supervisão comunista direta (Shapiro, 1982: 89). O incentivo do Partido Comunista à popularização e democratização do conhecimento e da pesquisa científica também propiciou a criação de muitos centros de estudos regionais no começo da década de 1920. A arqueologia era um assunto popular nessas sociedades, nas quais arqueólogos profissionais, estudantes e amadores interessados se reuniam para fazer e publicar pesquisas (Miller, 1956: 44-5).

Durante a Primeira Guerra Mundial e a Guerra Civil subsequente, quase não se fez pesquisa arqueológica de campo. Em 1921, numa tentativa de promover a recuperação econômica e ampliar a base de apoio da revolução, especialmente entre os camponeses, Lenin

inaugurou a Nova Política Econômica, restaurando uma limitada economia de mercado na União Soviética. Como parte desta mudança, o governo soviético adotou uma política de conciliação em relação à *intelligentsia*, embora a maior parte dela não tivesse apoiado a revolução bolchevique. Lenin estava convencido de que, em função da deficiência na educação da classe operária, o Partido não poderia administrar a economia, conduzir a pesquisa científica ou dirigir o governo sem recorrer aos serviços das classes educadas. Ele também rejeitou a tese radical de que o poder cultural poderia ser conquistado por meio de ação revolucionária. Em vez disso, acreditava que a sociedade socialista devia ser edificada sobre os fundamentos das realizações culturais burguesas e que camponeses e operários tinham de aprender sobre cultura gradualmente, com a *intelligentsia*. Alguns outros comunistas, inclusive Anatoly Lunacharsky, o comissário da cultura, iam além: tinham a esperança de que, ao ser-lhes conferido um papel positivo na construção do socialismo, a *intelligentsia* viria a envolver-se na corrente dominante da vida soviética e tornar-se comunista (O'Connor, 1983: 36-7). Durante o período da Nova Política Econômica (1921-8), para desgosto dos revolucionários de linha dura, foram confiados a intelectuais de reputação consolidada postos de prestígio e poder, ocupações bem remuneradas, e permitiu-se-lhes uma certa liberdade de pensamento, desde que não criticassem abertamente o regime.

Como consequência da revolução, uns poucos arqueólogos russos de renome deixaram a União Soviética, destacando-se entre eles Rostovtsev (1870-1952), que havia de se tornar um dos mais eminentes peritos de todo o mundo na economia e sociedade das antigas Grécia e Roma. Os que ficaram continuaram a ocupar posições de destaque. Gorodtsov ainda era um arqueólogo proeminente na área de Moscou, onde seus principais colaboradores eram seus antigos alunos. Spitsyn, Miller e outros arqueólogos com idéias pré-revolucionárias continuaram sendo membros ativos do GAIMK. Por obra de sua influência, o espírito e a orientação científica da instituição diferiam

pouco dos que haviam caracterizado a antiga Comissão Imperial de Arqueologia. Embora Marr continuasse a elaborar suas bizarras teorias lingüísticas, sua liderança no GAIMK não implicou mudanças significativas na concepção de arqueologia (Miller, 1956: 46).

Durante o período da Nova Política Econômica, realizou-se um grande volume de pesquisas arqueológicas e foram formados muitos novos arqueólogos. As mais espetaculares manifestações da arqueologia amadorística que tinham florescido no século XIX desapareceram à medida em que o confisco da riqueza da aristocracia pôs o financiamento da pesquisa sob controle governamental. Arqueólogos profissionais também escreveram os primeiros compêndios de arqueologia e pré-história em russo. Embora esses estudos fossem de qualidade variável, estabeleceram novos padrões para os alunos e para os pesquisadores das províncias (Miller, 1956: 60). Por outro lado, as principais escolas interpretativas fundadas antes da revolução continuavam dominando a pesquisa arqueológica. Os formalistas continuaram a elaborar abordagens tipológicas e, à maneira de Montelius, a conceber o desenvolvimento da tecnologia como o resultado acumulado do uso do intelecto humano para controlar cada vez mais a natureza. Recorria-se a difusão e migração para explicar as mudanças no registro arqueológico. A escola empírica continuou a contentar-se em descrever os achados arqueológicos com a maior precisão possível, sem fazer generalizações, nem tentativas de relacioná-los com as sociedades que os produziram (Miller, 1956: 49-55). Não havia obstáculos ao contato com pesquisadores estrangeiros e os arqueólogos soviéticos continuaram a publicar suas obras no exterior. O periódico *Eurasia Septentrionalis Antiqua*, editado pelo arqueólogo finlandês A. M. Tallgren (1885-1945), era dedicado, principalmente, à arqueologia russa e publicava ensaios de pesquisadores russos em francês, inglês e alemão. Através desses contatos, a arqueologia europeia continuou a exercer uma influência significativa sobre os trabalhos realizados na União Soviética. Mikhail Miller (1956: 53-5) assinalou o impacto do pensamento europeu dessa época na interpretação de dados

arqueológicos soviéticos, destacando as influências da difusionista escola vienense de antropologia da visão cíclica da história de Oswald Spengler, e até mesmo das teorias racistas.

Por outro lado, a maioria dos arqueólogos evitava aplicar os conceitos do materialismo histórico à antropologia. Aparentemente, partiam do pressuposto de que, como estudavam cultura material, seu trabalho já estava suficientemente de acordo com a perspectiva materialista da nova ordem econômica e social. Porém, nem mesmo os formalistas, convictos de que a inovação tecnológica era a principal causa de mudança social, interpretavam os seus dados como se eles constituíssem uma base para a compreensão de processos históricos e culturais. A história das relações socio-econômicas que tinham produzido o registro arqueológico era vista como algo a ser estudado pelos historiadores, utilizando registros escritos (Miller 1956: 55). A Nova Política Econômica foi descrita como a "época de ouro do pensamento marxista na União Soviética" (S. Cohen 1973: 272). Não há indícios de que algum arqueólogo tenha participado dessa fermentação intelectual. Mesmo no quadro das interpretações tradicionais, os arqueólogos russos parecem ter sido mais cautelosos e reacionários do que inovadores.

O Nascimento da Arqueologia Soviética

Durante a década de 1920, veteranos revolucionários, radicais do mundo cultural, operários, membros da União da Juventude Comunista (Komsomol) e estudantes comunistas passaram a criticar cada vez mais as práticas da Nova Política Econômica no âmbito dos assuntos culturais. Ressentiam-se da competência das antigas elites da cultura e da educação; viam os bem defendidos como privilégios e a resistência desse grupo às reformas educacionais como um obstáculo a seu próprio progresso.

Denunciaram, pois, a conciliação feita com a antiga *intelligentsia* como uma traição à revolução de Outubro, e exigiram que a revolução política se estendesse ao domínio da cultura. Lutas políticas no seio da

liderança do Partido Comunista, após a morte de Lenin, desempenharam, nessa conjuntura, um papel importante na definição da política cultural. O programa de Joseph Stalin de industrialização intensiva e de coletivização da agricultura, que começou com o Primeiro Plano Quinquenal, em 1928-9, subverteu os princípios econômicos básicos da Nova Política Econômica. Como parte da campanha para consolidar seu poder, Stalin aliou-se aos radicais da cultura, que exigiam que os intelectuais fossem submetidos à estrita disciplina partidária (Fitzpatrick, 1974; O'Conner, 1983: 54, 89). A revolução cultural, iniciada com a prisão de engenheiros e técnicos sob a acusação de sabotagem, durou de 1928 a 1932. Envolveu uma campanha maciça para acomodar a vida intelectual soviética aos princípios da filosofia marxista, tal como estes eram entendidos pelo Partido Comunista Soviético. Muitos intelectuais e muitas instituições não-marxistas sofreram expurgos quando a burocracia stalinista se empenhou em suprimir toda oposição. Entre as primeiras vítimas dessa campanha estavam os centros de estudos regionais. Eles foram desbaratados e posteriormente substituídos por departamentos de estudos regionais controlados pelo governo, que dispensavam apoio popular. De 1930 em diante, contatos entre acadêmicos soviéticos e estrangeiros foram proibidos e por algum tempo só no GAIMK se podiam encontrar números recentes de publicações arqueológicas estrangeiras (Miller, 1956: 73, 93-4).

No final da década de 1920, implantou-se no GAIMK uma célula comunista, composta, principalmente, de estudantes de pós-graduação e pesquisadores associados. No começo da revolução cultural, o grupo disparou a criticar os arqueólogos das velhas escolas, desafiando-os a manifestar sua posição no tocante ao marxismo. Em 1929, o professor Vladislav I. Ravdonikas (1894-1976), um arqueólogo de meia idade que ingressara no Partido Comunista muitos anos antes, seguindo ordens da organização partidária no GAIMK, leu na academia um relatório intitulado "Para uma história soviética da cultura material". Esse ensaio foi publicado no ano seguinte e muito lido pelos arqueólogos em toda a

União Soviética. O ensaio criticava as posições teóricas de eminentes arqueólogos e reclamava "uma história marxista da cultura material" para substituir a antiga arqueologia. O próprio conceito de arqueologia era rejeitado como uma ciência burguesa hostil ao marxismo. Na Conferência Pan-Russa de Arqueologia e Etnografia, realizada na GAIMK em maio seguinte, a organização partidária da academia montou uma exposição da bibliografia arqueológica soviética em que livros e artigos escritos desde 1917 eram denunciados por sua adesão ao formalismo, ao nacionalismo burguês e a outras tendências anticomunistas.



32. V. I. Ravdonikas (1894-1976)
(Instituto de Arqueologia, Leningrado).

O método tipológico monteliano foi criticado por seu idealismo, por transformar os artefatos em fetiches (artefatologia) e por interpretar impropriamente a história humana em termos biológicos (Miller, 1956: 71-8). Rejeitou-se também, com firmeza, a tese oposta de que a arqueologia podia cortar seus laços com a história e procurar, no horizonte marxista, desenvolver seus próprios métodos de estudo do comportamento humano no passado (Dolitsky, 1985: 361).

A essa crítica, seguiu-se a demissão (e, em alguns casos, a prisão e o exílio) de arqueólogos que não podiam, ou não queriam, mudar seus pontos de vista. Em Leningrado, pelo menos vinte arqueólogos foram exilados, inclusive Alexander Miller. Em Moscou, Gorodtsov foi exonerado de todos os seus cargos, embora o governo soviético mais tarde lhe conferisse a Ordem da Bandeira Vermelha, por suas contribuições para a arqueologia russa. Essa exoneração foi documentada e condenada por Tallgren (1936), após sua visita a Leningrado, em 1935. Como retaliação, ele foi privado do título de membro honorário da GAIMK e, posteriormente, proibido de entrar na União Soviética. Uma crônica pormenorizada dos acontecimentos desse período foi feita, mais tarde, pelo arqueólogo russo *émigré* Mikhail Miller (1956: 96-105). Ao tempo em que essas coisas aconteciam, o poder da GAIMK e o controle centralizado que exercia na arqueologia soviética aumentaram com a completa extinção da RANION e de sua Seção Arqueológica em Moscou. Em seu lugar, um ramo moscovita da GAIMK MOGAIMK foi instituído em 1932, sob a direção do historiador A. Udaltsov.

A geração mais jovem de arqueólogos marxistas, que, sob a liderança de Ravdonikas, assumiu posições de destaque, elaborou um enfoque marxista para a antropologia. Entre esses acadêmicos estavam Yevgeni Krichevsky (1910-42), que estudou culturas neolíticas, A. P. Kruglov (1904-42), G. P. Podgayetsky (1908-41), que estudaram a Idade do Bronze na Rússia meridional, e P. N. Tretyakov, que estudou as culturas russa antiga e eslava. A maioria deles era de entusiastas, mas sem muita experiência de estudos marxistas ou de arqueologia (Bulkin *et al.*, 1982: 274). Ravdonikas, cuja excepcional habilidade até mesmo seus inimigos reconheciam, foi o principal teórico nesses anos de formação. O Partido Comunista, embora apoiasse a criação de um enfoque marxista da arqueologia e se reservasse o direito de julgar sua teoria e sua prática, não parece ter traçado diretrizes explícitas para os arqueólogos. Essas diretrizes tampouco podiam ser encontradas nos escritos de Marx e

Engels. A propósito de arqueologia, a mais importante declaração feita por Marx foi:

Relíquias de instrumentos de trabalho ultrapassados possuem a mesma importância, para a pesquisa de formas econômicas extintas de sociedade, que têm os fósseis para o reconhecimento de espécies animais extintas. O que nos capacita a distinguir diferentes formas econômicas não são os artigos feitos, mas o modo como foram feitos, e com que meios. Instrumentos de trabalho não apenas oferecem uma imagem do grau de desenvolvimento atingido pelo trabalho humano, como também são indicadores das condições em que os trabalhos foram executados.

(Marx, 1906: 200)

Acresce que Marx dedicou a maior parte de sua carreira ao estudo de sociedades capitalistas e de como elas evoluíram a partir de sociedades feudais. Já com certa idade é que ele começou a pesquisar as sociedades pré-classe e as sociedades de classe antigas, e para isso teve de valer-se da deficiente e controvertida bibliografia antropológica disponível no final do século XIX (Bloch, 1985: 21-94). Assim, ele e Engels deixaram sem resposta muitas questões sobre os tipos de sociedades que os arqueólogos estudam, inclusive as questões pertinentes à evolução destas. Isto significa que os arqueólogos tinham de apoiar-se não nos conceitos bem desenvolvidos postos ao dispor da maioria dos outros cientistas sociais, mas nos princípios básicos do marxismo tais como estes foram formulados por Marx e Engels em seus próprios escritos, se não em exegeses posteriores.

Marx resumiu os princípios básicos em que fundamentou suas análises da sociedade no prefácio de seu estudo *Contribuição para a crítica da economia política* (1859):

Na produção social que os seres humanos realizam, eles entram em relações definidas, necessárias e independentes de sua vontade, relações

de produção que correspondem a um estágio determinado do desenvolvimento de suas forças materiais de produção... O modo de produção da vida material determina o caráter geral dos processos sociais, políticos e intelectuais de vida. Não é a consciência humana que determina sua existência; pelo contrário, é sua existência social que determina sua consciência.

(Marx & Engels, 1962:1: 362-3)

Tradicionalmente, o marxismo é caracterizado por uma dedicação constante à análise materialista da condição humana. Segundo muitas vezes se assevera, o marxismo também rejeita a doutrina positivista de que a ciência só pode basear-se em dados diretos da experiência sensível, preferindo-lhe o realismo filosófico, que enfatiza a descoberta de estruturas subjacentes inobserváveis, as quais geram os fenômenos observáveis, correspondentes, neste caso, à essência das formações socioeconômicas (Davis, 1983: 408). Porém essa distinção pode ser exagerada. Lenin afirmava que "o marxismo não se baseia em nada mais que os fatos da história e da realidade" (Petrova-Averkieva, 1980: 24). Marx e Engels enfatizaram a interdependência sistêmica de todos os aspectos da vida social e, mais particularmente, consideraram as sociedades humanas como sistemas que organizam a produção e a reprodução social. Eles também destacaram conflitos e contradições internas como características dominantes das sociedades humanas complexas (históricas), e caracterizaram-nos como a mais importante fonte de mudança social.

Para Marx, assim como para muitos outros teóricos sociais do século XIX, os seres humanos desenvolveram de tal forma a capacidade de cooperar enquanto membros de grupos sociais, que as sociedades se tornaram capazes não apenas de transformar constantemente suas relações com o mundo natural, mas também de modificar a natureza humana. No entanto, ele discrepava da maioria dos outros teóricos no identificar a organização do trabalho como o mais importante meio pelo qual os seres humanos se capacitam a enfrentar a natureza,

atuando como uma das forças da própria natureza. O fator crucial na configuração dos sistemas sociais foi a base econômica, que consiste de forças e relações de produção. Embora tenha havido sérias divergências entre os marxistas quanto à definição desses termos, as forças de produção são geralmente interpretadas como compreendendo não apenas todas as formas de tecnologia, como também todos os recursos utilizados, humanos e não humanos, e ainda todo o conhecimento científico (Graham, 1967: 34-5). As relações de produção correspondem aos modos pelos quais os seres humanos se relacionam uns com os outros para utilizar as forças de produção com vistas a produzir e distribuir bens. Compreendem, portanto, não apenas o que os antropólogos ocidentais identificariam como comportamento econômico, mas também várias facetas do comportamento social. A base econômica desempenha um papel decisivo na formação de outros aspectos da sociedade, como os conceitos de propriedade, vida familiar, organização política, lei, crenças religiosas, valores estéticos e aspectos filosóficos e organizacionais das atividades científicas. Em conjunto, todos esses elementos são designados como a superestrutura da sociedade. Marx não acreditava que a mudança tecnológica se efetuasse em consequência de os seres humanos usarem sua inteligência para desenvolver modos mais eficazes de controlar seu ambiente natural, como haviam pressuposto os evolucionistas vitorianos e os filósofos da Ilustração. Em vez disso, ele sustentava que a mudança tecnológica deve ser entendida em seu contexto social. Embora novas tecnologias acarretem mudanças políticas e sociais, elas são, em si mesmas, produtos de contextos sociais específicos que influenciam quais inovações têm, ou não, probabilidade de acontecer. Era isso que Engels tinha em mente quando escreveu que "em última análise, o elemento determinante do processo histórico é a produção e reprodução da vida humana... Se alguém distorcer este princípio transformando-o na crença de que o elemento econômico é o único determinante, terá então transformado [a concepção materialista da história] em uma sentença vazia e abstrata." (Marx & Engels, 1962: 2: 488).

A análise marxista considera que toda sociedade contém no seu seio tendências tanto favoráveis quanto opostas à mudança. Dá-se, pois, que cada sociedade encerra em si, ao mesmo tempo, as sementes de destruição de seu presente estado e o embrião de uma situação futura. O antagonismo entre as duas tendências produz a energia que acarreta a mudança. Marx não negava que fatores superestruturais, como hierarquias políticas firmemente arraigadas, ou crenças religiosas poderosas, podem ser de grande importância histórica, mas sustentava que isto se dá apenas no tocante à capacidade desses fatores de impedir mudanças. Mudanças globais só podem ocorrer quando transformações econômicas não são subjugadas por tais forças. Uma sociedade progressista vem a ser, portanto, aquela que oferece um vasto número de possibilidades para o livre desenvolvimento das forças produtivas humanas (Petrova-Averkíeva 1980: 20; Tringham 1983: 95-6).

Em suas pesquisas, Marx tanto buscou explicar eventos históricos complexos como procurou fazer generalizações a respeito das correntes evolutivas na história. Em suas obras *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *A luta de Classes na França, 1848-50*, ele procurou explicar os eventos históricos não como respostas coletivas às condições econômicas e ambientais, mas em termos de interesses conflitantes de grupos sociais e econômicos em busca da conservação ou do aumento de seu poder. Esses estudos destacam a intencionalidade e a reprodução social da realidade, em vez de tratar o comportamento humano como consequência passiva de forças sociais. Marx também observou que cada sociedade é fruto de sua própria história particular e, portanto, cada uma delas responde de maneira distinta às mudanças econômicas. Por isso seria impossível formular leis gerais capazes de explicar toda a realidade concreta da mudança cultural em termos de predição. Em alguns de seus escritos, acha-se a sugestão de que ele acreditava em evolução multilinear, pelo menos em curto e médio prazo (Hobsbawm, 1964). No entanto, ele também acreditava em um curso ideal do desenvolvimento humano, com o ponto de partida nas sociedades primitivas igualitárias, passando pelas sociedades de classes, rumo às

sociedades igualitárias tecnologicamente avançadas do futuro. Ao longo dos anos, a ênfase dada pelos marxistas à complexidade histórica e à regularidade evolutiva da história humana variou. A erudição soviética, com raízes nos escritos de G. V. Plekhanov (1856-1918) e reforçada pelas idéias próprias de Stalin, tendia a enfatizar uma concepção marcadamente evolucionista e determinista da mudança social (Bloch, 1985: 95-123). Afinal, Marx negou que o comportamento humano seja, em grande medida, biologicamente determinado, ou que um grande número de generalizações venha a ser aplicável a todas as sociedades humanas (Childe, 1947a). Em vez disso, ele acreditava que a maioria das regras que regem as sociedades se alteram com a transformação dos modos de produção. A evolução social produz, assim, novidades autênticas, não apenas meras permutações e combinações variadas de uma série fixa de regularidades. Marx também negou que seja possível criar ciências sociais política e socialmente neutras em uma sociedade de classes, pois esses estudos são inevitavelmente influenciados por preconceitos de classe dos estudiosos que os empreendem. Porém Marx não consideraria de um modo relativista as visões de mundo dos antigos sumérios e as do mundo capitalista moderno. Ao contrário, ele as interpretaria como posições qualitativamente distintas em termos de seu potencial para a ação humana. Reivindicaria também uma posição privilegiada para o marxismo, em comparação com todas as outras abordagens filosóficas e científicas do comportamento humano.

Ravdonikas e seus colegas tentaram tornar os dados arqueológicos mais importantes para a sociedade fazendo-os úteis ao estudo marxista da história. Os arqueólogos deveriam usar seus dados para ilustrar as leis e regularidades do processo histórico e, assim, demonstrar a precisão e a utilidade dos conceitos marxistas. Incumbiram-se de explicar, com base no marxismo, as mudanças ocorridas em tempos pré-históricos. O contexto básico em que essas mudanças foram estimadas passíveis de compreensão já não era o da tecnologia, mas o da organização social. O conceito de sucessivas Idades da Pedra, do Bronze e do Ferro foi abandonado, com base em que não se originara da compreensão de uma

sociedade, mas sim, muito estreitamente, da discriminação de matérias-primas que prevaleceram no curso do desenvolvimento da tecnologia. Os arqueólogos foram conclamados não apenas a descrever seus achados como também a reconstruir as sociedades que os produziram. Isso implicava definir os modos de produção e determinar, na medida do possível, sua tecnologia, sua organização social e seus conceitos ideológicos (Miller 1956: 79).

Esse procedimento teórico aportou resultados valiosos. Ao fazer voltar-se a atenção dos arqueólogos para o modo como as pessoas comuns viveram, estimulou-os a empreender, em larga escala, escavações horizontais de povoados, acampamentos e oficinas (Davis, 1983: 410). Deu-se maior atenção a ruínas de moradias e à relação entre os diferentes tipos de artefatos e essas estruturas. Isso resultou na primeira identificação de habitações paleolíticas feita no mundo (Childe, 1950) e nas primeiras escavações integrais de sítios neolíticos. Quando cemitérios eram escavados, o objetivo principal era pesquisar as crenças religiosas e determinar a estrutura social das sociedades que os construíram.

Algumas interpretações desse período foram equívocas, como a sugestão de P. I. Boriskovsky de que estatuetas femininas eram prova de sociedades de clãs matriarcais do paleolítico superior (Davis, 1983:413-4). Por outro lado, em 1934, P. N. Tret'yakov deduziu, a partir de impressões digitais encontradas no interior de vasos, que a cerâmica associada às culturas de caçadores-coletores pré-históricos da Rússia setentrional e central era manufaturada por mulheres, e foi adiante: afirmou que a uniformidade de estilos de cerâmica constatada em cada sítio e a considerável variação verificada de sítio para sítio indicavam um padrão de casamento matrilocal, a fazer com que as ceramistas de cada pequena comunidade transmitissem suas tradições de geração em geração sem ser perturbadas por influências externas (Childe, 1943: 6). Interpretações desse tipo não foram tentadas pelos arqueólogos americanos antes da década de 1960, e esses seus estudos eram menos arqueológicos, na medida em que neles a identificação do sexo dos

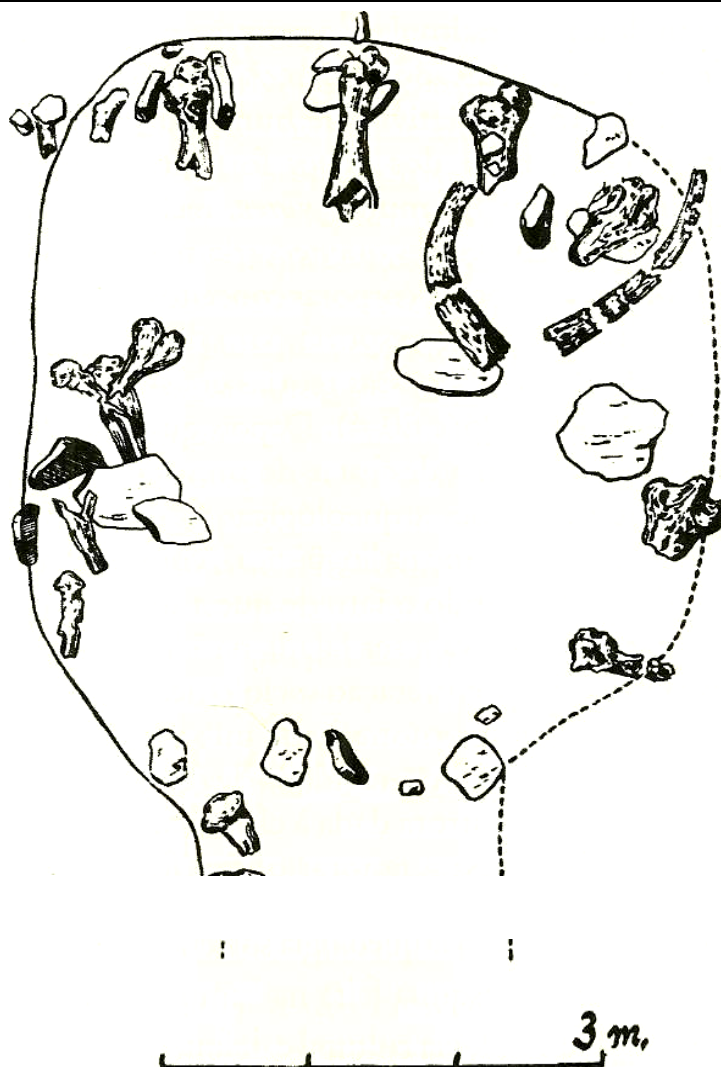
ceramistas dependia inteiramente de uma abordagem histórica direta (Binford 1962: 61).

Os arqueólogos soviéticos também foram estimulados a explicar as mudanças no registro arqueológico não mais em termos de migração e difusão, mas como resultado de processos sociais internos. Por exemplo, em seu livro *Clan Societies of the Steppes of Eastern Europe* [Sociedades clânicas das estepes da Europa oriental], Kruglov & Podgayetsky (1935) relacionaram as mudanças nos costumes funerários da Idade do Cobre na Rússia meridional à evolução de conceitos de propriedade. Eles sugeriram que as tumbas coletivas correspondiam à propriedade comunitária dos meios de produção, e os sepulcros individuais correspondiam a sociedades pastoris patriarcais. Também sugeriram que, à medida em que a propriedade se tornava importante nas sociedades em processo de evolução, a avidez dos herdeiros reduzia a quantidade de bens valiosos enterrados com o morto (Childe, 1942d: 133). Esse último argumento inspiraria as generalizações transculturais de Childe (1945a) a respeito da evolução dos costumes funerários, generalizações que, depois de terem sido negligenciadas por décadas, voltaram a despertar o interesse dos arqueólogos (M. Pearson, 1982). Por causa de sua preocupação com a mudança social, os arqueólogos soviéticos também fizeram reviver o interesse pela evolução cultural, assim como pelos conceitos correlatos de desenvolvimento e progresso, numa época em que o difusionismo ainda estava em ascensão no resto da Europa e na América do Norte.

Nessa época, contudo, os estudos marxistas de dados arqueológicos se desenvolviam sob severas restrições conceituais. A evolução social era concebida em termos de um esquema unilinear de formações socioeconômicas, frouxamente derivado do livro de Engels: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que, por sua vez, em muito se baseava no estudo de Marx da obra de Morgan *Ancient Society* [A sociedade antiga]. As sociedades pré-classe estavam divididas nos estágios sucessivos pré-clânico, de clã matriarcal, de clã patriarcal e de clã terminal, seguidos por três formas de sociedades de classe -

escravista, feudal e capitalista - e por mais duas formas de sociedades sem classes: socialista e comunista. Essa última era considerada o estágio final do desenvolvimento humano e não estava sujeita a mudanças ulteriores (Miller, 1956: 78-9; Yu. Semenov, 1980). No período stalinista, conferiu-se a essa formulação um *status* canônico e não era permitido submetê-la à crítica científica. Os arqueólogos tinham de interpretar seus achados conforme esse esquema e, também, de acordo com os clássicos do marxismo-leninismo. O único desvio permitido dessa trilha era reconhecer que muitas culturas achavam-se em um estado de transição e não em um estado puro, no âmbito de seu estágio evolutivo. Havia, também, debates quanto aos critérios arqueológicos capazes de revelar a que estágio de desenvolvimento pertenceria uma cultura arqueológica. O dogmatismo com que os cientistas sociais aderiam a esse esquema contrasta muito com os pontos de vista expressos por Marx e Engels, que estavam prontos a considerar modelos multilineares de evolução social, especialmente no que diz respeito aos mais antigos e menos conhecidos períodos do desenvolvimento humano.

Pior ainda, no seio do GAIMK a pesquisa arqueológica soviética estava, então, sujeita tanto à influência intelectual como à direção administrativa de Marr. Contestando a evidência consensualmente aceita de continuidade lingüística, sua teoria da mudança lingüística encorajava os arqueólogos a ignorar mesmo a mais gritante evidência de movimentos étnicos no registro arqueológico e a interpretar a seqüência arqueológica, para cada região, desde os tempos mais remotos até o presente, em termos de estágios da história de um único povo. Ravdonikas afirmava que na Criméia uma população autóctone tinha sido primeiro um povo cita, falante da língua iraniana, depois godo, falante de uma língua germânica (a qual, todavia, alegava-se não ter relação histórica com os idiomas germânicos encontrados mais a oeste) e, finalmente, eslavo.



33. Planta de cabana paleolítica encontrada em Buryet, reproduzida em *Antiquity* por Childe, 1950.

Mikhail Artamonov sustentava que os khazars não tinham ultrapassado, a leste, o vale do Don, nem o norte do Cáucaso, antes teriam evoluído localmente — e, portanto, não eram turcos —, ao passo que M. Khudiakov afirmava que os tártaros do Volga tampouco eram turcos, mas resultavam da mistura de tribos locais (Miller, 1956: 81-2). Essa concepção também tendia a inibir o interesse pela antropologia física, na medida em que esta se orientava para a distinção de grupos étnicos no registro arqueológico (carta de V. G. Childe citada em Trigger 1908a:104). Embora os arqueólogos soviéticos afirmassem estar interessados na pré-história de vários grupos étnicos, seu enfoque evolucionista unilinear desestimulava a pesquisa dos tipos de variação cultural que poderiam ter significado étnico. A difusão também era rejeitada como uma difamação da criatividade humana. O conceito de

Marr de desenvolvimento autóctone dos povos foi visto como uma rejeição às teorias antievolucionistas (e, muitas vezes, racistas) que prevaleciam na Europa ocidental. Interpretações que recorriam a processos de migração e difusão eram condenadas por incorporar conceitos de nacionalismo burguês e promover uma base científica espúria para doutrinas chauvinistas, imperialistas e racistas. Defender essas teorias era sinal de simpatias contra-revolucionárias (Miller, 1956: 80-4). Depois que Marr morreu, em 1934, suas doutrinas continuaram a desfrutar de prestígio e patrocínio oficial e dominaram as interpretações arqueológicas até 1950. Nessa altura, Stalin, em seu ensaio "Sobre o marxismo na lingüística", considerou os ensinamentos de Marr absurdos, assinalando o fato de que a mesma língua russa falada na Rússia czarista continuava a ser falada na União Soviética.

A excessiva ênfase na interpretação sociológica dos dados arqueológicos e a rejeição do procedimento monteliano inibiram o interesse pela classificação sistemática dos artefatos, rotulada de *goloye veshchevedeniye* (mera artefatologia). A atenção outrora dada à classificação foi condenada como parte da tendência burguesa a ignorar o significado social e político de dados arqueológicos. Tal como a migração e a difusão, a classificação adquiriu conotações políticas negativas. A negligência na classificação teve efeitos adversos duradouros sobre a arqueologia soviética, que continua até hoje atrasada com relação à pesquisa feita na Europa central e ocidental no tocante à tipologia, cronologia cultural e definição de unidades culturais (Bulkin *et al.*, 1982: 288-90).

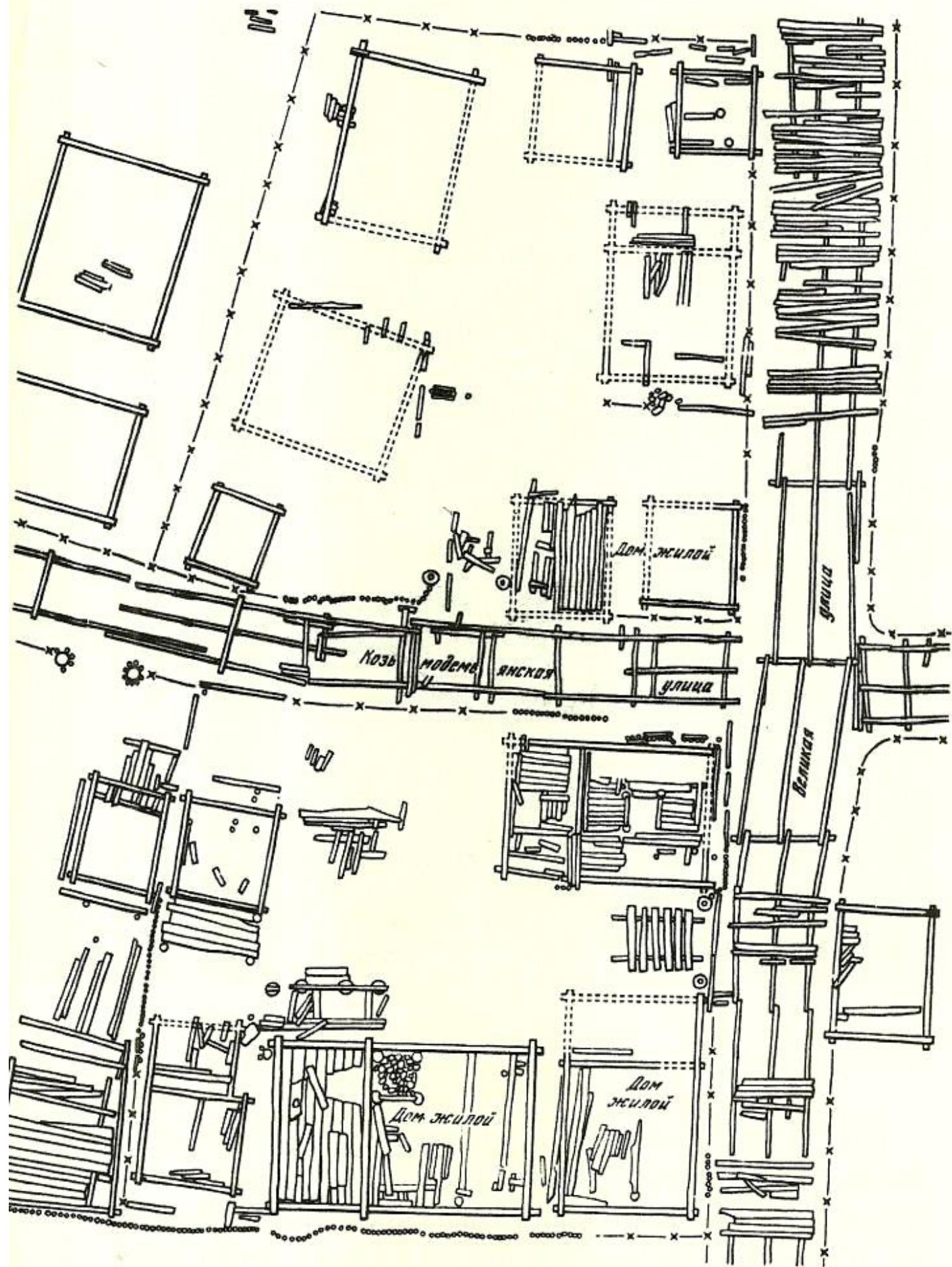
Embora a revolução cultural soviética seja geralmente descrita como um período em que a criatividade estagnou por obra de um sectarismo agressivo e intolerante (Fitzpatrick 1974: 52), o procedimento de interpretação arqueológica inaugurado nessa época foi de grande originalidade e importância. As concepções da fase inicial do desenvolvimento da arqueologia soviética não foram isentas de defeitos e excessos. A falha principal era o entendimento superficial e politicamente forçado do marxismo, acompanhado de um entusiasmo

desmedido pela interpretação dos dados arqueológicos em termos de comportamento humano, muitas vezes sem os estudos formais necessários. Tais limitações eram de se esperar em estágios iniciais de um novo procedimento de interpretação arqueológica. Esses defeitos foram identificados e progressivamente superados com o amadurecimento da arqueologia soviética.

Os arqueólogos soviéticos tiveram o mesmo interesse que os arqueólogos escandinavos do século XIX pela evolução cultural e pelo modo de vida dos povos na pré-história. A novidade era o empenho dos soviéticos em descobrir, considerando sua própria dinâmica interna, como sistemas sociais e culturais mudavam. Isso representava uma acentuada ruptura com as tentativas anteriores dos arqueólogos de explicar a mudança cultural em termos de influências externas, ou tão-só alegando a inventividade humana, considerada esta à parte das condições econômicas e sociais. O novo enfoque se caracterizava, também, por uma rejeição explícita do racismo e do pessimismo quanto à criatividade humana, característicos da arqueologia, tanto na Europa central como na ocidental, durante a década de 1920. Adotava, em vez disso, uma concepção dinâmica da sociedade que estava de acordo com o novo quadro social vigente na União Soviética. Em particular, isso refletia a convicção de uma nova geração de arqueólogos, formada após a revolução, de que esforços coletivos podiam mudar e melhorar a sociedade.

Consolidação

A revolução cultural foi seguida por um período de consolidação. A partir de 1934, em todos os ramos dos estudos históricos soviéticos, houve uma demanda por profissionalização, melhoria técnica e incremento da qualidade dos trabalhos.

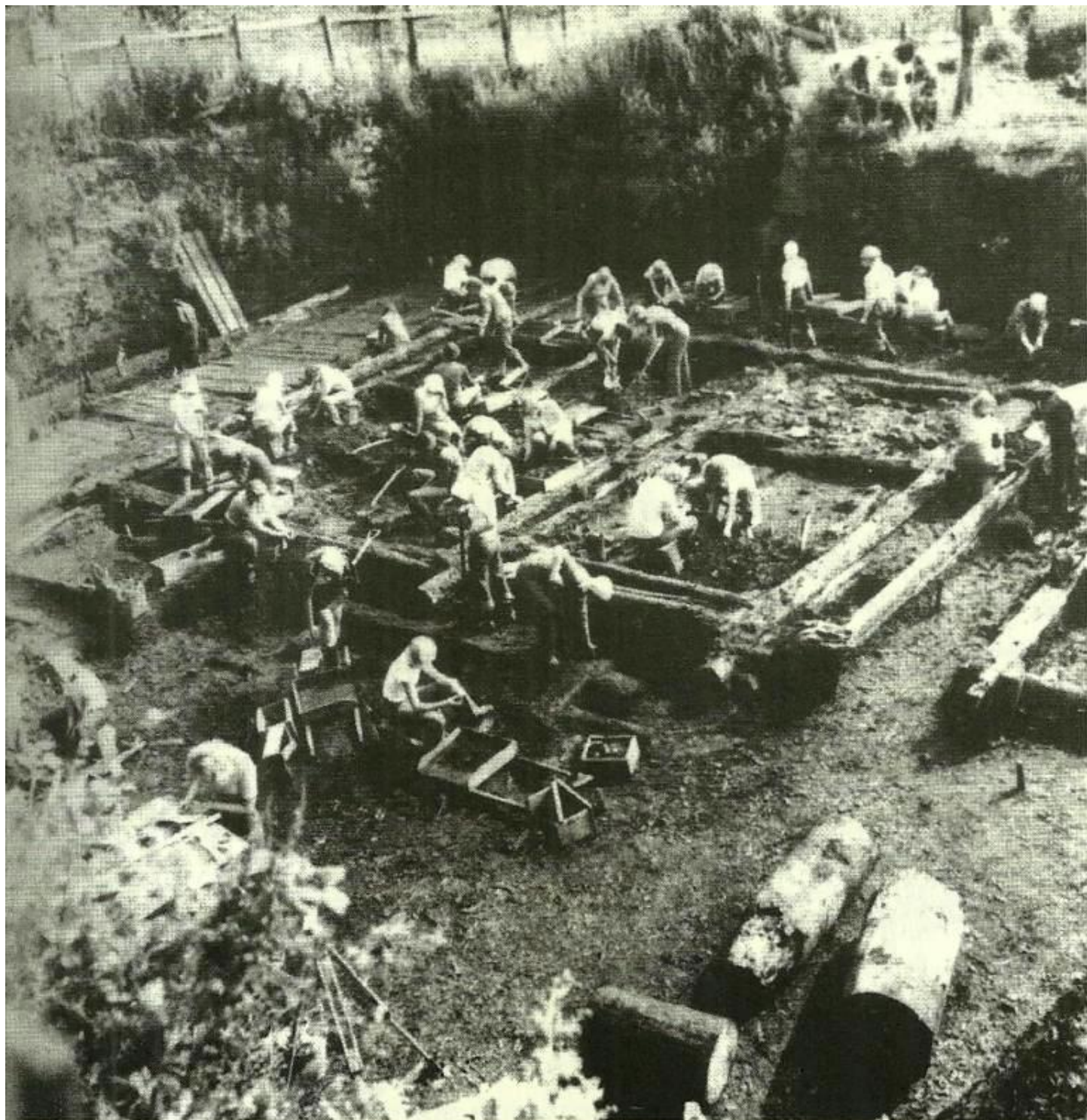


34. Planta de escavações em Novgorod, 1977-83 (Instituto de Arqueologia, Leningrado).

A literatura polêmica e programática que predominara no período anterior deu lugar a estudos empíricos mais convencionais; estes foram ganhando maior popularidade à medida em que a insistência crescente na ortodoxia política tornou qualquer inovação na teoria marxista, ou mesmo qualquer discussão séria de questões teóricas, coisa cada vez mais perigosa. A pós-graduação e a defesa de dissertações, que haviam sido abolidas depois da revolução (Graham, 1967: 141), foram reintroduzidas. Como parte dessa consolidação, no início de 1931, o termo arqueologia foi novamente utilizado como nome de uma disciplina, embora, a partir de então, para distingui-la da "arqueologia burguesa", a forma praticada na União Soviética tenha passado a ser chamada de arqueologia soviética (Miller 1956: 108-9). A arqueologia continuou a ser considerada um ramo da história, mas abrangia um conjunto de problemas que eram analisados por meio da cultura material. Tornou-se possível, de novo, fazer referência aos tradicionais estágios de desenvolvimento tecnológico, conquanto já não se conferisse à tecnologia, por si só, um valor explicativo.

Embora o desenvolvimento da arqueologia soviética fosse aceito como politicamente adequado, julgou-se, então, necessário melhorar o padrão geral da disciplina. O GAIMK expandiu-se e passou a conferir títulos de pós-graduação. Em 1934, ele dividiu-se em quatro setores, três dos quais voltados para o estudo das sociedades pré-classe, da sociedade escravagista e da sociedade feudal; um quarto consagrou-se aos aspectos técnicos da pesquisa arqueológica em geral. Criou-se uma cátedra para cada período socioeconômico. Em 1937, o GAIMK foi renomeado Instituto para a História da Cultura Material e vinculado à renomada Academia Soviética de Ciências, que, na década de 1930, reconquistara o papel que a Academia Imperial Russa desempenhara, sob os czares, como "diretório da vida cultural e científica da nação" (Graham, 1967: 23). O principal núcleo do Instituto para a História da Cultura Material veio a localizar-se em Moscou, embora um setor permanecesse em Leningrado. Em meados da década de 1950, o Instituto passou a chamar-se Instituto de Arqueologia. Continuou a exercer influente

controle na definição dos objetivos da pesquisa arqueológica para os planos quinquenais, na organização das principais conferências, na alocação de espaço para publicação nos principais periódicos e séries monográficas e na regulamentação dos contatos com o exterior. Continuou, também, responsável pela concessão de diplomas e títulos de nível superior em arqueologia (Davis, 1983: 408).

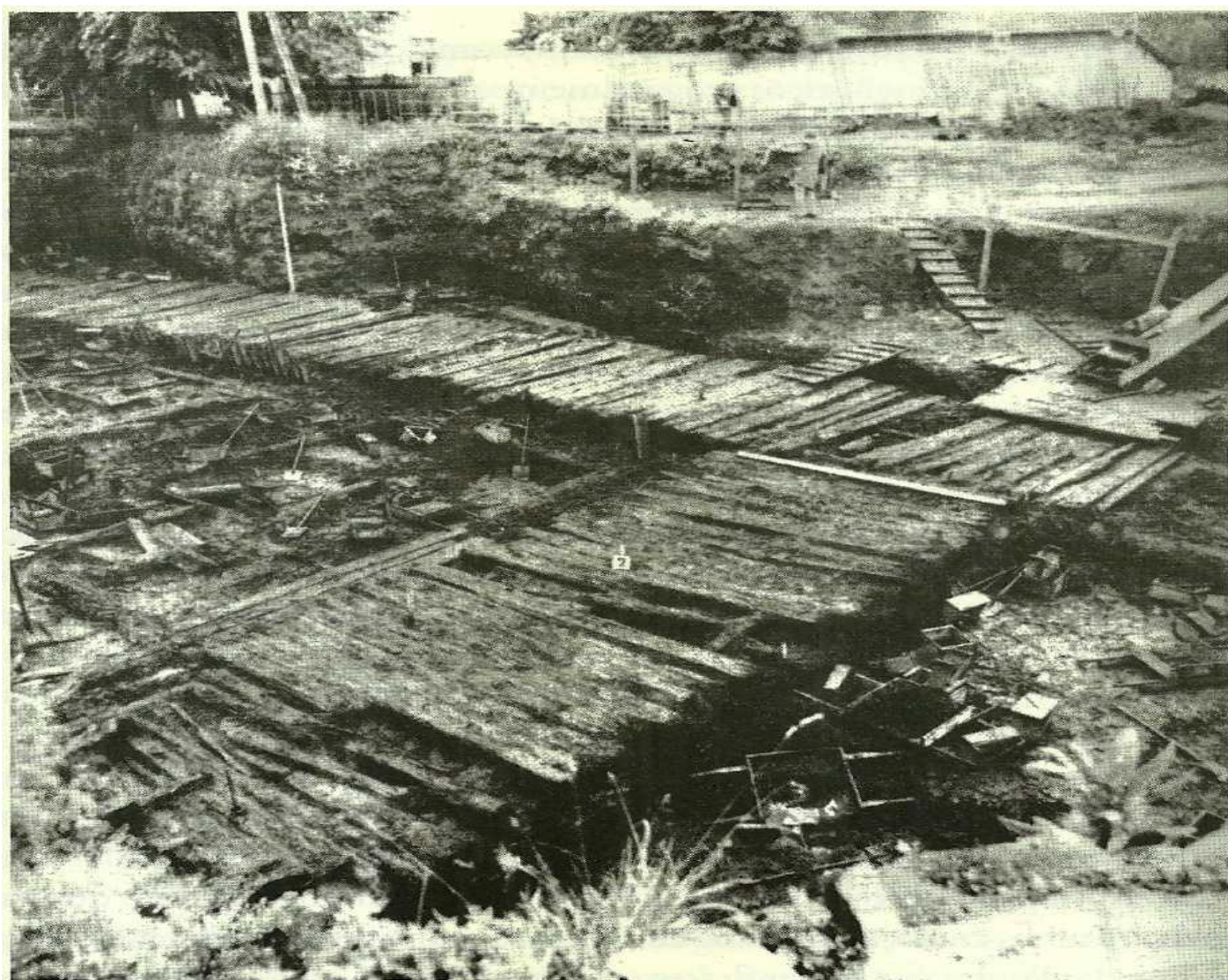


36. Escavações em Novgorod (Instituto de Arqueologia, Leningrado).

Durante a década de 1930, foram criadas cátedras e departamentos de arqueologia em um grande número de universidades, novas monografias e séries monográficas foram publicadas e teve início a publicação de *Sovetskaya Arkheologiya*, que se tornaria o principal periódico soviético de arqueologia. Trabalhos de salvamento arqueológico expandiram-se rapidamente, junto com os projetos industriais de grande escala iniciados em 1928. Expedições arqueológicas especiais foram empreendidas em conexão com os grandes projetos de construção. Tinham como objetivo pesquisar os terrenos afetados antes e durante a construção, realizar escavações e estudar os achados. Na década de 1930, transcorriam anualmente cerca de 300 expedições (Bulkin *et al*, 1982:276). Visitas às escavações, exposições e publicações de divulgação constituíam meios de instrução pública. Os arqueólogos também se dedicavam a trabalhos práticos, como estudar antigos sistemas de irrigação a fim de orientar o desenvolvimento moderno e localizar antigas minas que ainda pudessem ter valor comercial. Essa prática era especialmente comum entre 1935 e 1941 (Miller, 1956: 112).

Durante a década de 1930, o conhecimento da arqueologia pré-histórica do Cáucaso, da Ásia central e da Sibéria aumentou sensivelmente. Essas regiões foram estudadas a fim de exaltar as culturas de grupos nacionais que tinham sido explorados e mantidos subdesenvolvidos na Rússia czarista (Frumkin, 1962). Vários achados valiosos foram feitos nessas áreas, como as ruínas dos antigos estados de Urartu e Pártia e os túmulos de Trialeti e Pazyryk. A diversidade cultural do registro arqueológico tornou-se cada vez mais evidente, e isso, por sua vez, suscitou questões sobre como esses dados deviam ser analisados e relacionados com o esquema unilinear predominante. Essas questões ganharam maior urgência no final da década de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial, quando a soberania e a sobrevivência dos povos da União Soviética foram ameaçadas pela expansão militar alemã. A afirmação do patriotismo e o fomento da autoconsciência nacional foi

a resposta dada pelos eruditos soviéticos, coisa que continuou durante o período da Guerra Fria.



35. Escavações em Novgorod, 1977-82
(Instituto de Arqueologia, Leningrado).

Na arqueologia, esse novo empenho exprimiu-se através de um crescente interesse pela etnogênese, o que envolvia a procura de maneiras de distinguir diferenças étnicas de outras formas de variação cultural, a fim de rastrear as origens de grupos nacionais específicos. Os arqueólogos começaram a especializar-se no estudo de períodos e culturas específicos, aproximando-se, assim, do enfoque histórico-cultural. Anteriormente, os arqueólogos soviéticos haviam ridicularizado os debates travados entre os arqueólogos poloneses e alemães, a propósito de saber se a cultura lusaciana do neolítico recente

e de começos da Idade do Bronze seria eslava ou germânica. Os soviéticos observaram, com acerto, que àquela altura esses dois grupos lingüísticos provavelmente ainda não eram diferenciados (Miller, 1956: 83-4). Assinalaram também que Marx rejeitara o princípio segundo o qual reivindicações baseadas em argumentos históricos dão a grupos nacionais direito a territórios que eles contemporaneamente não ocupam. Não obstante, em finais da década de 1930, os arqueólogos russos ficaram ansiosos por demonstrar que desde tempos antigos seus antepassados, os eslavos orientais, tinham ocupado o território europeu da União Soviética, assim como ansiavam por refutar as alegações germânicas de que, ao longo de toda a história, os eslavos haviam sido culturalmente atrasados. Tanto antes como depois da Segunda Guerra Mundial, foram efetuadas pesquisas para rastrear as origens do povo russo e o desenvolvimento de sua antiga cultura e de seu artesanato (Miller, 1956: 135-44). No referido período, o estudo das cidades medievais russas, em especial as escavações em Novgorod, estabeleceram novos padrões para a arqueologia urbana. A recuperação de inúmeras cartas escritas em cascas de bétulas revelaram um inesperado grau de instrução fora do clero. Esses estudos demonstraram que o desenvolvimento de cidades na antiga Rússia começou ao mesmo tempo que na Europa central e ocidental, e prosseguiu em paralelo. Mostraram também que os russos estiveram à frente de outros povos europeus em termos de técnicas artesanais, comércio e cultura (M. Thompson, 1967). A tese, durante muito tempo aceita, de que as cidades russas começaram como colônias escandinavas foi veementemente rejeitada. Porém, no curso desses estudos de etnogênese, o conceito de desenvolvimento autóctone foi freqüentemente ignorado e fez-se uso cauteloso dos conceitos de difusão e migração para explicar mudanças no registro arqueológico. Essas tendências foram reforçadas quando as teorias lingüísticas de Marr foram repudiadas em 1950 e com elas ruiu o principal suporte ideológico do conceito de desenvolvimento autóctone. Diminuiu a fé nos outrora respeitáveis esquemas estáticos de etnogênese e, por volta

da década de 1960, algumas migrações foram vistas como oriundas de terras distantes. Os pesquisadores estavam, então, a dar-se conta de características do registro arqueológico e do comportamento pré-histórico humano que antes haviam ignorado. O registro arqueológico estava a tornar-se mais diversificado e vivido à medida em que era visto como preenchido por grupos étnicos cujas diferenças culturais apresentavam um interesse considerável (Bulkin *et al.*, 1982: 276-8). Ainda que esses desenvolvimentos fossem menos inovadores que os do começo da década de 1930 e tivessem suas raízes na arqueologia cultural europeia do século XIX, sua incorporação à arqueologia soviética representou um enriquecimento.

Ao mesmo tempo, a arqueologia soviética fez significativos progressos. S. A. Semenov teve considerável sucesso na determinação dos usos de alguns instrumentos pré-históricos de pedra e de osso, identificando experimentalmente os processos que haviam causado os padrões de desgaste encontrados neles. Embora esse procedimento, que se coaduna de modo muito claro com o interesse marxista pela produção, tenha sido inaugurado por Nilsson na primeira metade do século XIX, era quase que completamente ignorado pelos arqueólogos ocidentais até ser publicada, em 1964, a tradução de *Tecnologia Pré-histórica*, de Semenov. Assim, sem abandonar o objetivo marxista de explicar as transformações culturais correlacionando-as com mudanças nos modos de produção, os arqueólogos soviéticos tomaram consciência de que havia mais dados a explicar. Embora fiéis à tradição marxista, eles adotaram uma concepção do passado mais histórica que evolucionista.

Desenvolvimentos Recentes

A era pós-Stalin viu uma significativa liberalização da cultura acadêmica soviética e da vida soviética em geral. Embora esse período tenha sido descrito como problemático (Gening, 1982), ou mesmo de crise da arqueologia soviética (Soffer, 1985: 8-15), foi, também, um tempo em que a interpretação dos dados arqueológicos alcançou maior

complexidade, e diversificou-se mais. O controle centralizado da arqueologia foi diminuindo à medida em que novos centros de formação ligados ao Instituto de Arqueologia foram criados em Novosibirsk, Irkutsk, Chita, Kemerovo, Magadan, Dushanbe e Samarcanda; foi assim que o número de pesquisas originadas em Moscou e Leningrado caiu para 25% em 1970 (Davis, 1983: 409). Os livros ocidentais tornaram-se mais amplamente acessíveis e travaram-se mais contatos com arqueólogos do ocidente. Esses contactos eram justificados com base na observação de Lenin de que toda corrente importante na ciência burguesa reflete a realidade tanto quanto a distorce, e de que, através da aplicação da crítica materialista dialética a tais obras, é possível ao marxista descobrir o que há de válido nessas concepções (Bulkin *et al.* 1982: 278). Os arqueólogos soviéticos hoje reconhecem que idéias valiosas podem ser extraídas da experiência ocidental - comportamento que, no passado, seria denunciado como "manifestação de lisonja e subserviência para com o Ocidente e sua cultura capitalista" (Miller, 1956: 146). De acordo com os pesquisadores soviéticos, essa nova atitude receptiva não significa "o fim da luta ideológica", antes indica que essa luta tornou-se "menos aguda na forma, porém mais profunda em substância" (Bulkin *et al.*, 1982: 278). Maior auto-consciência e criatividade também se manifestaram nas discussões teóricas do marxismo, não mais obrigatoriamente identificado com o tradicional esquema soviético de evolução unilinear. Nos últimos anos, o *status* do modo asiático de produção foi calorosamente debatido (Dunn, 1982), assim como o foram as relações entre formações socioeconômicas e culturas específicas, e o impacto que exercem umas sobre as outras sociedades em interação situáveis em diferentes níveis de desenvolvimento, e a natureza da mudança sociocultural nas sociedades pré-capitalistas (Danilova 1971). Observadores ocidentais notaram uma rejeição ao dogmatismo e uma tendência à diversificação teórica, embora sempre dentro dos limites da filosofia marxista (Fortes, 1980: xix). O que está acontecendo talvez possa ser descrito de um modo mais preciso como um deslocamento do

eixo evolutivo para o histórico - desde o princípio, abordagens complementares no marxismo.

Os arqueólogos soviéticos trabalham dentro do quadro de referência do materialismo histórico ou dialético marxista, que constitui a base ideológica da sociedade soviética. Isso requer que todos os estudos do comportamento humano sejam concebidos em termos de desenvolvimento, com especial atenção às causas e condições que acarretam as mudanças. O marxismo também estimula a análise de fenômenos comportamentais, tanto quanto possível, em um contexto holístico. As divisões acentuadas entre as disciplinas das ciências sociais no Ocidente são vistas como um arbitrário embaraço à compreensão científica do comportamento humano. Interpreta-se-as como sintomáticas de uma sociedade decadente em que a compreensão objetiva do comportamento humano não é mais desejada pela classe dominante. A arqueologia soviética não é dividida em setores auto-suficientes como arqueologia pré-histórica, arqueologia clássica, arqueologia do Oriente Próximo. Todos os estudos são feitos em departamentos de história e os títulos de pós-graduação em arqueologia são sempre em história. Argumenta-se que esta ligação de história e arqueologia e o compromisso de ambas com a abordagem histórica ajudam os arqueólogos a compreender o material que estudam segundo uma perspectiva holística, que combina o interesse por processos histórico-culturais específicos com uma preocupação mais genérica com a evolução da sociedade e da cultura. Assim, a arqueologia soviética carece da tensão teórica que - para o bem ou para o mal - desde o século XIX, na Europa e na América do Norte, tem lançado os enfoques histórico-cultural e evolucionista um contra o outro, fato também responsável por muitas inovações metodológicas no Ocidente, nas últimas décadas.

Há, porém, uma discussão cada vez maior a respeito de como os dados arqueológicos podem contribuir de modo mais eficaz para uma análise marxista do comportamento humano. Muitos arqueólogos soviéticos mais tradicionalistas acreditam que a informação histórica pode ser

extraída dos dados arqueológicos com o emprego apenas do senso comum e do aparato da análise histórica convencional. Tais dados poderiam, então, ser combinados com fontes históricas escritas e etnográficas, elementos de lingüística histórica, de história da arte, ou do folclore, e com qualquer outra informação relevante para o estudo do passado. Embora sem negar que empregam métodos distintos para a coleta e análise dos dados, esses arqueólogos não julgam necessário elaborar quaisquer conceitos arqueológicos específicos capazes de distinguir a interpretação arqueológica da corrente geral da análise histórica.

Esse enfoque caracteriza a obra de arqueólogos interessados em estudar não apenas culturas específicas, mas também a evolução geral da sociedade. A abordagem evolucionista, que V. M. Masson chama de "arqueologia sociológica", compreende especialmente as pesquisas feitas no Cáucaso e na Ásia central, onde se desenvolveram as primeiras economias agrícolas e as primeiras sociedades urbanas no território da União Soviética. A arqueologia sociológica procura reconstruir as estruturas econômicas, sociais e ideológicas a fim de determinar tanto as leis como os fenômenos e processos particulares que promovem mudanças (Bulkin *et al*, 1982: 281). Estudos sistemáticos iniciados em 1937 por S. P. Tolstoy na Turcomênia documentaram o desenvolvimento de antigos sistemas de irrigação. Desde então, a pesquisa na Turcomênia meridional tem demonstrado o desenvolvimento, naquela região, de uma economia de produção de alimentos e, numa etapa ulterior, a formação de sociedades de classes, na Idade do Bronze (Kohl, 1981a).

Embora os maiores esforços tenham sido feitos no sentido de reconstituir o uso de instrumentos, a operação dos sistemas de irrigação, a economia e a composição social dos centros urbanos, pelo menos um comentarista norte-americano percebeu a ausência de discussões detalhadas sobre a importância relativa da pressão demográfica, sobre agricultura de irrigação, padrões de ocupação, guerra, economia de trocas e integração religiosa como fatores responsáveis pela mudança

(Lamberg-Karlovsky, 1981: 388). Ele o atribui à preferência dada ao modelo "histórico-descritivo" (e não ao "analítico-explicativo") que caracteriza a pesquisa arqueológica soviética. Por outro lado, alguns arqueólogos da URSS argumentam que a principal deficiência de seu enfoque evolucionista consiste em que os padrões evolutivos (freqüentemente derivados, em parte, de ensaios de arqueólogos ocidentais, a exemplo de V. G. Childe, R. J. Braidwood e R. McC. Adams) são impostos aos dados, em vez de extraídos de um estudo detalhado de características objetivas do registro arqueológico (Bulkin *et al.*, 1982: 281). Pelo menos em alguma medida, esse procedimento reflete a continuidade da crença de que a teoria marxista dos estágios, por si só, já provê uma explanação detalhada da mudança cultural, em detrimento do desejo de usar os dados arqueológicos para aperfeiçoar uma análise capaz de levar em conta as características próprias do registro arqueológico, como no caso da fraca dicotomia entre sociedade rural e urbana encontrada na Ásia central durante a Idade do Bronze (Kohl, 1984: 131-2).

Uma atitude mais crítica no tocante à tradicional teoria dos estágios desenvolveu-se na arqueologia do paleolítico, quando os pesquisadores tentaram determinar de forma rigorosa os índices arqueológicos pelos quais os vários estágios da evolução social podem ser reconhecidos. Em 1935, Boriskovsky sustentou que a sociedade clânica matriarcal substituíra a horda primitiva no começo do paleolítico superior. Como prova, apresentou as estatuetas tipo Vênus e o que parecia ser as ruínas de amplas moradias (*longhouses*). Contudo, desde o final da década de 1950, os contrastes sociais entre os períodos musteriense e paleolítico superior se tornaram menos claros. Mais recentemente, G. P. Grigorev afirmou que não é possível encontrar grandes diferenças na organização comunitária desde o acheulense tardio até o paleolítico superior. Daí ele infere que a família nuclear provavelmente já existia no paleolítico inferior e não há evidência conclusiva a comprovar a existência da organização clânica no paleolítico superior. Hoje é amplamente reconhecido pelos arqueólogos soviéticos que a teoria dos estágios não

proporciona marcadores de transição perceptíveis para a seqüência do paleolítico e que os achados arqueológicos não podem ser interpretados em termos socioevolutivos (Davis, 1983:411-15). Esta crítica desenvolveu-se como parte da reconsideração geral dos esquemas de periodização usados por etnólogos e historiadores soviéticos (Gellner, 1980).

Desde a década de 1930, arqueólogos interessados em etnogênese procuraram por "indicadores étnicos" e tentaram usá-los para identificar grupos étnicos pré-históricos. Porém, a pesquisa etnográfica enfraqueceu esta postura ao demonstrar a complexa relação que existe entre cultura material, linguagem e identidade de grupo manifesta pela autodenominação (Dragadze, 1980). Isso levou à constatação do caráter multiétnico de certas culturas arqueológicas, inclusive de algumas que desempenharam um papel decisivo na interpretação das origens de grupos étnicos modernos (Bulkin *et al.* 1982: 280). A tese de V. P. Liubin de que variações sistemáticas em conjuntos mousterienses no Cáucaso refletiam divisões étnicas foi contestada por I. I. Korobkov e M. M. Mansurov, os quais argumentaram que essas diferenças refletem variações funcionais do comportamento do sítio, suscitando um debate que tem muito em comum com o que se deu entre Bordes e Binford a propósito do mousteriense da Europa ocidental. G. P. Grigorev defende que, como as sociedades "pré-tribais" existentes antes do paleolítico superior eram sistemas fechados, os instrumentos líticos são indicadores adequados de afiliação tribal ou étnica remontando às últimas fases do período acheulense tardio. Alguns paleontólogos soviéticos discordam de Grigorev e de Liubin, não acreditando que conjuntos de instrumentos líticos definidos formalmente sejam indicadores adequados de etnicidade (Davis, 1983: 419).

Um número cada vez maior de arqueólogos soviéticos parece acreditar que o progresso de sua disciplina foi obstado pela falta da devida atenção para com características particulares dos dados arqueológicos. Publicamente, ninguém questiona o *status* da arqueologia como uma disciplina histórica, nem a pertinência de interpretar o comportamento

humano em termos da teoria marxista. A questão é como inferir comportamento humano a partir de ruínas do passado que, por sua própria natureza, "não contêm evidências estabelecidas por meio de linguagem" (Kamenetsky, Marshak e Sher 1975, cit. *apud* Bulkin *et al.*, 1982:282). Esses arqueólogos acreditam que dar tratamento humanístico a achados arqueológicos, tomando-os meramente como uma outra forma de dados históricos ou sociológicos, representa um fracasso em lidar com o problema. A variedade de tendências na arqueologia soviética contemporânea corresponde a tentativas, implícitas ou explícitas, de superar essa limitação.

A mais convencional dessas tendências, no contexto da arqueologia soviética, exprime-se na atenção cada vez maior que se dá ao estudo da tecnologia pré-histórica. Os achados da petrografia, da metalurgia e de outras disciplinas do elenco das ciências naturais, assim como a análise de desgaste inaugurada por Semenov, são empregados para identificar fontes de matéria prima e determinar como os artefatos foram fabricados, e qual era seu uso. Os defensores desses procedimentos, como seus colegas ocidentais, se comprazem em contrapor o rigor científico de seu trabalho às conjeturas dos arqueólogos tradicionais (Bulkin *et al.*, 1982: 282-3).

Tal como acontece no Ocidente, verifica-se na União Soviética um interesse cada vez maior pelas análises ecológicas das relações entre as sociedades pré-históricas e seus ambientes naturais. Para os soviéticos, o princípio que orienta esse tipo de pesquisa (responsável, também, pela estruturação das primeiras propostas de abordagem de ambientes pré-históricos e de padrões de subsistência) corresponde à observação de Marx e Engels de que "a história da humanidade e a história da natureza ... são inseparáveis ... Desde que a raça humana existe, a história dos humanos e a história da natureza influenciam-se mutuamente" (citado por Dolukhanov, 1979: 200). Os arqueólogos soviéticos prudentemente localizam a origem do desenvolvimento socio-cultural nas forças e relações de produção, e não no reino natural, ou no genérico ajustamento recíproco de subsistemas em processo de mudança. A

esfera da "produção social" é considerada o eixo de referência para a compreensão das respostas humanas até mesmo às mais dramáticas transformações do ambiente natural. Assim, até mesmo na esfera da ecologia, os marxistas adotam um enfoque centrado no homem e não no ecossistema (Dolukhanov, 1979). Já se observou, porém, que a análise de dados empíricos ainda é o ponto mais fraco no estudo da ecologia pré-histórica, assim como na arqueologia em geral. Paul Dolukhanov (1979: 200) assinalou as ambigüidades que afetam conceitos tão fundamentais como são os de atributo, tipo, conjunto e cultura.

A preocupação com a ecologia provocou um interesse cada vez maior pela análise formal dos dados arqueológicos. Longe de descartar semelhantes cuidados como manifestação de obscurantismo burguês, como se fizera na década de 1930, hoje muitos arqueólogos soviéticos consideram tais estudos indispensáveis para alcançar uma compreensão histórica e social detalhada de dados arqueológicos. Os defensores da abordagem descritiva insistiram na necessidade de definições operacionais estritas e de procedimentos padronizados para a análise de dados arqueológicos. A importância da análise padronizada é particularmente evidente em situações em que vastos acervos de dados têm de ser processados. Em função dos anos de negligência, muita pesquisa desse tipo ainda está por ser feita. Enquanto os pesquisadores centro-europeus podem fazer referência a vários tipos de fíbulas, como a Almgren 67 ou 236, que têm características formais e associações temporais claramente definidas, os soviéticos usam termos descritivos como "fíbula com uma grande presilha" (Bulkin *et al.*, 1982: 288; Klejn, 1982). Na União Soviética ainda não há uma tipologia amplamente aceita para os artefatos paleolíticos, embora haja tentativas de se desenvolver tais sistemas (Davis, 1983: 419-21). Alguns trabalhos de análise de atributos que utilizam complexos cálculos matemáticos e estatísticos estão sendo feitos (Bulkin *et al.*, 1982: 282). Esses procedimentos tornam possível reconhecer artefatos como fenômenos multivariados, e não apenas como produtos de normas culturais. Alguns

estudos tipológicos suscitam questionamentos de notável importância histórica e tecnológica, como ocorreu no debate entre Liubin e Grigor'ev, empenhados em saber se a técnica Levallois de manufatura de lascas de pedra representa um passo intermediário necessário entre os núcleos discóides e os núcleos de lâminas prismáticas (Davis, 1983:421). Opositores dessa tendência na arqueologia acusam-na de exagerar a correlação entre traços formais e seu significado histórico e, mais genericamente, de superestimar as potencialidades da abordagem tipológica para detectar informação histórica (Bulkin *et al.*, 1982: 282).

Na União Soviética, as culturas arqueológicas são, geralmente, unidades taxonômicas de grande escala, ao passo que na Europa central e ocidental vêm sendo identificadas divisões menores, que correspondem a conjuntos particulares, socialmente significativos, de sítios. Essa discrepância em parte se explica pelas vastas áreas que têm sido estudadas na União Soviética, grandes mesmo se considerarmos os extensos recursos arqueológicos. Mas isso também é visto como reflexo da pouca atenção dada às propriedades formais do registro arqueológico, coisa que, como o desenvolvimento rudimentar da tipologia, tem raízes na abordagem arqueológica adotada no começo da década de 1930. Hoje, verifica-se um interesse crescente pela definição de culturas arqueológicas (Bulkin *et al.*, 1982: 289-90). Os arqueólogos soviéticos acompanham os etnólogos na distinção entre "comunidades histórico-etnográficas", que denotam grupos sociais específicos, e "tipos econômico-culturais", que podem envolver uma certa quantidade de grupos étnicos com um nível de desenvolvimento similar ocupando zonas ambientais semelhantes. A maioria dos arqueólogos do paleolítico define suas culturas arqueológicas como tipos econômico-culturais, ao passo que culturas mais recentes são consideradas entidades histórico-etnográficas (Davis, 1983: 415-16). Desde o começo da década de 1970 têm sido envidados esforços com vistas a propor uma definição única da cultura arqueológica válida para toda a União Soviética. Em 1972, V. M. Masson sugeriu uma hierarquia de unidades - variante local, cultura arqueológica e grupo cultural - que segue explicitamente o esquema

proposto por D. L. Clarke em *Analytical Archaeology* [Arqueologia analítica] (1968). Masson também propôs que os níveis dessa hierarquia poderiam ser definidos em termos de coincidência de tipos de artefatos. Um sistema ainda mais elaborado foi proposto por Leo Klejn (1982). Como sempre, não há consenso no tocante à definição de culturas arqueológicas, ou quanto a saber qual seria seu significado sociológico preciso, e como elas se encaixariam na análise marxista de mudança social.

Também se alega que, no passado, para escapar do pecado da "artefatologia", os arqueólogos soviéticos evitaram não apenas a tipologia dos artefatos e a definição de culturas arqueológicas, como também a construção de cronologias relativas por meio de seriação. Desde a década de 1950, essa tendência foi reforçada por uma adesão cada vez maior à datação por radiocarbono. Leo Klejn e outros adeptos da "arqueologia teórica" sustentam que, por conta de seu fracasso em desenvolver uma cronologia mais detalhada, os arqueólogos soviéticos são incapazes de correlacionar com suficiente precisão mudanças observadas na cultura material em regiões vizinhas e relacioná-las com acontecimentos históricos conhecidos. Eles insistem que, como primeiro passo de suas pesquisas, os arqueólogos deveriam classificar culturas historicamente relacionadas como co-tradições e determinar as influências que culturas contemporâneas exerceram umas sobre as outras. Este procedimento era estranho à arqueologia soviética em seus estágios iniciais, em função da preocupação com a evolução unilinear e com o desenvolvimento autóctone. Uma vez feitas essas comparações externas, torna-se possível confirmar o papel histórico desempenhado por migrações e difusão no delineamento do registro arqueológico. Só então os arqueólogos podem interpretar o registro arqueológico em termos de economia, estrutura social e sistemas de crenças das sociedades antigas, e explicar o desenvolvimento dessas sociedades em termos de leis, mecanismos causais e outros processos específicos (Bulkin *et al.*, 1982).

Nenhum arqueólogo soviético questiona a validade do materialismo histórico como forma de explicar o comportamento humano. O objetivo é sempre prover informação sobre o comportamento humano que contribua para o desenvolvimento da páleo-história marxista (pré-história, proto-história e história antiga), assim como da sociologia histórica, e para o estudo da evolução cultural. Klejn e outros arqueólogos soviéticos sublinham que a cultura material constitui uma fonte de informação sobre o comportamento humano muito diferente dos registros escritos. Também sustentam que o marxismo, como estudo do comportamento humano, não oferece um guia detalhado para transformar dados arqueológicos em informação sobre comportamento humano. Logo, é dever dos arqueólogos elaborar esses métodos. Acreditam que muitas das técnicas básicas empregadas para analisar dados arqueológicos são relativamente imunes a vieses políticos e sociais. Isso explica porque os arqueólogos soviéticos, inclusive os que rejeitam a "arqueologia teórica", foram capazes, nos últimos anos, de emprestar, com sucesso, numerosas técnicas da arqueologia ocidental. O delineamento exaustivo de variações espaciais, temporais e formais no registro arqueológico e a documentação de fatores externos, como mudanças no ambiente, competição entre sociedades, difusão e migração, que explicam algumas dessas variações, vêm a ser pré-requisitos necessários para a compreensão de como forças produtivas e relações de produção promovem mudanças no contexto de sociedades específicas.

Conclusões

A arqueologia soviética e a ocidental se desenvolveram de maneiras contrastantes. Porém, ao longo do tempo ambas parecem ter-se confrontado com a mesma série de problemas. Na década de 1930, os arqueólogos soviéticos foram pioneiros no desenvolvimento da arqueologia dos assentamentos e na explicação social de dados arqueológicos. A orientação marxista tornou-os os primeiros

arqueólogos a explicar as mudanças no registro arqueológico considerando os fatores sociais internos. Na arqueologia ocidental, essa abordagem só veio a ser utilizada na década de 1950, em pesquisas de vanguarda. Por outro lado, um número cada vez maior de arqueólogos soviéticos acredita que se deve dar uma atenção sistemática à construção de cronologias culturais e ao estudo de difusão e migração. Para a maioria dos arqueólogos ocidentais, esses tópicos são rotineiros, ou até mesmo antiquados. Tanto os arqueólogos soviéticos como os ocidentais têm interesse crescente em analisar seus dados do ponto de vista ecológico.

Os arqueólogos soviéticos começaram a levar em conta fatores externos que provocam mudanças nos sistemas sociais, ao tempo em que os ocidentais ficaram mais interessados nos fatores internos. As influências econômicas e políticas que sociedades vizinhas exercem umas sobre as outras podem facilmente ser analisadas com base no quadro de referência marxista tradicional, ampliando-se a escala da unidade em estudo de modo a tratar culturas que interagem como partes de um sistema mundial. Porém, as análises ecológicas e o estudo da difusão cultural requerem que sejam levados em consideração fatores externos que os arqueólogos marxistas até agora eludiram. Mas isso não constitui uma ruptura com a teoria marxista, antes vem a ser uma tentativa de adequá-la para dar conta da complexidade do registro arqueológico. Ao evitar o determinismo externo e ao enfatizar a evolução socialmente condicionada das relações de produção como o principal fator da evolução cultural, a arqueologia soviética é a única que atribui um papel fundamental à ação humana na explicação da história.

A princípio, os arqueólogos soviéticos rejeitaram a metodologia formalista, ou monteliana, porque a viam como um obstáculo ao desenvolvimento de um enfoque marxista na interpretação dos dados arqueológicos. Essa rejeição continuou durante o período stalinista, ideologicamente controlado, por causa das conotações burguesas e ocidentais da dita metodologia. Hoje, os arqueólogos soviéticos voltaram a valer-se de procedimentos "formalistas" para o exame do

registro arqueológico e para o esclarecimento de todo o conjunto de regularidades que requerem explicação. O aumento dos debates na arqueologia soviética e a ampliação do elenco de técnicas analíticas empregadas pelos arqueólogos são indicações não de rejeição do marxismo, mas, pelo contrário, de sua crescente auto-confiança como historiadores marxistas. Não há razão para que os arqueólogos ocidentais (inclusive alguns autodenominados marxistas), pouco ou nada sabendo do que se passa na arqueologia soviética, a descartem como uma relíquia fossilizada do passado, com a qual não há nada a aprender.

Capítulo 7

Funcionalismo na Arqueologia Ocidental

Formas e tipos, ou seja, produtos, têm sido considerados mais reais e vivos do que a sociedade que os criou e cujas necessidades determinaram essas manifestações da vida.

A. M. Talgren, "The method of pre-historic archaeology" (1937), p. 155

Embora o enfoque histórico-cultural tenha, até o presente, atendido necessidades significativas, especialmente em países onde o interesse pelas origens étnicas continua forte, ou onde cronologias culturais detalhadas ainda não foram elaboradas (Schrire *et al.*, 1986), sua incapacidade de esclarecer como as culturas pré-históricas funcionavam tornou-se logo evidente para um número cada vez maior de arqueólogos ocidentais, tal como acotneceu na União Soviética. Muito embora Childe (1935a, 1940a) continuasse a produzir sínteses histórico-culturais regionais pormenorizadas, muito antes de essas obras serem publicadas, ele começou a duvidar que se pudesse descobrir muita coisa a respeito de etnicidade a partir de dados arqueológicos somente, ou que etnicidade fosse um conceito de importância central no estudo da pré-história (Childe, 1930: 240-7). Childe descartou o enfoque

histórico-cultural como um substituto arqueológico para uma história política, no velho estilo, em que as culturas substituíam os estadistas e as migrações substituíam as batalhas (Childe 1958b: 70; ver também MacWhite, 1956). No devido tempo, outros arqueólogos europeus ocidentais e norte-americanos vieram a partilhar seu ponto de vista e adotaram um novo enfoque para o estudo da pré-história, baseado na compreensão sistêmica do comportamento humano. Esse enfoque foi estimulado pela tradição ecológica da arqueologia escandinava, pelo exemplo da arqueologia soviética e pela rejeição do difusionismo por parte dos etnólogos europeus ocidentais.

O Desenvolvimento da Antropologia Social

No Reino Unido, os etnólogos reagiram contra o difusionismo estéril de Elliot Smith e seus seguidores adotando o enfoque estrutural-funcionalista de Malinowsky (1884-1942) e E. R. Radcliffe-Brown (1881-1955). As primeiras grandes obras destes mestres - *Argonauts of the Western Pacific* [Argonautas do Pacífico ocidental], de Malinowsky, e *The Andaman Islanders* [Os ilhéus de Andaman], de Radcliffe-Brown - foram ambas publicadas em 1922, embora Malinowsky tivesse feito seu trabalho de campo (de uma riqueza de detalhes sem precedente) entre 1915 e 1918, nas Ilhas Trobriand, e Radcliffe-Brown tivesse trabalhado nas Ilhas Andaman entre 1906 e 1908. Ambos sustentavam que o comportamento humano pode ser melhor compreendido em relação com os sistemas sociais, concebidos estes como compostos de elementos funcionalmente interdependentes. Malinowsky proclamou que as instituições integrantes do sistema social têm fundamento em necessidades biológicas, idéia não compartilhada por Radcliffe-Brown, interessado apenas em definir o papel social das instituições. Sua comum abordagem veio a ser chamada de antropologia social, de modo a distingui-la da etnologia, associada ao evolucionismo unilinear e ao difusionismo.

A antropologia social britânica fundamentava-se na obra anterior do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). Como Karl Marx, Durkheim considerava as sociedades sistemas constituídos de partes interdependentes. Oriundo de uma família modesta, cujo *status* viu-se ameaçado pelas rápidas mudanças sociais e econômicas em curso na França no final do século XIX, Durkheim considerou tais mudanças responsáveis por estimular a ganância e o individualismo, a ponto de ameaçar o equilíbrio da sociedade. Como judeu (membro, portanto, de um grupo minoritário ameaçado), ele não acentuou a coesão social pela ênfase na unidade racial ou étnica. Em vez disso, postulou que apenas as sociedades estáveis são sadias e vigorosas. Como Henri de Saint-Simon (1760-1825) e Auguste Comte (1798-1857), Durkheim defendia a sociologia como um meio prático de reagir ao que via como a desintegração social de uma sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, ele evitou criticar a base econômica de tais sociedades, considerando as relações sociais autônomas em termos de causalidade e, portanto, capazes de regular-se sem referência significativa à economia (Wolf, 1982: 9). Enquanto Marx elaborou teorias do conflito interno para explicar a mudança social, Durkheim voltou sua atenção para fatores que promovem a estabilidade social. Suas interpretações foram elaboradas em uma série de grandes publicações: *De la division du travail social* [A divisão do trabalho social] (1893), *Les règles de la méthode sociologique* [As regras do método sociológico] (1895), *Le suicide* [O suicídio] (1897) e *Les formes élémentaires de la vie religieuse* [As formas elementares da vida religiosa] (1912).

Durkheim sustentava que o objetivo dos estudos de ciências sociais é compreender as relações sociais, e afirmava que a origem de todos os processos sociais deve ser buscada na constituição interna dos grupos humanos. Aspectos individuais da cultura, inventados interna ou externamente, foram descritos como adquirindo significação a partir de sua relação funcional com sistemas sociais específicos. Durkheim rejeitou a tese histórico-cultural de que os sistemas sociais e as normas culturais a eles associadas podem ser compreendidos como coleções

mecânicas de traços reunidos pela difusão, em grande medida de modo fortuito. Em vez disso, ele sustentava que as sociedades constituem sistemas integrados, cujas instituições se interrelacionam como partes de um organismo vivo. Assim, a ciência da sociedade era concebida como um estudo comparativo de morfologias sociais, semelhante, quanto a seus objetivos, à anatomia comparada.

Durkheim também afirmava que não poderia ocorrer uma mudança em uma parte do sistema social sem acarretar, em graus variáveis, mudanças em outras partes do mesmo sistema. Acreditava, todavia, que o estado normal da sociedade é o de solidariedade social, e que a mudança rápida leva a um sentimento de anomia, ou alienação. Assim, ele concordava com os difusionistas em que a mudança é contrária à natureza humana. Isso sugere que em suas interpretações da mudança ele se alinhou com os antievolucionistas do século XIX. Em certa medida, porém, ele estava interessado em problemas de evolução social, que estudou usando dados etnográficos. Segundo ele afirmava, à medida em que as sociedades foram se tornando mais complexas, elas deixaram de ter sua coesão social garantida pela solidariedade mecânica, ou seja, por obra de crenças compartilhadas, e passaram, cada vez mais, a fundar sua unidade interna na solidariedade orgânica, resultante da interdependência econômica. Esta nova forma de coesão libertou os indivíduos da tirania do costume e da tradição. Malinowsky e, em medida ainda maior, Radcliffe-Brown, rejeitaram como especulativas todas as interpretações evolucionistas e históricas de dados etnográficos, e sustentaram que o estudo comparativo da estrutura e do funcionamento das sociedades ora acessíveis a um exame detalhado era suficiente para produzir generalizações capazes de explicar a variação morfológica em todas as sociedades. Para Radcliffe-Brown, em particular, o estudo da mudança não tinha qualquer significado à parte da investigação dessa variação morfológica.

Embora possa parecer que essa rejeição do interesse por processos históricos era uma base pouco promissora para um relacionamento entre a antropologia social e a arqueologia, de fato a antropologia social

e a sociologia durkheimiana estimularam, entre os arqueólogos, o interesse por saber como as culturas pré-históricas funcionam enquanto sistemas. Esse empenho aumentou na medida em que os arqueólogos se desiludiram com as limitações dos enfoques difusionista e histórico-cultural. Com suas idéias conservadoras a respeito do comportamento humano, a antropologia social ofereceu aos arqueólogos uma alternativa respeitável ao marxismo, num momento em que eles estavam, basicamente, mais interessados em entender como funcionam as sociedades do que em saber como se dá a mudança. É certo, porém, que a visão funcionalista dos dados arqueológicos já tivera início na arqueologia antes do surgimento da antropologia social. Em seus primeiros estágios, esse interesse tomara a forma de uma preocupação com as relações entre as culturas pré-históricas e seu ambiente.

Funcionalismo Ambiental

No início da década de 1840, Worsaae afirmou que os achados arqueológicos devem ser estudados em relação com seus contextos paleo-ambientais; para fazê-lo, trabalhou em colaboração com biólogos e geólogos. Assim teve início uma tradição que continuou até os dias de hoje na arqueologia escandinava. Os arqueólogos estudaram o recuo da glaciação e os efeitos combinados das mudanças do nível do mar e da repercussão isostática na alteração da distribuição das superfícies terrestres, de lagos e oceanos, buscando a determinação de seu impacto nas populações pré-históricas da Escandinávia. Pesquisaram, também, as mudanças climáticas e as verificadas nas relações recíprocas entre flora, fauna e uso humano da terra. Começando a examiná-las em 1905, o geólogo Gerard de Geer (1858-1943) valeu-se de sucessões de camadas de varves sobrepostos, anualmente depositados, para datar de 12 mil anos atrás o início do recuo do gelo na Suécia. Ligava-se essa seqüência de varves com 30 metros de depósitos anuais de silte no leito do antigo lago Raganda, que fora drenado em 1796. Outro sueco, E. J. Lennart von Post (1884-1951), valeu-se da observação de Gustav Lagerheim de

que grãos de pólen podem ser preservados por milhares de anos, para aperfeiçoar os estudos pioneiros de Steenstrup sobre mudanças florais pós-glaciais. Por volta de 1916, ele produziu gráficos com o propósito de ilustrar as quantidades de várias árvores em sucessivos períodos da pré-história escandinava. A velha seqüência de florestas de bétula, pinho, carvalho e faia sustentou-se, mas, como o pólen flutua no ar e se preserva em toda a parte, com exceção de brejos, veio a ser possível por este meio estudar comunidades de plantas em áreas mais amplas, e obter comprovação do corte de árvores e da introdução de plantas domésticas. Tornou-se também possível reconhecer variações em diferentes espécies de árvores em intervalos de tempo muito menores do que antes. Foram traçadas as linhas de contorno de florestas mostrando os limites setentrionais de várias árvores em diferentes períodos, e esses dados foram correlacionados com a geocronologia das margens glaciais de De Geer, de modo a lograr um alto grau de precisão na datação (Bibby 1956: 183-94). Na Inglaterra, as análises de pólen foram introduzidas e aplicadas a problemas arqueológicos pelo biólogo Harry Godwin (1933).

Em 1898, o geólogo Robert Gradmann assinalou a correlação próxima existente entre solos de loesse depositados pelo vento e antigas povoações neolíticas na Europa central e concluiu que, como os agricultores arcaicos eram incapazes de abrir clareiras na floresta, os primeiros povoamentos agrícolas estabeleceram-se em áreas em que não havia árvores, ou que eram pouco arborizadas (Gradmann, 1906). A relação entre solos de loesse e povoamentos neolíticos foi também examinada por Alfred Schliz (1906) e Max Hellmich (1923), inspirando estudos similares da correlações entre tipos de solo e culturas arqueológicas na Inglaterra (Daniel, 1950: 304-5). Só na década de 1940, não antes, a análise de pólen mostrou que loesses e outros solos leves eram arborizados quando os agricultores neolíticos neles se estabeleceram pela primeira vez, e ficou evidente que o principal motivo para a escolha da área não foi a falta de árvores, mas a presença de um solo fácil de amanhar (G. Clark, 1974: 43).

No relatório de escavações do sítio estratificado de Anau em 1904, no Turquistão russo, o geólogo e arqueólogo norte-americano Raphael Pumpelly (1837-1923) propôs a teoria da seca, ou teoria do oásis, sobre a origem da produção de alimentos (1908: I: 65-6). Pumpelly afirmava que, como o Oriente Próximo tornou-se muito mais seco após a última Idade do Gelo, os caçadores-coletores foram obrigados a se reunir em volta das fontes de água remanescentes e a "conquistar novos meios de subsistência" domesticando animais selvagens e gramíneas. Nas décadas seguintes, essa teoria havia de se tornar extremamente popular entre os arqueólogos do Velho Mundo.

Em *Origines Celticae* [A origem dos celtas], o historiador da Universidade de Oxford Edwin Guest (1800-80) insistiu em que o pano de fundo para o entendimento da história da Inglaterra era a geografia britânica (1883). Pouco depois, o geógrafo de Oxford H. J. Mackinder (1861-1947) afirmou que a localização geográfica das nações, umas em relação às outras, desempenhava um papel fundamental no delineamento de sua história política e econômica. Em 1912, E. J. Haverfield (1860-1919) demonstrou a correlação entre a extensão da colonização romana na Grã-Bretanha e tipos particulares de terreno geográfico, enquanto John Myres se inspirava em Guest e Mackinder para explicar a importância do enfoque geográfico na arqueologia. A partir de 1912, O. G. S. Crawford (1886-1957), que estudou em Oxford e trabalhou muito tempo para o Ordnance Survey [Departamento de pesquisas sobre material bélico], concentrou-se no estudo da pré-história em relação ao ambiente geográfico. Entre suas muitas contribuições, ele estimulou o uso da fotografia aérea para detectar antigos diques, aterros e marcas de lavoura que não eram visíveis do solo. A importância do reconhecimento aéreo para a pesquisa arqueológica fora reconhecida pela primeira vez durante operações militares no curso da Primeira Guerra Mundial (Crawford, 1923; Crawford & Keiller, 1928). O mapeamento da distribuição dos artefatos possibilitou estudos detalhados de períodos específicos, com ênfase especial na reconstrução dos padrões originais de vegetação. W. G.

Clark, J. P. Williams-Freeman, Herbert Fleure, W. E. Whitehouse e Cyril Fox empreenderam estudos da relação entre os povoaamentos pré-históricos e a ecologia em várias partes da Grã-Bretanha (Daniel, 1950: 303-6). O trabalho, que culminou na obra de Fox (1882-1967) *The Archaeology of Cambridge Region* [A arqueologia da região de Cambridge] (1923), mostrou que os povoaamentos agrícolas arcaicos tinham-se dado em solos leves, permeáveis, ao passo que na Idade do Ferro, e mais ainda em tempos anglo-saxônicos, eles tinham passado a solos mais pesados, mais difíceis de trabalhar, porém mais resistentes à seca e mais produtivos. Em *The Personality of Britain* [A personalidade da Grã-Bretanha], Fox (1932) combinou o enfoque ecológico-distributivo de Gradmann e Crawford com a geografia posicional de Mackinder para produzir algumas das mais importantes generalizações sobre a relação entre paisagens e história cultural. Sua principal contribuição foi a distinção que fez entre as terras baixas do sudeste da Inglaterra, que ele acreditava estarem expostas a migrações e à difusão de cultura procedente da Europa continental, e as terras altas do oeste e do norte da Grã-Bretanha, mais protegidas dessas irrupções e, portanto, mais seletivas na adoção de novos itens de cultura. Desde então, essa abordagem foi aplicada a outras áreas (Daniel, 1963b; Trigger, 1969).

Já em 1915, Elliot Smith defendia a idéia de que a invenção da agricultura, que ele acreditava ter acontecido em consequência de circunstâncias fortuitas no Egito, fora o primeiro critério do neolítico e marcara um das viragens decisivas da história humana. Tanto essa idéia quanto a hipótese do oásis de Pumpelly foram popularizadas por Harold Peake (1867-1946) e H. J. Fleure (1877-1969), no terceiro volume de *The Corridors of Time* [Os corredores do tempo] (1927), uma série em vários volumes sobre a pré-história, amplamente lida. Nesse mesmo período, W. J. Perry (1924: 29-32) popularizou a tese do agrônomo T. Cherry de que a agricultura foi inventada no Egito quando os nativos começaram a induzir o incremento da quantidade de cevada e painço, vegetais que cresciam espontaneamente na planície inundada, irrigando a terra seca adjacente às touceiras selvagens e espalhando sementes de

cevada no lodo deixado pela cheia anual. Essas contribuições elevaram as discussões sobre a origem da agricultura a um novo patamar teórico. Embora sem suscitar análises de culturas como um todo, o interesse crescente pela relação existente entre a sociedade humana e seu contexto ambiental fomentou uma abordagem funcional de um aspecto básico do comportamento humano. Isso estimulou análises de paleo-ambientes e da adaptação ecológica das culturas a esses ambientes. De um modo geral, pressupunha-se que o ambiente natural impunha limites aos tipos de adaptação possíveis, não determinando, contudo, a natureza específica da resposta, que era influenciada também por tradições históricas e por escolhas humanas imprevisíveis. Essa concepção estava de acordo com a geografia humana da época, em que prevalecia o enfoque possibilista ambiental do geógrafo francês Paul Vidal de la Blanche (1845-1918). Tanto o possibilismo como o difusionismo enfatizavam a indeterminação como característica dominante da mudança cultural.

Enfoques Econômicos

Ao desviar-se da abordagem histórico-cultural, que passou a ver como um beco sem saída intelectual, Childe não negou a importância da difusão como uma força capaz de promover a mudança cultural. Ele constatou, porém, que a difusão não tinha, para a explicação de tais mudanças, valor maior do que os conceitos evolucionistas unilineares, a menos que os arqueólogos pudessem determinar que fatores, nas culturas pré-históricas, favoreceram a adoção de novas idéias e influenciaram os papéis que essas idéias desempenhariam. Childe procurou emular a obra dos historiadores econômicos buscando identificar na pré-história grandes correntes econômicas a partir das quais as instâncias específicas de difusão pudessem ser explicadas. Apresentou os resultados de suas pesquisas em três livros: *The Most Ancient East* [O mais antigo Oriente] (1928), *The Bronze Age* [A Idade do Bronze] (1930) e *New Light in the Most Ancient East* [Nova luz

sobre o mais antigo Oriente] (1934). Interpretações econômicas de dados pré-históricos também desempenharam um papel importante em *The Danube in Prehistory* [O Danúbio na pré-história] (1929), que foi escrito antes de *The Most Ancient East*.

Embora o interesse de Childe pelos fatores econômicos tenha sido interpretado como um reflexo precoce de sua adesão ao marxismo, até aquele momento ele não se havia declarado marxista, e, no período em questão, não há nada especificamente marxista em sua obra. Arqueólogos britânicos como Peake e Fleure já haviam proposto interpretações econômicas do registro arqueológico e Childe se valeu de muitas dessas idéias para elaborar um modelo mais abrangente de desenvolvimento econômico. É evidente, também, que seu pensamento sofreu uma lenta evolução, passando de um interesse básico por padrões de subsistência a uma concepção que destacava aspectos da economia não ligados de modo fundamental a tais padrões. A importância por ele atribuída à consideração das culturas pré-históricas em termos de padrões de relações sociais reflete um conhecimento da sociologia de Durkheim, conhecimento que ele adquiriu, basicamente, ao traduzir para o inglês o livro de Alexandre Moret e Georges Davy, *From Tribe to Empire* [De tribo a império] (1926). Davy foi um discípulo de Durkheim que colaborou com o egiptólogo Moret na elaboração de uma interpretação durkheimiana do desenvolvimento da antiga civilização egípcia.

O mais antigo oriente foi elaborado como um livro didático e uma continuação de *A aurora da civilização européia*. Buscava rastrear a origem de inovações tecnológicas que se espalharam pela Europa. Childe acompanhou Smith e Fleure no destacar o desenvolvimento da agricultura como um momento decisivo na história humana. Também concordava com a tese de Pumpelly de que a seca no Oriente Próximo, no fim da última glaciação, obrigara os humanos a domesticar plantas e animais a fim de alimentar as populações mais densas que se aglomeravam ao redor dos mananciais remanescentes. Em consonância com o possibilismo ambiental em voga, nessa altura, na geografia não

marxista, ele ressaltou que alguns bandos de coletores-caçadores, em vez de desenvolver a agricultura, podem ter perecido, ou ter-se deslocado, quer para o norte, quer para o sul, rumo a áreas onde sobreviveram animais de grande porte. Apenas três áreas do Oriente Próximo tinham solo fértil o bastante para sustentar o desenvolvimento de uma grande civilização: os vales do Nilo, do Tigre-Eufrates e do Indo. Em cada uma dessas áreas, o excedente de riqueza cresceu mais rapidamente que a população, resultando na concentração de poder político, no início da vida urbana e no progresso das artes industriais. Contudo, embora essas civilizações tenham evoluído a partir de uma base neolítica comum e mantido contato umas com as outras, na Mesopotâmia desenvolveu-se uma série de cidades-estados, ao passo que o Egito logo veio a ser unificado por uma monarquia teocrática. O conhecimento tecnológico difundiu-se a partir dessas civilizações para outras regiões, como a Europa, como resultado da troca de excedente de alimentos e de artigos manufaturados por matéria-prima, principalmente cobre e estanho. Embora Childe tomasse como base para a construção desse modelo as relações modernas entre países industrializados e países do terceiro mundo, afirmava que era necessário definir com precisão o conceito de "comércio" para cada situação em que o termo fosse empregado, especificando as particularidades sociológicas, econômicas e ambientais configuradoras da atividade em cada área e em cada momento (Childe, 1928: 221).

Em *The Bronze Age* [A Idade do Bronze], Childe estudou, a partir do registro arqueológico, as origens e a difusão da metalurgia. Levou em consideração a possibilidade de que a metalurgia houvesse sido inventada independentemente no Egito, no Oriente Próximo, na Hungria e na Espanha, mas, como a maioria dos difusionistas, concluiu que, por tratar-se de um processo tão complexo, com toda a probabilidade sua invenção terá ocorrido apenas uma vez na história humana. Também interpretou como prova de origem comum semelhanças verificadas no processo utilizado para trabalhar o bronze e na forma dos artefatos metálicos mais antigos da Europa e do Oriente

Próximo. Com base em textos homéricos, convenceu-se (de forma quase certamente errônea) de que a fundição do bronze requeria especialistas em tempo integral, os quais, junto com os exploradores e os mineradores, vieram a ser os primeiros seres humanos a desempenhar uma função não circunscrita pelas afiliações tribais. A adoção da tecnologia dos instrumentos metálicos foi assim concebida como causadora de uma dúplici perda de auto-suficiência neolítica, desde quando obrigou as comunidades a tornar-se dependentes de artífices, que, com freqüência, se achavam desligados delas, e também da instauração de extensas rotas comerciais não passíveis de ser interrompidas por irrupções de guerras tribais, portanto aptas a garantir a entrega de suprimentos de cobre e estanho. Embora ele considerasse o trabalho do bronze um pré-requisito importante para o desenvolvimento da civilização no Oriente Próximo, afirmava que na Europa o bronze foi mais utilizado para suprir de armas as sociedades tribais, à medida em que o crescimento da população e a expansão das florestas (resultante de mudanças climáticas) fizeram aumentar a competição por terra cultivável.

Em *Nova luz sobre o mais antigo Oriente*, escrito depois de uma visita às principais escavações arqueológicas no Iraque e no vale do Indo, Childe sintetizou e aperfeiçoou os argumentos expostos em seus livros anteriores. Sustentava que, em tempos pré-históricos, ocorreram no Oriente Próximo duas revoluções, equivalentes em importância à revolução industrial. Constituíram elas a transição da coleta para a produção de alimentos, e a transição de aldeias auto-suficientes, em termos de produção de alimentos, para sociedades urbanas. Childe acreditava que essas revoluções resultaram em uma tecnologia mais produtiva e em um aumento maciço da população. Todavia, o crescimento populacional constituiu apenas uma suposição, não foi demonstrado. Childe também superestimou a extensão em que os habitantes das cidades antigas do Oriente Próximo se envolveram em atividades de indústria e comércio, de preferência à agricultura. Migrações de excedentes de população, trocas de bens manufaturados

por matérias-primas e um excedente de artífices procurando trabalho teriam difundido na Europa as tecnologias produzidas por essas revoluções. O resultado foi o surto, na Europa, de sociedades neolíticas e da Idade do Bronze estruturalmente distintas das que se desenvolveram no Oriente Próximo. No devido tempo, o consumo conspícuo das classes altas e os conflitos militares do Oriente Próximo começaram a implicar dispêndio de bens maior que a produção, e o crescimento de civilizações secundárias reduzia a quantidade de matéria prima acessível. Em conseqüência de ambos os processos, o progresso econômico no Oriente Próximo foi gradualmente parando. Enquanto isso, as sociedades européias continuaram a progredir, até tornar-se capazes de sobrepujar e dominar as do Oriente Próximo. Com essa explicação econômica, Childe conseguiu exorcisar estereótipos étnicos e teorias semi-racistas que invocara em seu livro *Os arianos* para explicar o predomínio final das culturas européias.

O interesse de Childe pelo desenvolvimento econômico em tempos pré-históricos inspirou-se em tendências correntes na arqueologia européia, e mais particularmente na arqueologia britânica do período. Todavia, ele superou as interpretações de Elliot Smith, Peake e Fleure, na consistência com que aplicou o enfoque econômico ao estudo da pré-história, e no tocante ao alcance de suas formulações. Além disso, em vez de simplesmente interpretar a mudança cultural como resultado da inovação tecnológica, ele levou em consideração a influência de contextos econômicos e políticos mais amplos nos usos dados às inovações. Isso lhe permitiu explicar como as mesmas inovações tecnológicas puderam produzir tipos diferentes de sociedades na Europa e no Oriente Próximo.

Era inerente a este enfoque econômico uma perspectiva evolucionista unilinear. Nessa altura, porém, Childe não estava interessado basicamente na evolução cultural. Ele afirmou categoricamente que "as revelações da arqueologia ... não manifestam evolução abstrata, mas a interação de múltiplos grupos concretos e a mistura de contribuições de regiões muito distantes" (Childe, 1928: II). Tal como outros arqueólogos

européus, ele aceitou que tecnologias crescentemente complexas se desenvolveram no Oriente Próximo, e só mais tarde na Europa. No entanto, ele considerava os seres humanos por natureza pouco inventivos, e explicava a mudança cultural apoiando-se na migração e na difusão. No final de *Nova Luz sobre o mais antigo Oriente*, ele diz aos leitores que o principal objetivo do livro era justificar "a doutrina geral da difusão cultural" (Childe, 1934:301). Nessa altura, sua perspectiva materialista ainda não se achava completamente delineada. Embora ele interpretasse algumas mudanças econômicas como resposta aos desafios ambientais, em grande medida, à maneira monteliana, ainda atribuía a inovação ao exercício espontâneo da inteligência humana empenhada em lograr maior controle sobre a natureza e tornar a vida mais segura e fácil. Não obstante, examinando a maneira como as atividades econômicas ocasionaram mudanças no interior de culturas, ele já conseguira, então, diminuir o hiato entre reconstruções estáticas de culturas pré-históricas e o apelo a fatores externos para explicar mudanças - coisas que haviam caracterizado seus primeiros estudos histórico-culturais.

Childe e a Arqueologia Soviética

Em 1935, Childe visitou a União Soviética pela primeira vez. Durante sua estada, ele encontrou arqueólogos russos, visitou museus e reuniu informações a respeito de descobertas arqueológicas recentes relativas à pré-história da Europa oriental (S. Green, 1981: 76-7). Ficou impressionado com o generoso apoio governamental à arqueologia, com a ampla escala em que a pesquisa arqueológica era realizada, e com uso dado aos achados arqueológicos na educação pública. Acima de tudo, ficou fascinado com os esforços dos arqueólogos soviéticos no sentido de explicar a pré-história em termos de processos internos às sociedades, e com base em princípios explicitamente materialistas. A obra dos soviéticos patenteava-lhe a estreiteza de suas próprias interpretações econômicas, que, a partir de então, ele comparou

desfavoravelmente com a concepção marxista, segundo a qual as forças produtivas e as relações de produção desempenham um papel fundamental na determinação do caráter geral das sociedades.

Com base em sua própria experiência, Childe não aceitou todo o programa da arqueologia soviética. Recusou-se a adotar seu detalhado esquema de formações socioeconômicas e as demais formulações unilineares da evolução social. Mais tarde, ele criticaria o enfoque soviético por constranger os arqueólogos a pressupor a verdade do que lhes cabia verificar (Childe, 1951: 28-9). Além disso, ele não via como os arqueólogos podiam ter esperança de inferir muitos dos detalhes específicos de organização social de forma a relacionar seu trabalho com sua teoria.

Ele tampouco deixou de ver a difusão como um fator decisivo na promoção do desenvolvimento cultural. Para Childe, difusão era um conceito dotado de relevância moral. Quando, em 1933, Hitler tomou o poder na Alemanha, Childe percebeu claramente a que ponto, naquele país, a arqueologia se entrelaçara desastrosamente com movimentos políticos racistas. Muito tempo antes, ele invocara a difusão como um antídoto às teorias nacionalistas de Kossinna e de outros arqueólogos alemães. Tal como os antropólogos boasianos nos Estados Unidos, Childe argumentou, então, que o progresso cultural cada vez mais rápido era resultado da ruptura do isolamento entre grupos vizinhos e da combinação, em escala cada vez maior, de inovações procedentes de todos os ramos da família humana (Childe, 1933a,b). Por isso ele se angustiou ao saber que os arqueólogos soviéticos, sob a influência de Nikolay Marr, rejeitaram esse conceito. Embora concordasse com os soviéticos em que, na medida do possível, os arqueólogos devem tentar explicar as mudanças com base no desenvolvimento interno das culturas e nas alterações no ambiente natural, ele asseverou que "não pode ser contrário ao marxismo" invocar a difusão a fim de explicar o propagar-se da domesticação de plantas e animais, e, por extensão, o disseminar-se de muitas outras classes de idéias (Childe, 1946a: 24).

Ele também recusou-se a abandonar a grande ênfase que dera à tipologia, que julgava essencial para a construção de cronologias regionais e para rastrear influências entre regiões. Tinha pouco respeito pela maneira superficial como os arqueólogos soviéticos tratavam desses assuntos. Em 1957, descreveu suas cronologias pré-históricas como uma série de conjeturas desesperadamente vagas que a ele mesmo "sequer atraíram, muito menos convenceram" (Daniel, 1958: 66). Sua experiência como arqueólogo da pré-história levou-o a incorporar a sua obra o que acreditava serem importantes inovações da arqueologia soviética, e a rejeitar o que achava deficiente. Na era pós-stalinista, arqueólogos soviéticos confirmaram a sensatez das escolhas de Childe, trabalhando para modificar precisamente as características que ele havia criticado na arqueologia soviética da fase anterior.

Após sua visita à União Soviética, Childe procurou substituir a ênfase que dera a fatores econômicos como a principal causa da mudança social por análises que estivessem mais de acordo com os princípios marxistas. Também deu atenção, pela primeira vez, à evolução cultural, um tópico que seguia sendo de acentuado interesse teórico para a tradição acadêmica marxista, mas que desde 1880 não tivera presença significativa em seus próprios escritos, nem na arqueologia europeia ocidental criativa. No curso de uma década, ele publicou três livros sobre evolução cultural: *Man makes Himself* [O homem se faz a si mesmo] (1936), *Whatbappened in History* [O que aconteceu na História] (1942a) e *Progress in Archaeology* [Progresso na Arqueologia] (1944a), bem como um estudo de caso, *Scotland before the Scots* [A Escócia antes dos escoceses] (1946a). Os dois primeiros foram escritos para o público em geral e para os arqueólogos profissionais, e continuam sendo muito lidos.

Em *O homem se faz a si mesmo*, Childe interpretou o registro arqueológico como evidência de um processo diretivo através do qual o conhecimento científico acumulado pelos homens deu às sociedades em desenvolvimento um controle cada vez maior sobre a natureza e levou à formação de sistemas sociopolíticos novos e mais complexos. Mais

tarde, ele ponderou que essas idéias não eram significativamente diferentes da concepção idealista monteliana de mudança cultural (Childe, 1958b: 72). Em *O que aconteceu na História*, ele buscou formular explicações para a mudança cultural de um modo mais explicitamente marxista, já não focalizando como causa primeira o conhecimento tecnológico, antes dirigindo o foco para instituições sociais, políticas e econômicas, assim como para o papel que elas desempenham no processo. De acordo com os princípios do materialismo dialético, ele ponderou que toda sociedade encerra em seu seio tendências progressistas e tendências conservadoras.

As contradições entre essas tendências produzem a energia que deflagra a mudança social irreversível.

Nem nesses estudos, nem nos anteriores, tampouco nos que faria depois, Childe abraçou o evolucionismo unilinear. Mas foi injustamente acusado de fazê-lo por Julian Steward (1953; 1955: 12), que nisso influenciou muitos antropólogos norte-americanos, levando-os a considerar Childe um típico evolucionista do século XIX. Em *O homem se faz a si mesmo* e em *O que aconteceu na História*, concentrando-se no desenvolvimento das culturas do Oriente Próximo, Childe apresenta uma visão mais unilinear da mudança cultural do que naquelas de suas obras nas quais os desenvolvimentos ocorridos na Europa e no Oriente Próximo são considerados em conjunto. Não obstante, mesmo aí ele atribuiu as diferenças entre as cidades-estados surgidas na Mesopotâmia e a monarquia teocrática responsável por unificar o Egito do Antigo Império às técnicas políticas e sociais divergentes utilizadas, em cada caso, para o controle dos excedentes agrícolas criados no curso da transformação das sociedades tribais em sociedades de classes. Escrevendo sob a sombra da expansão do poder nazista e da Segunda Guerra Mundial, ele rejeitou a fé ingênua na inevitabilidade do progresso, fé que caracterizava muitas versões vulgares do marxismo, e repudiou também o evolucionismo cultural unilinear do século XIX. Porém, esse seu pessimismo levou-o a fazer uma contribuição

significativa aos estudos marxistas da mudança, proporcionando uma análise detalhada das condições sociais que impedem o progresso.

Childe afirmou que, em qualquer nível de desenvolvimento social, mas especialmente nas civilizações antigas, hierarquias políticas arraigadas e sistemas de crenças religiosas inflexíveis podem retardar, ou deter, a mudança econômica e social. Fez a distinção entre sociedades progressistas - nas quais as relações de produção favorecem a expansão das forças produtivas e há uma relação harmoniosa entre os meios de produção, as instituições sociais e o sistema de crenças dominante - e sociedades conservadoras - onde fatores políticos e sociais bloqueiam a mudança. De acordo com Childe, as classes dominantes procuraram impedir mudanças tecnológicas capazes de ameaçar o controle exercido por elas sobre a sociedade. Fizeram-no monopolizando o excedente de riqueza, exercendo controle burocrático sobre os artífices, inibindo a busca de conhecimento técnico, patrocinando a magia e a superstição em alta escala e exercendo a força. Mas só tiveram sucesso à custa de dificultar a competição de suas próprias sociedades com as sociedades vizinhas mais progressistas. Essa nova explicação do retrocesso ao cabo sofrido pelas civilizações do Oriente Próximo, em comparação com as da Europa, substituiu-lhe a explicação mais estritamente econômica formulada em *Nova luz sobre o mais antigo Oriente*. Childe passou a atribuir papéis importantes na definição do curso da história tanto à base econômica quanto à superestrutura das sociedades. Porém, teve o cuidado de especificar que onde a superestrutura prevalece, seu papel só pode ser negativo. Desde logo, os antropólogos soviéticos sustentaram que essa concepção está de acordo com o marxismo ortodoxo (Petrova-Averkieva, 1980: 24).

Essa afirmação dá uma resposta definitiva a marxistas britânicos como George Thomson (1949), que o acusou de ignorar a luta de classes nas sociedades antigas. Childe argumentou que, se houve evolução social, ela ocorreu muito lentamente, naquelas antigas civilizações, justamente em razão de tais lutas terem sido embotadas por técnicas políticas e religiosas altamente eficazes de controle social. Ele não ignorou o

conceito de luta de classes nas sociedades antigas, nem o rejeitou por julgá-lo inaplicável em estudos baseados em dados arqueológicos. Ao contrário, não o considerou adequado para explicar as antigas civilizações do Oriente Próximo, que ele acreditava terem permanecido estáticas por longos períodos. Em suas análises das civilizações clássicas, e em particular do império romano, ele deu grande ênfase às lutas entre grupos no interior da sociedade pelo controle da riqueza e do poder, assim como aos padrões variáveis de controle político. A diferença no tratamento que ele deu às civilizações do Oriente Próximo e às clássicas pode ter-se baseado na distinção feita pelo próprio Marx entre sociedades orientais e sociedades eslavas. No entanto, é mais provável que ele não conhecesse esta distinção, uma vez que os marxistas ortodoxos não discutiram nem escreveram sobre o conceito de sociedade oriental durante o período stalinista (Bailey & Llobera, 1981; Dunn, 1982). Seja como for, sua análise preencheu uma importante lacuna na teoria marxista contemporânea.

A despeito de seu crescente interesse por processos evolutivos, Childe continuou tão cético quanto a maioria dos arqueólogos da escola histórico-cultural no tocante ao valor das analogias etnográficas, exceto quando continuidades históricas eram manifestas. Ele considerava que as sociedades de coletores-caçadores contemporâneas não lograram desenvolver-se tecnologicamente. Suspeitava que, em vez disso, elas tinham elaborado formas complexas de organização social e rituais "penosos" e "incoerentes" que bloquearam ulteriores desenvolvimentos tecnológicos. Portanto, em aspectos cruciais, as modernas sociedades de caçadores-coletores seriam, provavelmente, diferentes das paleolíticas, a partir das quais evoluíram sociedades mais complexas. A mesma dicotomia estaria presente entre os agricultores tribais. Childe propôs, assim, duas linhas gerais de evolução cultural: uma progressista, caracterizada pelo desenvolvimento tecnológico contínuo, combinado com ideologia e organização social flexíveis, e uma conservadora, caracterizada pela tecnologia estática e pela elaboração de ideologias e estruturas sociais complicadas (1936: 46). Embora baseado em idéias

marxistas, esse modelo tinha pouca relação como os conceitos evolucionistas marxistas geralmente aceitos. Sua explicação para o desenvolvimento cultural, assim como seus múltiplos esforços no sentido de explicar a superioridade da cultura européia, assemelham-se curiosamente a uma tentativa de reformular, em termos não-racistas, a concepção de Lubbock da evolução humana.

Em *A Escócia antes dos escoceses*, Childe tentou aplicar uma abordagem semelhante à dos soviéticos na interpretação de um *corpus* específico de dados arqueológicos do Ocidente. Procurou usar informações relativas a padrões de subsistência, casas, artesanato, trocas e costumes funerários com vistas a inferir modos de produção em processo de mudança, e o conseqüente desenvolvimento de grupos maiores e mais desiguais, assim como de novas ideologias. Inspirado na explicação de Kruglov e Podgayetsky da evolução da sociedade da Idade do Bronze na Rússia meridional, ele viu o desenvolvimento da Escócia como partindo de uma rede de sociedades tribais igualitárias baseadas em propriedade comunal rumo a uma sociedade estatal hierárquica. O fator-chave na indução desta mudança fora a emergência da propriedade privada, que ele acreditava refletir-se na substituição de tumbas comunais por sepulturas individuais, exprimindo diferenças de *status*. Childe concluiu que esse enfoque produzia "um retrato do desenvolvimento da Escócia muito mais realista e mais histórico" do que o elaborado por ele em estudos anteriores da pré-história escocesa com recurso a hipóteses migracionistas (1958b: 73). Mas recusou-se categoricamente a subscrever o esquema dogmático de evolução social empregado pelos arqueólogos soviéticos, bem como a deixar de considerar migração e difusão fatores significativos na indução de mudanças sociais e culturais.

Childe como Arqueólogo Marxista

Depois da Segunda Guerra Mundial, Childe continuou a desenvolver e aperfeiçoar sua compreensão marxista da mudança social. Cada vez

mais desiludido com a qualidade da pesquisa arqueológica que então se fazia na União Soviética, ele se desviou da arqueologia soviética como grande fonte de inspiração e começou a pesquisar a própria base filosófica do marxismo. Na última década de sua vida, trabalhou muito com vistas a lograr uma compreensão mais profunda e menos dogmática do marxismo como instrumento analítico e aplicá-lo ao estudo de dados arqueológicos. Como parte desse esforço, leu muito filosofia.

Childe, como todos os marxistas, considerava a história o saber que unifica todas as ciências sociais. Conforme ele acreditava, não há fórmulas genéricas capazes de desvendar a ordenação total da história, "que só pode reproduzir-se no próprio todo da história concreta, coisa que nenhum livro, nenhuma biblioteca ... poderia conter" (Childe, 1947a: 69). Leis são apenas descrições gerais do que é observado e, como tais, declarações de probabilidades, com graus variáveis de aplicabilidade. Ele afirmava que há um certo número de leis da história, tais como a primazia das relações sociais de produção sobre a superestrutura, o surgimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção, e a solução revolucionária dessas contradições. Acreditava, porém, que um número bem maior de generalizações transculturais seriam válidas apenas para sociedades que têm o mesmo modo de produção e se acham, portanto, no mesmo estágio de desenvolvimento (Childe, 1947a).

Childe afirmou ainda que o significado de qualquer generalização só pode ser estabelecido em relação com contextos históricos específicos, porquanto as regras que explicam o comportamento humano, tal como o próprio comportamento humano, variam com o desenvolvimento de novas formas de sociedade. Por isso, a evolução humana é genuinamente criativa. É capaz de fazer surgir novas — e freqüentemente inéditas — ordens sociais e novas formas de autoconsciência humana. Ainda assim, ele estava convencido de que o progresso não é inevitável. Algumas sociedades permanecem estáticas, ao passo que outras regridem, ou até mesmo se destroem (Childe, 1947a).

Na visão de Childe, a análise marxista, embora atribua um papel privilegiado às relações de produção, proscree qualquer forma de determinismo estreito. Imposições funcionais explicam muitas características semelhantes na organização social e na ideologia de culturas sem nenhum vínculo histórico a ligá-las, mas que partilham o mesmo modo de produção. Malgrado isso, o conteúdo específico de culturas e de seqüências particulares de mudanças a tal ponto é determinado por padrões culturais preexistentes, por contatos fortuitos com outras culturas e pela interação entre sociedades vizinhas, que não pode ser previsto em detalhe. Childe já observara que a forma precisa da organização britânica no século XIX nunca poderia ser deduzida tão-somente do modo capitalista de produção (Childe, 1936: 98). Essa análise subentendia que não era fácil predizer a natureza exata de um aspecto qualquer de uma sociedade com base no conhecimento de outro aspecto. Portanto, a reconstrução de cada uma das características de uma cultura pré-histórica com recurso a dados arqueológicos tinha de fazer-se de modo indutivo. A rejeição de Childe ao determinismo é hoje vista como acorde com o marxismo ortodoxo, que nega que leis gerais possam explicar todas as características do desenvolvimento humano concreto (Petrova-Averkieva, 1980: 24).

Em *Social Evolution* [Evolução social] (1951), Childe reafirmou sua crença na evolução multilinear, mas, de acordo com os princípios marxistas, ponderou que, ao longo do tempo, culturas que compartilhem o mesmo modo de produção tendem a desenvolver instituições sociais, políticas e culturais similares, que estarão em harmonia crescente com a base econômica. Porém, essas instituições se desenvolvem de forma e em seqüências variadas, mesmo em culturas vizinhas, por causa de diferenças ambientais, acidentes históricos e pelo fato de as sociedades em questão serem diferentes no início. Assim, sempre há mais maneiras de passar de um nível de organização social a outro do que formas em que a superestrutura está em acordo próximo com a base. Por esse motivo, a realidade social raramente corresponde ao tipo ideal. Essa visão das culturas como sistemas não perfeitamente integrados foi

compartilhada por um grande número de antropólogos norte-americanos não-marxistas, principalmente por G. P. Murdock (1949). Childe estendeu gradualmente sua análise marxista da sociedade de modo a compreender aspectos cognitivos do comportamento. Definiu o conhecimento como aproximações compartilhadas do mundo real que permitem aos seres humanos agir sobre este, e insistiu em que os arqueólogos devem tratar os artefatos como expressões concretas de pensamentos e idéias humanas. Também afirmou que os seres humanos não se adaptam a ambientes reais e sim à idéia que fazem deles, mesmo sendo certo que uma adaptação eficaz requer uma correspondência próxima entre a realidade e o modo como ela é percebida. Inovações e sua aplicação às necessidades sociais também requerem novas formas de pensamento com ramificações que se estendem por toda a sociedade. Avanços tecnológicos, portanto, não refletem apenas um aumento de informação científica; refletem também a evolução do conhecimento total disponível em uma sociedade, inclusive o modo como os seres humanos percebem a si mesmos e suas relações com a natureza. Ele sustentava que noções de causalidade permaneceram antropomórficas até que o uso crescente de forças inanimadas para operar máquinas produziu a idéia de causalidade mecânica encarnada no pensamento de Isaac Newton. Childe não hesitava em declarar a civilização moderna superior a todas as precedentes, na medida em que é capaz de fornecer orientações seguras para um número maior de ações (Childe, 1949). Em *Society and Knowledge* [Sociedade e conhecimento] (1956b), ele elaborou o seu conceito de conhecimento com base na dicotomia marxista entre verdadeira e falsa consciência. A verdadeira consciência é caracterizada pela correspondência operacional entre as visões da realidade e a realidade externa em si. Na forma de conhecimento tecnológico, ela existe, em graus variáveis, em todas as sociedades. Por contraste, a compreensão objetiva das relações sociais e do significado social de crenças e valores é rara em qualquer sociedade, antiga ou moderna, embora os marxistas sustentem que essa compreensão caracterizará as sociedades tecnologicamente avançadas e sem classes do

futuro. A falsa consciência ocorre em situações em que não há correspondência operacional entre o que se acredita e a realidade externa. Envolve os mitos que todas as sociedades criam a fim de encobrir e compensar sua incompetência tecnológica, dos quais algumas classes sociais se valem para disfarçar a exploração sob a forma de altruísmo. Childe observou que a falsa consciência, na forma de crenças religiosas, magia e superstição, deixa suas marcas no registro arqueológico de maneira não menos conspícua que o conhecimento tecnológico. Porém, como a possibilidade de variação nos detalhes das mágicas e crenças religiosas são infinitas, não cabe ao arqueólogo qualquer esperança de poder inferir o conteúdo específico dessas crenças na ausência de registros escritos ou de tradição oral. Por outro lado, o número de soluções práticas aplicáveis a qualquer problema tecnológico é limitado por condições materiais que podem ser inferidas com alto grau de precisão, utilizando-se as leis da física e da química. Childe concluiu, portanto, que o estudo arqueológico do conhecimento deve ficar restrito a assuntos tecnológicos e ser formulado em termos de resultados práticos, não em termos dos fins subjetivos daqueles que os detiveram. Por isso, sua pesquisa da tecnologia na pré-história é uma crônica do triunfo da verdadeira consciência sobre a falsa.

No entanto, Childe também acreditava que a evolução e o funcionamento da tecnologia só podem ser compreendidos se o arqueólogo for capaz de reconstruir o contexto social em que ela foi posta em prática. Em seu último livro, *The Prehistory of European Society* [A pré-história da sociedade europeia] (1958a), ele voltou sua atenção para este problema.

Considerou as relações sociais (que, ao estilo marxista, via como abrangendo as relações de produção) o principal aspecto do comportamento humano passível de explicação transcultural sistemática. Childe observou que a variação de características fundamentais da organização econômica, social e política é muito mais limitada que a variação da maioria das características culturais, e ponderou que as características culturais adquirem significado

funcional com base na relação com o sistema social. O principal problema prático que ele enfrentou foi saber como a evidência arqueológica poderá ser usada mais eficazmente para inferir sistemas sociopolíticos. Esse problema o intrigou mais do que aos arqueólogos soviéticos da década de 1950, pois ele acreditava que a evidência arqueológica deve ser usada objetivamente para testar teorias marxistas (Childe, 1951: 29). Portanto, era necessário encontrar meios independentes e verificáveis para inferir a organização social a partir de dados arqueológicos.

Childe não era otimista quanto ao que podia ser realizado neste sentido (Childe, 1958a: 12-14). Nessa altura, parecia mais constrangido que nunca pelo método tipológico que fora a base de seus trabalhos iniciais, e incapaz de fazer uso de padrões de assentamento, ou de dados relativos a costumes funerários. Embora tivesse realizado muito trabalho arqueológico de campo na Escócia, os resultados mais inovadores então obtidos foram fruto do uso precoce que ele fez de comparações etnográficas com casas rústicas das terras altas da Escócia, evocadas a fim de interpretar o uso do espaço doméstico na aldeia neolítica de Skara Brae (Childe, 1931), e do levantamento que ele realizou de tumbas megalíticas, a fim de calcular o tamanho e a distribuição da população na ilha de Rousay, no período neolítico (Childe, 1942f). Conquanto ele tivesse desenvolvido modelos muito sofisticados de mudança social, parecia, então, incapaz de aplicar os resultados à síntese dos dados arqueológicos. Talvez seja um indício de uma diminuição de sua criatividade nos últimos anos de vida o fato de seu envolvimento anterior com pesquisas de padrões de assentamento não lhe ter sugerido técnicas eficazes para o estudo da organização social e política pré-históricas.

Grahame Clark

Grahame (J. G. D.) Clark inaugurou um enfoque funcionalista alternativo e, em muitos sentidos, complementar. Por conta de sua

atuação na formação de muitos estudantes de graduação na Universidade de Cambridge, sua teoria exerceu considerável influência no desenvolvimento da arqueologia em muitas partes do mundo (Murray and White, 1981; Clark, 1988a). Embora tenha aderido a uma perspectiva materialista na maior parte de sua carreira, Clark repetidas vezes criticou Childe por suas tentativas de aplicar conceitos marxistas na arqueologia. Tentou, também, desenvolver novos métodos de trabalho de campo a fim de complementar suas inovações teóricas.

Clark estudou na Universidade de Cambridge, onde se tornou professor em 1935. Sua tese de doutorado foi um estudo tipológico convencional de material mesolítico da Grã-Bretanha e uma comparação desse material com achados mesolíticos da Europa continental (Clark 1932). Mas durante seus primeiros anos em Cambridge, três influências diferentes orientaram-no para uma visão funcionalista das culturas pré-históricas. A primeira foi a crescente percepção do modo como os arqueólogos escandinavos estudavam as culturas pré-históricas, considerando-as em seu contexto ambiental. Estimularam-na as grandes semelhanças entre os achados mesolíticos da Inglaterra e a cultura maglemosiense da Dinamarca, e a conseqüente constatação de que esta cultura havia explorado os brejos que se estendiam pelo leito do Mar do Norte, antes de sua inundação por força do aumento do nível do mar. Clark também trabalhou em estreita colaboração com Harry Godwin, biólogo que inaugurou a análise de pólen na Grã-Bretanha. Em segundo lugar, ele sofreu a influência das abordagens funcionalistas de antropólogos sociais como Malinowski e Radcliffe-Brown. Por fim, Clark "reagiu com entusiasmo" ao apelo do arqueólogo finlandês A. M. Tallgren (1885-1945) no sentido de que os arqueólogos parassem de considerar os artefatos mais reais e mais vivos do que as sociedades responsáveis por sua criação, e do que as pessoas cujas necessidades causaram sua existência (Tallgren, 1937; Clark, 1974). Ironicamente, em grande medida as idéias de Tallgren resultaram do contato próximo que ele mantinha com os arqueólogos soviéticos.

Em 1939, Clark publicou sua primeira edição de *Archaeology and Society* [Arqueologia e sociedade], um estudo teórico de arqueologia que continua a ser um marco na história da disciplina. Ele afirmava que a arqueologia deveria ser "o estudo de como [os seres humanos] viveram no passado" (p. 1) e que, para alcançar esse objetivo, os achados arqueológicos devem ser examinados de um ponto de vista funcionalista. Além disso, ele argumentava que a função básica de uma cultura, ou modo de vida, é assegurar a sobrevivência da sociedade, o que significa que todos os aspectos da cultura são influenciados, pelo menos até um certo ponto, por condicionamentos ecológicos. O objetivo dos arqueólogos deve ser determinar como os seres humanos viveram nos tempos pré-históricos, reconstruindo, tanto quanto possível, sua economia, sua organização política e social, seus sistemas de crenças e valores, e tentando entender como os diferentes aspectos da cultura se inter-relacionam, uma vez que são partes de sistemas funcionais. Como muitos antropólogos sociais, Clark deu destaque ao papel da cultura como um sistema adaptativo, ao tempo em que declarava ser seu objetivo documentar a vida social. Essa afirmação reflete sua convicção de que, ao influenciar o comportamento humano individual, os padrões culturalmente transmitidos facilitam a interação social, de que depende a sobrevivência de indivíduos e de grupos.

Clark assinalou, sistematicamente, as potencialidades e as limitações dos dados arqueológicos para o estudo da vida social pré-histórica. Percebeu que o registro arqueológico preserva melhor alguns aspectos da cultura material que outros: o bronze resiste mais que o ferro ou a prata, e o osso melhor que as partes tenras das plantas. Por outro lado, em função de seu valor, é pouco provável que o ouro esteja presente no registro arqueológico, ou que escape da pilhagem, como poderia acontecer com um metal menos valioso. Ele também observou que a cultura material geralmente sobrevive melhor em ambientes desérticos ou árticos do que em florestas tropicais. Como os grupos que vivem em florestas tropicais usam materiais perecíveis, dificilmente preserváveis e recuperáveis, é provável que os arqueólogos sempre venham a saber

menos sobre o desenvolvimento cultural pré-histórico nessas regiões do que nos desertos ou no ártico. Finalmente, ele concluiu que, ao trabalhar apenas com dados arqueológicos, os arqueólogos certamente poderiam obter mais conhecimentos acerca da economia das sociedades pré-históricas do que sobre sua organização social e suas crenças religiosas. Isso porque a economia e a tecnologia das sociedades são fortemente marcadas por necessidades materiais que podem ser compreendidas através das ciências naturais. Por outro lado, fatores econômicos tão-somente limitam a natureza da organização social e das crenças religiosas, mas sem determiná-la; portanto, grande parte do teor desses níveis mais altos do comportamento humano não está sujeito ao mesmo tipo de análise científica que a tecnologia, a economia de subsistência e os padrões de comércio. Embora a concepção geral de cultura de Clark fosse formulada em termos ecológicos, antes que com base na prioridade do modo de produção, suas conclusões sobre a potencialidade do registro arqueológico para a reconstrução de diferentes aspectos das culturas assemelhavam-se muito às de Childe. A noção de uma escala de dificuldades crescentes para a reconstrução de tecnologias, economias, organização sociopolítica e crenças religiosas pré-históricas continuou a desempenhar um papel primordial nas discussões de pré-história na Grã-Bretanha, desde a década de 1930 até o presente (Piggott, 1959: 9-12; Friedman & Rowlands 1978b: 203-4). Dando a esse conceito um tratamento mais elaborado, Christopher Hawkes (1954) concluiu que a arqueologia, sem apoio de textos escritos ou tradições orais, é capaz de revelar mais coisas sobre o que, no comportamento humano, vem a ser genericamente animal, do que sobre o especificamente humano. A partir de seu estudo, tal escala de dificuldade crescente passou a ser chamada, com freqüência, de "hierarquia de Hawkes" ou "escala de Hawkes".

Em *Archaeology and Society* [Arqueologia e sociedade], Clark afirmou que o objetivo final dos arqueólogos deve ser interpretar em termos de história social os dados que obtêm. Eles só o podem fazer, porém, após ter definido uma sucessão de culturas no registro arqueológico, e

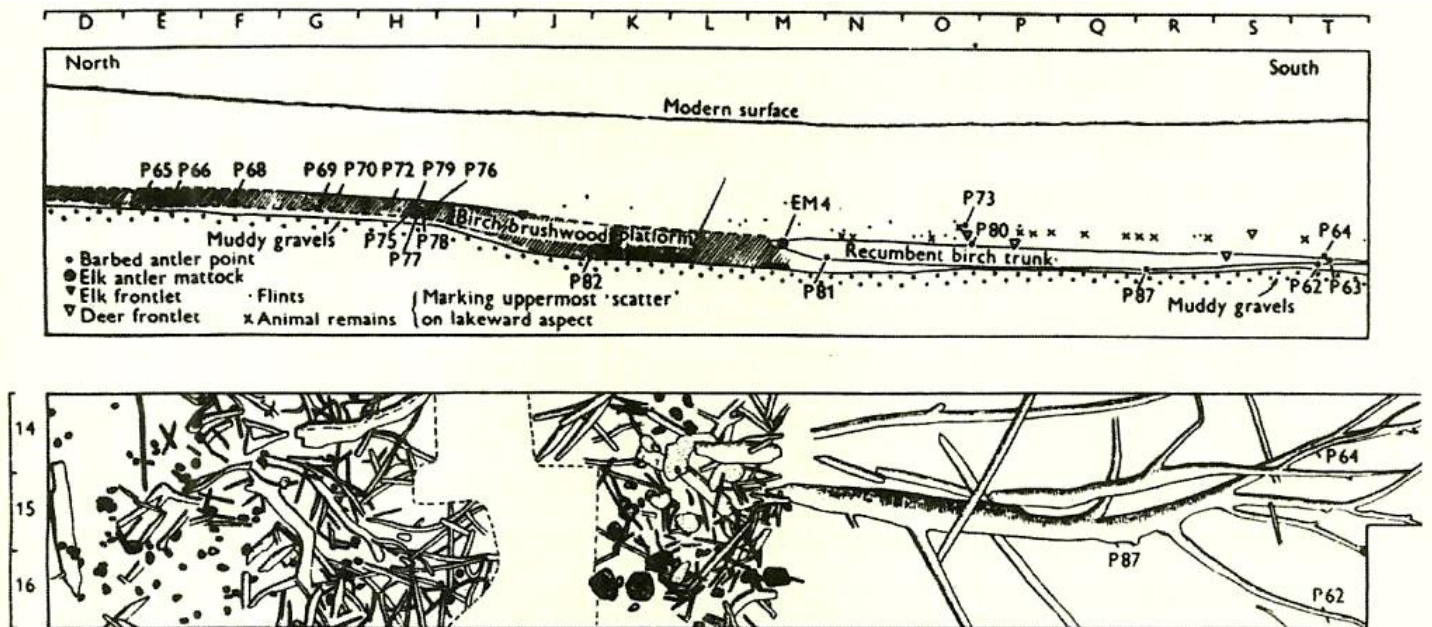
logrado uma idéia clara de como funcionaram as comunidades pré-históricas relacionadas com essas culturas. Clark considerava o arqueólogo que estuda uma habitação pré-histórica equivalente ao etnólogo que estuda uma comunidade viva. Muito pouca atenção se deu à pertinência dessa analogia, ou ao pressuposto dos antropólogos de que uma única comunidade vem a ser representativa de uma unidade cultural maior - esta última uma conclusão hoje rejeitada por todos. Clark aceitou a tese de que analogias etnográficas podem ser usadas para interpretar dados arqueológicos. Repetiu o argumento vitoriano de que, assim como os paleontólogos usam animais vivos para reconstruir a anatomia dos achados fósseis, os arqueólogos devem utilizar dados etnográficos para interpretar suas descobertas. Mas seu pressuposto de uma articulação relativamente precária entre as diferentes partes de um sistema cultural levou-o a rejeitar a visão evolucionista unilinear, segundo a qual culturas no mesmo estágio de desenvolvimento têm de ser semelhantes umas às outras em todos os detalhes. Ele especificou que analogias etnográficas devem ser feitas entre artefatos individualizados, como fizera Nilsson, e não entre culturas inteiras, no estilo do evolucionismo unilinear; precisou também que as analogias devem ser tratadas como aproximativas, em vez de definitivas. Em geral, para a interpretação da pré-história européia, Clark preferia recorrer às analogias derivadas do folclore, mais que às da etnologia comparada, pois acreditava que a continuidade histórica garante a maior relevância daquelas. Ponderava que, na sua busca de interpretar dados relativos a tempos pré-históricos, aos arqueólogos "seria útil saber como ocupantes do mesmo território faziam para prover sua própria subsistência, antes do surgimento das economias modernas" (Clark, 1974: 41). Nesse ponto, a posição de Clark era semelhante à de Childe e estava de acordo com as primeiras doutrinas difusionistas.

Durante a década seguinte, Clark desenvolveu técnicas de emprego dos testemunhos arqueológicos para documentar a vida social e, particularmente, os modos como recursos naturais foram utilizados. Em *Prehistoric England* [A Inglaterra pré-histórica] (1940), os capítulos não

estavam em ordem cronológica, mas funcional, de modo a viabilizar uma resenha do que se conhecia a respeito de padrões de subsistência, moradias, artesanato, mineração, comércio, comunicação, defesa, sepultamento e sítios sagrados, do paleolítico até o fim da Idade do Ferro. Seguia-se uma série de ensaios sobre a utilização de vários recursos na pré-história e sobre atividades básicas de subsistência, como a caça às focas e aves selvagens, a pesca de baleias e peixes, a derrubada da mata, a lavoura e a criação de gado. Em um ensaio intitulado "As abelhas na Antigüidade", ele traçou uma perspectiva ecológica que relacionava o aumento de abelhas selvagens na Europa à introdução da agricultura e mostrava como o aumento conseqüente do suprimento de cera de abelhas facilitou a fundição de bronze (Clark, 1942). Embora todos esses ensaios estivessem voltados para a abordagem de problemas biológicos, Clark buscou usar o registro arqueológico para documentar a vida social e econômica através da identificação da função dos artefatos e das épocas em que transcorriam atividades específicas de subsistência. A necessidade de fazê-lo foi enfatizada por Donald Thomson (1939): através de pesquisa etnográfica, ele demonstrou que, em diferentes estações do ano, nas quais explorava recursos de áreas diferentes, o mesmo grupo de aborígenes australianos fazia uso de conjuntos de apetrechos de cultura material totalmente distintos. Numa perspectiva histórico-cultural tradicional, vestígios dessa ordem poderiam facilmente ser tomados como testemunhos de diferentes culturas.

Entre 1949 e 1951, Clark escavou um sítio mesolítico em Star Carr, numa área pantanosa a leste de Yorkshire. Os principais objetivos dessa escavação eram recuperar material orgânico e instrumentos de pedra, datar o sítio em relação a padrões de vegetação pós-glacial, encontrar vestígios de alimentos que revelassem os padrões de subsistência e determinar que tipo de grupo social havia usado o sítio. Com a ajuda de paleobotânicos e zoólogos, Clark pôde concluir que um pequeno grupo de caçadores tinha visitado o local durante alguns invernos com o propósito de caçar veados. O estudo estabeleceu um novo padrão para a pesquisa arqueológica de sítios de caçadores-coletores e pôs em dúvida

o valor de sítios escavados anteriormente para o estudo econômico da pré-história (Clark, 1954, 1972; cf. Andresen *et al*, 1981).



37. Planta e perfil do Corte II, Star Carr (Excavations at Star Carr, 1954).

Enquanto escavava em Star Carr, Clark escrevia *Prehistoric Europe: The Economic Basis* [A Europa pré-histórica: a base econômica] (1952). Neste livro, ele procurou "sondar e explorar" a bibliografia arqueológica disponível e diversas coleções de museus a fim de verificar o que era possível saber a respeito do desenvolvimento econômico da Europa desde os períodos glaciais até a época histórica. Os principais tópicos que ele abordou foram padrões de subsistência, moradia, tecnologia, comércio, deslocamentos e meios de transporte. Clark não examinou os dados buscando relacioná-los a sociedades ou culturas arqueológicas específicas; em vez disso, tentou reconhecer as transformações econômicas correspondentes a três grandes zonas climáticas e de vegetação: a circumpolar, a temperada e a mediterrânea. Considerou recíproca a influência entre cultura e ambiente e definiu a cultura como "um ajustamento de determinadas necessidades, capacidades, desejos e valores a condições físicas e biológicas específicas" (p. 7). Em *A Europa pré-histórica*, o conceito de ecossistema, do botânico A. G. Tansley (1871-1955), com sua noção de mecanismo auto-corretivo, ou

homeostático, que mantém em equilíbrio todo o sistema, foi aplicado pela primeira vez à arqueologia (Tansley, 1935; Odum, 1953). Conceitos ecológicos similares tinham sido empregados pelo antropólogo social E. E. Evans-Pritchard (1940), em sua pesquisa sobre a ecologia do povo nuer do Sudão meridional, e iam ao encontro da ênfase durkheimiana na integração social e no equilíbrio. Clark considerava a mudança cultural como uma resposta a um "desequilíbrio temporário" provocado por mudanças ambientais,

flutuações demográficas, inovações capazes de poupar trabalho e contato cultural. Dessa forma, Clark atribuiu a mudança a todos os principais fatores a que os arqueólogos evolucionistas e difusionistas tinham recorrido no século anterior, sem reconsiderar o *status* desses conceitos. Tampouco tentou ele interrelacioná-los, limitando-se, quanto a isso, à observação corriqueira de que o ambiente natural impõe certas restrições à exploração econômica em determinados estágios da tecnologia.

Em *A Europa pré-histórica*, Clark ocupou-se basicamente de processos econômicos. Em estudos posteriores, porém, ele deu cada vez mais atenção ao modo como padrões característicos de comportamento reforçam a integridade e a coesão do grupo social, de maneira similar a estratégias de indivíduos que afirmam sua identidade seja conformando-se às regras sociais, seja ignorando-as. Seu interesse voltou-se, depois, para o significado social e simbólico dos artefatos. Mais recentemente, ele afirmou que forma e estilo desempenham um papel importante na arqueologia científica, se estudados com o propósito de definir territórios de grupos sociais, em vez de considerados como um fim em si mesmos (Clark, 1974: 53-4; 1975).

A essa altura, suas idéias a respeito das forças que provocam a mudança social parecem ter-se distanciado da perspectiva materialista. Ele afirma que os homens são livres na medida em que são capazes de raciocinar, mas destaca a tradição cultural como importante fator de restrição da mudança. A inovação ocorre apenas quando o custo da manutenção do *status* quo excede o custo da mudança. Assim, a revolução industrial vê-

se atribuída a alterações substanciais nos padrões de pensamento, antes que a desenvolvimentos econômicos; explica-se o contributo das civilizações pré-industriais para o aperfeiçoamento e a diversificação cultural porque os recursos, o poder e capacidade de patrocínio estavam, então, concentrados nas mãos de uma classe dominante rica e sofisticada (Clark, 1983, 1986). Clark desempenhou um papel de destaque no movimento que desviou da tipologia a atenção da arqueologia britânica, incitando-a a esforçar-se por compreender as economias pré-históricas e as formas correlatas de organização social. Porém, muito embora ele tenha superado Childe na reconstrução detalhada das atividades de subsistência a partir de dados arqueológicos, sua obra é menos significativa que a dele enquanto tentativa de explicar a mudança cultural. Isso, por sua vez, reflete seu fracasso em elaborar um modelo claro de mudança cultural capaz de complementar sua interpretação comportamental dos dados arqueológicos.

Clark provocou grandes avanços na arqueologia britânica. A avaliação em laboratório de resíduos biológicos, como ossos de animais e sementes de plantas, recuperados em sítios arqueológicos, e a interpretação desses vestígios em termos ecológicos e econômicos constituíram uma importante especialização interdisciplinar, que inclui áreas como zooarqueologia, paleoetnobotânica e bioarqueologia. Sob a liderança de seu aluno Eric Higgs (1908-1976), e da Academia Britânica de Projetos Avançados de Pesquisa sobre a História Antiga da Agricultura, desenvolveu-se uma escola de paleoeconomia que se empenha em interpretar esses achados relacionando-os, por um lado, com todos os recursos disponíveis nas cercanias dos assentamentos onde foram depositos tais refugos, e, por outro, com um padrão hipotético de exploração sazonal (Sieveking, 1976: xxii). Isso implica analisar áreas de captação de recursos a fim de determinar, na pré-história, o que estaria disponível em um raio de exploração potencial em torno de um sítio arqueológico (Vita-Finzi & Higgs, 1970; Higgs, 1972, 1975; Jarman *et al*, 1982). Embora eles não tenham contestado a importância do desenvolvimento tecnológico, tanto Higgs como Jarman alegaram que a

análise dos artefatos não proporcionou muita informação a respeito da natureza das adaptações de subsistência na pré-história e, por isso, negaram-lhe uma "posição prioritária" nas pesquisas arqueológicas. Acreditavam eles que os fatores econômicos são os únicos dotados de valor explicativo a longo prazo, e também os únicos significativamente detectáveis no registro arqueológico. Grande parte da obra de David Clarke (1968) constituiu uma reação à estreiteza e ao determinismo do enfoque higgiano (Sherratt 1979:199-200).

Inícios do Funcionalismo nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o enfoque funcionalista na análise arqueológica teve início no século XIX. A princípio, manifestou-se sob a forma de um interesse pelo modo como os artefatos eram manufaturados, e pelo uso que lhes fora dado. Essa abordagem foi desenvolvida e sistematizada no livro de Harlan Smith (1872-1940) intitulado *The Prehistoric Ethnology of a Kentucky Site* [A etnologia pré-histórica de um sítio do Kentucky] (1910), baseado na análise de artefatos que ele recuperara no sítio de Fox Farm, em 1895. Smith reconstruiu o modo de vida dos habitantes daquele sítio, que mais tarde foi relacionado à fase Fort Ancient pré-histórica tardia. Os artefatos foram descritos e analisados com base em uma série de características funcionais: recursos animais e vegetais; conservação e preparação de alimentos; habitação; instrumentos usados por homens; instrumentos usados por mulheres; processos de manufatura; história dos objetos manufaturados (sendo os estágios da fabricação dos instrumentos ilustrados por artefatos inacabados); caça; objetos religiosos; cachimbos e divertimentos; aparato bélico, trajes e ornamentos; arte; acidentes e doenças; e métodos de sepultamento. Os artefatos individuais eram analisados de diferentes pontos de vista e sob múltiplas rubricas. Embora fossem empregadas analogias etnográficas para determinar a função de artefatos específicos, as conjeturas desempenhavam um papel importante na consignação dos artefatos a classes específicas.

Havia um amplo interesse por esse tipo de interpretação funcional no início do século XX. William Wintemberg (1876-1941), cuja carreira profissional se desenvolveu sob a orientação de Smith, adotou esse enfoque nas análises de material de sítios iroqueses que escavou ao sul de Ontario (Trigger, 1978c). Wintemberg era um artesão, e como tal realizou muitas experiências para determinar como os artefatos foram feitos e usados. Adquiriu também um vasto conhecimento da cultura material e do estilo de vida tradicional dos índios (Swayze, 1960: 178). O relatório de A. C. Parker (1881-1955) sobre o sítio iroquês Ripley, no noroeste do estado de Nova York (1907), já foi visto como "uma tentativa precoce de descrever toda a cultura de um grupo a partir de vestígios arqueológicos interpretados à luz da etnografia" (Brose, 1973: 92). M. R. Harrington, que trabalhou com Smith no Museu Americano de História Natural, consultou indígenas da localidade a fim de aumentar seu conhecimento sobre o material que escavara no sítio Shinnecock, em Long Island, em 1902 (Harrington, 1924). Começando com *Ancient Life in Kentucky* [A vida antiga no Kentucky] (Webb & Funkhouser, 1928), William S. Webb (1882-1964) estudou como os índios pré-históricos haviam feito e usado artefatos, e como esses artefatos refletiam costumes menos tangíveis. Webb era formado em física, e dizia-se que ele se aproximou da arqueologia com um "interesse de amador por antigüidades locais e pela vida antiga dos índios do lugar" (Taylor, 1948: 75). Como trabalhava no Kentucky, Webb teve uma motivação especial para acolher a influência do relatório de Smith sobre o sítio de Fox Farm. De modo similar, as primeiras publicações de William Ritchie sobre os sítios "pré-iroqueses" do Estado de Nova York evidenciavam um empenho difuso, embora assistemático, em valer-se dos artefatos para a reconstrução do comportamento humano pré-histórico. Influenciados pelo método taxonômico do Meio-Oeste, tanto Webb como Ritchie se concentraram na elaboração de listas de traços característicos e deixaram de estudar (no caso de Ritchie, até a década de 1950) o comportamento de povos pré-históricos (Taylor, 1948: 70-80).

As grandes escavações horizontais realizadas durante a depressão ajudaram a reavivar o interesse dos arqueólogos norte-americanos pela análise funcional de dados arqueológicos. Na época, porém, em vez de concentrar-se principalmente nos artefatos, o foco de interesse dirigiu-se, cada vez mais, para formas características, padrões de habitação e plantas de aldeamentos, assumindo assim a distribuição dos artefatos um novo significado. Essas escavações fizeram aumentar o conhecimento relativo a construção de casas e de estruturas sagradas, ao tempo em que plantas de aldeias inteiras deram uma nova dimensão à compreensão da organização social pré-histórica no leste da América do Norte (Willey & Sabloff, 1980: 123-7).

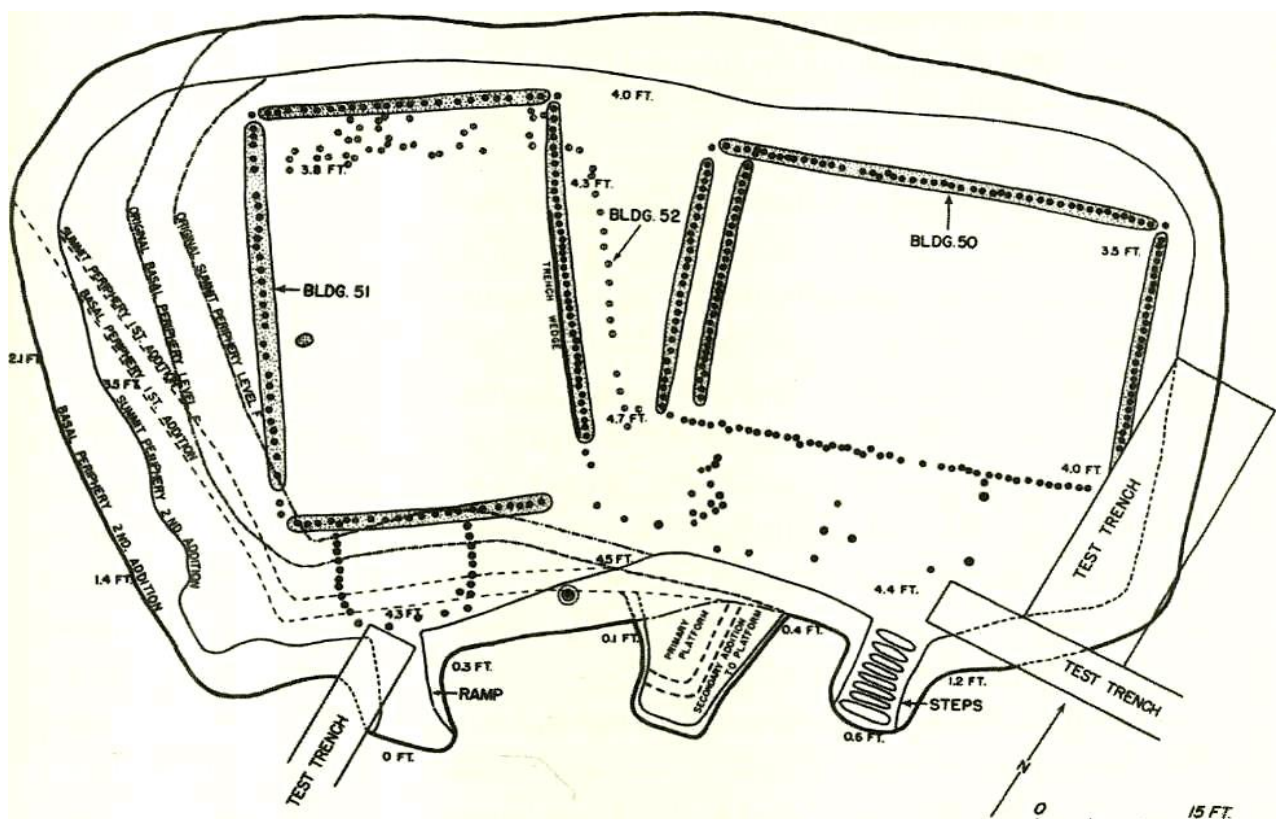
A princípio, porém, esse trabalho se justificava como um meio de expandir listas de traços; só lentamente veio a estimular o interesse pela maneira como viviam os povos em tempos pré-históricos. Em *Rediscovering Illinois* [Redescobrimdo Illinois] (1937), um relatório de escavações arqueológicas efetuadas em Fulton County, Illinois, e arredores, Fay-Cooper Cole (1881-1961) e Thorne Deuel listaram todos os tipos de artefatos de um único nível de ocupação de um sítio, sob uma série de rubricas funcionais de amplo alcance, a que chamaram de complexos. Estes compreendiam: arquitetura e vida doméstica; roupas e trajes; rituais; caça e desempenho militar, atividade econômica e artística; agricultura e coleta de alimentos; cerâmica. Contudo, não foram feitas quaisquer tentativas de deduzir atividades específicas a partir desses artefatos. Cabe dizer o mesmo dos esforços de Charles Fairbanks (1942) no sentido de dispor os vários tipos de artefatos provenientes de um montículo de Stalling Island, na Geórgia, numa ordem funcional, de acordo com sua relação aparente com a subsistência, o plano comunitário, o sepultamento, ou as atividades tecnológicas e artísticas. No livro de Martin, Quimby e Collier *Indians before Columbus* [Os índios antes de Colombo] (1947), todas as principais culturas arqueológicas até então definidas para a América do Norte foram sumariamente descritas, distribuídas por regiões e por períodos sucessivos, sob as rubricas: localização, população (tipo físico),

aldeia, meio de vida, cerâmica, instrumentos, armas, cachimbos, trajes, ornamentos e sepultamento. Em cada um desses casos, a despeito da crescente variedade de dados, deu-se ênfase à listagem dos traços em um formato etnográfico, ou pseudo-etnográfico, em vez de se tentar interpretar a cultura material como evidência do comportamento humano. Embora interpretações anteriores à década de 1930 tenham sido criticadas por permanecer "em um nível relativamente superficial", consistindo "sobretudo de inferências óbvias extraídas dos artefatos ... pela visualização de como poderiam ter sido usados" (Rouse, 1972: 147), elas constituíam um esforço mais sério no sentido de inferir o comportamento humano a partir de material arqueológico do que as listas de traços etnográficos das décadas de 1930 e 1940. Isso indica que, nos Estados Unidos, a orientação classificatória típica do método taxonômico do Meio-Oeste (e dos estudos cronológicos em geral) eclipsou o interesse profissional pela interpretação dos dados arqueológicos em termos comportamentais por um período maior do que acreditaram Taylor (1948: 91) e Willey & Sabloff (1980: 134).

Apesar de tudo, uma minoria crescente de arqueólogos norte-americanos começou a reclamar uma interpretação funcional dos dados arqueológicos referenciada a concepções de cultura mais holísticas que as até então adotadas na arqueologia norte-americana. É possível que isto se desse em resposta às concepções mais funcionalistas do comportamento humano, então a popularizar-se na antropologia americana por obra de Radcliffe-Brown - que lecionou na Universidade de Chicago de 1931 a 1937 - e de Malinowski - professor da Universidade de Yale de 1938 até sua morte, em 1942. Os arqueólogos americanos também estavam, pouco a pouco, tomando conhecimento das interpretações de dados arqueológicos propostas por Childe, Clark e outros europeus. Isso lhes facultava a comprovação, tanto teórica quanto prática, de que etnólogos norte-americanos, a exemplo de Robert Lowie e Franck Speck, erraram ao afirmar que os arqueólogos, como só podem estudar a cultura material, são incapazes de dizer qualquer coisa significativa sobre aspectos não-materiais do

comportamento humano. Para poder fazê-lo, porém, os arqueólogos deveriam interpretar os artefatos como partes do sistema cultural total, em integração com organizações sociais, políticas e econômicas, em vez de considerá-los meros objetos materiais com significado apenas tipológico.

Esse desejo de compreender os vestígios arqueológicos a partir de um ponto de vista funcional levou os arqueólogos a reatar com os etnólogos laços que se haviam enfraquecido durante o período no qual seu interesse maior fora construir cronologias culturais. Em 1926, William D. Strong (1899-1962) enfatizou a interdependência entre arqueologia e etnologia, e afirmou que os arqueólogos devem buscar junto aos etnólogos não apenas informações factuais, mas também diretrizes teóricas. Strong aplicou este princípio em sua abordagem histórica direta da pré-história de Nebraska, como fez Paul Martin (1899-1974) ao valer-se do conceito de "cultura popular", de Robert Redfield, para explicar variações de tamanho e conteúdo nas ruínas de Pueblo (Martin *et al.*, 1938; Martin & Rinaldo, 1939).



38. Estruturas sobre plataforma de [outeiro]; extraído de T. Lewis & M. Kneberg Hinwassee Island, 1946.

Waldo R. Wedel (1941), no seu estudo sobre economias de subsistência nativas das Grandes Planícies, destacou a importância da relação entre cultura e ambiente, e afirmou que, além de acidentes históricos, outros fatores moldam as culturas arqueológicas. A. J. Waring Jr. e Preston Holder (1945) interpretaram artefatos de cobre e de conchas caprichosamente decorados oriundos de sítios muito dispersos do Mississippi como evidências de um culto religioso amplamente difundido.

Explicações funcionais semelhantes foram empregadas para explicar a distribuição de estilos no México e no Peru, como no caso dos horizontes Chavin e Tiahuanaco, até então interpretados apenas em termos difusionistas. Em todos esses estudos, foram envidados esforços para identificar características sociopolíticas ou religiosas dos materiais através da consideração de sua proveniência intra-sítio ou de outros aspectos que os estudos tipológicos tinham ignorado (W. Bennett, 1945; Willey, 1948). Em um estudo da polêmica questão das influências centro-americanas sobre as culturas do sudeste dos Estados Unidos, John W. Bennett (1944) deu

destaque à necessidade de levar em conta as implicações funcionais de traços, o contexto social de que derivam e, acima de tudo, o contexto no qual se teria dado sua introdução. Ele propôs a hipótese de que alguns traços centro-americanos foram prontamente aceitos pelas culturas menos complexas dos Estados Unidos, ao passo que outros teriam sido rejeitados, embora transmitidos muitas vezes. Sustentou, portanto, que as explicações difusionistas requerem uma compreensão funcional pormenorizada das culturas recipientes. Outros arqueólogos também tentaram interpretar a interação entre culturas vizinhas em termos do conceito de aculturação, que nessa altura estava a popularizar-se entre os etnólogos (Keur, 1941; Lewis & Kneberg, 1941). Embora esses e outros estudos fossem descoordenados e improvisados, por volta de 1943 já havia deles um número suficiente para que fossem reconhecidos como uma corrente da arqueologia norte-americana, a que J. W. Bennett (1943) deu o nome de método "funcional" ou "sociológico" de

interpretação arqueológica. Esses estudos e a campanha de Kluckhohn (1940) em favor de uma abordagem "científica" abriram o caminho para *A Study of Archaeology* [Um estudo de Arqueologia] (1948), de Taylor, uma obra polêmica que examinou as diferenças entre a arqueologia histórico-cultural tradicional e os novos temas funcionalistas.

O Enfoque Conjuntivo

Taylor observou que o objetivo da maioria dos arqueólogos norte-americanos era a reconstrução da pré-história, e alguns deles, como Kidder, iam além, exprimindo a esperança de que, finalmente, os dados arqueológicos fornecessem uma base para generalizações acerca do comportamento humano e da mudança cultural. No entanto, poucos arqueólogos histórico-culturais mostraram interesse em reconstruir de modo sistemático os modos de vida pré-históricos, ou em explicar os acontecimentos que tiveram lugar em tempos pré-históricos. Em vez disso, ocupavam-se da "mera crônica", a mapear a distribuição geográfica e temporal do material arqueológico, explicando mudanças com atribuí-las a fatores externos, sob as formas de "difusão" e "migração".

Taylor demonstrou também que a estreiteza dos objetivos dos arqueólogos levava ao relaxamento no trabalho de campo e na análise arqueológica. Muitas classes de artefatos, especialmente dos que não eram considerados importantes para a definição de culturas, não eram examinadas nem descritas em pormenor. Cerâmica e material lítico eram estudados muito mais cuidadosamente do que testemunhos remanescentes de cestaria. Os vestígios florísticos e faunísticos eram, com freqüência, recuperados e identificados de forma inadequada; em decorrência disso, os arqueólogos não podiam saber que alimentos eram consumidos, por que determinados sítios eram usados, ou em que períodos do ano. Os arqueólogos também deixavam de registrar e, mais freqüentemente, de reportar, com o necessário detalhamento, a proveniência intra-sítio dos artefatos. Em função disso, era-lhes difícil

discernir as áreas de atividade no interior dos sítios e como os artefatos variavam de uma parte para outra do sítio. Finalmente, embora os arqueólogos procurassem elaborar listas de todos os tipos de artefatos relacionados a sítios particulares, e fizessem comparações estatísticas dessas listagens, na tentativa de determinar graus de afinidade cultural, normalmente eles se contentavam em constatar, assim, a presença ou ausência de tipos. Em decorrência disso, não se dispunha de dados quantitativos pertinentes, que poderiam ser de grande importância para a compreensão do papel desempenhado por espécies particulares de artefatos. Taylor dedicou grande parte de seu estudo à crítica detalhada das deficiências da obra de arqueólogos norte-americanos proeminentes, a fim de mostrar como seus objetivos cronológico-culturais tinham limitado suas investigações do registro arqueológico. Para remediar essas deficiências, Taylor propôs o enfoque conjuntivo. Propôs acrescentar à pesquisa tradicional de problemas cronológicos e de relações inter-sítios estudos pormenorizados intra-sítio, dispensando cuidadosa atenção a todos os artefatos e estruturas, e ao modo como eles se inter-relacionam. Havia de conferir um destaque especial a aspectos quantitativos e à distribuição espacial dos achados arqueológicos, assim como a suas propriedades formais e a evidências do modo como eles foram produzidos e utilizados. Desse modo, os arqueólogos poderiam ter esperança de descobrir o máximo possível acerca da forma de vida nos tempos pré-históricos e das relações funcionais vigentes no interior de uma cultura pré-histórica. Uma característica do enfoque conjuntivo era a importância que, tal como Clark, Taylor atribuía aos sítios como unidades básicas de análise.

Taylor tentou contornar os problemas que, para os arqueólogos, são inerentes ao conceito de cultura material, seguindo Kroeber e outros antropólogos boasianos na definição de cultura como construção mental, e considerando os vestígios materiais como produtos da cultura, não como a cultura em si (Osgood, 1951). Construtos mentais que, em parte, são herança do passado e podem ser quer idiossincráticos quer partilhados por um número variável de pessoas, constituem as crenças e

valores e proporcionam orientações para o desempenho das atividades sociais, bem como disponibilizam o conhecimento tecnológico necessário à produção da cultura material. Concluía Taylor que, muito embora a cultura seja ideacional e, portanto, não sobreviva no registro arqueológico, muitos de seus aspectos, além do conhecimento envolvido na fabricação dos artefatos, têm reflexos que podem ser percebidos arqueologicamente. Ele também fazia a distinção entre cultura como conceito holístico, ou processo, e cultura como uma entidade discreta (a cultura arqueológica singular).

Taylor afirmava que os arqueólogos têm a obrigação de recuperar o máximo possível de informações nos sítios arqueológicos, inclusive testemunhos em aparência triviais. Devem, também, coletar informações relativas ao contexto paleoambiental do sítio e todo tipo de dados etnográficos e históricos pertinentes. Esse material deve ser estudado e classificado, além de descrito em pormenor, com precisão suficiente para que possa ser reanalisado por outros arqueólogos. A primeira tarefa analítica relativa ao sítio como um todo consiste em elaborar sua cronologia interna, para assim determinar quais elementos são sincrônicos e quais sucessivos. Em seguida, os arqueólogos devem voltar-se para a tarefa principal, a saber, a síntese do material do sítio, ou de cada período de sua ocupação. Duas espécies de síntese têm de ser feitas. A síntese etnográfica consiste na determinação, tão completa quanto possível, de como vivia o povo no sítio em apreço. Tal como o etnógrafo, o arqueólogo deve preencher o *Outline of Cultural Materials* (Murdock *et al.*, 1938), ou seja, uma listagem com o registro de todos os padrões de procedimento cultural concebíveis. O enfoque conjuntivo também exige que o arqueólogo tente entender como a vida era vivida no sítio, em termos de um padrão de integração funcional. A síntese etnográfica deve seguir-se uma síntese histórica, registrando como os modos de vida em um determinado sítio mudaram durante sua ocupação, com uma tentativa de explicar como se deram essas mudanças.

Feita a síntese do significado cultural de sítios individuais, os arqueólogos devem empreender estudos comparativos. Taylor acreditava que tais estudos deveriam envolver a comparação de contextos culturais integrais, da forma como se manifestam em sítios particulares, e não de itens culturais isolados, e que seu objetivo imediato deve ser a compreensão de como um determinado sítio se relaciona com o padrão de vida mais amplo do território circundante. Desse modo, sítios ocupados sazonalmente por caçadores-coletores podem ser interligados de modo a formar padrões cíclicos anuais, e aldeias camponesas podem associar-se a centros aristocráticos de modo a proporcionar informação a respeito de estruturas hierárquicas de civilizações antigas. Pode-se, assim, alcançar uma compreensão funcional equivalente à percepção que o etnólogo tem de culturas vivas. Em seguida, os arqueólogos podem ir além e trabalhar em paralelo com os etnólogos na persecução do principal objetivo da antropologia: uma compreensão geral da natureza e do funcionamento da cultura.

Discutiu-se muito a propósito de saber em que medida o enfoque de Taylor representou uma ruptura com o passado e assinalou o início da Nova Arqueologia da década de 1960 (Taylor, 1972; Binford 1972: 8-9; 1983a: 229-33). Mas ao mesmo tempo, pouca atenção se prestou a outras conexões. A ênfase de Taylor no objetivo primeiro dos arqueólogos, que seria usar a evidência arqueológica para reconstruir o modo como as pessoas viveram em sítios pré-históricos individuais, tem um paralelo muito próximo na abordagem que Clark defendia em 1939. O mesmo se dá com sua insistência na paleoetnografia como uma meta vital para a arqueologia, e com sua visão das culturas como entidades que encerram componentes sociais, políticos e ideológicos, assim como econômicos, componentes estes que o arqueólogo deve estudar holisticamente a partir da própria cultura. Porém, Taylor não seguiu Clark, nem antecipou a Nova Arqueologia, no considerar as culturas como sistemas ecologicamente adaptativos. Preferiu adotar uma visão idealista das culturas como um conjunto de conceitos compartilhados, noção que muito se assemelha à posição boasiana tradicional. Como os

boasianos, Taylor não pressupunha que uma parte da cultura desempenhasse um papel mais importante que qualquer outra na promoção de mudança cultural. Em vez disso, ele considerava a definição da relação entre as partes da cultura e a explicação da mudança como problemas a serem abordados por indução. Estava inclinado a acreditar que diferentes aspectos da cultura podem desempenhar um papel dominante na produção da mudança em sociedades diferentes, e continuou a acreditar que muitas mudanças ocorrem em consequência de contatos fortuitos entre grupos humanos. O conceito de Taylor de integração de culturas também era mais fraco do que o adotado por Clark. Aproxima-se mais da noção de configuração, ou consistência psicológica, sustentada por antropólogos boasianos como Ruth Benedict (1934), do que das idéias de integração estrutural e funcional defendidas por antropólogos sociais. Taylor confrontou a falta de simetria no desenho da cestaria da caverna Coahuila, no sudoeste dos Estados Unidos, com os padrões regulares predominantes nos cestos de San Juan, muitas centenas de milhas ao sul. Essas variações, que não podem ser atribuídas a diferenças de material, ou de técnicas de trançado, são exemplos de descontinuidade em um padrão cultural, que Taylor considerava merecer uma explicação funcional. Finalmente, em função de seu enfoque indutivo e idealista, ele viu-se cingido a discutir como os padrões pré-históricos poderiam ser reconstituídos. Sua contribuição no sentido de explicar como, ou por que, as mudanças ocorrem foi praticamente nula. Como Clark, ele falhou em empregar a visão funcional das culturas pré-históricas para erigir um novo entendimento da mudança cultural. A importância de sua obra está na crítica que fez aos padrões contemporâneos de pesquisa arqueológica e no apelo aos arqueólogos para agirem com mais rigor na recuperação e na análise dos dados arqueológicos. O resultado foi um reforço à tendência de interpretação funcional, já subjacente na arqueologia norte-americana, sem que houvesse qualquer contestação dos princípios básicos do particularismo

histórico boasiano, e sem importantes inovações na interpretação arqueológica.

Arqueologia Ecológica e Arqueologia dos Assentamentos

Julian Steward (1902-72), que foi um dos primeiros etnólogos norte-americanos a adotar uma concepção explicitamente materialista do comportamento humano, fez aumentar em muito a consciência do papel desempenhado por fatores ecológicos na conformação de sistemas socioculturais pré-históricos. Em 1938, ele e F. M. Setzler publicaram um ensaio no qual afirmavam que arqueólogos, assim como etnólogos, devem procurar compreender a natureza da mudança cultural, podendo ambas as disciplinas contribuir para uma análise ecológica do comportamento humano. Para que venham a desempenhar um papel significativo nesse empreendimento, porém, os arqueólogos deveriam deixar a análise estilística de artefatos e começar a usar seus dados para estudar as mudanças nas economias de subsistência, no tamanho da população e nos padrões de assentamento. O próprio Steward realizou e publicou uma pesquisa arqueológica intitulada *Ancient Caves of the Great Salt Lake Region* [As antigas cavernas da região do Grande Salt Lake] (1937a), e escreveu um artigo no qual combinou dados arqueológicos e dados etnográficos relativos a padrões de assentamento em um estudo da interação entre cultura e ambiente no sudoeste dos Estados Unidos (1937b). De todos os etnólogos norte-americanos desse período, foi ele o que teve maior respeito pelos dados arqueológicos e maior consciência de seu valor potencial para o estudo de problemas do comportamento humano na longa duração.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a percepção cada vez maior da importância de um enfoque ecológico, resultado dos estudos de Steward e Clark, incentivou o empreendimento de grandes programas norte-americanos de pesquisa arqueológica envolvendo equipes interdisciplinares. Um dos projetos mais importantes foi o Projeto Iraque - Jarmo, dirigido por Robert Braidwood, que, entre 1948 e 1955,

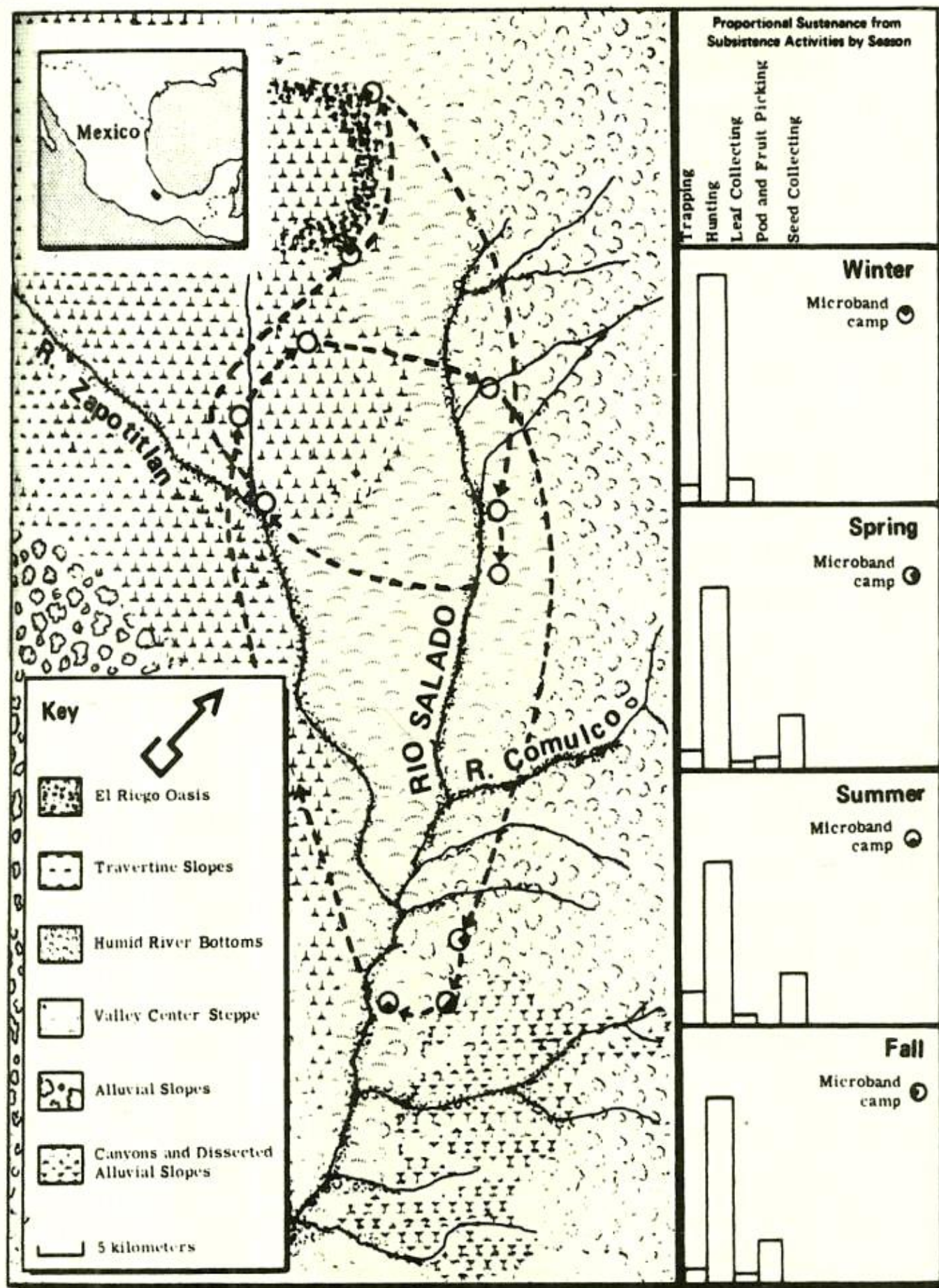
examinou uma série de sítios datados desde o paleolítico tardio até o começo do neolítico, na região de Kirkuk, no Oriente Próximo (Braidwood, 1974). Outro projeto importante foi o Arqueológico-Botânico de Tehuacan, dirigido por Richard S. MacNeish, que, entre 1960 e 1968, revelou uma seqüência cultural ininterrupta de 12 mil anos, desde tempos paleo-indígenas até a conquista espanhola nos altiplanos do México (MacNeish, 1974; 1978). Os dois projetos, financiados, ao menos em parte, pela Fundação Científica Nacional dos Estados Unidos, reuniram arqueólogos, botânicos, zoólogos, geólogos e outros especialistas com o propósito de realizar pesquisas relativas à origem da produção de alimentos no Oriente Próximo e na América Central. Eles tiveram êxito em assinalar as mudanças na economia de subsistência das regiões estudadas, e MacNeish, com uma amostra de 456 sítios, também foi capaz de inferir mudanças na composição dos grupos e no uso da terra. Com ajuda da datação por radiocarbono, eles demonstraram que tanto no Velho como no Novo Mundo a produção de alimentos começara mais cedo, e sua importância econômica aumentara mais demoradamente do que haviam julgado os arqueólogos, Childe inclusive. Nos Estados Unidos, dominados pela atmosfera da Guerra Fria, esses achados foram festejados como prova da normalidade das mudanças evolutivas graduais e representaram um grande recuo para a teoria de Childe, com aparente inspiração marxista, de uma "revolução" neolítica. A obra de Braidwood também desacreditou a tese de que a seca desempenhara um papel significativo no início do desenvolvimento das economias de produção de alimento no Oriente Próximo. Ambas as pesquisas constituíram marcos decisivos no emprego de dados arqueológicos no estudo de uma das maiores transformações econômicas e sociais da história humana. Também demonstraram a importância de um enfoque multidisciplinar em que arqueólogos e especialistas em ciências naturais trabalharam juntos na análise de dados arqueológicos.

Em *Trend and Tradition in the Prehistory of the Eastern United States* [Transição e tradição na pré-história do leste dos Estados Unidos],

Joseph Caldwell (1916-73) adotou um enfoque ecológico para a explanação da mudança cultural (1958). Ele afirmou que o ajustamento ecológico ao desaparecimento da caça de grande porte, no fim da Idade do Gelo, resultou na adoção de padrões mais complexos e intensivos de coleta de alimentos, que aumentaram a capacidade de sustento na maioria das áreas, e promoveram crescimento da densidade populacional e adoção de regime de vida sedentário em toda a região. Esses avanços propiciaram a adoção de equipamentos mais pesados e mais diversificados do que os utilizados até então, inclusive vasilhas de pedra-sabão e, mais tarde, de cerâmica para emprego culinário. Ele destacou não apenas a capacidade de fomentar mudanças intragrupo em culturas nativas das Florestas Orientais, como também a necessidade que se impunha aos arqueólogos de compreender os artefatos, como vasos cerâmicos, por exemplo, em termos dos papéis por eles desempenhados em sistemas adaptativos. Essas interpretações tinham sido antecipadas por Ralph Linton (1944) no estudo das tendências de desenvolvimento verificadas na forma dos vasos cerâmicos do leste da América do Norte.

Steward também inspirou o surgimento da arqueologia dos assentamentos, inaugurada pela obra de Gordon Willey intitulada *Prehistoric Settlement Pattern in the Virú Valley, Peru* [Padrões de assentamento no vale do Viru, no Peru] (1953), um estudo arqueológico e antropológico realizado por antropólogos americanos e peruanos em um pequeno vale costeiro do Peru, em 1946. Foi Steward quem convenceu Willey a realizar uma pesquisa sobre o padrão de assentamento, como parte deste projeto (Willey, 1974b: 153). Contudo, a interpretação de Willey dos dados coletados durante a pesquisa marcou um significativo distanciamento da abordagem ecológica de Steward. Em estudos anteriores, padrões arqueológicos de assentamento eram considerados evidência indicativa das relações entre grupos humanos e ambientes naturais. Em vez disso, Willey preferiu considerar tais padrões como "pontos de partida estratégicos para a interpretação funcional de culturas arqueológicas". E foi adiante,

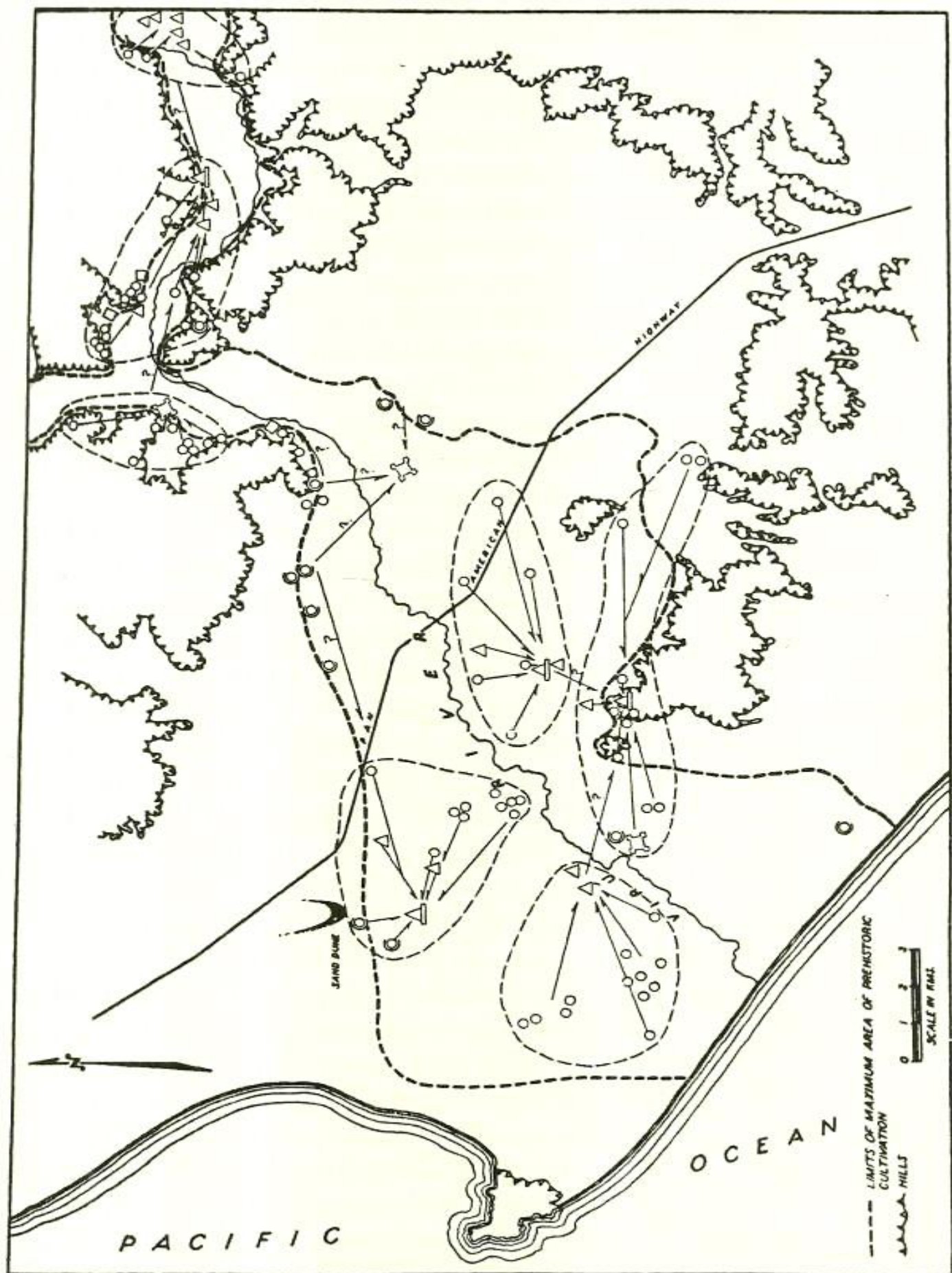
asseverando que padrões de assentamento "refletem o ambiente natural, o nível de tecnologia com base no qual os construtores trabalhavam e diversas instituições de interação e controle social mantidas pela cultura" (p. 1). Ele não negava que fatores ecológicos desempenham um papel significativo na configuração dos padrões de assentamento, mas observava que muitos outros fatores, de natureza cultural e social, também se refletem no registro arqueológico, e não estava disposto a considerá-los simples reflexo dos padrões gerais de adaptação ecológica. Ao contrário, ele tratava os padrões de assentamento como uma fonte de informação sobre muitos aspectos do comportamento humano. A grande vantagem dos padrões de assentamento sobre os artefatos consistiria em que, enquanto os artefatos são freqüentemente encontrados em contextos nos quais foram descartados, os padrões de assentamento oferecem evidência direta dos cenários em que se desenvolveram as atividades humanas. Willey reconheceu o potencial dos dados relativos a padrões de assentamento para o estudo sistemático da organização econômica, social e política das sociedades antigas. Embora ele visse os padrões de assentamento como um ponto de partida estratégico para a interpretação funcional das culturas arqueológicas, usou o conceito de cultura principalmente para distinguir fases sucessivas no desenvolvimento do vale do Viru e, portanto, para agrupar sítios que estiveram em uso ao mesmo tempo, aproximadamente. Cemitérios, espaços de habitação, palácios, templos, fortes e redes de irrigação, estruturas que pareciam ser contemporâneas, foram usadas a fim de reconstruir os padrões variáveis de organização política e social do vale, no decurso de vários milênios. Em vez de considerar os fenômenos sociais e políticos como atributos culturais, ele os interpretou como um sistema evolutivo de relações sociais conformador de um contexto de comportamento no qual se integram outros aspectos da cultura.



39. Interpretação de MacNeish de um padrão de assentamento de subsistência da Fase Ajuerado no vale de Tehuacan (*The Science of Archaeology?*, 1978).

Assim, além de reconhecer a organização social como um legítimo objeto de estudo arqueológico, como Childe fizera em *A pré-história da Sociedade Européia* (1958a), Willey criou um esquema analítico para estudar a organização social pré-histórica, coisa que Childe não conseguira fazer. O reconhecimento de continuidades na longa duração quanto a populações que habitaram o vale do Viru levou Willey a conferir destaque à compreensão das mudanças no registro arqueológico a partir de transformações internas, em vez de atribuí-las à difusão e à migração, como havia sido feito no passado. Sua pesquisa tornou-se, portanto, um notável esforço pioneiro no uso de dados arqueológicos para interpretar mudanças sociais na longa duração.

No contexto da arqueologia dos assentamentos, sítios individuais deixaram de ser estudados como fins em si mesmos e de ser considerados representativos de uma cultura, ou de uma região em particular. Em vez disso, passaram a ser vistos como redes em que sítios individuais desempenhavam papéis muito distintos e complementares. O objetivo das prospecções não era mais localizar os maiores e mais representativos sítios para escavação; em vez disso, elas buscavam recuperar informações importantes em si para a análise arqueológica. Embora os estudos ecológicos de padrões de assentamento tenham continuado, e ora sejam reconhecidos como uma etapa preliminar (freqüentemente, se não sempre) indispensável para a proposição de interpretações sociais e políticas, um número cada vez maior de arqueólogos norte-americanos passou a vê-los como uma importante fonte de informação sobre as tendências demográficas e as instituições sociais, políticas e religiosas das sociedades pré-históricas. Passaram, também, a pensar neles em termos de hierarquias de níveis: áreas de atividades dentro de estruturas, estruturas, áreas de atividade conexas (na periferia de estruturas), comunidades e distribuição de comunidades em um território.



40. Interpretação de Willey de padrões de arranjo comunitário no vale Viru, Peru, no período Huacanco (800-100 d.C.) (*Pre-historic Settlement Patterns in the Virú Valley, Peru*, 1953).

Cada um desses níveis era reconhecido como configurado por fatores que diferiam, em termos de tipo ou de grau, dos que influenciavam os demais níveis. Estruturas individuais refletem organizações familiares, assentamentos refletem estruturas comunitárias e a distribuição espacial reflete o impacto de comércio, administração e defesa regional. Em função disso, o estudo combinado de dois ou mais níveis aparentemente lança mais luz sobre culturas arqueológicas do que o estudo de um único nível (Trigger, 1968b; Flannery, 1976; Clarke, 1977; Kent, 1984). De todos os enfoques funcionalistas, a arqueologia dos assentamentos, com o foco na inferência de padrões de comportamento social e a rejeição ao determinismo ecológico, é o que mais se aproxima da antropologia social de Durkheim.

A pesquisa de Willey no vale do Viru inspirou estudos intensivos de mudanças em padrões de assentamento em várias partes do mundo. Com base em um extenso levantamento feito no Iraque meridional, Robert McC. Adams (1965, 1981; Adams & Nissen, 1972) demonstrou que sistemas de irrigação sofisticam-se e entram em colapso em consequência de mudanças políticas, e não são, como se poderia pensar, a causa fundamental dessas mudanças. K. C. Chang (1963) mostrou a continuidade no desenvolvimento de sistemas sociais e políticos na China setentrional desde o começo do neolítico, passando pelas dinastias Xia, Chang e Zhou, e Makkhan Lal (1984) acompanhou a interação entre tecnologia e ambiente no norte da Índia durante o período em que a civilização gangética se desenvolveu. Karl Butzer (1976) demonstrou que a pressão demográfica generalizada não pode ter desempenhado um papel decisivo no surgimento da antiga civilização egípcia, que se desenvolveu mais rapidamente no extremo sul, onde a exploração de bacias naturais menores requeria menos esforço do que a exploração das bacias maiores e mais produtivas do extremo norte. Trigger (1965) utilizou principalmente dados de cemitérios para mostrar como, por cerca de 4 mil anos, mudanças na tecnologia, no ambiente natural, no comércio e na guerra alteraram o tamanho e a distribuição da população na Núbia setentrional. Richard

E. Blanton (1978) relacionou mudanças no padrão de assentamento na região de Oaxaca, no México, com mudanças na configuração da organização política. Finalmente, embora o estudo pormenorizado do vale do México feito por William T. Sanders fosse concebido e projetado a partir de uma perspectiva ecológica, ao cabo comprovou que diferentes formas de organização política e econômica, assim como fatores históricos idiossincráticos, tiveram um papel decisivo na definição do tamanho e da distribuição desses estabelecimentos (Sanders *et al.*, 1979). Tais estudos deitaram por terra concepções simplistas como a de que o crescimento demográfico, ou a agricultura de irrigação, por si só teriam desempenhado um papel predominante no desenvolvimento de sociedades complexas, e também a noção de que mudanças culturais ocorrem invariavelmente de forma lenta e gradual. Quase desde o começo, os arqueólogos perceberam o valor dos padrões de assentamento para o estudo da mudança social, tanto no nível tribal quanto no tocante à origem e desenvolvimento das civilizações. Essa idéia teve uma primeira formulação no contexto de um esquema unilinear de tipos de padronização comunitária proposto em um seminário, realizado em 1955, sob a direção de Richard Beardsley, a respeito das implicações funcionais e evolutivas de uma tal padronização (Beardsley *et al.*, 1956). Como resultado desse seminário, termos como transumância livre, transumância restrita, transumância centrada e sedentarismo semipermanente passaram a ser usados para descrever os sistemas de assentamento e subsistência dos povos nativos da América do Norte. Anos de estudos sistemáticos de padrões de assentamento de regiões específicas ampliaram o conhecimento dos arqueólogos sobre a diversidade regional e a complexidade das adaptações, aumentando também a percepção da rapidez com que, por vezes, tais adaptações mudaram (Willey, 1956; Ritchie & Funk, 1973; B. Smith, 1978).

Conclusões

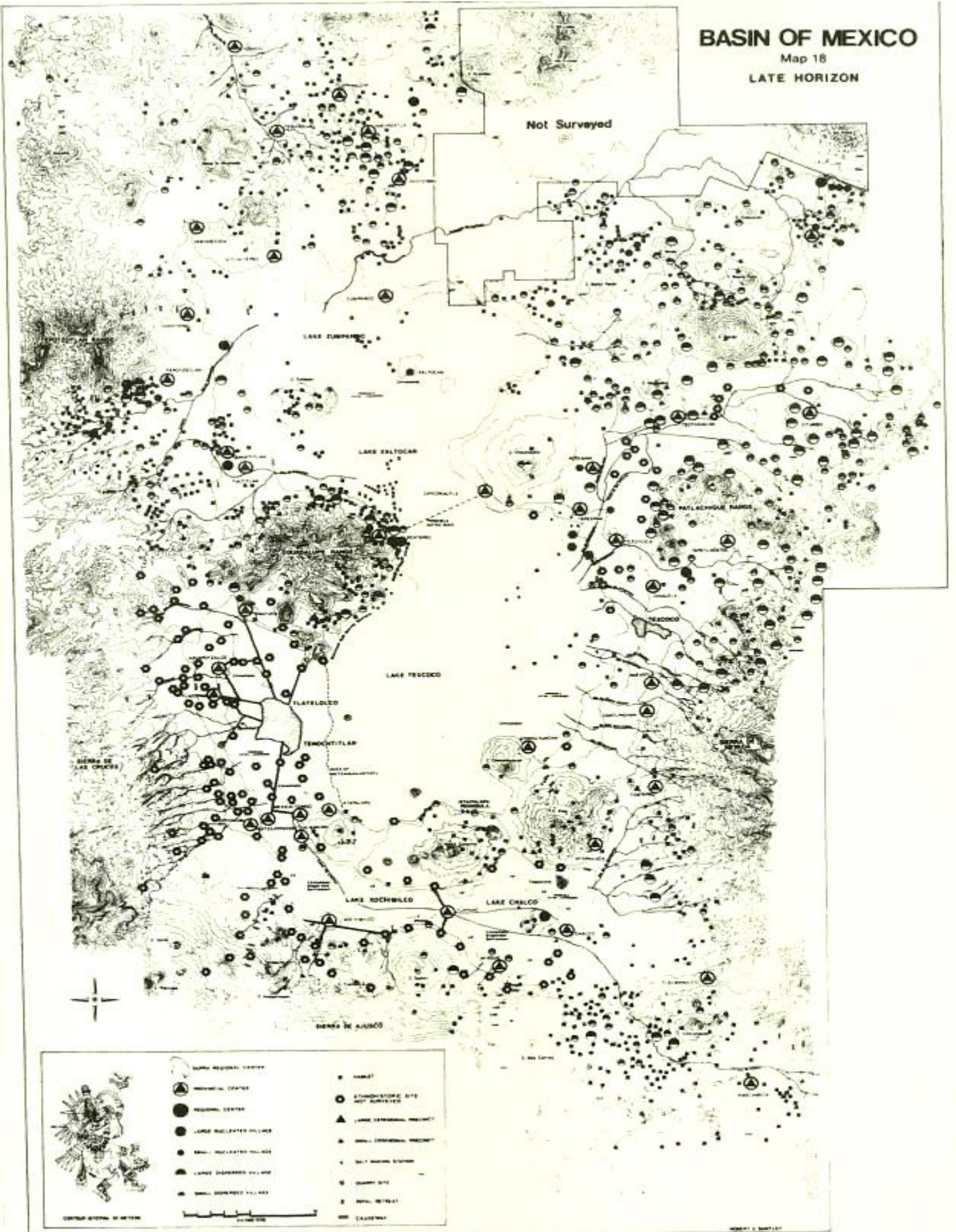
A interpretação funcionalista de dados arqueológicos por muito tempo foi parte integrante dos estudos a respeito das relações entre culturas e seus ambientes, e de como os artefatos foram feitos e usados. Contudo, a proliferação e a crescente sofisticação dessas idéias, que representavam uma importante corrente da arqueologia britânica e norte-americana, estimulou os arqueólogos a encarar as culturas pré-históricas como modos de vida internamente diferenciados e com certo grau de integração. Isso, por sua vez, levou à consideração não só de fatores externos como também de fatores internos enquanto causadores de mudança. A princípio, o exame de causas internas voltou-se principalmente para os fatores ecológicos. Porém, embora Taylor e, de um modo ainda mais explícito, Clark, tenham feito muito para consolidar o emprego de dados arqueológicos na reconstrução de padrões de vida pré-históricos, pouco contribuíram para explicar as mudanças no registro arqueológico. Childe, ao contrário, embora tenha desenvolvido modelos muito interessantes de mudança social, não foi capaz de definir como esses modelos poderiam aplicar-se, de algum modo, ao estudo do registro arqueológico. Por contraste, a arqueologia dos assentamentos estimulou o estudo relativamente holístico de culturas arqueológicas em momentos específicos, bem como o estudo da maneira como essas culturas mudaram. Este surto de interesse por mudanças transcorridas no campo das relações estruturais e funcionais ao longo do tempo assinalou o início de um estudo processual das culturas pré-históricas, em oposição à abordagem funcional-sincrônica. O desenvolvimento dos enfoques funcional e, em seguida, processual dos dados arqueológicos substituiu a preocupação, cada vez mais estéril, da arqueologia histórico-cultural com a etnicidade por um novo interesse vital pelo modo como as culturas pré-históricas funcionaram e mudaram.

BASIN OF MEXICO

Map 18

LATE HORIZON

Not Surveyed



41. Padrão de assentamento da bacia do México para o Horizonte Tardio (Sanders *et al.*, *The Basin of Mexico*, 1979).

A orientação funcionalista foi estimulada pelo desenvolvimento da antropologia social, que, a princípio, não estava mais interessada em problemas de mudança social interna do que o estiveram as explicações difusionistas anteriores. O interesse crescente pela mudança estava ligado a desenvolvimentos sociais verificados após a Segunda Guerra Mundial, coisa que examinaremos no próximo capítulo.

De um ponto de vista interno, a arqueologia histórico-cultural foi um prelúdio lógico ao estudo sistemático de culturas pré-históricas, de acordo com as perspectivas funcional e processual. O enfoque histórico-cultural descortinara o cenário básico das distribuições culturais no tempo e no espaço, e o das relações interculturais, algo que foi complementado pela ênfase funcionalista no estudo sistemático da configuração interna das culturas. No entanto, embora tenham partido das tradicionais cronologias histórico-culturais, os enfoques funcionalista e processualista logo suscitaram questões arqueológicas que exigiam maior precisão nas cronologias e a compreensão das variações espaciais no registro arqueológico (em especial o das variações intra-sítio). Os arqueólogos norte-americanos reforçaram e renovaram seus antigos vínculos com a antropologia, em busca de paralelismos etnográficos e de conceitos teóricos capazes de servir-lhes de apoio para interpretar seus dados de um ponto de vista funcional ou processual. Assim, eles reafirmaram uma relação que se estabelecera no século XIX. Os arqueólogos europeus tendiam a continuar céticos em relação às analogias quando não havia algum tipo de conexão histórica direta entre as culturas comparadas, e viam seu próprio trabalho como analogias quando não havia algum tipo de conexão histórica direta entre as culturas comparadas, e viam seu próprio trabalho como um enriquecimento de uma análise contínua dos dados arqueológicos.

Capítulo 8

Neo-evolucionismo e Nova Arqueologia

Podemos prever a transitoriedade da própria Nova Arqueologia — mas não podemos confundir transitoriedade com insignificância.

D. L. Clarke, *Analytical Archaeologist* (1979), p. 101

As duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram, para os Estados Unidos, uma época de prosperidade econômica nunca vista e de incontestável hegemonia política. Apesar da ameaça de guerra nuclear, foi um tempo de grande otimismo e auto-confiança para a maior parte dos americanos de classe média. Tal como acontecera na Grã-Bretanha e na Europa ocidental em meados do século XIX, essa auto-confiança estimulou uma perspectiva relativamente materialista e uma predisposição a acreditar que há um padrão na história humana e que o progresso tecnológico constitui a chave do aperfeiçoamento do homem. Na antropologia norte-americana, essas tendências se manifestaram no ressurgimento do interesse pelo evolucionismo cultural. Ainda que o evolucionismo não se tenha tornado a tendência dominante na antropologia norte-americana, popularizou-se muito nas décadas de 1960 e 1970, além de exercer uma influência significativa na disciplina.

Neo-evolucionismo

O neo-evolucionismo que se desenvolveu nos Estados Unidos na década de 1960 representou mais uma tentativa de antropólogos de um país politicamente dominante de "naturalizar" sua posição, demonstrando que isso era o resultado inevitável de um processo evolutivo, que facultara aos seres humanos um controle maior sobre o ambiente e mais liberdade perante a natureza. Mas em certos aspectos fundamentais, o neo-evolucionismo diferia do evolucionismo unilinear do século XIX.

Seu determinismo ecológico, demográfico ou tecnológico não deixava espaço para a idéia de que a mudança cultural ocorria porque indivíduos bem dotados usaram a inteligência e o lazer para industrializar formas de controlar a natureza mais eficientemente e, assim, melhorar a qualidade da vida humana. Em vez disso, os neo-evolucionistas, tal como os difusionistas e os antropólogos sociais tinham feito antes, argumentavam que os homens sempre tentavam preservar um estilo de vida familiar, a menos que uma mudança lhes fosse imposta por fatores fora de seu controle. Essa posição, racionalizada em termos ecossistêmicos, envolvia uma concepção do comportamento humano como naturalmente conservador, bem distante da criatividade individual que fora celebrada por Spencer, ou daquela a que os evolucionistas do século XIX recorriam para explicar a mudança cultural. Essa alteração parece refletir as diferenças entre o início do desenvolvimento do capitalismo, quando a iniciativa individual ainda era altamente valorizada, e uma fase mais desenvolvida, dominada pelas corporações multinacionais, quando o indivíduo já não era mais idealizado como um fator decisivo na promoção do desenvolvimento econômico.

Os dois principais expoentes do neo-evolucionismo na década de 1950 foram os etnólogos Leslie White (1900-75) e Julian Steward (1902-72) (ver White, 1949, 1959; Steward, 1955). White considerava-se o herdeiro intelectual de L. H. Morgan e da tradição evolucionista nativa da América do Norte. Rejeitou o particularismo histórico, o reducionismo psicológico e a crença no livre arbítrio inerentes à antropologia boasiana. Em seu lugar, ele propôs o conceito de "evolução genérica", que trata o progresso como uma característica da cultura em geral, embora não necessariamente de cada cultura em particular. White ignorou deliberadamente a influência do ambiente e a de uma cultura sobre outra e concentrou-se em explicar a principal linha do desenvolvimento cultural, marcada pela cultura mais avançada de cada período, independentemente de sua inter-relação histórica. Ele afirmava que este enfoque se justifica porque, no longo prazo, as

culturas que falharam em manter-se na vanguarda acabaram suplantadas e absorvidas pelas mais progressistas. Do ponto de vista evolutivo, aquelas são, portanto, irrelevantes.

White definia as culturas como sistemas termodinâmicos sofisticados. Em seus primeiros ensaios, ele dizia que as culturas funcionam para tornar mais segura e duradoura a vida humana, embora mais tarde ele rejeitasse esta abordagem, por considerá-la antropocêntrica, e alegasse que as culturas evoluíram para servir às suas próprias necessidades (White, 1975: 8-13). Sua percepção da mudança cultural era materialista e estritamente determinista. Ele sustentava que os sistemas culturais encerram componentes tecno-econômicos, sociais e ideológicos, e também que "sistemas sociais são ... determinados por sistemas tecnológicos, e as filosofias e as artes exprimem a experiência tal como esta é definida pela tecnologia e refratada por sistemas sociais" (White, 1949: 390-1). Ele formulou seu conceito de determinismo tecnológico como uma "lei básica da evolução", a qual afirma que, sendo igual todo o resto, a cultura evolui à medida em que a quantidade de energia utilizada per capita aumenta, ou à medida em que aumenta a eficiência da aplicação da energia ao trabalho. A lei é resumida na fórmula:

$$\text{Cultura} = \text{Energia} \times \text{Tecnologia} \quad (C = E \times T)$$

A despeito das exaltadas reivindicações que às vezes fazia para suas teorias, White sublinhou que, muito embora elas explicassem os traços gerais do desenvolvimento cultural, não poderiam ser usadas para inferir características específicas de culturas particulares (White, 1945: 346).

Embora muitas vezes se tenha dito que o determinismo tecnológico de White tem origem marxista, conceitualmente ele nada tem em comum com o marxismo, exceto a orientação materialista genérica. Reflete, em vez disso, um dos principais temas da praxe acadêmica das ciências sociais norte-americanas, que tem sido descrita como propensa a

privilegiar a relação entre tecnologia e sociedade em detrimento de outras relações, como as que se dão entre o indivíduo e a sociedade (Kroker, 1984: 12).

Steward defendeu uma abordagem alternativa no estudo da evolução cultural: um enfoque multilinear, ecológico e mais empírico. Afirmava que há regularidades significativas no desenvolvimento cultural e que a adaptação ecológica é fundamental para a determinação dos limites de variação nos sistemas culturais. Procurou determinar, por meio de estudos comparativos, as diferentes maneiras como as culturas se desenvolveram em ambientes naturais distintos, acreditando que elas assumem a mesma forma e seguem trajetórias de desenvolvimento similares em cenários naturais semelhantes. Essas similaridades constituem o "núcleo cultural" formado pelos elementos da cultura que têm relação mais próxima com as atividades de subsistência. O núcleo envolve padrões econômicos, políticos e religiosos empiricamente reconhecíveis como os que têm maior importância adaptativa. Steward argumentava que o objetivo da antropologia evolutiva deve ser explicar as características comuns de culturas em níveis semelhantes de desenvolvimento, em vez de particularidades "únicas, exóticas e não recorrentes" atribuíveis a acidentes históricos (Steward, 1955: 209).

M. D. Sahlins e E. R. Service (1960) tentaram conciliar os dois enfoques fazendo a distinção entre evolução geral e específica. Essas foram definidas como relativas a progresso e adaptação, respectivamente. Embora deste modo o conceito de evolução não tivesse que implicar automaticamente progresso, em estudos posteriores Sahlins (1968) e Service (1962, 1975) usaram dados etnográficos para construir seqüências especulativas e altamente generalizantes de desenvolvimento uni-linear, empregando conceitos como banda, tribo, chefia e estado. Estava implícito em suas abordagens, e no esquema de evolução política elaborado por Morton Fried (1967), o pressuposto de que a maior adequação seletiva das sociedades tecnologicamente avançadas veio a comprovar que o progresso assinalou a mudança cultural como uma característica geral da história humana.

Dentre os enfoques desse tipo, o mais sofisticado teoricamente é o materialismo cultural de Marvin Harris (1979). Ele atribui um papel privilegiado na configuração de sistemas culturais a um conjunto de condições materiais, como a tecnologia, a demografia e as relações econômicas, entre outras, e busca explicar todos os fenômenos socioculturais com base em avaliações de custo e benefício das estratégias alternativas, calculados conforme esses critérios. Grande parte de sua obra tenta explicar a origem de tabus alimentares, crenças religiosas (e outros elementos culturais esotéricos) a partir das relações existentes entre esses costumes e considerações de base econômica (Harris, 1974; 1977). Embora explicitamente menos empenhado em delinear seqüências evolutivas do que Sahlins, Service e Fried, a abordagem de Harris é tão evolucionista quanto a deles.

O que distingue os vários enfoques materialistas da antropologia norte-americana da década de 1960 dos esquemas evolucionistas do século XIX é a concepção de causalidade. White adotou uma forma muito estreita de determinismo tecnológico que refletia a fé na tecnologia como fonte de progresso social, ao passo que Steward abraçou um determinismo ecológico menos estrito e Harris assumiu um determinismo econômico ainda mais amplo. Avaliados por padrões marxistas, todos esses enfoques são exemplos de materialismo vulgar, porquanto consideram o comportamento humano moldado, em maior ou menor grau, por forças não humanas. O marxismo, ao contrário, inclui as relações de produção conformadas pelos homens na base econômica que determina a mudança social.

Já em meados do século XIX, alguns arqueólogos construíram seqüências a fim de descrever o desenvolvimento das culturas nativas do novo mundo (Wilson, 1862). Essas abordagens, que localizavam os principais centros de desenvolvimento na América Central e no Peru, não desapareceram com a adoção do enfoque histórico-cultural. Em *Ancient Civilizations of México and Central America* [Antigas civilizações do México e da América Central], H. J. Spinden (1928) distinguiu três estágios de desenvolvimento: *nômade* (caça e coleta),

arcaico (agricultura) e *civilização*; já em *Method and Theory in American Archaeology* [Teoria e método na arqueologia norte-americana], Willey e Phillips (1958) distribuíram todas as culturas em cinco estágios de complexidade crescente: *títico* (caça de grande porte), *arcaico* (coleta intensiva), *formativo* (agricultura aldeã), *clássico* (primeiras civilizações) e *pós-clássico* (civilizações pré-hispânicas tardias). Apesar de sua aparência evolucionista, essas formulações descrevem, e não explicam, a mudança social em termos de desenvolvimento. Tanto quanto outras formulações histórico-culturais, também elas baseavam-se muito em explicações difusionistas.

No entanto, como o interesse por explicações funcionalistas e processuais do registro arqueológico crescia entre os arqueólogos norte-americanos, muitos deles se achavam predispostos a acolher conceitos neo-evolucionistas, que enfatizavam as regularidades nas culturas. Perceberam que muitas das variáveis-chave propostas por White e Steward como causas principais da mudança cultural eram relativamente acessíveis ao estudo arqueológico, ao contrário das explicações idealistas dos boasianos. Por conta da carência de informação direta sobre crenças e comportamento humano, os arqueólogos estavam, também, menos inclinados que os etnólogos a proceder de modo crítico com respeito às deficiências da teoria neo-evolucionista. Somente alguns poucos objetaram que o neo-evolucionismo estimula explicações simplistas e não exclui de modo satisfatório as explicações alternativas (Lamberg-Karlovsky, 1975: 342-3). A antropologia neo-evolucionista intensificou e deu novos rumos a tendências que já operavam na arqueologia pré-histórica.

Uma das primeiras aplicações da teoria neo-evolucionista à arqueologia foi feita por B. J. Meggers em "The law of cultural evolution as a practical research tool" ["A lei da evolução cultural como um instrumento prático de pesquisa"] (1960). Ela afirmava que, dada a ausência de fontes não humanas de energia em sociedades de pequena escala, a lei de White, aplicada a estas sociedades, deveria ser reescrita da seguinte forma:

Cultura = Ambiente x Tecnologia

Isso sugere que qualquer arqueólogo apto a reconstruir a tecnologia e o ambiente de uma cultura pré-histórica deveria ser capaz, com base nessa informação, de determinar quais seriam as características básicas do resto dessa cultura. Além disso, eventuais lacunas não seriam imputáveis à arqueologia, e sim ao fracasso dos etnólogos em elaborar teorias adequadas relacionando tecnologia e ambiente ao resto da cultura. Meggers acreditava ser vantajoso o fato de os arqueólogos verem-se "forçados a tratar de cultura separada artificialmente dos seres humanos" (Meggers, 1955: 129) e também cria que sua formulação punha tanta ênfase no determinismo tecno-ambiental que não havia necessidade de usar dados arqueológicos para estudar aspectos não-materiais de sistemas culturais. A atitude de Meggers com relação ao emprego da analogia etnográfica assemelhava-se à de muitos antropólogos evolucionistas do século XIX. Mas sua posição era demasiado carente de aplicação direta para que conquistasse apoio significativo entre os arqueólogos. Do mesmo modo, o tratamento dado por White à tecnologia como uma variável independente capaz de produzir mudança parecia-se demais com a abordagem de Montelius da mudança como resultado do desejo dos seres humanos de controlar a natureza de modo mais eficaz. Para um número cada vez maior de arqueólogos que começavam a entrar em contato com a ecologia cultural, e estavam ansiosos por uma explicação materialista tanto dos fatores que promovem como dos que desestimulam as mudanças tecnológicas, as idéias de White se afiguravam antiquadas, idealistas e teleológicas. Não obstante, alguns arqueólogos admiraram seu procedimento dedutivo na busca de compreender a mudança cultural (Binford, 1972: 110-11).

A Nova Arqueologia

Em 1959, Joseph Caldwell publicou, na revista *Science*, um artigo intitulado "A nova arqueologia norte-americana", no qual resenhava as principais tendências que, a seu ver, estavam transformando a arqueologia. Citou a crescente valorização da ecologia e dos padrões de assentamento como evidências de um novo interesse pelo processo cultural. As culturas arqueológicas já não eram mais consideradas mera soma dos respectivos tipos de artefatos preservados, passíveis, todos eles, de tratamento em bases estilísticas, como sendo independentes e de igual importância. Em vez disso, conforme propusera Taylor, elas têm de ser analisadas como configurações, ou mesmo como sistemas funcionalmente integrados. Caldwell também emprestou apoio à convicção neo-evolucionista de que, por trás da infinita variedade de fatos culturais e de situações históricas específicas, há um número finito de processos históricos gerais. Por fim, ele adotou a tese neo-evolucionista de que nem todos os fatos culturais têm a mesma importância no tocante à promoção de mudança. O objetivo básico dos arqueólogos deve ser explicar as mudanças das culturas arqueológicas em termos de processo cultural.

O artigo de Caldwell revela que, durante a década subsequente à publicação de *A Study of Archaeology* [Um estudo de arqueologia], de Taylor, o conceito de mudança processual no interior de sistemas culturais alcançara um novo patamar de importância na arqueologia norte-americana. Embora desenvolvimentos intrínsecos à arqueologia tenham contribuído para isso, em particular através do estudo da ecologia e dos padrões de assentamento, também o provocou a popularidade crescente da antropologia neo-evolucionista, com sua ênfase nas regularidades culturais. Os componentes essenciais e duradouros da Nova Arqueologia foram obra conjunta de um número considerável de arqueólogos americanos na década de 1950.

Esses conceitos foram popularizados para as novas gerações de arqueólogos americanos por Lewis Binford, que lhes acrescentou novos

elementos, de modo a constituir o enfoque que, desde a década de 1960, veio a ser reconhecido em todo o mundo como a Nova Arqueologia Americana. Binford engajou-se em uma série de vigorosas polêmicas nas quais tentou demonstrar as vantagens da Nova Arqueologia sobre os enfoques tradicionais, que ele identificou como uma forma modificada do método taxonômico do meio oeste, vigente na Universidade de Michigan, na década de 1950, quando ele era estudante de pós-graduação. A polarização resultante fez a Nova Arqueologia aparecer como uma ruptura dramática com o passado, em vez de uma continuação e intensificação das tendências funcionalistas e processualistas que se vinham desenvolvendo na arqueologia norte-americana e na da Europa ocidental desde a década de 1930. Embora houvesse um considerável apoio passivo à arqueologia histórico-cultural de velho estilo, muitos dos chamados "arqueólogos tradicionais" eram adeptos de correntes novas que apenas faziam objeção a alguns aspectos do programa de Binford. A rápida adoção da Nova Arqueologia refletiu, pois, predisposições atuantes na década de 1950, e nesse ínterim as polêmicas de Binford mascararam um alto grau de consenso no tocante aos rumos gerais que a arqueologia norte-americana deveria seguir.

Binford delineou o programa da Nova Arqueologia em dois artigos: "Archaeology as anthropology" ["Arqueologia como antropologia"] (1962) e "Archaeological systematics and the study of culture process" ["A sistemática arqueológica e o estudo dos processos culturais"] (1965). Aí ele identificava o objetivo da arqueologia como sendo o mesmo tradicionalmente consignado à antropologia: explicar o amplo espectro de semelhanças e diferenças no comportamento cultural. Também afirmou que os dados arqueológicos são particularmente úteis para o estudo de mudanças ocorridas na longa duração. Essas teses foram por ele concebidas em forma de generalizações sobre mudança sistêmica e evolução cultural. Como discípulo de Leslie White, Binford estava predisposto a crer que há fortes regularidades no comportamento humano e pouca diferença entre explicar um caso único de mudança

social e uma classe inteira de mudanças similares. Portanto, seu maior empenho estava em dar conta das similaridades culturais, não das diferenças. Ao longo de sua carreira, ele dedicou-se a discutir problemas como a complexidade crescente de sociedades de caçadores-coletores, o desenvolvimento da agricultura e, em bem menor grau, a evolução da civilização (Binford, 1983b).

Tal como Grahame Clark, Binford considera as culturas meios humanos extra-somáticos de adaptação. Mudanças em todos os aspectos dos sistemas culturais são, portanto, interpretadas como respostas adaptativas às alterações do ambiente natural ou relacionadas à competição com sistemas culturais vizinhos. Binford descreveu a evolução como "um processo operativo na interface de um sistema de vida e seu campo" (1972: 106). Essa concepção ecossistêmica descartava, antes de mais nada, a consideração da inventividade humana, bem como a da inovação no seio de tradições culturais, como forças independentes e capazes de produzir grandes mudanças, e tratava as culturas como, em condições normais, tendentes ao equilíbrio ou homeostase, com as mudanças sendo induzidas por fatores externos.

Embora Binford considerasse que a mudança cultural é deflagrada por fatores não-culturais, ou externos, a causar perturbações no que, de outro modo, seriam sistemas homeostáticos, insistiu, como fizeram antes Clark e Taylor, em que ela deve ser entendida em termos de respostas ocorrentes no interior dos sistemas culturais. Binford participou, assim, da tendência, já perceptível na arqueologia dos assentamentos, a concentrar-se na compreensão da mudança cultural a partir de um ponto de vista interno, intracultural. Essa abordagem enfatizava as relações sistêmicas e, portanto, as continuidades na mudança, por oposição às discontinuidades provocadas por migração e difusão. No contexto geral do neo-evolucionismo, havia uma tendência cada vez mais forte a se acreditar na capacidade dos homens de inventar e reinventar novas formas de tecnologia, comportamento social, valores e crenças, à medida em que a evolução dos sistemas sociais o requeriam. Steward (1955: 82) argumentava que todo empréstimo cultural pode ser

entendido como "uma recorrência independente de causa e efeito"; já Harris (1968: 377-8) descartara a difusão como "um não princípio". Chang (1962: 190-1) sustentava que se, no curso de seu desenvolvimento, a civilização chinesa fora incapaz de tomar emprestado novos processos tecnológicos do exterior, então os chineses os teriam inventado, ou inventado outros processos de significado econômico e social similar. Assim Binford diferia dos arqueólogos norte-americanos tradicionais por sua ênfase na capacidade humana de inovar; mas ao mesmo tempo concordava com eles em seu modo de ver as culturas como estáticas, enquanto não perturbadas.

Como Caldwell, Binford deu destaque à diferenciação interna e à integração sistêmica das culturas. Rejeitou o ponto de vista normativo bem consolidado que considerava as culturas como coleções de idéias compartilhadas e transmitidas de geração em geração pelos membros de grupos sociais particulares. Em alguns dos seus ensaios, as objeções de Binford à concepção de cultura como um fenômeno mental parecem proscrever a tese de White sobre a natureza simbólica da cultura, embora, por outro lado, ele teça louvores às idéias deste antropólogo (Binford, 1972: 105-13). Assim como Caldwell, Binford também se opôs à prática de considerar cada item cultural como tendo o mesmo valor que quaisquer outros; opôs-se também a tratar o percentual de semelhanças e diferenças entre tipos de artefatos como indicador do grau de comunicação entre grupos. Afirmava que a arqueologia tradicional atribuía as diferenças entre culturas a barreiras geográficas, ou à resistência dos sistemas de valoração, ao mesmo tempo em que atribuía a propagação das idéias de uma cultura para a outra à difusão e à migração. Embora essa descrição possa retratar fielmente as idéias que tinham sobre culturas certos arqueólogos histórico-culturais tradicionalistas atuantes no Meio-Oeste dos Estados Unidos, ou mesmo as de Walter Taylor, ela não leva em conta as concepções de um número cada vez maior de arqueólogos funcionalistas dos Estados Unidos, nem as de Clark e Childe na Grã-Bretanha. Ainda em 1925, Childe se valera de uma concepção funcionalista de cultura para

facilitar suas análises histórico-culturais, ao fazer a distinção entre traços étnicos, que não se difundem rapidamente, e traços tecnológicos, de rápida difusão.

Binford postulava que as culturas não são internamente homogêneas. Todas vêm a diferenciar-se, pelo menos no que corresponde a papéis relacionados com idade e sexo, e o grau em que são internamente compartilhadas pelos indivíduos varia na razão inversa de sua complexidade. Os indivíduos sempre participaram das culturas de maneiras diferenciadas, tornando o sistema cultural total um conjunto de papéis funcionalmente inter-relacionados. Os arqueólogos erravam, pois, ao tratar artefatos como traços comparáveis e equiparáveis. Em vez disso, eles deveriam determinar os papéis que os artefatos desempenhavam nos sistemas sociais enquanto estes eram vivos. Isso requeria um esforço no sentido de alcançar uma percepção relativamente holística de tais sistemas.

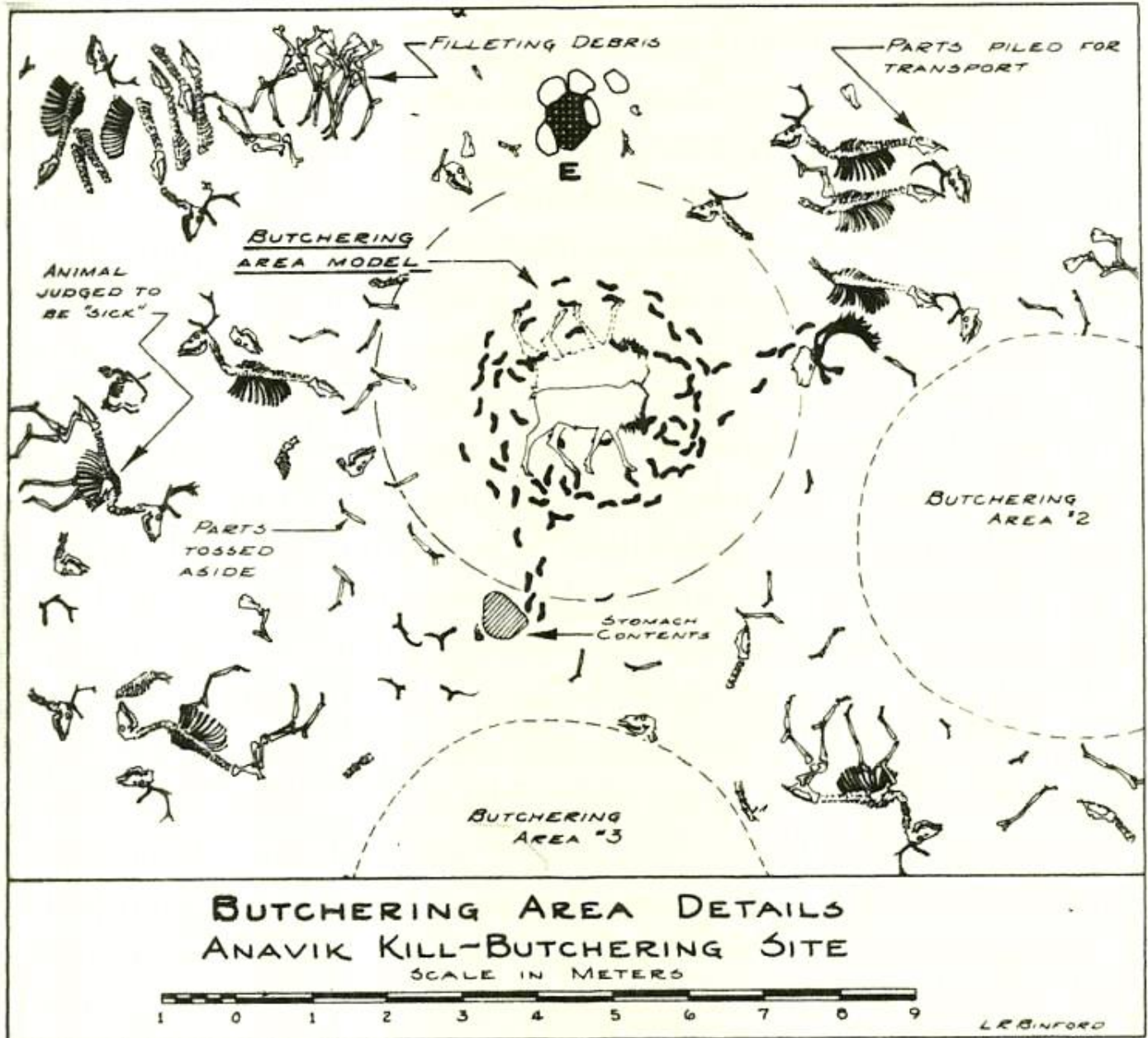
Neste ponto, Binford poderia - como fizeram Willey (1953), Childe (1958a) e diversos adeptos da arqueologia dos assentamentos - ter tentado reconstruir sistemas sociais, procedimento cujo foco central consistia em descrever os padrões de interação humana e determinar que relações funcionais existem entre traços culturais e sistemas sociais. Mas Binford, como White, considerou as culturas sistemas adaptativos compostos por três subsistemas inter-relacionados: tecnologia, organização social e ideologia. Assim, ele apoiava a tese de que o comportamento humano é determinado por forças das quais os seres humanos, em grande medida, não têm consciência, e que freqüentemente se encontram no domínio da natureza.

Binford afirmou que itens naturais não interagem com um único subsistema da cultura, mas refletem todos os três. Os aspectos técnico-econômicos dos artefatos refletem o modo como eles eram usados para fazer face ao ambiente; os aspectos sociotécnicos têm no domínio social o seu contexto básico; e os ideotécnicos correspondem ao domínio ideológico. Em 1962, Binford sugeriu que cabe interpretar cada tipo de artefato como relacionado, fundamentalmente, a apenas uma de tais

classes; mas em 1965 observou que artefatos singulares freqüentemente encerram informação sobre todas as três. Uma faca pode ser usada para cortar, mas seu cabo dourado pode denotar o *status* social de seu proprietário de classe superior, e um símbolo gravado na lâmina pode invocar proteção divina para seu dono.

Binford foi além de Clark e de Taylor ao argumentar que, como os artefatos têm contextos básicos em todos os subsistemas da cultura, conjuntos formais de artefatos podem oferecer um retrato sistemático e compreensível de culturas totalmente extintas. Ele afirmava que o dever básico do arqueólogo é explicar as relações existentes no registro arqueológico. Em particular, repudiou a idéia de que é por natureza mais difícil reconstruir a organização social e as crenças religiosas do que inferir o comportamento econômico. A idéia de que os arqueólogos poderiam estudar qualquer problema que os etnólogos estudem, e por períodos de tempo ainda maiores, conquistou apoio de muitos jovens arqueólogos, frustrados com o enfoque histórico-cultural centrado no artefato — enfoque ainda muito difundido na arqueologia norte-americana no começo da década de 1960. Eles estavam ansiosos por demonstrar que os etnólogos estavam errados quando proclamavam, presunçosamente, que a arqueologia "estava fadada a ser, para todo o sempre, uma parte menor da antropologia" (Hoebel, 1949: 436).

Binford observou que os arqueólogos já tinham feito um progresso significativo ao valer-se do conhecimento das ciências físicas e biológicas para interpretar aspectos do registro arqueológico relativos ao comportamento técnico-econômico, em especial padrões de subsistência e práticas tecnológicas. Por outro lado, acerca das correlações entre o comportamento social, ou as crenças, e a cultura material, os antropólogos não sabiam o suficiente para deduzir muitas informações sociotécnicas, ou ideotécnicas, do registro arqueológico.



42. Planta de Binford de uma área de matadouro nunamiut moderna em Anavik Springs, mostrando onde os caribus eram esquartejados e onde eram dispostos os refugos (*In Pursuit of the Past*, 1983).

Somente depois de estabelecidas essas correlações, e depois de terem os arqueólogos adquirido um conhecimento holístico das características estruturais e funcionais dos sistemas culturais, eles puderam investigar problemas relativos a mudanças evolutivas em sistemas sociais e na ideologia. Binford argumentou que, a fim de estabelecer tais correlações, os arqueólogos devem ser treinados como etnólogos. Somente estudando situações vivas, em que comportamentos e idéias podem ser observados em conjunção com a cultura material, seria

possível estabelecer correlações úteis para inferir do registro arqueológico, de modo confiável, comportamento social e ideologia. Binford o viu como um enfoque promissor para a compreensão do passado, mesmo porque, enquanto neo-evolucionista, ele acredita que há um alto grau de regularidade no comportamento humano, que estudos etnográficos comparativos podem revelar. Essas regularidades poderiam, então, ser usadas para inferir muitos aspectos das culturas pré-históricas que não podem ser diretamente observados no registro arqueológico. Se o comportamento humano fosse menos regular do que ele pressupôs, tais correlações seriam em número menor e seriam menos úteis para se reconstruir culturas pré-históricas e compreender a mudança.

Algumas das mais importantes entre as primeiras aplicações da Nova Arqueologia foram as tentativas de usar a cerâmica para inferir padrões de residência de comunidades pré-históricas. Conforme se presumia, se as mulheres faziam a cerâmica utilizada por suas famílias, os elementos de desenho tenderiam a concentrar-se, em sociedades matrilocais, nos lugares onde o conhecimento da fabricação se transmitia de mães a filhas; mas sua distribuição se tornaria aleatória nas sociedades patrilocais, onde mulheres ceramistas de diferentes linhagens viviam na vizinhança umas das outras (Deetz, 1965; Whallon, 1968; Hill, 1970; Longacre, 1970). Determinava-se o sexo de ceramistas aplicando o método histórico direto, em vez de fazê-lo por argumentação retórica, como Tret'yakov, na década de 1930. Nos primeiros estudos, não foi considerada a possibilidade alternativa de que alguma cerâmica fosse feita profissionalmente, e comercializada através de longas distâncias; tampouco eram investigadas as circunstâncias nas quais se descartava a cerâmica quebrada (S. Plog, 1980). Essas tentativas pioneiras de arqueólogos americanos, no sentido de inferir organização social partindo da evidência arqueológica, não alcançaram, pois, o alto padrão que Binford estabelecera para tal trabalho. Podem também ter dado uma idéia errada do tipo de operações requeridas pelo procedimento dedutivo.

Entre as principais contribuições originais de Binford, nessa altura, estava sua insistência em que as correlações usadas para inferir comportamento humano de dados arqueológicos têm de basear-se na demonstração de uma articulação constante de variáveis específicas em um sistema. Somente no caso de se poder mostrar que um traço comportamental particular é sempre correlato de um item específico de cultura material, onde quer que ambos forem observados, um tal comportamento poderá ser inferido da ocorrência do item em questão no registro arqueológico. Isso, por sua vez, torna necessário um procedimento dedutivo em que relações entre variáveis arqueologicamente observáveis e variáveis não sujeitas a observação sejam formuladas e testadas em um número significativo de situações etnográficas nas quais umas e outras possam ser observadas. Tão-somente por meio de uma tal medida de variação concomitante podem ser estabelecidas as regularidades aplicáveis à compreensão de sistemas culturais pré-históricos. Analogias são apenas uma fonte de hipóteses a ser testadas deste modo (Binford, 1972: 33-51). Binford sempre foi um defensor da tese positivista de que explanação e predição se equívalem, e de que ambas se apoiam na demonstração de uma articulação constante de variáveis. A aplicação rigorosa de um enfoque positivista foi vista como forma de eliminar os elementos subjetivos e estabelecer uma base para a interpretação objetiva, científica, dos dados arqueológicos. Para atingir este nível de rigor, porém, os arqueólogos tinham de aderir a cânones dedutivos que se valem de correlações bem estabelecidas, tal como as definidas por Carl Hempel (1962, 1965) em seu modelo de explanação denominado leis de cobertura. Segundo essa perspectiva, as correlações mais úteis são as que se mostram válidas sempre que condições específicas estão presentes. A partir daí, os arqueólogos constataram que, em função da complexidade do comportamento humano, a maior parte dessas correlações é de natureza estatística, não absoluta, e que a maioria das correlações estatísticas não são de alta, mas sim de baixa magnitude - problema com que os etnólogos engajados em estudos transculturais tiveram de se confrontar

por longo tempo (Textor, 1967). Sob tais circunstâncias, o problema da equifinalidade (diferentes causas produzindo o mesmo efeito) torna-se cada vez mais embaraçoso, como constataram os arqueólogos que fazem pesquisas com simulação (Hodder, 1978; Sabloff, 1981). Porém, Binford continuou a prestar muito menos atenção às explicações dedutivo-estatísticas que às dedutivo-nomológicas (M. Salmon, 1982: 120-2).

A extensão da aplicação do método das leis de cobertura à explicação da mudança cultural excluía todas as situações que não fossem de notável regularidade. Isso se correlaciona com o repúdio, por parte de Binford e seus seguidores, dos estudos históricos, que, para eles, cifram-se em cronologia, descrição e preocupação com ocorrências acidentais (Binford, 1967b, 235; 1968b). Essa linha de raciocínio foi apresentada aos arqueólogos norte-americanos pelo etnólogo Clyde Kluckhohn (1940) quando ele escreveu que os arqueólogos da América Central tinham de escolher entre estudos históricos que procuram recriar eventos singulares em todos os seus pormenores idiossincráticos e pesquisa científica voltada para tendências significativas e uniformidades na mudança cultural. Essa hostilidade entre história e ciência, que tinha paralelo na distinção feita por antropólogos norte-americanos entre história e evolução, foi reforçada por Taylor (1948: 156-7) e Willey & Phillips (1958: 5-6), que consideravam a integração histórico-cultural um objetivo inferior à formulação de regras gerais de comportamento cultural. Binford via as tentativas dos arqueólogos de explicar eventos históricos particulares como um comportamento indutivo que condenaria a arqueologia a permanecer um campo cingido ao particularismo, carente de generalização. Argumentou que, em vez disso, os arqueólogos devem empenhar-se em formular leis da dinâmica cultural. Embora, retrospectivamente, essa posição possa ser vista como reflexo da convicção de que a história humana é governada por fortes regularidades, ela desviou o interesse arqueológico de aspectos significativos da mudança cultural dos aspectos que não exibem tais regularidades.

Binford também negou a importância dos fatores psicológicos para a compreensão da pré-história. Identificou o uso de tais conceitos com o idealismo boasiano e com o enfoque histórico-cultural, e afirmou que eles não têm valor explicativo para uma interpretação ecológica da cultura e da mudança cultural. Ao contrário, em um quadro de referência ecológico, fatores psicológicos específicos podem ser considerados um aspecto epifenomenal do comportamento humano, fruto da adaptação ecológica. Ele argumentava que os arqueólogos têm pouquíssimo preparo para atuar como paleopsicólogos (Binford, 1972: 198).

Os adeptos da Nova Arqueologia continuaram a condenar as explicações da mudança que invocam fatores psicológicos, conscientes ou inconscientes. Em vez disso, eles identificaram nas relações entre a tecnologia e o ambiente os fatores-chave para a determinação dos sistemas culturais e, através destes, do comportamento humano. Nesse ponto, eles diferem claramente dos marxistas, que consideram as percepções individuais e coletivas de interesses próprios uma importante causa de mudança. Por outro lado, essa rejeição das percepções é compartilhada por muitos cientistas sociais do Ocidente. A rejeição parece refletir a tendência, que tem suas raízes na teologia cristã, a identificar razão e volição com livre arbítrio. Se o comportamento humano deve ser explicado, é preciso mostrá-lo, por isso mesmo, como fruto de alguma outra coisa que não seja a razão. Este fator foi identificado, de forma variável, como cultura (Tylor, Kroeber), sociedade (Durkheim), pulsões subconscientes (Freud) ou ecossistemas (Steward).

Teoria de Sistemas

As idéias de Binford rapidamente atraíram um grande número de seguidores entre os arqueólogos norte-americanos, especialmente entre os mais jovens. Pelo menos um pesquisador consagrado, Paul Martin (1971), declarou publicamente seu apoio a elas. A obra de Binford

também influenciou Colin Renfrew (1979, 1984), um arqueólogo inglês que, por algum tempo, foi professor nos Estados Unidos e tinha muito em comum com as formulações de David Clarke (1968), um outro inglês, este, porém, influenciado de forma independente por outros enfoques: o modelo da análise locacional e a teoria dos sistemas gerais da Nova Geografia, que se desenvolvera na Universidade de Cambridge (Chorley & Haggett, 1967). Na América do Norte também logo foram feitas tentativas de explicar as mudanças culturais com base na teoria geral dos sistemas - um corpo de conceitos que o biólogo Ludwig von Bertalanffy começara a desenvolver na década de 1940, com o intuito de verificar as regras fundamentais que regem o comportamento de entidades tão diversas quanto termostatos, computadores, geleiras, organismos vivos e sistemas socioculturais. Pressupunha-se que todos poderiam ser concebidos como sistemas feitos de partes interagentes e que podem ser formuladas regras aptas a descrever como aspectos significativos de qualquer sistema funcionam, independentemente de sua natureza específica (Bertalanffy, 1969; Laszlo 1972a, b, c). A teoria dos sistemas permitiu aos arqueólogos transcender as limitações das análises socio-antropológicas tradicionais de estruturas estáticas, estudando não apenas os processos de manutenção como também os processos de elaboração das estruturas, ou processos morfogenéticos. Muitos dos mais importantes dentre esses estudos baseavam-se na cibernética, que busca explicar como os sistemas funcionam mapeando os impactos retroativos (feedback) entre suas várias partes. O *feedback* negativo mantém o sistema em um estado essencialmente estático em face de estímulos externos variáveis, ao passo que o positivo acarreta mudanças irreversíveis na estrutura do sistema. O conceito de *feedback* deu aos arqueólogos um mecanismo, potencialmente quantificável, com que inter-relacionar os vários componentes de um sistema cultural em processo de mudança e mais preciso do que o conceito socioantropológico de integração funcional, essencialmente estático (Watson *et al*, 1971: 61-87).

Não havia consenso, porém, no tocante a como o *feedback* deve ser medido. Ele foi identificado com bens de consumo, energia e informação, e com a combinação dos três. Em particular, o conceito de energia adequava-se bem ao enfoque ecológico. Em estudo pioneiro e muito influente, Kent Flannery (1968) argumentou que mudanças genéticas favoráveis no milho e no feijão estimularam os caçadores-coletores centro-americanos a reformular seus padrões de obtenção de alimentos, aumentando sua dependência de ambas as plantas e deflagrando, assim, mudanças sistêmicas que não cessaram antes de o milho e o feijão se tornarem os principais focos de sua agricultura intensiva. Pouco depois, o conceito de processamento da informação tornou-se central na discussão do desenvolvimento de hierarquias sociais e de civilizações complexas. Essa teorização nutriu-se de um conjunto de proposições (que ajudou a elaborar) derivado da teoria geral dos sistemas, e relativo ao crescimento desproporcional. Tais proposições buscavam explicar os efeitos de uma escalada, na evolução das instituições, da demanda de informações e da tomada de decisões (Flannery, 1972; Rathje, 1975; Johnson, 1978, 1981). Embora os arqueólogos raramente fossem capazes de aplicar a teoria geral dos sistemas com rigor matemático, ela propiciou-lhes um modelo para o estudo da mudança cultural que deu novo significado à recomendação de Binford de estudar a mudança com base em análises sistêmicas.

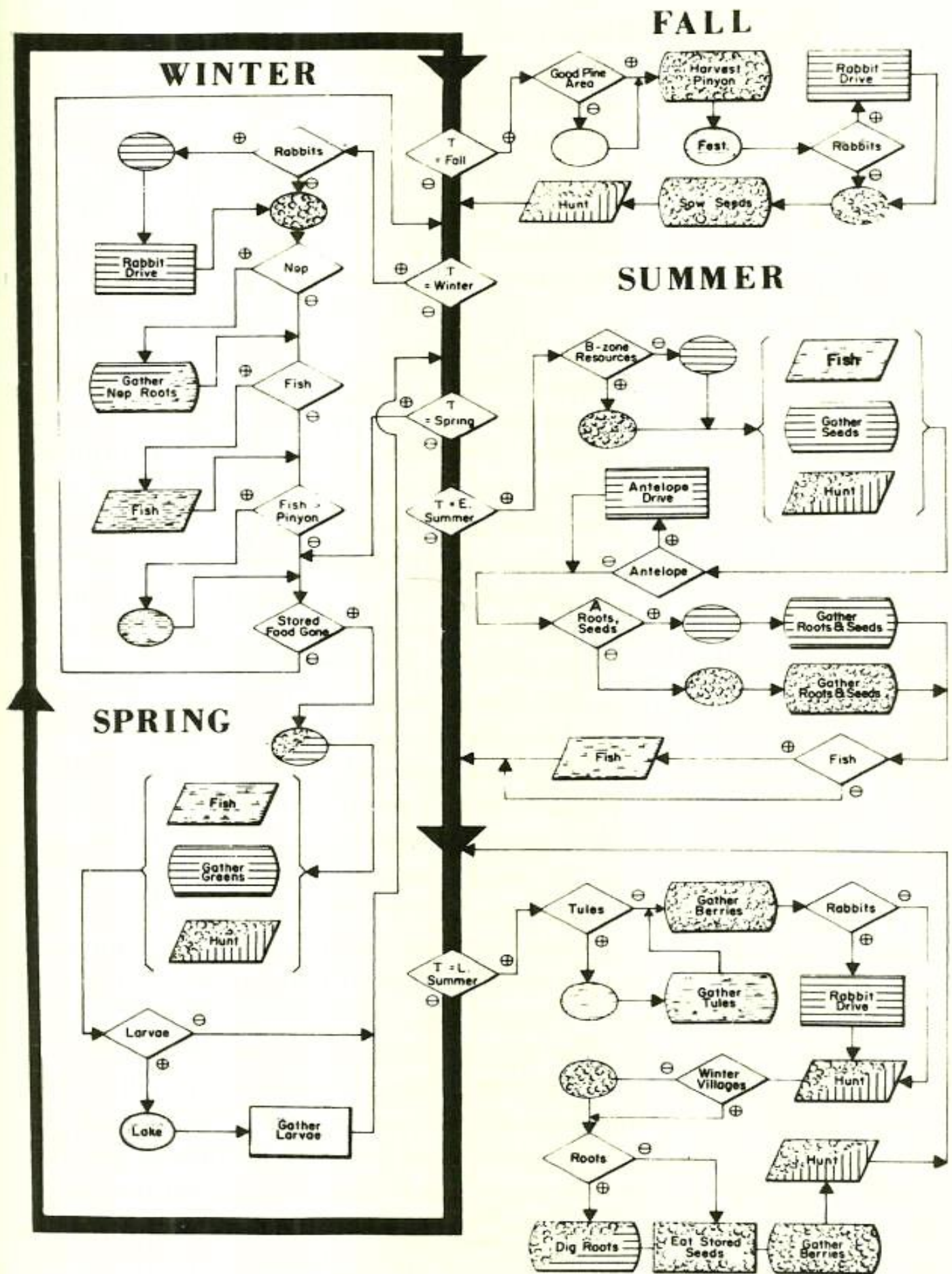
O desenvolvimento de uma visão intra-sistêmica de mudança cultural foi, em grande medida, apoiado pela datação por radiocarbono, inventada por Willard Libby no final da década de 1940 e imediatamente aplicada à datação de material arqueológico (Libby, 1955). A nova técnica reduziu para os arqueólogos a necessidade de recorrer à seriação e às distribuições transculturais de elementos para a construção de cronologias culturais. Também foi possível, pela primeira vez, datar sítios do mundo todo uns em relação aos outros e consignar aos sítios pré-históricos datas de calendário, e não apenas relativas. Assim, os arqueólogos tornaram-se capazes de estudar não só as seqüências como também os ritmos de mudança. A reinterpretção de

Renfrew (1973a, 1979) da pré-história europeia baseou-se quase inteiramente em datas calibradas por radiocarbono, usadas por ele para demonstrar que sítios neolíticos e da Idade do Bronze, ao norte e ao oeste do mar Egeu, eram consideravelmente mais antigos do que Montelius e Childe tinham definido com base na datação cruzada.

A datação por radiocarbono teve um efeito similar no estudo da pré-história norte-americana. Aí, com exceção da faixa sudoeste, onde as datas de calendário atribuídas a sítios anteriores ao começo da era cristã tinham sido deduzidas a partir de dendrocronologias desde a década de 1920, as cronologias estabelecidas por radiocarbono revelaram que as seqüências culturais se tinham desenvolvido durante períodos maiores e a um ritmo mais lento do que se acreditava anteriormente (cf. Ritchie, 1944, 1965). Ao diminuir em muito a avaliação da velocidade da mudança cultural no leste dos Estados Unidos e na Europa ocidental, a datação por radiocarbono tornou mais fácil para os arqueólogos admitir a possibilidade de que mudanças importantes resultem de transformações internas, em vez de atribuí-las a difusão e migração, como antes se fazia.

Embora os adeptos da Nova Arqueologia concordassem que as principais causas da mudança cultural não estavam no interior dos sistemas culturais, nem podiam ser atribuídas à vontade humana, discordavam quanto às causas específicas das mudanças, e no tocante ao grau em que o comportamento social seria determinado por esses fatores. Explicações ecológicas das mudanças continuaram a ser muito importantes, embora teorias unicasais, como as que atribuíam a origem da civilização ao desenvolvimento de complexos sistemas de irrigação, fossem gradualmente abandonadas (Hunt, 1972). Fatores ecológicos passaram de novo a ser vistos mais como restrições impostas ao comportamento humano do que como uma explicação de formas específicas assumidas pelo comportamento humano. Ao mesmo tempo, outros fatores causais foram levados em consideração. O livro *The Conditions of Agricultural Growth* [As condições do crescimento agrícola] (1965), de Ester Boserup, trouxe à tona especulações do século

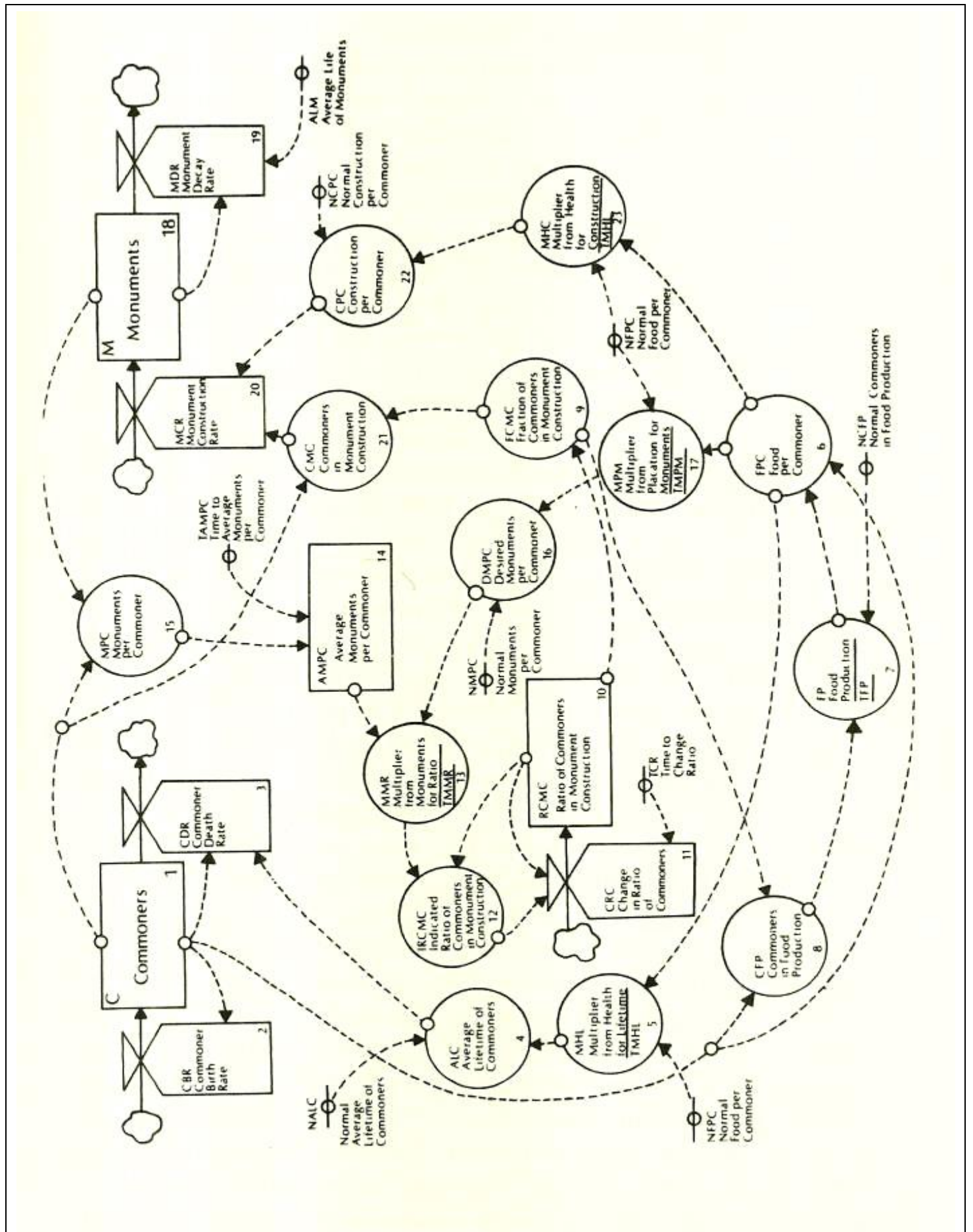
XVIII, segundo as quais o crescimento gradual da população seria a principal variável independente na promoção da mudança cultural. Embora a teoria de Boserup tivesse sido elaborada para explicar o desenvolvimento de formas mais intensivas de agricultura, os arqueólogos aplicaram-na para explicar as origens da agricultura (P. Smith, 1976) e da civilização (Young, 1972) e, finalmente, para explicar a totalidade da mudança cultural (M. Cohen, 1977). Embora essa teoria tenha dado um grande estímulo aos estudos paleodemográficos, os resultados raras vezes eram suficientemente detalhados e abrangentes para permitir que ela fosse adequadamente testada. Com o passar do tempo, os arqueólogos começaram a dar destaque aos fatores culturais e biológicos que influenciam a taxa de crescimento populacional, e os fatores demográficos deixaram de ser considerados, em geral, causas independentes de mudança (Cowgill, 1975; Binford & Chasko, 1976). Robert Dunnell e alguns de seus discípulos optaram por um tipo diferente de enfoque sistêmico, que usa a teoria evolucionista biológica ("científica") para explicar a variação cultural, como também a biológica (Dunnell, 1980a; Wenke, 1981; Rindos, 1984). Afirmam eles que o evolucionismo cultural tradicional não tomou consciência de princípios científicos do evolucionismo tão fundamentais quanto vêm a ser a variação aleatória e a seleção natural. Embora admitam que mecanismos de transmissão de traços são mais variados, e que a estabilidade das unidades nas quais a seleção opera é bem menor no tocante aos fenômenos culturais do que no tocante aos fenômenos biológicos (pontos que foram discutidos muito antes por Kroeber [1952] e outros antropólogos), eles sustentam que uma abordagem baseada em princípios gerais do evolucionismo biológico pode oferecer explicações do comportamento humano melhores que as oferecidas por abordagens evolucionistas-culturais. Isso, com freqüência, envolve a reformulação radical de questões tradicionais.



43. Fluxograma sistêmico do ciclo de subsistência dos índios chochones, segundo D. H. Thomas (D. H. Thomas in D. L. Clark, ed., *Models in Archaeology*, 1972).

Por exemplo, David Rindos (1984: 143) definiu domesticação como uma relação recíproca, em vários graus, entre diferentes espécies. Ele não considera que a adaptação de plantas e animais às necessidades humanas seja diferente da adaptação de seres humanos às necessidades de plantas e animais. Essa abordagem leva ao extremo a negação de que a consciência e a intenção desempenham um papel significativo na conformação do comportamento humano.

Embora a teoria dos sistemas tenha inspirado algumas explicações altamente específicas da mudança cultural, como a hipótese de Flannery sobre domesticação de plantas na América Central, a longo prazo incentivou os arqueólogos a observar ramificações complexas dos processos culturais. Isso estimulou a identificação de numerosos fatores interligados que produzem mudança cultural e levou alguns arqueólogos a reconhecer que mesmo variáveis capitais podem ter um papel menos importante na conformação de sistemas culturais do que outrora se acreditava. Por sua vez, isso levou muitos arqueólogos a adotar uma abordagem mais indutiva na explicação da causalidade. Reconheceu-se, também, que em função da complexidade dos sistemas culturais, os mesmos fatores podem ter efeitos diferentes, e fatores diferentes podem ter os mesmos efeitos, a depender de circunstâncias singulares. Flannery (1972) sugeriu que as explicações do desenvolvimento cultural devem concentrar-se menos nas condições que produzem a mudança cultural do que nos tipos de mudanças sistêmicas que podem ser observadas no registro arqueológico. Citou como exemplos de mecanismos evolutivos "promoção" e "linearização". A promoção implica instituições já consolidadas a suscitar o desenvolvimento de uma hierarquia de controle apta a assumir papéis novos e de maior alcance. A linearização ocorre quando controles de uma ordem superior rompem com o passado e eliminam controles de ordem inferior que deixaram de funcionar em um cenário mais complexo.

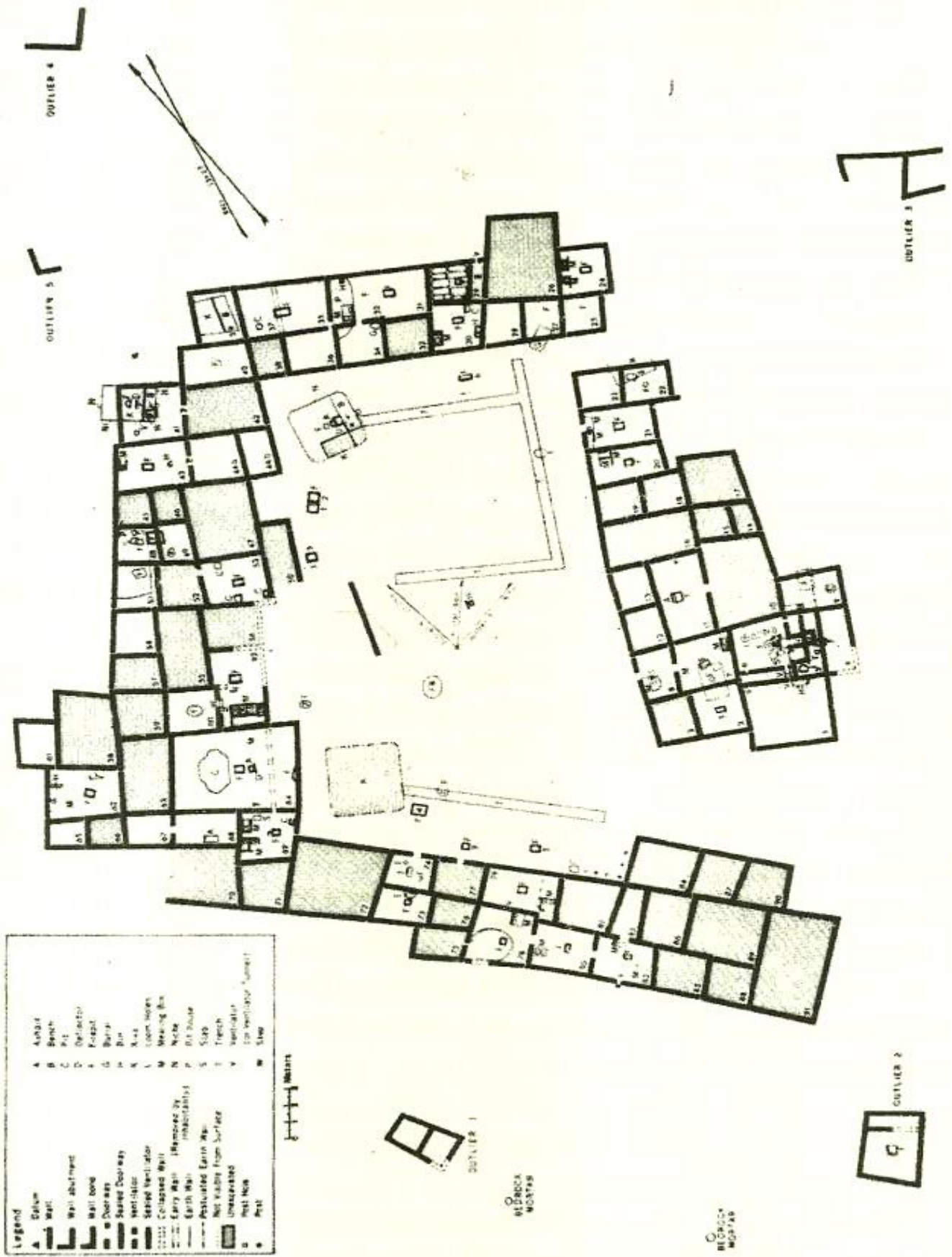


44. Fluxograma de supostos arranjos de alocação de suprimentos/monumentos na civilização maia clássica (J. A. Hosler, J. A. Sabloff, e D. Runge in N. Hammond, ed., *Social Process in Maya Prehistory*, 1977).

A abordagem de Flannery foi fundamental para o entendimento da mudança de um ponto de vista socioestrutural. E chamou a atenção para uma fonte de condicionamentos impostos à conduta humana distintos, e aparentemente independentes, dos fatores ecológicos que os arqueólogos norte-americanos até então tinham levado em conta. Se os sistemas políticos e sociais só podem assumir um número limitado de formas genéricas (Childe já havia assinalado este ponto em seu *Evolução social*), tais formas restringem a variação possível no comportamento humano e os rumos que a mudança cultural pode tomar. Mas essas limitações não explicam porque as mudanças ocorrem. Em termos de fatores causais, um enfoque sistêmico descreve, mas não explica a mudança.

Muitos arqueólogos concluíram que, como o enfoque sistêmico faz poucas pressuposições a respeito da causalidade e é mais indutivo, vem a ser conceitualmente superior às teorias que presumem, logo de saída, por que as mudanças devem ocorrer. Esses pesquisadores foram acusados de usar a teoria dos sistemas de uma maneira boasiana, de modo a livrar-se da questão da causalidade (Leone, 1975). Porém, Sanders, Parsons e Stanley (1979: 360) não tiveram êxito em seus esforços de demonstrar que apenas quatro ou cinco variáveis ecológicas podem dar conta de até 80% da variação no registro arqueológico.

Em pouco tempo, os arqueólogos começaram, em vez de convergir, a divergir a respeito dos fatores que regem a mudança sociocultural. Trabalhando no contexto de uma tradição neo-evolucionista, os pesquisadores processuais envidaram grandes esforços no empenho de mostrar que um número limitado de variáveis ecológicas e demográficas têm um papel predominante na conformação dos sistemas socioculturais. Porém, a regularidade nesses sistemas constantemente era menor do que o predito pela teoria neo-evolucionista.



45. Amostragens em Broken K Pueblo, J. N. Hill, 1968 (J. N. Hill in S. R. e L. R. Binford, *New Perspectives in Archaeology*, 1968).

Aos arqueólogos logo evidenciou-se, também, ser uma tarefa mais difícil do que a teoria neo-evolucionista previa inferir um aspecto do sistema sociocultural a partir de características conhecidas com base na consideração de uma outra de suas partes, especialmente quando se tratava de deduzir a organização social e ideológica a partir do conhecimento da economia. Stuart Struever (1968) afirmou, por exemplo, que os meios através dos quais uma determinada população obtém sua subsistência a partir do ambiente desempenham um papel tão importante na configuração de todo o sistema cultural que a natureza dos padrões de assentamento pode ser prevista e, portanto, explicada em termos de tecnologia e de ambiente natural. Struever via os padrões de assentamento como "um corolário essencial da subsistência" e interpretou "variações entre culturas" como "respostas a diferentes requisitos adaptativos de ambientes específicos" (p. 133-5). Ele acreditava, pois, que padrões de assentamento arqueológico só servem para confirmar essa relação. No entanto, o aumento da compreensão desses padrões mostrou que a predição não é tão simples, e que outros fatores, além da tecnologia e do ambiente, influenciam o seu desenvolvimento (Trigger, 1968b; Clarke, 1977). Sob tais circunstâncias, um enfoque indutivo de sistemas ofereceu, a um número cada vez maior de pesquisadores, uma metodologia que parecia mais produtiva em termos de percepção das causas de variação do que as explicações estreitamente deterministas sugeridas pelos neo-evolucionistas. Esses arqueólogos, explícita ou implicitamente, rejeitaram a abordagem rigidamente dedutiva defendida pela Nova Arqueologia.

A Nova Arqueologia deu origem a uma noção de amostragem mais sofisticada e produtiva, revelando os enviesamentos, com freqüência inconscientes, que regeram a pesquisa arqueológica tradicional e as inadequações de tais enfoques para entender as culturas pré-históricas como sistemas. Antes da aparição da arqueologia dos assentamentos, as escavações de centros urbanos se concentravam em recintos cerimoniais e palácios, em geral ignorando-se como vivera a gente

comum. As pesquisas regionais com frequência ignoravam a sazonalidade dos sítios de caçadores-coletores e, nas sociedades hierárquicas, ignoravam os sítios de camadas inferiores, como as aldeias de camponeses. Estudos de assentamentos, como a investigação sistemática de aldeias de camponeses empreendida por Gordon Willey no vale de Belize (Willey *et al.*, 1965) já tinham começado a corrigir esses viéses. Os adeptos da Nova Arqueologia defenderam o emprego de estratégias de amostragem para orientar levantamentos e escavações, economizando tempo e trabalho na pesquisa. Subjacente a essa defesa, estava a convicção de que, como fortes regularidades são inerentes aos sistemas culturais, uma pequena parte de um sistema pode ser representativa do todo.

Várias formas de amostragem ajudaram os arqueólogos a compor uma seleção mais representativa de material encontrável em sítios amplos e heterogêneos. Entretanto, a amostragem aleatória veio a ser considerada uma estratégia inicial de escavação a ser suplementada, em estágios subseqüentes da pesquisa, por um número crescente de decisões criteriosas sobre quais áreas deveriam ser escavadas (Redman, 1986). Estudos de civilizações arcaicas baseados em levantamentos regionais completos forneceram os dados que permitiram exames simultâneos da representatividade de várias estratégias de amostragem. Um levantamento efetuado no vale do México por Sanders, Parsons e Santley (1979:491-532) revelou uma grande diversidade nos padrões locais de desenvolvimento e também a necessidade de se estudar toda a região a fim de compreender o que acontecera em suas diversas partes. Por exemplo, o aumento maciço da população e o desenvolvimento da urbanização no vale de Teotihuacan, nos começos da era cristã, só puderam ser compreendidos quando se tomou ciência de que um crescimento populacional similar não ocorria, então, em parte alguma do vale do México - antes pelo contrário, a população dessas áreas estava a declinar, na mesma altura. Robert Adams (1981) mostrou uma diversidade regional similar em seus estudos de padrões de assentamento na Mesopotâmia. Esses achados implicaram severa crítica

à crença de que padrões de uma área são necessariamente representativos de toda uma região. Em consequência disso, hoje é consenso a necessidade de muito mais amostras do que antes se imaginava para que sejam representativas da totalidade, e o estudo de mudanças de longos períodos requer algo próximo de amostras totais. Essas mudanças na apreciação das mostras têm relação com a constatação de que as regularidades nos sistemas culturais foram superestimadas nos estágios iniciais da Nova Arqueologia.

Anti-historicismo

Os críticos afirmam que a Nova Arqueologia representou uma revolução na técnica e na metodologia, mas não na teoria arqueológica propriamente dita (Meltzer, 1979). No entanto, a oposição de Binford ao enfoque histórico-cultural ainda influente nos Estados Unidos representou uma ruptura teórica com o passado não menos significativa que a metodológica. As questões a serem respondidas vêm a ser as seguintes: por que essa abordagem teve tanto apelo para a nova geração de arqueólogos norte-americanos, e por que - à parte suas inegáveis qualidades carismáticas - Binford foi capaz de popularizar tão rapidamente idéias que, até então, estavam a propagar-se com lentidão na arqueologia norte-americana?

Thomas Patterson (1986a) afirmou que a maioria dos adeptos da Nova Arqueologia foi recrutada na cada vez mais poderosa classe média nacionalista do centro-oeste dos Estados Unidos, e já não na elite do leste, de inclinação mais internacionalista, que dominara a vida econômica e intelectual americana nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial. Basicamente, a orientação nomotética da Nova Arqueologia apelava para as tendências desses americanos a valorizar o que é tecnologicamente útil, e ao mesmo tempo desconfiar da ciência pura, em função do que considera suas tendências elitistas, impregnadas de suspeito descaso por crenças religiosas convencionais. O desprezo pelo que não é prático manifesta-se, também, no pouco respeito

conferido aos estudos históricos na América do Norte (Bronowsky, 1971: 195), opinião resumida na observação do industrial Henry Ford de que "História é ... besteira" (Lowenthal, 1985: 244). O pouco valor atribuído à história reflete, ademais, a mentalidade "fixada no presente" da sociedade norte-americana, que romanticamente se vê a si mesma como tendo alcançado a prosperidade ao deitar fora os grilhões do passado (ou seja, os requisitos ultrapassados de origem, classe e tradição) e criar uma nova sociedade, racionalmente projetada para atender aos interesses dos indivíduos empreendedores (Kroker, 1984: 8). Mesmo sendo a arqueologia pré-histórica um ramo da antropologia, o enfoque histórico-cultural diminuía-lhe o prestígio e fazia com que ela fosse considerada, tanto pelo público americano como por outros antropólogos, um diletantismo.

A Nova Arqueologia seguiu a liderança das ciências sociais generalizadoras como a economia, a ciência política, a sociologia e a etnologia, proclamando-se capaz de produzir generalizações objetivas e eticamente neutras, úteis à administração das sociedades modernas. Seu desejo de conformar-se a um modelo mais prestigioso de comportamento acadêmico foi reforçado quando a Fundação Nacional da Ciência tornou-se uma importante fonte de financiamento para a pesquisa arqueológica. Afirmou-se que a arqueologia poderia fornecer, sobre a natureza das interações de longa duração entre grupos humanos e o ambiente, informações que seriam valiosas para o planejamento econômico moderno (Fritz, 1973), um ponto de vista compartilhado mesmo pelos arqueólogos que rejeitaram tanto a filosofia geral quanto a metodologia da Nova Arqueologia (Dymond, 1974). O estudo de sistemas de irrigação pré-histórica no Arizona poderia revelar problemas insuspeitados atinentes aos sistemas modernos na mesma área, ao passo que a arqueologia de sítios estratificados na Califórnia fez-se alvo da busca de informações sobre a freqüência de grandes terremotos, coisa que podia ajudar a decidir se geradores de energia nuclear deveriam, ou não, ser instalados nas cercanias (F. Plog, 1982). Essas sugestões fazem lembrar as aplicações práticas usadas para

justificar a arqueologia soviética na década de 1930 e, mais tarde, as que Childe (1944b) alegou como motivo pragmático para o apoio público à pesquisa arqueológica. Em *The Archaeology of Arizona* [A arqueologia do Arizona], Paul Martin e Fred Plog (1973: 364-8) afirmaram que generalizações sobre as reações humanas ao estresse obtidas em estudos ecológicos sobre o Arizona pré-histórico podiam ajudar a explicar o comportamento dos grupos de negros e hispânicos desfavorecidos que vivem nos guetos das cidades norte-americanas modernas.

A ênfase nas possíveis aplicações práticas de suas pesquisas encorajava os cientistas sociais a abandonar tentativas holísticas de compreender o comportamento humano, e levava-os a procurar soluções para problemas concebidos em termos técnicos limitados (Wolf, 1982: ix). Esse tipo de pesquisa via-se dotado de novas credenciais científicas pelos protestos positivistas de neutralidade ética. Muitos arqueólogos norte-americanos, a fim de produzir achados "relevantes" que justificassem um lugar de honra para a arqueologia numa sociedade onde "a eficiência tecnocrática era considerada o valor supremo" (Kolakowsky, 1976: 229), viam-se obrigados a desviar-se da compreensão histórica do passado para criar generalizações a respeito do comportamento humano, a marca de sucesso para os cientistas sociais. É nesse contexto que se deve entender a proclamação de Binford (1967b: 235) de que a interpretação histórica não vai além de desempenhar "um papel na educação geral do público". Binford não foi o primeiro arqueólogo a propor a idéia de que tais generalizações devem ser consideradas a realização suprema da arqueologia. Kidder (1935: 14) já afirmara que o objetivo último da pesquisa arqueológica deveria ser propor generalizações a respeito do comportamento humano, ao passo que Taylor (1948: 151) e Willey & Phillips (1958: 5-6) as viam como um foco antropológico comum da pesquisa arqueológica e da etnológica.

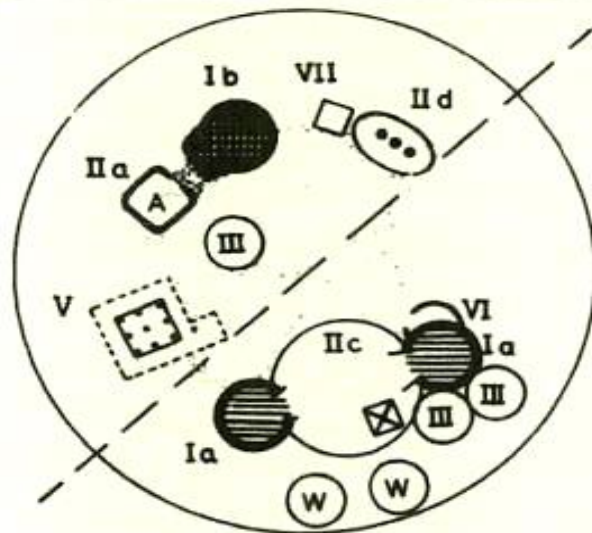


FIG. 21.1. The modular unit – the social and architectural building block of which the settlement is a multiple. The analyses of vertical and horizontal spatial relationships, structural attributes and artefact distributions convergently define a distinct range of structures (I–VII) repeatedly reproduced on the site. Each replication of the unit appears to be a particular transformation of an otherwise standardized set of relationships between each structural category and every other category. The basic division between the pair of major houses (Ia) and their satellites, and the minor house (Ib) and its ancillaries may be tentatively identified with a division between a major familial, multi-role and activity area on one hand and a minor, largely female and domestic area (see Fig. 21.6).

Below: the iconic symbols used to identify the structures in the schematic site models, Figs. 21.2–21.5.

	– Ia Major house		– II f Annexe hut
	– Ib Minor house		– III Workfloor
	– II a Ancillary hut		– IV Clay patch
	– II b Workshop hut		– V Granaries or Storehouses
	– II c Courtyard		– VI Stables
	– II d Baking hut		– VII Sties or Kennels
	– II e Guard hut		– Waggon stance
.....		Palisade or fence	

O viés anti-histórico da Nova Arqueologia também pode ser visto como o reflexo ideológico de um crescente intervencionismo político e econômico dos Estados Unidos, numa escala global, depois da Segunda Guerra Mundial. Sua ênfase em generalizações nomotéticas era acompanhada pela óbvia implicação de que constituía uma trivialidade o estudo de qualquer tradição nacional como um fim em si mesmo. Richard Ford (1973) questionou a legitimidade da "arqueologia política" e de qualquer correlação entre arqueologia e nacionalismo, conclamando os arqueólogos a abraçar o "humanismo universal". Negando o valor de tais estudos, a Nova Arqueologia insinuou a falta de importância das tradições nacionais, e de qualquer coisa que se interpusesse como impedimento à atividade econômica e à influência política norte-americana. Os efeitos corrosivos de argumentos similares, aventados em outros campos, sobre as tradições nacionais de outros países do Ocidente já foram bem descritos em estudos sobre este período (G. Grant, 1965). Em particular, está bem documentado o modo como, depois da Segunda Guerra Mundial, o empenho norte-americano em promover a arte abstrata expressionista à condição de estilo internacional dominante resultou na desintegração, ou na banalização, de muitos estilos nacionais e regionais de pintura. Também há forte evidência de que a promoção desse tipo de arte foi empreendida de forma deliberada, e com apoio financeiro tanto do governo como de fundações privadas dos Estados Unidos (Lord, 1974: 198-215; Fuller, 1980: 114-15). Embora os adeptos da Nova Arqueologia não tenham sido agentes conscientes da propaganda da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, seu programa parece estar de acordo com esta política.

Foi no que concerne à pré-história norte-americana nativa que se verificou o impacto mais vigoroso do anti-historicismo. Ao tornar a explicação de mudanças internas foco de sua interpretação dos dados arqueológicos, a Nova Arqueologia deu destaque à criatividade dos nativos norte-americanos em muito maior grau do que as explicações difusionistas o haviam feito, e pela primeira vez colocou os povos

nativos em pé de igualdade com os europeus e outros grupos étnicos. Apenas arqueólogos amadores, como Barry Fell (1976, 1982), R. A. Jairazbhoy (1974, 1976) e Ivan van Sertima (1977) continuaram a minimizar os povos nativos, atribuindo os elementos mais importantes de sua história cultural a visitantes pré-históricos do Velho Mundo. Assim, a Nova Arqueologia implicitamente encerrou mais de um século de interpretações condescendentes (e, muitas vezes, abertamente racistas) da pré-história nativa feitas por arqueólogos brancos. Porém, desde o começo os arqueólogos processualistas ignoraram o verdadeiro significado de sua realização, por insistir que as generalizações constituíam o objetivo principal de sua disciplina, e por estudar a adaptação ecológica às expensas de tradições artísticas e de crenças religiosas historicamente específicas.

Agindo assim, os adeptos da Nova Arqueologia usaram dados relativos ao legado dos povos nativos norte-americanos para formular generalizações que eles proclamavam relevantes para a compreensão da sociedade euro-americana. Essa tendência a usar dados pertinentes à pré-história nativa norte-americana como base para generalização sobre o comportamento humano sugere que, essencialmente, o significado dos povos nativos não tinha mudado para os arqueólogos. Apesar de algum envolvimento em benefício dos índios em processos de reivindicação de terras, a maioria dos arqueólogos processualistas continuou espiritualmente tão distanciada dos nativos norte-americanos quanto estiveram seus predecessores do século XIX. Esse distanciamento comprovou-se cada vez mais prejudicial aos interesses dos arqueólogos, em uma época em que a população nativa norte-americana cresce rapidamente e os nativos tornam-se militantes engajados em uma campanha para assumir o controle de seu próprio destino social, econômico e político. Os esforços dos nativos no sentido de proibir ou regulamentar o acesso a sítios pré-históricos tem resultado em um número crescente de disputas legais entre arqueólogos e povos nativos, com limitadas, e muitas vezes infrutíferas, tentativas de conciliação (Meighan, 1984). Embora alguns grupos nativos, como os

pueblo de Zuni, tenham patrocinado seus próprios programas de pesquisa arqueológica, a fim de ter uma visão mais acurada e pormenorizada de sua história (E. Adams, 1984; Ferguson, 1984), a maioria dos povos nativos tem sido repelida pelas atitudes negativas em relação a eles, comuns na interpretação de dados arqueológicos, e, em particular, pela recusa dos arqueólogos a estudar o passado como um registro da história e da cultura nativa norte-americana.

Arqueólogos britânicos influenciados pela Nova Arqueologia não adotaram a atitude anti-histórica de seus companheiros norte-americanos. David Clarke, um pensador muito original, que foi ainda mais profundamente influenciado pela abordagem sistêmica da Nova Geografia do que Binford, criticou, com razão, a maneira intuitiva como muitos antropólogos britânicos procuravam compor "narrativas históricas" sem primeiro analisar os dados arqueológicos de forma rigorosa a fim de extrair deles o maior número de informações possível sobre comportamento. No entanto, ele não condenou a análise histórica de dados arqueológicos. Depois da publicação de *Analytical Archaeology* [A arqueologia analítica] (1968), que aportou um elenco de métodos quantitativos inaugurados por outras ciências, naturais e sociais, acionados para tratar de problemas de classificação arqueológica e para explicar a mudança cultural, ele retornou ao estudo da pré-história europeia. Seus últimos ensaios sobre o assunto caracterizam-se pela preocupação com a base ecológica do desenvolvimento cultural, pela atenção para com o meio social em que ocorrem as transações econômicas e por um interesse equilibrado pela constituição de redes de interação locais e regionais. Em "The economic context of trade and industry in barbarian Europe 'till Roman times" ["O contexto econômico do comércio e da indústria na Europa bárbara até os tempos romanos"] (Clarke, 1979: 263-331), que escreveu para *Economic History* [História econômica], uma publicação da Universidade de Cambridge, ele buscou, à luz das teorias de Karl Polanyi, sintetizar os dados arqueológicos relevantes no tocante à implantação social das economias primitivas. Este ensaio foi visto como "um grande avanço, em relação a

trabalhos anteriores, na discussão das funções sociais de tipos de artefatos, e na inferência de sistemas de circulação dos quais eles são remanescentes fossilizados" (Sherratt, 1979:197). Os estudos mais detalhados de Clarke voltaram-se para questões centrais da pré-história europeia, como a reinterpretação da organização social e da economia do assentamento de Glastonbury na Idade do Ferro tardia (Clarke, 1972b) e um exame das economias mesolíticas da Europa (Clarke, 1979: 206-62) que levou em conta, além dos dados arqueológicos, também dados ecológicos, etnográficos, demográficos e econômicos, em contraste com as interpretações tradicionais dessas economias, centradas no estudo da fauna. Colin Renfrew (1979) também dedicou sua carreira ao estudo da pré-história da Europa. Além de uma revisão de capital importância da cronologia do continente, ele utilizou técnicas introduzidas pela Nova Arqueologia para tratar de problemas relativos a comércio, desenvolvimento político e a mudanças na organização social em tempos pré-históricos.

Enquanto os arqueólogos norte-americanos, tanto os tradicionais como os novos, tendiam a identificar a história com o estudo da cronologia e de eventos idiossincráticos, Clarke e Renfrew, formados na tradição europeia (que considera a pré-história uma extensão da investigação histórica a períodos para os quais faltam os registros escritos), estavam familiarizados com a historiografia, e, portanto, reconheceram a falsidade da dicotomia entre história e ciência, criada por antropólogos norte-americanos (e, ainda antes, também por antropólogos sociais britânicos). O historiador britânico E. H. Carr (1967: 117) observou que "Todo argumento histórico gira em torno da questão da prioridade de causas". A declaração do arqueólogo norte-americano A. C. Spaulding (1968) de que a principal diferença entre ciência e história consiste na completa dependência desta última para com as explicações de senso comum fez grave injustiça à obra de muitos historiadores do século XX, em cujos trabalhos interpretações impressionistas foram substituídas por explicações baseadas em sólidos fundamentos teóricos das ciências sociais. Embora seja assunto de debate saber até que ponto vai o papel

desempenhado por fatores fortuitos na configuração de eventos históricos, é consenso entre os historiadores que o comportamento individual não é aleatório e pode ser considerado em relação a uma matriz sociocultural passível de explicação, ou mesmo de predição, a partir de regras gerais (Carr, 1967: 113-43). Clarke, em particular, mostrou-se disposto a explicar situações históricas complexas, transcendendo os limites do positivismo lógico-dedutivo hempeliano de Binford, que, como sabia, já era considerado ultrapassado pela maioria dos filósofos. Afirmava também a necessidade de comparar explicações alternativas e sustentava que "a especulação é essencial e produtiva quando obedece a injunções cardeais que deve predizer, e ao princípio de que algumas dessas predições devem ser testáveis" (Clarke, 1979: 259). As primeiras obras de Clarke e Renfrew, assim como contribuições mais recentes de outros arqueólogos europeus ocidentais (Renfrew & Shennan, 1982), produziram uma significativa comprovação de que a interpretação histórica e a generalização evolucionista não são abordagens antitéticas, mas podem avançar simultaneamente, e com benefício mútuo, na arqueologia.

Arqueologia Cataclísmica

No começo da década de 1970, o paradigma evolucionista cultural, que tinha guiado interpretações de alto nível da Nova Arqueologia, sofreu uma transformação capital. Desde o final da década de 1950, o otimismo e a segurança das classes médias nos Estados Unidos tinha sofrido um sério desgaste por conta de uma sucessão de crises econômicas crônicas e profundas, exacerbadas por fracassos repetidos da política externa, especialmente no Vietnã. Esses eventos produziram um acentuado declínio da fé nos benefícios do desenvolvimento tecnológico. Conseqüentemente, os movimentos de protesto da classe média proliferaram. Embora sempre evitassem abordar os problemas econômicos e políticos fundamentais da sociedade norte-americana,

esses movimentos alteraram profundamente valores sociais, e influenciaram as ciências sociais.

O mais antigo deles foi o movimento ecológico, que vê o progresso tecnológico descontrolado como responsável pelo envenenamento e pela gradual destruição do ecossistema mundial. O seu ponto de partida foi demarcado pela publicação de *Silent Spring* [Primavera silenciosa] de Rachel Carson (1962). Desde seu aparecimento, esse livro tem promovido uma crescente conscientização dos riscos imediatos para a saúde pública decorrentes de um vasto elenco de processos tecnológicos, e alertado que, a longo prazo, conseqüências ainda mais catastróficas podem resultar da contínua poluição do ambiente. O segundo movimento, voltado para instituir uma sociedade preservacionista, destaca o fato de que certos recursos naturais indispensáveis para os processos industriais são finitos na natureza e, portanto, o mundo rapidamente atingirá um ponto a partir do qual a expansão industrial não será mais possível. Previu-se que o resultado da exaustão dos recursos capitais será o declínio dos padrões de qualidade de vida, ou mesmo o colapso da civilização. Até então, de um modo geral, acreditava-se que novas matérias primas e novas fontes de energia seriam encontradas antes que as anteriores se esgotassem. O livro de Paul Ehrlich, *The Population Bomb* [A bomba populacional] (1968), chamou a atenção para outro motivo de aflição. Ele afirmou que, se o crescimento sem precedentes da população não for detido, os resultados serão desastrosos em um futuro próximo. Em conseqüência desses movimentos, os cientistas sociais e o público em geral tornaram-se cada vez mais céticos com relação aos benefícios do progresso tecnológico. A medida em que aumentava a insegurança econômica e política, como acontecera com as classes médias européias do final do século XIX, a classe média passou a considerar a evolução cultural como fonte de perigo — e talvez de desastre, em última instância. Mesmo a mudança cultural rápida foi condenada por produzir um "choque do futuro" disfuncional (Toffler, 1970).

Essas atitudes em transformação lançaram as bases para uma reorientação conceitual da arqueologia, tão dramática quanto fora a passagem, no final do século XIX, do evolucionismo linear para o paradigma histórico-cultural. O novo paradigma assinalou, ainda, um outro retrocesso com relação à visão otimista da mudança formulada durante a Ilustração e intensificou a rejeição neo-evolucionista da crença de que a inovação tecnológica seria resultante de um processo racional de auto-aperfeiçoamento e a força propulsora da mudança cultural. Dois acontecimentos específicos na economia e na antropologia social serviram de catalisadores dessa transformação.

Boserup (1965) afirmara que, embora o crescimento de formas de trabalho intensivo na agricultura promovessem mais alimento por unidade de terra, elas também requeriam mais trabalho por cada unidade de alimento produzida. Portanto, só a necessidade de sustentar densidades populacionais em processo de crescimento lento, mas inevitável, poderia levar grupos humanos à adoção de tais sistemas. Sua tese foi erigida em prova de que os desenvolvimentos interpretados por gerações anteriores de arqueólogos como resultados desejáveis da capacidade humana de resolver problemas e tornar a vida mais fácil eram, de fato, respostas a forças além do controle humano. Ao longo da história, essas forças compeliram as pessoas a trabalhar mais duro, ser cada vez mais exploradas e a degradar seu ambiente.

A demonstração feita por Richard Lee e Irvén DeVore (1968) de que economias de caçadores-coletores podem sustentar uma população de baixa densidade com esforço menor, até, do que o requerido pelas formas de produção de alimento menos trabalhosas, não só foi interpretada como apoio à posição de Boserup, como também levou os arqueólogos a adotar novas interpretações do modo de vida dos caçadores-coletores pré-históricos. Em vez de considerados como vivendo à beira da penúria, eles foram descritos como grupos com lazer e tempo disponível suficiente para se dedicar a ocupações religiosas ou intelectuais. Mesmo arqueólogos relativamente conservadores começaram a idealizar as culturas pré-históricas mais igualitárias como

exemplo de "sociedades conservacionistas" que proporcionam modelos de como nós nos devemos comportar em relação ao meio ambiente (Cunliffe, 1974: 27). Alguns arqueólogos questionaram as evidências que embasaram essas formulações e sua aplicação genérica (Bronson, 1972; Cowgill, 1975; Harris, 1979: 87-8). Porém, a maneira rápida e relativamente incontestada como esses estudos influenciaram a interpretação dos dados arqueológicos, muitas vezes na ausência de mensurações adequadas do tamanho da população, ou mesmo do seu ritmo de mudança relativa, indica o quanto elas estavam de acordo com o espírito do tempo.

Os arqueólogos começaram, também, a exprimir reservas a respeito das teorias neo-evolucionistas convencionais que analisavam a mudança como se ela ocorresse em trajetórias lentas, graduais, do tipo que Braidwood e MacNeish documentaram em seus estudos sobre as origens da agricultura no Oriente Próximo e na América Central. Robert Adams (1974: 248-9) assinalou que há passagens abruptas no desenvolvimento das civilizações antigas, por vezes separadas por intervalos de longos períodos em que ocorreram poucas mudanças. Pouco depois, Renfrew (1978) usou a teoria da catástrofe, inventada pelo matemático francês René Thom, para explicar mudanças no registro arqueológico. A teoria da catástrofe trata da questão de como, em consequência de injunções particulares de estados internos, uma série de variáveis flutuantes podem produzir efeitos descontínuos (Saunders, 1980). Embora ainda esteja por demonstrar a que ponto a matemática de Thom, capaz de tratar apenas quatro variáveis de cada vez, pode ser usada com rigor para explicar o comportamento social, o conceito atraiu considerável atenção de arqueólogos da Grã-Bretanha e da América do Norte (Renfrew & Cooke, 1979). Embora Thom e Renfrew estivessem interessados em "catástrofes" que produziram tanto estados mais complexos quanto mais simples, a pronta aceitação da teoria das catástrofes como uma forma análoga para o processo social refletia o receio difuso de que as sociedades ocidentais estivessem caminhando em direção à catástrofe, no sentido convencional e

matemático do termo. Por fim, os arqueólogos quiseram imbuir o conceito de descontinuidade cultural de prestígio científico adicional, traçando paralelos entre este e o conceito de equilíbrio interrompido, proposto por alguns biólogos evolucionistas (S. Gould, 1980; Eldredge, 1982). Essas concepções de mudança cultural fizeram com que os arqueólogos percebessem a necessidade de fazer a distinção entre os vários ritmos de mudança no registro arqueológico, por vezes em períodos de tempo relativamente curtos. Passaram também a ser reconhecidas lacunas no registro arqueológico que, no passado, teriam sido preenchidas por projeções infundadas, feitas a partir de culturas conhecidas, e tanto para trás como para frente no tempo, ou por construção hipotética de formas intermediárias não descobertas. Isso desafiou os arqueólogos a adquirir controle cada vez maior das cronologias culturais. Reforçou também a convicção de que as culturas são mais frágeis e a mudança cultural encerra mais riscos do que os arqueólogos até então haviam acreditado.

Essas novas idéias a respeito da natureza da mudança cultural abriram espaço para uma concepção pessimista, até mesmo trágica, da evolução cultural, concepção que interpreta fatores demográficos, ecológicos e econômicos como forças que obrigam a mudança a ocorrer por vias que a maioria dos seres humanos não considera desejáveis, mas que eles não são capazes de controlar. Esse materialismo escatológico subentende que o futuro há de ser, com toda a probabilidade, sempre pior que o passado, e que a humanidade está a prosseguir numa jornada iniciada em um éden de felizes caçadores-coletores rumo a um inferno de aniquilação termonuclear. Já observamos que o neo-evolucionismo diferia do evolucionismo do século XIX por rejeitar a crença de que a mudança cultural é consequência da ação voluntária e racional de seres humanos empenhados em controlar seu ambiente. Esse novo evolucionismo cataclísmico também difere da desilusão anterior com o progresso, que resultara da negação, por parte dos difusionistas, da existência de qualquer tipo de ordem natural na história humana. Em vez de negar que essa ordem exista, o evolucionismo cataclísmico deu

ênfase a um processo fixo de mudança que, na melhor das hipóteses, os seres humanos podem retardar ou deter, mas que, sem isso, resultará em sua ruína (Trigger, 1981a). Somente uns poucos arqueólogos que pressentem problemas iminentes para sua própria sociedade, continuam a afirmar que é possível aprender com o passado "como ajustar-se e adaptar-se" (J. Bradley, 1987: 7).

O evolucionismo cataclísmico tem curiosas semelhanças com a visão medieval da história, mas com Deus substituído por um processo evolutivo que torna os homens vítimas de forças fora de seu controle; parece ser o produto de uma sociedade capitalista avançada cujo desempenho não é satisfatório para uma grande parte da classe média. Significativamente, nem os arqueólogos evolucionistas nem a maioria dos opositores da poluição ambiental, do crescimento demográfico incontido e do desperdício de recursos naturais tratam esses problemas como solúveis por meio de reformas políticas e econômicas concertadas, empreendidas em nível nacional e internacional. Em vez disso, mistificam os problemas, situando-os em um quadro de referência evolucionista, e buscam, quando possível, dar-lhes paliativos através de medidas isoladas, de modo pontual. Absolvendo as sociedades industriais dominantes de responsabilidades explícitas pelo que está a acontecer, a arqueologia cataclísmica ajuda a reafirmar as metas expansionistas da sociedade americana, em meio a uma crise ecológica e econômica internacional crescente. Busca, também, promover solidariedade social negando as origens políticas e sociais do conflito. Na curva descendente de um longo ciclo, a arqueologia cataclísmica atribui as deficiências da economia mundial a forças evolutivas em grande parte imutáveis, em vez de atribuí-las a condições políticas e econômicas específicas passíveis de modificação, que se desenvolveram sob a hegemonia norte-americana. Essa explicação atraiu uma audiência predisposta a acatá-la, inclusive em meio às inseguras classes médias de outras nações ocidentais, tão ansiosas quanto suas contrapartes americanas por acreditar que não são responsáveis pelo destino que receiam esteja a abater-se sobre elas.

Embora a origem das idéias não tenha relação necessária com o fato de serem elas corretas ou não, é óbvio que as teorias evolucionistas de alto nível que orientaram a interpretação das evidências arqueológicas na década de 1970 refletiram uma séria e prolongada crise econômica, política e social, em que os interesses da classe média dominante estavam gravemente ameaçados. Também é evidente que essas concepções de alto nível influenciaram as expectativas dos arqueólogos quanto à melhor forma de interpretar o registro arqueológico. Tudo isso questiona seriamente a objetividade que a Nova Arqueologia reivindicou como base de sua metodologia positivista. Numerosos arqueólogos, sobretudo entre os que trabalham ou fazem pesquisas no sudoeste dos Estados Unidos, propuseram interpretações do registro arqueológico que se aproximam muito dos valores básicos da conservadora ideologia política norte-americana. Em *The Archaeology of Arizona* [A arqueologia do Arizona], Martin e Plog (1973) consideraram as culturas como sistemas adaptativos e disseram mais aptas a sobreviver - quando confrontadas com desafios ambientais ou demográficos, ou com a competição de grupos vizinhos - as que contam com um grande acervo de variação aleatória. Dunnel (1980a) e Cordell & Plog (1979) também acreditam que em toda sociedade existe um amplo espectro de padrões de comportamento alternativos sobre os quais pode incidir a operação do equivalente cultural da seleção natural. Esse enfoque enfatiza o valor adaptativo da escolha individual de maneira análoga às teorias econômicas de livre mercado. William Rathje (1975) utilizou certos princípios relativos ao crescimento desproporcional para construir um esquema que explicasse como as civilizações antigas, em sua expansão, enfrentaram o problema de processar quantidades de informação cada vez maiores. Propôs ele que, nos estágios iniciais, a complexidade crescente era administrada através do emprego de um número maior de funcionários dedicados a processar informação e tomar decisões. Em seguida, fez-se uma tentativa de prevenir o crescimento da burocracia além de limites economicamente aceitáveis, para isso recorrendo a uma maior padronização. O

desenvolvimento de códigos sistemáticos uniformes (a exemplo de pesos e medidas fixos) diminuiu o número de cálculos necessários. Mais adiante, tentou-se aumentar a eficiência estimulando a autonomia em níveis inferiores, enquanto o conjunto da sociedade via-se integrado como uma série de componentes regionais interdependentes. Blanton *et al.* (1981) aplicaram as idéias básicas deste esquema ao desenvolvimento de sociedades complexas nos altiplanos da América Central. Afirmam eles que as economias das civilizações clássicas antigas estavam profundamente arraigadas nas organizações políticas regionais, ao passo que economias posteriores eram de caráter mais empreendedor e funcionavam mais independentemente com relação ao controle do Estado. Os resultados arqueologicamente confirmados desses arranjos *laissez-faire*, alegam eles, teriam representado um grande aumento da qualidade dos bens disponíveis para a maioria das pessoas. Outros pesquisadores sustentam que, ao contrário, nos últimos tempos pré-hispânicos, a economia do vale do México era fortemente controlada pelos astecas, os quais usavam seu poder militar para centralizar a produção lucrativa de equipamentos em sua capital, Tenochtitlan (Parsons *et al.*, 1982; Hassig, 1985). Peter Wells (1984) atribuiu um papel decisivo a empreendedores estranhos às elites estabelecidas na promoção da mudança social na Europa da Idade do Ferro, fazendo desse período um exemplo de "cultura empresarial thatcherista" (Champion, 1986).

Conquanto essas interpretações pareçam racionalizações do idealismo *laissez-faire* norte-americano e britânico, muitas delas buscaram justificação teórica nos mais elevados níveis. Martin e Plog fundamentaram sua argumentação na teoria ecológica, e Rahtje relacionou a sua com a teoria geral dos sistemas. Porém, não se fez nenhuma tentativa específica de adaptar essas teorias ao estudo arqueológico do comportamento humano. A vantagem da variação aleatória foi apresentada como um princípio universalmente válido, sem qualquer tentativa de inventariar a extensão de tal diversidade, ou de identificar os fatores que determinam seu alcance. Essa é uma

debilidade que tem paralelo no descaso por fatores que causam variação nas taxas de crescimento populacional em teorias que o invocam como uma causa independente de mudança cultural. Os expoentes da diversidade intra-cultural tampouco levaram em conta os requisitos que a necessidade de distribuição segura e eficaz de tecnologias cada vez mais poderosas pode gerar para o planejamento e o estabelecimento de consenso. De igual modo, Rathje não considerou a possibilidade de que, diferentemente dos estados modernos, os governantes das civilizações antigas, no tocante à população em geral, cingissem a aplicação de seus complicados sistemas de cômputo aos assuntos que tivessem relação direta com a garantia de bens e serviços necessários para a realização de objetivos específicos do governo. O desenvolvimento da civilização no Oriente Próximo sugere um crescimento gradual, mas contínuo, da burocracia e do emprego da força militar, e não o contrário. O mais interessante nessas teorias é que, a despeito de seu claro atrativo para os arqueólogos norte-americanos, elas suscitaram menos interesse do que a evolução cataclísmica. O apelo das explicações que disfarçam ou naturalizam relações políticas e econômicas geradoras de tensão parece ser maior do que o apelo das que exprimem uma ideologia conservadora de modo mais direto.

Uma ideologia conservadora pode, contudo, estar a exercer uma influência mais poderosa sobre as interpretações da pré-história no tocante ao estudo dos fósseis homínidas. Sob a influência direta ou indireta da sociobiologia, há uma crescente tendência a acentuar evidências de diferenças biológicas e de influências ambientais, e a tratá-las como correlatas. Por sua vez, isso conduz a uma crescente suspeição quanto a interpretações do comportamento dos homínidos do paleolítico inferior baseadas em analogias com sociedades modernas de caçadores-coletores. Tomamos ciência de que os australopitecos eram mais parecidos com macacos especializados, e as habilidades tecnológicas e comportamentais do *Homo* primitivo já parecem, cada vez mais, diversas das nossas (Cart-mil *et al.*, 1986: 419). Embora as tendências de outrora a enfatizar as qualidades dos primitivos

hominídeos mais similares às humanas sejam interpretadas como uma reação ideológica extremada ao nazismo, nenhuma atenção se dá à possível base ideológica de explicações populares alternativas hoje correntes.

Conclusões

Tanto arqueólogos soviéticos (Klejn, 1977) quanto arqueólogos norte-americanos (Davis, 1983: 407) chamaram a atenção para as notáveis semelhanças entre a Nova Arqueologia e a criada na União soviética no início da década de 1930. Essas semelhanças se afiguram ainda mais interessantes considerando-se que (com exceção de apenas um pequeno grupo) os arqueólogos norte-americanos, até o final da década de 1970, permaneceram na ignorância quase completa das forças e fraquezas da arqueologia soviética. Ambos os enfoques em apreço baseavam-se em uma concepção evolucionista da mudança cultural e buscavam compreender as regularidades manifestas por tais processos. Concordavam que essas regularidades são significativas e podem ser estudadas com recurso a um quadro de referência materialista. Migração e difusão foram preteridas em favor de tentativas de explicar as mudanças no interior de sistemas culturais no transcurso de longos períodos. Estudos tipológicos tradicionais com o objetivo de elucidar cronologias e distribuição espacial na cultura material foram considerados antiquados e houve um correspondente incremento das interpretações funcionais de dados arqueológicos.

Porém, a despeito das semelhanças, houve uma diferença acentuada nas teorias de alto nível que orientavam as interpretações de dados arqueológicos. A Nova Arqueologia envolveu várias formas de determinismo ecológico e demográfico, que situam os principais fatores responsáveis por promover mudanças fora do sistema cultural e tratam os seres humanos como vítimas passivas de forças quase sempre além de sua compreensão e controle. Por outro lado, o materialismo dialético - embora sem negar a importância dos fatores ecológicos como

condicionamentos impostos ao comportamento humano nem minimizar o papel que eles desempenham, especialmente nos estágios primitivos de desenvolvimento cultural - situa as causas principais de transformação cultural plenamente no domínio social, onde elas tomam a forma de competição pelo controle da riqueza e do poder entre diferentes grupos, no interior da mesma sociedade. Mesmo nas suas formulações mais mecanicistas e evolucionistas, tais como as que prevaleceram na União Soviética na década de 1930, o marxismo outorga o papel principal a seres humanos em demanda de interesses próprios como membros de grupos sociais. Quanto à Nova Arqueologia, o mais notável é sua incapacidade de atribuir qualquer papel à consciência e à vontade humana na promoção da mudança cultural. Os marxistas podem afirmar que a recusa neo-evolucionista de atribuir um papel criativo aos seres humanos reflete os efeitos desumanizantes do capitalismo corporativo, que efetivamente destruiu o conceito de um sistema econômico erigido com base na iniciativa individual - o ideal das classes médias no século XIX.

Embora a Nova Arqueologia advogasse o estudo de todos os aspectos de sistemas culturais, as publicações arqueológicas mostram que a maioria dos novos arqueólogos concentraram-se em padrões de subsistência, comércio e, em menor grau, na organização social. A própria pesquisa de Binford em grande medida se ateve aos padrões de tecnologia e subsistência em sua relação com adaptações ecológicas. Aspectos decisivos do comportamento humano, tais como crenças religiosas, estética e conhecimento científico, receberam pouca atenção. O foco da Nova Arqueologia não parece ter-se expandido para além do que já compreendiam a abordagem ecológica e a de padrões de assentamento, da década de 1950. Os campos investigados pela Nova Arqueologia também incidem nos padrões inferiores da hierarquia de Hawkes, embora Binford tenha rejeitado a tese de que esta hierarquia estabeleça restrições inevitáveis para o estudo arqueológico de qualquer aspecto do comportamento humano.

A explicação do fracasso em estudar todos os aspectos do comportamento humano está no enfoque ecológico. A Nova Arqueologia compartilhou a crença neo-evolucionista de que sistemas culturais se caracterizam por um alto grau de uniformidade, e de que é possível dar conta desta uniformidade identificando os condicionamentos ecológicos que determinam o comportamento humano. Porém, hoje se percebe que, muito embora sistemas culturais como um todo possam ser considerados, até certo ponto, condicionados pela natureza de sua adaptação ao ecossistema, as restrições exercidas sobre a tecnologia e a economia são muito mais fortes do que aquelas incidentes sobre a organização social, e estas, por seu turno, são maiores do que as atuantes sobre crenças e valores particulares. Portanto, as técnicas adotadas pela Nova Arqueologia funcionam melhor no trato com os aspectos da cultura sujeitos a maior restrição. Os adeptos da Nova Arqueologia provavelmente erraram ao pressupor que condicionamentos ecológicos exerceriam a mesma influência sobre todos os aspectos da cultura e, portanto, erraram em sentir-se justificados quando ignoravam fatores alternativos que configuram o registro arqueológico. Acertou PaulTolstoy (1969: 558) ao dizer que os deterministas só consideram dignos de atenção os elementos com que suas teorias estão aptas a tratar.

Quase desde o começo, porém, exprimiram-se dúvidas quanto ao acerto de tal formulação, especialmente por parte dos que tentavam um enfoque sistêmico. Nas décadas de 1970 e 1980, o reconhecimento cada vez maior dessas deficiências constituiu um desafio para vários arqueólogos ocidentais, inclusive alguns dos que tinham desempenhado um papel decisivo no estabelecimento da Nova Arqueologia: eles foram desafiados a repensar seus pressupostos básicos a respeito do comportamento humano, e de como o registro arqueológico há de ser interpretado. Isso também levou um número cada vez maior de arqueólogos a reconhecer, pela primeira vez, que os fundamentos ideológicos da interpretação arqueológica não se cingem às concepções

equivocadas do passado - e os induziu a contestar a pretensão positivista de neutralidade ética.

Capítulo 9

A Explicação da Diversidade

... a história informada pela teoria e a teoria informada pela história devem juntar-se, de modo a dar conta de populações identificáveis no tempo e no espaço, reconhecendo-as tanto como resultado de processos significativos quanto como portadoras desses processos.

Eric Wolf, Europe and the People without History (1982), p. 21

Durante a década de 1970, um número crescente de arqueólogos americanos convenceu-se de que há mais diversidade nas cultura pré-históricas do que se pode explicar por esquemas evolutivos gerais, como os de Sahlins e Service, ou mesmo pelo evolucionismo multilinear de Steward. Houve também um lento, mas cada vez mais amplo, reconhecimento de que o neo-evolucionismo tinha limitado indevidamente as questões sobre o passado que os arqueólogos se dispunham a considerar importantes (Leach, 1973). Na conclusão da comparação que fez entre os povos vizinhos mixteque e zapoteca, Joyce Marcus (1983a: 360) observou que "Se, de fato, estamos interessados em compreender culturas centro-americanas singulares, não podemos ignorar flutuação, divergência adaptativa, convergência e evolução paralela, para concentrar-nos obsessivamente no avanço através de estágios de organização sociopolítica". Afirmou ainda que "as variáveis familiares de intensificação da atividade agrícola, crescimento populacional, guerra e comércio inter-regional são, por si só, insuficientes para explicar a diversidade das culturas centro-americanas". Kent Flannery (1983) acrescentou que a evolução unilinear vem a ser inepta para alcançar o objetivo antropológico

genérico de explicar tanto diferenças quanto semelhanças socioculturais.

Críticas etnológicas, em especial as feitas por antropólogos que não são fundamentalmente hostis aos estudos evolucionistas, também minaram a credibilidade da evolução geral. Notou-se que os neo-evolucionistas definiram grupos tribais com base, principalmente, na sociedade dos grandes-homens da Nova Guiné, que tem estruturas políticas e sociais bastante diferentes das sociedades nativas do leste da América do Norte (como as dos iroqueses), isto é, de sociedades com o mesmo modo de produção e, em geral, consideradas em idêntico estágio de desenvolvimento (Whallon, 1982: 156). A tese de Morton Fried (1975) de que muitas das características mais complexas atribuídas às sociedades tribais são produto de aculturação resultante de contatos com povos ocidentais, em vez de desenvolvimentos internos espontâneos, levou muitos arqueólogos a considerar este estágio com grande suspicácia (Renfrew, 1982a). De modo similar, demonstrou-se que chefias surgem como resultado de articulações econômicas e políticas com sociedades mais avançadas (Wolf, 1982: 96-100). Em consequência, os arqueólogos ficaram cada vez mais interessados em explicar a diversidade cultural que intrigava os particularistas históricos (Renfrew, 1982b). Verifica-se uma disposição cada vez maior de admitir que o comportamento humano é conformado por fatores diversos, e que pelo menos algumas formas de comportamento podem não ser assinaladas de maneira inequívoca no registro arqueológico. Embora a maioria dos arqueólogos continue a interpretar seus dados de acordo com uma perspectiva materialista e, muitas vezes, especificamente ecológica (P. Watson, 1986: 441), questiona-se cada vez mais até que ponto fatores ecológicos e econômicos desempenham um papel determinante no que tange ao comportamento humano. Esses desenvolvimentos acarretaram muitas mudanças na análise arqueológica e na maneira como os arqueólogos vêem a natureza humana. Alison Wylie (1985a: 90) chegou a ponto de observar que "há sérios motivos para afirmar que [a variabilidade idiossincrática, tanto

em nível individual como em nível social] é a característica distintivamente humana e cultural do sujeito arqueológico; portanto, deve ser o principal foco de interesse da arqueologia antropológica". Pelo menos algumas dessas correntes acarretaram o renascimento do interesse por tópicos ligados à arqueologia histórico-cultural que tinham passado a ser ignorados em consequência do desenvolvimento da Nova Arqueologia.

Contato entre Sociedades

Um dos avanços que caracterizaram essa mudança de perspectiva foi a tendência a abandonar a idéia de que as sociedades, ou culturas, são unidades cerradas, ou rigorosamente limitadas, passíveis de ser estudadas independentemente umas das outras, e a prestar maior atenção ao papel desempenhado pelos estímulos externos na promoção da mudança cultural. Wolf (1982: ix) afirmou que os antropólogos, especialmente sob a influência do neo-evolucionismo, "parecem ter esquecido que as populações humanas constróem suas culturas em interação umas com as outras, e não isoladamente". Ele acrescenta que as conexões culturais que uma geração mais antiga de antropólogos estudou como difusão só podem ser tornadas inteligíveis, em termos sistêmicos, quando situadas em um contexto político e econômico mais amplo.

O estudo da interação entre as sociedades nunca chegou a ser proscrito pela Nova Arqueologia. Binford (1972: 204) aprovou com entusiasmo o conceito de Caldwell (1964) de "esfera de interação", desenvolvido para explicar como o culto fúnebre hopewelliano (envolvendo o enterramento, junto a personagens de *status* elevado, de bens manufaturados com materiais exóticos) veio a ser compartilhado por muitas sociedades pré-históricas do Meio-Oeste norte-americano. Porém o crescente interesse por sistemas socioculturais específicos e a ênfase neo-evolucionista na invenção independente levaram muitos

adeptos da arqueologia dos assentamentos e da Nova Arqueologia a minimizar o contato e a competição entre as sociedades.

Nos últimos anos, muitos arqueólogos atuantes no Oriente Próximo defenderam a necessidade de considerar a civilização mesopotâmica parte de uma zona muito maior na qual, desde os tempos primitivos, muitas culturas influenciaram o desenvolvimento umas das outras através de várias formas de interação política e econômica (Lamberg-Karlovsky, 1975; Kohl, 1978; Alden, 1982). Houve, também, muita discussão sobre a interação comunidade-sujeito na Europa pré-histórica (Renfrew & Shennan, 1982) e alhures (Renfrew & Cherry, 1986), e sobre a "interação de conjuntos" na América Central (B. Price, 1977). Blanton e seus colaboradores (1981) afirmaram que, em função da intensidade da interação econômica, política e ritual entre as classes dominantes em toda a América Central, nos tempos pré-hispânicos, o desenvolvimento, aí, de qualquer região, como o vale do México, não pode ser compreendido independentemente do desenvolvimento das regiões vizinhas. Por isso, eles se propõem a tratar o conjunto centro-americano como uma só "unidade macrorregional" interligada pela interação das elites locais. Esse enfoque também suscita questões a respeito de como devem ser definidas as fronteiras das macro-regiões. Segundo Blanton e seus colaboradores, o que é reconhecido como América Central foi uma rede de Estados e chefias unidos por intensa interação recíproca de natureza política e ritual, identificável no registro arqueológico. Por muito tempo se supôs que influências econômicas e rituais de origem centro-americana também influenciaram o desenvolvimento da região sudoeste dos Estados Unidos e de todo o leste da América do Norte, embora nem sempre seja possível definir os contextos em que os contatos presumidos ocorreram (Griffin, 1980).

Sabe-se, ademais, que não apenas bens, pessoas e idéias, mas também instituições inteiras podem propagar-se de uma sociedade a outra. A introdução da igreja cristã como uma instituição hierárquica, com seu próprio pessoal especializado, na Inglaterra anglo-saxônica, e a do

budismo, no Japão (fenômenos ocorridos, ambos, no século VI d. C.), produziram um impacto duradouro na organização econômica, social e política desses países, algo claramente distinto do que se poderia esperar se um culto estatal indígena neles se houvesse desenvolvido. Em ambos os casos, a burocracia clerical importada desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da administração dos Estados nascentes (Sansom, 1958: 60-81; Trigger, 1978a: 216-28). O fato de que sociedades podem ser influenciadas desse modo por seus vizinhos torna suas trajetórias de desenvolvimento mais difíceis de prever do que os neoevolucionistas haviam presumido (Green & Perlman, 1985).

Alguns arqueólogos tentaram introduzir maior rigor teórico no estudo da interação entre sociedades. Carl Lamberg-Karlovsky (1985a) usou o conceito de *longue durée* [longa duração], do historiador Fernand Braudel (Stoianovich, 1976), para distinguir entre processos gradualmente cumulativos e períodos dominados pela alternância de forças centrífugas e centrípetas que transformaram a ordem social e cultural e alteraram as sociedades da Mesopotâmia e do planalto iraniano entre 3400 e 1600 a.C. Um número maior de pesquisadores foi atraído pela teoria de Immanuel Wallerstein (1974) do sistema mundial (Kohl, 1978, 1979, 1987; Ekholm & Friedman, 1979; Blanton *et al.*, 1981; Renfrew & Shennan, 1982: 58). Essa abordagem envolve o estudo de sistemas sociais de larga escala, pressupondo uma divisão de trabalho inter-regional em que áreas periféricas fornecem às centrais matérias-primas, as áreas centrais são politicamente dominantes e o desenvolvimento econômico e social de todas as regiões é condicionado pelos seus cambiantes papéis no sistema. Kohl sugeriu que os sistemas mundiais da Antigüidade provavelmente só tinham semelhança superficial com os dos tempos modernos. Em particular, ele afirma que as posições relativas de centros e áreas periféricas podem ter sido menos estáveis do que são hoje, e que a força política pode ter desempenhado um papel mais franco nesse ordenamento. O que é de importância geral é a constatação, cada vez mais ampla, de que as sociedades não são sistemas fechados, nem que diz respeito às sociedades vizinhas, nem,

tampouco, no que tange ao ambiente; a verificação de que o desenvolvimento de uma sociedade ou cultura pode ser condicionado, ou influenciado, pela rede social mais ampla de que é parte. Há também um reconhecimento progressivo de que as regras que regem esses processos são, em si mesmas, dignas de investigação. O desafio consiste em ampliar não apenas a análise funcional como também a sistêmica, de modo a cobrir os processos que costumavam ser explicados em termos de difusão. O estudo da interação econômica entre o centro do Oriente Próximo e a periferia européia, iniciado por Childe em *O mais antigo Oriente* (1928), antecipou a teoria do sistema mundial em muitos aspectos importantes, e não há dúvida de que predisps os arqueólogos a aceitar o enfoque de Wallerstein. As idéias de Childe, por seu turno, eram baseadas em padrões de interação estabelecidos por Montelius em seus estudos difusionistas.

Essas observações suscitaram novas questões a propósito do conceito de sistemas socioculturais. Não é possível negar que muitas fronteiras sociais são definidas por níveis reduzidos de interação. Caberá, porém, distinguir uma hierarquia de níveis em que os indivíduos sejam agrupados como membros de famílias, as famílias como partes de comunidades, as comunidades como componentes de sociedades, e as sociedades constituam esferas de interação mais amplas? Ou será que os indivíduos participam diferencialmente de interações padronizadas em muitos níveis, e como membros de muitas espécies diferentes de grupos sociais (R. McGuire, 1983)? Não se deve minimizar a importância de intermediários e de tomadores de decisões, tais como chefes, agentes de governo e reis, que fazem mediação entre os diferentes níveis da sociedade, e assim efetivam vários graus de circunscrição. Porém, uma análise detalhada de redes de interação social, política e econômica coloca em questão a idéia de que sociedades e culturas são unidades de análise mais significativas do que numerosas categorias, tanto mais amplas quanto menores (cf. Clarke, 1968). A entidade social a ser estudada é determinada pelo tipo de problema que se está a pesquisar.

Há também um interesse crescente pelo grau em que as culturas e sociedades constituem sistemas em um sentido rigoroso. São elas, de fato, altamente integradas e, portanto, altamente seletivas no que tange a inovação, ou, desde que preencham um mínimo de pré-requisitos - suprindo de modo suficiente alimento, vestes, abrigo, reprodução e descendência, de modo a garantir sua continuidade (Aberle *et al*, 1950) - o resto de seu conteúdo seria livremente variável e, portanto, provavelmente suscetível de ser influenciado por uma sucessão aleatória de idéias pinçadas de outras culturas? Wolf (1982: 390-1) afirma que não podemos "imaginar culturas como totalidades integradas ... [e que elas] são apenas séries culturais de práticas e idéias postas em funcionamento por determinados atores humanos, sob determinadas circunstâncias". A idéia recente de cultura como uma coleção de "elementos variados e freqüentemente incongruentes, reunidos operacionalmente em harmonia sofrível" (Hanbury-Tenison, 1986: 108) aproxima-se do particularismo histórico, especialmente quando recordamos que Boas e seus discípulos consideravam necessário algum grau de consistência psicológica em cada cultura (Benedict, 1934). Embora poucos arqueólogos tenham explicitamente abandonado a terminologia associada com a visão sistêmica de cultura, muitos não concordam mais com Steward em que a difusão nada mais pode fazer do que duplicar processos internos de causa e efeito. Um grande número de arqueólogos hoje reconhece que sociedades podem ser modificadas não só por pressões econômicas e políticas de grupos vizinhos, mas também por idéias emprestadas de sociedades adjacentes, e a um tal ponto que a cultura recipiente pode desenvolver-se de modo como, por certo, não o faria na ausência desses estímulos externos (Lamber-Karlovsky, 1985a: 58-60). Afirma-se, também, um interesse crescente por fatores não econômicos, tais como crenças religiosas, na promoção da mudança social. Embora a maioria dos arqueólogos professe uma orientação materialista, o grau em que a adaptação ecológica determina sistemas culturais é cada vez menos considerado

como pré-estabelecido no estudo das sociedades, e tratado como um ponto que, em seu devido tempo, deve ser verificado empiricamente. Novas concepções de interação entre culturas reabriram a questão, muitas vezes debatida, do valor das analogias etnográficas para a interpretação arqueológica. Os arqueólogos neo-evolucionistas pressupuseram que as primeiras descrições registradas de culturas nativas revelaram como elas se apresentavam antes do contato com os europeus, e que essas informações podiam ser usadas, sem um sério questionamento, nos estudos transculturais da variação do comportamento. Por exemplo, os coissãs, ou bosquímanos da África meridional, foram tratados como paradigma da sociedade de caçadores-coletores. A arqueologia agora revela que muitas culturas nativas foram amplamente modificadas em consequência do contato com os europeus, antes que europeus fizessem as primeiras descrições delas (Ramsden, 1977; Cordell & Plog, 1979; Wilcox & Masse, 1981). É possível que todas as sociedades tribais e de caçadores-coletores do mundo tenham sido influenciadas, em alguma medida, pelo contato com sociedades tecnologicamente mais avançadas, antes do estudo etnográfico (Brasser, 1971; Fried, 1975; Wobst, 1978; Monks, 1981; Trigger, 1981b). Há crescente evidência histórica e arqueológica de que o modo de vida bosquímano foi substancialmente modificado, nos últimos anos, por contatos com colonos europeus, e durante longos períodos o foi por sua interação com vizinhos bantus e hotentotes (Schrire, 1980, 1984). O impacto que esses outros grupos tiveram no ambiente da África meridional também pode ter alterado de muitos modos a vida dos bosquímanos. Em tais circunstâncias, é arriscado para os antropólogos pressupor que os bosquímanos, ou outras sociedades modernas de caçadores-coletores, são necessariamente equivalentes aos caçadores-coletores paleolíticos. Esses estudos, embora se mostrem revolucionários depois de um longo período dominado pelo neo-evolucionismo, retomam um padrão estabelecido por Strong (1935) e Wedel (1938) em sua demonstração arqueológica de que populações de caçadores eqüestres altamente móveis encontradas nas grandes

planícies da América do Norte eram um fenômeno relativamente recente, e que, em algumas áreas, agricultores sedentários os tinham precedido.

Os vários laços que ligam os modernos caçadores-coletores a seus vizinhos não caçadores-coletores também suscitam a questão de saber se as sociedades de caçadores-coletores (ou sociedades tribais) antigas e as modernas compartilham o mesmo modo de produção e podem, assim, ser tratadas como sociedades no mesmo estágio de desenvolvimento. Como base para certas generalizações a respeito da natureza das adaptações de caçadores-coletores a ambientes de alta latitude, Binford (1983a: 337-56) recorreu a grupos nativos do norte que, durante muitas gerações, se engajaram na caça com armadilhas, e no comércio de peles com europeus. Alguns antropólogos acreditam que, em função da intrínseca flexibilidade de sua adaptação à floresta boreal, as economias de alguns desses grupos não foram radicalmente alteradas pelo comércio de peles (Francis & Morantz, 1983: 14-15); outros, porém, discordam. Somente estudos arqueológicos detalhados podem determinar objetivamente até que ponto descrições etnográficas de sociedades de caçadores-coletores, ou de agricultores tribais, propiciam uma descrição adequada do que eram tais sociedades em tempos pré-históricos (D. Thomas, 1974). Até que sejam feitas mais pesquisas desse tipo, o significado de grandes estudos transculturais baseados em dados etnográficos deve permanecer duvidoso. Já se demonstrou que a comparação de sociedades que foram influenciadas pela colonização européia pode dar uma falsa impressão do grau de variação de fenômenos

culturais tais como a terminologia de parentesco (Eggan, 1966; 15-44). A arqueologia tem, assim, um papel importante a desempenhar não apenas no deslindamento da complexa história do passado, mas também no prover uma perspectiva histórica para a compreensão do significado de dados etnográficos. Um número crescente de antropólogos passou a acreditar que etnólogos e antropólogos sociais, quer estudem a estrutura social quer a mudança, investigam os resultados da aculturação,

porquanto seus dados derivam de sociedades de pequena escala que estão sendo destruídas ou integradas, de modo cada vez mais completo, no moderno sistema mundial. Só a história e a arqueologia podem estudar a evolução de culturas no passado. Fica cada vez mais claro, também, que nenhuma sociedade pode ser corretamente entendida, ou mesmo classificada, de um ponto de vista estrutural sem que se leve em conta sua relação com outras sociedades (Wolf, 1982; Flannery, 1983).

Relações entre sociedades coexistentes, em especial aquelas que têm níveis de desenvolvimento distintos, voltaram a ser vistas como uma fonte importante de mudança e, portanto, como uma poderosa força evolutiva e um objeto legítimo de análise antropológica, tal como as mudanças geradas no plano ecológico estudadas pelos antropólogos neo-evolucionistas. A teoria evolucionista não deve tratar apenas de mudanças estimuladas pela ecologia. Deve procurar compreender como sociedades vizinhas influenciaram o desenvolvimento umas das outras ao longo da história (Wolf, 1982; McNeill, 1986). Em particular, os antropólogos devem fazer generalizações a respeito de como as sociedades se influenciam mutuamente, sobretudo no caso das que têm diferentes tipos de economia. Antropólogos sociais já tentam fazê-lo para sociedades contemporâneas de pequena escala que estão sendo colhidas pelo sistema capitalista mundial. Os arqueólogos têm diante de si a formidável tarefa de produzir generalizações similares para um vasto elenco de sociedades pré-capitalistas. Alexander e Mohammed (1982) foram pioneiros neste tipo de abordagem, elaborando um modelo de fronteiras para explicar a interação entre sociedades de caçadores-coletores e sociedades de agricultores no Sudão. Golson (1977) destacou a necessidade de considerar a competição entre diferentes tipos de sociedades de caçadores-coletores como uma importante fonte de mudança. Um corpo teórico evolucionista que busque explicar não apenas a mudança gerada no plano ecológico, mas também transformações resultantes da interação entre diferentes sociedades deve ser, necessariamente, complexo ao extremo. Afigura-se irreal pensar que uma estrutura teórica desse gênero venha a ser, algum

dia, completamente elaborada (Trigger, 1984e). Ao contrário, ela certamente continuará a ser aperfeiçoada à medida em que as ciências sociais fizerem progressos na compreensão do comportamento humano. Um tal corpo teórico tende a ser mais eclético e indutivo em suas origens do que preconizam os princípios da Nova Arqueologia. Há de constituir, porém, uma base mais sólida e mais realista para a compreensão da mudança cultural do que a antropologia neo-evolucionista com sua preocupação quase exclusiva com as explicações ecológicas. E também aproximará mais a arqueologia das práticas genéricas das ciências sociais, tanto teórica quanto metodologicamente.

Neo-historicismo

Ao tempo em que se apercebem da necessidade de ampliar o alcance de suas generalizações teóricas, os arqueólogos já passam a considerar a possibilidade de que as sociedades sejam tão complexas, suas estruturas tão elásticas, e as forças externas que as influenciam tão ecléticas, que a causa exata de seu desenvolvimento, na melhor das hipóteses, só poderá ser predita em parte, e para um curto período. De acordo com muitos arqueólogos, a complexidade da sociedade humana torna o conceito de causalidade de pouco valor para a compreensão de sua origem (Flannery, 1972; Rowlands, 1982). Toma-se consciência de que se, depois de uma pesquisa intensa, desenvolvida por várias gerações, os historiadores ainda estão a discutir as razões da ascensão e queda do império romano, para os arqueólogos não é nada realista aventurar-se a uma pronta conclusão, seja definindo, com muito otimismo, que os processos por eles estudados podem ser explicados através de formulações simplistas, seja, com muito pessimismo, decretando que a complexidade bloqueia a compreensão (D. Fisher 1979). Isso levou à crescente rejeição da tese positivista de que a toda explicação equivale uma predição. M. Salmon (1982:109; ver também W. Salmon, 1984 e W. Salmon *et al.*, 1971) afirmou que isso, em grande medida, toma a forma de um modelo de relevância estatística segundo o qual um evento é

explicado quando todos os fatores estatisticamente relevantes para sua ocorrência e não-ocorrência estão reunidos, e os valores de probabilidade pertinentes são determinados à luz desses fatores. O que Salmon deixou de assinalar é que esta abordagem é quase idêntica ao método tradicional de explicação histórica. Contudo, os historiadores tendem a ser mais céticos quanto à possibilidade de identificar todos os fatores relevantes, e reconhecem que, em períodos curtos, os valores probabilísticos podem ser atribuídos a muitos deles apenas provisoriamente, e com base no senso comum (Dray, 1957). Isso não diminui a importância da arqueologia para a produção de generalizações sobre o comportamento humano, ou sobre tendências de longa duração no desenvolvimento cultural. Sugere, porém, que explicações de mudanças em sociedades específicas devem basear-se, tanto quanto em teorias bem fundadas, no conhecimento detalhado do que aconteceu - e, mesmo assim, devem ser feitas ressalvas quanto à intervenção de fatores inesperados.

O longo e, para os padrões arqueológicos, sofisticado debate a respeito do colapso da civilização maia clássica mostra que mais dados são necessários para reduzir o espectro das explicações possíveis, e permitir a formulação de problemas mais elaborados (Culbert, 1973; Hammond, 1977). Embora a crescente sofisticação teórica reduza a faixa do imprevisível, reproduzir o passado com exatidão não se tornou mais viável para os arqueólogos do que prever o futuro. A explicação do passado é vista como necessariamente idiográfica, ainda que em todas as instâncias possam ser invocados princípios gerais em apoio da argumentação.

Enquanto compreensão de como e porque determinadas sociedades se desenvolveram no passado da maneira como o fizeram, o conhecimento histórico é indispensável para explicar o atual estado das sociedades em todo o mundo. Como apenas a arqueologia e a história documental produzem a evidência necessária para descrever o desenvolvimento cultural no passado, elas são essenciais para a compreensão do fundamento histórico dos dados que as outras ciências sociais analisam.

A constatação cada vez mais ampla deste fato está, lentamente, constituindo a base para uma nova relação complementar entre arqueologia e etnologia. Nessa relação, a arqueologia não tenta emular a etnologia, mas, estudando o desenvolvimento de sistemas sociais concretos, provê a base indispensável para a formulação de generalizações fidedignas sobre estrutura e mudança. Longe de periféricas, a história e a arqueologia são cruciais para o entendimento das outras ciências sociais.

A despeito desses avanços, a arqueologia processual norte-americana, ainda dominante, não começou a ver a sociedade em si, ou os seres humanos, como fonte de qualquer parcela significativa de mudança sociocultural (para as exceções, ver R. Adams, 1965; Willey, 1986). Esse ponto de vista, com uma ênfase cada vez maior em "mente" e "valores", é hoje representado por um movimento ainda minoritário, mas que tende a crescer com rapidez na arqueologia britânica e na norte-americana, e se autodenomina de variadas formas: arqueologia simbólica, estrutural ou crítica (Renfrew, 1982c). Esse movimento inspirou-se, em grande medida, em abordagens marxistas que datam do fim da década de 1960, surgidas na França e na Inglaterra, com raízes não no marxismo ortodoxo, mas em tentativas de combinar marxismo com estruturalismo - tentativas empreendidas pelos antropólogos Maurice Godelier, E. Terray e P. P. Rey, assim como pelo filósofo L. Althusser. Outras fontes de inspiração vêm a ser o antipositivismo da escola de Frankfurt - movimento para-marxista que remonta à década de 1920, representado, principalmente, pelos trabalhos de Jürgen Habermas (1975) e Herbert Marcuse (1964) a teoria anarquista do conhecimento de Paul Feyerabend (1975) e, por fim, as análises econômicas de Claude Meillassoux (1981). Apesar de diferenças de pormenor, as obras arqueológicas que aí se inspiram sublinham a complexidade dos modos de produção, o importante papel desempenhado pela consciência humana na produção da mudança, o significado decisivo de choques de interesses entre homens e mulheres (ou entre grupos etários distintos) na geração de conflitos nas

sociedades sem classe e a impregnação ineludível de todas as atividades humanas, inclusive a pesquisa científica, pela ideologia. Compartilham, também, a convicção de que Marx e Engels não lograram produzir uma análise detalhada das sociedades pré-classes, e a de que é dever dos antropólogos marxistas remediar esta deficiência não pelo retorno às obras dos fundadores do marxismo, mas construindo novas teorias marxistas das sociedades pré-capitalistas com base no conhecimento contemporâneo a respeito desses grupos (Bloch, 1985: 150).

Através desses canais, muitos conceitos marxistas importantes foram introduzidos na arqueologia britânica e norte-americana como alternativas aos princípios da arqueologia processual. Destaca-se, nesse contexto, a preocupação em explicar a mudança sociocultural com base em um quadro de referência teórico que atribui papel central às relações sociais. A arqueologia processual é rejeitada, assim como são rejeitados o neo-evolucionismo, o estruturalismo, o materialismo cultural e a ecologia cultural, porquanto reificam indevidamente a estabilidade, tratam as causas da mudança cultural como extrínsecas às relações sociais e consideram os seres humanos objetos passivos, moldados por fatores externos. A ecologia é vista como condicionando, mais que dirigindo, a mudança, e as novas tecnologias são interpretadas não só como respostas a mudanças econômicas e sociais, mas também como uma força relevante envolvida na sua promoção. Os conflitos sociais derivados de interesses contraditórios são considerados características vitais, difusas, das sociedades humanas e vistos como uma grande fonte de mudança.

Essa concepção contrasta com as preocupações integracionistas do funcionalismo, do estruturalismo clássico e da fenomenologia, com grande desvantagem para tais enfoques.

As novas abordagens também defendem uma visão da história centrada nos seres humanos. O marxismo se recusa a explicar significação, simbolismo e fenômenos sociais em termos de determinantes não-sociais, para, assim, dar à arqueologia um verniz de ciência social convencional (Tilley, 1984: 144). Em vez de explicar o comportamento

humano como passivamente moldado por forças externas, os arqueólogos marxistas enfatizam a intencionalidade e a produção social da realidade. Insistem em um enfoque holístico. Procuram explicar não apenas as regularidades transculturais, mas também as particularidades, as diferenças individuais e os contextos específicos que distinguem uma instância concreta de mudança social de outra. Empenhando-se em criar uma ciência social unificada, o marxismo ignora as distinções entre história e evolução e entre história e ciência. O estudo da história é considerado científico por natureza e envolve generalização. Por fim, essas abordagens reafirmam a base social do conhecimento. Conhecimento e autoconsciência não são considerados absolutos, mas produtos de sociedades específicas. Considera-se que o contexto social da pesquisa arqueológica contemporânea influencia as interpretações do passado. Tudo isso sugere que o tipo de certeza almejada pelos pesquisadores positivistas não pode ser alcançado.

Idealismo e Neomarxismo

Há, porém, diferenças significativas na maneira como questões cruciais são tratadas não só entre os teóricos marxistas ocidentais e os soviéticos, mas também entre diferentes arqueólogos marxistas. Pressupõe-se tradicionalmente que uma perspectiva materialista é fundamental para o marxismo. Arqueólogos marxistas como Antonio Gilman (1984) afirmam que a economia desempenha um papel predominante na configuração da superestrutura social, política e religiosa de qualquer sociedade, embora não excluam as relações recíprocas entre esses dois níveis. Outros pesquisadores enfatizam essa reciprocidade a um ponto tal que negam a primazia da base econômica. Susan Kus (1984) e Peter Gathercole (1984) questionam a própria distinção entre base e superestrutura, algo que Gathercole sugere ser um reflexo da preocupação ocidental com a economia. John Gledhill (1984) afirma que os marxistas ocidentais geralmente consideram fatores não econômicos dominantes em sociedades pré-capitalistas.

A preocupação com fatores não econômicos é gritantemente visível na enorme atenção que se dá à religião e à ideologia (Miller & Tilley, 1984; Conrad & Demarest, 1984). A ideologia é descrita por Kristian Kristiansen (1984) como um fator ativo nas relações sociais, e Michael Parker Pearson (1984: 61), sem fazer qualquer referência a sua função econômica, afirma que instrumentos são produtos de ideologia tanto quanto uma coroa ou um código de leis. Alguns arqueólogos discutem ideologia em um contexto explicitamente materialista. Assim Kristian Kristiansen descreve a religião megalítica da Europa ocidental, ao passo que Miller e Tilley (1984: 148) afirmam que a ideologia não é um comentário autônomo, mas constitui parte de um esforço no sentido de produzir, sustentar e resistir a mudanças sociais que se reportam a conflitos de interesses entre grupos. Por outro lado, as seguintes teses podem ser vistas como favoráveis à interpretação idealista do comportamento humano: a sugestão de M. P. Pearson (1984: 63) de que a ideologia é capaz de dirigir a atividade econômica; a afirmação de Mary Braithwaite (1984: 107) de que compreender o papel da cultura material no rito e nas praxes de prestígio constitui o primeiro passo necessário para a reconstrução de outras dimensões de mudança e de padrões representados no registro arqueológico; a aprovação concedida por Christopher Tilley (1984: 143) aos esforços de Habermas no sentido de elevar a esfera ideológica "a um papel explicativo importante".

Ainda mais indicativa de uma posição idealista é a descrição recorrente do ritual como um "discurso" destinado a reafirmar relações sociais vigentes, fazendo-as aparecer como parte da ordem natural, ou voltado para incrementar o poder de grupos, ou de indivíduos, privilegiados. Tilley (1984: 143), porém, seguindo Marx e Engels bem de perto neste ponto, recorda-nos que essas idéias subestimam a capacidade dos indivíduos oprimidos de analisar sua própria situação, e adverte que a ideologia nunca é capaz de tudo abarcar sob seu controle. Em vez disso, ela se torna parte de um diálogo entre dois ou mais segmentos, inclusive exploradores e explorados. Tilley não chegou a propor como corolário que a continuidade de um ritual sugere a satisfação das necessidades

materiais de todos os grupos partícipes. Nas análises por ele feitas dos montículos funerários suecos do neolítico, estaria mais de acordo com os procedimentos marxistas tradicionais determinar que fatores na economia determinaram o individualismo e promoveram a ruptura do controle social baseado na linhagem do que atribuir esta mudança, em primeira instância, ao colapso de cerimônias de legitimação (J. Thomas 1987: 422). Tampouco ficou demonstrado que em sociedades pré-classes o ritual serve apenas para o incremento do prestígio grupai. Em grande medida, o rito aí parece ter servido para disfarçar - e simbolicamente compensá-la - a ineficácia de uma tecnologia rudimentar no enfrentamento das forças naturais (Godelier 1978: 4-6). Também não está claro que, nas sociedade sem classes, as relações sociais enquanto tais tinham de ser, ou eram, mascaradas pela ideologia.

Esses arqueólogos também discordam no tocante a quanto é preciso conhecer a respeito das ideologias pré-históricas a fim de definir o papel que elas teriam desempenhado. Dizem alguns que significados simbólicos específicos e processos sociais são "reciprocamente interligados" e, portanto, há que conhecer os primeiros com algum pormenor para que a mudança cultural possa ser explicada (Hodder, 1984a). Braithwaite (1984: 94) sugere que o conteúdo exato de sistemas de crença pode ser irrecuperável arqueologicamente, embora sua operação não o seja. Seu conceito de "operação" parece diferir pouco da abordagem funcionalista de ritual e ideologia.

Consideradas de um ponto de vista transcultural, as reconstruções de sistemas de crenças até agora ensaiadas parecem conceitualmente limitadas, ou etnocêntricas. Com base em analogias aleatoriamente selecionadas, artefatos colocados nos túmulos têm sido considerados sacrifícios a ancestrais mortos que teriam o poder de influir sobre o bem-estar de seus descendentes. A ligação genérica que faz Tilley (1984) de morte e destruição com a promoção de fertilidade, vida e ordem social não é substancialmente diferente das especulações de James Frazer. Não há sinal de técnicas que permitam captar aspectos

específicos de rituais, à parte aquelas associadas com abordagens históricas diretas e recurso a documentos escritos.

Os marxistas tradicionalmente têm pressuposto que as contradições com maior influência sobre a promoção de mudanças sociais são as que vigem entre relações de produção e meios de produção. Isso não implica determinismo tecnológico, porquanto a relação entre os meios de produção e as relações de produção é reflexa. Marx e Engels presumiam que, nas sociedades de classes, a mudança toma a forma de uma luta entre diferentes classes com o propósito de controlar e explorar as relações de produção. As sociedades primitivas eram consideradas sem classes, portanto, como sociedades em que tais lutas não aconteceriam. Eles se voltaram para as sociedades sem classes com o objetivo de provar que as instituições básicas das sociedades de classes são transitórias, e não fundadas em uma natureza humana imutavelmente competitiva. Isso, porém, levou a debates sobre se é possível uma análise especificamente marxista de sociedades sem classes (Gilman, 1984: 116). No que tange a esse estágio, os marxistas concederam aos fatores adaptativos um papel mais importante na promoção de mudança cultural, pois isto se ajustaria melhor a forças de produção mais débeis. Com tal enfoque, Engels foi capaz de ir muito mais longe do que qualquer biólogo darwiniano de seu tempo, inclusive o próprio Darwin, ao propor uma teoria materialista das origens humanas que atribuía ao trabalho um papel fundamental no contexto de grupos sociais (Trigger, 1967b; Woolfson, 1982). Engels descreveu a mão humana como um produto, tanto quanto um órgão, de trabalho. Sugeriu que a seleção natural, operando sobre uma capacidade rudimentar para o uso de instrumentos, resultou em bipedalismo e, conseqüentemente, na expansão do cérebro humano. Isso levou não apenas a formas mais complexas de comportamento econômico, mas também à aparição da linguagem como um instrumento mais eficaz de comunicação, e de uma nova forma de consciência e de auto-objetivação, coisas que fizeram da flexibilidade e do planejamento elementos singularmente importantes nas adaptações humanas. Assim, combinando a teoria marxista com a

biologia darwinista, Engels formulou de maneira dedutiva uma conclusão que os biólogos não-marxistas levaram mais oitenta anos para alcançar (S. Washburn, 1960). A formulação de Engels indica também com clareza que, se o marxismo tradicional atribui a fatores adaptativos um papel importante na promoção da mudança em sociedades de pequena escala, esses fatores não são vistos como operando automaticamente. Em vez disso, eles são vistos como promotores de mudanças nas relações de produção como resultado de decisões tomadas conscientemente em um contexto social.

Muitos antropólogos neomarxistas franceses adotaram uma abordagem diferente para explicar a mudança em sociedades sem classes. Eles tentaram minimizar as diferenças entre as sociedades sem classes e as sociedades de classes, e estender a análise marxista das mudanças em sociedades de classes a fim de explicar as que ocorrem em sociedades mais simples. Esse enfoque foi adotado por alguns arqueólogos. M. P. Pearson (1984) sustenta que em sociedades sem classes "grupos de interesse" constituídos por homens e mulheres, jovens e adultos, ou membros de diferentes clãs e linhagens, lutam do mesmo modo que as classes nas sociedades mais avançadas. Ele também afirma - erroneamente - ser uma premissa essencial do marxismo que todos os seres humanos são motivados por interesses próprios, e buscam o poder para efetivá-los. Tilley (1984) segue Meillassoux e Terray ao proclamar que relações sociais de exploração existem em todas as formações sociais. Essas concepções uniformitaristas da sociedade se contrapõem à tese marxista de que a natureza humana é transformada de forma substancial pela mudança social (Fuller, 1980: 230-64; Geras, 1983). Tendem, também, a minar a esperança marxista de que, no futuro, venham a ser criadas sociedades sem base na exploração e, o que é mais importante, ignoram a abundante evidência etnográfica de que, em sociedades de pequena escala, o prestígio é adquirido e mantido através da redistribuição e da generosidade, mais do que pelo acúmulo de riqueza material (Sahlins, 1968).

Os marxistas consideram a falsa consciência uma característica tanto das sociedades pré-classes como das sociedades de classes. Sustentam que, para funcionar de modo eficaz, essas sociedades precisam disfarçar sua inépcia tecnológica e fazer a exploração aparecer como altruísmo. Essa idéia, particularmente na forma em que foi exposta por György Lukács, serviu de ponto de partida para o virulento antipositivismo da Escola de Frankfurt e, assim, atraiu também arqueólogos ocidentais rebelados contra as estreitezas do positivismo. Recusam-se estes a aceitar que, se os arqueólogos dispuserem de dados suficientes e seguirem procedimentos analíticos adequados, muito embora o meio no qual vivem possa influenciá-los na formulação de suas questões, os resultados obtidos estarão o mais próximo possível da verdade científica, sem qualquer contágio de ideologia e de preconceito pessoal. Daniel Miller (1984: 38) define o positivismo como a aceitação apenas do que pode ser experimentado pelos sentidos, medido e predito como cognoscível, e afirma que ele visa a produção de conhecimento técnico apto a facilitar a exploração de seres humanos pelas elites opressoras; já Miller e Tilley (1984:2) declaram que o positivismo estimula a aceitação de ordenamentos sociais injustos, persuadindo as pessoas de que as sociedades são moldadas de um modo irresistível por pressões externas. Essas acusações têm paralelo na assertiva de Marcuse (1964) de que o positivismo sempre apoiou causas reacionárias na política, acusação esta que o filósofo polonês Leszek Kolakowski (1978c: 400-2) refutou de modo cabal.

Uma percepção cada vez mais clara do caráter difuso da ideologia levou à crescente consciência de que não apenas as questões colocadas, mas também as respostas julgadas aceitáveis na arqueologia são influenciadas por atitudes e crenças generalizadas dos arqueólogos e das sociedades nas quais eles vivem. Essa idéia é compartilhada por muitos não-marxistas, entre eles Stuart Piggott (1950) e Glynn Daniel (1950), que, muito tempo atrás, em suas histórias da arqueologia, examinaram o impacto de modas intelectuais como o racionalismo e o romantismo. O novo relativismo estimulou análises que mostram até que ponto a

interpretação arqueológica e as obras de divulgação têm exprimido as idéias de grupos dominantes, na América e alhures. Tornou-se moda acreditar que as interpretações históricas são "sempre produzidas a serviço de interesses de classe" (Leone, 1986: 418). Essa abordagem também começou a formar uma consciência de quanto os patrocinadores privados e as agências governamentais moldaram o desenvolvimento da arqueologia, através do apoio seletivo a projetos de pesquisa (Wilk, 1985; Patterson, 1986a), e como os vieses sexistas dos arqueólogos influenciaram suas interpretações do passado (Gero, 1983; Conkey & Spector, 1984). Os arqueólogos têm sido lembrados de que mesmo o que eles consideram dados são construções mentais, logo, não independentes de pressupostos, muitas vezes inconscientes (Wylie, 1985b: 73). Conseqüentemente, há uma convicção cada vez maior de que a interpretação arqueológica deve ser compreendida em um contexto social, político e histórico, e de que os arqueólogos devem prestar atenção a como as sociedades, ou os grupos no interior de uma sociedade, modelam a interpretação do passado para seus próprios fins (Leone, 1986: 432).

Entre os relativistas, porém, dá-se uma aguda discordância no que diz respeito a saber se a interpretação arqueológica pode vir a ser mais do que uma expressão da ideologia e da opinião pessoal, ou se o conhecimento dos fatores sociais que a influenciam pode ajudar os arqueólogos a transcender essas limitações e alcançar uma maior objetividade. Alguns relativistas alegam que os arqueólogos não têm o direito moral de interpretar a pré-história de outros povos (Hodder, 1984b) e afirmam que seu principal dever é dar aos indivíduos meios de construir suas próprias concepções do passado - embora não fique claro como uma tal informação poderá ser dada sem que vieses intrínsecos se lhe ajuntem.

Essas idéias extremas têm poderosas implicações para qualquer teoria do conhecimento na arqueologia. Enquanto um número crescente de arqueólogos marxistas e não-marxistas concordam que, em função da complexidade das situações humanas concretas, não se podem equiparar

predição e explicação, Miller e Tilley (1984: 151) seguem B. Hindess e P. Hirst (1975: 1-5) na rejeição de qualquer concepção positivista ou empírica do conhecimento. Eles dizem que afirmações a respeito do passado só podem ser julgadas por sua coerência interna, sendo "criticáveis apenas em termos de relações conceituais intrínsecas, jamais por padrões impostos de fora, ou por meio de critérios para 'medir' ou 'determinar' verdade ou falsidade". Gathercole (1984), entre outros, enfatiza a subjetividade da arqueologia, descrevendo-a como uma disciplina basicamente ideológica. M. J. Rowlands (1984) vê o subjetivismo extremo como uma ameaça à arqueologia. Kolakowski (1978c: 300) vai ainda mais longe, no tocante às ciências sociais como um todo, quando denuncia como um projeto irracional e anticientífico o empenho de Lukács em deixar o marxismo fora do alcance da crítica empírica. Essa tendência é levada ao extremo por arqueólogos como Miller e Tilley, que seguem os acadêmicos da escola de Frankfurt ao interpretar o marxismo como tão-somente um enfoque subjetivo, entre outros, da condição humana. A reivindicação de Marx de um estatuto científico para seu próprio método é rejeitada como um esforço vão por dar a sua obra um "verniz" de ciência positivista.

O que não se leva em conta é que o reconhecimento do fenômeno da falsa consciência por Marx não foi acompanhado pela rejeição total do positivismo. Engels observou que, embora o conhecimento absoluto seja inatingível, ao tentar aproximar-se dele os seres humanos chegam a uma descrição cada vez mais precisa e completa da realidade como um todo, o que é confirmado pela eficácia de suas ações (Kolakowski 1978a: 306). G. V. Plekhanov e Lenin tornaram esta tese central no marxismo soviético (Bloch, 1985: 95-123; Kolakowski, 1978b: 305-527). Por outro lado, o relativismo extremo faz postulações definitivas acerca do que se pode saber com respeito à natureza da realidade, de um modo que contradiz sua própria tese básica - a de que nada pode ser conhecido com certeza. E contesta ainda o papel da arqueologia e das outras ciências sociais como fontes de conhecimento cumulativo utilizável para controlar o mundo natural e ajudar na definição do destino da

humanidade. Além de refletir uma desesperança crescente dos cientistas norte-americanos na capacidade do conhecimento científico de ajudar a construir mudanças sociais positivas, esses ataques ao positivismo e ao empirismo ainda estimulam a crença de que todo o chamado conhecimento científico do comportamento humano nada mais é que fantasia e auto-ilusão. Em última instância, isto só pode servir a quem deseja desacreditar as ciências sociais (e a própria razão, em suma) como guias para a ação humana.

O ingresso de conceitos marxistas na arqueologia ocidental levou ao questionamento de muitas certezas e provocou novos e importantes debates. Porém, seus defensores mostram uma espantosa falta de interesse pela arqueologia soviética, pelas diferenças teóricas entre o marxismo antropológico e o ortodoxo e pela obra de Gordon Childe, muito embora Leone (1972: 18) tenha observado que uma das razões pelas quais Childe foi "o melhor arqueólogo que o campo já produziu é que ele tinha, e usava, um poderoso paradigma, o materialismo marxista". Vários arqueólogos ocidentais se desviam de seu curso para caracterizar a arqueologia soviética como "envelhecida" e "estéril", sem buscar saber o que ela realizou. Sua atitude contrasta curiosamente com o interesse mais sério que uns poucos arqueólogos britânicos e americanos conservadores mostraram pela arqueologia soviética (Renfrew, 1970: 174). Isso está de acordo com a tese, talvez exagerada, de Kolakowski (1978c: 524-5) segundo a qual, embora as idéias marxistas tenham permeado as ciências históricas e as humanidades, o marxismo, como sistema, deixou de ser uma força intelectual ativa na sociedade ocidental. De forma mais específica, ele afirma que a Escola de Frankfurt e sua "teoria crítica" não chegam a constituir "em nenhum sentido, uma continuação do marxismo, seja em que rumo for, segundo demonstram sua dissolução e paralisia" no Ocidente (*ibidem* 395). Matthew Spriggs (1984b: 5) recorda que, em 1977, o marxismo antropológico francês parecia oferecer aos arqueólogos "uma perspectiva potencialmente unificadora". Hoje, porém, é comum observar que o marxismo ocidental parece duplicar no seu seio a

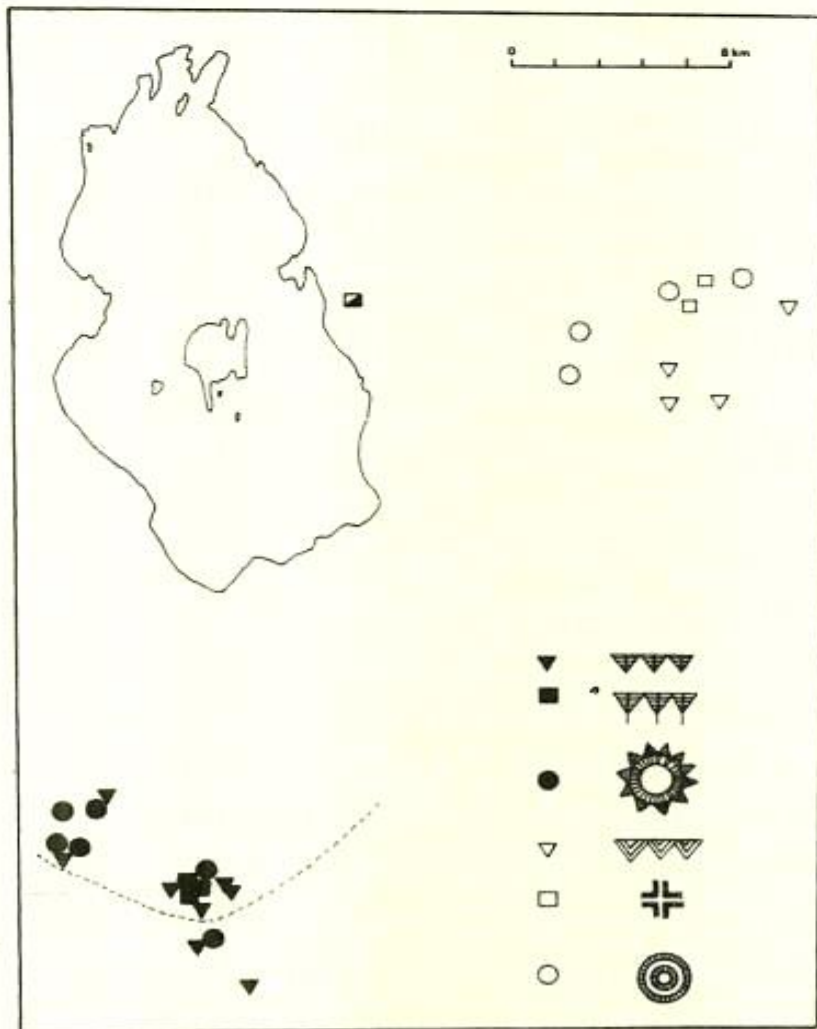
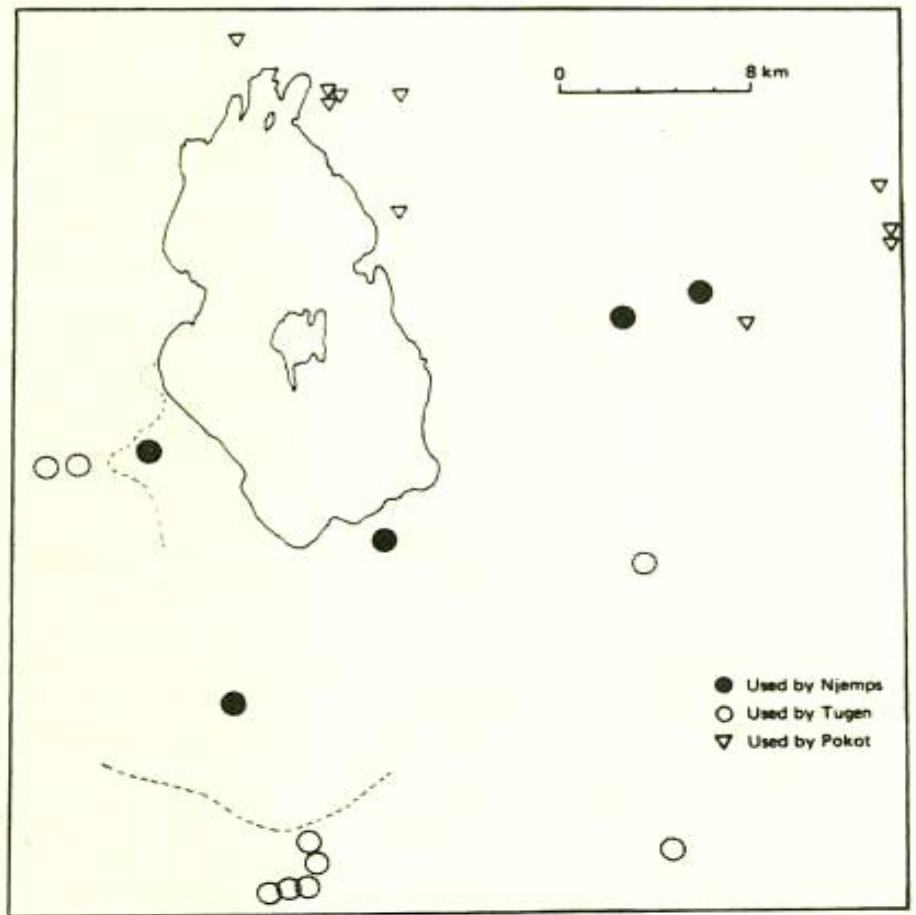
maioria dos cismas verificados nas ciências sociais não-marxistas. Na arqueologia, foi claramente o que aconteceu: a maior parte das interpretações dessa ordem se baseiam em princípios marxistas selecionados, e não no marxismo como sistema filosófico.

Arqueologia Contextual

Embora Ian Hodder tenha participado de, e também inspirado, muitas das correntes mencionadas acima, sua abordagem contextual da arqueologia situa-se à parte de todas elas em vários aspectos; hoje, aliás, seu paradigma é reconhecido como a principal contestação e o rival mais importante da arqueologia processual (Binford, 1986, 1987). Uma tese básica do contextualismo é a afirmação de Hodder, etnograficamente muito bem documentada, de que a cultura material não é um mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sociopolítica; também constitui um elemento ativo nas relações entre grupos, elemento que tanto pode ser usado para disfarçar relações sociais como para as refletir. Grupos em franca competição podem valer-se da cultura material para enfatizar suas dessemelhanças, ao passo que um grupo étnico desejoso de usar recursos de outros pode tentar minimizar manifestações materiais de tais diferenças. Grupos de *status* elevado empregam ativamente a cultura material para legitimar sua autoridade (Hodder, 1982b: 119-22): assim é que, em algumas culturas africanas, estilos de decoração de cabaças e de lanças com gradação etária, que atravessam fronteiras étnicas, marcadas, estas, em termos de outros aspectos da cultura material, assinalam a oposição genérica de mulheres e de homens jovens aos varões adultos dominantes (*ibidem* 58-74). Pode-se demonstrar que até mesmo tensões dentro de famílias extensas são expressas e reforçadas por variações na decoração cerâmica (*ibidem* 122-4). A tese de Hodder de que a cultura material é usada como um elemento ativo na interação social contradiz os argumentos cuidadosamente desenvolvidos pelos arqueólogos processuais no sentido de que o grau de elaboração relativa dos túmulos

em uma dada sociedade reflete com exatidão o grau de diferenciação social (Saxe, 1970; J. Brown, 1971; O'Shea, 1974). Pesquisas desenvolvidas por Hodder e seus alunos mostraram que idéias complexas sobre religião, higiene e rivalidade de *status* também desempenham papel significativo no que toca a influenciar costumes funerários (M. Pearson, 1982). Em algumas sociedades, sepultamentos simples refletem um ideal social de igualitarismo que não é efetivamente posto em prática na vida cotidiana (Huntington & Metcalf, 1979: 122). Dessa forma, para determinar o significado social de costumes funerários, os arqueólogos têm de examinar outros aspectos do registro arqueológico, como os padrões de assentamento. Em consequência de uma tal pesquisa, pode-se mostrar em breve tempo que uma dada sociedade com costumes funerários simples não era igualitária na prática, e isso, por sua vez, pode revelar o *status* ideológico desses costumes.

O enfoque contextual baseia-se na convicção de que os pesquisadores precisam examinar todos os aspectos possíveis de uma determinada cultura arqueológica a fim de compreender o significado de cada uma de suas partes. No caso acima, presume-se que a discrepância entre os padrões de sepultamento e de assentamento revelaria a coloração ideológica dos primeiros, desde que os arqueólogos se convencessem de que foram encontrados sepultamentos representativos de todas as classes sociais. Dirigindo sua atenção para propriedades da cultura material até então ignoradas, Hodder apontou os perigos inerentes a interpretações de evidências arqueológicas analisadas à parte de seu contexto cultural mais amplo. Ele também mostrou que a cultura material tem propriedades simbólicas dinâmicas mais acordes com a interpretação marxista - ou com uma interpretação particularista histórica da cultura - do que com a interpretação neo-evolucionista.



47 e 48. Registro de Hodder da distribuição etnográfica de tipos de escudos e motivos em cabaça em diferentes grupos étnicos da região de Baringo, no Quênia (*Symbols in Action*, 1982).

Ao afirmar que culturas arqueológicas não podem ser interpretadas adequadamente de maneira fragmentada, Hodder impôs aos arqueólogos novas demandas no tocante ao estudo interno, compreensivo, das culturas arqueológicas: requisitos que complementam as exigências feitas pelos defensores do paradigma do sistema mundial no sentido de levantamentos regionais mais amplos. Isso difere muito da convicção dos arqueólogos processuais de que umas poucas variáveis selecionadas podem ser estudadas, em um único sítio, de modo a responder a um problema arqueológico específico (Brown & Struever, 1973).

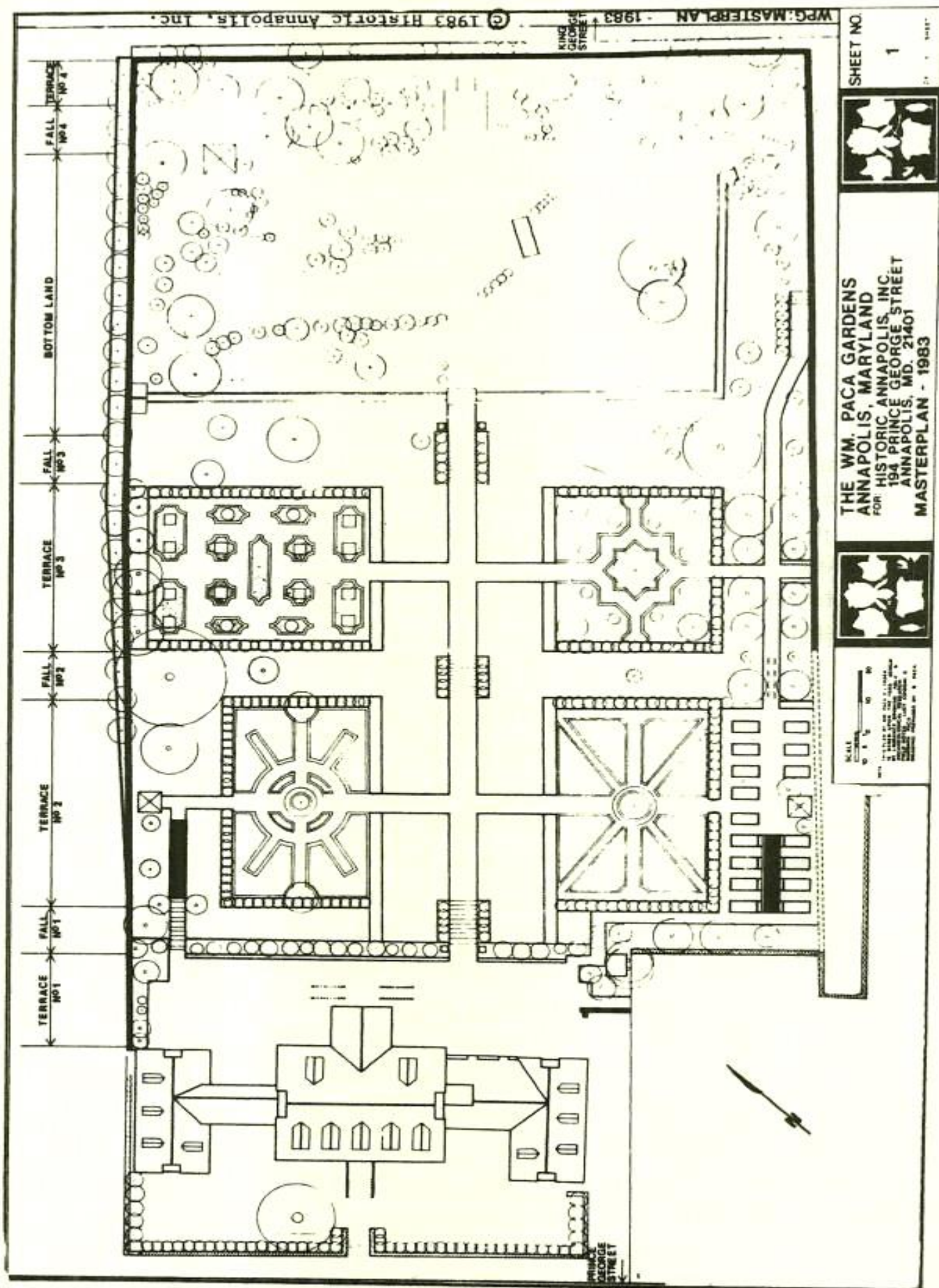
A arqueologia contextual também rejeitou a validade da distinção neo-evolucionista entre o que é culturalmente específico e o transculturalmente genérico, base da dicotomia de Steward entre ciência e história. A distinção convalida o interesse por cosmologias, tradições astronômicas, estilos de arte, crenças religiosas particulares e outros tópicos deixados à margem da arqueologia processual nas décadas de 1960 e 1970. Conforme observou Dunnell (1982a: 521), as abordagens evolucionistas e ecológicas emprestadas das ciências biológicas não eram moldadas de forma a explicar sistemas simbólicos e motivacionais. De novo, Hodder estimula os arqueólogos a levar em conta as complexidades dos fenômenos humanos e a constatar que generalizações não exaurem as regularidades que caracterizam o comportamento humano. Os arqueólogos são instados a procurar por ordem em culturas singulares, ou historicamente interligadas, tanto em termos de categorias culturais específicas como em termos de cânones que regem produções artísticas, e ainda na maneira como diferentes categorias culturais se ligam umas às outras (Bradley, 1984).

O estudo da padronização da cultura material foi fortemente influenciado pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, e particularmente por sua investigação dos padrões simbólicos subjacentes à mitologia nativa americana. Ponto fundamental nessa forma de análise é a convicção de que onde a riqueza e a variação do registro arqueológico é muito grande para ser explicada apenas como

resposta a condicionamentos ou estímulos ambientais, fatores intrínsecos do sistema também devem ser levados em consideração (Wylie 1982: 41). Ernest Gellner (1985: 149-51) estabeleceu um contraste elegante entre, de um lado, disciplinas como ecologia e economia, dedicadas ao estudo de regularidades oriundas da escassez de recursos, e, de outro, as abordagens estruturais, empenhadas em estudar a ordem imposta pelos seres humanos a áreas de suas vidas que, por conta de sua natureza simbólica, não estão sujeitas a qualquer forma de escassez. Porém a relação entre a ordem simbólica e as formas econômicas e adaptativas ainda precisa ser definida. Não é mais possível sustentar que os aspectos simbólicos da cultura material são meros reflexos passivos de comportamentos pragmáticos. Porém, como podem os arqueólogos determinar, em casos específicos, se não pragmaticamente, se a relação analisada é de reflexo, inversão ou contradição? Além do mais, analogias lingüísticas sugerem que a relação entre cultura material e significado simbólico pode ser essencialmente arbitrária (Gallay, 1986: 197).

Os arqueólogos estruturais manifestam admiração pela obra pioneira de André Leroi-Gourhan (1968) - que documentou padrões de localização e de associação de diferentes espécies animais representadas em cavernas do paleolítico superior da Europa ocidental, interpretando-os como mitos que tratam da relação entre os princípios masculino e feminino - e também pela demonstração de Alexander Marshack (1972) de padrões sazonais na arte mobiliária conexa. Esses dois trabalhos estimularam a descoberta e a exploração de outras padronizações no registro arqueológico, tais como a orientação das tumbas neolíticas na Suécia (Tilley, 1984) e as similaridades na padronização de tumbas e casas do neolítico na Europa ocidental (Hodder, 1984a). Mas, até o momento, nenhum arqueólogo descobriu como ir além da especulação na interpretação do significado cultural dessas regularidades para os tempos pré-históricos. Gallay (1986: 198-200, 281) afirmou não haver meio de demonstrar uma relação isométrica entre nossas idéias sobre o passado e as idéias do passado.

Os arqueólogos foram mais bem sucedidos ao relacionar os desenhos de casas e jardins da Virgínia e da Nova Inglaterra dos tempos coloniais com valores de classe e com atitudes documentadas em registros escritos daquele período (Glassie, 1975; Deetz, 1977; Isaac, 1982; Leone, 1982). Essa experiência é semelhante à dos historiadores da arte, que podem encontrar ordem nos temas e estilos da estatuária grega nas suas mudanças ao longo do tempo. Mas sucede que, se eles podem relacioná-las a uma estética definível, mutável, não podem, sem auxílio de documentos escritos, entender seu significado, dar-lhe expressão verbal. Hodder (1982b: 1923; 1982d) interessou-se em saber se regularidades transculturais podem ser descobertas em atitudes para com o lixo, ou relativas à elaboração de desenhos cerâmicos. Se essas regularidades puderem ser encontradas, é que, provavelmente, elas têm base na psicologia humana. Também podem indicar a padronização do comportamento humano que atravessa os dois níveis identificados por Gellner, a saber, o adaptativo e o estilístico. Porém, essas relações permanecem problemáticas.



49. Horto de William Paca, no século XVIII, em Annapolis, Maryland; os contornos do horto estão arqueologicamente definidos (M. Leone in D. Miller & C. Tilley, eds., *Ideology, Power and Prehistory*).

O estudo do significado simbólico de vestígios materiais dos últimos milênios foi facilitado pela abordagem histórica direta. R. L. Hall (1979) baseou-se em material etnográfico e etno-histórico coletado no leste da América do Norte, a partir do século XVII, relativo a crenças religiosas e simbolismo nativo, para explicar a estrutura dos montículos funerários de Adena, erigidos cerca de 1.500 anos antes; utilizou-o, também, para entender por que certas classes de artefatos foram incluídas em sepultamentos do último período Middle Woodland. George Hammel (1983) valeu-se de regularidades em mitos iroqueses, algonquinos e siouan, historicamente registrados, para explicar o significado da inclusão de cristais naturais, objetos feitos de conchas marinhas e de cobre nativo, e de outros materiais, em contextos de sepultamento, no leste da América do Norte, por cerca de 6 mil anos, desde o período arcaico até o período histórico. Os dois antropólogos oferecem explicações simbólicas pormenorizadas de regularidades em costumes funerários, as quais nenhuma generalização transcultural poderia explicar. O principal problema no tocante a esse trabalho é o da verificabilidade. Nos estudos de Hall e de Hammel, a comprovação se apoia na aplicabilidade de analogias entre dados etnográficos e arqueológicos, entre os quais há boas razões para crer que existam relações históricas. A evidência de Hammel é particularmente convincente porque há forte comprovação, no registro arqueológico, da continuidade do uso desses materiais desde sua primeira aparição até o período histórico. Nos últimos anos, a etnografia coissã foi utilizada para indicar o significado xamanístico de muita arte rupestre da África meridional, e o significado de símbolos específicos, como o elã [Taurotragus derbianus] (Schrire *et al.* 1986: 128). Porém, em seu estudo intitulado *Jewish Symbols in the Greco-Roman Period* [Símbolos judaicos no período greco-romano], Erwin Goodenough (1953: 68) demonstrou a falácia de presumir que continuidades na iconografia necessariamente indicam continuidade na mitologia, pois tudo indica que o significado atribuído a representações muda ao longo do tempo, assim como são mutáveis os modos como as crenças são

representadas (Goff, 1963: XXXV). No entanto, uma ampla continuidade no contexto cultural e em um sistema simbólico total dão vigoroso apoio a uma continuidade de significado (Vastokas, 1987).

De resto, Hodder, tal como Childe, sublinha a importância das tradições culturais como fatores que desempenham um papel importante na estruturação da mudança cultural. Essas tradições suprem a maioria dos conhecimentos, crenças e valores que, ao mesmo tempo, influenciam a mudança social e econômica e são por elas remodelados. Podem, também, desempenhar um papel ativo na resistência às mudanças. Essa observação concorda com a de Marx de que "os homens fazem sua própria história ... não em circunstâncias escolhidas por eles ... mas nas diretamente encontradas, proporcionadas e transmitidas pelo passado" (Kohl, 1981b: 112). Não é possível prever o conteúdo de uma tradição cultural em todos os seus pormenores, nem tampouco as trajetórias detalhadas da mudança cultural. Quando, porém, essas trajetórias são conhecidas a partir do registro arqueológico, elas aumentam a capacidade do arqueólogo de explicar o que aconteceu no passado.

Tanto as versões de inspiração marxista da interpretação arqueológica quanto a arqueologia contextual começaram como críticas semi-periféricas, e especificamente britânicas, das pretensões imperialistas da arqueologia processual norte-americana. Essas críticas foram acolhidas por um número crescente de arqueólogos norte-americanos, que tomaram consciência das contradições existentes entre a retórica e a realidade em sua própria sociedade, à medida em que esta se tornou, nos últimos anos, cada vez mais reacionária e defensiva. Um confronto com as idéias marxistas, geralmente de segunda ou terceira mão, ajudou a revelar as estreitezas mecanicistas da teoria neo-evolucionista, que trata os seres humanos como instrumentos passivos, ao invés de vê-los como fazedores de história. Há uma consciência crescente da complexidade da mudança cultural, da necessidade de considerar este processo em sua totalidade, e da inépcia da dicotomia entre história e evolução. De modo geral, as novas interpretações tomam o rumo de um crescente idealismo e exprimem dúvidas cada vez maiores a respeito de

qualquer coisa que se aproxime da possibilidade de um entendimento objetivo do passado.

Ironicamente, esses desenvolvimentos parecem refletir um novo estágio no crescente desespero, por parte daqueles que gostariam de alterá-la, quanto à possibilidade de mudar a direção que a sociedade americana tem tomado. Muitos dos autodenominados marxistas vêem os fatores ideológicos como suporte das estruturas do capitalismo e parecem acreditar que as idéias, por si só, podem promover, ou impedir, mudanças. O marxismo ortodoxo protesta que esse idealismo ingênuo condena seus expoentes à impotência política. Essa tendência para o idealismo na arqueologia pode ser considerada o equivalente secular da crescente preocupação da classe média norte-americana com a religião, que assim dá mais um passo rumo à desintegração da auto-confiança da classe (Harris, 1981). Há muito tempo, Engels postulou uma correlação positiva entre a auto-confiança da classe média e sua propensão a adotar uma perspectiva materialista (Marx & Engels, 1957: 256-80).

Embora os arqueólogos idealistas reconheçam que uma variedade de fatores mentais, simbólicos e sociais causam a mudança social, não estão dispostos a aceitar a idéia iluminista de que o planejamento e a intencionalidade também desempenham um papel significativo, mesmo admitindo-se que os efeitos da mudança, muitas vezes, não são os previstos. No entanto, como observou Leach (1973: 763-4), nossa capacidade de "discurso criativo original" está intimamente ligada com formas não-verbais de criatividade, tanto quanto à consciência humana. Conforme ele acrescentou, isso implica que os seres humanos não são apenas parte de um mundo regido por leis naturais: têm uma capacidade única para engajar-se em "trabalho" (práxis) que lhes permite alterar seu entorno intencionalmente. Uma vez que previsão e planejamento são características do comportamento humano, não há razão para deixar de atribuir a essas características um papel significativo em qualquer explicação da mudança social, muito embora os condicionamentos que canalizam e selecionam os comportamentos não possam ser ignorados. O grande erro dos filósofos da Ilustração e

dos evolucionistas unilineares do século XIX foi atribuir um papel autônomo à criatividade humana. No futuro, o principal tema de debate poderá ser entre os materialistas, que identificam o *locus* endógeno essencial de mudanças nas relações de produção, e os idealistas, que o identificam com a intencionalidade pura. No entanto, um tratamento dicotômico não é inerente a esses conceitos.

Na América do Norte, a arqueologia pré-histórica como um todo ainda não se afastou do neo-evolucionismo a ponto a ver-se a si mesma não mais como um simples ramo da antropologia, tão-somente, mas também como uma técnica de estudo do passado no interior de um estudo mais amplo da pré-história. Essa concepção é comum na Europa, e no passado foi discutida com simpatia por alguns antropólogos norte-americanos, como Irving Rouse (1972). Há um reconhecimento cada vez maior de que os resíduos ósseos humanos estudados pelos antropólogos físicos podem informar-nos a respeito da dieta pré-histórica tanto quanto as análises da fauna e da flora (Cohen & Armelagos, 1984), e podem informar-nos mais sobre a exogamia de bandos do que o estudo de estilos de artefatos (Kennedy, 1981). Contudo, pouco valor é dado ao estudo combinado de dados arqueológicos com os de lingüística histórica, tradições orais, etnografia histórica e registros históricos, embora seja claro que muitos problemas arqueológicos podem ser resolvidos deste modo. Em trabalhos científicos norte-americanos sobre a pré-história africana, há uma forte tradição de estudos interdisciplinares desse tipo (Murdock, 1959a; D. McCall, 1964). O mesmo acontece nos estudos sobre a Polinésia (Jennings, 1979), e Joyce Marcus (1983b) segue J. E. S. Thompson (1898- 1975) ao confirmar os benefícios dessa abordagem para a pesquisa sobre os maias. A resistência parece originar-se da noção, muito forte entre os arqueólogos processuais, de que as pesquisas arqueológicas devem basear-se, tanto quanto possível, exclusivamente no estudo da cultura material. Muito embora a maioria desses arqueólogos concorde que o objetivo final da arqueologia é compreender o comportamento humano e a mudança cultural, eles

procuram manter ao máximo sua autonomia, apoiando-se apenas em generalizações universais sobre as relações entre cultura material e comportamento humano, a fim de traduzir os dados arqueológicos em informações sobre este comportamento. Esse desejo de levar o potencial interpretativo da arqueologia tão longe quanto possível, sem a ajuda de outras disciplinas para obter informações sobre o passado, é, em parte, justificado pelo medo de que as abordagens interdisciplinares possam degenerar, tornando-se meros exercícios de diletantismo. Mas essas preocupações não anulam, de modo algum, o valor da pesquisa interdisciplinar, desde que se compreenda que tais estudos devem explorar, tanto quanto possível, o potencial histórico de cada disciplina, usando cada qual seus próprios dados e métodos antes que sejam feitas as comparações sobre os achados.

A constatação, cada vez mais clara, de que aspectos do comportamento humano pretérito podem ser compreendidos através de correlações culturalmente mais específicas deve indicar as limitações de um enfoque puramente arqueológico, e encorajar os pesquisadores a descobrir como outros tipos de informação podem ser combinadas com dados arqueológicos, a fim de se promover uma melhor compreensão do passado. O resultado há de ser uma versão mais ampla e rica do contextualismo. Implementar esse tipo de pesquisa requer o cultivo de uma faixa de interesses culturais mais amplos do que aqueles que foram associados com a arqueologia processual. No livro sobre a cidade inca de Huánuco Pampa, Craig Morris e Donald Thompson (1985: 58-9) contentam-se em descrever o *ushnu*, ou plataforma no centro da cidade, como uma estrutura relacionada com aspectos da vida cerimonial. Embora eles discutam o seu uso em cerimônias do Estado, não perceberam que o *ushnu* era, simbolicamente, o lugar onde os poderes do céu e da terra se encontravam, e que o controle desses poderes era a reivindicação central do Estado (Gasparini & Margolies, 1980: 264-80).

Arqueologia como Tal

Na arqueologia ocidental dominante, deu-se uma conscientização cada vez maior das qualidades distintivas dos dados arqueológicos e da necessidade de compreendê-las para que, de fato, a arqueologia venha a proporcionar, como dela se espera, informação fidedigna sobre o comportamento humano. Na Inglaterra, isso tomou a forma de uma aguda consciência das diferenças entre os métodos histórico e arqueológico (Clarke 1968: 12-14); na América do Norte, deu lugar à crescente convicção de que a arqueologia difere da etnologia e das outras ciências sociais. A diferença mais óbvia é que a arqueologia pré-histórica é a única ciência social que não tem acesso direto à informação sobre o comportamento humano. Ao contrário de economistas, cientistas políticos, sociólogos e etnólogos, os arqueólogos não podem falar com as pessoas que eles estudam, ou observar suas atividades. Diferentemente dos historiadores, eles não dispõem de relatos escritos sobre o que os homens pensavam ou faziam em tempos pré-históricos. Isso tem de ser inferido, na medida do possível, dos vestígios que eles deixaram, de objetos que usaram.

Há muito se reconhece que o registro arqueológico contém uma amostragem de vestígios materiais do passado que está longe de ser completa. Em 1923, John Myres (1923a: 2) observou que a amostragem consistia de equipamentos que pessoas de "sucessivas gerações descartaram". Em *Archaeology and Society* [Arqueologia e sociedade], Grahame Clark (1939) examinou em detalhe os fatores que influenciam a preservação de dados. Em seu entusiasmo inicial, os adeptos da Nova Arqueologia tendiam a pressupor que o registro arqueológico, se adequadamente interpretado, oferece um retrato relativamente completo, e sem distorções, das sociedades que o produziram. Gradualmente, porém, esses pesquisadores, a exemplo de Robert Ascher (1961: 324), perceberam que os artefatos são feitos, utilizados e, freqüentemente, descartados em diferentes contextos, e que nem todos esses contextos estão adequadamente representados no registro

arqueológico. Sítios arqueológicos foram alterados e destruídos por atividades humanas subseqüentes, assim como por processos naturais; por fim, o resgate da informação arqueológica ainda teve que depender de conhecimentos, interesses e recursos dos pesquisadores. Saber o que se passa em cada um desses estágios tornou-se vital para a compreensão das limitações e do significado do registro arqueológico.

O primeiro grande passo no sentido de formalizar essa tomada de consciência foi dado por David Clarke, em 1973, em um artigo intitulado "Archaeology: the loss of innocence" ["Arqueologia: a perda da inocência"] (Clarke, 1979: 83-103). Clarke afirmou que a arqueologia continuaria a ser "uma forma de arte irresponsável", a menos que fosse sistematizado um corpo teórico capaz de relacionar os vestígios arqueológicos ao comportamento humano. A base para essa sistematização seria o reconhecimento de que os arqueólogos só possuem uma amostra reduzida do que se propõem a estudar. Essa observação está embutida no memorável comentário de Clarke de que a arqueologia é "uma disciplina cuja teoria e prática se empenham no resgate de padrões de comportamento homínida que não podem ser observados, resgate feito a partir de traços indiretos, contidos em amostras precárias" (p. 100). A interpretação científica de dados arqueológicos depende do reconhecimento do fato de que, de todo o conjunto de padrões de atividade humana, e de todos os processos sociais e ambientais transcorridos no passado, os arqueólogos só têm acesso à amostragem de vestígios materiais correlatos, remanescentes que foram depositados no registro arqueológico, perduraram o bastante para ser recuperados e, por fim, efetivamente o foram. Clarke definiu cinco blocos teóricos que os arqueólogos empregam intuitivamente em seus saltos interpretativos desde os dados obtidos na escavação até o relatório final. O primeiro deles é a *Teoria da pré-deposição e da deposição*, compreendendo as relações que ligam entre si as atividades humanas, os padrões sociais e os fatores ambientais, e que os conectam com as amostras e os traços depositados no registro arqueológico. A *Teoria da pós-deposição* trata de processos naturais e humanos que

afetam o registro arqueológico, como a erosão, a decomposição, os deslizamentos de terra, a pilhagem, a agricultura e reutilização da terra. A *Teoria do resgate* trata da relação entre o que resiste no registro arqueológico e o que é recuperado; em grande medida, é a teoria da amostragem, dos procedimentos de escavação e das estratégias flexíveis de resposta. A *Teoria analítica* lida com o tratamento operacional de dados recuperados, incluindo classificação, construção de modelos, teste de modelos e estudos experimentais. Por fim, a *Teoria interpretativa* trata das relações entre padrões arqueológicos estabelecidos por análise e padrões comportamentais e ambientais remotos, que não podem ser observados. Assim, a teoria interpretativa infere os processos que a teoria da deposição explica. Clarke acreditava que o desafio proposto aos arqueólogos é constituir um corpo teórico apropriado para cada uma dessas categorias. Apenas uma pequena parcela desse *corpus*, relativa, principalmente, aos níveis pré-deposicional e interpretativo, pode derivar-se das ciências sociais. O restante tem de vir das ciências físicas e biológicas. Para criar a arqueologia científica, é necessária toda esta construção teórica - além da teoria metafísica, da epistemologia e da lógica relativa às operações arqueológicas.

Nos Estados Unidos, Michael Schiffer (1976) inaugurou, independentemente, um enfoque análogo, todavia menos abrangente (pois não incluía o nível analítico de Clarke); chamou-o de "arqueologia comportamental". Propôs a tese de que os dados arqueológicos consistem de materiais encontrados em relações estáticas, produzidos por sistemas culturais e sujeitos a processos não-culturais. Por conta dessas duas séries de processos, o registro arqueológico "é um reflexo distorcido de um sistema comportamental passado" (p. 12). O desafio que enfrentam os arqueólogos consiste em eliminar essa distorção a fim de conquistar uma compreensão exata do comportamento passado. Otimista, Schiffer acreditava que isso pode ser feito, desde que três conjuntos de fatores sejam controlados. O primeiro é o dos "correlatos", ou seja, dos fatores que, em contextos arqueológicos, relacionam objetos materiais, ou relações espaciais, a tipos específicos de comportamento

humano. Os correlatos permitem ao arqueólogo inferir como os artefatos foram feitos, distribuídos, usados e reciclados, muitas vezes de maneira altamente complexa, nas sociedades estudadas, enquanto essas ainda existiam. Se um sistema cultural fosse congelado em um determinado momento (como, até certo ponto, aconteceu com a cidade de Pompéia, em consequência de seu sepultamento sob as cinzas do vulcão Vesúvio, no ano de 79 d. C.), e assim ficasse perfeitamente preservado, nenhum fator adicional teria de ser levado em conta para compreender a vida naquele momento. Normalmente, porém, a interpretação de sítios arqueológicos exige levar em conta os processos de formação do sítio, o que implica determinar como o material foi transferido de um contexto sistêmico para o arqueológico, e o que aconteceu com esse material no registro arqueológico. Para começar, há os "processos de formação cultural", ou "Transformantes C", que tentam compreender os processos pelos quais itens são descartados na operação normal de um sistema cultural. Através do estudo detalhado da frequência e dos locais de descarte, da probabilidade de perda e das práticas de enterramento, os Transformantes C podem ser utilizados para prever os materiais que serão, ou não, depositados por um sistema social no registro arqueológico e, assim, estabelecer uma série de relações que possibilitarão uma inferência mais acurada do sistema cultural, a partir de seus resquícios. A pesquisa etnográfica sobre problemas desse tipo sugere que, provavelmente, artefatos e restos de artefatos são abandonados onde foram usados nos sítios temporários de caçadores-coletores, e não nos sítios maiores e mais sedentários, onde a destinação do refugio é muito mais organizada (Murray, 1980).

A constatação de que um grande número de artefatos são encontrados em contextos de abandono, mais que nos de manufatura ou de uso, estimulou muitas pesquisas etnoarqueológicas empreendidas com o objetivo de descobrir regularidades nos padrões de descarte do refugio. Isso também provocou observações de que a arqueologia é basicamente, e por necessidade, uma ciência do lixo. J. A. Moore e A. S. Keene (1983: 17) declararam que estudos de processos de formação de sítios seriam "a

agenda arqueológica para a década de 1980". Outros estudos procuram determinar as transformações que os artefatos sofrem quando são usados. É mais provável que instrumentos de pedra sejam consertados e mais intensamente reutilizados em sítios onde o acesso às fontes da matéria-prima é mais difícil do que em sítios próximos a essas fontes (Binford, 1983a: 269-86). Transformantes C também incluem atividades humanas pós-deposicionais, como o lavradio e o saque, que podem distorcer o registro arqueológico. Isso costuma acontecer de maneiras previsíveis: é mais provável, por exemplo, que ladrões apanhem nos túmulos objetos de ouro do que utensílios comuns. Por fim, processos formativos não-culturais, ou Transformantes N, permitem aos arqueólogos determinar as interações entre materiais culturais e aspectos do ambiente não-cultural de onde são recuperados. Schiffer afirma que, levando-se em conta os modos como os dados arqueológicos funcionaram em contextos sistêmicos, entraram no registro arqueológico e foram transformados por ele, os arqueólogos deveriam ser capazes de eliminar as "distorções" causadas por processos formativos e inferir o contexto sistêmico original em que os artefatos funcionaram. Isso pode ser feito formulando-se leis a respeito das relações entre cultura material, por um lado, e comportamento humano e forças naturais, por outro. Essas leis incluem muitas generalizações empíricas de nível baixo. Tais afirmações levaram Binford (1983a: 237) a caracterizar Schiffer como sendo basicamente um indutivista.

Binford (1983a: 235) contestou a tese de Schiffer afirmando que o registro arqueológico não pode ser "uma distorção de sua própria realidade". Ele sustenta que o desafio da interpretação arqueológica é compreender o material "distorcido" como uma parte significativa do registro arqueológico e afirma que a maioria dos Transformantes C de Schiffer são atividades cotidianas, como a limpeza de fornos. Porém, como Schiffer quer entender processos, não parece razoável afirmar que ele trata sistemas culturais passados como se estivessem congelados no tempo. O que Binford demonstra é que é ingênuo acreditar que os arqueólogos possam purgar totalmente o registro arqueológico dos

vários processos desorganizadores que condicionaram sua formação e, tendo-o feito, possam reconstruir o sistema cultural, como Schiffer espera fazer. A abordagem de Schiffer estimulou muitas pesquisas que resultaram em uma compreensão mais sofisticada do significado comportamental dos dados arqueológicos. Anteriormente, fatores como a frequência de descarte mal eram considerados pelos arqueólogos, exceto na determinação do significado de ossos de animais. Hoje, cada vez mais se reconhece que muitos processos culturais são tão complexos e variados, e as chances de equifinalidade tão grandes, que a neutralização das influências geradoras de distorção não é capaz de produzir uma interpretação completa do registro arqueológico, de um ponto de vista comportamental (von Gernet, 1985; P. Watson 1986: 450). À medida em que a crença no neo-evolucionismo diminui e a diversidade do comportamento humano é cada vez mais aceita, essa limitação tende a ser reconhecida como inerente aos dados, não mais como uma fraqueza metodológica. Portanto, embora os arqueólogos continuem aplicando com proveito a abordagem de Schiffer, muitos têm renunciado à expectativa de aplicar todo o programa.

Binford (1977-1981) também contribuiu, com sua ênfase em teoria de médio alcance, para uma crescente tomada de consciência do que distingue a arqueologia da antropologia. Ele afirma que o fato de o conhecimento arqueológico do comportamento humano pretérito depender da inferência, ao invés da observação direta, muitas vezes torna suspeita a independência de observações e explicações e conduz à falácia de "confirmar o conseqüente" (1981: 29). Daí ele conclui que os arqueólogos não podem usar o registro arqueológico, ou o passado inferido, para testar suas premissas e pressupostos. A fim de desenvolver meios confiáveis de conhecer o passado, eles devem engajar-se em pesquisas de médio alcance, que consistem em estudos realistas destinados a estabelecer controles para as relações entre propriedades dinâmicas do passado, de que procuram tomar ciência, e as propriedades materiais estáticas comuns ao passado e ao presente. Em suas primeira obras, Binford vê a chave para a compreensão dos dados

arqueológicos, a partir da perspectiva positivista, no estabelecimento de correlações válidas entre cultura material, que os arqueólogos podem observar, e comportamento, que não podem. Porém, sua posição atual envolve a clara distinção entre teoria geral, que procura explicar o comportamento humano, e teoria de médio alcance, que infere esse comportamento a partir dos dados arqueológicos. A teoria de médio alcance é, portanto, de interesse exclusivo da arqueologia, ao contrário da teoria geral, interesse comum das ciências sociais.

A teoria de médio alcance envolve atividades de identificação (como distinguir entre diferentes tipos de habitação, de raspadores, de acampamentos) e o trabalho de diagnosticar as funções econômicas, sociais e ideológicas de artefatos. Inclui também a identificação de padrões de comportamento humano, como os que concernem à organização familiar, à estrutura dos aldeamentos e às relações políticas - embora quanto a isso hoje se mostre um respeito cada vez maior pela observação feita, há muito tempo, por David Aberle (1968), ponderando que conceitos muito úteis para a observação etnográfica podem não ser apropriados para interpretar dados arqueológicos. Por exemplo, os arqueólogos acham mais fácil lidar com categorias comportamentais, como residência matrilocal, do que com conceitos jurídicos, como o de descendência matrilinear. A teoria de médio alcance também subsume os processos de formação de sítio - tanto os culturais quanto os naturais. Envolve, pois, o estudo de regularidades encontráveis em processos físicos, bem como no comportamento cultural. Muitas das mais importantes pesquisas de Binford (1984), nos últimos anos, envolveram o uso de arrazoados sobre os processos naturais de formação de sítio, feitos para contestar a origem humana de muitos dos padrões observados no registro arqueológico do paleolítico inferior. Ele mostrou que muitos dos dados interpretados como evidência de caça de grande porte, ou mesmo de grande carniçaria, podiam resumir-se em mera distribuição natural de ossos, acidentalmente associados a traços de atividade humana. Embora esse problema esteja longe de ser resolvido, a pesquisa de Binford

questionou algumas interpretações, há muito estabelecidas, do comportamento humano pretérito. Ele também mostrou que, ao apoiar teorias particulares a respeito do comportamento humano, os arqueólogos deixaram de considerar alternativas possíveis e de analisar os dados de forma suficientemente exaustiva.

O conceito de Binford de teoria de médio alcance estimulou um incremento da pesquisa etnoarqueológica e de experimentos que repetem a fabricação e o uso de artefatos pré-históricos. Ruth Tringham (1978) discutiu como esses dois enfoques podem ser combinados com vantagem mútua, desenvolvendo, assim, uma argumentação originalmente proposta por Sven Nilsson, 150 anos antes. A própria obra de Binford (1978) é um exemplo da aplicação cuidadosa de pesquisa etnoarqueológica a problemas arqueológicos. Seu desejo de compreender o significado comportamental da bem documentada variação dos conglomerados mousterienses da Europa ocidental levou-o a empreender um trabalho de campo entre os modernos grupos de caçadores do Alasca. Posteriormente, ele aplicou o que tinha aprendido acerca do comportamento econômico e espacial desses grupos a toda uma série de problemas relativos à arqueologia do paleolítico no Velho Mundo (Binford, 1983b).

No tocante ao uso das teorias de médio alcance, pelo menos duas grandes dificuldades foram identificadas. A primeira objeção é que os estudos etno- arqueológicos são "dependentes de uma teoria" e "relativos a um paradigma" (Wylie 1989). Assim como acontece na arqueologia, o que é aceito como uma correlação válida é influenciado, em parte, pelas pressuposições do investigador. A principal vantagem da etnoarqueologia, e de qualquer estudo etnográfico, consiste em que o comportamento é observado, não inferido, portanto ficam mais limitadas as oportunidades de multiplicar especulações.

Um outro problema, relacionado com o primeiro, é o da relevância das teorias de médio alcance para as interpretações arqueológicas. Binford está consciente de que empregar regularidades do presente para explicar regularidades do passado envolve pressupostos

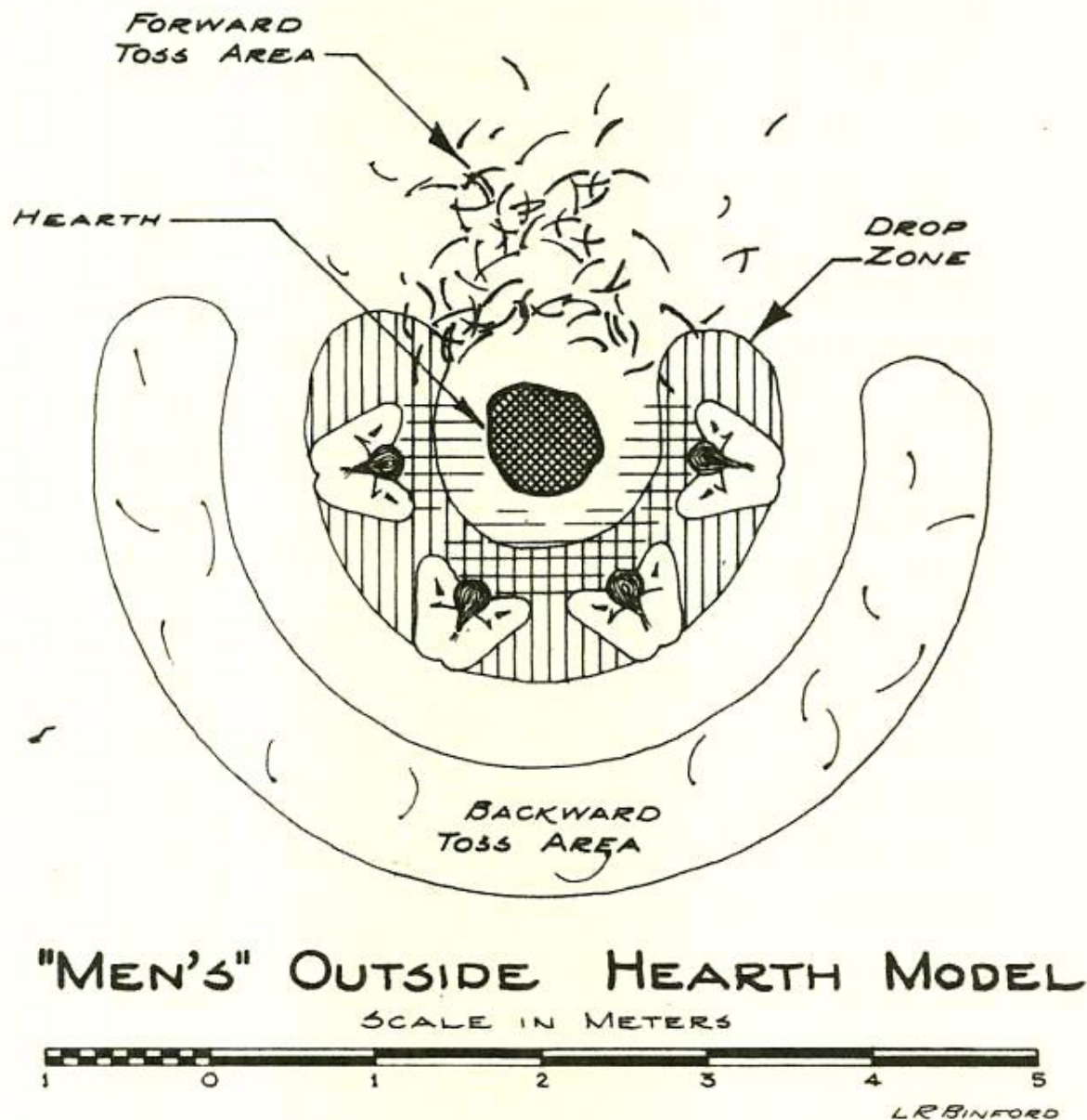
uniformitaristas, e afirma que alegações desse tipo devem ser convalidadas por arrazoados que as apoiem. Sugere, por exemplo, que características ecológicas e anatômicas de espécies ainda existentes que outrora foram exploradas pelos homens são "objetos remanescentes para os quais, com certeza, os pressupostos uniformitaristas podem ser confirmados" (Binford, 1981: 28) e manifesta a esperança de que, com o progresso das pesquisas, outros domínios possam vir a ser assim considerados. Outros arqueólogos vêm nesses pressupostos uniformitaristas um ato de fé tão grande quanto os resultados que Binford sugere confirmar (P. Watson, 1986:447-8). Pressupostos uniformitaristas têm seus riscos. Um deles é ignorar o que acontece no presente. Os cientistas podem equivocar-se com relação ao passado por não levar em conta processos de longa duração, como aconteceu com a geologia antes do reconhecimento das placas tectônicas e da deriva continental. Outro problema reside em que os cientistas sociais podem considerar universais certas características do comportamento humano que são específicas de um determinado estágio de desenvolvimento cultural. Os marxistas, por acreditar que a natureza do homem é substancialmente alterada pela mudança evolucionária, estão menos dispostos a invocar características universais do comportamento humano do que os arqueólogos que supõem - como o fizeram os filósofos da Ilustração — que o comportamento humano permanece inalterado pela mudança social. Problemas também podem advir do emprego de analogias, porque os arqueólogos não são capazes de distinguir o que é característico da humanidade em geral (ou de um modo de produção particular) do que é pertinente apenas a culturas historicamente inter-relacionadas. Os antropólogos continuam incapazes de distinguir, em bases teóricas, entre analogias - resultantes de evolução convergente - e homologias - cuja singularidade se deve a relações históricas. Em vez disso, eles têm de fazê-lo empiricamente, recorrendo à evidência histórica ou arqueológica. A variedade das forças que acarretam mudança social também complica a questão de saber quais as sociedades modernas que podem servir de analogias

autênticas para as pré- históricas. Já observamos que, embora Binford achasse que os padrões de assentamento de caçadores-coletores em latitudes elevadas compartilham muitas características capazes de distingui-los dos padrões correspondentes a caçadores-coletores de climas mais cálidos, todas aquelas sociedades setentrionais por ele abordadas estavam engajadas na caça com armadilhas e na venda de peles para europeus muito antes de serem estudadas por antropólogos. Não sabemos se as características comuns descritas por Binford representam uma adaptação ecológica que remonta a milhares de anos atrás, ou se elas se desenvolveram nos últimos séculos, em consequência das novas relações econômicas. Nesse caso, os dados arqueológicos acerca de padrões pré-históricos de assentamento são fundamentais para que se faça idéia da importância cada vez maior, em termos de desenvolvimento, dos modernos padrões de conduta, e para que se possa elaborar argumentos comprobatórios de fato convincentes. Porém, a despeito do sucesso de histórias exemplares aconselhando precaução, dá-se que a rejeição total do uniformitarismo pode ser muito mais perigosa para o avanço da arqueologia do que seu oposto. Não obstante esse problema, a teoria de médio alcance é um recurso muito útil para a interpretação de dados arqueológicos.

Uma limitação mais importante parece residir no fato de que o comportamento humano é muito menos uniforme do que Binford, como neo-evolucionista, continua a acreditar. É preciso dispor de muito mais documentação etnográfica antes que possamos concordar com sua alegação de que todos os caçadores-coletores usam o espaço de acampamento do mesmo modo, produzindo características facilmente reconhecíveis, como áreas de forrageio, zonas de queda, zonas de arremesso e zonas agregadas de descarte, e passemos a interpretar todos os sítios arqueológicos paleolíticos com base nos modelos derivados dos bosquímanos e dos numamiut (Binford, 1983b: 144-92). Mesmo se for possível provar que o uso do espaço de acampamento é relativamente uniforme, há muitos aspectos do comportamento humano que não podem ser explicados por generalizações universais, quer relativas ao

comportamento em geral, quer pertencentes a sociedades em determinados estágios de desenvolvimento (Watson *et al.*, 1984: 264). Logo, ao par das teorias de médio alcance de Binford, explicações mais culturalmente específicas (como as propostas por Hodder e outros arqueólogos estruturalistas) provavelmente vão desempenhar um papel importante na explicação de dados arqueológicos (von Gernet & Timmins, 1987).

Um último enfoque, estritamente empiricista, proposto por André Leroi-Gourhan (1968) e, mais recentemente, por Robert Dunnell (1971, 1982b), rompe os laços da arqueologia com a antropologia social e a etnologia, e talvez com as ciências sociais em geral. Alega-se que esta ligação estimulou uma abordagem viciada da interpretação arqueológica, baseada na analogia etnográfica. Em vez disso, o registro arqueológico deve ser entendido em seus próprios termos. Embora conceda que aspectos do registro arqueológico pertinentes a estilo, em vez de função, não possam ser apreendidos por este enfoque, Dunnell acredita que ele facilita o estudo de parcelas dos dados arqueológicos importantes em termos evolutivos, consideradas explicáveis com base em variáveis biofísicas (cf. Wylie, 1985b; Watson, 1986: 444-6). Outros arqueólogos buscaram explicar os dados arqueológicos com o emprego de princípios da sociobiologia (Nash & Whidam, 1985), posição que Dunnell (1980a: 60-6), em particular, repudiou. Ambos os enfoques requerem uma definição arbitrária do que é importante no comportamento humano, e do que não o é; ambos exigem, ainda, que se ignore características singulares desse comportamento, desenvolvidas no curso da evolução biológica. Acima de tudo, porém, não está demonstrado que os dados empíricos da arqueologia podem ser interpretados em termos comportamentais sem recurso a algum tipo de analogia (P. Watson, 1986:446).



50. Modelo de zonas de queda e arremesso, tal como foi desenvolvido por Binford a partir de seu estudo etnoarqueológico dos nunamiut do Alasca (*In Pursuit of the Past*, 1983).

Embora muitos trabalhos experimentais tenham sido realizados, a exemplo de estudos de uso e desgaste, inferências sobre o comportamento humano permeiam todos os níveis dessas pesquisas e sua aplicação à interpretação de dados arqueológicos. O perigo reside em que analogias de senso comum, empregadas de modo acrítico, podem, inadvertidamente substituir outras mais ponderadas, fundadas em estudos etnográficos e históricos. Apesar de válidas, as preocupações com os riscos do emprego de analogias etnográficas não tiveram sucesso em produzir alternativas confiáveis.

Atualmente, verifica-se muito pouco interesse pela relevância de classificações formais de artefatos para o estudo de problemas outros que não a cronologia e a classificação cultural. O significado da variação formal para a compreensão de aspectos ecológicos, sociais, políticos, étnicos, simbólicos e ideológicos de culturas pré-históricas ainda continua por se determinar (Gardin, 1980; C. Carr, 1985). Até que se possa distinguir formalmente essas dimensões no registro arqueológico, permanecerá inexplorada uma técnica fundamental para preencher a lacuna entre o domínio arqueológico e o comportamental.

Conclusões

A constatação, cada vez mais clara, de que a arqueologia difere metodologicamente das outras ciências sociais por conta de sua incapacidade de observar, em primeira mão, o comportamento e o discurso humanos tem - particularmente na forma representada pela teoria de médio alcance de Binford - claro paralelo nos argumentos desenvolvidos por Klejn e seus companheiros, na União Soviética, no sentido de que os dados arqueológicos devem primeiro ser compreendidos em si mesmos, antes de ser utilizados no estudo de problemas históricos. Em ambos os casos, surge a questão de saber se um corpo teórico estritamente arqueológico, voltado para a inferência do comportamento humano a partir de dados arqueológicos, pode ser mais objetivo do que teorias de alto nível destinadas a explicar o comportamento humano, influenciáveis, como se pode demonstrar, por respostas dos arqueólogos aos desafios sociais contemporâneos. O fato de que os arqueólogos do mundo inteiro, seja qual for sua orientação política, se afiguram capazes de adotar as inovações uns dos outros em matéria de interpretação, ao mesmo tempo mantendo, na apreciação do comportamento humano, diferentes perspectivas teóricas de alto nível, sugere que, assim como os procedimentos empregados para inferir comportamento humano a partir de dados arqueológicos, algum tipo de teoria de médio alcance pode ficar relativamente isenta da influência de

preconceitos sociais. Porém, a formulação de teoria de médio alcance envolve o uso de conceitos que adquirem significação em contextos sociais. Isso indica que as diferenças entre teoria de médio alcance e teoria geral podem, no que a isso concerne, não ser tão grandes quanto acreditam muitos arqueólogos.

Embora uns poucos arqueólogos afirmem que formas deterministas de evolucionismo "estão voltando ao centro do palco" (Dunnell *apud* Rindos, 1984: ix), a maioria de seus colegas norte-americanos e europeus ocidentais parece cada vez mais convencida de que o comportamento humano é complexo e, para dar conta de seu desenvolvimento, é preciso nada menos que explicar o curso da história humana em toda a sua espantosa diversidade e especificidade. Em suas manifestações mais extremas, essas correntes se movem na direção do particularismo histórico, uma doutrina que está de acordo com a perplexidade intelectual e com a perda da esperança de produzir mudança construtiva, atitudes hoje muito disseminadas na cultura popular norte-americana. No entanto, por mais que julguem insustentável, hoje, o neo-evolucionismo da década de 1960, a maioria dos arqueólogos norte-americanos parece pouco propensa a rejeitar as realizações dos últimos trinta anos a fim de abraçar uma espécie de neo-boasianismo. Eles parecem estar abandonando a idéia de que tão-somente os aspectos da cultura recorrentes no plano transcultural são dignos de estudo; parecem dispostos a entender seqüências específicas de desenvolvimento em sua complexidade histórica, abandonando a tese de que a predição é a única forma de explicação. Ao mesmo tempo, tudo indica que os arqueólogos continuam interessados em definir e explicar regularidades transculturais no comportamento humano, e em usar essas explicações, quando apropriadas, para entender seqüências específicas de desenvolvimento (P. Watson, 1986: 442-3). No futuro, a teoria evolucionista se preocupará não apenas com as regularidades que as sociedades humanas apresentam quando passam de um estágio de desenvolvimento para outro, mas também com o modo como sociedades vizinhas, em diferentes estágios de desenvolvimento,

influenciam-se reciprocamente ao interagir. Pela primeira vez, teremos uma teoria evolucionista capaz de levar em conta relações coloniais do passado e do presente e, portanto, capaz de considerar alguns dos processos básicos que levaram ao desenvolvimento da antropologia e da arqueologia pré-histórica. Por fim, tudo indica que os arqueólogos ocidentais estão cada vez mais conscientes das relações entre indivíduos e grupos que estudam o passado e o modo como eles o vêem, uma consciência que há de manifestar com maior clareza aos arqueólogos a natureza das sociedades ocidentais contemporâneas nas quais eles vivem.

É mais difícil prever como se dará a percepção da causalidade no futuro. Há boas razões para acreditar que, se persistir uma ênfase razoável no estudo de regularidades transculturais, os arqueólogos continuarão a considerar os fatores materiais condicionantes significativos do comportamento humano e, portanto, influências dominantes na conformação do desenvolvimento cultural. Com toda a probabilidade, haverá menos ênfase em fatores tecnológicos e ecológicos particulares, e mais em relações econômicas de grande alcance, assim como em condicionamentos operantes sobre organizações políticas e sociais, identificados pela teoria geral dos sistemas. Ideologias, crenças e tradições culturais em geral serão vistas como parte do contexto em que a mudança econômica transcorre. O que não está claro é a importância que será atribuída a esses fatores e se eles serão interpretados como atuantes nos limites impostos pelas condições econômicas e sociais, ou se serão vistos como promotores de mudanças culturais importantes, de um modo mais independente. É improvável que exista unanimidade neste ponto. Também não é possível saber se conceitos como planejamento, intencionalidade e previsão virão a desempenhar um papel significativo na compreensão da mudança cultural, em um contexto materialista ou não-materialista, uma vez que são compatíveis com ambos. Para que os conceitos assim funcionem, os arqueólogos terão de adotar uma atitude muito mais crítica do que hoje no tocante a seu meio social.

Seja como for, um crescente senso de unidade e complementaridade entre historicismo e evolucionismo na arqueologia ocidental permitirá que a explicação arqueológica vá além do materialismo vulgar da arqueologia processual, do estéril idealismo do particularismo histórico e também do *ersatz* marxista da teoria crítica e da abordagem estruturalista. Essa inclinação moderada, impondo-se logo depois de um curto período em que o neo-evolucionismo esteve em ascendência, há de contrastar com a passagem radical do evolucionismo unilinear ao particularismo histórico, ocorrida no final do século XIX, e com o acontecido ao longo dos períodos nos quais cada uma dessas posições extremas prevaleceu. Se hoje não ocorre uma viragem semelhante, isso é devido, ao menos em parte, ao fato de que os arqueólogos aprenderam por experiência própria o quanto essas visões dicotômicas e extremadas do comportamento humano são improdutivas. Isto indica que se desenvolveu na arqueologia ocidental um conjunto de procedimentos voltados para a inferência do comportamento humano que hoje tem maturidade suficiente para influenciar o modo como ela interpreta seus dados - por vezes em oposição a crenças e valores externos.

Capítulo 10

A Arqueologia em seu Contexto Social

Simplesmente não existe na atualidade qualquer conjunto explícito e objetivo de regras ou procedimentos através dos quais seja possível determinar a influência de interesses velados sobre pensamentos e crenças. No entanto, continua a ser possível, em muitos casos, identificar a operação de interesses dissimulados através de uma abordagem subjetiva e experimental.

*Barry Barnes, *Interests and the Growth of Knowledge*
[Os interesses e a expansão do conhecimento] (1977), p. 35.*

Alcançamos agora o ponto em que podemos discutir o significado da história da arqueologia para a compreensão da natureza da interpretação arqueológica, e avaliar o grau de objetividade ou subjetividade relativa da disciplina. Essas questões são relevantes em vista de determinar o papel a que a arqueologia pode aspirar na história humana. Estará ela restrita a refletir a sociedade, e participar passivamente de movimentos políticos que transformam nossas vidas, ou poderá, como esperava Childe (1946b, 1947b), desempenhar um papel importante, junto com o estudo da história humana, na criação de uma "ciência do progresso" mais objetiva, ajudando a elucidar questões sociais de grande importância e a guiar a humanidade rumo a um futuro melhor?

As Metas da Arqueologia

Nos últimos anos, houve muitos debates a respeito da finalidade última da pesquisa arqueológica. Arqueólogos fortemente positivistas como Dunnell (1971: 120-1) sublinham que essa finalidade deve ser explicar o registro arqueológico. Clarke (1968) considerava a arqueologia de um modo mais amplo, como o núcleo potencial de uma ciência geral da cultura material, passada e presente, que complementaria a antropologia social e cognitiva. Com inspiração semelhante, Schiffer (1976: 4) afirmou que "o objeto da arqueologia é a relação entre comportamento humano e a cultura material em todos os tempos e lugares". Outros arqueólogos, porém, restringiriam este papel à arqueologia histórica (Deagan, 1982: 167); Binford (1981: 28) objeta que este não pode ser o foco central da arqueologia, "já que o registro arqueológico não contém informação direta de qualquer tipo sobre este assunto". Daniel (1975: 370-6) afirmou que restringir a disciplina ao estudo de vestígios materiais equivaleria a cultivar um novo antiquarianismo centrado no artefato. A maioria dos arqueólogos continua a considerar a arqueologia um meio de estudar o

comportamento humano e a mudança cultural no passado, embora estejam longe de concordar sobre o que isso implica.

Essas várias definições dos fins últimos da arqueologia têm implicações importantes para a determinação do alcance do que se há de considerar atividades arqueológicas. Tradicionalmente, a arqueologia tem sido identificada como o resgate, a análise e a interpretação de vestígios materiais do passado humano. Porém, ela sempre se estendeu para além desses limites. Ninguém jamais considerou os experimentos de reconstrução como outra coisa que não experimentos arqueológicos. Embora, estritamente falando, eles não estudem materiais do passado, não se questiona sua relevância para a interpretação arqueológica, e só para ela. Por outro lado, embora os arqueólogos tenham, desde muito, confiado em analogias etnológicas para interpretar seus dados, apenas recentemente se veio a considerar parte integrante da arqueologia o empreendimento de grandes projetos de pesquisa etnoarqueológica, realizados com o propósito de aprender mais sobre as relações entre cultura material e comportamento humano (Binford, 1978; R. Gould, 1978, 1980; P. Watson, 1979; Hodder, 1982b). Pode-se também considerar esse tipo de empreendimento uma atividade etnográfica desenvolvida por arqueólogos. Schiffer (1976: 8-9) acrescentou ao elenco de atividades do gênero o estudo de objetos materiais em sistemas culturais que perduram, correspondendo a uma tentativa de descrever e explicar o comportamento humano atual (ver também Reid *et al*, 1974). Isso inclui pesquisas como o Projeto Lixo de William Rathje (1974), que empregou técnicas de análise arqueológica para estudar padrões de mudança no uso e na disposição de recursos na moderna cidade de Tucson, no Arizona. Embora admitam que métodos e conhecimentos arqueológicos são empregados em tais análises, muito poucos arqueólogos estão dispostos a considerar pesquisas como essas parte integrante de sua disciplina. A maioria deles continua a considerar o estudo do passado um atributo essencial da arqueologia. Contudo, embora cada uma das metas referidas acima tenha suas implicações no âmbito das prioridades da pesquisa arqueológica, elas

não são mutuamente exclusivas. Não há meio de compreender, seja o registro arqueológico, seja a cultura material moderna, sem reportá-los ao comportamento humano. Inversamente, para que os arqueólogos venham a aprender mais acerca do comportamento humano e da mudança cultural no passado, eles precisam buscar novas e convincentes maneiras de inferi-lo dos dados arqueológicos. E apenas através do estudo do comportamento humano que a arqueologia pode relacionar-se com as outras ciências sociais.

Arqueologia: história e ciência

Ao longo de seu desenvolvimento, em diferentes etapas, a arqueologia relacionou-se de um modo todo especial, particularmente próximo, ora com uma ora com outra de duas ciências sociais: a história e a antropologia. Tradicionalmente, a relação tem sido mais próxima com a história quando os arqueólogos estudam o que acreditam ser os vestígios de seus próprios antepassados (ou os de civilizações sobre as quais há muita documentação escrita), e mais próxima da antropologia quando eles estudam os tempos paleolíticos, se não - em períodos mais recentes - culturas menos avançadas em termos de tecnologia, as quais eles acreditam estarem estreitamente relacionadas a sua própria sociedade. Essa distinção ficou esmaecida nos últimos anos quando um número cada vez maior de arqueólogos europeus do Ocidente se voltou para a antropologia numa tentativa de compreender melhor sociedades locais do neolítico, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro.

A distinção disciplinar entre história e antropologia, como vimos, teve origem em considerações ideológicas. Os europeus do século XIX consideravam-se naturalmente progressistas e achavam os povos nativos que submetiam ao domínio colonial essencialmente estáticos, portanto aquém da linha da pesquisa histórica. Levou muito tempo para que as duas disciplinas pelo menos começassem a lidar com as implicações desses preconceitos, que continuam surpreendentemente vivos (Trevor-Roper 1966: 9). Não há qualquer razão intrínseca para

que os arqueólogos extraíam sua compreensão da conduta humana quase que exclusivamente da antropologia. Em geral, justifica-se o relacionamento especial entre as duas disciplinas com base no fato de que os etnólogos estudam o mesmo tipo de sociedades que os arqueólogos pré-históricos, portanto a etnologia vem a ser uma fonte mais fértil de analogias interpretativas do que qualquer outra ciência social. Porém, se os arqueólogos devem fazer uso de generalizações universais para explicar seus dados - como propõem os arqueólogos processuais — isso não quer dizer que essas generalizações não possam proceder da geografia humana, da economia, da ciência política, da sociologia e da psicologia, tanto quanto da etnologia. Já se afirmou que a maioria das fronteiras disciplinares que caracterizam as ciências sociais no Ocidente são arbitrárias a ponto de, muitas vezes, obstruírem a formulação de perguntas e respostas fundamentais sobre a natureza e o desenvolvimento de sociedades industriais modernas (Wolf, 1982: 7-19). Por outro lado, os marxistas defenderam um enfoque holístico nas ciências sociais ao desenvolver a crítica das sociedades capitalistas.

Decidir se a arqueologia está mais intimamente ligada à história ou à antropologia liga-se de modo estreito ao debate, igualmente inconclusivo, que envolve saber se a compreensão do comportamento humano deve tomar a forma de explicações históricas ou a de generalizações nomotéticas. Como a maioria dos arqueólogos está comprometida com a compreensão do que aconteceu no passado, a disputa centrou-se em definir se seu objetivo básico é explicar eventos singulares em toda a sua particularidade idiográfica ou produzir generalizações evolucionistas a respeito da natureza da mudança cultural. Deram apoio à primeira opção os arqueólogos histórico-culturais, cujo interesse principal é o estudo detalhado de povos, culturas ou regiões específicas, ao passo que a segunda foi defendida com alarde pelos arqueólogos processuais. Na prática, arqueólogos de ambas as convicções procuraram formular não apenas generalizações evolucionistas, mas também funcionais, como base para inferir comportamento humano a partir de dados arqueológicos.

Esse debate tem raízes em uma falsa dicotomia entre história e ciência que foi introduzida na arqueologia norte-americana por Kluckhohn e Steward, e reforçada pela adoção do neo-evolucionismo. Este encorajou os arqueólogos dos Estados Unidos a acreditar que o comportamento humano e a mudança cultural têm fortes regularidades, das quais se pode tratar por meio de generalizações evolucionistas, e levou-os a crer que a explicação científica consiste em fazer tais generalizações. Assim, deixou-se a cargo da história, pensada como um resíduo humanístico, explicar "particularidades únicas, exóticas e não recorrentes" da mudança cultural - coisa que os evolucionistas julgaram de pouca importância científica, se é que teria alguma. Como regra geral, isso significou que a ciência deveria tratar da adaptação ecológica, ao passo que a história estudaria os aspectos estilísticos da cultura.

Tais dicotomias entre ecologia e estilo e entre ciência e história são, no mínimo, pouco convincentes. Muitos antropólogos consideram culturas inteiras sistemas adaptativos. Isso não deixa espaço para a oposição entre ecologia e estilo. Mais importante ainda: em consequência do declínio da influência do neo-evolucionismo, tornou-se claro que a mudança cultural é muito mais diversificada do que qualquer concepção neo-evolucionista de evolução, paralelística ou mesmo multilinear, pode admitir. Embora resulte enriquecedor, em termos de informação, reconhecer as características compartilhadas pelos eventos consignados a uma determinada classe (como revoluções, a, b e c) e também importe saber porque isto se dá, tais características raras vezes esgotam o que é de interesse teórico, ou o que precisa ser explicado no tocante aos eventos em apreço. Assim, embora seja possível isolar algumas características comuns a todas as revoluções, é impossível predizer todas as características de uma revolução qualquer a partir das revoluções em geral. Por mais teorias de boa qualidade de que ele disponha, o arqueólogo de gabinete não pode produzir uma descrição detalhada do curso da história só com essa compreensão. Também é claro que pelo menos uma parte da diversidade observada no registro arqueológico resulta de culturas em diferentes estágios de

desenvolvimento, ou no mesmo estágio, mas com estratégias diferentes, que se influenciam e condicionam mutuamente. O conceito de culturas que interagem como parte de um sistema mundial nos distancia muito da noção simplista segundo a qual, pelo menos em termos adaptativos, o empréstimo cultural não difere da inovação interna - tese que foi o capital de giro dos neo-evolucionistas.

Isso, por sua vez, sugere que não há, para os arqueólogos, maneira fácil e rápida de formar um corpo de teoria evolucionista capaz de permitir-lhes, ao mesmo tempo, predizer e retrodizer (predizer retroativamente) o curso da história humana. Mesmo se for possível constituir um corpo teórico que explique como se dá a mudança cultural em geral (do jeito como a teoria sintética da evolução biológica explica a mudança nos seres vivos), isso não permitirá aos arqueólogos retrodizer como determinados modos de vida mudaram em tempos pré-históricos. Só é possível realizá-lo através do estudo de dados arqueológicos pertinentes a seqüências específicas de desenvolvimento, tentando explicá-las em toda a complexidade de seus traços particulares. Não se pode dar conta de tais seqüências sem fazer referência a generalizações sobre o comportamento humano e sobre processos culturais; mas elas tampouco podem ser explicadas sem levar em conta os encadeamentos idiossincráticos e, portanto, imprevisíveis, das influências. Se os europeus não tivessem todo um hemisfério a descobrir na banda ocidental, em 1492, ou se nele não houvesse ouro nem prata, nem gente para minerá-los, não há dúvida que o desenvolvimento econômico e político subsequente da Europa seria muito distinto (Marx, 1906: 823-4). Tornou-se também cada vez mais óbvio que, em função disso, os etnólogos primeiro devem entender o significado histórico dos dados dos quais se valem para fazer generalizações acerca do comportamento humano, para que depois o significado dessas generalizações possa ser compreendido. Finalmente, vê-se que a recusa em considerar significativas as regularidades a menos que elas sejam universais eqüivale a ignorar, ou minimizar, vastas e importantes áreas da experiência humana. Se as teses estruturalistas concernentes ao papel

desempenhado pelos padrões culturais na conformação do comportamento humano forem ao menos parcialmente corretas, essa recusa pode limitar severamente a capacidade dos arqueólogos de explicar por que uma mudança aconteceu. Tentativas de compreender numerosas seqüências culturais em toda a sua complexidade idiossincrática também levarão ao reconhecimento de regularidades insuspeitas no comportamento cultural, o que pode contribuir para uma compreensão mais detalhada de processos evolutivos. A elaboração de uma teoria de sistemas mundiais parece representar uma tendência significativa nessa direção. Tudo isso indica a falência da tradicional dicotomia entre história e evolução. Generalizações nomotéticas e explicações históricas são processos indissolúvelmente ligados: nenhum dos dois pode progredir sem o outro, ou ser reduzido ao outro.

Esses argumentos também sugerem algumas limitações importantes do papel das leis de cobertura na explicação arqueológica. Muitas generalizações evolucionistas podem ser formuladas indutivamente, por obra de minuciosos esforços dedicados a interpretar seqüências culturais singulares, ascendendo, em seguida, a um nível superior de significância, depois de verificada sua aplicabilidade transcultural. Dado que muitas teorias rivais de alto nível sobre o comportamento humano se podem sobrepor, freqüentemente não fica claro qual delas dá melhor conta de tais generalizações empíricas. Além disso, pode-se argumentar que a função precípua da teoria evolucionista, e o critério pelo qual ela deve ser julgada, é sua capacidade de explicar o que aconteceu no passado, como mostram estudos idiográficos, em vez de construir esquemas hipotéticos de desenvolvimento, que são invariavelmente muito genéricos, para dizer o que efetivamente aconteceu no passado (Murdock, 1959b).

A fim de explicar eventos históricos específicos ou seqüências de mudanças, são fundamentais as abordagens que Wesley Salmon (1967, 1984; Salmon *et al.*, 1971) e Merrilee Salmon (1982) chamaram de explicação de "relevância estatística", e que William Dray (1957) discutiu sob a rubrica de "como possivelmente". Essas abordagens não

devem ser vistas como alternativas à explicação dedutiva, pois ambas empregam de modo freqüente esse tipo de argumentos. Uma importante característica das explicações "como possivelmente" é a reconstrução de uma cadeia de eventos acompanhada da tentativa de explicá-los, e de explicar a seqüência na qual ocorreram. As explicações devem, idealmente, basear-se em leis bem fundadas do comportamento humano, embora, com freqüência, o senso comum possa ser usado para "preencher" a lacuna deixada pela falta de uma teoria. Muitas respostas que surgem como parte das explicações "como possivelmente" assumem a forma de dados adicionais que eliminam uma ou mais possibilidades alternativas (Dray, 1957: 156-69). O conceito de explicações arqueológicas sob a forma de possibilidades alternativas, algumas das quais podem ser eliminadas por novos dados, é um corolário desta abordagem (Chamberlin, 1944; G. Isaac, 1984). Com o passar tempo, novos achados arqueológicos (ou, quiçá, pesquisas efetuadas em outros campos) poderão ajudar a propor generalizações capazes de substituir o senso comum e a solução empírica de problemas.

Em conseqüência do declínio da preocupação com a teoria neo-evolucionista, nos últimos anos houve, também, uma constatação cada vez mais ampla de que o conhecimento holístico do que aconteceu aos vários grupos humanos no passado é assunto de grande interesse humanístico e científico. Estudos arqueológicos refutaram a idéia, sustentada, se não criada, pelos antropólogos do século XIX, de que povos iletrados são primitivos e infensos a mudanças. Eruditos de nações emergentes, na África e em outros lugares, voltam-se para a arqueologia em busca de conhecer seu desenvolvimento pré-colonial, e tratam a arqueologia como um instrumento vital de pesquisa histórica. Na América do Norte, na Austrália e em outras partes do mundo em que povos nativos foram sufocados pela dominação de colonizadores europeus, demonstrou-se, com auxílio da arqueologia, que a imagem do "selvagem imutável" era um mito criado como parte do processo de colonização européia. Nesse contexto, cada vez mais, a idéia de que os dados arqueológicos devem ser usados tão-somente para formular e

testar um *pot-pourri* de teorias gerais sobre o comportamento humano e a mudança cultural - tomadas como um fim em si mesmas - é percebida não só como uma noção conceitualmente inadequada, mas também como uma tese neo-colonialista, um insulto ao Terceiro Mundo e aos povos nativos (D. Miller, 1980; Langford, 1983; Ucko, 1983). Ao ignorar suas responsabilidades sociais, a arqueologia — na opinião de muita gente que poderia, de outro modo, interessar-se por seus achados - pode condenar-se à irrelevância, suscitando hostilidade desnecessária (Wiseman, 1983).

Essa perspectiva humanística também reforça a idéia de que é razoável empregar uma abordagem histórica direta e recorrer a fontes não arqueológicas de dados (como as tradições orais, a lingüística histórica e a etnografia comparada) não só a fim de produzir uma imagem mais completa das culturas pré-históricas, como também para alijar explicações alternativas que os dados arqueológicos, por si só, não seriam capazes de excluir. Pode-se considerar o emprego de todas as fontes de dados possíveis - e a busca da congruência entre eles — uma extensão do enfoque contextual de Hodder, e também um meio importante de intuir o significado dos achados arqueológicos. Trata-se de um princípio que os arqueólogos históricos costumam reiterar nas considerações que fazem a respeito de seu trabalho (South, 1977a). Todas essas observações reforçam a conclusão de que, no tocante aos dados arqueológicos (segundo acontece também com os dados históricos), ao contrário do que os adeptos da Nova Arqueologia afirmavam, predição e explicação não se eqüivalem. A razão disso reside na complexidade do comportamento humano, que produz situações muito mais complicadas do que as encontradas na biologia.

Já se está a reconhecer que, embora correlações entre cultura material e comportamento humano possam ser úteis para inferir esse tipo de comportamento de dados arqueológicos, elas apenas indicam o que sucedeu no passado; não explicam os motivos pelos quais os eventos sucederam. Explicações requerem uma estimativa operacional da regularidade que liga uma suposta causa a um efeito (M. Salmon, 1982:

132). No caso de condicionamentos naturais incidentes sobre o comportamento humano, tais como os que podem ser suscitados por causas ecológicas, isso pode envolver a determinação do efeito de uma causa natural específica e também a indicação de como uma determinada resposta vem a ser requerida, em termos de fisiologia ou de psicologia humana. Porém, como o comportamento dos seres humanos é mediado, em grande medida (se não totalmente) por fatores culturais, pensamento e intenção integram necessariamente sua compreensão. Explicações arqueológicas de respostas dadas pelos homens a desafios ecológicos, a pressões de sociedades vizinhas e a tensões surgidas na própria sociedade devem, portanto, fazer sentido em termos do que o arqueólogo conhece a respeito da lógica humana e do processo de tomada de decisões. M. Salmon (1982: 132) cita, como um exemplo elementar de consideração causai da regularidade que conecta tamanho reduzido de população e estrutura social igualitária, a tese de Anthony Forge (1972) de que os seres humanos só podem controlar um número limitado de relações interpessoais. A medida em que o tamanho das sociedades cresce, tornam-se imperativos alguma forma de organização segmentar e padrões de liderança definidos com mais clareza. O problema é que os arqueólogos não têm acesso direto aos pensamentos do passado, e os cientistas sociais discordam profundamente quanto à natureza do pensamento tal como este se manifesta no mundo moderno. Alguns antropólogos sublinham a importância da razão na determinação do comportamento humano, especialmente nas esferas práticas, como as que se relacionam às questões ecológicas e econômicas. Fazem amplo uso de conceitos racionalistas como o "princípio do menor esforço" de G. K. Zipf (1949) e enfatizam o *status* metafórico das crenças religiosas, que são notoriamente diversas (Gellner, 1985; Sperber, 1985). Por outro lado, os relativistas destacam a variação dos padrões de pensamento de uma cultura para outra e a dificuldade de predizer como se comportarão os membros de uma cultura com base no conhecimento de como se comportam os de outra. Há muito tempo, Childe (1949: 6-7) assinalou

que os seres humanos se adaptam aos seus ambientes não como estes se apresentam na natureza, mas como os homens o percebem. Contudo, se a percepção da realidade e a própria realidade forem muito distintas, a seleção natural rapidamente eliminará a sociedade onde isto ocorre. O mesmo pode ser verdadeiro no tocante a algumas formas de comportamento político. Assim, tudo indica que, pelo menos com respeito a certos aspectos práticos do comportamento humano, algum tipo de lógica universal pode ser suficiente para explicar as linhas gerais do que aconteceu no passado.

Não obstante, os problemas encontrados pelos economistas na tentativa de compreender o comportamento econômico de sociedades não-ocidentais deve prevenir-nos contra a complacência no tocante à capacidade do arqueólogo de inferir a natureza do processo de tomada de decisões em sociedades pré-históricas. Além disso, em função da capacidade humana de imaginar soluções alternativas para problemas e de escolher entre elas, pode não ser possível especificar a causalidade em termos arqueológicos, exceto quando se trata estatisticamente com um grande número de casos. Era o que Childe (1948: 46) tinha em mente quando afirmou que alguns grupos de caçadores-coletores ameaçados pela seca podem alterar seu modo de vida, ao passo que outros podem deslocar-se para ambientes menos afetados pela seca, ou mesmo morrer. Em vez de negar que estados psicológicos são relevantes para a interpretação de dados arqueológicos, os arqueólogos devem prestar mais atenção à avaliação de até onde o condicionamento cultural, e não a lógica universal, influencia o comportamento humano tal como este se reflete no registro arqueológico, e até onde vale a pena construir modelos alternativos que tratem o comportamento culturalmente condicionado como uma caixa-preta.

Críticas Relativistas

Como a arqueologia trata de fenômenos complexos e não é uma disciplina experimental, ela é particularmente vulnerável ao risco de

que o aceite como verdade, a cada momento, seja o que parece mais razoável a cada geração de arqueólogos. Eles podem estabelecer correlações válidas, expurgar inconsistências lógicas e demonstrar que interpretações aceitas não estão de acordo com novos dados. No entanto, um levantamento histórico revela que, com frequência, as interpretações são influenciadas, de modo sutil, por preconceitos que impedem a percepção de todo o espectro de explicações alternativas cujo reconhecimento facultaria testes formais mais completos e a determinação dos reais limites de validade das generalizações. Nessas circunstâncias, a diferença entre uma generalização nomotética e um argumento informal por analogia não é clara de modo algum.

À medida em que os arqueólogos ficam mais conscientes da complexidade daquilo que eles têm de explicar, tornam-se, também, mais interessados em descobrir como, e até onde, sua experiência do presente influencia suas interpretações do passado. Muitos consideram que o meio no qual atuam afeta tanto os questionamentos quanto as respostas que estão predispostos a considerar razoáveis. É talvez decepcionantemente fácil mostrar que, no mundo inteiro, a interpretação da evidência arqueológica é influenciada por condições políticas, sociais e econômicas, assim como pela tendência de indivíduos e grupos a afirmar seus interesses apresentando objetivos egoístas como se fossem altruístas. Pode-se também comprovar que, de modo geral, situações sociais análogas estimularam, de modo independente, tratamentos semelhantes dos dados arqueológicos. No Ocidente e no Terceiro Mundo, em particular, essas interpretações refletem os interesses políticos e econômicos das classes médias, como elas deixam claro em diversas atitudes, tanto expansivas como defensivas. Além do mais, interpretações arqueológicas são diretamente influenciadas por preconceitos de gênero, por interesses étnicos, pelo controle político da pesquisa e da publicação, pelo financiamento das atividades arqueológicas, por conflitos de geração entre os pesquisadores e por influências idiossincráticas de arqueólogos carismáticos. São também influenciadas pela sociedade indiretamente, através de modelos

analíticos oferecidos pelas ciências físicas e biológicas e, em maior medida, pelas ciências sociais, assim como pela continuidade da aceitação de explicações arqueológicas estabelecidas cujo caráter obsoleto não se tornou evidente.

No entanto, apenas muito raramente são encontradas correspondências simples entre as interpretações arqueológicas e as condições sociais. Essas interpretações não constituem, na maioria, reflexo direto de tais condições, antes vêm a ser versões do passado criadas por arqueólogos que tentam, em circunstâncias históricas particulares, promover, ou defender, interesses e preferências sociais. Esses interesses variam e podem ser apoiados de diferentes maneiras. Doutrinas raciais podem ser usadas para promover a unidade nacional, ou para justificar a agressão colonial. Crenças religiosas fortemente arraigadas podem ser responsabilizadas pelo atraso tecnológico, ou aclamadas como um importante fator de promoção do desenvolvimento cultural. As opções selecionadas refletem o equilíbrio de interesses específico de uma dada cultura e a relação de determinados arqueólogos com esses interesses. Tais considerações não apenas desempenham um papel de destaque nas variações da prática arqueológica, como também respondem a condições sociais em processo de mudança. A tendência da interpretação arqueológica de deixar-se influenciar pela sociedade não parece estar diminuindo à medida em que a arqueologia se torna mais sofisticada, como alguns arqueólogos sugeriram que aconteceria (Clarke, 1979: 154). Em vez disso, parece continuar a ser um dos traços característicos permanentes da arqueologia.

Na pior das hipóteses, isso poderia significar que não há passado a ser estudado, não apenas no sentido positivista, aliás incontestável, de que interpretamos apenas "as marcas do passado no presente", mas também no sentido, bem mais profundo, da definição de história proposta por Collingwood, o qual a caracterizou como uma disciplina em que se pode reviver o passado... apenas na mente de cada um. Isso significa que não é possível, nem para o arqueólogo nem para o historiador, reconstruir de modo verificável o passado tal como ele efetivamente foi.

Porém, Gellner assinala que a maioria dos arqueólogos acredita que "o passado outrora foi presente, como o *presente*, e foi real". Estão convictos, pois, de que as coisas que os humanos fizeram no passado realmente aconteceram, e de que o fato de terem elas acontecido desempenhou um papel significativo na conformação do registro arqueológico por nós estudado. Logo, o passado teve - e nesse sentido continua a ter - uma realidade própria, independente das reconstruções e explicações que os arqueólogos possam elaborar. Além disso, como o registro arqueológico, um produto do passado, foi moldado por forças independentes de nossas convicções, a evidência que ele constitui, pelo menos potencialmente, pode agir como um limite a restringir a imaginação dos arqueólogos. Nessa medida, o estudo do passado resulta diferente de escrever uma obra de ficção. O objetivo da arqueologia pode, assim, ser a recuperação do conhecimento do que foi esquecido. Porém, as questões cruciais continuam sendo: até onde podemos ir para compreender objetivamente o passado - e como podemos ter certeza da exatidão daquilo que julgamos saber sobre o passado, visto com juízos de valor que podem perturbar nossas interpretações.

Nos últimos anos, a arqueologia pré-histórica passou de um positivismo ingênuo a uma aceitação ampla do relativismo, bem superior à verificada em qualquer outro momento do passado. Depois de muitas décadas de otimismo positivista, um número cada vez maior de arqueólogos se dispõe a acreditar que nunca alcançará a compreensão histórica objetiva do passado. Alguns dos relativistas mais radicais concluem que, em função disso, eles têm o direito de usar os dados arqueológicos para o que bem lhes aprouver. Assim é que os vêem como fonte de prazer estético, ou como material para elaborar sobre o passado fantasias capazes de criar satisfação pública, ou pessoal. Essa concepção reduz a arqueologia ao *status* do antiquarianismo, que trata os dados arqueológicos como fins em si mesmos. São também os relativistas radicais que propõem o uso de dados arqueológicos como propaganda de causas políticas ou sociais, geralmente identificadas com bandeiras de esquerda, ou populistas. Porém, a história da arqueologia mostra que

as causas políticas defendidas, ou apoiadas, voluntariamente pelos arqueólogos, entre elas o nazismo, foram, com freqüência, mais nocivas do que construtivas para a humanidade. Hoje, a arqueologia está sendo usada para dar apoio a algumas posições curiosamente reacionárias, como fica evidente na obra de Grahame Clark e de alguns arqueólogos norte-americanos. Embora alguns pesquisadores sintam-se atraídos pelo igualitarismo intelectual do relativismo extremado, ele estimula o niilismo filosófico, no qual não apenas "vale tudo" como também a arqueologia pode ser usada para apoiar qualquer causa.

A questão com que ora se defrontam os arqueólogos não é mais simplesmente saber se julgamentos de valor influenciam as interpretações do passado, pois de fato elas o fazem, mas saber se devem acatar a posição dos relativistas extremados, ou se é possível, em alguma medida, deter este processo. Historiadores da escola de Ranke fazem, tradicionalmente, a distinção entre um núcleo relativamente estável de dados factuais sobre o passado - núcleo este que é objetivo e pode ser expandido, acrescido, à medida em que novos documentos são estudados - e a interpretação de tais dados, coisa que é altamente subjetiva e difere radicalmente de um historiador para outro. Conforme Ranke acreditava, determinar o que realmente aconteceu no passado constitui a essência da história; já a interpretação dos motivos pouco mais é que a expressão de uma opinião pessoal. Maurice Mandelbaum (1977), que continua a defender essa posição, chama o núcleo factual de "história propriamente dita". Porém, ele não conseguiu convencer os filósofos da ciência de que os fatos históricos são cientificamente verificáveis. Wylie (1985b: 73) assinala que "mesmo a experiência passível da observação mais direta é ativamente estruturada pelo observador e ganha valor de evidência... apenas através de interpretação dependente de teoria e paradigma específicos". No caso da arqueologia, a situação apresenta ainda mais dificuldades, visto como, antes de o comportamento humano ser explicado, precisa ser inferido a partir de vestígios materiais que, por seu turno, adquirem *status* de dados em consequência de processos de classificação influenciados por teoria -

portanto subjetivos, ao menos em parte. Assim, tanto ao classificar vestígios materiais como (mais ainda) ao interpretar o comportamento humano, os arqueólogos lidam com algo muito diferente dos fatos objetivos postulados pela escola de Ranke (Patrik, 1985).

Coleta de Dados e Generalizações Empíricas

Apesar de tudo, os arqueólogos tiveram sucesso em constituir um corpus de dados extenso e crescente, além de formular, acerca do passado, generalizações de nível baixo que têm resistido, ao longo dos anos, a cuidadoso escrutínio. Fundamentais nessas generalizações são as tipologias que foram elaboradas para a classificação dos achados arqueológicos. Em geral, aceita-se que essas tipologias são criações dos arqueólogos, e não reconstruções de categorias que teriam sido necessariamente significativas para os fabricantes e usuários do material estudado (embora, por vezes, tenha-se pretendido essa equivalência). As classificações refletem o empenho dos arqueólogos em datar, determinar a função e estudar o estilo do material arqueológico. Mesmo os esforços no sentido de classificar "objetivamente", buscando conjuntos "naturais" de atributos no interior de amplas matrizes de dados, baseia-se no conhecimento dos arqueólogos e na sua percepção do significado do material que analisam. Contudo, quase todas as classificações manifestam padrões não-aleatórios de atributos, o que, por sua vez, faculta o teste da utilidade e da significatividade de cada um deles.

Novas classificações são concebidas à medida em que surgem novos problemas, e as antigas são aperfeiçoadas e modificadas com o passar do tempo. Os arqueólogos de uma determinada área podem hesitar entre classificações baseadas em tipos e classificações baseadas em atributos. Costuma-se encontrar sérios problemas na compatibilização de classificações desenvolvidas por equipes de arqueólogos que trabalham independentemente na mesma região. A classificação dos artefatos tornou-se mais conscienciosa à medida em que os arqueólogos ficaram

mais familiarizados com a evidência da padronização arqueológica na cultura material. Atualmente, examina-se um conjunto bem mais amplo de artefatos que no passado, quando a cerâmica e os instrumentos líticos eram, freqüentemente, os únicos achados estudados em detalhe. Um dos efeitos indubitavelmente positivos do enfoque estruturalista é que ele chamou a atenção dos arqueólogos para muitas categorias novas de dados a respeito das quais podem ser feitas generalizações empíricas. Seja como for, várias classificações têm perdurado por longos períodos, a despeito das grandes mudanças de interpretação. Trata-se de um forte indício de que elas se baseiam em observações empíricas razoavelmente objetivas.

Muitas observações sobre o mesmo jaez podem ser feitas a propósito da definição de culturas arqueológicas. Tentativas de classificação cultural produziram várias generalizações empíricas que permanecem válidas no que diz respeito à distribuição inter-sítios de tipos de artefatos, ainda que a compreensão da cultura arqueológica tenha mudado radicalmente ao longo dos anos. Mas também houve visíveis progressos na compreensão das distribuições. Enquanto os arqueólogos identificaram as culturas exclusivamente com os grupos étnicos, havia uma tendência a considerar as fronteiras de ambos - culturas e grupos — equivalentes e, em condições normais, demarcadas com clareza. Embora esses pressupostos funcionassem razoavelmente bem no tocante às sociedades "tribais", não levavam em conta a "abertura" de bandos de caçadores-coletores menos sedentários, nem tampouco a diferenciação cultural ao longo das linhas de classe, característica das sociedades hierarquizadas (Trigger, 1968a: 16-18). Por vezes, essas últimas eram concebidas à guisa de culturas separadas: a campesina e a da elite (Rouse, 1965: 9-10). Nos últimos anos, novas concepções de cultura material, entendidas como o reflexo de várias espécies de interesses grupais, em vez de relativas apenas a identidade étnica, estimularam análises politéticas mais detalhadas de vestígios materiais (Hodder, 1982b), embora as técnicas adequadas a esse tipo de análise tenham sido desenvolvidas antes dos novos conceitos de cultura (Clarke, 1968).

Ao longo dos anos, fez-se grande progresso na recuperação, identificação e quantificação de vestígios vegetais e animais, um processo que teve grande incremento graças ao desenvolvimento da técnica de flutuação para a recuperação de dados. A análise de traços de elementos rendeu novas informações importantes que permitem apontar as fontes de muitos materiais e distinguir bens que foram trocados das cópias locais (para as limitações e complexidades dessas interpretações, ver Gill [1987]). A distribuição de vários tipos de artefatos também já vem sendo mapeada e assinalada de um modo que leva em conta, com maior regularidade, as características intra-sítio. Com a ajuda de computadores, produz-se agora um espectro mais amplo de generalizações empíricas sobre muitas classes de evidência arqueológica antes não estudadas, ou estudadas precariamente.

Progressos notáveis na datação de dados arqueológicos também foram feitos desde a Segunda Guerra Mundial, em grande medida graças a técnicas físicas de datação, em particular as que empregam radiocarbono, termoluminescência e taxas de potássio-argônio. Essas técnicas revolucionaram a compreensão da pré-história. Porém, isso não aconteceu porque elas subverteram cronologias locais relativas baseadas em seriação e estratigrafia, mas sim porque disponibilizaram novas técnicas, mais confiáveis e universalmente aplicáveis, para traçar correspondências entre tais seqüências e a cronologia de calendário - um procedimento que até então, em quase todo o mundo, baseava-se inteiramente em suposições. As correspondências assim acusadas não apenas propiciaram informação de grande importância sobre os ritmos de mudança cultural em tempos pré-históricos - os quais outrora os arqueólogos tendiam a superestimar -, como também puseram à prova alguns sincronismos inter-regionais baseados em critérios tipológicos. Embora essas técnicas tenham alterado enormemente as cronologias pré-históricas e as interpretações histórico-culturais a elas associadas, sobretudo na Europa e na América do Norte, o efeito global não foi contestar as cronologias relativas anteriores para pequenas áreas, e sim acrescentar novas dimensões à sua compreensão. Isso também sugere

uma tendência geral de progresso na interpretação dos dados arqueológicos.

Não há lógica interna que nos permita predizer quando novas técnicas serão introduzidas. O desenvolvimento de muitas delas depende de inovações nas ciências físicas e biológicas, portanto de fatores que não têm relação com a arqueologia. Porém, uma vez adotadas por arqueólogos, muitas inovações técnicas se têm propagado rapidamente pelo mundo afora. Isso é verdade também no tocante às técnicas analíticas desenvolvidas pela própria arqueologia, embora (quixá) em menor grau, uma vez que estas técnicas, com freqüência, são mais culturalmente específicas. Isso não significa negar que interesses políticos e sociais locais influenciem a aceitação e a aplicação de novas técnicas. Uma inveterada preocupação com questões de epigrafia, história da arte e assuntos religiosos resultou em pouco interesse manifesto pelo emprego de técnicas científicas para estudar padrões de subsistência na arqueologia do Oriente Próximo - que tradicionalmente se ocupou do período histórico e, de modo especial, de problemas relativos à história bíblica. Mas pouco a pouco as novas técnicas estão sendo aplicadas nessa área, começando pelo estudo (menos popular) de material pré-histórico (Bar-Yosef & Mazar, 1982).

Também é claro que, pelo menos no curto prazo, o progresso não é sempre contínuo ou irreversível. Após 1929, os homens que comandaram o desenvolvimento da arqueologia soviética desestimularam o interesse pela tipologia dos artefatos e pela classificação cultural, alegando que o "formalismo burguês" inibia a interpretação marxista dos dados arqueológicos. Nos últimos anos, porém, um número crescente de arqueólogos soviéticos reconheceu que esses estudos são fundamentais para o desenvolvimento de cronologias detalhadas, e para solucionar problemas histórico-culturais que são preliminares indispensáveis da interpretação comportamental da pré-história (Bulkin *et al.*, 1982). Existe atualmente, na União Soviética, um grande interesse pela abordagem analítica de Clarke no estudo dos dados arqueológicos (Davis, 1983: 418). De modo semelhante, na

Europa ocidental e na América do Norte, durante as décadas de 1950 e 1960, uma preocupação crescente com a arqueologia dos assentamentos e a interpretação processual dos dados arqueológicos inibiu o interesse pelas análises formais dos dados, muito embora seja óbvio que comparações formais de tipos de instrumentos ainda têm um papel importante a cumprir, ajudando a responder questões como saber se houve uma relação histórica entre os estágios primitivos da metalurgia no Oriente Próximo e na Europa central (Trigger, 1980c; Bradley, 1984: 38-40). No entanto, embora técnicas particulares e conceitos analíticos possam ser temporariamente ignorados por razões ideológicas, ou porque afiliações teóricas desviam a atenção dos arqueólogos, parece que, no longo prazo, métodos capazes de expandir o conhecimento do passado são adotados pelos pesquisadores onde quer que sejam úteis e haja recursos suficientes para seu emprego. Com base nisso, pode-se concluir que os métodos arqueológicos desde muito são internacionais e cumulativos. Pode-se dizer o mesmo das generalizações empíricas sobre a padronização no registro arqueológico, particularmente quanto ao modo como elas se manifestam na tipologia e na classificação cultural.

Diálogo Interno

Os arqueólogos também fizeram progressos espetaculares no inferir comportamento humano a partir de dados arqueológicos, especialmente no que diz respeito a tecnologia, subsistência, comércio, padrões de residência e alguns aspectos da organização política. Foi possível, assim, ter uma compreensão mais global e ordenada do que aconteceu no passado. Muitos de tais avanços valem-se de métodos analíticos oriundos das ciências físicas, como a análise de traços de elementos para a detecção do fluxo espacial de matéria-prima. No entanto, Hodder (1984b) demonstrou que esses dados são insuficientes para revelar os contextos sociais em que bens dessa ordem eram transportados. Em colaboração com zoólogos, e com recurso à análise de variações de idade, tamanho e sexo de diferentes espécies animais, os arqueólogos

tentaram verificar como rebanhos pré-históricos eram tratados e quais eram as práticas de caça. Esses estudos assumiram fundamental importância no contexto dos esforços empreendidos para averiguar se os antigos homínídeos caçavam animais de grande porte ou eram simplesmente carniceiros (Binford, 1984). Semelhantemente, a identificação de movimentos de população, e mesmo de padrões de exogamia, cada vez mais se apóia em progressos feitos pela antropologia física na análise dos restos ósseos humanos (Kennedy, 1981; Molto, 1983), ao passo que a interpretação econômica e política da distribuição de sítios emprega técnicas de análise espacial inauguradas na economia e na geografia (Hodder & Orton, 1976).

A interpretação comportamental de dados arqueológicos, quer produzida diretamente por arqueólogos quer resultante de análise biológica e física, depende, em grande medida, de pesquisas hoje geralmente classificadas como arqueologia experimental e etnoarqueologia. Tais pesquisas procuram correlacionar séries particulares de evidência arqueológica com formas específicas de comportamento humano. Embora ambas tenham sido inauguradas por arqueólogos escandinavos no século XIX, foram aperfeiçoadas nas últimas décadas. Um dos mais importantes desdobramentos da pesquisa etnoarqueológica está no reconhecimento, cada vez mais amplo, das condições em que vestígios materiais vêm a incorporar-se ao registro arqueológico. Se o conhecimento de como se dispunham os bens nem sempre permite aos arqueólogos inferir o modo como eles eram feitos e usados - conforme esperava Schiffer (1976) - pelo menos lhes facilita compreender melhor as limitações do registro arqueológico (von Gernet, 1985). De um modo similar, o estudo dos processos de redução do lítio permite aos arqueólogos inferir em que estado o material lítico foi deslocado de uma área para outra, e com que propósito foi usado em cada lugar (Binford, 1983a: 269-86). Do mesmo jeito, estudar onde, nos seus acampamentos, caçadores-coletores modernos comem, dormem, processam a comida e manufaturam instrumentos é considerado um recurso capaz de ajudar os arqueólogos a entender como, no paleolítico

superior e em tempos mais recentes, os caçadores-coletores organizavam o espaço onde viviam (Binford, 1983b: 144-94). Dá-se agora atenção a como descobertas experimentais e etnoarqueológicas podem ser combinadas de modo a construir algoritmos cada vez mais convincentes para a inferência de comportamento humano a partir de dados arqueológicos (Tringham, 1978).

Os arqueólogos também estão cada vez mais interessados em entender os processos naturais que têm papel decisivo na formação de sítios e resultam em alteração pós-deposicional do registro arqueológico. Na África oriental, para que os arqueólogos possam, de fato, inferir comportamento hominídeo, é importante determinar que tipos de ossos de animais estão presentes nos sítios em consequência de atividade humana, e que tipos eram parte do ambiente natural onde viviam os hominídeos do paleolítico inferior. Embora os pesquisadores de países mais ricos e avançados estejam melhor equipados para desempenhar um papel proeminente na realização das pesquisas detalhadas necessárias para estabelecer a correspondência entre os vestígios materiais e o comportamento humano, progressos têm sido feitos em muitas partes do mundo e descobertas úteis se propagam rapidamente de uma região para outra. Portanto, esse aspecto da arqueologia, tal como a produção de generalizações empíricas, é verdadeiramente internacional e manifesta um padrão de aperfeiçoamento crescente.

O internacionalismo é particularmente manifesto na convergência que se verifica entre tendências da arqueologia ocidental e da arqueologia soviética, algo perceptível desde a década de 1950, a despeito de sua adesão a diferentes paradigmas de alto nível. Muitas lições importantes podem ser tiradas dessa convergência. Nos primeiros estágios do seu desenvolvimento, a arqueologia soviética rejeitou as abordagens histórico-culturais tradicionais e deu destaque à interpretação dos dados arqueológicos em termos de comportamento econômico e social, assim como à análise da mudança social. Os soviéticos foram pioneiros na pesquisa sistemática da arqueologia dos assentamentos e na moderna análise de uso e desgaste. Apenas recentemente eles reconheceram a

importância da tipologia sistemática e de processos como a migração e a difusão para explicar o registro arqueológico. Por contraste, desde a década de 1950, os arqueólogos ocidentais que, por longo tempo, se ocuparam somente de tipologias, migração e difusão - elementos-chave da abordagem histórico-cultural - passaram a prestar atenção cada vez maior aos fatores sociais na promoção da mudança cultural. Tanto os soviéticos como os ocidentais mostraram um grande interesse pelas interpretações ecológicas. É possível demonstrar que todos esses elementos têm importância para uma melhor compreensão do significado comportamental dos dados arqueológicos.

Afigura-se que a arqueologia, onde quer que se pratique, tem um elenco de tópicos a ser investigados para que se realize o propósito de extrair de seus dados uma rica variedade de informações sobre o comportamento humano. No princípio (e ainda hoje isso acontece, em menor medida), diferentes tipos de dados eram selecionados para estudo pelas diferentes escolas de arqueologia. A ordem em que diferentes modos de análise vêm a ser adotados em tradições de pesquisa particulares afigura-se também muito variável, refletindo os diferentes valores e as diferentes orientações políticas das várias sociedades a que os arqueólogos pertencem. Porém, à medida em que a pesquisa arqueológica se desenvolve, torna-se cada vez mais evidente que, no âmbito das teorias de curto e médio alcance, essa seletividade não funciona, muito embora os arqueólogos discordem quanto ao emprego último de seus dados. Tudo indica que, na ausência de controles ideológicos dogmáticos, os arqueólogos de qualquer país tendem a adotar, em última instância, toda a gama de empenhos analíticos, pelo menos até onde fazê-lo resulta economicamente exequível. Isto sugere o reconhecimento de um conjunto de métodos para a inferência do comportamento humano no passado - o que constitui, se não a realidade, o ideal de pesquisa arqueológica por toda a parte.

Há também uma tendência crescente no sentido de distinguir, de um lado, métodos e teorias necessários para a inferência de comportamento

humano com base em dados arqueológicos, e, de outro, as teorias gerais invocadas para explicar tal comportamento. Binford aplicou às proposições teóricas do primeiro tipo o rótulo de teoria de médio alcance, e afirma que esta só se pode constituir pelo estudo, no presente, da relação entre cultura material e comportamento humano. No mesmo espírito, Klejn e outros arqueólogos soviéticos afirmam que, embora o marxismo forneça uma explicação global plenamente satisfatória do comportamento humano no curso da história, não supre uma metodologia voltada para traduzir dados arqueológicos em informação sobre o comportamento humano, o que, em termos marxistas, corresponde a dados históricos. Os marxistas afirmam que o registro arqueológico não aporta informação histórica em estado puro, e que a informação nele contida tem de ser transformada em dados históricos através de um procedimento gradual que eles chamam de "arqueologia teórica". Esse procedimento envolve a classificação sistemática de dados arqueológicos e a elaboração de cronologias culturais detalhadas, antes de se passar à consideração do significado étnico, tecnológico, ecológico e social dos dados e, por fim, à apreciação dos processos histórico e evolutivo que conformaram o registro arqueológico. Somente o último estágio pode ser identificado com o materialismo histórico em sentido estrito. Os outros estágios têm a ver com a superação das limitações dos dados arqueológicos e com seu emprego para a criação de novas fontes, ou registros, na forma de textos escritos, grande parte dos quais consiste de dados arqueológicos interpretados em termos comportamentais (Bulkin *et al.*, 1982: 284-5). Klejn e seus colegas também subentendem que, como as operações necessárias para transformar os dados arqueológicos em fontes de informação comportamental e histórica são mais neutras ideologicamente do que a interpretação histórica, é nessa área que os arqueólogos ocidentais e soviéticos podem e devem colaborar, sem que os soviéticos comprometam sua integridade ideológica. Binford faz alegações similares a respeito da neutralidade de sua teoria de médio

alcance, embora, como hiperpositivista, as estenda também à teoria geral.

Todavia, não é patente de modo algum que ensaios de médio alcance empreendidos com vistas a inferir comportamento humano a partir de dados arqueológicos são de todo, ou sequer em grande medida, imunes aos pressupostos que afetam a teoria geral e complicam os esforços feitos no sentido de explicar comportamento. Interpretações comportamentais específicas com freqüência resultam errôneas, ou questionáveis. Esses problemas se tornam particularmente sérios em situações em que, em função da complexidade do que está sendo estudado, argumentos criteriosos relacionando dados arqueológicos e comportamento humano são difíceis de elaborar ou aplicar. As interpretações opostas da freqüência cada vez maior de cerâmica de alta qualidade no vale do México nos últimos tempos astecas, ora tomada como evidência da manipulação estatal da economia ora percebida como prova do sucesso de uma economia de livre mercado, são bons exemplos dessa dificuldade. Binford afirma que essa subjetividade pode ser reduzida onde generalizações de médio alcance bem fundadas estruturam a interpretação comportamental dos dados arqueológicos. Mas essa abordagem não elimina todas as possibilidades de enviesamento subjetivo.

Alguns problemas importantes concentram-se na aplicabilidade de alguns princípios uniformitaristas. Binford (1981: 27-9) chamou a atenção para esses problemas e insistiu na necessidade urgente de justificar a aplicação de teoria de médio alcance a dados arqueológicos específicos com argumentos autorizados, mas sem especificar sua natureza. Embora Binford critique muito o pressuposto de que os padrões comportamentais dos hominídeos primitivos se assemelhavam aos dos modernos caçadores-coletores, em um trabalho que trata de tempos mais recentes sua fé neo-evolucionista em grandes regularidades a reger o comportamento humano o leva a minimizar as dificuldades existentes na interpretação de dados arqueológicos. Isso é evidente em suas pesquisas sobre o uso do espaço de acampamento e

dos territórios de caça pelos caçadores-coletores. O comportamento humano não é tão regular a ponto de que sejam feitas generalizações convincentes a respeito do comportamento espacial com base em dois ou três estudos de caso etnográficos, mesmo que estes sejam muito detalhados. Binford tampouco leva em conta os possíveis efeitos do sistema mundial moderno sobre as analogias etnográficas. Para outros arqueólogos, isso indica que o grau de semelhança entre as sociedades modernas de caçadores-coletores e as paleolíticas é uma questão a ser investigada pelos arqueólogos, e não algo que se possa dar por suposto. Finalmente, a alegação marxista de que os modos de produção, ao mudar, alteram a natureza humana, se correta, questiona a aplicabilidade de muitas generalizações sobre o comportamento humano, principalmente as de ordem psicológica. O marxismo não exclui a possibilidade de uma natureza humana, no sentido de alguns padrões muito genéricos de comportamento, culturalmente inalteráveis, próprios da espécie. Postula, porém, com muita propriedade, que é necessário cautela ao presumir a universalidade de formas particulares de comportamento humano. Ao aplicar conceitos uniformitaristas, é imprescindível que os arqueólogos determinem a classe de sociedades a que uma dada generalização é aplicável. Mas, atualmente, isso continua a ser mais arte que ciência.

É claro, porém, que proposições de médio alcance, cuidadosamente investigadas e apropriadamente aplicadas, podem ajudar a reduzir os elementos subjetivos envolvidos na inferência de comportamento humano a partir de dados arqueológicos. Essas proposições não tornam as interpretações de evidências arqueológicas imunes a distorções resultantes de interesses, valores ou fantasias de arqueólogos, mas compõem um quadro em que as interpretações ficam sujeitas ao grau máximo de restrições impostas pela evidência arqueológica. Quando as generalizações universais não se aplicam, são necessários argumentos muito fortes para demonstrar que são válidas as correlações entre cultura material e algum padrão comportamental específico. Essas demonstrações freqüentemente tomam a forma de uma abordagem

histórica direta, onde a evidência da continuidade na cultura material justifica a extrapolação de aspectos conexos de comportamento e de crenças vigentes em culturas etnográficas, remontando aos tempos pré-históricos. Contudo, em que medida se justificaria recorrer ao que se sabe sobre a escapulomania chinesa na dinastia Shang a fim de interpretar evidência proto-histórica de escapulomania entre os naskapi do leste do Canadá? Em parte, isso dependeria do que se conhece a respeito das relações históricas entre o leste da Sibéria e a América do Norte, no tocante à escapulomania e, talvez, ao xamanismo em geral (Furst, 1977; Chang, 1983). O emprego de analogias culturalmente específicas é um campo ainda à espera de sistematização, e de vital importância, caso os arqueólogos pretendam compreender o passado tanto em termos culturalmente específicos quanto no que diz respeito a aspectos gerais do comportamento humano.

Limites da Inferência Comportamental

Devemos agora considerar os limites do que se pode inferir com base na evidência arqueológica a respeito do comportamento humano pré-histórico. Há muito, os arqueólogos usam dados arqueológicos para estudar tecnologia, padrões de subsistência, guerra e comércio; desde a década de 1960, foram feitos progressos significativos na inferência de padrões de residência, de organização social hierárquica e de alguns aspectos da organização política. A fim de apreciar o progresso da arqueologia da década de 1960 para cá, basta comparar as inferências que hoje se fazem sobre o comportamento humano pré-histórico com os prognósticos sombrios de Childe em *The Prehistory of European Society* [A pré-história da sociedade europeia] (1958a), livro escrito num momento em que ele desejava ardentemente vir a conhecer mais sobre o comportamento social e político. Resenhas dos últimos avanços da arqueologia indicam, porém, que se progrediu mais na compreensão da economia pré-histórica do que no entendimento da organização

social, e, por outro lado, pouco se avançou no estudo da ideologia na pré-história. Nos primeiros oito volumes de *Advances in Archaeological Method and Theory* [Avanços na metodologia e na teoria arqueológica], de Schiffer, dos estudos que tratam da interpretação da evidência arqueológica, 39% versam sobre levantamento de dados e cronologia, 47% sobre ecologia, demografia e comportamento econômico, 8% sobre comportamento social, enquanto apenas 6% tratam de ideologia, religião e conhecimento científico. Há também um acentuado viés econômico em apanhados recentes sobre a pré-história europeia (Jarman *et al.*, 1982; Dennell, 1983; Champion *et al.*, 1984; Wells, 1984; Barker, 1985). Nos últimos anos, essa limitação foi reiteradamente comentada, e fizeram-se apelos no sentido de dar à arqueologia objetivos novos e mais amplos, a fim de superar o que é visto como a dominação da pesquisa contemporânea pelos interesses metodológicos (Moore & Keene, 1983).

Já em 1954, Hawkes afirmava existir uma escala de dificuldade crescente na interpretação de dados arqueológicos conforme as atividades humanas: tecnologia era a categoria mais fácil, ao passo que a economia, a organização social e política e, por fim, a ideologia apresentavam graus de dificuldade cada vez mais elevados. Desde então, os arqueólogos discutem se essa hierarquia é inerente à natureza dos dados arqueológicos ou resulta de uma incapacidade dos arqueólogos de tratar de problemas interpretativos relevantes. Binford (1972: 93-4) inspirou uma geração de arqueólogos norte-americanos ao afirmar que se tratava de deficiências metodológicas dos arqueólogos. Ele asseverou que todos os aspectos de sistemas socioculturais se refletem no registro arqueológico. No entanto, ao longo dos últimos 25 anos, os arqueólogos processuais, inclusive Binford (1978, 1981), continuaram a estudar principalmente os patamares inferiores da hierarquia de Hawkes.

A concepção de Binford do que a arqueologia pode fazer está ligada a sua adesão ao neo-evolucionismo. Os neo-evolucionistas acreditam que culturas no mesmo estágio de desenvolvimento têm muitas características em comum, especialmente elementos estruturais dotados

de significado adaptativo. Apenas traços insignificantes, sobretudo estilísticos, podem ser considerados proficuamente como produtos aleatórios de acidentes históricos (Steward, 1955). Em função desse alto nível de regularidade, aos arqueólogos seria relativamente fácil formular um grande número de generalizações de médio alcance que lhes permitiriam inferir, dos dados arqueológicos, uma ampla faixa de comportamento humano. Os neo-evolucionistas também acreditam, como os evolucionistas unilineares do século XIX, que caso possam determinar como seria uma parte de uma cultura pré-histórica, em especial seu padrão de subsistência, também poderão predizer o resto do sistema, pelo menos em termos gerais. Considera-se que essas duas abordagens se reúnem de modo a constituir uma metodologia interconectada capaz de fazê-las confirmar-se reciprocamente, e também eficaz na reconstrução do comportamento humano em tempos e lugares específicos do passado. Mas porque elas ainda não tiveram maior êxito, até agora, na inferência dos patamares superiores da hierarquia de Hawkes? Childe (1956^a) afirmou ser mais fácil para os arqueólogos inferir, com base em princípios gerais, comportamento tecnológico e econômico do que organização social e crenças, isso porque aqueles estão sujeitos a um maior grau de condicionamento por fatores inteligíveis em termos de leis universalmente aplicáveis (ver também Gallay 1986: 126-57, 182). Os arqueólogos descobrem como os instrumentos eram feitos através de experimentos replicativos e constataam a distribuição de matérias-primas através de análises de traços de elementos. De modo similar, recorrem a princípios derivados da biologia para inferir muitos aspectos do comportamento de subsistência. Por outro lado, os detalhes da organização do parentesco, de sistemas políticos e de valores sociais são muito mais variados, e as causas específicas dessa variabilidade são mais difíceis de detectar. Tradições culturais, que não são, de modo algum, insignificantes em termos de adaptação ecológica, desempenham um papel importante na determinação do conteúdo desses aspectos da cultura, e podem ser modificadas em conseqüência de contatos culturais, assim como em

função de respostas a fatores internos variáveis. Ambas as formas de impacto tornam o conteúdo de sistemas culturais impossível de prever em detalhe, com base apenas em leis gerais. Childe (1963: 98) dizia que ninguém poderia inferir as particularidades do sistema de governo parlamentarista britânico no século XIX com base em uma compreensão genérica do modo de produção capitalista. Embora haja uma clara relação entre a ascensão do capitalismo e a forma como se exercia o poder naquela época, o desenvolvimento do parlamento britânico tem de ser compreendido em relação a um conjunto de instituições políticas em um processo de transformação que remonta aos tempos medievais. Problemas de equifinalidade também dificultam as interpretações, à medida em que aumenta a complexidade dos fenômenos comportamentais. Mais recentemente, estudos etnoarqueológicos pormenorizados revelaram a sutileza e a complexidade das relações entre cultura material e comportamento humano, especialmente nos níveis social e simbólico (Bonnichsen, 1973; Hodder, 1982b; Hayden & Cannon, 1984). Tornou-se evidente que, em muitos casos, a cultura material não reflete o comportamento humano. Em vez disso, a relação entre as duas é mediatizada por quadros conceituais que, com frequência, não se pode inferir com base apenas em dados arqueológicos. Querera isso dizer, como acreditava Hawkes, que os arqueólogos têm muito mais probabilidade de inferir, quanto ao comportamento humano pré-histórico, o que nele é genericamente animal do que o que é especificamente humano?

Muitos arqueólogos, inclusive eu, acreditam que a busca de regularidades socioculturais (busca da qual faz parte a teoria de médio alcance de Binford) tem como principal resultado a descoberta de condicionamentos externos atuantes sobre o comportamento humano. Muitos desses condicionamentos constituem imperativos biológicos, ecológicos e tecnológicos com impacto direto sobre a organização econômica e social — o que não é de surpreender. Mas outros fatores restritivos foram descobertos. A teoria geral dos sistemas sugere limitações em um amplo espectro de variação em estruturas políticas e

sociais, limitações estas que não parecem ser de origem ecológica e incluem relações entre a multiplicação de unidades sociais e a elaboração de hierarquias de controle (G. Johnson, 1978, 1981). Em geral, porém, a natureza dos condicionamentos sugere um modelo de cultura em que os níveis inferiores restringem o campo de variação possível nos superiores, mas não determinam, por si mesmos, a forma que estes virão a ter. Isto significa que, embora as relações ecológicas possam limitar de modo significativo o grau de variação possível no comportamento econômico, não determinam todos os aspectos das instituições econômicas. De igual modo, a economia pode limitar o campo de variação do comportamento social e político, e as relações sociais e políticas podem limitar o campo de variação das práticas religiosas e estéticas, mas nenhum desses níveis é determinado inteiramente pelos mais básicos. Pelo contrário, como as restrições materiais não se aplicam diretamente, níveis progressivamente mais altos mostram um número cada vez maior de traços específicos que não podem ser explicados ecologicamente. Assim, embora as culturas possam ser explicadas em termos de restrições negativas que determinam os limites da compatibilidade funcional entre os níveis, e, portanto, os de sua variação possível, cada nível é semi-autônomo, na medida em que suas propriedades não podem ser derivadas das propriedades dos níveis inferiores (Friedman & Howlands, 1978b: 203). Especialmente no nível da organização social e das crenças religiosas, isso deixa muito espaço para que outros fatores (como, por exemplo, tradições e influências culturais de origem externa) desempenhem um papel importante na configuração de padrões culturais.

Isso confere também uma base teórica à hierarquia de Hawkes.

Os arqueólogos contextuais tentaram contradizer este modelo identificando limitações que se aplicam especificamente aos níveis mais altos da hierarquia de Hawkes, envolvendo, por exemplo, possíveis regularidades transculturais em atitudes para com o lixo e correlações entre desenhos cerâmicos e o *status* social das mulheres (Hodder, 1982a: 62-5). Esforços similares foram feitos no passado para relacionar

estilos artísticos com organização social (J. Fisher, 1961) ou com as características psicológicas de populações pré-históricas (Wallace 1950). Presume-se que a base dessas correspondências seriam uniformidades nos processos cognitivos ou psicológicos, em vez de considerações ecológicas. Porém, até agora, a procura por regularidades universais desse tipo não produziu resultados substanciais úteis aos arqueólogos. As regularidades mais importantes são as relativas a tradições históricas específicas, e os dados arqueológicos a elas pertinentes parecem ser interpretados de um modo mais efetivo por meio de alguma variante do enfoque histórico direto. Isso pode deixar alguns aspectos do registro arqueológico eternamente aquém da mera especulação habilidosa. Como se poderia provar que Leroi-Gourhan estava certo, ou pelo menos tomou o rumo certo, ao associar bisões com princípios femininos e cavalos com princípios masculinos na arte rupestre do paleolítico europeu? A obra de Laming-Emperaire (1962: 293-4) não confirmou esta associação; já estudos mais recentes sobre o significado da arte das cavernas produziram interpretações diferentes, embora, ao que parece, igualmente impossíveis de comprovar (Conkey, 1982). Tudo isso sugere que, no tocante ao emprego de generalizações universais, a hierarquia de Hawkes das dificuldades que afetam a interpretação arqueológica é essencialmente correta (Gallay, 1986: 154, 182). Isso também sugere que, em função da falta de uma estruturação determinística em muitos aspectos dos fenômenos socioculturais, permanecerá limitada a capacidade da teoria de médio alcance de inferir numerosos aspectos do comportamento humano tão-somente a partir do registro arqueológico.

As Realizações da Arqueologia

A despeito dessas limitações, os arqueólogos foram capazes de inferir uma faixa cada vez mais ampla de comportamento humano a partir de dados arqueológicos, quer usando teoria de médio alcance quer recorrendo a alguma variante do enfoque histórico direto. Isto não garante que essas inferências não estejam contaminadas por fatores

subjetivos. Porém, o desenvolvimentos de novos e mais rigorosos algoritmos para inferir o comportamento a partir de dados arqueológicos e, também, a especificação da medida em que analogias etnográficas podem ser apropriadas oferecem um meio de maximizar as restrições impostas pela evidência arqueológica a tais fatores subjetivos. Para isso também contribui o emprego de técnicas diferentes visando a inferência de um mesmo comportamento, ou de comportamentos intimamente relacionados, e a comparação dos resultados a fim de verificar se existe ou não correspondência, conforme postulam os arqueólogos contextuais e antropólogos como Murdock (1959a). Por fim, os achados arqueológicos podem ser corroborados e suplementados por outros tipos de dados históricos. Se, como arqueólogos, não podemos conhecer tudo sobre o passado, podemos, pelo menos, conhecer muito do que é importante. Até aqui, temos comprovado a exatidão da predição feita por Daniel Wilson ao escrever, em sua antiga obra sobre a pré-história escocesa: "Não temos por que perder a esperança de descobrir alguma coisa a respeito da primitiva Caledônia, de seus hábitos, de seus pensamentos, ou mesmo de sua fé, quando somos capazes de nos reportar a tantos espécimes de artefatos e desenhos criativos" (1863,1: 486).

Também há motivos para crer que achados arqueológicos sobre o que os seres humanos fizeram no passado já mudaram irreversivelmente nossa compreensão das origens e do desenvolvimento humano, pelo menos para aqueles que estão dispostos a acatar os cânones do raciocínio científico. Antes do século XIX, esquemas evolucionistas do desenvolvimento humano eram seriamente colocados em paralelo com concepções criacionistas e diversas especulações cíclicas. Cada uma dessas concepções era uma explicação possível para a história humana, mas não havia evidência científica que permitisse aos pesquisadores determinar qual das teorias oferecia a melhor explicação da origem humana. Desde então, os dados arqueológicos têm apresentado sólidas evidências que indicam que os seres humanos evoluíram a partir de um ramo de primatas superiores, mais provavelmente na África. Há um

considerável dissenso quanto ao significado de variações morfológicas entre os hominídeos primitivos e no tocante a saber qual deles teria sido o ancestral direto dos homens. Porém, é claro que, ao longo da maior parte da sua história, os seres humanos e seus ancestrais hominídeos sobreviveram comendo plantas e animais selvagens. No paleolítico inferior, os hominídeos se espalharam, partindo da região tropical e chegando, pelo menos, a zonas de clima temperado, mais frio; no paleolítico médio e no superior, alguns homens já se haviam adaptado a viver em condições pré-glaciais. Há mais de 40 mil anos atrás, humanos já haviam, através de uma estreita faixa de oceano, chegado até a Austrália-Nova Guiné; e por volta de 11 mil anos atrás, haviam-se espalhado pelo Novo Mundo, do estreito de Bering até a Terra do Fogo. No final da última Idade do Gelo, se não antes, populações cada vez mais densas e sedentárias de coletores se haviam desenvolvido em ambientes mais ricos, em muitas partes do mundo. A coleta de alimentos foi suplementada pela produção de alimentos, que gradualmente veio a tornar-se a principal fonte de alimentação em muitas partes do Velho e do Novo Mundo. Nada sugere uma conexão histórica entre as principais zonas onde houve a domesticação de plantas e animais, e a evidência cada vez mais sólida de continuidades no interior de várias regiões sugere que se trata de um processo que ocorreu independentemente em muitos lugares. Pode-se dizer o mesmo quanto às primeiras civilizações, que surgiram quando algumas sociedades agrícolas tribais transformaram-se em sociedades hierarquizadas, baseadas em classes, dominadas por uma pequena elite que usava parte do excedente de riqueza, controlado por seus membros, para produzir monumentos arquitetônicos e obras de arte que serviam como símbolo de *status*.

Também é claro que muitas sociedades não progrediram nesta seqüência. Algumas permaneceram no estágio de caçadores-coletores até os tempos modernos, ao passo que, ocasionalmente, sociedades agrícolas, ou pastoris, adotaram economias de caça e coleta. A medida em que algumas culturas se tornaram mais complexas, tornaram-se mais

comuns os relacionamentos entre sociedades vizinhas de diferentes tamanhos e, por vezes, com economias diversas. Sob certas condições ecológicas, as sociedades mais complexas foram capazes de dominar e explorar os vizinhos menos desenvolvidos, mas, em outras situações, sociedades pastoris ou proto-agrícolas mantiveram sua autonomia até os tempos modernos.

Historiadores e cientistas sociais, de Arnold Toynbee a Julian Steward, também levam em conta o papel desempenhado pelos processos cíclicos na história, como a ascensão e queda das civilizações. Essas questões são notoriamente difíceis de abordar por causa das ambigüidades existentes na definição das unidades envolvidas. Não há base para se acreditar que processos de desenvolvimento análogos a infância, maturidade e velhice de indivíduos se repetem nas sociedades, especialmente naquelas que se acham em diferentes estágios de desenvolvimento. Por outro lado, a repetida consolidação e desintegração do poder dinástico é um fenômeno muito difundido, claramente assinalado no registro arqueológico (Steward, 1955: 196-206).

Embora ainda haja muita coisa a ser descoberta sobre a duração e a natureza precisa da estabilidade cultural e da mudança em várias partes do mundo, nos tempos pré-históricos, o quadro geral delineado acima é sustentado por um imenso conjunto de evidências coletadas e analisadas por arqueólogos. Isso não quer dizer que no futuro os arqueólogos não possam descobrir sociedades agrícolas, ou de coleta intensiva, mais antigas do que as hoje conhecidas, ou novas civilizações, ou mesmo ligações insuspeitadas entre diferentes partes do mundo. No entanto, por mais de um século, o panorama, delineado por descobertas arqueológicas, do que aconteceu nos tempos pré-históricos tem sido aperfeiçoado, e não subvertido. Não se pode dizer o mesmo quanto às explicações de como essas coisas ocorreram. Além disso, muito embora o amplo esboço da pré-história apresentado nos compêndios modernos não apresente enormes diferenças com relação às reconstruções evolucionistas especulativas do século XIX, ou mesmo do século XVIII, ao cabo resulta diferente por basear-se em evidência arqueológica rica

em detalhes circunstanciais relativos tanto à natureza de culturas particulares quanto a seqüências específicas de mudança. Esses dados aprimoram o que se sabe sobre cursos de desenvolvimento particulares e sobre o padrão geral da pré-história.

Isso não significa que qualquer interpretação específica dos dados arqueológicos esteja correta. Nos últimos anos, Binford (1981, 1984; Binford & Stone, 1986) usou uma combinação de evidência tafonômica e conhecimentos de processos de formação de sítios para questionar toda uma série de afirmações por muito tempo aceitas a respeito do comportamento hominídeo. Ele mostrou o caráter precário da evidência de que animais de grande porte foram caçados em Torralba, na Espanha, e em muitos outros sítios do paleolítico inferior. Questionou também a evidência de canibalismo e do possível uso do fogo em estratos do paleolítico inferior em Zhoukoudian, além de chamar a atenção para outros estudos que concluíram que os supostos indícios de um culto ao urso, no período musteriense, em cavernas da Europa central, podem ser explicados como resultado de processos naturais. Qualquer que seja o resultado desses debates, Binford demonstrou que, com freqüência, os arqueólogos fazem afirmações sem base suficiente a respeito do significado comportamental do registro arqueológico, e assim promovem apreciações infundadas do comportamento humano pré-histórico (Binford, 1981: 293). Nem ao menos se trata, nesses casos, de questões menores, ou de significado apenas local, pois ele sugere que os humanos poderiam ter sido, durante a maior parte do paleolítico, aproveitadores de carniça, em vez de caçadores de animais de grande porte.

No entanto, embora Binford se queixe da falta de mecanismos de auto-correção na interpretação dos dados arqueológicos, as questões que ele propõe a respeito do significado comportamental de sítios do paleolítico vão gerar mais investigações de médio alcance e a busca de evidências novas e mais conclusivas, à medida em que as partes em disputa buscarem resolver os problemas que ele colocou. Em um levantamento recente de controvérsias ocorridas no final do século XIX e no começo

do século XX a respeito do *status* dos eólitos, Grayson (1986) concluiu que discussões dessa ordem, e as técnicas para dirimi-las, são um aspecto bem consolidado da arqueologia. O uso consciente de experimentos e de observação científica para resolver problemas de interpretação arqueológica remonta aos arqueólogos escandinavos do começo do século XIX e aos britânicos que foram influenciados pela abordagem experimental da Royal Society of London, cem anos antes.

Nossa compreensão de outros aspectos da pré-história foi significativamente alterada em consequência de mudanças verificadas no conhecimento etnográfico. Tradicionalmente, os etnólogos evolucionistas distinguiram entre bandos de caçadores-coletores e tribos de agricultores. Nos últimos anos, tornou-se evidente que as sociedades coletoras mais sedentárias, como as que foram encontradas na costa oeste do Canadá, no século XIX, têm mais em comum, tanto demograficamente como em termos de organização social e política, com sociedades agrícolas sedentárias do que com os caçadores de animais de grande porte (Testart, 1982; Price & Brown, 1985). Essa observação deu nova base para a interpretação de sociedades "mesolíticas" do Velho Mundo e sociedades "arcaicas" das Américas, que, no passado, pareciam anômalas ou difíceis de entender. Em outras ocasiões, novas percepções resultaram de descobertas arqueológicas. A demonstração de Michael Coe de que a civilização olmeca floresceu ao longo da costa do golfo do México, datando do primeiro milênio antes de Cristo, abalou a convicção, por longo tempo mantida, de que as civilizações antigas surgiram apenas em regiões áridas, onde a irrigação era necessária para a agricultura (Coe & Diehl, 1980). Desde então, tornou-se cada vez mais óbvio que as regiões de floresta tropical estão parcamente representadas em estudos sobre o desenvolvimento da civilização por conta da preservação precária e da dificuldade da pesquisa. A descoberta de Coe também lançou dúvidas sobre algumas teorias evolucionistas de alto nível que tentaram explicar a origem de sociedades complexas (Sanders & Price, 1968).

Isso indica que interpretações errôneas do que aconteceu no passado podem ser acusadas por via da descoberta de novas evidências arqueológicas a contradizer conclusões anteriores; conota ainda o reconhecimento de novas teorias do comportamento humano, a facultar novas percepções do significado dos dados arqueológicos, e comprova o desenvolvimento da teoria de médio alcance. A construção deliberada e o teste simultâneo de duas ou mais interpretações de dados mutuamente exclusivas pode incrementar este processo, algo há muito assinalado pelos arqueólogos, mas que se perdeu de vista em função da insistência da arqueologia processual na importância de explicações dedutivas. Combinados, esses processos aumentam a capacidade de valer-se de restrições inerentes à evidência para os contrapor aos elementos subjetivos na interpretação arqueológica. Com a única exceção dos relativistas fanáticos, todos podem ver o resultado de um tal processo de comparação crítica e reinterpretção a tomar o rumo de uma compreensão mais objetiva do significado comportamental dos dados arqueológicos.

Diálogo Externo

Esclarecer porque as coisas acontecerem leva os arqueólogos além de sua disciplina e os compele a invocar um amplo espectro de teorias oriundas das ciências sociais, no esforço de explicar padrões de comportamento inferidos com base nos dados arqueológicos. Porém, mesmo os pesquisadores que podem observar diretamente o comportamento humano não conseguem chegar a um acordo quanto aos motivos que levam as pessoas a se comportar de uma determinada forma, ou quanto ao porquê da mudança cultural, ou no que diz respeito a saber qual é o sentido último da história. Em vez disso, nós nos deparamos com explicações, ao mesmo tempo, sutis e radicalmente diversas, competindo umas com as outras no tocante a quase todos os aspectos do comportamento humano, sem que haja qualquer evidência de que uma teoria geral esteja prestes a prevalecer sobre as outras. Há

muitas razões para isso. A complexidade dos fatores atuantes em situações concretas pode ser compatível com mais de uma teoria causal, permitindo que explicações de situações específicas venham a divergir significativamente (Wylie 1985b: 77). Os fatores que informam tais situações podem ser tão numerosos a ponto de não ter nenhuma relevância atribuir a qualquer um dentre eles a capacidade de exercer uma influência determinante. O papel desempenhado por fatores particulares também pode variar de acordo com a espécie e o potencial de quantos se acham implicados em uma dada situação. Sem dúvida era isso que Flannery (1972) tinha em vista quando acusou a futilidade das tentativas de explicar a origem de sociedades complexas procurando por regularidades nos fatores responsáveis por seu desenvolvimento. Também fica claro que, em situações complexas como esta, os valores e preconceitos do pesquisador podem, de forma relativamente irrestrita, exercer influência sobre as interpretações da evidência arqueológica. Influências subjetivas dessa ordem podem variar, indo desde tentativas de arqueólogos de projetar seus ideais em sociedades do passado - como Arthur Evans faria em suas reconstruções da Creta minóica (Bintliff, 1984; Wood, 1985) - até o imenso hiato ideológico que separa a visão elitista da história humana recentemente exposta por Grahame Clark (1983, 1986) da interpretação de Childe dos efeitos nocivos da exploração classista sobre o desenvolvimento tecnológico e a qualidade de vida nas civilizações antigas. Porém, se, com freqüência, os arqueólogos não conseguem dar explicações conclusivas de eventos claramente documentados no registro arqueológico, as suas dificuldades não são maiores do que as de outros cientistas sociais, igualmente incapazes de chegar a um acordo quanto ao porquê das coisas acontecerem.

Duas classes de fatores induzem modificação em concepções gerais do comportamento humano. A primeira é constituída por mudanças de condições sociais e políticas, como as que, nos países ocidentais, levaram ao abandono temporário de interpretações racistas (e até mesmo biológicas) do comportamento humano, em conseqüência da

derrota do nazismo. Em um determinado nível, isso pode ser interpretado como um processo quase inteiramente subjetivo. Porém, na medida em que crenças inspiram ação, elas têm algum valor seletivo em termos de sua capacidade de garantir, ou ameaçar, a sobrevivência de sociedades que as detêm. Entretanto, essas crenças têm de evoluir no rumo de uma compreensão mais objetiva do comportamento humano, se é que sociedades tecnologicamente avançadas hão de sobreviver e florescer (McNeil, 1986: 20-1). O que se sabe sobre a enorme capacidade de interpretações científicas e religiosas do comportamento humano de dissimular interesses particulares mascarando-os de altruísmo não inspira grande confiança numa crescente compreensão da humana conduta como meio hábil para, automaticamente, salvar a humanidade; mesmo assim, o ponto principal permanece válido - a saber, que as idéias têm valor seletivo.

Em função disso, no longo prazo, concepções gerais do comportamento humano podem estar sujeitas a modificações seletivas, em vez de mudar de maneira puramente aleatória, ou por razões de todo idiossincráticas.

A segunda classe de fatores que todos, com exceção dos hiper-relativistas, acreditam poder modificar as interpretações do comportamento humano corresponde à nova evidência factual. Por sua natureza, não é provável que teorias gerais do comportamento humano venham a ser refutadas por qualquer observação científica. Mesmo nesse nível, porém, as limitações das evidências cumulativas, inclusive as fornecidas pela arqueologia, facultaram alguns progressos na compreensão do comportamento humano. Como resultado de um século de pesquisas e de interpretações que oscilaram de um extremo a outro, hoje parece ser consenso que as propostas radicais tanto do particularismo histórico quanto do evolucionismo unilinear já não merecem crédito. Numa perspectiva transcultural, observa-se mais ordem do que seria de se esperar se cada cultura fosse produto de circunstâncias puramente fortuitas. No entanto, existe diversidade suficiente para proscrever qualquer causalidade simples e fortemente determinística (Trigger, 1982a). Por certo, arqueólogos continuam a

divergir no que diz respeito a onde situar-se entre esses dois extremos. Binford mantém a fé neo-evolucionista na regularidade do comportamento humano e Dunnell (in Rindos, 1984: ix) anseia por ver a concepção científica da evolução, com suas uniformidades, "voltar ao centro do palco". Por outro lado, as idéias de Hodder, às vezes (mas não sempre) tendem para um particularismo boasiano. Porém, mesmo essas colocações são consideravelmente mais moderadas do que as posições extremas da década de 1950.

A não ser recorrendo à evidência histórica e arqueológica, os arqueólogos continuam incapazes de distinguir entre as semelhanças culturais resultantes do desenvolvimento independente (analogias) e as que resultam de ligações históricas (homologias) (Binford, 1968b: 8-12). Não se pode pressupor que determinados traços compartilhados por culturas circumpolares de caçadores-coletores resultaram de adaptação independente a um ambiente comum, a não ser que se possa excluir empiricamente a possibilidade de fazê-los remontar a uma origem comum, ou a de que tenham sido compartilhados em consequência de difusão. Todavia, paralelos no desenvolvimento de sociedades complexas em regiões distantes umas das outras, em períodos em que as ligações culturais entre elas parecem ter sido extremamente limitadas, ou inexistentes, assim como paralelos verificados quanto a relações entre culturas vizinhas em distintos níveis de desenvolvimento, em diferentes partes do mundo, sugerem regularidades transculturais que nenhuma explicação da história ou do comportamento humano pode ignorar. Por outro lado, a partir do estudo de dados arqueológicos e etnográficos tornou-se claro, também, que há variações importantes na organização social e nos padrões culturais entre sociedades no mesmo nível de desenvolvimento, em diferentes partes do mundo, que não podem ser explicados pela teoria neo-evolucionista. Tanto as tradições históricas quanto a difusão atuam na configuração não só de fatores estilísticos como também de aspectos significativos do comportamento econômico, social e político.

Essas observações sugerem que as culturas não são tão solidamente integradas quanto os evolucionistas acreditavam ao pressupor que certas mudanças em um aspecto de uma cultura provavelmente acarretariam mudanças predizíveis em outros aspectos. Tampouco parece que uma parte qualquer de um sistema cultural desempenhe um papel avassaladoramente predominante na configuração do todo, ao contrário do que os deterministas ecológicos e tecnológicos afirmam. Se alguma dessas proposições fosse verdadeira, haveria significativamente menos variação cultural do que se pode observar em um único momento no registro etnográfico, ou arqueologicamente, ao longo de vastos períodos.

Isso não exclui uma abordagem materialista da história humana. Parece acorde com o que sabemos sobre a evolução biológica e as origens humanas supor que a existência social sempre desempenhou um papel básico na conformação da consciência humana, e que o modo de produção influencia fortemente o caráter geral dos processos de vida social, política e intelectual, desde que se o compreenda como significando que a base econômica (em termos amplos) limita a possibilidade de variação em outros aspectos do comportamento humano, em vez de ditar qual será a natureza deste. Também não há razão para negar a influência recíproca da superestrutura sobre a base, embora a natureza e a extensão precisa dessa influência ainda não tenha sido definida e possa variar amplamente de uma sociedade para outra. Childe, em particular, considerou poder político e crenças religiosas forças capazes de opor-se com êxito às grandes transformações culturais, mas não de iniciá-las. Por fim, um enfoque verdadeiramente materialista, longe de negar, compreende a idéia de que os seres humanos reagem ao mundo não como ele é, mas como o percebem — pois esta noção efetivamente incorpora os fenômenos mentais a um horizonte materialista. Isso estimulou o marxismo a considerar a mudança cultural como resultado de um processo dialético que envolve interesses individuais e de grupo, em vez de buscar explicá-la apenas em termos de condicionamentos externos do tipo proposto pela

ecologia cultural, ou pela teoria dos sistemas. É claro, todavia, que não há consenso quanto a esses pontos, nem argumentos suficientemente fortes para estreitar o amplo espectro de opiniões apaixonadas que os cientistas sociais se dispõem a defender, tratando das forças que modelam a história humana. Muitos arqueólogos, inclusive alguns que se proclamam marxistas, aderem a uma posição idealista que atribui importância fundamental às crenças religiosas e a outros fatores ideológicos como as forças básicas na conformação da mudança cultural.

Não obstante, há motivos para crer que, no longo prazo, a continuidade da coleta e análise de dados arqueológicos resultará em uma melhor compreensão do comportamento humano e das forças que moldaram a história humana. Prova disso é a confiança cada vez maior com que os arqueólogos se mostram capazes de distinguir entre suas próprias explicações, variadas, do que aconteceu em tempos pré-históricos, e certas crenças populares alternativas, desprovidas de uma base factual aceitável em termos científicos (J. White 1974). Essas crenças populares atestam a importância ideológica do que os arqueólogos estudam e, de modo ainda mais significativo, confirmam a incapacidade dos pesquisadores afeitos, por pouco que seja, a um método científico de satisfazer certos anseios populares. Um exemplo disso é a resistência, persistente e muito difundida, à idéia de que culturas mais avançadas se desenvolveram em consequência de processos internos compreensíveis em termos científicos. Nos séculos XVIII e XIX, alguns pesquisadores tentaram confirmar o que consideravam ser a verdade literal dos relatos bíblicos, alegando que os seres humanos tiveram origem no Oriente Próximo e que as culturas primitivas eram consequência da degeneração verificada à medida que a humanidade se distanciou de seu lugar de origem e se afastou da instrução divina. Algumas especulações menos influenciadas pela bíblia buscaram fazer remontar a origem de civilizações conhecidas a misteriosos inícios, em continentes perdidos, como a Atlântida e Mu, ao passo que, no início do século XX, hiperdifusionistas faziam derivar a agricultura e a civilização do Egito e

da Mesopotâmia, onde se supunha que elas tinham aparecido em consequência de um acidente histórico. Nos últimos anos, diante de uma crescente ameaça de aniquilação nuclear, um número cada vez maior de membros da classe média educada, de orientação não-religiosa, inseguros, acharam conforto na crença de que seres inteligentes de outro planeta estiveram guiando benevolmente o desenvolvimento humano e virão salvar a humanidade, ou algum remanescente escolhido, de uma catástrofe apocalíptica (J. Cole, 1980; Feder, 1984; Eve & Harrold, 1986). Esse salvacionismo extraterrestre voltou-se para a arqueologia em busca de evidências de contatos interplanetários que fundamentassem seus argumentos, de modo bem semelhante ao jeito como, um século atrás, os evolucionistas buscaram apoio nela.

No século XVIII, quando o conhecimento do registro arqueológico era quase inexistente, as concepções degeneracionista e evolucionista estavam em pé de igualdade, baseando-se ambas tão-somente em especulação sobre o modo como as sociedades humanas vieram a constituir-se. Nessas circunstâncias, não tem nada de extraordinário que um erudito como William Stukeley, homem que foi capaz de empreender uma correta pesquisa antiquária, se sentisse atraído pelo que hoje consideramos fantasias extravagantes da escola degeneracionista. Já no final do século XIX, um cientista cuidadoso como John William Dawson podia argumentar convincentemente que o registro arqueológico havia sido estudado em muito poucas partes do mundo, e que mesmo na Europa ocidental os achados eram muito pouco conhecidos para assegurar que culturas avançadas não haviam coexistido com culturas paleolíticas no curso da história humana. Na América do Norte, verificou-se que supostos achados paleolíticos de fato eram o simples refugio de culturas posteriores e mais avançadas. Ignorar os protestos de Dawson constituía uma expressão de fé nas teorias evolucionistas culturais ou na superioridade de evidências positivas limitadas, com relação a alternativas ainda não descobertas; não era um triunfo da ciência. Na década de 1920, a concepção

hiperdifusionista da história humana, embora preconizada por reputados etnólogos e antropólogos físicos, foi avassaladoramente rejeitada pelos arqueólogos porque não correspondia ao registro arqueológico tal como este era percebido em várias partes do mundo. As influências do hiperdifusionismo limitaram-se à explicação de fenômenos arqueológicos restritos, como os monumentos megalíticos da Europa ocidental.

O salvacionismo extraterrestre nasceu como uma excentricidade de amadores com conotações semi-religiosas, e continua a sê-lo. Suas explicações, sempre tentativas, de achados arqueológicos isolados não aportam uma interpretação alternativa satisfatória do registro arqueológico (von Danniken 1969, 1971). Relativistas extremados como Barnes e Feyerabend podem argumentar que concepções do passado como as que são defendidas pelos antropólogos profissionais, por um lado, e, por outro, pelos adeptos do salvacionismo extraterrestre são alternativas culturais, e que filósofos e historiadores da ciência não dispõem de um fundamento para distinguir entre elas, em termos de correção e de *status* científico. Os arqueólogos não podem excluir a possibilidade de que visitantes extraterrestres tenham influenciado, até certo ponto, o curso do desenvolvimento humano, assim como não podem proscrever a existência de unicórnios roxos. Porém, por mais desajeitadas, incertas e inadequadas que possam ser nossas atuais apreciações da mudança cultural, elas dão conta do que é observado no registro cultural, quer na sua totalidade quer no concernente a características destacadas, ao passo que o salvacionismo extraterrestre vive só de especulações e alegações inconclusivas a respeito de fenômenos isolados. Dada a evidência disponível, é seguramente uma tolice reivindicar um *status* "simétrico" para essas duas abordagens.

A arqueologia demonstrou sua capacidade de manter múltiplas hipóteses operacionais e de modificar suas interpretações a fim de dar conta, da melhor maneira possível, de crescentes conjuntos de dados arqueológicos (Gallay, 1986: 288-95). No início do século XX, invocava-se a difusão para explicar evidências de mudanças no registro

arqueológico percebidas em desacordo com as antigas convicções racistas de que os índios norte-americanos seriam incapazes de mudança cultural. Porém, a difusão, em si mesma, continuava a implicar uma certa falta de criatividade. A Nova Arqueologia não só deu conta de mudanças internas nas culturas arqueológicas - mudanças estas que se faziam cada vez mais evidentes, à medida em que se empreendia pesquisa arqueológica mais detalhada -, como também, a fim de explicá-las, foi levada a recorrer a respostas intra-sistêmicas as quais, embora não se tomasse consciência disso, eliminaram os derradeiros vestígios da idéia de que os nativos norte-americanos eram, por natureza, menos criativos que os europeus. Não se deve subestimar a influência de estereótipos públicos menos hostis dos povos nativos, tampouco se deve subestimar a influência das imposições do registro arqueológico. Mais uma vez, são os amadores, à margem, que continuam a explicar a história da América do Norte em termos de visitantes líbios, cartagineses, escandinavos, africanos e asiáticos e, assim - involuntariamente, queremos crer -, continuam a depreciar os povos nativos, atribuindo a outros os principais elementos de sua herança cultural (Fell, 1976, 1982; para uma explicação antropológica do material a que se faz referência no segundo livro, ver Vastokas & Vastokas, 1973). Ao proceder assim, esses amadores se baseiam tão-somente nos cânones difusionistas da interpretação arqueológica - cânones que, há muito, os arqueólogos profissionais reconheceram inadequados. Os arqueólogos não negam a importância da difusão. Tampouco negam que alguns pastores e agricultores se tornaram caçadores-coletores no curso da história humana. Atualmente, porém, esses acontecimentos são considerados em um contexto mais amplo, em que ocorrem outros processos, como a adaptação ecológica e a mudança cultural interna. Ao mesmo tempo, o registro arqueológico cada vez mais detalhado oferece resistência cada vez maior a explicações desequilibradas e sujeitas a modismos do que aconteceu no passado.

Perspectivas Futuras

Fatores subjetivos claramente influenciam a interpretação de dados arqueológicos em todos os níveis. Não constituem mera impureza visível, passível de remoção através da adesão a algum código científico (por suposto moralmente neutro); mais especificamente, não se trata de impureza eliminável por meio de procedimentos apropriados para testar hipóteses (como sugerem os positivistas mais ardorosos). Por vezes, esses fatores subjetivos funcionam como um elemento criativo na arqueologia, na medida em que são um importante estímulo para a pesquisa. O envolvimento de Kossinna com uma crença romântica e altamente equivocada na superioridade étnica e racial dos alemães levou-o a industrializar novos meios de estudar padrões espaciais significativos nos dados arqueológicos, meios que arqueólogos com convicções pessoais muito diferentes continuam a achar úteis. Por outro lado, podem-se constatar ciclos menos criativos em que (como em resposta, ao menos parcialmente, a mudanças nas condições sociais, políticas e econômicas) os arqueólogos oscilaram entre perspectivas evolucionistas e histórico-culturais extremadas, e entre posições que ou enfatizaram a base biológica do comportamento humano ou a ignoraram por completo (Cartmill *et al.* 1986).

Contudo, se é fato que na interpretação do passado fatores subjetivos intervêm em todos os níveis, também é certo que, pelo menos no campo delimitado pela adesão a uma metodologia científica, a evidência arqueológica se impõe e limita o que é possível acreditar a respeito do passado. Ao contrário do que alegam alguns inovadores, no desejo de retratar as fases anteriores do desenvolvimento da arqueologia como primitivas e não estruturadas, os arqueólogos não ignoraram a necessidade de questionar constantemente as interpretações dos dados arqueológicos. Tampouco deixaram de utilizar novas evidências na tentativa de obter uma compreensão mais objetiva do passado. Pelo menos desde o século XVIII, eles têm procurado elaborar testes pertinentes ao significado comportamental dos dados arqueológicos.

Esses testes incluem experimentos de replicação, análises de uso e desgaste e experimentos voltados para verificar se supostos "artefatos" são produto da ação humana, de atividade animal ou de forças naturais. Também foram feitas tentativas de apreciar a validade de analogias etnográficas, embora esse processo, em especial, se tenha tornado mais difícil, por conta dos problemas que envolvem a distinção entre analogias e homologias culturais. Sempre que se tentou esse tipo de verificação, os arqueólogos se engajaram em estudos científicos.

Ao par dessas atividades, porém, sempre existiu a tentação de saltar para as conclusões na ausência de dados suficientes, ou de análise adequada, e de métodos de interpretação apropriados. Isso ocorre em todos os níveis da pesquisa arqueológica, embora, talvez, seja no nível mais elevado - o da explicação do comportamento - que acontecem os saltos mais ousados. Muitos arqueólogos mostram-se ansiosos por extrair de seus achados conclusões de amplo alcance a respeito do passado, mesmo quando isso lhes requer impor a seus dados uma leitura de formas específicas de comportamento sem o apoio de argumentos adequados para a ensejada ligação, e lhes exige fazer uso de explicações insuficientemente testadas do comportamento humano. Principalmente quando as interpretações vão ao encontro do senso comum e dos valores do pesquisador, os arqueólogos podem não tomar consciência das inexatidões de seu trabalho. No passado, a tolerância para com esse tipo de imprecisão resultava, em grande medida, da existência de um número menor de pesquisadores que tentavam dar conta de muitos e insolúveis problemas. Nos esforços pioneiros de coletar dados e reconstruir uma ampla imagem do passado, muitas sutilezas da pesquisa arqueológica eram ignoradas. Essa situação sem controle permitia que interpretações dos dados arqueológicos sobrevivessem mesmo depois de ter sido desacreditada sua base teórica e factual. Exemplos disso foram os esforços difusionistas de arqueólogos europeus no sentido de localizar as origens da cultura no Oriente Próximo, bem depois que a cosmovisão medieval fora abandonada, e a demora dos arqueólogos norte-americanos em reconhecer a evidência de mudança no registro

arqueológico como uma refutação de estereótipos estáticos relativos aos índios norte-americanos. Porém, a tendência recente de examinar explicações alternativas para os mesmos dados e desenvolver argumentos formais que apoiem essas interpretações representa um aperfeiçoamento, mais que uma superação, dos ideais mais elevados da pesquisa anterior. Embora seja improvável que os procedimentos científicos venham a eliminar totalmente os fatores subjetivos da interpretação de dados arqueológicos, eles podem aumentar significativamente as restrições impostas a tais interpretações pela evidência arqueológica.

A arqueologia está mais capacitada a contribuir para uma compreensão geral do comportamento humano em termos da informação que ela produz sobre mudanças ocorridas ao longo de vastos períodos - mudanças que, por isso mesmo, não podem ser estudadas com os dados contemporâneos das ciências sociais. Esta perspectiva temporal compensa, em grande medida, a falta de informação direta sobre percepções e intenções - coisa que, na ausência de outras fontes de informação sobre aspectos do passado caracterizados por sua especificidade cultural, em grande medida cinge a arqueologia à consideração de condicionamentos impostos ao comportamento humano. Teorias de alto nível do comportamento humano são proclamadas insuscetíveis de refutação direta. Porém, através da comparação de seqüências arqueológicas diferentes, e da tentativa de compreendê-las como testemunhos relativos a sociedades em processo de mudança ao longo do tempo, a arqueologia descobre regularidades diacrônicas relevantes para a avaliação das teorias de alto nível. A busca exitosa dessa compreensão requer não apenas atenção à inferência de comportamento a partir dos dados arqueológicos, como também a elaboração de cronologias cada vez mais detalhadas. Isso leva os arqueólogos de volta ao primeiro problema que sua disciplina enfrentou, e nunca pôde superar. Apenas à medida em que os arqueólogos compreenderem a ordem segundo a qual os fatores

culturais mudam, eles terão uma base para começar a entender as relações causais que interligam tais fatores (Wylie, 1985b: 77-8).

Até certo ponto, teorias gerais, ou de alto nível, são como línguas. É teoricamente possível exprimir qualquer idéia em qualquer língua, muito embora a dificuldade com que um determinado conceito possa ser formulado varie grandemente de uma língua para outra, dependendo do contexto de seu léxico. De resto, por mais que uma língua seja capaz de transmitir idéias por meio de perífrases e explicações detalhadas, uma mensagem só pode afastar-se um pouco da compreensão convencional e das normas estabelecidas sem que perca inteligibilidade e relevância para o receptor. Do mesmo modo, a dificuldade de conceber uma explicação satisfatória para uma forma particular de comportamento humano irá variar de acordo com a teoria geral utilizada. No devido tempo, problemas cada vez maiores com o emprego de uma determinada teoria geral para explicar o comportamento humano podem levar os cientistas sociais, os arqueólogos inclusive, a abandonar essa teoria, com base em que ela é ineficiente, se comparada a uma outra, alternativa. Assim, as imposições da evidência podem exercer uma influência seletiva sobre as teorias gerais. Por outro lado, fatores subjetivos podem levar os cientistas sociais a continuar usando uma determinada teoria de alto nível bem depois de sua ineficiência ter sido demonstrada. Com freqüência, essas teorias são modificadas e aperfeiçoadas em tentativas de adaptá-las às novas circunstâncias. Raramente as teorias de alto nível são abandonadas de modo definitivo.

No entanto, é um fato documentado que as concepções das sociedades modernas a respeito do modo como elas vieram a existir, e também do modo como elas se transformam, são radicalmente diferentes não só da concepção dos antigos escribas sumérios (de um mundo ordenado por ação divina), como também das concepções criacionistas que predominavam na sociedade ocidental algo entre 200 anos atrás. Os achados da arqueologia, ainda que subjetivamente interpretados, modificaram a percepção que a humanidade tem de sua história, de sua

relação com a natureza e de sua própria natureza, e o fizeram de maneira irreversível - a menos que se abandone de todo o método científico. A própria arqueologia é, em si mesma, um produto da mudança econômica e social; mas o que ela nos levou a acreditar a respeito do passado é mais do que uma projeção fantasiosa de interesses sociais contemporâneos no passado. A arqueologia não está separada da sociedade, nem é um mero reflexo desta, mas tem um papel a desempenhar em um diálogo racional a respeito da natureza da humanidade, diálogo que uma melhor compreensão das relações entre a prática arqueológica e seu contexto social pode facilitar. Ajudando a expandir nossos quadros de referência temporais e espaciais, a arqueologia modificou irreversivelmente "o alcance e a qualidade do pensamento humano" (Becker, 1938: 25).

O fato de que a arqueologia pode gerar um número cada vez maior de idéias sobre o que aconteceu no passado sugere que ela pode constituir uma base cada vez mais eficaz para a compreensão da mudança social. Isso, por sua vez, indica que, no devido tempo, ela poderá servir de guia para o desenvolvimento futuro, não no sentido de proporcionar conhecimento tecnocrático a planejadores sociais, mas ajudando a população a fazer, em matéria de políticas públicas, escolhas mais fundamentadas em termos de informação. Em um mundo que se tornou demasiado perigoso para que a humanidade dependa do método de tentativa e erro, o conhecimento oriundo da arqueologia pode ser importante até mesmo para a sobrevivência humana. Para que a arqueologia venha a servir a esse propósito, os arqueólogos devem superar graves pendências, a fim de ver o passado tal como ele foi e não como desejam que tenha sido.

Ensaio Bibliográfico

A importância da história da arqueologia

Trigger (1985a) apresenta uma crônica, e uma crítica, da historiografia da arqueologia. No primeiro capítulo do presente volume, acha-se um levantamento das diversas orientações adotadas.

Algumas das primeiras histórias da arqueologia foram escritas ou para mostrar as inexatidões de uma obra anterior (Haven, 1856) ou para popularizar novas tendências (Morlot, 1861; reeditado em Trigger, 1986a). Porém, a maioria das primeiras histórias eram crônicas de descobertas arqueológicas, que explicavam quem e em que circunstâncias foram feitos os achados arqueológicos mais dramáticos. Uma das mais populares e duradouras dessas obras é o livro de Ceram [Kurt Marek] *Gods, Graves and Scholars* (1951). A permanente popularidade do gênero pode ser percebida pelo sucesso de vendas do livro de Fagan, *The Rape of the Nile* (1975); e *Elusive Treasury* (1977), que trata da arqueologia do *Novo Mundo*; pela obra de Lloyd intitulada *Foundations in the Dust* (1947, segunda edição em 1981); e pelo *The Great Archaeologists* de Bacon (1976). Nesses livros há poucas (quando há) referências a obras de arqueólogos como Gordon Childe ou Grahame Clark, que, embora não tenham feito descobertas espetaculares de dados arqueológicos, desempenharam um papel importante ao definir como os dados arqueológicos devem ser interpretados profissionalmente.

Um número menor, mas crescente, de obras investigaram o desenvolvimento intelectual da arqueologia, um esforço que Crawford (1932) e Childe (1955) incentivaram, mas pouco participaram. O primeiro grande estudo pioneiro foi *The Discovery of Man*, de Casson (1939). Breves lances do início do desenvolvimento da arqueologia pré-histórica, que foram escritos nesse tempo, incluem Shorr (1935), Peake (1940) e Childe (1953). Um outro marco foi o livro *A Hundred Years of Archaeology*, de Daniel (1950; segunda edição em 1975), que tratou das

origens da arqueologia na Grã-Bretanha e na Europa ocidental que, junto com seu estudo anterior *The Three Ages* (1943), estabeleceu um novo padrão para o estudo da história da arqueologia e do desenvolvimento de conceitos arqueológicos. Daniel (1963a, 1981a e muitas outras obras) continuou a escrever sobre o desenvolvimento da arqueologia europeia ocidental até sua morte, em 1986. Seu primeiro livro foi seguido pela polêmica história da arqueologia russa e soviética de M. Miller, pelo livro de Bibby, *The Testimony of the Spade* (também sobre a história da arqueologia europeia) e pelo *Origines de l'archéologie pré-historique en France*, de Laming-Emperaire (1964). Daniel promoveu a edição de uma série de histórias nacionais e regionais da arqueologia: *A History of American Archaeology*, de Willey & Sabloff (1974), ora em segunda edição (1980), *A History of Scandinavian Archaeology* (1975), de Klindt-Jensen e *A History of Mexican Archaeology* (1980), de Bernal. A periodização empregada por Willey & Sabloff foi, em parte, sugerida por *Conceptions of Kentucky Prehistory*, de Schwartz (1967). Em 1973, Fitting publicou um estudo de vários autores sobre a história da arqueologia em diversas regiões da América do Norte, que, junto com muitos estudos de Watson (1985), pode ser lido com proveito paralelamente ao estudo mais genérico de Willey & Sabloff. Sklenáo (1983) publicou uma história da pesquisa e da interpretação arqueológica na Europa central.

O estudo de histórias nacionais da arqueologia com âmbito mundial foi incentivado por uma Conferência Internacional sobre História da Arqueologia realizada sob o patrocínio da União Internacional de Ciências da Pré-História e da Proto-História, em Aarhus, em 1978 (Daniel, 1981b). Essa obra foi editada em uma série de quatorze ensaios publicados em *World Archaeology* (Trigger & Glover, 1981, 1982) e por J. D. Evans *et al* (1981: 11-70). Essas publicações mostraram a importância de perspectivas mais amplas para a apreciação de tendências tanto pretéritas quanto contemporâneas na arqueologia. Guidi (1988) fez um levantamento valioso da história mundial da arqueologia, com seções especiais que tratam da história da arqueologia italiana.

Várias obras tentaram estudar em detalhe o desenvolvimento dos problemas arqueológicos específicos. Silverberg (1968) documentou a história da especulação sobre os construtores de montículos nos Estados Unidos, Piggott (1968) estudou o impacto na arqueologia de especulações sobre os druidas e Gráslund (1974, 1976, 1987) analisou o papel desempenhado pela tipologia no início da arqueologia escandinava. McKusick (1970) refez a história de um célebre conflito entre instituições nacionais e regionais, nos Estados Unidos, a propósito de alguns achados feitos no século XIX; Grayson (1983) examinou em detalhe os principais debates a respeito da antigüidade da humanidade na Europa; Meltzer (1983) esclareceu a natureza dos debates do século XIX a respeito dos primitivos habitantes do Novo Mundo; Chippindale (1983) examinou as várias interpretações de Stonehenge; e Patterson (1986a) documentou como fatores políticos influenciaram a pesquisa arqueológica nos Estados Unidos. Piggott (1976), Trigger (1978a) e Hudson (1981) publicaram coletâneas de ensaios sobre a história da arqueologia na Europa e na América.

Nos últimos anos, houve uma ênfase crescente em biografias como instrumento de estudo do desenvolvimento da interpretação arqueológica. Essa técnica foi inaugurada pelo *William Stukeley* de Piggott (1950). Estudos recentes de figuras pioneiras na história da arqueologia incluem a análise de Brongers (1973) da obra do antiquário holandês C. J. C. Reuvens, de Woodbury (1973) sobre Alfred Kidder, de Marsden (1974) sobre os antigos escavadores de antas, de R. H. Cunnington (1975) e Woodbridge (1970) sobre William Cunnington e Richard Colt Hoare, de Hunter (1975) sobre John Aubrey, de M. Thompson (1977) sobre Pitt-Rivers, e de Drower (1985) sobre Petrie. Embora a maioria desses estudos tenham sido escritos por arqueólogos, a esplêndida biografia de Killan (1983) do arqueólogo canadense do século XIX, David Boyle, foi escrita por um historiador. Três livros sobre a vida e obra de Gordon Childe (McNair, 1980, Trigger, 1980a, S. Green, 1981), assim como numerosos artigos (ver capítulo 5) refletem o enorme interesse despertado por esse arqueólogo. Willey (1974a) editou

um valioso apanhado de reflexões autocríticas de arqueólogos mais antigos, prática a que Daniel deu continuidade com trechos de autores convidados, em *Antiquity*, e por Robertshaw, em sua história da arqueologia africana (1988). MacNeish (1978) e Caton Thompson (1983) publicaram sutis autobiografias intelectuais (e também pessoais, no caso de Caton Thompson). M. Ash está trabalhando no livro em que faz a biografia de Daniel Wilson. Algumas outras biografias, como a de WTieeler por J. Hawkes (1982) e autobiografias (M. Leakey, 1984; Daniel, 1986) focalizam basicamente o aspecto pessoal.

Um tópico relativamente negligenciado é a história de instituições arqueológicas. As principais contribuições neste campo são a história da Sociedade dos Antiquários de Londres, por Joan Evans (1956), uma coletânea de artigos editados por Bell (1981) tratando, principalmente, da Sociedade dos Antiquários da Escócia, e o magistral relato de Hinsley (1981) da obra antropológica da Smithsonian Institution antes de 1910. Piggott (1976) examina a emergência de sociedades arqueológicas provincianas na Grã-Bretanha no contexto da era da estrada de ferro e da revolução industrial.

Brongers (1976) publicou a documentação para uma abordagem sistemática da história da arqueologia na Holanda, sob a forma de uma bibliografia cronologicamente ordenada. Embora não seja uma história do pensamento, este relatório técnico sugere que uma historiografia mais rigorosa pode aperfeiçoar a escrita da história da arqueologia. Um número cada vez maior de estudos têm empregado técnicas quantitativas desenvolvidas pelos historiadores da ciência. Entre eles está a análise temática de artigos publicados em periódicos arqueológicos (Zubrow, 1972,1980) e o emprego de análises de citações para estabelecer cadeias de influências (Sterud, 1978). Essas abordagens laboriosas, quando prudentemente aplicadas, permitem análises históricas mais rigorosas do que era comum nas histórias pretéritas da arqueologia.

Antologias de publicações arqueológicas significativas são também valiosas para os que se interessam pela história da arqueologia. Entre as

coletâneas populares estão a de J. Hawkes (1963) e, no Novo Mundo, a de Deuel (1967). Antologias que tratam de tópicos fundamentais da interpretação são a de Heizer (1962a) e a de Daniel (1967). Larsen (1985) apresenta artigos a respeito das culturas "paleolíticas" na América do Norte escritos no século XIX, e Trigger (1986a) apresenta uma coletânea que trata de estudos norte-americanos do mesmo período sobre os concheiros litorâneos. DePratter (1986) editou uma impressionante coletânea de artigos referentes à arqueologia do sudeste dos Estados Unidos escritos entre 1788 e o presente. Antologias de caráter mais regional de artigos a respeito do estudo arqueológico na América do Norte encontram-se em outros volumes da série *The North American Indians*, editada por D. H. Thomas e publicada pela Garland Publishing.

Estudos recentes sobre o desenvolvimento da antropologia, com ênfase, sobretudo - ou unicamente - na etnologia, ou na antropologia social, foram realizados por Harris (1968), Voget (1975), Honigmann (1976) e Evans-Pritchard (1981). Hodgen (1964) e Slotkin (1965) examinam o desenvolvimento inicial da antropologia, o último com referência a um grande número de textos reeditados. Os ensaios de Stocking (1982) resenham temas importantes relativos ao desenvolvimento geral da antropologia, tal como faz seu recente estudo da antropologia vitoriana (1987) e sua série de publicações anuais *History of Anthropology* (Stocking 1983). Entre as principais obras que examinam o desenvolvimento da história como uma disciplina, acham-se as de H. Barnes (1937), Shotwell (1939), Fitzsimons *et al* (1954), Gooch (1959), Barraclough (1979), Hexter (1979), Braudel (1980), Breisach (1983), Kenyon (1983) e Levine (1986).

Estudos genéricos sobre a natureza da análise científica que têm relevância para discussões sobre o desenvolvimento da arqueologia incluem os de Braithwaite (1953), Popper (1959, 1963), Nagel (1961), Kuhn (1962), Smart (1963), Kaplan (1964), Hempel (1965, 1966), W. Salmon (1967, 1984; W. Salmon et. al. 1971), Meehan (1968), Hesse (1974) e Berstein (1983). Entre as principais obras que tratam do

problema da interpretação histórica, as seguintes têm sido de especial interesse para os arqueólogos: Collingwood (1946, ver também 1939), Gardiner (1952, 1974), Dray (1957, 1964), Danto (1965), E. Carr (1967), Walsh (1967), Elton (1969), D. Fisher (1970), C. Morgan (1973, 1978), McClelland (1975), R. Martin (1977) e Atkinson (1978).

O livro de Petrie *Methods and Aims in Archaeology*, a despeito de seu título, discute apenas problemas metodológicos. G. Clark (1939), W. Taylor (1948) e Childe (1956a) discutiram a metodologia e os objetivos gerais da pesquisa arqueológica. A concepção positivista da arqueologia processual acha-se exposta em S. Binford & L. Binford (1968), Clarke (1968), Watson *et al.* (1971, 1984), Schiffer (1976) e antologias de artigos de L. Binford (1972, 1983a), Clarke (1979) e Renfrew (1979, 1984). Obras mais recentes questionando, ou rejeitando, vários aspectos da arqueologia processual incluem Gardin (1980), Hodder (1982a), M. Salmon (1982), Gibbon (1984) e Gallay (1986). Uma bibliografia completa de obras que tratam de teoria arqueológica publicada desde a década de 1960 comportaria muitos milhares de títulos.

Nos últimos anos, verificou-se um interesse crescente em saber como o passado e seus vestígios físicos são percebidos e tratados no contexto da cultura popular. A discussão mais abrangente desse assunto se acha em Lowenthal (1985), muito embora ele tenha pouco a dizer sobre arqueologia. Por fim, meus esforços no sentido de considerar a interpretação arqueológica como uma expressão da ideologia de várias frações das classes médias não é uma abordagem normativa, que afirma, de maneira simplista, que todos os arqueólogos reagem do mesmo modo a um conjunto particular de estímulos sociais, como presumiram Shanks & Tilley (1987:31). Tampouco contradiz sua tese de que os indivíduos interpretam o passado a fim de promover seus próprios objetivos e ideologias. Representa um nível de generalização, com base em interesses comuns compartilhados por membros da mesma classe, o que há muito é legítimo, pelo menos na tradição marxista.

Arqueologia Clássica e Antiquarianismo

Infelizmente não há nenhum estudo global das origens da pesquisa antiquarianista na Europa ou no mundo. Para um esforço no sentido de construir uma seqüência evolucionista de concepções do passado, ver Childe (1956b). A historiografia do antigo Egito e da Mesopotâmia antiga é magistralmente discutida por Van Seters (1983) e Redford (1986) e também, de um modo mais genérico, por Butterfield (1981). As concepções do passado clássica, medieval e do início da Idade Moderna são passadas em revista por Casson (1939), Sanford (1944) e Wace (1949), assim como, no contexto de interesses antropológicos mais amplos, por Hodgen (1964) e Slotkin (1965). Toulmin & Goodfield (1966) e Rossi (1985) examinam as primeiras contestações à cronologia bíblica e as mudanças da filosofia da história desde o período medieval. Wiess (1969) faz a crônica da descoberta da Antigüidade clássica pela renascença italiana, e Rowe (1965) discute a Renascença em relação à antropologia. Harris (1968: 8-52) passa em revista os conceitos da Ilustração e sua relação com a arqueologia e a antropologia, e Cassirer (1951) e Hampson (1982) expõem o quadro geral dos valores e atitudes da Ilustração. Wang (1985) faz uma pequena resenha da historiografia chinesa tradicional.

A história da arqueologia clássica, da egiptologia e da assiriologia foi transformada em crônica em muitas obras populares. Delas há uma bibliografia seletiva em Daniel (1975: 401-3). Para o início da arqueologia clássica, ver Weiss (1969) e Stoneman (1987); para os tempos mais recentes ver MacKendrick (1960). Leppmann (1970) cobre a carreira de Winckelmann. M. Bernal (1987) discute em detalhe, talvez demasiado polêmica e seletivamente (omite até mesmo a menção a Montelius), certos aspectos da base ideológica dos estudos clássicos, em particular a ênfase na pureza e na primazia da cultura grega. Fagan (1975) faz um relato agradável do desenvolvimento da egiptologia, e Lloyd (1947) trata da história da assiriologia. Rudolph (1963), Li (1977) e Chang (1981) fazem um apanhado dos primeiros desenvolvimentos

dos estudos antiquarianistas na China, assim como Hoffman e Ikawa-Smith (1982) o fazem para o Japão.

O desenvolvimento da pesquisa antiquarianista na Europa ao norte dos Alpes é analisado como parte de histórias mais gerais por Daniel (1950), Laming-Emperaire (1964) e Sklenáo (1983); e para a América, por Willey & Sabloff (1980). Muitos estudos especializados examinaram os inícios do antiquarianismo na Grã-Bretanha. A historiografia do período medieval e do começo do período moderno foi estudada por Walters (1934), Kendrick (1950) e L. Fox (1956). L. Clark (1961), Lynch & Lynch (1968) Marsden (1974, 1984) e Piggott (1976, 1978) avaliam o desenvolvimento de um enfoque científico da arqueologia pré-histórica antes de 1800. Os manuscritos arqueológicos de Aubrey foram reproduzidos por Fowles (1980, 1982).

O reconhecimento de instrumentos de pedra como manufatura humana e o papel desempenhado pela teoria das Três Idades no estudo da pré-história antes de 1800 foram comentados por Heizer (1962b), Daniel (1963a, 1976) e Rodden (1981). Entre os estudos biográficos particularmente valiosos sobre o desenvolvimento da arqueologia destacam-se o de Piggott (1950) a respeito de Stukeley, o de Hunter (1975) sobre Aubrey e o de R. H. Cunnington (1975) sobre William Cunnigton. Essas obras não confirmam a tese de Crawford (1932) que atribui um papel de destaque no processo do desenvolvimento da pesquisa antiquarianista ao número cada vez maior de achados arqueológicos, em consequência do desenvolvimento industrial.

Entre as numerosas obras que examinam as atitudes iniciais dos europeus para com os povos nativos do Novo Mundo acham-se Fairchild (1928), H. Jones (1964) e Chiappelli (1976). O ponto de vista dos espanhóis é discutido por Hanke (1959), Keen (1971) e Pagden (1982); os dos ingleses e franceses por Pearce (1965), Jaenen (1976), Berkhofer (1978), Vaughan (1979, 1982), Sheehan (1980) e Kupperman (1980). Esses modos de ver explicam a lentidão com que a arqueologia se desenvolveu no Novo Mundo e as explicações que os arqueólogos norte-americanos propunham para seus dados no século XIX.

Os Inícios do Arqueologia Científica

O apanhado mais abrangente deste período é o de Daniel (1950:29-121). Os títulos de seus capítulos sugerem que apenas os estudos do paleolítico podem ser identificados como arqueologia científica, ao passo que a arqueologia escandinava seria uma forma de antiquarianismo. Na verdade, porém, a inclusão dos desenvolvimentos ocorridos na Escandinávia e na Suíça depois de 1840, no capítulo 3 (pp. 77-85), mostra que Daniel não concordava com esta idéia.

Embora muito se tenha escrito a respeito do papel que desempenhou Christian Thomsen no desenvolvimento da arqueologia pré-histórica, a maioria dos relatos dá excessivo destaque a sua aplicação da teoria das Três Idades e deixa de assinalar sua invenção da seriação (e.g. Klindt-Jensen, 1975: 49-57). Entre os estudos especializados de sua obra acham-se os de Heizer (1962b), Daniel (1976), Gräslund (1981) e Rodden (1981). O início do desenvolvimento da arqueologia escandinava e do estilo escandinavo de arqueologia são examinados por Morlot (1861), Bibby (1956), Gräslund (1974; para um resumo em inglês, ver Gräslund 1976; 1987), Klindt-Jensen (1975, 1976) e Kristiansen (1985). Weiss (1969: 167-79) discute o desenvolvimento da numismática antes do século XVIII.

A crônica dos desenvolvimentos da geologia uniformitarista que proporcionaram a base necessária para a emergência da arqueologia do paleolítico é feita em Zittel (1901), Geikie (1905), Gillispie (1951), Chorley *et al.* (1964), Davies (1969), Schneer (1969) e Porter (1977). Relatam avanços semelhantes na biologia evolucionista Irvine (1955), Wendt (1955), Barnett (1958), Eiseley (1958), Haber (1959) e Greene (1959).

Um exame magistral do estabelecimento do conhecimento científico da antigüidade na espécie humana foi feito por Gruber (1965) e Grayson (1983). O tratado deste último, definitivo, deve ser consultado para informação sobre numerosas fontes primárias e secundárias. Laming-Empeaire (1964) investigou as origens da arqueologia pré-histórica na

França. Sackett (1981) examina desenvolvimentos posteriores, e em particular a influência de Mortillet. Grayson acompanha os franceses ao equiparar o desenvolvimento da arqueologia do paleolítico com o da arqueologia pré-histórica, excluindo a arqueologia de estilo escandinavo, vista como um estudo dos tempos proto-históricos. Essa diferença terminológica não deve obscurecer a grande semelhança entre sua posição e a que é adotada neste livro.

O início do desenvolvimento da arqueologia nos Estados Unidos foi descrito por Willey & Sabloff (1980: 19-40), e os debates a respeito dos construtores de montículos são resenhados em detalhes por Silverberg (1968). A antropologia desse período é discutida por Bieder (1986). A obra de Squier é examinada por Tax (1975) e a influência de Joseph Henry por W. Washburn (1967). Escavações em concheiros na América do Norte são discutidas por Christenson (1985) e Trigger (1986a).

A Síntese Imperial

A arqueologia do século XIX nos Estados Unidos acha-se incluída nesta seção porque, tal como a antropologia, formou-se pelo encontro entre os colonizadores europeus, em dramático processo de expansão, e os povos nativos do centro e do oeste da América do Norte. Discussões de caráter geral a respeito das interpretações racistas do comportamento humano no século XIX, importantes para a compreensão da prática arqueológica em contextos coloniais, acham-se em Harris (1968), Stocking (1968), S. Gould (1981), Stepan (1982) e Bieder (1986). O desenvolvimento da antropologia física e de concepções racistas com relação aos índios norte-americanos foram estudadas por Glass *et al.* (1959), Glacken (1967) e Horsman (1975, 1981). O debate entre monogenistas e poligenistas, no contexto britânico, é examinado por Stocking (1973), e no contexto da América do Norte por Stanton (1960). O impacto do evolucionismo darwiniano sobre o pensamento racista e as discordâncias entre Darwin e Wallace sobre o *status* evolucionário dos grupos humanos "primitivos" foram temas

investigados por Eiseley (1958). Street (1975) descreve os estereótipos populares britânicos relativos aos africanos entre 1858 e 1920, ao passo que MacGaffey (1966) documenta o impacto desses estereótipos nos estudos etnológicos africanos.

Pouca coisa foi publicada a respeito dos ensaios arqueológicos e etnográficos de Lubbock, embora alguns estudos estejam sejam feitos. Essa escassez não faz justiça à influência de Lubbock na propagação do pensamento de Darwin nos estudos de arqueologia em contextos coloniais. Uma biografia modelar sobre ele foi feita por Hutchinson (1914).

Willey & Sabloff (1980: 40-82) traçam o desenvolvimento da arqueologia norte-americana durante os meados e o final do século XIX, e Silverberg (1968) faz a crônica da derrocada do mito dos construtores de montículos. Hinsley (1981) examina o papel desempenhado pela Smithsonian Institution na profissionalização do estudos sobre os nativos norte-americanos, inclusive os arqueológicos. Ele examina também os fatores sociais que influenciaram o desenvolvimento da arqueologia no *Peabody Museum of Archaeology and Ethnology* (Hinsley, 1985). McKusick (1970) faz um estudo de caso sobre a competição entre arqueólogos profissionais e amadores nos Estados Unidos sobre a interpretação de dados arqueológicos, e Meltzer (1983) analisa o papel desempenhado pelos arqueólogos que trabalhavam para o governo norte-americano, no século XIX, nos debates sobre "o homem primitivo". Os trabalhos de Hinsley e Meltzer, assim como o de Grayson, ajudaram a estabelecer um novo padrão na historiografia da arqueologia. Trigger (1980b, 1985c, 1986b) avalia o papel do racismo na arqueologia norte-americana dessa época.

Até recentemente, havia poucos dados sobre a história da arqueologia africana, exceto relacionados ao Egito (ver cap. 2). Tanto Fagan (1981) quanto Posnansky (1982) fazem breve apanhado da história da arqueologia subsaariana, e M. Hall (1984) e Schirre *et al.* (1986) examinam seu desenvolvimento na África do Sul. Garlake (1973,1983) oferece um relato completo, com uma apreciação crítica, das pesquisas

arqueológicas feitas na Grande Zimbábue (e em outras ruínas de pedra da África centro-meridional), sem esquecer dos debates a seu respeito. Robertshaw (1988) editou um estudo da história da arqueologia africana, feito por muitos autores, que será, por algum tempo, um trabalho definitivo sobre a maioria das regiões. Críticas africanas das primeiras pesquisas arqueológicas nesse terreno também já existem (Ki-Zerbo, 1981; Andah, 1985).

Os relatos mais acessíveis do desenvolvimento da arqueologia da Nova Zelândia devem-se a Sorrenson (1977), Davidson (1979), Gathercole (1981) e Sutton (1985). Gathercole traz referências a uma série de outros estudos de periódicos arqueológicos neozelandeses. A história da arqueologia australiana foi tangenciada por McCarthy (1959), Megaw (1966), Mulvaney (1969) e R. Jones (1979) e abordada de modo mais extenso por Mulvaney (1981), Murray & White (1981) e McBryde (1986). Uma série de artigos que tratam da história da antropologia australiana foi editada por G. McCall (1982). Alguns comentários valiosos sobre a arqueologia moderna colonial e pós-colonial encontram-se em D. Miller (1980).

Arqueologia histórico-cultural

A consciência nacional tem uma longa história. Já nos séculos XVI e XVII, ela desempenhou um papel significativo no desenvolvimento da arqueologia na Europa setentrional e ocidental. Os cientistas políticos freqüentemente distinguem entre este patriotismo primitivo, que tinha um foco dinástico, do nacionalismo que se desenvolveu na Europa no rastro da industrialização e que, a partir de então, se espalhou por todo o mundo. Gellner (1983) define este como um senso de identidade adotado por todo um grupo, propagado pelos meios de comunicação de massa, por ampla alfabetização e de um sistema educacional abrangente. Embora essa distinção seja útil, é comum que as formas primitivas de patriotismo sejam incluídas em uma definição mais ampla de nacionalismo.

Harris (1968: 373-92) e Trigger (1978a: 54-74) discutem o desenvolvimento do difusionismo na antropologia e na arqueologia. Adams *et al.* (1978) reportam o uso independente dos conceitos de difusão e migração para explicar mudança cultural, embora seu fracasso em relacionar as duas explicações de mudança de atitudes para com o evolucionismo seja uma ausência relevante. Daniel (1963a: 104-27) discute o hiperdifusionismo e Rouse (1958, 1986) examina a análise arqueológica da migração. Gräslund (1974, 1976) apresenta a mais detalhada análise dos pressupostos e métodos de Montelius, ao passo que Bibby (1956: 176-83) e Klindt-Jensen (1975: 84-93) expõem esses tópicos mais resumidamente. Renfrew (1973a) faz uma crítica aos pressupostos subjacentes à obra de Montelius.

Kroeber & Kluckhohn (1952) documentam as origens e a história do conceito antropológico de cultura. Embora não haja um estudo detalhado sobre o desenvolvimento do conceito de cultura arqueológica, Meinander (1981) sumariza de modo competente o que se sabe acerca de suas origens na Europa. A comparação do desenvolvimento desse conceito na Europa e na América do Norte é feita em Trigger (1978a: 75-95).

Infelizmente, não existe publicação em inglês de qualquer exame detalhado das importantes contribuições de Kossinna para o desenvolvimento da arqueologia. Os melhores apanhados gerais foram feitos em alemão por Klejn (1974), que apresenta as idéias de Kossinna e as critica a partir de um ponto de vista marxista, e por Veit (1984), que examina seu impacto na arqueologia europeia ocidental. Schwerin von Krosigk (1982) discute em detalhe seus métodos e teorias, fazendo referência, de um modo especial, a seus escritos preservados na Universidade Christian-Albrechts, em Kiel. O ensaio de Huxley (1896:271-328) "The Aryan Question and Prehistoric Man" dá boas sugestões sobre o modo como os eruditos viam a pré-história no final do século XIX. O nacionalismo alemão é discutido por Kohn (1960) e, num contexto mais amplo, por Poliakov (1974).

Um apanhado geral pormenorizado da obra de Childe encontra-se em Trigger (1980a); alguns aspectos deste apanhado acham-se modificados e atualizados em Trigger (1984b, 1986c). Suas contribuições específicas para a arqueologia histórico-cultural são discutidas em Trigger (1980a: 32-55). S. Green (1981) apresenta uma crônica do ambiente familiar de Childe, de sua vida e de sua carreira, ao passo que McNairn (1980) reproduz extratos de seus ensaios, com comentários. Discussões especializadas e análises de sua obra encontram-se em Piggott (1958), Ravetz (1959), Allen (1967, 1981), Gathercole (1971, 1976, 1982), G. Clark (1976), Trigger (1982b), Tringham (1983) e Ridgway (1985). Myres (1911) constitui uma leitura básica indispensável para que se compreenda o enfoque histórico-cultural de Childe.

A arqueologia européia no período de 1880 a 1960 é estudada por Daniel (1950), Klindt-Jensen (1975), Sklenáo (1983), e em muitos artigos citados nessas obras. Um panorama da arqueologia histórico-cultural norte-americana encontra-se em Willey & Sabloff (1980: 83-129) e na biografia de Kidder por Woodbury (1973), assim como na coletânea publicada por Wedel (1985) de artigos reeditados sobre as Planícies, e na que R. Ford (1987) publicou com a reedição de artigos sobre o Sudoeste. A fraqueza desse enfoque é examinada por W. Taylor (1948).

Sobre a arqueologia histórico-cultural em outros países, foi feita uma pesquisa menos extensa. As mais importantes coletâneas de estudos foram editadas por Daniel (1981b), Evans *et al.* (1981) e Trigger & Glover (1981, 1982). A arqueologia chinesa é discutida por R. Pearson (1977), Li (1977), Chang (1981), W. Watson (1981) e Olsen (1987); a japonesa, por Ikawa-Smith (1982), Tanaka (1984) e Fawcett (1986); a mexicana, por Bernal (1980) e Lorenzo (1981, 1984); a da América, em particular, tratam Hammond (1983) e Marcus (1983b); a arqueologia da Ásia meridional é discutida por Chakrabarti (1981, 1982) e Thapar (1984); discutem a arqueologia do Oriente Próximo Masry (1981), Silberman (1982), Bar-Yosef & Mazar (1982), Reid (1985) e Hanbury-Tenison (1986). Silberman discute o início do desenvolvimento da

arqueologia palestina no contexto das rivalidades da Grande Potência. Atualmente ele está trabalhando em um estudo seqüencial, *Between the Past and the Present: Archaeology, Ideology, and Nationalism in Modern Near East* (1988). A arqueologia africana é examinada por Fagan (1981), Posnansky (1982) e Nzewunwa (1984). A história da arqueologia africana de Robertshaw cobre a transição da arqueologia colonial para a nacional. A respeito da relação contemporânea entre a arqueologia africana e a história da África, ver D. McCall (1964), Ki-Zerbo (1981) e Erhet & Posnansky (1982).

Importantes estudos que tratam do desenvolvimento dos métodos arqueológicos no contexto histórico-cultural foram reeditados por Heizer (1959); os relativos à estratigrafia acham-se às páginas 222-343 e os relativos à seriação (incluindo os estudos inovadores de Petrie e Kröber) às páginas 376-448. As contribuições de Pitt-Rivers para o desenvolvimento das técnicas de escavação são examinadas por M. Thompson (1977), e as de Wheeler por J. Hawkes (1982).

Arqueologia Soviética

Meu conhecimento direto da arqueologia soviética é limitado pelo fato de que eu não leio russo. Acredito que fui capaz de extrair de obras russas traduzidas, e de várias fontes secundárias (algumas simpáticas, outras altamente antagônicas), uma visão razoavelmente equilibrada da arqueologia soviética. Não fui capaz de valer-me de Gening (1982) tão proveitosamente quanto desejaria. Gening faz um apanhado global da arqueologia soviética, desde meados da década de 1920 até meados da década de 1930, e inclui, no fim do livro, apresentações sumárias, resumidíssimas, das principais figuras da arqueologia soviética. As concepções soviéticas eruditas a respeito das sociedades primitivas são examinadas por Howe (1976, 1980) e Bloch (1985).

A mais detalhada história da arqueologia russa e soviética disponível em inglês é a de M. Miller (1956). Trata-se de uma obra muito polêmica, escrita por um arqueólogo *émigré* nos primeiros anos da guerra fria.

Impõe-se compará-la cuidadosamente com apanhados mais recentes da história da arqueologia soviética feitos por russos (Klejn, 1977; Bulkin *et al*, 1982) e também com vários estudos a respeito da pesquisa científica e da política cultural na União Soviética nas décadas de 1920 e 1930: G. Fischer (1967), Graham (1967), S. Cohen (1973), Fitzpatrick (1973), Shapiro (1982) e O'Connor (1983). Essas obras me fizeram ir além da interpretação de Miller da década de 1930 do que em Trigger (1984c). Periodizações do desenvolvimento da arqueologia russa e soviética foram feitas por Miller (1956), Gening (1982), Soffer (1985) e Dolitsky (1985).

A arqueologia na União Soviética na década de 1930 e no começo da década de 1940 é discutida por Tallgren (1936), G. Clark (1936), Field & Prostov (1937) e numa série de artigos de Childe (1940b, 1942b, c, d, e, 1943, 1945b, 1952). Entre os principais escritos arqueológicos soviéticos traduzidos do início do pós-guerra, destacam-se as rivais soviética (1959) e inglesa (1961) da obra de Mongait *Archaeology in the U. S. S. R.*, a seleção de artigos de M. Thompson sobre as escavações de sítios medievais em Novgorod, o estudo de Semenov (1964) sobre a análise de uso e desgaste, e várias sínteses de pesquisas arqueológica na Sibéria: Rudenko (1961, 1970), Michael (1962, 1964), Okladnikov (1965, 1970), Chernetsov e Moszynska (1974). Encontram-se também informações valiosas em verbetes da Grande Enciclopédia Soviética, em especial no ensaio de Artsikhovsky (1973) "Arqueologia". Levantamentos de trabalhos empreendidos durante este período são apresentados por Field & C Price (1949), Combier (1959), Chard (1961, 1963, 1969), Debetz (1961), Frumkin (1962), Boriskovsky (1965) e Klein (1966). A literatura polêmica inclui M. Thompson (1965) e Klejn (1969, 1970). Em M. Miller (1956: 147-52) encontram-se traduzidos extratos do famoso "The crisis in bourgeois archaeology".

Entre as obras arqueológicas soviéticas mais recentes que estão prestes a ser traduzidas e publicadas, estão Dolukhanov (1979), Klejn (1982) e um volume de artigos sobre a Ásia central na Idade do Bronze (Kohl, 1981a). Traduções de textos de arqueólogos soviéticos aparecem

regularmente em *Soviet Anthropology and Archaeology*. As mudanças na abordagem soviética do marxismo às ciências sociais são discutidas por Danilova (1971) e Gellner (1980). Entre as resenhas da arqueologia soviética na atualidade estão Klejn (1973a, 1973b, 1977), Levitt (1979), Ranov & Davis (1979), Davis (1983), Tringham (1983), Soffer (1983, 1985) e Dolitsky (1985). O apanhado mais completo acha-se em Bulkin *et al.* (1982). Resenhas das discussões sobre debatido conceito de cultura se encontram em Bulkin *et al.* (1982), Klejn (1982) e Davis (1983).

Funcionalismo na Arqueologia Ocidental

A influência crescente do funcionalismo na arqueologia marca o momento em que a maioria das histórias gerais da disciplina tornam-se anedóticas, mais do que sistemáticas. A exceção é Willey & Sabloff (1980: 130-80) para os Estados Unidos. Há também material útil em Daniel (1950: 302-8). Atualmente, ao que se diz, há uma série de obras em preparação sobre o período. Harris (1968: 464-567) traça o início da antropologia social. Alguns ensaios importantes sobre este assunto se acham em Stocking (1984). Informação sobre Durkheim se encontra em Alpert (1939), Duvignaud (1965) e Parsons (1968).

Os primeiros desenvolvimentos da abordagem ambiental na Escandinávia, na Europa central e na Inglaterra são discutidos por Morlot (1861), Daniel (1950), Bibby (1956), Klindt-Jensen (1975), Goudie (1976) e Moberg (1981). Deuel (1973) oferece o relato mais abrangente da história da fotografia aérea e de seu impacto na pesquisa ambiental em arqueologia. Spate (1968) discute o possibilismo ambiental. Referências a estudos do início da abordagem econômica de Childe acham-se inclusas na nota bibliográfica do capítulo 5. Não existe uma apreciação pormenorizada das contribuições de Grahame Clark. Ele fez uma breve autobiografia intelectual (Clark, 1974) e uma crítica de seu trabalho em Star Carr (Clark, 1972). Sieveking (1976), G. Clark (1976) e Chapman (1979) registram a influência de Clark e o trabalho

de seus alunos. Clark (1988b) é uma reimpressão dos seus principais artigos sobre a economia da pré-história.

Willey & Sabloff (1980) e Dunnell (1986) apresentam uma crônica detalhada do desenvolvimento do enfoque funcionalista na arqueologia dos Estados Unidos desde meados da década de 1930. Contudo, eles não se reportam às origens deste enfoque na arqueologia norte-americana no final do século XIX e começo do século XX, como fazem Taylor (1948: 73-80) e Trigger (1978c). J. Bennett (1943) e W. Taylor apresentam relatos contemporâneos da expansão do enfoque funcionalista na década de 1940. Taylor também apresenta uma crítica devastadora da abordagem histórico-cultural na arqueologia norte-americana. O desenvolvimento do enfoque ecológico na arqueologia dos Estados Unidos é descrito em uma perspectiva autobiográfica por Braidwood (1974) e MacNeish (1974, 1978) e o início do desenvolvimento da arqueologia dos assentamentos é descrito por Trigger (1967a) e Willey (1974b). Uma autocrítica que trata de algumas das fraquezas iniciais desta e uma discussão de suas relações com a Nova Arqueologia se encontra em Trigger (1984d).

Neo-evolucionismo e Nova Arqueologia

Harris (1968: 634-87) discute o desenvolvimento do neo-evolucionismo. As principais afirmações desta posição teórica se encontram em L. White (1949, 1959), Steward (1955), Sahlins & Service (1960), Service (1962) e Fried (1967). Para uma renúncia espetacular ao neo-evolucionismo, ver Sahlins (1976). Murdock (1959b) apresenta uma visão norte-americana alternativa do processo evolutivo, mais próxima em espírito (embora não em termos políticos) das últimas obras de Childe.

Willey & Sabloff (1980: 181-210) oferecem a discussão mais detalhada do início da Nova Arqueologia na América do Norte. Binford (1972: 1-14) conta em detalhes sua própria rebelião contra o enfoque histórico-cultural, mais especificamente contra a variante epigonal do método

taxonômico do Meio-Oeste com que ele se deparou na Universidade de Michigan, no final da década de 1950. Seus primeiros ensaios foram reeditados em Binford (1972). O desencanto amplamente difundido com a arqueologia histórico-cultural americana é documentado em Trigger (1984d: 368-9). O nome do movimento é derivado de Caldwell (1959), e Deetz (1965) é, muitas vezes, considerado um pioneiro independente (Willey & Sabloff 1980: 209). Acha-se em South (1977a, b) uma crônica da propagação da Nova Arqueologia na arqueologia histórica norte-americana. As contribuições de Clarke são analisadas por seus colegas e amigos em Clarke (1979). Em Clarke (1968, 1979) se encontram seus principais ensaios. Os ensaios de Renfrew foram reeditados em Renfrew (1979). Muitos dos mais importantes, dentre os primeiros artigos, que são exemplos da Nova Arqueologia encontram-se em Binford & Binford (1968), Leone (1972), Clarke (1972a), Redman (1973) e Renfrew (1973b). O primeiro compêndio de Nova Arqueologia foi o de Watson *et al.* (1971; 2. ed. em 1984), embora o impacto deste enfoque já se fizesse evidente na segunda edição do influente compêndio genérico de Hole & Heizer (1969). David Wilson (1975) escreveu uma obra bastante lida de divulgação das novas técnicas científicas.

Pontos de vista opostos sobre a novidade da Nova Arqueologia se encontram em W. Taylor (1969, 1972) e Binford (1968b). Embora sem diminuir as contribuições de Binford, as raízes históricas tanto de suas idéias como das de Taylor tornaram-se mais claras quando Willey & Sabloff (1980: 188) escreveram *A History of American Archaeology*. Embora Clarke citasse Binford em suas primeiras obras, Binford e seus discípulos ignoraram Clarke, e depois o trataram como um discípulo de Binford, uma posição que ignorava a singularidade de Clarke e a importante inspiração que lhe veio da Nova Geografia sediada em Cambridge. Binford (1983a:69) depois reconheceu as principais diferenças entre suas primeiras obras e as de Clarke.

A mais extensa contestação da Nova Arqueologia é a obra polêmica de Courbin (1982), que, à maneira de Ranke, equipara a arqueologia à

recuperação de dados arqueológicos. Incluem-se entre as breves, mas igualmente combativas, defesas da arqueologia histórico-cultural, tal como era praticada na década de 1950: J. Hawkes (1968), A. Hogarth (1972) e Daniel (1975: 370-4). Todas essas polêmicas mais extremadas foram iniciativa de europeus. A ausência de obras deste teor é notável nos Estados Unidos. A apostasia mais impressionante das preocupações metodológicas da Nova Arqueologia em prol de "fazer arqueologia" vem a ser a de Flannery (1982). De um modo significativo, esse documento foi escrito por um arqueólogo cujas credenciais como teórico processual são impecáveis. Por outro lado, sonoros apoios de arqueólogos mais velhos eram também raros nas décadas de 1960 e 1970, sendo a mais notável exceção P. Martin (1971). Apreciações críticas do programa conceitual da Nova Arqueologia foram oferecidas por Bayard (1969), R. Watson (1972), Sabloff *et al.* (1973), Dumond (1977), Trigger (1978a: 2-18), Larson (1979), Gandara (1980, 1981) e Gibbon (1984). Entre outros, fizeram a crítica da confiança primária na abordagem dedutiva C. Morgan (1973, 1978), Read & LeBlanc (1978) e, de um modo mais profundo, M. Salmon (1982) e Kelley & Hanen (1988). Opuseram-se ao anti-historicismo da Nova Arqueologia Sabloff & Willey (1967) com base em aspectos técnicos, e Trigger ([1970] 1978a: 19-36; [1973] 1978a: 37-52), em bases filosóficas e estratégicas. Pinsky (1987) escreveu um estudo detalhado do emprego de dados etnográficos pela Nova Arqueologia.

Sobre o uso da estatística e de formas de análise matemática na arqueologia, ver Hodson *et al.* (1971), Doran & Hodson (1975), Hodder & Orton (1976), D. Thomas (1976, 1978), Cowgill (1977), Hodder (1978) e Sabloff (1981). Em Wiener (1961), Buckler (1968), Bertalanffy (1969), Emery (1969) e Laszlo (1972a, b, c) encontram-se discussões sobre a teoria geral dos sistemas. Saunders (1980) oferece uma revisão geral da teoria da catástrofe.

A Explicação da Diversidade

A mais abrangente resenha das tendências recentes da arqueologia norte-americana se acha no volume editado por Meltzer *et al.* (1986), sobretudo nos textos escritos por Dunnell, Jennings, Knudson, Leone e P. Watson. Entre outras, podem-se ainda citar Willey & Sabloff (1980: 248-64), para a década de 1970, e, no tocante às tendências mais recentes, os artigos de Dunnell (1979, 1980b, 1981, 1982a, 1983, 1984, 1985), Willey (1982, 1985a, 1985c), Gibbon (1984), Trigger (1984e), Hodder (1985), Yengoyan (1985), Patterson (1986b), Leone *etal.* (1987) e Earle & Preucel (1987). Renfrew (1980) e Wiseman (1980a, b) discutem as relações entre os enfoques das ciências sociais e das ciências humanas na arqueologia. Hodder (1986) oferece uma exposição definitiva da abordagem contextual.

Entre as principais obras antropológicas que lançam dúvidas sobre o neo-evolucionismo, contam-se Fried (1975), Sahlins (1976) e Wolf (1981); ver ainda Wallerstein (1974). Kolakowsky (1978a, b, c) apresenta uma história global do pensamento marxista. Bloch (1985) discute as influências recentes do marxismo (e do que se auto-denomina marxismo) na antropologia. Entre as obras mais acessíveis que exemplificam as tendências antipositivistas mais radicais, acham-se Hodder (1982a, c), Miller & Tilley (1984) e Spriggs (1984a). Trigger (1985d) apresenta uma crítica dessas duas últimas publicações, e Wylie (1985c) faz uma avaliação simpática, mas firme, do papel da teoria crítica na arqueologia. Em dois artigos recentes, Binford (1986, 1987) fez uma enérgica defesa do positivismo. E. Green (1984) editou um volume de ensaios sobre ética e valores na arqueologia norte-americana. Para uma discussão internacional deste tema, ver D. Miller (1980). Hodder (1987) evidencia a atração crescente das análises históricas na arqueologia. Entre os estudos importantes relacionados à etnoarqueologia, contam-se Kleindienst & Watson (1956), Jochim (1976), Yellen (1977), Binford (1978), R. Gould (1978, 1980), Tringham (1978), Kramer (1979, 1982), P. Watson (1979), Hodder (1982b), Tooker

(1982) e Hayden & Cannon (1984). Ingersol *etal.* (1977), Coles (1979) e Hayden (1979) apresentam uma seleção de trabalhos de arqueologia experimental. Discussões das propriedades singulares dos dados arqueológicos, e de como esses dados podem ser relevantes para as ciências sociais, encontram-se em Clarke ([1973] 1979: 83-103), Schiffer (1976), Binford (1977, 1981, 1983a, b, 1984) e Bulkin *et al.* (1982).

A Arqueologia em seu Contexto Social

Entre as discussões das tendências recentes da arqueologia que resultaram do declínio da influência do neo-evolucionismo e da ecologia cultural, destacam-se as de Gibbon (1984), Trigger (1984e) e Gallay (1986). Tendências na metodologia interpretativa são discutidas por M. Salmon (1982) e Kelley & Hanen (1988). As ilustrações mais abrangentes das tendências contemporâneas na arqueologia são os quinze volumes de artigos pré-distribuídos que serviram de base para as discussões do Congresso Mundial de Arqueologia, Southampton, 1986. O relatório de Ucko (1986) desta conferência constitui uma boa referência para mostrar a atual politização dos arqueólogos ocidentais.